

1932

Organização do Boletim de Filologia
a cargo da Direcção do Centro (Rodri-
go Sá Nogueira, Leite de Vasconcelos,
Rodrigues Lapa)
Rodrigues Lapa tinha a seu cargo as
publicações do Centro.

JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL
CENTRO DE ESTUDOS FILOLÓGICOS

BOLETIM
DE
FILOLOGIA

TOMO I—FASCÍCULO 1



IMPRENSA NACIONAL DE LISBOA
1932

Sumário:

<i>Os Objectivos do Centro de Estudos Filológicos</i>	1
J. Maria Rodrigues, <i>Sôbre o uso do infinito impessoal e do pessoal em «Os Lusíadas»</i>	3
Rodrigues Lapa, <i>As origens líricas. Estado actual do problema — I. A tese arábica</i>	8
R. de Sá Nogueira, <i>Subsídios para o estudo da metátese em português</i>	33
Abílio Roseira, <i>Vida do cativo monge confesso</i>	40
<i>Miscelânea</i>	52
<i>Livros e Revistas</i>	58
<i>Vida do Centro — Dicionário da Língua Portuguesa Arcaica</i>	61

Assinatura anual:

Portugal	30\$00
Colónias e estrangeiro	35\$00
Fascículo avulso	7\$50

Redacção e Administração:
Centro de Estudos Filológicos

Rua da Quintinha, 25, 1.º

Lisboa

JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL
CENTRO DE ESTUDOS FILOLÓGICOS

BOLETIM
DE
FILOLOGIA

TÔMO I



IMPrensa NACIONAL DE LISBOA
1932-1933

Índice do Tômoo I

Estudos e Miscelânea:

Cidade (Hernani), <i>O conceito da poesia no século xvii. D. Francisco Manoel de Melo</i>	235-248
Objectivos (Os) do Centro de Estudos Filológicos	1-2
Rebêlo Gonçalves (F.), <i>A fala do Velho do Restelo. Aspectos clássicos d'este episódio canônico</i>	65-123
Rodrigues (Dr. José Maria), <i>Sobre o uso do infinito impessoal e do pessoal em «Os Lusíadas»</i>	3-7; 177-181
Rodrigues Lapa, <i>As origens líricas. Estado actual do problema —</i> 1. <i>A tese arábica</i>	8-32
— <i>Fray Martín Sarmiento e o vocábulo «caritel»</i>	185-188
— <i>Lirros de Falcoaria</i>	199-234
— <i>O rondel na poesia lírica galego-portuguesa</i>	53-54
— <i>Scheludko e o lirismo galego-português</i>	54-58
— <i>Tradução quatrocentista de Sallústio e de Suetónio sobre a vida de César</i>	52-53
— <i>Transposição e dissimilação nasal</i>	163-165
Roseira (Abílio), <i>Vida do cativo monge confesso</i>	40-52; 125-162
Rübecamp (Rudolf), <i>A linguagem das Cantigas de Santa Maria, de Afonso X o Sábio</i>	273-356
Sá Nogueira (Rodrigo de), <i>Subsídios para o estudo da assimilação em português</i>	249-272
— <i>Subsídios para o estudo da metátese em português</i>	33-40
Sarmiento (Fray Martín), <i>Caritel</i>	189-198
Silva Correia (João da), <i>Alguns casos de semântica abecedária</i>	357-359
— <i>Etnologia do vocábulo «garavotilo»</i>	361-362
— <i>Valor dos trocadilhos para o conhecimento da pronúncia antiga ou dialectal</i>	359-361

Livros e Revistas:

Antscherl (Otto), <i>J. B. de Alameda Garrett und seine Beziehungen zur Romantik</i> . [Rodrigues Lapa]	368-373
Bell (Aubrey F. G.), <i>The Origin of the «Cossantes», in Modern Language Review</i> , xxvii (1932), n.º 2. [Rodrigues Lapa] . . .	167-168

Correa da Silva (Carlos Eugénio), <i>Ensaio sobre os latinismos dos Lusíadas</i> . [Rodrigo de Sá Nogueira].	170-172
Ebeling (Walter), <i>Die landwirtschaftlichen Geräte im Osten der Provinz Lugo</i> . In <i>Volkstum und Kultur der Romanen</i> , v (1932), pp. 50-151. [Rodrigues Lapa].	364-368
Giese (Wilhelm), <i>Como os mouros de Asfí grafavam o português</i> . In <i>Biblos</i> , 1931, pp. 482-511. [David Lopes].	363-365
Lugris Freire (M.), <i>Gramática do idioma galego</i> . [Rodrigues Lapa].	168-170
<i>Revista de Philologia e de Historia</i> , II (1932), fasc. 1. [Rodrigues Lapa].	59-60
Zarco Cuevas (Fr. Julián), <i>Catálogo de los manuscritos catalanes, valencianos, gallegos y portugueses de la Biblioteca de El Escorial</i> . [Rodrigues Lapa].	58-59
Vida do Centro:	
Dicionário da Língua Portuguesa Arcaica	61-63
Regulamento do Centro de Estudos Filológicos	173-175
Silva Correia (João da), <i>Necessidade da criação de um Conselho Lingüístico Nacional</i>	374-376

Boletim de Filologia

publicado pelo

Centro de Estudos Filológicos

Tomo I

1932

Fascículo 1

Os objectivos

do

Centro de Estudos Filológicos

O Centro de Estudos Filológicos é criação da Junta de Educação Nacional. Tem por fim principal, como o seu próprio nome indica, fomentar entre nós o estudo da língua e da literatura portuguesa e subsidiariamente o de quaisquer outras disciplinas, que possam contribuir para éle. Deverá a recente instituição satisfazer um certo número de necessidades urgentes da nossa cultura literária e lingüística. Algumas dessas necessidades, seriadas a seguir, dão automaticamente o largo programa de trabalhos do Centro, que os irá preparando e realizando na medida das suas capacidades, por ora bem modestas, força é confessá-lo:

1. Fundação dum gabinete bem apetrechado de Fonética experimental.
2. Elaboração do *Atlas lingüístico de Portugal e Ilhas*.
3. Preparação do *Dicionário da língua portuguesa arcaica*, de que vai adiante publicado o plano de colheita vocabular.

4. Edições de textos. Revisão escrupulosa e reimpressão dos nossos grandes escritores, cujas obras sejam raras ou pouco manuseáveis, ou andem deturpadas em edições pouco rigorosas.

5. Exploração cuidadosa dos arquivos nacionais ou estrangeiros, onde se encontrem documentos portugueses de importância filológica.

6. Publicação do *Corpus* dos latinistas portugueses.

7. Publicação do Índice da *Revista Lusitana*, já quasi ultimado. Conterá um glossário dialectal, o qual constitui, além do mais, um subsídio importante para a elaboração dos questionários do Atlas lingüístico, que se estão preparando.

8. Monografias sôbre assuntos de lingüística e história literária, reconhecidas de necessidade pelo Centro.

9. Preparação do catálogo completo e pormenorizado de revistas estrangeiras de cultura filológica, existentes em bibliotecas portuguesas, públicas, universitárias e liceais, com indicação das suas lacunas.

10. Organização, se a vida e possibilidades do Centro o permitirem, e em ligação com a Faculdade de Letras de Lisboa, dum curso de férias para estrangeiros, com sede em Sintra.

11. Coadjuvação prestada à Junta fundadora na instituição de cursos de língua portuguesa em escolas estrangeiras.

12. Publicação dum *Boletim de Filologia*.

Para a realização dêste vasto programa de trabalhos não basta naturalmente o pequeno núcleo de estudiosos, que se encontram, neste momento, à testa do Centro de Estudos Filológicos. É indispensável que nêle coopere gente vinda de toda a parte, sobretudo gente moça, à qual apenas se exige, além do fervor na investigação scientifica, realizada em plena liberdade, o mais intransigente escrúpulo nos processos de trabalho.

Sobre o uso do infinito impessoal e do pessoal em *Os Lusíadas*

A forma pessoal do infinito, que constitui uma das características da língua portuguesa, começou a delinear-se logo na fase inicial da formação desta língua, graças a um conjunto de circunstâncias que tornaram possível o aparecimento dêste interessante fenómeno morfológico. As construções do tipo «*placuit nobis facere*», «*placuit faceremus*», não raras nos documentos particulares que antecedem imediatamente a fundação da monarquia¹, são ainda genuinamente latinas, se as lermos com a acentuação própria desta língua («*placuit facêre*», *placuit*² *facerēmus*); mas a mudança da sílaba tónica («*placuit facére*», *placuit facéremus*), postulada pelo português «*fazer*» e «*fazermos*», mostra como se devia impor, ora consciente, ora inconscientemente, êste raciocínio: se «*facére*», «*fazer*», é o presente do infinito, porque o não há-de ser também «*faceremus*», «*fazermos*», pois que as duas formas apenas diferem em que «*faceremus*» tem a desinência da 1.^a pessoa do plural³?

Não admira, por isso, que nos comecem a aparecer as formas pessoais de «*facere*» regidas de preposição, pois o mesmo aconteceu à forma impessoal que veio substituir o gerúndio do latim clássico («*ad facere*», por «*ad faciendum*»).

¹ Outras formas similares: «*Pacuit nobis ut uinderemus ad vobis*» (apógrafo de um diploma do ano de 883); «*Placuit mihi... ut facere tiui... scriptura donationis*» (autógrafo de 914); «*Placuit que faceremus*» (apógrafo de 1010); «*Plaguit in fazeremus*» (autógrafo de 1052). Cf. o meu opúsculo *O imperfeito do conjuntivo e o infinito pessoal no português*, Coimbra 1914, p. 10 e sgs. Separata do *Boletim da Segunda Classe da Academia*, vol. III.

² Sobre a omissão do *ut* no latim cf. Draeger, *Historische Syntax der lateinischen Sprache*, III, *Tempora et Modi*, I, § 148 (Leipzig 1878). Não faltam exemplos em todas as épocas da língua. «*Dixi in carcerem ires*» (Plauto, *Stichus*, 124); «*Decrevit darent*» (Salústio, *Catilina*, 29); «*Edixit omnes armatos coirent*» (Q. Cúrcio, 6, 8, 23).

³ Caso interessante: ao mesmo tempo que isto se dava com o infinito impessoal, iam desaparecendo as formas pessoais do imperfeito do conjuntivo, que ficou com a aparência morfológica daquele infinito, sem a primitiva correspondência dos tempos e sem a necessidade de qualquer concordância, um verdadeiro infinito, portanto. Exemplo: «*Não tenho que fazer*»; «*não tinhas que fazer*»; «*não terão que fazer*», etc. Cf. o opúsculo citado em a nota 1.

O primeiro exemplo conhecido é de um autógrafo do ano de 1004: «Et intrarunt in placito testimoniale pro in tertio die darent testes sicut et fecerunt». «Pro darent» equivalente, emquanto à significação, a «ut darent»; mas no infinito, como o mostra a preposição, que não pode ser anteposta às formas finitas.

O segundo é do ano de 1018: «In era millesima L^a VI^a superuenient fratres de nakariza in recardanes pro decernirent hereditatem que hic habebant»¹.

E assim ficou possuindo a língua portuguesa duas formas infinitivas, a impessoal e a pessoal².



2 Mas como se deve regular o emprêgo de uma e de outra? É assunto que não está ainda definitivamente assente para todas as hipóteses e que exige o estudo prévio dos mestres da língua. Só assim se poderá saber, com pleno conhecimento de causa, o que neste assunto é obrigatório e o que é facultativo.

Não virá, portanto, fora de propósito estudar *Os Lusíadas* sob este aspecto.

¹ No meu opúsculo citei-o como sendo o primeiro caso de que tinha notícia; mas o actual professor da Universidade de Berlim, M. E. Gamillscheg, já havia encontrado o do ano de 1004. Cf. a sua obra *Studien zur Vorgeschichte einer romanischen Tempuslehre*, Viena 1913, p. 239. É uma Memória publicada pela Academia das Ciências de Viena, t. 172 da colecção. Só dela tive conhecimento algum tempo depois de finda a guerra.

² Palavras do prof. Gamillscheg, *ob. cit.*, pp. 275-276: «O chamado infinitivo pessoal perdeu inteiramente a sua primitiva qualidade de infinitivo, pois a nota característica deste está em que não designa nenhuma pessoa determinada, ao passo que o infinitivo português indica sempre uma pessoa determinada. O português perdeu, por isso, a possibilidade de uma expressão indeterminada; «foi necessário dar-lhe um trato de cordas», quer dizer outra cousa muito diferente do que a mesma construção no espanhol. O infinito *dar* denota muito expressamente a 1.^a ou a 3.^a pessoa; no caso presente seria necessário empregar a forma indeterminada *darem*. Assim o português, abstraindo de algumas construções estereotipadas que se conservam na linguagem escrita, não tem nenhum infinito, que foi substituído por uma forma pessoal, que só se distingue das outras formas verbais porque, como o antigo infinito, pode ser introduzido por preposição». A verdade é que a nossa língua, a par do infinito pessoal, que a clareza e precisão prescrevem ou recomendam em certos casos, mantém o infinito impessoal das outras línguas românicas. É o que se verá pelo estudo que vai ler-se.

A)

Comecemos pelos casos em que o infinito depende de um verbo e tem sujeito próprio.

a) Sujeito próprio no plural e o infinito a concordar com êle:

Depois que os olhos longos estendera,
Viu de antigos, longinquos e altos montes
Nascерem duas claras e altas fontes.

(iv, 69).

Santo, que os Espanhóis tanto ajudou
A fazerem nos Mouros bravo estrago.

(v, 9).

b) Outras vezes, porém, o infinito conserva-se na forma impersonal, apesar do número do sujeito:

Em ti e nêle veremos altos peitos
A baixo estado vir, humilde e escuro.

(x, 23).

Tamanho o ódio foi e má vontade
Que aos estrangeiros súbito tomou,
Sabendo ser sequaces da verdade.

(i, 71).

Não sofre muito a gente generosa
Andar-lhe os cães os dentes amostrando.

(ii, 87).

Se cobiça de grandes senhorios
Vos faz ir conquistar terras alheias.

(viii, 11).

c) O verbo regente exprime a causa mediata e o regido a immediata. Em *Os Lusíadas* o segundo verbo está sempre no singular, embora tenha o sujeito no plural:

Isto dizendo, manda os diligentes
Ministros amostrar as armaduras.

(i, 67).

E de Helicon a Musas fez passar-se
A pisar de Mondego a fértil erva.

(iii, 97).

Nas construções do grupo A) a oração infinitiva tende a decompor-se, deixando, por vezes, a impressão de que o sujeito e verbo são dois complementos independentes, cada um com seu nome específico¹.

O corpo morto manda ser trazido.

(x, 115).

Avante mais passar o² não deixaram.

(v, 36).

Outras vezes, o sujeito do infinito desaparece completamente:

Manda equipar batéis, que ir ver queria etc.

(vn, 72).

Casos há em que o acusativo sujeito do infinito toma a forma de dativo.

Assim, falando do dinheiro, diz o Poeta:

Êste a³ mais nobres faz fazer vilezas.

(viii, 98).

Dos exemplos que ficam citados podemos tirar como regra que em *Os Lusíadas*, quando o infinito tem sujeito diferente do verbo de que depende e êste sujeito se encontra no plural, o infinito pode ir ou deixar de ir para êste número.

Nas construções dêste tipo não aparecem exemplos do infinito nas 2.^{as} pessoas.

Além dos casos apontados, muitos outros se encontram ainda em *Os Lusíadas*. Cf. no Canto I: 18, 5-6, 2-3; 49, 5 (sem estar expresso o sujeito de «pôr», que é ao mesmo tempo complemento directo de «manda»); 67, 1-2; 73, 3-4; 81, 5; 87, 5-6 («Não sofre a gente andar-lhe os cães os dentes amostrando»); 94, 1. No C. II: 29, 1-3;

¹ Guardia e Wierzeyski chamam ao verbo infinito complemento da coisa e ao sujeito complemento da pessoa. *Grammaire de la langue latine*, p. 611 (Paris 1876).

² No pronome «o» facilmente podemos ver o acusativo a servir de sujeito de «passar». Mas em «mando-o soltar» (v. 29), o pronome, como se vê, é o complemento directo de «soltar».

³ Por «aos». Confusão do comparativo com o superlativo relativo, de que não faltam exemplos.

44, 5-6 («eu vos prometo que vejais esquecerem-se Gregos e Romanos»); 47, 1-3 («Vereis tremer dêle Neptuno»); 49, 1-3; 51, 1; 52, 1-5; 53, 1-2 («Nunca se¹ viu ferver Leucate»); 62, 3-5; 75, 3 («Preza tomarem seu porto»); 93, 1 (cf. a nota a II, 53, 1-2); 102, 7; 107, 5. No C. III: 2, 5-6; 20, 7-8; (30, 3)²; 36, 4; 69, 7; 73, 5-6; 75, 6-7; 77, 1-2; 89, 6-7; 97, 3; 111, 3; (112, 7-8; cf. a nota a III, 30, 3); 116, 4; 120, 4; 126, 5 («as aves agrestes viu a gente torem»). No C. IV: 6, 7; 15, 5; 29, 7; 52, 1; 53, 2; 69, 7-8 («Viu nascerem duas fontes»); 73, 7-8³; 76, 7-8³; 101, 1.

No C. V: 18, 7-8; 21, 1-4; 27, 6; 29, 1-7; 36, 3; 47, 1-3; 48, 1-4 («Verão ... ficarem»); 52, 2 e 5-6. No C. VI: 7, 1; 11, 8; 20, 5-6; 21, 7-8; 52, 3-4; 60, 5-7 (cf. a nota a III, 53, 1-2); 68, 3 (cf. a nota a III, 30, 3); 70, 6. No C. VII: 23, 8; 33, 7; 42, 4 e 7-8 («o rei mandara os principais buscar o capitão»); 67, 3; 70, 7; 73, 3; 76, 4. No C. VIII: 1, 2; 13, 1; 18, 1-2; 34, 4; 50, 8; 53, 4 (Os mahometanos «mostram ser (os portugueses) perdição dos naturais»); 58, 3-4; 60, 5; 74, 5 (cf. a nota a III, 30, 3); 77, 3; 82, 2; 82, 3 («lhe⁴ impede e lhe difere trazer a fazenda»); 85, 2-3; 90, 2; 92, 1; 93, 1; 98, 5 («faz fazer»). No C. IX: 9, 4 («Foram sentidos vir-se da cidade», como em III, 30, 3); 20, 7-8; 43, 3; 60, 3; 64, 3-4 (cf. III, 30, 3); 65, 8; 70, 8; 85, 3. E no C. X: 5, 7; 16, 6; 13, 8; 19, 4 (cf. 16, 5); 23, 3-4; 32, 5; 33, 6; 35, 3; 36, 3; 40, 5-6.

(*Continua*).

DR. JOSÉ MARIA RODRIGUES.

¹ «Nunca a gente viu» ou: «Nunca Leucate foi vista». Na passiva os dois verbos têm o mesmo sujeito, porque o sujeito do infinito, que na activa figura frequentemente como complemento directo do verbo regente, é transformado na voz passiva em sujeito dêste.

² Em «Vendo-se não ter parte», o sujeito de «vendo», por causa do «se», é o mesmo de «não ter parte».

³ O «a» sem significação especial, como se estivesse apenas: «mandes receber», «buscar». Dêstes casos se tratará posteriormente.

⁴ Note-se o «lhe» por «o», por causa do «lhe» seguinte e principalmente porque o pronome «o», sujeito do infinito ou complemento directo do verbo regente destas construções, facilmente passa ao «lhe». Cf., por exemplo, III, 69, 7;

Agora lhe não deixa ter defesa,

a par de III, 20, 8,

África estar quieto e não consente.

Outro «lhe» desta espécie em X, 29:

Lhe farão que com vida se não assa
As armadas de Egipto e de Cambaia

As origens líricas. Estado actual do problema

I. A tese arábica

Muito contra o que seria de esperar, a hipótese arabística das origens da poesia lírica ocidental voltou de novo à baila, embaraçando o problema, já tão notavelmente intrincado. Havia todo o direito de julgar que, depois dos trabalhos recentes de Scheludko, o erudito professor de Colónia e dos de Anglès e Spanke sobre o aspecto musical da questão, a tese arábica ficasse reduzida a uma expressão tam simples, que verdadeiramente nos permitisse pô-la de lado no difícil exame das origens. Tal não sucedeu: o romantismo, que presidiu à tese, volta de vez em quando, e o arabismo longínquo ainda não deixou de exercer a sua fascinação colorida, o seu prestígio cavalleiresco. ¿Haverá motivos ponderosos, que justifiquem uma revisão do problema, tal como no-lo deixaram, com resultado negativo, os trabalhos citados e outros ainda, apontados por Scheludko e por mim?¹ Não há. A hipótese arabística continua sendo, na frase lapidar de Menéndez y Pelayo, um *inexplicável delírio*. Fazendo o rebusco nos meus apontamentos e considerando o que mais recentemente se tem escrito sobre a questão, completo assim, de certo modo, o primeiro capítulo do meu livro *Das origens*, lamentando que os arabistas ainda se não tivessem entregue ao proveitoso cuidado de nos darem, numa edição acessível, o estudo minucioso e sistemático do romance de Ibne Cuzmane. Isso é que é verdadeiramente importante, não, decerto, para as origens líricas, mas para a explicação dum problema ainda obscuro: o bilingüismo não apenas literário mas, ao que parece, também popular das populações castelhanas até, pelo menos, o séc. XIII. Já chamei a atenção para essa necessidade urgente, que constitui, de resto, um compromisso de D. Julián Ribera².

¹ *Archivum romanicum*, XII (1928), pp. 30-127; *Das origens da poesia lírica em Portugal na Idade-Média*, Lisboa, 1929, pp. 21-25.

² Esta minha atitude em face da teoria arábica, da qual desejo apenas aproveitar a substância lingüística, foi mal compreendida por Scheludko, na recente crítica que fez do meu livro, in *Literaturblatt für germanische und romanische Philologie*, LII (1931), col. 219-223. Respondi na mesma revista, vol. LIII (1932), col. 77-80. Vid. o original português na secção de MISCELÂNEA.

Se a tese arabística unânime considera a Espanha como medianeira se não única, pelo menos principal, da acção do lirismo árabe sobre o europeu, é que implicitamente presume relações de cultura entre muçulmanos e cristãos, que tivessem facilitado essa contaminação. O fulcro do problema está verdadeiramente aqui. Foi sobretudo um passo célebre de Álvaro de Córdova (c. 854)¹, que deu alimento, logo nos seus inícios, à romântica hipótese. A tomarmos à letra o fervoroso padre cordovês, haveríamos de considerar a população mozarábica totalmente invadida de arabismo, deliciada nas subtilezas da gramática árabe e a tal ponto esquecida do latim, que dificilmente se encontraria, entre mil, um homem, que soubesse redigir uma carta de saudações nessa língua.

O perigo do famoso passo evidenciou-se logo em Portugal, pouco depois de ser divulgado². António Ribeiro dos Santos, tracejando a evolução da poesia portuguesa, a que dava origem céltica, fez a aludida citação e acreditou no intercâmbio das línguas, de que devia resultar a *gentil arte de poetizar* dos nossos trovadores. Vale a pena transcrever textualmente: «Esta mutua comunicação das duas línguas naturalmente havia [de dar] a huma muitos dos primores e donaires da outra e a gentil arte de poetizar, que tão valida e rica andava entre os Arabes e tão tratada dos nossos, não poderia deixar por este meio de muito influir nas nossas trovas e de lhes dar novas graças e bellezas; porque certo que os nossos, ao passo que se applicassem aos estudos do arabismo, irião achando

¹ Parte do trecho, citado já por Caetano de Amaral [*Mem. de Lit. Port., da R. Acad. das Sciencias*, VII (1806), pp. 94-95, n. 70 e 71], é como se segue: «Quis, rogo, hodie solers in nostris fidelibus laicis invenitur, qui Scripturis Sanctis intentus, volumina quorumcumque doctorum latine conscripta respiciat? Quis evangelico, quis prophetico, quis apostolicus ustus tenetur amore? Nonne omnes juvenes christiani vultu decori, lingua disert, habitu gestuque conspicui, gentilitia eruditione praeclari, arabico eloquio sublimati, volumina Caldaeorum avidissime tractant, intentissime legunt, ardentissime disserunt et ingenti studio congregantes, lata constrictaque lingua laudando divulant, ecclesiasticam pulchritudinem ignorantes et ecclesiae flumina de paradiso manantia quasi vilissima contemnentes? Heu, pro dolor! linguam (al. legem) suam nesciunt Christiani et linguam propriam non advertunt Latini, ita ut omni Christi collegio vix inveniatur unus in milleno hominum numero qui salatorias fratri possit rationabiliter dirigere litteras; et reperitur absque numero multiplex turba, qui erudite caldaicas verborum explicet pompas».

² Caetano de Amaral citava ainda mais exemplos de mozarabes eminentes que conheciam o árabe (n. 71). Cf. Menéndez y Pelayo, *Historia de las ideas estéticas en España*, 3.ª ed., II, 71.

nelle hum fundo inexaurível de riquissimos poemas, que naturalmente os attrahirão com seus encantos e os convidarão a transferir para a lingua propria o mesmo gosto de poetar que achassem na extranha, de que ficou muito sabor nas trovas e rimances dos quatro primeiros seculos da Monarchia Portugueza, de que fallaremos em seu lugar, maiormente da rima, que deu nova forma á poesia vulgar e veio a constituir humas das suas bellezas»¹.

A ideia da superioridade, da tolerância e do poder cativador da cultura muçulmana foi apoiada e desenvolvida pelos arabistas românticos e dá entrada na própria história. É conhecida a página clássica de Herculano, em que elle nos pinta, citando precisamente Álvaro de Córdova, as pacíficas relações das duas leis e o fortissimo ascendente do arabismo: «a philosophia, as sciencias e a poesia arabicas arrastavam todos os espiritos, e até o latim barbaro, a lingua escripta dos hispano-godos, se perdia esquecida no meio das pompas e elegancias do arabe»².

Na sua *História da literatura espanhola*, Godofredo Baist adoptou uma attitude interessante e paradoxal. Desprezando os estudos de Simonet, pinta-nos a população mozarábica perdendo a religião e a lingua, sob a pressão crescente da cultura muçulmana. Diz mesmo que «quando os almôadas forçaram os últimos restos de cristãos á conversão ou á emigração, elles já estavam de há muito, no que respeita ao culto e á legislação, completamente arabizados»³.

Todavia, em contradição, pelo menos aparente, com o que acaba de dizer, sustenta a impossibilidade duma influencia da poesia arábica, devido á sua extrema complicação, que a tornava um enigma para o estrangeiro; e, referindo-se á aproximação que Schack fizera entre a *muḍarraha* e o *zéjel* andaluzes e o *villancico* castelhano, acrescenta que essa forma se encontra também na *dansa* provençal e que aqui se explica naturalmente por uma evolução da *tornada*. Mais ainda: como a poesia castelhana arcaica depende da francesa e provençal e como a poesia andaluza emmudecera já antes da sua formação, é em França que se deverão procurar os modelos e não na

¹ *Mem. de Lit. Port., da R. Acad. das Sciencias*, VIII (2.^a ed.) pp. 244-245. Refere nomes de poetas árabes que viviam em território português e exalta a sua cultura poética.

² *História de Portugal*, 8.^a ed., VI, p. 30. Cf. David Lopes, *Os árabes nas obras de Alexandre Herculano*, in *Boletim da 2.^a classe da Acad. das Sciencias*, IV (1910-1911), pp. 373-375, 380-393.

³ Grüber, *Grundriss*, II, 2, p. 384.

Andaluzia¹. Baist separava pois o fenómeno lingüístico e social do fenómeno literário e, reconhecendo embora o poderoso influxo árabe na literatura narrativa, filosófica e científica, nega-o terminantemente para um género eminentemente subjectivo como é o lirismo, que tinha, além disso, segredos de técnica, a poucos revelados.

Utilizando material muito mais rico, pronunciou-se também Carolina Michaëlis sobre o delicado problema das influências líricas arábicas. A sua contribuição, que jazeu durante alguns anos ignorada, foi publicada há pouco por um escritor português, sob o título *Das origens da poesia peninsular*². Confessando-se *simples investigadora hesitante*, julga todavia que o que tem sido publicado para esclarecer as relações entre vencedores e vencidos «torna acreditáveis influxos reciprocos e a existencia de entretimentos comuns — com bailados, canticos e musicas mixtas»³. A exímia romanista declara-se *em teoria* do lado dos que acreditam no «choque fermentador ou electrizador fecundante entre Semitas e Indogermanos» e acrescenta: «Conhecendo a enorme influencia que desse choque impulsionante [veio] para a agricultura (irrigação), as industrias, as artes plasticas e tambem para a musica (instrumentos) e a dança — e *last not least* para as linguas peninsulares (em especial, em todos esses ramos, para a Andaluzia e o Algarve, por motivos obvios) — estou convencida de que na poesia, nos generos singelos e populares que costumam acompanhar as outras duas artes, houve tambem actividade comum e influxos mutuos».⁴ Retoma pois a velha opinião de Ribeiro dos Santos, com muito mais sciência e consciência, é certo, mas retoma-a: «eu inclino-me a unir as ideias dos romanistas que acreditam em elementos indogermanicos e a dos arabistas, que reconhecem influxos dos semitas do occidente»⁵.

Não é difficil verificar que o problema das relações culturais se acha, de Baist para D. Carolina Michaëlis, notavelmente modificado. Reconheceu-se, com efeito, e desde há muito, que a informação de Álvaro de Córdova peca por exagerada. O seu piedoso e excessivo zêlo e a veemência da sua fê cristã levaram-no a avultar

¹ *Grundriss*, II, 2, p. 385.

² Carolina Michaëlis de Vasconcelos, *Das origens da poesia peninsular*. Estudo seguido de quarenta e sete cartas dirigidas a Alfredo Pimenta. Lisboa, 1931.

³ *Ibid.*, p. 18.

⁴ *Ibid.*, p. 24.

⁵ *Ibid.*, p. 25.

e a generalizar um facto, que, confinado talvez a Córdoba, sede do Califado, afectaria apenas um reduzido número de indivíduos, certamente clérigos apaixonados de novidade e estrangeirismo¹. Prova do exagêro retórico e sentimental do Cordovês está em que o mozarabismo atingiu precisamente no seu tempo o seu período áureo, chegando a incomodar seriamente o Islam. E, pelo que diz respeito à língua, está hoje fora de dúvida, depois dos trabalhos de Simonet, Codera e Ribera que o mozarabismo não só manteve o romance, como ainda o comunicou — e isso é deveras importante — à restante população muçulmana². A circunstância de alguns, sobretudo os de mais alta categoria, poderem ser bilingües, em nada aduz contra este facto, como nada provam as escrituras notariais, redigidas em árabe, dos mozárabes toledanos dos sécs. XII e XIII e publicadas há pouco (1930) por González Palencia.

A comprovação deste curioso fenómeno lingüístico, que documenta, em última análise, a resistência da civilização peninsular e a sua iniciativa sobre o *arabismo*, veio dar aspectos imprevisos ao problema das relações líricas. Em 1912, Ribera pensou que o lirismo vulgar dos *zéjeis* poderia ter como origem uma antiga poesia galego-portuguesa, existente na Andaluzia. Nada mais lógica: com a língua — e essa língua parece ser fundamentalmente o galego-português — iriam também as tradições poéticas nela expressas³. Se os estudos musicais posteriores o desviaram desta primeira hipótese, dando a primazia da criação ao génio poético andaluz, ainda assim reconhecia que a origem remota da música árabe devia ser buscada na antiguidade greco-latina.

Já em tempos Juan Valera teve a intuição disso mesmo, quando traduzia a obra de Schack, *Poesia e arte dos Arabes em Espanha e na Sicília*. No prefácio declara entender que a civilização arábico-espanhola «deve muito à influência inspiradora do céu da Andaluzia e à raça que, antes da conquista, habitava ali». E, mais expressamente: «En los árabes veo poco ó nada original, y no hablo del carácter, sino de la inteligencia, salvo la poesia ante-islámica, bárbara y ruda por los sentimientos, refinada, culterana y hasta pedantesca por el estilo, y falta de todo ideal. Su filosofía, su ciencia,

¹ Amador de los Rios, *Hist. crítica de la lit. esp.*, II, 427; Menéndez y Pelayo, *Hist. de las ideas estéticas*, II, 72.

² Sobre a questão da língua entre os mozárabes, ver Menéndez Pidal, *Orígenes del español*, 2.^a ed., pp. 434 sgs.

³ Rodrigues Lapa, *ob. cit.*, pp. 40 sgs.

casi toda su cultura, y hasta cierto punto su poesía misma, posterior al islamismo, me parecen, como el propio islamismo, un reflejo y un transunto del saber de los judíos y de las civilizaciones de los pueblos indo-germánicos; en Oriente, de los indios y de los persas. Grecia influyó también, con extraordinario brio, en el desarrollo intelectual de los musulmanes; sin Aristóteles y Platón, acaso nunca los musulmanes hubieran filosofado; sin Hipócrates y Galeno, no habrían tenido buenos médicos; ni habrían comprendido nada de las ciencias exactas y naturales sin Euclides, Ptolomeo y el ya mencionado Estagirita¹.

Simonet, talvez com sectário exagêro, demonstra também o quanto a cultura muçulmana deve à civilização clássica, através dos mozárabes e puros cristãos da Península, e um grande arabista espanhol contemporâneo, Asín y Palacios, tem-se encarregado de provar o quanto a própria religião dos árabes deve à influência dos cultos cristãos.

Não é de estranhar, portanto, que Menéndez Pidal, ao aceitar a tese de Ribera, formulada em 1912 no estudo sobre o Cancioneiro de Ibne Cuzmane, a utilizasse em proveito duma poesia lírica castelhana, que teria condicionado, entre os secs. X e XI o *zéjel* andaluz, o qual seria, pois, no fim de contas, uma forma românica². E Carolina Michaëlis abunda em ideias parecidas, atribuindo origem latina às formas líricas andaluzas: «As formas primitivas da poesia popular hispanica, o *cantarcillo* ou *cantar velho*, o proverbio ritmico e rimado de 2, 3, 4 versos curtos (hemistiquios), utilizado como *refrain* em algumas poesias cultas de trovadores, e mesmo o *villancete*, de que há exemplos (*Abba*), preexistiam e são os germes das *moaxahas* dos secs. IX, X, XI, germes de sementes latinas, mas que no solo e clima peninsular se tinham desenvolvido de modo especial, sobretudo na Andaluzia e no Algarve, na convivência com Arabes»³.

De tudo isto resulta pitorescamente que os próprios partidários do *arabismo* não crêem intimamente na hipótese, indo sempre dar à fonte greco-latina, que, quando muito, teria sido toldada pela influência semítica. E têm razão para descrever. Um homem, um poeta cego, *inventor*, nos fins do séc. IX, na época de esplendor do moza-

¹ Schack, *Poesia y arte de los Árabes en España y Sicilia*, 1, Madrid, 1930, p. 6.

² Pidal, *La primitiva poesia lírica española*, Madrid [1919?], pp. 56, 76. Cf. *Das origens da poesia lírica em Portugal*, pp. 46-47.

³ *As origens da poesia peninsular*, p. 25.

rabismo, um sistema lírico revolucionário, brigando com a tradição clássica arábica, empregando em lugar do árabe o romance e introduzindo o *refran*, indicio de poesia coral e bailada. É um historiador literário, por sinal português, Ibne Baçame, quem nos diz, passados 200 anos sobre a morte de Mocádem Ben Moafa, que fôra êle que *inventara* o sistema. Nós temos porém todo o direito e talvez toda a razão de duvidar da informação tardia de Ibne Baçame: o poeta de Cabra, espanhol de raça, não teria feito mais do que transpor para o meio muçulmano, adulterando-as, as formas líricas latino-românicas do povo andaluz. Deu direito de cidade à poesia popular espanhola. A informação do historiador de que «os versos da *muðçaha* de Mocádem Ben Moafa não eram elementos orgânicos do conjunto da estrofe» carece dum comentário. No meu livro *Das origens* referi-me a êste caso e considerei a independência estrófica da lírica de Ibne Cuzmane como fenómeno profundamente incompatível com a ligação existente no lirismo galego-português¹. É preciso porém notar que nada nos diz que essa ligação, que se observa no nosso lirismo do séc. XIII, fôsse a mesma do séc. IX e é, pelo contrário, muito provável que o paralelismo usasse então formas mais simples, cujo tipo não andaria longe do das actuais cantilenas asturianas, que conservam enèrgicamente o molde arcaico:

Ya vienen los pastores, cañada arriba,
Ya ponen las babianas la ropa fina;

Ya se van los pastores cañada abajo,
Ya ponen las babianas los zarandajos².

Nos nossos cancioneiros também aparece a forma simples, módelo evidente da actual cantiga asturiana:

Ai, ondas, que eu vin veer,
se mi saberedes dizer
porque tarda meu amigo sen mi?

Ai, ondas, que eu vin mirar,
se mi saberedes contar
porque tarda meu amigo sen mi?

CV. 899

¹ *Das origens*, p. 32.

² Constantino Cabal, *Las costumbres asturianas*, Madrid, 1931, p. 300.

E, embora não apareça propriamente nos cancioneiros, a forma trovadoresca citada presume sempre o tipo, ainda mais singelo, da bailada asturiana¹. Por exemplo:

Ondas do mar de Vigo,
ondas do mar levado,
se vistes meu amigo,
se vistes meu amado,
o por que eu sospiro,
por que ei gran coidado!

C V. 884

Esta cantiga, ornada do refran respectivo, daria sem dificuldade um tipo simples de *muáxaha*, *a b a b a b C*, do que se poderia tirar a forma mais complicada, apresentada por Ribera *ABABcdcdcdabab*².

¿A que se referiria Ibne Baçame ao declarar que os *versos* do Mocâdem Ben Moafa não eram elementos orgânicos do conjunto da *estrofe*? Significaria com isso a falta de urdidura, tam característica da cantiga galego-portuguesa? Ou a independência real das duas versões paralelas? Ou o facto de por vezes o refran ter sentido diferente do da estrofe? De resto, difficilmente se comprehende que um verso possa deixar de se integrar na estrofe, quando não seja de estribilho; as estrofes é que poderiam ter certa posição independente, como de facto tinham no sistema lírico de Ibne Cuzmane, que não nos elucida infelizmente sobre o que tivesse sido o do antigo poeta de Cabra. Um arabista americano, de quem me occuparei dentro em breve, deu recentemente uma tradução um pouco mais clara do famoso passo, que oferece, ao que se vê, difficuldades: «e a este mote applicava a *muáxaha* sem qualquer conexão ou hemistíquios».³ O sentido porém ainda não fica transparente. Há pois aqui um pequeno mistério, que precisaria de ser esclarecido para uma melhor visão do problema. A verdadeira tradução qual será? Seria bom que os arabistas o verificassem, dada talvez a impossibilidade de jamais se descobrirem as poesias de Mocâdem Ben Moafa.

¹ Rodrigues Lapa, *ob. cit.*, p. 283.

² *El cancionero de Abencuzmán*, p. 56.

³ A. R. Nykl, *The dove's neck-ring about love and lovers, composed by Abū Muḥammad 'Alī Ibn Ḥazm Al-Andalusī*, Paris, 1931, p. LXXXVI.

Do que não há a menor dúvida é que os poetas muçulmanos, de acôrdo com a sua tradição métrica, complicaram enormemente um sistema, que na poesia popular românica andaluza deveria ser bem simples e corresponder aos esquemas, correntes no séc. XIII e ainda hoje, numa ou noutra região mais arcaizante. Na verdade, e que pode haver de mais simples do que o esquema *a a B, c c B*, forma a que se poderiam reduzir quasi todas as nossas cantigas paralelísticas? Pretendia Ribera que ainda um dia havia de provar que esse tipo métrico saíra do *zéjel* andaluz, *A A b b b a c c c a*, etc.¹ Nunca o provou nem o poderia provar, porque é mais natural, mais concorde com a experiência e com o que sabemos deles, que os muçulmanos tivessem complicado o que encontraram simples, e não o contrário. O próprio illustre arabista se contradiz, quando para os primitivos cantos de Mocádem supõe a forma mais simples do *zéjel*, *A A b b b a c c c a*, não reparando em todo o caso que o tipo métrico de Mocádem é mais a *muá'raha* do que propriamente o *zéjel*, conforme a informação de Ibne Baçame².

Em resumo: ou os tipos métricos andaluzes são uma derivação da clássica *cacida* árabe, como supõem Dozy, Scheludko e Spanke, hipótese que julgo arriscada, pela forte doseação de elementos românicos que neles se encontram, não influido em todo o caso no nosso lirismo, de carácter tão pronunciadamente arcaico; ou, como é muito mais verosímil e natural, o duplo impulso da língua e duma tradição poética peninsular e particularmente galego-portuguesa levou os muçulmanos espanhóis à apropriação e transformação das nossas formas líricas. Não se objecte, como objectou Spanke, de quem se falará daqui a pouco, que esse lirismo românico andaluz é scientíficamente indemonstrável³.

O lirismo dos povos românicos desde a mais alta Idade-Média está superabundantemente comprovado e a nossa cantiga paralelística não nasceu positivamente do nada, antes presume, até pelo arcaísmo da sua linguagem, um largo período de evolução e de cultivo popular. Mozárabes e muladis, conservando a língua, como está demonstrado, deveriam também necessariamente conservar, mais ou menos intactas, as suas tradições líricas.

Não vale a pena insistir aqui nas pretensões de Ribera de estender a influência da métrica andaluza ao próprio lirismo provençal,

¹ *La música de las Cantigas*, Madrid, 1922, p. 108.

² *La música árabe y su influencia en la española*. Madrid, 1927, p. 216.

³ *Volkstum und Kultur der Romanen*, III (1930), p. 265.

francês e alemão. A argumentação do distinto arabista é ai pobríssima e verdadeiramente insignificante. Êle próprio confessa que o seu estudo das formas métricas é feito um pouco ao de leve e reconhece a sua falta de preparação romanística¹. E, se bem interpreto o passo duma carta, que dêle recebi em 14 de Setembro de 1930, a sua própria convicção numa linda tese, que tam laboriosamente architectou, está já abalada: «Ciertas observaciones personales de U. me han hecho el debido efecto: la complejidad de algunos hechos requiere no solo la observacion de un investigador (que por necesidad ha de ver siempre algo parciales los aspectos), si no la de otros, para corregirse mutuamente y completar la vision total. Es el sino de la ciencia humana: el de ir retocando y retocando sus trabajos».

Não acontece o mesmo, segundo parece, com os seus discípulos, que continuam crendo, com pouca independência critica, as primeiras concepções do mestre. E é assim que González Palencia tem a coragem de afirmar, no seu recente discurso de entrada na Academia Espanhola: «Al cabo de varios años, va siendo generalmente admitida por los doctos la tesis, que Ribera expuso en 1912 acerca de los orígenes de los sistemas líricos romances»². Pouco antes, num seu livro, por sinal bem útil, tinha afirmado redondamente que os estudos de Ribera haviam demonstrado por completo a comunicação das formas métricas andaluzas juntamente com a música árabe e que —ainda por cima! — com a melodia passava a letra, que forçosamente havia de influir nos sistemas líricos europeus³.

O tratamento que Palencia dá ao problema das origens é deveras lamentável. Resumindo servilmente as opiniões de Ribera —êlé próprio o confessa— sem que lhe ocorra a menor objecção, cita o estafado passo de Álvaro de Córdoba, faz o inventário dos influxos árabes e conclui que foi inegável o contacto entre as duas civilizações⁴. Admitindo embora como inegável êsse contacto, a lista

¹ *La música de las Cantigas*, p. 108, n. 1; *El Cancionero de Abencuzmán*, p. 92. Cf. *Das origens*, p. 26 sgs.

² *El Islam y Occidente*, in *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos*, xxxv (1931), p. 267.

³ *Historia de la literatura árabe-española*, Barcelona, 1928, pp. 329-330.

⁴ *Historia de la literatura árabe-española*, pp. 271-272; *El Islam y Occidente*, pp. 277-278. No seu discurso académico, Palencia cita como principais opugnadores da tese de Ribera, o musicógrafo Spanke e «a provençalista ucraniana Sofia Scheludko» (p. 270). Êste curioso êrro de mudança de sexo, que eu

pitoresca, que Palencia nos oferece, diz-nos logo que êsse intercâmbio teve um carácter utilitário, intelectual ou recreativo; e se considerarmos o lado intelectual da cultura árabe como uma transplantação e imitação da antiga cultura clássica, resulta daí que êsses tam apregoados influxos têm por tôda a parte um carácter exterior e superficial. As duas civilizações continuam a ser — como não podia deixar de ser — moralmente impenetráveis. Ora um fenómeno eminentemente pessoal, como é o lirismo, não pode só nutrir-se de forma exterior; tem a sua substância espiritual, o seu conteúdo de peculiaridade subjectiva. Sob êsse aspecto, ¿que há de idêntico entre o lirismo árabe e o galego-português ou até mesmo o provençal? Nada, ou quasi nada¹.

E contudo Burdach procurou demonstrar que alguma semelhança havia. No seu estudo sobre as origens do lirismo trovadoresco analisa as coincidências temáticas entre as duas escolas poéticas, a muçulmana e a cristã, e, vista a anterioridade da primeira, procura sacar de facto uma influência decisiva para os destinos do trovadorismo europeu².

Todavia, o próprio Burdach não sentia grande convicção pela sua tese, pois que na noticia preliminar declara «que não pretende oferecer nada de definitivo, se limita às linhas gerais da demonstração, confiando do futuro e sobretudo do Prof. de Berne, S. Singer, a sua mais completa justificação»³. A critica da tese de Burdach está feita e com resultado negativo⁴. E Singer, de quem êle esperava a sua confirmação, comprometeu-a talvez ainda pela sua falta de método e de critica. Pillet, um pouco antes de Scheludko, viu bem os defeitos do seu trabalho: à mais fútil coincidência lançava um grito de triunfo «sem procurar dizer-nos que passos do lirismo árabe podia ter conhecido um francês do sul, em

também cometi, mas corriji, não totalmente, em nota final, e outros passos do mesmo arabista convencem-me de que êle leu o meu livro, embora o não cite. Infelizmente leu-o mal. Burdach não reviu, como afirma (p. 270), o problema no sentido dos estados de Ribera. Os dois eruditos trabalharam independentemente e, por vias diversas, foram ter ao mesmo ponto: a cultura clássica. Cf. *Das origens*, pp. 49-50.

¹ Sobre o artifício esplendoroso do lirismo arábico-espanhol, veja-se Schack, *Poesia y arte de los árabes*, I, pp. 105-107 e 108 sgs.

² Konrad Burdach, *Vorspiel. Gesammelte Schriften zur Geschichte des deutschen Geistes*, I, 1, Halle, 1925, pp. 253-333.

³ *Ibid.*, pp. 253-254.

⁴ Scheludko, *ob. cit.*, pp. 58-83; *Das origens*, pp. 14 sgs.

Espanha, na Sicília ou na Palestina»¹. E dá um exemplo, na verdade frisante, da insuficiência crítica do professor bernês, que teve o denodo de afirmar que os provençais haviam tirado dos árabes a ideia de que o amor infeliz faz emmagrecer! O ponto difícil da hipótese de Burdach é este, cujo estôrvo éle próprio pressentiu: considerando uma poesia aristocrática, em árabe clássico, sábia, requintada e portanto dificilmente transmissível, o seu autor não conseguiu encontrar ponte de transição para o lirismo românico e, rodeando a dificuldade, afecta a integridade da tese, supondo o génio lírico greco-latino como o remoto responsável do trovadorismo europeu². Com isso, a teoria cai aos pedaços.

¿Acaso se poderá completar a tese de Burdach com as conclusões de Ribera? A dificuldade lingüística estava, por assim dizer, vencida: o veículo de comunicação teria sido o romance peninsular, provavelmente o galego-português. Mas, além de outra objecção de ordem literária (os temas do *zéjel*), ¿porque teriam ido buscar os provençais um lirismo mais distante, mais estrangeiro, tendo em Santiago de Compostela um lirismo românico, florescente em toda a Galiza e, sem dúvida, aparentado com o lirismo popular da Provença? ¿De que vale gastar tempo com estas conjecturas?

*

A hipótese de Burdach, diz Pillet, abre à fantasia infinitos horizontes e, embora não satisfaça a razão, não é de admirar que tivesse encontrado recentemente num erudito alemão imaginoso o seu convicto mantenedor³. O Sr. Rodolfo Ereckmann encarregou-se

¹ Alfred Pillet, *Zum Ursprung der altprovenzalischen Lyrik*, Halle, 1928, p. 14. Cf. *Archivum romanicum*, xii, 83-88 e *Volkstum*, iii, 261, onde Spanke estranha a severidade excessiva de Pillet.

² Não deverá ver-se nisto contradição com o que disse em *Das origins*, p. 25. Na Espanha muçulmana viviam, além de espanhóis, catalães, franceses, alemães, que *poderiam*, embora difficilmente, ter servido num ou noutro caso de medianeiros. Cf. p. 17. O argumento da língua *escrita* não é pois de absoluto pêso.

³ Hans Naumann, no livro recente, *Höfische Kultur*, Halle 1929, pp. 15, 33, não pôde libertar-se do enleio da tese arabística, afirmando que a existência do serviço do amor cortês entre os árabes demonstra que o culto mariano não poderá ser a fonte directa do amor trovadoresco, que é, na essência, a transposição para o mundo medieval das antigas concepções platónicas (pp. 31-34). Cf. o abundante capítulo de Wechssler, *Das Kulturproblem des Minnesangs*,

de retomar a defesa da tese de Burdach, sob outro aspecto, sem desconhecer o ponderoso das objecções de Scheludko¹. Declara no seu estudo, logo de início, que não aduz investigações próprias para a solução do problema. É perfeitamente legítimo, quando se disponha do material indispensável para o seu tratamento. Ora Erckmann manifesta a êsse respeito uma lamentável penúria, não utilizando, o que é extremamente grave, os numerosos e valiosos subsídios da arabística peninsular². Sem êles, não se pode ter uma visão perfeita do conjunto, ainda mesmo da parte dêsse conjunto, a que Erckmann, apoiado apenas em Dozy, dá uma importância especialíssima: o seu aspecto histórico e cultural (*die wichtige Betonung der geistesgeschichtlichen Seite der Gesamtfrage*), que Burdach tinha descurado, dando importância primacial às coincidências literárias³.

O autor em questão entende que nem a tradição do erotismo clássico, apontada por Schwietering, nem a influência do lirismo clerical médio-latino, apoiada por Brinkmann, nem ainda a actuação do lirismo mariano, defendida por Gennrich são bastantes para uma completa explicação do fenómeno do trovadorismo, que presume «o fundo determinado e sempre presente duma sociedade de elevada cultura formal» (p. 243). Na explicação dêsse *fundo* está toda a teoria de Erckmann, que, em vez de o procurar, como era natural, na Provença, onde êle existiu efectivamente, o vai buscar à civilização árabo-espanhola.

O problema da língua, que constitui para a maioria a grande dificuldade da tese, é para êle, um estôrvo apenas aparente⁴; abo-

Halle, 1909, pp. 356-371. Todavia, como Burdach, Naumann dá a êsse estilo lírico dos árabes uma origem clássica antiga. O seu papel teria sido sobretudo, se interpretamos bem o pensamento do autor, o de transformar o grande amor platónico, dirigido ao efebo, no amor cortês medieval, endereçado à dona.

¹ *Der Einfluss der arabisch-spanischen Kultur auf die Entwicklung des Minnesangs*, in *Deutsche Vierteljahrsschrift für Literaturwissenschaft und Geistesgeschichte*, ix (1931), pp. 240-284.

² *Bulletin hispanique*, xxxiii (1931), p. 379.

³ *Ob. cit.*, p. 241.

⁴ Desconhecendo os trabalhos de Ribera, nem sequer utilizou o argumento linguístico, que lhe poderia fornecer o emprêgo do romance pelos próprios muçulmanos. Um autor espanhol, discípulo de Ribera, o Sr. José M. Millás, estudando as hipotéticas relações do lirismo hispano-árabe e italiano, não se esqueceu de o fazer valer.—*Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos*, xlii (1921), p. 59. Segundo êste escritor, a influência provençal teria actuado em Itália nos meios cultos, a muçulmana nos meios populares.—*Ibid.*, xli, 562.

nando-se com a decantada opinião da superioridade da cultura árabe e com o famoso passo de Álvaro de Córdova, persiste ainda no erro inveterado, já aqui aludido, e comete a enormidade de afirmar que dessa completa fusão espiritual resultou o «singular paralelismo que ainda hoje existe entre o carácter do povo árabe e do povo espanhol» (p. 257). O escritor alemão utiliza a *História dos Muçulmanos da Espanha*, de Dozy; mas ignora, segundo parece, outro livro fundamental do arabista holandês, as *Investigações sobre a história e a literatura espanholas durante a Idade-Média*, no qual poderia ler isto, que contradiz em absoluto o seu singular assêrto: «et de même qu'il n'y a rien de plus opposé que le caractère de ces deux nations, de même il n'y a rien de plus dissemblable que leurs vers. Dans la poésie des Maures on reconnaît l'esprit d'une race vive, ingénieuse, impressionnable et polie, mais amollie par un doux climat et par les raffinements de la civilisation. Rêveuse et intime, cette poésie aime à se perdre dans la contemplation de la nature; les bois, les lacs, les fleurs, les étoiles, les soleils couchants, tout a des voix pour le Maure, et il se complait dans cette douce mélancolie qui sonde les blessures du cœur, ou en crée là où elles n'existent pas»¹.

Efectivamente, se isto que acaba de se ler ainda poderia ter uma ou outra relação com o carácter do português, briga contudo, da maneira mais chocante, com o do espanhol, duro, realista, austero.

O vocabulário das línguas peninsulares, que o Sr. Erekmann, com ligeireza incrível, considera «uma imagem viva daquele sincretismo de cultura» (p. 258), é, ao contrário, a demonstração cabal da incompatibilidade das duas civilizações, que se tocaram, se influenciaram, é certo, mas não se confundiram. Em qualquer compêndio de filologia vem este facto acentuado².

Partindo pois de dados iniciais errados, não é de estranhar que a demonstração de Erekmann, apoiada em material insuficientíssimo e ainda por cima mal interpretado, seja também um longo erro, onde não faltam perturbadoras contradições, pois que, considerando, como vimos, uma fusão completa ou quasi completa, diz-nos em seguida que o influxo da cultura andaluza não foi geral, se confinou à aristocracia da corte, atraída sobretudo pelo brilho exterior,

¹ Dozy, *Recherches*, Paris, 1881, II, 197-198.

² Meyer-Lübke, *Lingüística romance*, Madrid 1926, pp. 106-107; Savj-Lopez, *Le origini neolatine*, Milano, 1920, pp. 305-313.

formal, daquela civilização, isto é, «sem arabização espiritual e até mesmo contra o seu sentir» (p. 260).

Onde porém o Sr. Erckmann atinge o cúmulo da extravagância é em nos pintar a ressurreição das forças cristãs no tempo de Fernando I (1038-75) como um produto da mesma cultura muçulmana, que tinha ensinado frutuosamente aos cristãos do norte o espírito cortês e cavalleiresco e a capacidade militar (p. 262). Fernando cai a fundo sobre os sarracenos e destroça-os; pois o crítico alemão entende que o heroísmo cavalleiroso do rei só é explicável «pela herança duma cultura de forma arábica» (p. 264). Isto lê-se e difficilmente se acredita. Erckmann sintetiza e esclarece um pouco: «o que o peninsular tomou do árabe foi, visto de fora, o teor da sua vida cortês» (p. 267). E mais adiante: «a in fluência árabe, dada a enorme distância espiritual entre cristãos e muçulmanos, não se revela num impulso decisivo de criadora actividade literária; antes produz nos estados do norte uma imitação formalística da civilização cortês do Califado». Havia na alma espanhola uma predisposição para este fenómeno, donde resultou, na 2.^a metade do séc. XI, «uma cultura cortês de tipo cristão, engendrada por elementos formais de origem arábica» (p. 269).

Aqui é que está a tese do Sr. Erckmann: não houve propriamente intercâmbio literário, a que se opunham, além doutras, as dificuldades lingüísticas; houve um estado de espírito cavalleiresco, de fonte arábica, que, contagiando os homens d'armas e trovadores franceses vindos à Peninsula, se desentranhou na Provença em frutos liricos. Isto é, a *cavalaria cortês* teria nascido na Espanha muçulmana e daqui irradiaria, através dos estados cristãos peninsulares, para o sul da França. É uma hipótese como qualquer outra, não alicerçada em factos, ou antes documentada em factos como este: o autor, que alude freqüentes vezes à brilhante maneira de viver das côrtes cristãs da Peninsula, não reparando que esse brilho é posterior à formação do lirismo provençal e tem talvez mais forma francesa do que árabe, insiste no carácter sensualístico das poesias de Guilherme IX e doutros trovadores, na evidente preocupação de o atribuir a um influxo árabe; não repara que esse espírito cavalleiresco deveria ter uma feição casta, respeitosa, religiosa, porque são esses efectivamente os traços dominantes do lirismo trovadoresco, já existentes em Guilherme IX, cuja complexidade não soube ver (p. 275). E, como amostra final do seu método crítico, sempre direi que o Sr. Erckmann filia na tradição sensualística dos árabes o facto de Afonso VII e Afonso VIII

de Castela terem deixado muitos bastardos! (p. 280). Já é levar longe a sua obsessão arabística!

A tese de Erekmann não é nova; foi formulada há justamente cem anos por Fauriel, em curso professado na Faculdade de Letras de Paris (1831 e 1832), sobre a poesia provençal¹. O escritor alemão não cita o antigo provençalista francês; não o teria conhecido? Se assim é, não deixa de ser singular a identidade das concepções, embora o autor francês seja mais elegante, mais claro e mais preciso. Logo no cap. XIII, trata Fauriel da influência dos árabes na poesia épica do sul de França, por motivo das guerras *éminement poétiques*, entre os muçulmanos e os franceses meridionais, auxiliares dos galegos e asturianos: «Aussi braves que les chrétiens, les Arabes étaient beaucoup plus civilisés, et ce fut incontestablement d'eux que vinrent, dans le cours de la guerre, les premiers exemples d'héroïsme, d'humanité, de générosité pour les adversaires, en un mot, de quelque chose de chevaleresque, bien avant que la chevalerie eût un nom et des formules consacrés»². É porém no cap. XLI que, com mais documentação, versa o problema das relações entre as duas poesias líricas. Fauriel coloca a questão de modo idêntico ao do Sr. Erekmann. O exame das analogias formais e temáticas dá resultado negativo; julga contudo o provençalista francês que se poderá *ladeur a questão* e ver «se os árabes da Espanha não tiveram influência imediata sobre a civilização peculiar do sul da França, sobre essa mesma civilização, de que a poesia provençal foi o resultado e a expressão»³.

E aqui, Fauriel, apoiado numa nota do Conde, desenvolve a questão das ideias cavalleirescas entre os árabes, que teriam enformado a civilização cortês das provençais. Essas ideias, é claro, deveriam ter, como efectivamente tiveram, uma expressão literária, que aproxima as duas culturas poéticas: o amor-culto, sem sensualidade, fonte e fim de perfeição moral, a submissão do amador, o serviço amoroso prestado a altas donas, etc. Simplesmente, esses caracteres são mais próprios da poesia clássica, pre-islâmica,

¹ *Histoire de la poésie provençale*, Paris, 1846, 3 volumes.

² *Ibid.*, I, 423.

³ *Ibid.*, III, 311. Cf. mais adiante, p. 318: «au lieu de chercher directement quelle influence les Arabes purent avoir sur une poésie qui ne porte aucune empreinte immédiate, évidente de leur génie asiatique, il paraît plus naturel et plus historique de rechercher s'ils n'eurent pas plutôt quelque part à la révolution morale et sociale dont cette même poésie devint l'expression».

segundo confessa Fauriel, que resume assim as suas opiniões: «En résumant tous ces faits, les uns certains, les autres probables, il en résulte assez clairement, ce me semble, que les Arabes d'Espagne eurent sur la civilisation du midi de la France une influence directe et positive, et sur la poésie née de cette civilisation une influence indirecte qui n'en détermina point les caractères essentiels sous les rapports de l'art et de la forme, qui n'en a par conséquent pas détruit l'originalité, mais telle néanmoins qu'à n'en pas tenir compte, on ne se ferait pas de cette poésie une idée complète»¹.

O que separa as duas concepções, a de Fauriel e a de Erckmann, é um ponto de menor importância: ao passo que o primeiro considera uma influência social directa (guerras e relações comerciais desde o séc. VIII), embora freqüentes vezes sobre terra espanhola, o segundo considera efectivamente a Espanha como a intermediária dessa influência. No mais, a tese é a mesma e não valia certamente a pena ressuscitá-la.

Em conclusão: o Sr. Erckmann utiliza as investigações históricas de Dozy, atrasadas de 70 anos, para a demonstração duma tese, que o próprio arabista repudia. Rodeia as dificuldades lingüísticas e literárias com notável desenvoltura, procurando inutilmente convencer-nos, em oposição a tudo quanto sabemos até aqui, que aquele espírito da cavalaria europeia, um dos promotores da escola lírica do amor cortês, tem afinal uma origem semítica. As deficiências da sua informação bibliográfica e a ligeireza evidente do seu método crítico, são, além do mais já referido, a condenação do seu trabalho.



Já estava pronto este artigo, quando tive conhecimento, por intermédio do meu antigo mestre e distinto arabista, Dr. David Lopes, do livro de Nykl sobre Ibne Hazme². O orientalista americano traduz aí o tratado de amor do célebre filósofo andaluz, que Pétróf editara em 1914, e fá-lo preceder, à guisa de prefácio, de mais dum centenar de páginas, em que, mais uma vez, se defende a tese arábica.

¹ *Ibid.*, III, 341.

² A. R. Nykl, *A Book containing the Risāla known as the Dove's Neck-Ring about Love and Lovers, composed by Abū Muḥammad 'Alī Ibn Ḥazm Al-Andalusī*, Paris, Geuthner, 1931.

Não se poderá acusar o Sr. Nykl, como se fez ao Sr. Erckmann, de falta de documentação. A lista bibliográfica que precede o trabalho é verdadeiramente imponente, embora muitas das espécies não sejam uma única vez citadas no corpo do livro, havendo contudo também algumas que o são no corpo e não na lista. A esta riqueza, um pouco espectacular, faltam todavia algumas obras, que o esmerculoso tratamento do problema das origens necessariamente exige. O Sr. Nykl desconhece, segundo todas as probabilidades, o livro fundamental de Wechssler, *Das Kulturproblem des Minnesangs*, as publicações indispensáveis de Brinkmann sobre o lirismo médio-latino, o trabalho importante de Vossler sobre Bernardo de Ventadorn, o artigo de Jeanroy, em *Annales du Midi*, sobre os trovadores em Espanha, de cujo conhecimento se ufanava o Sr. Erckmann, o *Cancioneiro da Ajuda*, II, deixa quasi por completo na sombra as recentes contribuições de Gennrich, Anglès e Spanke sobre música e versificação e julga-se no direito de ignorar, quando escreve de métrica, a obra fundamental e indispensabilíssima de Guilherme Meyer, de Espira. E ainda, em cousas árabes, omite Simonet e Palencia, este último certamente por pouco mais adiantar do que Ribera, a quem segue à risca.

De um modo geral, o Sr. Nykl desconhece as últimas investigações médio-latínísticas e os seus resultados, pressentindo na tese, e com razão, o maior adversário do arabismo. E repudia-a, afinal, sem verdadeiramente a conhecer; se a conhecesse, em todas as suas modalidades, não se referiria jocosamente ao *cadavérico latim medieval de Pillet* (p. LXXIV), ao qual chama, em outro lugar, inesciamente *produto de velha beata* (p. XCI), nem avultaria impertinente e injustamente o desconhecimento das cousas árabes de Scheludko (ps. LXXIII-LXXIV, CX), nem enfim acusaria Spanke de «ignorar totalmente o árabe e o espanhol e de conhecer muito pouco do provençal» (p. LXXIV). Esta descomposta vivacidade do Sr. Nykl dá certo interesse literário à sua narrativa, mas abona pouco a imparcialidade e indispensável serenidade do seu método crítico. Contrariamente ao que ele e muita outra gente pensa, a posição de arabista, ainda mesmo com umas tinturas de romanismo, não é a mais segura para a interpretação do problema das origens. Sendo esse problema fundamentalmente românico, é aos romanistas que competirá resolvê-lo, utilizando para isso todo o material fidedigno das outras especialidades subsidiárias. Na impossibilidade, pois, ou na difícil possibilidade de se ser ao mesmo tempo bom romanista e bom arabista, é muito mais vantajoso possuir bem a cultura

romanística e lançar mão das produções desinteressadas dos arabistas, para formular certas conclusões, do que fazer como Ribera e agora, muito melhor, o Sr. Nykl: aprender incompleta e precipitadamente a disciplina românica para servir um plano de conclusões preestabelecidas.

Não há propriamente novidades no estudo do arabista americano. Dando, no capítulo II, um apanhado histórico das lutas entre cristãos e muçulmanos espanhóis, entende, como Fauriel e ao contrário de Scheludko, que destas constantes agitações nasceram intercâmbios culturais: «the constant stirring up of the various elements of population caused incessant currents of ideas to flow up and beyond the Pyrenees, back and forth... With each attack and counterattack something new was seen and heard, slaves and prisoners were captured on either side, who thus spread thorough familiarity with the Muslim and Non-Muslim ways and tastes» (p. xxxv).

Os franceses do sul, especialmente da Aquitânia, ligada *psicologicamente*, como pretende Nykl, aos celtiberos de Espanha (p. LXIII) exerceram papel activo na cruzada. Ao princípio, antes de 1060, conheceriam os sucessos da Península através deromeiros, mercadores, judeus e jograis. Depois daquela data, imiscuíram-se pessoalmente nas contendas. E aqui o arabista, que não perde ocasião de fazer literatura, comete a ingenuidade de nos declarar que os cavaleiros franceses teriam vindo cá «por amor das lindas mouras, de quem tinham ouvido contar maravilhas»! (p. xxxvi).

A questão da língua, da ponte de ligação entre as duas culturas poéticas, não tem dificuldades para o Sr. Nykl, que sobre isso aproveita o ensejo de desfechar duas ironias a Renan e Dozy, a quem considera *eruditos de gabinete*, que desconhecera o fogo sagrado da poesia (p. LXXVII). Esse argumento, acrescenta, é o menos válido de todos, porque «se os francos de Espanha e França podiam imitar os muçulmanos na arte da guerra, no vestuário e em outros costumes, não se poderá negar que os tenham imitado na música e no canto» (p. LXXVIII).

A questão das melodias e do canto árabe, que, para serem apreciados, nota com razão o arabista, não necessitam da compreensão do texto, preocupa-o visivelmente. Para Nykl, partidário da opinião insustentável de Vossler, Guilherme IX teria sido o verdadeiro promotor da poesia provençal, o que introduzira novos ritmos e melodias, diferentes dos dos jograis anteriores. Essa nova maneira de trobar, tê-la-ia aprendido na cruzada que fez ao Oriente, em

1101-1102, ou já entre a comitiva de sua esposa, Filipa de Aragão, com quem casara em 1094, e que propriamente conheceria ou traria jograis conhecedores da métrica andaluza (pp. LXVII, LXIX, LXXV, CVIII). As suas três primeiras canções seriam à maneira antiga, anterior à cruzada. Todavia já nelas se manifesta a influência árabe, na média sete-estrófica da canção (p. XCI). Como, por que vias? É simples; o pai de Guilherme tomou parte na tomada de Barbastro, em 1064: «aqui já se oferecia boa ocasião aos jograis franceses para aprenderem um pouco de música árabe e foi naturalmente o que eles fizeram de modo rudimentar» (p. LXVIII).

É extremamente curioso verificar a importância que Nykl atribui à quantidade média de sete para o número de estrofes, duvidosa aliás em Guilherme IX, cuja canção v tem catorze, e ao uso do refran, que só aparece em Marcabru. Em sua opinião, isso seriam «habilidades, que não podiam ser inventadas independentemente, numa tal proximidade das duas esferas poéticas» [a ocidental e a oriental, unidas por intermédio da Espanha] (p. CII). Não vale a pena desfiar o absurdo chocante de argumentos dêste valor, que não são infelizmente raros no livro, que nos ocupa¹.

Isto pelo que respeita propriamente à forma, que os trovadores teriam aprendido de ouvido e não por imitação consciente. No final do seu prefácio, Nykl discreta longa e confusamente sobre ritmos e esquemas métricos dos primeiros trovadores, emitindo sobre isso opiniões extremamente discutíveis, quando não de todo errôneas².

¹ A freqüência da copulativa *et*, *e*, em provençal e castelhano [e em português] antigo «parece ser uma reminiscência da construção árabe e hebraica» (p. XXVIII).

Sobre a *joi*, Nykl duvida que haja nela um sentimento de misticismo; mas se posteriormente adquiriu êsse sentido, também essa evolução se poderia explicar por influências orientais! (p. CXII).

Sobre o uso de *midons* < *mi dominus*, no masculino, diz que poderia provir da poesia árabe, que cita e descreve por vezes o objecto amado com designações masculinas; e procura corroborar erradamente com o português *meu senhor*, julgando ver em *senhor* um masculino (pp. CII-CIII, CXVIII).

² Diz que não vê razão para dispor, como fazem as antologias, as primeiras canções de Guilherme em verso longo; e reparte-as em versos pequenos, *which seems more natural*, não reparando no contrassenso de versos como êste:

E sera ben grans foli-
a qui no m crei.

(p. XCII)

Há porém ainda, além da forma, o conteúdo subjectivo da canção. Nykl resume a sua tese: «As reminiscências platónicas formam o *substratum* da poesia trovadoresca e difficilmente poderão ser explicadas a não ser por influência andaluza. Resta ainda determinar o modo como as melodias árabes se acrescentaram ao esforço criador de Guilherme, Marcabru e Rudel, e até que ponto a filosofia do amor platónico se introduziu nos trovadores, de mistura com reminiscências ovidianas, que foram acomodadas para poderem entrar no conjunto». (p. LXXXIII-LXXXIV).

Dando já como possível que os elementos platónicos da *canson* lhe tivessem vindo da poesia árabo-andaluza, hipótese absolutamente desnecessária, se nos lembrarmos de que a literatura cristã foi sua portadora (Wechssler, Naumann), ficava ainda por explicar o modo da sua transmissão. O ouvido não basta aqui; é necessária a intelligência do texto. Nykl tem o cuidado de advertir, pressentindo objecções, que essas influências não se deram por processos livrescos de tradução e imitação; era qualquer coisa que andava no ar: *rather something that was in the air!* (p. LXXXIV).

Antes contudo de nos dar esta bonita e aérea explicação, o arabista americano fôra um pouco mais explicito, dizendo-nos que os franceses de Espanha tinham intérpretes, geralmente judeus, que, num ou noutro caso, lhes poderiam fornecer a tradução da canção, cuja melodia tivessem apreciado (p. LXXVIII-LXXIX). E, com este simples expediente, declarava que as objecções, nesse sentido, eram verdadeiramente improcedentes. A verdade porém é que o não são, de modo nenhum. Dêsse trabalho accidental de tradução, aliás pouco de crer, pela natureza dos ouvintes e porque a poesia lírica, cantada, não se traduz, não podia resultar o lirismo complicado, já no seu início, dos trovadores provençais. Quando muito, poderia talvez dar uma ou outra sugestão pessoal, mas nunca formar um corpo de doutrina poética, uma escola de cortesia lírica.

Cita Nykl, em abono da sua desgraçada opinião, as traduções de Petrus Alphonsi na *Disciplina Clericalis* (c. 1106), que nada afinal significam por se tratar de obras filosóficas ou de carácter narrativo, ainda que sob a forma de verso. E leva o seu exagerado sectarismo a ponto de lembrar que o sentimento da obediência amorosa, em Guilherme IX, teria vindo da leitura dum passo da *Disciplina*, traduzido do árabe, sobre a obediência que deve a Deus quem o ama sinceramente! (p. CXII).

Pelo que respeito à teoria do amor, em Ibne Hazme, nota Nykl que êle, como os jóvens da sua condição, fôra instruído na sciência

aristotélica e na filosofia platónica (p. LV). Já nos antecessores árabes do seu tratado (*Tauque*) é perfeitamente sensível a influência das doutrinas platónicas; de tal modo que o arabista francês Massignon não duvidou afirmar que já nos fins do séc. IX, começos do séc. X, Ibne Daúde teria celebrado o amor cortês, donde afinal derivaria o lirismo dos provençais (p. CVI).

Sempre o mesmo equívoco e o mesmo círculo vicioso. Se o conceito do amor, expresso no *Tauque*, é substancialmente platónico (p. LXI-LXII), o amor cortês e o amor dos filósofos e poetas andaluzes são produtos independentes duma mesma influência, acrescida e modificada pela experiência pessoal e pelas condições do meio. Nykl, como Burdach e Ribera, vão ter ao mesmo ponto de partida: o génio greco-latino. É inevitável. E se assim é, de que vale repetir sempre a mesma canção?

Um ponto do trabalho de Nykl, que vai causar certa estranheza entre romanistas e arabistas: em sua opinião os textos não nos asseguram de modo absoluto a existência duma poesia românica entre os mouros andaluzes (p. LXXXV). A interpretação que dá ao célebre e duvidoso passo de Ibne Baçame sobre o inventor da *muáxaha* é a seguinte: «he composed it using half lines of poetry, only most of it was in careless and not approved metres, using a popular (Arabic) and 'ağamī (foreign = romance) word, which he called *markaz*» (p. LXXXVI). Os termos românicos seriam pois introduzidos apenas no *márcaz*, espécie de mote, e no refran estrófico (*carja*) para lhes imprimirem singularidade e custosa inteligência (p. LXXXVII). Os arabistas pronunciar-se hão, sem dúvida, sobre este ponto importante. Por mim, considero provisoriamente difícil a contestação de todos os dados, que serviram a Ribera para formular as suas conhecidas conclusões sobre o assunto.

*

Ribera tinha ultimamente procurado confirmar com o estudo da música a tese arabística, formulada em 1912, em sentido vagamente cristão e galego-português. A exploração musical das *Cantigas de Santa Maria* convenceu-o de que se tratava duma cultura muçulmana, retintamente andaluza, embora devedora, em sua origem, à cultura musical greco-latina. Passada a primeira estupefacção e os primeiros protestos, que o arabista-músico tomava à conta de fanatismo cristão, começou a estudar-se seriamente o fundamento musical da sua tese e viu-se que também deveria ser repudiado. Não,

contudo, entre nós, onde o mito arábico continua a fazer devastações, pouco perigosas é certo. Os pouquíssimos músicos portugueses que se têm dedicado ao assunto, aceitam dum modo geral as conclusões de Ribera. Um dêles, o Sr. Correia Lopes, publicou em 1926 um trabalho, *Cancioneirinho de Fozcoa*, do qual parece depreender-se que perfilha totalmente a teoria de Ribera. E digo *parece*, porque o português, verdadeiramente inconcebível, do autor nos não dá a clara certeza das suas opiniões¹. Os musicógrafos estrangeiros procuram exprimir-se em linguagem corrente, para que todos aqueles que não são profissionais ou sequer amadores possam compreender o exposto; os nossos, pelo que se vê, quando consentem em escrever sobre cousas do officio, fazem-no em gíria, mais ou menos compreensível. É sintoma infeliz.

Outro tanto não succede com o opúsculo do Sr. Pedro Batalha Reis, *Da origem da música trovadoresca em Portugal*, publicado em 1931, mas lido substancialmente, há dois anos, numa das minhas aulas de literatura portuguesa, da Faculdade de Letras de Lisboa. O jovem amator de música conclui por uma origem musical popular, sem contudo deixar de reconhecer que possa ter havido uma ou outra influência da liturgia ou dos árabes. Sente-se no seu trabalho a sedução da teoria folclórica, representada literariamente por G. Paris e musicalmente por P. Aubry. Pena é que não tenha conhecido os mais recentes trabalhos dos investigadores musicais, que, sem desdenhar por completo a música popular, reconhecem unânimemente o papel da tradição musical litúrgica.

Sobre o estudo musical de Ribera pronunciou-se, não há muito, um dos mais eruditos e competentes musicógrafos da Península, o catalão sr. Higiní Anglès². Avultando o extraordinário valor musical das *Cantigas de Santa Maria*, Anglès atribui às melodias fontes gregorianas, populares e de nova invenção. A hipótese de Ribera re-

¹ Um exemplo apenas: «Ora os factos são, cada vez que se procuram, cada vez mais obsequiosos em se mostrar e mais unânimes em proclamar-se com imodéstia os da lídima cepa daquela ordem de factos que vimos expondo». — *Cancioneirinho de Fozcoa*, Coimbra 1926, p. 51. Quem perceberá este português do Sr. Correia Lopes, que certamente não pretende zombar de nós, pois que, há pouco tempo, mandou para a *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos*, xxxi (1927), pp. 421-435, um artigo, talvez mais sibilino, sobre música de clérigos e jograis, segundo os poemas de cuaderna via?

² Las «*Cantigas*» del Rei N' Afós el Savi, Barcelona, 1927. Cf. o seu eruditíssimo trabalho de 1926, *Les melodies de Guiraut Riquier*, publicado em *Estudis Universitaris Catalans*, xi (1926), pp. 1-78.

pudia-a inteiramente: não conhecemos uma única melodia árabe, historicamente autêntica, que sirva de ponto de comparação e será ousado conjecturar que a canção andaluza actual representa com fidelidade a antiga cantilena arábica. Conclui, com rigoroso método: «No podem per tant comparar el fet musical real dels trobadors, amb el fet musical hipotètic dels àrabs peninsulars»¹. O processo errado e fantasioso da transcrição acaba por infirmar a tese. É, segundo o parecer dos técnicos, o seu grande e irremediável defeito². Anglès analisa, chegando a ser severo, no seu estudo das *Cantigas*, algumas das mais frisantes contradições e arbitrariedades do arabista sobre matéria de transcrição musical³.

A escola musicológica alemã condenou logo, em 1924, por bôca do seu grande representante, Friedrich Ludwig, o método de Ribera; e os dois mais profundos conhecedores de música medieval, aplicada a textos românicos ou latinos, Gennrich e Spanke, enterraram decididamente a hipótese.

Gennrich refere-se à teoria de Ribera num dos seus últimos trabalhos sobre a origem do trovadorismo⁴. Aludindo à ligeireza como Ribera tratou um género fixo como é o rondel, atribuindo-lhe combinações já em tempo de Guilherme IX, que êle não comporta de modo nenhum, desfecha-lhe um último tiro com declarar que seria realmente extraordinário, se o *rondel* tivesse origem arábica, que essa forma aparecesse implantada cedo no norte da França e só tarde, depois do séc. XIII, esteja documentado na Provença, muito mais próxima da influência hispano-muçulmana⁵.

Emfim, Hans Spanke, o operosíssimo musicógrafo e mètricista, pronunciou-se, em artigo especial, sobre a tese de Ribera⁶. Insiste, como é natural, na sua arbitrária interpretação, que em vez de transcrever a música das *Cantigas* a refundiu em sentido andaluz,

¹ *Ob. cit.*, pp. 42-43.

² *Les mélodies de Guiraut Riquier*, p. 7: «Per enaltir el paper que jugaria l'Espanya-aràbiga en el passat musical d'Europa, no cal pas acudir a posar principis sense fonament i treure'n conseqüències tan amples com fa el gran arabista Ribera».

³ *Las «Cantigas»*, pp. 54 sgs.

⁴ *Zur Ursprungsfrage des Minnesangs*, in *Deutsche Vierteljahrsschrift*, VII (1929), pp. 206-210.

⁵ *Ibid.*, p. 210.

⁶ *Die Theorie Riberas über Zusammenhänge zwischen frühromanischen Strophenformen und andalusisch-arabischer Lyrik des Mittelalters*, in *Volkstum und Kultur der Romanen*, III (1930), pp. 258-278.

e declara que as melodias dos trovadores assim preparadas são lindas, «mas é impossível acreditar que Gace Brulé e Spervogel as tenham jamais cantado»¹. Quanto ao arabismo da música afonsina, Spanke afirma que o carácter da música vocal e instrumental dos árabes de hoje a distancia enormemente da música europeia ocidental e mais ainda da medieval (p. 273).

As *Cantigas* do Rei-Sábio não são nenhum fenómeno isolado no lirismo medieval: «não há necessidade, e é até metodologicamente censurável, de tirá-las do seu ambiente histórico para ligá-las a uma cultura poética, cronológica e geograficamente vizinha, mas literária e culturalmente muitíssimo afastada» (p. 277). De resto, a sua estrutura está perfeitamente dentro dos moldes da métrica românica; a grande maioria das cantigas tem a conhecida distribuição *refran + estrofe + coda + refran*, que corresponde ao esquema do *virolai* francês, da *dansa* provençal e da *balada* italiana (p. 270). O *rondel* afonsino não tem portanto origem árabe, nem mesmo provençal, pois que os trovadores occitânicos que freqüentavam a corte, pouco o cultivaram; foi imitado directamente da poesia litúrgica, onde era freqüente (p. 272). Nota o sábio musicógrafo alemão, que anda neste momento explorando as formas métricas de S. Marçal de Limoges, que é notável sob o aspecto musical e literário, o aparecimento temporão do *rondel* em Espanha, pois que já está representado, por 1140, no *Officium Sancti Jacobi*².

É o que os músicos nos dizem sobre a tese arábica, batida em toda a linha. Não creio porém que ela deixe de enamorar os espíritos, sobretudo neste canto escondido da Europa, terra de mouras encantadas e de solta e desvairada imaginação. E o seu prestígio aumentará talvez, quem sabe?, à medida que fôr aumentando a nossa profunda e lamentável ignorância daquilo que, tantas vezes a nosso respeito, se escreve por esse mundo fora.

RODRIGUES LAPA.

¹ *Ibid.*, p. 269.

² *Ibid.*, p. 275.

Subsídios para o estudo da metátese em português

1. — Chama-se *metátese* ao fenómeno que consiste na mudança de situação de um ou mais fonemas dentro do corpo de uma palavra (*metátese vocabular*), ou de uma palavra para outra (*metátese sintáctica*).

2. — As metáteses, quanto ao seu modo de formação, podem ser agrupadas em três grandes categorias: *inconscientes*, *semi-conscientes* e *conscientes*.

As metáteses de qualquer destas categorias podem ser consideradas quanto à origem e quanto à forma.

Quanto à origem, as metáteses inconscientes resultam de um fenómeno *fonético* ou de um *analógico*; as semi-conscientes, de uma *confusão*; e as conscientes de um *propósito*.

Quanto à forma, as metáteses podem ser *progressivas*, *regressivas* e *recíprocas*.

3. — A metátese é *fonética* quando resulta de um fenómeno de atracção de um fonema por outro, para estabelecer maior harmonia entre os fonemas de um mesmo vocábulo.

Em *vigairo*, por exemplo, por *vigário*, deu-se uma metátese fonética, porque a deslocação do *i* para junto do *a* deve ter sido provocada pela atracção, que este último exerce sobre o primeiro, pela tendência que há para a ditongação.

4. — A metátese é *analógica*, quando resulta, não de um fenómeno de atracção de um fonema por outro, mas de um fenómeno de analogia.

Em *arioplano*, por exemplo, forma que muitos empregam por *aeroplano* (de *aeroplano*), deu-se uma metátese analógica, porque a deslocação do *-r-* para junto do *a-* não teve ter sido provocada por um fenómeno de atracção d'este último sobre o primeiro, mas por um fenómeno de analogia com *ar*.

5. — A metátese é *semi-consciente*, quando não resulta nem de um fenómeno de atracção de um fonema por outro, nem de um fenómeno de analogia, mas da confusão de quem fala, que se lembra de que em certa palavra existe certo fonema, mas esquece-se de qual a situação desse fonema, resultando daqui o colocá-lo mal, fora do seu lugar próprio.

Chamo a esta espécie de metáteses *semi-conscientes*, por ela resultar da indecisão de quem fala ou escreve, que de um lado tem a consciência de que em certa palavra existe certo fonema, mas de outro lado não tem a consciência de qual a situação deste no corpo da palavra.

Em *interpretar*, por exemplo, por *interpretar*, deu-se uma metátese semi-consciente, porque a deslocação do -r- para junto do segundo -t-, nem deve ter sido provocada por um fenómeno de atracção deste último sobre o primeiro, nem por um fenómeno de analogia com qualquer outro vocábulo, mas por uma confusão de quem fala, que se lembra de que na palavra *interpretar* existem dois rr, além do final, mas esquece-se de qual a distribuição deles no corpo daquela palavra.

Este fenómeno de confusão é tam evidente no vocábulo *interpretar*, que, além das duas formas apontadas, muitos empregam *interpretrar*, talvez por descargo de consciência.

6. — A metátese *fonética* dá-se em consequência de princípios fonéticos, que, salvo erro, podem ser formulados com certo rigor; a *analógica* e a *semi-consciente* não se dão em consequência desses princípios, mas creio que não podem distanciar-se muito deles; as *conscientes* são mais ou menos arbitrarias.

7. — Nos casos de metátese progressiva e regressiva há a considerar dois termos: o fonema fixo e o fonema móvel; nos casos de metátese recíproca há a considerar dois fonemas móveis.

8. — O fonema *fixo* é aquele para junto do qual recua o móvel nas metáteses regressivas, e avança nas progressivas.

Na palavra *história*, por exemplo, quando passa por metátese para *histoira*, o -o- é o fonema fixo, e o -i- o móvel; em *idade*, por *idoneidade*, o fonema fixo é o -e-, e o -i- o móvel; em *calanização*, por *canalização*, o -n- e o -l- são os dois fonemas móveis.

9. — METÁTESE PROGRESSIVA é aquela em que o fonema móvel avança. Observa-se nos seguintes casos:

1.º CASO: vog. + i + l + vog. > vog. + l + i + vog. (fon. fixo l; fon. móvel i):

balhar < **baliar* < *bailar* < *baile* (?)¹.
detalhe < **detalie* < *détail* (fr.).
rallar < **raliar* < *railler* (fr.)².

Versalhes < **Versalies* < *Versailles* (fr.)³.

2.º CASO: vog. + n + i + vog. > vog. + n + vog. + i (fon. fixo 2.ª vog.; fon. móvel i):

consentaneidade < *consentaniedade* < < *consentâneo*.
contemporaneidade < *contemporaniedade* < < *contemporâneo*.
espontaneidade < *espontaniedade* < < *espontâneo*.
heterogeneidade < *heterogeniedade* < < *heterogêneo*.

homogeneidade < *homogeniedade* < < *homogêneo*.
idoneidade < *idoniedade* < *idôneo*.
instantaneidade < *instantaniedade* < < *instantâneo*.
momentaneidade < *momentaniedade* < < *momentâneo*.
simultaneidade < *simultaniedade* < < *simultâneo*.

3.º CASO: vog. + cons. + r + vog. > vog. + cons. + vog. + r (fon. fixo 2.ª vogal; fon. móvel r)⁴:

agardecer (pop.) < *agradecer*.
aquerditar (pop.) < *acreditar*.
atervido (pop.) < *atrevido*.

bertanha (pop.) < *bretanha*.
berguilha (pop.) < *breguilha* < *braquilha* < *braga*.

¹ D. Carolina Michaëlis, no *Gloss. do Canc. da Ajuda*, s. v. «bailada», sugere com dúvida para *bailar* o étimo *bajulare*. Cf. Mayer-Lübke, *REW*, 888.

² Sobre o étimo do nosso verbo «rallar» cf. Gonçalves Viana, *Apostilas*, s. v.

³ É crível que, assim como *Versalhes* deriva de *Versailles*, *abelha* derive de uma forma **abeila* (< *apicula*). Parece corroborarem a fase **abeila*: a) o fr. *abeille* (cf. *gouvernail* < *gubernaculu-*, *graille* < *gracula*); b) a correspondência das terminações francesas *-aille*, *-euille*, *-ille*, às latinas *-alia*, *-olia*, *-ilia*, como em *animaille*, < *animalia*, *funérailles* < *funeralia*, *épousailles* < *sponsalia*, *feuille* < *folia*, *filie* < *filia*; c) a correspondência das terminações portuguesas *-alha*, *-olha*, *-ilha* às latinas *-alia*, *-olia*, *-ilia*, como em *animalha* < *animalia*, *fôlha* < *folia*, *filha* < *filia*; d) a correspondência das terminações espanholas *-aja*, *-eja*, *-ija*, *-oja*, *-uja* às latinas *-alia*, etc., como em *paja* < *palia*, e às latinas *-acula*, *-ecula*, *-icula*, como em *graja* < *gracula*, *abeja* < *apicula*. — Sendo assim, teríamos vários exemplos de metátese progressiva nos vocábulos que no latim terminavam em *-acula*, *-egula*, etc.

⁴ Neste caso a 1.ª vogal pode não existir, como sucede em *breguilha*.

esquerver (pop.) < *escrever*.
fernesim (pop.) < *frenesi*.
ferqüente (pop.) < *frequente*.
parteleira (pop.) < *prateleira*.
percisar (pop.) < *precisar*.
perguiza (pop.) < *preguiça*.
perguntar < *preguntar*¹.

perneta < *preneta* < *praneta* < *plana*-
*neta*².
pertender (pop.) < *pretender*.
porcurar (pop.) < *procurar*.
pormeter (pop.) < *prometer*.
porseguir (pop.) < *proseguir*.

4.º CASO: cons. + r + vog. + ... + cons. > cons. + vog. + ... + cons. + r (fon. fixo 2.ª cons.; fon. móvel r):

bidrão (pop.) < *bridão* < *brida*.
costra (pop.) < *crosta* < *crusta*.

quebrar < *crepare*.
pesebre (pop.) < *presebe* < *praesepe*.

10.—METÁTESE REGRESSIVA é aquela em que o fonema móvel recua. Observa-se nos seguintes casos:

1.º CASO: vog. + cons. + i + vog. > vog. + i + cons. + vog. (fon. fixo 1.ª vogal; fon. móvel i):

agoiro < *auguriu*-.
aigoto < *aguioto* < *água*³.
atipo < *ápico*⁴.
ajudoiro (arc.) < *adjutoriu*-.
aleive < *levjan* (got.)⁵.
amainar < *manear*.
Antoio (pop.) < *Antônio*.
aqueijon (arc.) < *occasio*~~ne~~.
avesseiro (arc.) < *adversáriu*-.
boticaio (pop.) < *boticário*.
caiba < *cápia*-.
caldeira < *calidaria*-.
capitaina < *capitânea*.
caveira < *calvaria*⁶.

chuica (pop.) < *pluvia*-.
coida (pop.) < *códea* < *cutina*-.
coira < *coriu*-.
contraio (arc.) < *contráriu*-.
cossairo (arc.) < *cursariu*-.
cossoiro (arc.) < *cursoriu*-.
carpinteiro < *carpentariu*-.
desvairar < *desvariar* < *vário*.
Doiro < *Dōriu*-⁷.
dormidoiro < *dormitoriu*-.
duiza (pop.) < *dúzia*.
eira < *area*-.
eiró < *areola*⁸.
esfaimado < *esfameado*⁹.

¹ Cf. Gonçalves Viana, *Apostilas*, s. v.; *Ortografia Nacional*, p. 125.

² Cf. D.º Leite de Vasconcellos, *Lições de Filologia Portuguesa*, p. 391.

³ Cf. Cândido de Figueiredo, *Boletim da 2.ª classe da Academia*, VII, p. 337.

⁴ Cf. Gonçalves Viana, *Apostilas*, s. v.; D.º Leite de Vasconcellos, *Lições*, p. 35.

⁵ Cf. D. Carolina Michaëlis, *Gloss. do Canc. da Ajuda*, s. v.

⁶ Cf. D.º Leite de Vasconcellos, *Lições*, p. 148.

⁷ Cf. D.º J. Joaquim Nunes, *Gram.*, p. 51.

⁸ Cf. Gonçalves Viana, *Apostilas*, s. v.

⁹ Cf. D.º Leite de Vasconcellos, *Lições*, p. 193.

esteira < *staria* < *stataria*¹.
faveira < *fabaria*-.
feira < *feria*-.
fevereiro < *februariu*-.
fueiro < *funariu*-.
goiva < *gubia*-.
histoira (pop.) < *história*.
madeira < *materia*-.
moiro (arc.) < *mori*-.
moleiro < *molinariu*-.
mosteiro < *monasteriu*-.
nogueira < *nucaria*-.
noiva < *nubia*-.
obreiro < *operariu*-.
ofeiro (arc.) < *offerio* (por *offero*).

outeiro < *altariu*-.
paito (pop.) < *pátio*.
plainar < *planear*.
primeiro < *primariu*-.
quaise (pop.) < *quasi*.
raiva < *rabia*-.
reida (pop.) < *rédia* < *retina*-.
rosaio (pop.) < *rosário*.
ruivo < *rubiu*-.
saiba < *sapia*-.
solteiro < *solitariu*-.
tesoira < *tonsoira*-.
vassoira < *versoria*-.
vigairo < *vigário*.

2.º CASO: vog. + cons. + u + vog. > vog. + u + cons. + vog.
 (fon. fixo 1.ª vog.; fon. móvel u):

auga (pop.) < *água*.
coube < *copui*.
euga (pop.) < *égua*.
houve < *habui*.
mauga (pop.) < *mágua*.

prougue < *placui*.
soube < *sapui*.
tauba (pop.) < *tábua*.
trouxe < *traxui*.
Vouga < *Vacua*-.

3.º CASO: vog. + r + l + vog. > vog. + l + r + vog. (fon. fixo 1.ª vog.; fon. móvel l):

bitro < *birlo* < *pilulu*-.
bultra (pop.) < *burla*.
Calros < *Carlos*.
espilrar < *espirlar* < *expirulare*².

galtrar < *garlar* < *garrulare*.
meiro < *merlo* < *merulu*-.
paltrar < *parlar* < *parier* (fr.?).

4.º CASO: vog. + d + l + vog. > vog. + l + d + vog. (fon. fixo 1.ª vog.; fon. móvel l):

moldar < **modlar* < *modelar*.

| *roldana* < **rodiana* < *rotulana*³.

¹ Cf. Idem, *Rev. Lusitana*, III, p. 296; Gonçalves Viana, *Apostilas*, s. v.

² Cf. Gonçalves Viana, *Apostilas*, s. v. «espilrar».

³ Cf. Gonçalves Viana, *Apostilas*, s. v. «til»; D.ª Leite de Vasconcellos, *Rev. Lusitana*, III, p. 288.

5.º CASO: cons. + vog. + r + cons. > cons. + r + vog. + cons. (fon. fixo 1.ª vog.; fon. móvel r):

brabeiro (pop.) < *barbeiro*.
bradar < *badrar*.
bravo < *bárbaro*¹.
bravia (arc.) < *bibria* < *biblia*.
cabresto < *capistru*-.
catorzada (pop.) < *catorzada* < *ca-*
torze.
craqueja (pop.) < *carqueja*.
crasto < *castro*.

cravão (pop.) < *carvão*.
dromir (pop.) < *dormir*.
enfremaria (pop.) < *enfermaria*.
framácia (pop.) < *farmácia*.
fremoso (arc.) < *fermoso* < *formoso*.
retrocido (pop.) < *retorcido*.
trocer (pop.) < *torcer*.
tromenta (pop.) < *tormenta*.

6.º CASO: cons. + vog. + ... + cons. + r > cons. + r + vog. + ... + vog. (fon. fixo 1.ª cons.; fon. móvel r):

breba < *lebra* < *bêbera* < *bifera*-.
catrástose (pop.) < *culástose*.
cranquejo < *cangrejo*².
entregar < *integrare*.
estruvo (arc.) < *estruvo* < *stabulu*-.
frávega (arc.) < *fúbrica*.
fresta < *festra* < *fenestra*-.
frofes (pop.) < *fúsfuros*.

preguiça < *pigrítia*-.
pritol (pop.) < *petróleo*.
prove (pop.) < *pobre*.
treato (pop.) < *teatro*.
trevas < *tebras* < *tenebras*.
vrido (pop.) < *vidro*.
viducero (pop.) < *vidraceiro*.

7.º CASO: vog. + cons. + vog. + s > vog. + s + cons. + vog. (fon. fixo 1.ª vog.; fon. móvel s):

(e)scupir (pop.) < *cuspir*.
(e)stremalhar (pop.) < *tresmalhar*.
laspe (pop.) < *lúpis*.

pestiqueira (pop.) < *petisqueira*.
resunugar < *remusgar* < *remussicare*.
sastifeito (pop.) < *satisfeito*.

11.—METÁTESE RECÍPROCA é aquela em que há dois fonemas móveis, que permutam os lugares. Observa-se em exemplos como:

alçauez (pop.) < *alcaüz*.
andorinha < *harundinea* < *hirundi-*
*nea*³.
anecril (pop.) < *alecricim*.
bacharel < *bachelier* (fr.).

atazanar (pop.) < *atanazar* < *atena-*
zar.
balanidade (pop.) < *banalidade*.
cabalthau (pop.) < *bucalthau*.
cadabulho < *cabadulho*⁴.

¹ Cf. D. Carolina Michaëlis, *Gloss. do Canc. da Ajuda*, s. v.

² Cf. Gonçalves Viana, *Apostilas*, s. v.

³ Cf. Gonçalves Viana, *Apostilas*, s. v.; Adolpho Coelho, *Rev. Lusitana*, I, p. 135.

⁴ Cf. Júlio Moreira, *Estudos*, I, p. 182.

Cádavo < *Cávado*¹.
calanização (pop.) < *canalização*.
caramanchão < *camaramanchão*².
chançarel < *chancelier*³ (fr.).
dávica (pop.) < *dúdiva*.
desmunorar (pop.) < *desmunonar*.
diálogo < *diálogo*⁴.
entroncar (pop.) < *encontrar*.
escândula (pop.) < *escândalo*.
esmolna < *limosna*.
estôgamo (pop.) < *estômago*.
fisologia (pop.) < *filosofia*.
fulineiro (pop.) < *funileiro*.

galardão < *icidarlon* (germ.)⁵.
Gamalhães (pop.) < *Magalhães*.
grinalda < *guirlanda*⁶.
guenócio (pop.) < *negócio*.
lôbreco < *lúgubre*.
Madanela (pop.) < *Madalena*.
mânica (pop.) < *máquina*.
pouchina (pop.) < *choupana*⁷.
ravasco < *varrasco*.
revuma (pop.) < *verruma*.
silanceiro (pop.) < *sinaleiro*.
tanchagem < *chantagem*.

12. — METÁTESE ANALÓGICA é aquela que resulta da analogia de um vocábulo com outro⁸. Observa-se em exemplos como:

arioplano (pop.) < *airoplano* < *aero-*
plano (anal. c/ *ar*).
craneiro (pop.) < *carneiro* (anal. c/ *crâneo*).
espartaina (pop.) < *esparteína* (anal. c/ *espartar*).
estrelina (pop.) < *esterlina* (anal. c/ *estrêta*).
fartura < *fritura*⁹ (anal. c/ *fartar*).
ladem (pop.) < *hã-de* (anal. c/ a 3.^a

p. pl. do pres. ind. dos verbos da 2.^a conj.)
hades (pop.) < *hás-de* (anal. c/ a 2.^a p. sing. do pres. ind. dos v. da 2.^a conj.).
prestigiditação (pop.) < *prestidigitação* (anal. c/ *prestígio*).
traçado (pop.) < *terçado* (anal. c/ *traçar*).
úrsula (pop.) < *úlceras* (anal. c/ *Ur-sula*, nome próprio).

13. — METÁTESE SEMI-CONSCIENTE é aquela que resulta de uma indecisão de quem fala. Observa-se em exemplos como:

corcodrilo < *crocodilo*.
dentrífico < *dentífrico*.

interpetrar, *intrepetrar* e *intrepretrar*
 < *interpretar*.

¹ Cf. D.^o Leite de Vasconcellos, *Textos Arcaicos*, p. 12.

² Cf. Cândido de Figueiredo, *Bolet. da 2.^a Classe da Acad.*, VII, p. 337.

³ Duarte Nunez de Lião condenava a forma «chançarel», na *Ortogr.*, p. 110.

⁴ Cf. Gonçalves Viana, *Apostilas*, s. v. *apascigo*.

⁵ Cf. D. Carolina Michaëlis, *Gloss. do Canc. da Ajuda*, s. v.

⁶ Cf. Gonçalves Viana, *Apostilas*, s. v.

⁷ Cf. Gonçalves Viana, *Apostilas*, s. v.

⁸ Cf. Sá Nogueira, *Subsídios para o estudo das conseqüências da analogia em português*, na revista *Portucalé*, I, 84, 191, 305; II, 273, 393; III, 184, 409; IV, 148; V, 25.

⁹ Cf. D.^o J. Joaquim Nunes, *Digressões Lexicológicas*, p. 88.

14. — METÁTESE CONSCIENTE é aquela que resulta de um propósito. Observa-se particularmente em expressões de dois vocábulos, como:

cabisbundo e meditabaixo < cabisbaixo e meditabundo.

as iludências aparudem < as aparências iludem.

com rapidade e velocidade < com rapidez e velocidade.

Pernambique e Moçambuco < Pernambuco e Moçambique.

Nicolino Tolentau < Nicolau Tolentino.

15. — METÁTESES INFANTIS. — Alguns exemplos colhidos em crianças conhecidas do autor.

abirritado < arrebitado.

abqueça < cabeça.

abquelo < cabelo.

arrabecida < aborrecida.

copa < poca < porca.

côsia < coisa.

escalavado < escalavrado.

espicoço < pescoço.

Nassogueira < Sá Nogueira.

Senimento < Nascimento.

pítioica < tapioca.

RODRIGO DE SÁ NOGUEIRA.

Vida do cativo monge confesso

O códice alcobacense n.º 181 da Biblioteca Nacional de Lisboa, outrora o xxxvi da Livraria de Alcobaça, contém três traduções em língua portuguesa: a primeira, ainda inédita, é constituída pelos quatro livros dos *Dialogos*, de S. Gregório (até fl. 148 v); a segunda encerra a *Vida de Santo Aleixo* (fls. 149 a 153), que F. M. Esteves Pereira publicou na *Revista Lusitana*, 1; a terceira intitula-se *Vida do cativo monge confesso* (fls. 153 v a 158 v), e supômo-la, até este momento, inédita. Nas linhas que seguem, vamos ocupar-nos d'este último escrito.

I. — Resenha bibliográfica

O estudo do códice e de alguns problemas que lhe respeitam já tem sido várias vezes tentado. Conhecemos os seguintes trabalhos:

- I — Barbosa Machado, *Bibl. Lusitana*, 1, Lisboa 1741, s. v. «Fr. Estevam Annes».

- II—Anónimo, *Index codicum Bibliothecae Alcobatiae*, Lisboa 1775, p. 34.
- III—Fr. Manuel de Figueiredo, *Correcções e addições respectivas aos Escriptores cistercienses, de que tratou o Auctor da Bibliotheca Lusitana* 1782. Cód. n.º 1490 do *Fundo geral* da B. N. de Lisboa; cf. fl. 197 v.
- IV—Idem, *Index alfabético dos nossos Escriptores*, s. d., cód. n.º 1494 do *Fundo geral* da B. N. de Lisboa, n.º 43, fl. [11].
- V—Fr. Fortunato de S. Boaventura, *Commentariorum de Alcobacensi mstorum Bibliotheca libri tres*, Coimbra 1828, p. 568 e 569.
- VI—F. M. Esteves Pereira, *Vida de Santo Aleixo*, na *Revista Lusitana*, I, Lisboa 1887-1889, p. 332 sgs.
- VII—Sousa Viterbo, *Calígrafos e iluminadores portugueses*, em *O Instituto*, de Coimbra, vol. 63.º, 1916, p. 453 e 454.
- VIII—António Anselmo, *Os códices alcobacenses da Biblioteca Nacional*. I. *Códices portugueses*, Lisboa 1926, p. 25 e 26.
- IX—Biblioteca Nacional, *Inventário dos códices de Alcobça* (em publicação), II, Lisboa 1930, p. 147. —Neste trabalho reedita-se simplesmente o que vem em VIII¹.

II.—O códice

Para dar idéia do códice, preferimos, a empregarmos palavras nossas, trasladar para aqui a descrição que dele fez A. Anselmo, porque é rigorosa e sintética. Diz o malogrado bibliógrafo:

«Pergaminho. — 276 × 185. — [1], C 58, *aliás* 160 fl.; a num. é de época posterior. — 26 l. — recl. no fim de cada cad. de 8 fl.; t. corr. — letra gótica do séc. xv (1416). — rubr.; iniciais a verm. e violeta; algumas a cores e ouro. — not. marg. de letra vária».

¹ Em 1929, também o nosso prezado amigo o D.º Augusto dos Santos se occupou do manuscrito, em dissertação académica apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa.

Acerescentaremos sòmente que a última fôlha serve de guarda; nela se podem reconhecer ainda, apesar de muito raspada, restos de escrito místico, em português, de mistura com garatujas de várias épocas. Além das notas marginaes, há emendas no texto (particularmente nas primeiras fôlhas), de letras diversas, e algumas rasuras, pseudo-correctoras na maior parte, que supomos feitas, pelo menos no que concerne ao escrito de que nos ocupamos, já na fase moderna da lingua, visto incidirem, no geral, sôbre particularidades ortográficas e fonéticas pertencentes à lingua arcaica.

III.—O escriba e o tradutor

No fim dos *Dialogos* (fl. 148 v), há a seguinte subscrição: *Sĩ ãns o fez Era iij liij ãnos* (= 1416 da era de Cristo). Aquele «fez», —que tanta dúvida tem levantado na determinação da autoria de antigas obras—, deixa-nos na ignorância se Estêvão Anes haverá sido o mero escriba ou também o tradutor. Que êle foi o escriba, conclui-se fácilmente do confronto com a letra e a subscrição do códice CXLIV da mesma livreria, no qual assina: *Sĩ ãns lourido*.

Baseados naquela declaração, deduziram vários, desde o anónimo que, talvez já no séc. XVIII, lhe apôs um rosto novo, de papel, que o códice era todo êle fruto dum só obreiro; outros, parece que tiveram dúvidas, mas calaram-nas, e só do incompleto das suas apreciações pode transluzir a suspeita.

Para nós é evidente que foi ainda Estêvão Anes quem escreveu a *Vida de Santo Aleixo*, mas inclinamo-nos a crer que não foi o calígrafo quem a traduziu, porque aceitamos como perfeitamente fundamentada a hipótese de Esteves Pereira, de ser o manuscrito apógrafo dum códice bastante mais antigo. Rejeitamos, porém, após exame atento da letra, que o *Cativo monge* tenha saído da pena do referido calígrafo.

A letra é contemporânea, mas encontramos-lhe diferenças que denunciam outro punho; dizemos mesmo: *dois* outros punhos—um que escreveu as nove primeiras páginas, e o segundo a fôlha final. Entre a caligrafia de Estêvão Anes e a do primeiro dêstes dois escribas, acusamos as seguintes dissemelhanças: a letra de Estêvão Anes é mais apertada e mais pequena (em média 54 caracteres por linha); mais sobrecomprida; tendente, levemente, à inclinação para a direita; os *pp*, os *qq*, os *rr* (longos), têm as hastes proporcio-

nalmente mais compridas, e afiladas para a extremidade; grande abundância de enfeites inferiores. A letra do outro calígrafo é mais arredondada (44 caracteres por linha, em média); bem vertical, ou com leve tendência para inclinar, no geral, para a esquerda; as hastes dos *pp*, *qq*, *rr*, sem afilamento terminal; é menos abundante de enfeites inferiores. Podíamos apresentar mais provas objectivas, mas cremos que bastam estas para demonstrar a dualidade. A letra do segundo dos escribas anónimos aproxima-se mais da de Estêvão Anes, e distingue-se da do primeiro: em ser muito mais apertada (54 caracteres por linha, termo médio) e mais angulosa; nos *EE*; nos sinais de enfeite ou de til, que são sempre cheios neste, mais delicados no primeiro, etc. A cor da tinta também difere: é acen-tuadamente acastanhada no segundo, mais carregada no outro.

Com excepção de pequeníssimos retoques de lapsos, que em seu lugar apontaremos, todo o *Cativo monge* está escrito de jacto, sem tentativas de redacção, não obstante a versão —pois que o é— não se cingir estritamente à fonte original. Conjugando esta circunstância com a de haver o segundo calígrafo começado o trabalho em folha nova, em caderno novo, em meio de frase, —como se aí fôsse o limite de duas tarefas—, deduzimos que o texto provém, ou de um borrão, ou cópia, contemporâneos, ou de protógrafo antigo, cuja linguagem foi modernizada. A valorizar esta última hipótese tende a aludida suposição de Esteves Pereira.

¿Qual o autor da tradução? Um frade? Parece evidente. Não cremos, porém, pelo que dissemos, nem pela falta de tradição monástica segura, que ele haja sido Estêvão Anes Lourido¹.

IV.—A tradução e a fonte

A fonte do *Cativo monge* é uma das cartas de S. Jerónimo, que está intercalada no vetusto códice latino n.º 367 (antigo xv), fl. 39 sgs., da mesma livreria de Alcobaça, hoje também da Biblioteca Nacional².

¹ Não apurámos a razão porque no rosto moderno do códice, a que atrás aludimos, se diz que E. Anes era natural de Óbidos. Barbosa Machado adoptou a notícia; seguiram-no outros, inclusivamente Sousa Viterbo.

² Segundo o atrás citado *Inventário dos códices*, na parte neste momento impressa, mas ainda não vinda a público, cuja consulta pudemos fazer mercê da amabilidade do Sr. Manuel Dias, funcionário muito distinto da referida Biblioteca, datará o manuscrito do século xii.

Confrontando o original com a tradução, descobrem-se-lhe imediatamente duas principais diferenças: uma, é não ser esta completa, pois não só não comporta a introdução da carta, como suspende quasi a meio dela; outra, é ser a versão, por vezes, demasiado livre. Assim, a liberdade vai a ponto de se passar para discurso indirecto o que são palavras do próprio Santo. Adiante poremos em relêvo as divergências, e para o leitor poder apreciar devidamente o valor literário da obra, faremos resumo das partes que não foram traduzidas.

O corte do preâmbulo, cujo objectivo é simplesmente literário, revela, da parte do tradutor, intenção tam piedosa, como incultural.

V.—A linguagem

No estudo da linguagem vamos assinalar sòmente as particularidades que se nos afiguram mais importantes, em especial os arcaísmos. Na gramática, não registaremos os exemplos todos de cada espécie analisada. No GLOSSÁRIO englobamos tóda a exemplificação, com a referência indispensável aos locais onde ela se encontra.

ORTOGRAFIA:

As vogais geminadas estão, ou como digrafos próprios (vid. FONÉTICA), ou como digrafos abusivos (nalguns casos representam vogal aberta), ou em junção com terceira vogal:

aa: aar, taaes.

aã: cristaão, jrmaãos, maãos.

ee: ceeo, quaees.

eê: peensara, peensana, ueêçer.

ij: enmijgo, perijgoos.

oô: cabroô[e]s, horaçoões, ladroões.

O o e o u alternam como subjuntivas no ditongo de base e: v. g.: *auco, Calçideos, fuleçeo, ualeo*, ao lado de *deu, eu, meu, rrespondeu*.

O i aparece grafado: *i uiuiam, j ujuja, y aquy* (em ditongos: *preguntei, fuji, preguntey*).

O c = i em *fecto, nocte*, concomitantemente a *leite, noite*.

O *c* sibilante é cedilhado na quási totalidade dos casos, diante de qualquer das vogais: *çela*, *reçebera*, *austinençia*, *naçy*, etc.

O *ch* representa a palatal explosiva (*chegou*, *chorando*), e a gutural explosiva (em *Antiochia*).

ff: *ffilhar*.

g: é gutural em *gisa* (a par de *guisa*), palatal em *rigamente* (e em *tragiamos?*).

h: *homem*, *horas*, mas *auja*, *ouue*, etc.; *hentom*, *hiam*, *hir*; *dha* (= *dá*), *Iheronjmo*, *Ihesu*, *mho*.

i, *j*: *queyios*, *traier*; *jéjũus*.

-l-, *-ll-*: *çela*, *çellas*, *ele* (*me*), *elle* (*hũu*); *dai*, a par de *camelos*, *camellos*, e *apostallos*.

-l, *-ll*: *el* (*me*), *ell* (*diz*), *tal* (*que*), *aquell* (*que*).

m: antes de labial, só uma vez, em *tempo*; antes de outra consoante: *entrauom*, *amdaua*.

n: antes de labial, *lenbrey*, *tenpo*, etc.

net: *sancta*, *sancto*.

pt: *Eigipto*, *scripturas*.

qu: corrente antes de *e* e de *i*, e uma vez só antes de *a* em *quatjuo*, a par de *catiũo*.

rr-: *rrem*, *rrespondeu*, *rrogo*, mas *rogar*, *rogou*, *roubauom*.

-s-: *ajuso*, *deseio*, *guisa*, e *asi*, *diserom*, *posisoões*.

-ss-: só no segundo escriba: *disse*, *podessem*.

se: *scripturas*, paralelamente a *escripturas*.

u: vale por vogal e por consoante (não há *v*): *catiũo*, *ouue*, *uida*.

Os nomes próprios são escritos, ora com maiúscula, ora com minúscula. No meio de frase, (em apelativos), ou no meio de palavra, ocorrem por vezes ilógicamente letras maiúsculas, mas a percentagem dêstes casos não é elevada (sobretudo dá-se isso com os *JJ*).

A partição das palavras, quando passam de fim de linha para a linha seguinte, faz-se sem preceito especial, conquanto na maior parte das vezes seja respeitada a integridade fonética da sílaba. Exemplos: *m|jllhas*, *sot|errrar*, *ou|ue*, *ue|erom*, *ma|as*, *po|uico*, *m|orauã*, *m|ju|la* (que pode denotar pronúncia: mas há *m|j|la*). Na mesma linha, pouquíssimos são os exemplos de elementos desagregados indevidamente. No respectivo lugar os indicaremos.

Os pronomes enclíticos são aderentes aos verbos. Também algumas palavras proclíticas estão fundidas à palavra a cuja acen-tuação se subordinam.

Como acentos, usa-se só do agudo: *áár*. Pode estar por til: *horaçóóes*.

Como sinais de acentuação, não há mais do que o ponto simples e o ponto de interrogação.

FONÉTICA:

Tanto quanto é possível ajuizar dos fenómenos pela análise das aparências gráficas, podemos dizer que o texto apresenta as seguintes características principais fonéticas:

Digrafos:

aa: *ataaqûi, maas*.

ae: *caer*.

ee: *creer, meesmo, pees, sasseenta, seetas, teer*.

oo: *boo, co'os, doo, door, periigoos, ucontade*.

Com nasalamento, entre outros:

ôo: *bôo*.

ûa: *hûa*.

ûu: *algûu, hûu, jejûus, nûu* (< nudu-).

Tem condensação das vogais: *mêfesto, uÿr*.

O campo vocálico-nasal é variado. Já indicámos as formas co-existentes *bôo*, *boo* e *teer*, exemplificadoras, quer da desarticulação, quer do desaparecimento da nasal intervocálica, e já registámos *nûu*, que mostra propagação da ressonância da consoante nasal estável à vogal contigua. Acrescentamos: *nehûu, nehûa, nêhûu, nêhûa, nenhûa*; *nem, nÿm*, porém *muy, mujto*; por outro lado, *enxenpro* e *assi*. Também, em ligação sintática, consubsistem *em esta, em no deserto, no caminho*. Mas por próclise: *co'os colos*.

O estudo das palavras grafadas com *-am*, *-ão* e *-om*, mostra que estão na seguinte relação para com as origens:

1.º *-am*:

-ANE *pam*.

-ANV *jrmjtam*.

-ANT *ajudauam, anjam, anjnam, cauauam, creçiam, dauam*, etc.
(ao todo 17 exemplos).

2.º *-ão*:

-ANV *cristão*.

3.º -om:

- ONE *coraçom, partiçom, razom*, etc. (5 exemplos).
- ANT *ajuntauom, andauom, deitauom, durauom*, etc. (8 exemplos).
- VNT *assuarom, começaram, contarom, disserom, som*, etc. (11 exemplos).

Não incluímos as formas proclíticas *gram* e *sam*, nem o advérbio *tam*, visto que as primeiras são de valor nasal oscilante, e o advérbio pode ter *tam* somente grafia latina.

Mais fenómenos vocálicos dignos de nota: há dissimilação em *sasseenta, come*; metátese em *chujua*; crase em *dhu, mo*, etc.; redução do ditongo em *adiante, igreja* (mas *Egipto*); apócope em *el (esto, el parjcia)*; epêntese ditongal em *cheeos, meea, ueeo* (mas *auéo*); ditongamento (mêramente gráfico?) em *ouriente, ouçiente*; alternância de base de ditongo em *coidaia, cujdaua* (vid. MORFOLOGIA); assimilação em *parjcia, mjthor, Salamom*.

Particularidades consonânticas:

Mantém rigorosa a distinção entre *s, ç* e *z*, e entre *ch* e *x*.

Abrandamento em *ujdados* (< vitatos); assimilação em *oolhar*, incompleta em *dixe*; vocalização em *treito* (< tractu-) e *austinençia*; dissimilação em *beuer, benja, brauas* (?), *nembraua, lenbrey*; permuta de bi-labial por lábio-dental em *áujo*; redução de *ll* (< *rl*) a *l* em *confortá-la*, de *ll* (< *sl*) a *l* em *de-la ginta, todolos*, de *gl* a *lh* em *senljeiro*, de *gl* a *nh* em *senhos*, de *sc* a *c* em *creçiam, nacç*; passagem do lateral a vibrante em *enxenpro*; guturalização de *l* antes de consoante em *aquell que, quell uelho, ell diz*, etc. (já mostrámos que a grafia nem sempre acusa êste fenómeno); apócope em *so (rrega, -terrar)*; efeito de próclise em *gram, mas* (a par com *mais*), *muj* (e *muyto*), *sas* (e *suas*).

MORFOLOGIA:

Notamos os seguintes caracteres:

Representantes das 1.ª-4.ª declinações latinas (-anum), temos: sing. *cristão, jrmítam*, pl. *jrmãos, maños*; da 3.ª em -onem, sing. *coraçom, razom, tentaçom*, etc., pl. *cabroó[e]s, ladroões, oraçõões*. Não há exemplo de confusão entre os dois tipos de nomes.

Na gradação, o superlativo composto com *muj* (*bem, deserto, estranho*, etc.) e um exemplo com *mujto*: *mujto . . tarde*.

Nos numerais: *hũu, hũa* (em função articular), *dous* e *sasseenta*.

Nos pronomes: nos pessoais salientamos *el, ell, ele, elle, com migo* (e *comjgo*), *la* (em *confortá-la*), *na* (em *ajudavam-na*); nos possessivos, *sas* a par de *suas* (cf. *deita suas celladas e sas enuejas*), *nosso* a par de *nostro*; nos demonstrativos, *esto, aquele e aquell*; nos relativos, *cujo, cuja* (v. g.: *aquell cujo eu era*, e *o senhor cujos nós somos*); nos indefinidos, *todo* (por exemplo: *todo nom ualeo rrem*) *nêhũu, al* (no passo: *nom conja al*).

Nos artigos: definido, *la* (em *de-la, cinta*), *los* (em *todoslos*) *no* (em *no deserto, no caminho*); indefinido, *hũu, hũa, hũas*; partitivo, no passo: *beuía do leite*.

Nos verbos, são os seguintes os elementos arcaicos morfologicamente característicos, a par com formas modernas coexistentes:

1.ª conjugação:

[<i>assuar</i>]:	Ind., pret. perf. <i>assuarom</i> .
[<i>começar</i>]:	Ind., pret. perf. <i>começarom</i> .
[<i>contar</i>]:	Ind., pret. perf. <i>contarom</i> .
[<i>coidar, cuidar</i>]:	Ind., pres. <i>cujdo</i> ; pret. imp. <i>coidaua, cuidaua</i> ; fut. imp. <i>cujdará</i> ; pret. perf. <i>coidey</i> .
<i>leixar</i> :	Ind., pret. perf. <i>leixarom</i> ; etc.

2.ª conjugação:

<i>caer</i> :	Ind., pres. <i>caemos</i> ; imperf. <i>caja</i> .
<i>creer</i> :	Ind., imperf. <i>cria</i> .
<i>dizer</i> :	Ind., pret. perf., 1.ª p. s. <i>disse, dixre</i> , 3.ª p. <i>disse</i> , pl. <i>disserom</i> ; pret. m. q. perf. <i>dissera</i> ; conj., fut. imp. <i>disser</i> ; etc.
<i>fazer</i> :	Ind., pret. perf., 1.ª p. <i>fiz</i> , 3.ª p. <i>fez</i> ; pret. m. q. perf. <i>fezera</i> ; conj., pret. imp. <i>fezesse</i> ; etc.
[<i>haver</i>]:	Ind., pret. perf. <i>ouue, ouuerom</i> ; imper. <i>aue</i> ; etc.
[<i>poder</i>]:	Ind., pret. imp. <i>podiam</i> ; pret. perf. <i>pujde, pude</i> ; conj., pret. imp. <i>podessem</i> ; etc.
[<i>querer</i>]:	Ind., pres. <i>quero, queres</i> ; pret. perf., 1.ª p. s. <i>quise, quis</i> , 3.ª pl. <i>quis</i> , pl. <i>quiserom</i> ; etc.
<i>seer</i> :	Ind., pres. <i>he, som</i> ; pret. perf., 1.ª p. s. <i>foy, fuy</i> , pl. <i>forom</i> ; etc.—Vid. <i>ir</i> .
[<i>soer</i>]:	Ind., pret. imp. <i>soia</i> .
<i>teer</i> :	Ind., pres. <i>tem</i> ; pret. imp. <i>tyuha</i> ; fut. imp. <i>teerei</i> ; cond., pres. <i>teeria</i> ; part., pres. <i>teendo</i> .

<i>traier</i> [<i>trazer</i>]:	Ind., pret. imp. <i>trazia</i> ; <i>tragiamos</i> , <i>traziam</i> ; pret. perf. <i>trouue</i> ; pret. m. q. perf. <i>trouuera</i> ; conj., pret. imp. <i>trouuesse</i> ; part., pass. <i>treito</i> .
[<i>valer</i>]:	Ind., pres. <i>ual</i> ; pret. imp. <i>ualeo</i> .
<i>ueêçer</i> :	Part., pass. <i>uencudos</i> .
<i>ueer</i> :	Ind., pres. <i>ueio</i> ; pret. imp., 1. ^a p. s. <i>uija</i> , <i>uja</i> ; pret. perf. <i>uj</i> , <i>uju</i> ; conj., fut. imp. <i>ujrem</i> .

3.^a conjugação:

[<i>auir</i>]:	Ind., pret. imp. <i>aujham</i> ; pret. perf. <i>auéo</i> .
<i>conprir</i> :	Conj., pret. imp. <i>conprisse</i> .
[<i>fogir</i>]:	Ind., pret. perf. <i>fogi</i> ; cond., pres. <i>fogiria</i> .
<i>hír</i> :	Ind., pret. perf., 1. ^a p. s. <i>foy</i> , <i>fuj</i> , pl. <i>fomos</i> , <i>forom</i> ; etc.—Vid. <i>seer</i> .
<i>uÿr</i> :	Ind., pret. perf. <i>uym</i> , <i>ueeo</i> , <i>ueerom</i> .

Na categoria adverbial, avultam: *aagima*, *ante*, *assi*, *come* (e *como*), *des aly*, *des i*, *depois* e *despojs*, *ende*, *hi*, *hentom*, *hu* (temporal), *juso*, *muj* (e *mujto*), *nom*, *outrossi*, *rrem*.

Entre as preposições: *antre*, *ataa*, *dês*, *so*, etc.

Nas conjunções e locuções conjuncionais: *assi como*, *ca* (causal e comparativa), *como* (final), *em tal que*, *ergo*, *mais* e *mas*, *pero*, *pois* (temporal em: *Pois todo esto foy fecto*).—Também há *depois que*).

No capítulo da formação de palavras, merecem reparo: na derivação, o uso dos sufixos *-dade* (*castidade*, *catinidade*, *neunidade*) e *-udo* (no particípio, supra-indicado, *uencudos*), e o regressivo *catiúo*; na composição, a troca do prefixo *des-* por *es-*, em *espedi*; por vezes, a consciência da individualidade de alguns elementos formativos (*por que*, *se nom*, *so mergia-a*), conquanto ao mesmo tempo se use da conexão, como hoje se pratica (*senom*).

SINTAXE E ESTILO:

Como mais importantes, salientamos os seguintes fenómenos:

- 1.—*assy andava a dona e todolos de sua casa e todos aquelles que em aquelles lugares morauam*: concordância do predicado com o primeiro dos sujeitos pospostos.
- 2.—*mjnha folnja e mênha sandiçe me trouue a esto*: concordância do predicado com cada um dos sujeitos.

- 3.—*hũu d'aqueles que mais nos desamaa*: concordância do predicado da oração relativa com a palavra *hũu* da expressão antecedente.
- 4.—[a] *hordem de monie que ania perdida*: concordância do particípio passado, em tempo composto, com o complemento directo.
- 5.—*muj pouca de uestidura*: concordância por atracção.
- 6.—*catino, ataaqui foy bem guardado, mas mjuha folonja . . .*: emprêgo do vocativo com a primeira pessoa.
- 7.—*se te praz de te matares, mata ante mjm*: emprêgo do pronome pessoal *mim* como complemento directo.
- 8.—*buscaua o por que ujuja o preguntou o por que andaua tam triste*: as orações substantivas interrogativas determinadas pelo artigo.
- 9.—*peensaua que o que me aquecesse da parte de meu padre que o uendesse e que o daria a pobres e que faria . . .*: pretérito imperfeito do conjuntivo empregado pelo condicional (por atracção do verbo anterior?).
- 10.—*o que tem castidade a força, rregebe seu marteiro*: o substantivo *força* desacompanhado do artigo definido.
- 11.—*coidey a demandar*
dene o homem a serujr seu senhor
dene o homem a meter mentes, e
dene a filhar enxepro
nom ousaua . . a passar } verbos construídos com infinitivos regidos da preposição *a*.
- 12.—*comecei-a mays de amar*: o verbo *começar* construído com infinitivo regido da preposição *de*.
- 13.—*nem por palaura nem por enxepro nom me podia ueêçer*
nehũu nom ousaua
nẽhũa cousa nom he segura . . .
nẽhũa nom as poderia dizer . . . } pleonasma da negação prè-verbal.
- È notável a oscilação da colocação das palavras, que tem acentuada tendência para a posição enfática.
- Merecem relêvo particular os seguintes casos:
- 14.—*ela o fez muj de grado*: suj. + c. dir. + pred.
- 15.—*aquelles matey eu*
os coyros fiz em tal maneyra . . .
ante me leixaria morrer ca a
perder
nunca a filhar quise } c. dir. + pred.

16. — *guardaau bestas como as eu guardaau*: c. dir. + suj. + pred.
 17. — *e el me responden*
 eu te rogo } suj. + c. indir. + pred.
 eu lhe demandey que
 18. — *nos dha el hũa partida*: c. indir. + pred. + suj.
 19. — *nos conta e diz* }
 lhes rrespondy . . e disse } c. indir. + pred.
 me neeo gram uoontade
 20. — *se n'o ela outorgasse*: c. indir. + c. dir. + suj. + pred.
 21. — *quando me el esto dizia* } c. ind. + suj. + c. dir. +
 quando me ela esto ouuju dizer } pred.
 22. — *aquelle muj uelho homem* }
 aquela muj uelha molher } adj. + subst.
 23. — *myto foy tarde*: intercalamento do verbo no superlativo
 perifrástico do advérbio.

O intercalamento pode até perturbar grandemente a ordem normal da colocação, como se vê no seguinte passo:

24. — *cujdaau el que eramos, assi como lhe a el parjeia, casados*.
 25. — *cauauam a terra, e dejtawom fora da coua*: elipse do complemento directo na oração coordenada.
 26. — *se hũa era enbargada do carregamento que trouuesse, e se lhe caja . . .*: passagem do agente da passiva para sujeito (clíptico) da oração coordenada.
 27. — *Esto era gram maraujlha que tam gram conpanha como ellas eram que hu entrawom e sajani nom se enbargawom*: anacolúta (repetição da conjunção *que*), acompanhada de sínese (provocada pela oração-apôsto comparativa).

Dentro do campo essencialmente estilístico, — tanto quanto é possível delimitá-lo do sintático —, cabem:

a) *Passim*, o emprêgo superabundante da copulativa *e* e do advérbio *entom*.

b) A repetição de palavras (ainda que por vezes poderá ser devida a inércia mental), como em:

e depois que todo esto peensey, foy ao abade . . e disse-lhe todo esto.

mayores eram aquelles carregos que seus corpos eram.

acordar-me da sancta uida dos sanctos monjes.

assy andaua a dona e todolos de sua casa e todos aquelles que em aquelles lugares morauam.

c) Os pleonasmos (alguns terão já perdido o valor individual das partes):

nos conta e diz.

antes lhes rrespondy . . e disse.

hũu mes todo inteiro.

me assentey em no deserto soo senlhejro

d) A expressão popular:

todo o dia e toda a noite (na fonte: *iugiter*).

(*Continua*).

ABÍLIO ROSEIRA.

Miscelânea

Tradução Quatrocentista
de Salústio e de Suetónio sôbre a vida de César
(Escorial, ms. I. Q. 17).

A existência dêste precioso códice não era totalmente ignorada. Em 1894, tratando — e admiravelmente — do período da prosa didáctica, alude D. Carolina Michaëlis a uma tradução de Salústio, que se encontrava no convento do Escorial. — *Portugiesische Literatur*, § 93.

O catálogo dos manuscritos portugueses, publicado recentemente por Fr. Julián Zarco Cuevas (vid. a secção LIVROS E REVISTAS), veio dar-nos a agradável certeza da sua existência. O distinto bibliotecário do Escorial inseriu no seu Catálogo (estampa XIX) a fotogravura da 1.^a fôlha, r, do códice, cujo comêço transcrevemos:

«Grandê debate foe âtre os anciaãos por saber como a cavalaria poderia seer mais exalçada, se per força de corpo ou per virtude e engenho. Por que ante que o homê faça cousa, deve de tomar consselho e depois do consselho se deve de seguir o feito e acordarom que nom valia nem hũa cousa ho consselho [b] sem obra nem obra sen consselho. E porem se ensayavã alguũs em aquellas cousas que pertenciam a engenho e outros em manhas e en aquellas cousas que a força conviinhã, por que entendiam que siso e engenho podia muito aproveitar nas batalhas con a força. E depois que os reys começaram a mover guerras, primeiramêto por razom de averem de acrecentar seus ssenhorios, que antes que as guerras

começassem os homeões eram sem cobiça e abastava a cada huũ aquello que aviam, e entom estudavam os homeões mais de vontade en ssiso e em engenho [...].

O Centro de Estudos Filológicos, dado o altissimo valor do códice, que tem 273 fôlhas, encomendou já uma primeira série de fotocópias e encetará brevemente a sua publicação.

O rondel na poesia lirica galego-portuguesa

Hans Spanke, o operosíssimo musicógrafo de Duisburg, publicou recentemente na revista finlandesa *Neuphilologische Mitteilungen*, xxxiii (1932), 1-22, um artigo sôbre as bailadas medievais, *Zum Thema «Mittelalterliche Tanzlieder»*. Já em um trabalho anterior sôbre danças eclesiásticas, publicado na mesma revista, xxxi (1930), 143-170, tratara o assunto e procurara demonstrar a grande importância do rondel francês na estrutura métrica e musical das *Cantigas de Santa Maria*. Agora robustece a sua opinião com os dois rondéis de Pero da Ponte, CV. 570, 577 e com o de João Zorro, CV. 761, os dois primeiros sabidamente anteriores às *Cantigas*.

Comenta Spanke que o esquema métrico dessas composições é o do rondel francês, *com particularidades portuguesas* (pp. 4-6). O esquema musical seria pois provávelmente AA BB. É uma prova, declara o musicógrafo alemão, de que já em tempos de Afonso X e antes dêle corriam na Península os rondéis latinos e franceses, inspiradores da forma das cantigas galego-portuguesas (p. 8). E acrescenta: «Seria tarefa encantadora, mas que nos levaria aqui demasiado longe, cotejar as formas pre-afonsinas da cantiga d'amigo portuguesa, que, pelo que parece, era uma bailada, com o rondel francês e os seus precedentes latinos e com outras formas da música eclesiástica livre».

Começa pois Hans Spanke a ocupar-se, ou, pelo menos, a interessar-se pelo estudo das nossas formas líricas. A êsse respeito, impõe-se-lhe uma cuidadosa verificação do texto e da música de Martin Codax, logo, a revisão dos juízos de Oviedo y Arce, Tafall Abad, D. Carolina Michaëlis e Ribera, e uma exploração dos nossos textos musicais latinos, que se conservam nos arquivos públicos, nomeadamente na Livraria Alcobacense.

Um facto, porém, está já estabelecido e o próprio musicógrafo alemão o reconhece: a forma da grande maioria das nossas canti-

gas paralelísticas é, pela simplicidade da sua estrutura, *a a B*, verdadeiramente arcaica e assemelha-se às antigas *carolas* francesas, insertas no poema *Guillaume de Dole* e reflorescentes, depois, no séc. XV, e ao *conductus* eclesiástico do séc. XII (p. 17). Spanke anuncia um seu próximo artigo na *Zeits. f. rom. Phil.* sobre o elemento popular no velho lirismo francês. Nêle refutará certamente os opiniões negativas de Scheludko, que sobre o caso se pronunciou desenvolvidamente na *Zeits. f. franz. Spr. u. Litteratur*, LII (1929), 1-38, 201-266, e não deixará seguramente de se referir, como agora, ao nosso lirismo, que forneço, como há-de ser demonstrado, e possivelmente aqui neste *Boletim*, formal desmentido a algumas das fundamentais conjecturas de Scheludko sobre a tese folclórica. Vai-se, pois, reconhecendo que o testemunho do nosso antigo espólio lírico é indispensável no julgamento desapassionado da questão das origens.

R. L.

Scheludko e o lirismo galego-português

Para comodidade dos leitores reproduz-se aqui o texto da resposta, que enviei à crítica de Scheludko na *Literaturblatt für germanische und romanische Philologie* (1931), Nr. 5-6, e foi publicada na mesma revista (1932), Nr. 1-2, depois de traduzida para alemão. É usual, nesse periódico estrangeiro, o artigo de desagravo vir acompanhado da contradita do agravante. No caso em questão, porém, o distinto professor de Colónia declarou desistir da resposta:

«No Nr. 5-6 dèste ano da *Literaturblatt* publica o Prof. Scheludko um artigo de crítica sobre o meu livro *Das origens da poesia lirica em Portugal na Idade-Média*. Tenho muita honra em ser doutrinado por um especialista da sua competência; quere-me parecer porém que se o Prof. Scheludko conhece perfeitamente os problemas do lirismo francês e provençal, não é tam forte no conhecimento do lirismo galego-português, que tem, a par de caracteres comuns àqueles, uma fisionomia própria, especial, que é perigoso ignorar quando se pretende tratar a fundo da questão.

A sua crítica, ao contrário do que seria para esperar, é superficial e dogmática, arvorando como verdade consagrada aquilo que ainda ontem considerava mera hipótese (*ZFSL*, LII, 263, 266). Negando as minhas conclusões, esquece-se de provar que elas são falsas; seria caso para dizer o que êle mesmo diz da teoria de G. Paris: «wir sind berechtigt, an Stelle von Worten wirkliche Beweise

zu verlangen» (ZFSL, LII, 10). A série de considerações, que se vão seguir, não pretende abrir polémica; quando Scheludko tiver publicado o remate dos seus estudos, voltarei ao assunto, com mais minúcia e precisão. Por ora, limitar-me hei ao seguinte:

Tentei pela primeira vez dar um estudo metódico do discutido problema das origens, referido especialmente a Portugal. Tratando-se dum fenómeno literário extremamente complexo, entendi que o deveria investigar em todos os seus aspectos: forma, temas, ambiente social, agentes criadores e divulgadores. Scheludko teve a amabilidade de fazer um sumário dos onze capítulos do meu livro: dispenso-me portanto de o fazer aqui, observando todavia que a parte propriamente crítica do seu artigo briga por vezes com o sumário. Quanto a nós, é em conjunto, largamente documentado, que o problema deverá ser colocado; e, embora a investigação não esteja ainda ultimada, é tempo já de, com os resultados parciais obtidos e com o produto da própria experiência, buscar uma explicação mais generosa e menos parcial. Este processo crítico, seguido por mim, é censurado por Scheludko nos seguintes termos: »Er nimmt von jeder der vorhandenen Theorien etwas für sich an, um aus Teilen fremder Konstruktionen eigene Theorien auszubauen. Dieser Eklektizismus ist jedoch selten für die Wissenschaft fördernd, da er ihr weder neues Material, noch neue Gesichtspunkte bringt». E alega, sobre isso, que não tenho a coragem de negar redondamente a teoria arábica; que, repudiando embora a tese de G. Paris e Jeanroy, mantenho a opinião d'este último de que a poesia cortês nasceu da popular; e, enfim, que a tudo isto junto ainda a recente teoria médio-latinista: que esta combinação, *a priori*, não pode deixar de causar estranheza.

A injustiça da crítica de Scheludko está em que quem não ler o livro cuidará porventura que eu me limitei a transcrever, embora de modo pessoal, retalhos de opiniões dos outros. Jeanroy, a quem submeti o trabalho, diz-me que *il est très riche de faits et d'idées*; o professor eslavo não vê nêlo progresso para o estudo do lirismo românico, embora o seu sumário pareça inculcar o contrário e, no final do artigo, me faça o favor de reconhecer que êle é um cómodo ponto de partida para estudos ulteriores. É realmente curioso que sobre um mesmo trabalho se emitam pareceres tam radicalmente opostos!

Contrariamente a Scheludko, eu penso que êsse ecleticismo, que êle me censura, é a verdadeira atitude scientifica no estudo dum problema tam complicado como é a origem do lirismo ociden-

tal, em cuja formação se cruzam as mais variadas influências. O mérito de Wechssler está em ter compreendido este sincretismo, embora o exagerasse (*Das Kulturproblem*, 340); mais recentemente Pillet aconselha o método: «Vielleicht ist es überhaupt bedenklich, eine so grossartige und folgenschwere Erscheinung wie den Minnesang aus einer einzigen Quelle abzuleiten ... Ich glaube, die Erklärungsversuche lassen sich kombinieren, wovon ich allerdings die G. Parissche Theorie von den Frühlingstanzliedern und die Burdachsche Theorie von der arabischen Herkunft ausschliesse (*Zum Ursprung d. altprov. Lyrik*, 20). No ano seguinte, em 1929, Gennrich declarava muito sensatamente: «Es ist einleuchtend, dass sich das Minnesangsproblem nicht auf eine einfache Formel bringen lässt. Es haben sicher die verschiedensten Anregungen mitgewirkt, ohne dass man allerdings leugnen könnte dass den einen ein gewisser Vorzug vor den andern einzuräumen wäre (*Deutsche Vierteljahrsschrift*, VII, 192).

Atualmente é bom não exagerar o meu ecleticismo. Assim, não é verdade, como quere Scheludko, que eu transija com a teoria de Ribera; digo apenas que se não deve largar de mão, devido ao seu interesse lingüístico e talvez literário, atenta a possibilidade de fontes galegas no lirismo andaluz. No sumário o próprio Scheludko, explica bem o caso.

Quanto ao outro reparo, mantenho a opinião da origem popular do lirismo português, composto dum elemento litúrgico, visível na versificação e possivelmente no modo da execução da *cantiga*, e de temas populares tradicionais, como o mar, os lagos, os rios, as fontes, as árvores, as aves, e outros ainda, inspirados nas realidades da vida doméstica e nacional: as *romarias*, a ausência do amigo, que parte para a guerra, e o papel morigerador da mãe que ralha com a filha e por vezes a espanca, tema que Scheludko considera popular e que invade todo o nosso lirismo feminino (*ZFSL*, LII, 219-220). Sendo essa poesia um fenómeno literário, nem por isso deixo de o considerar *popular*; a prova mais categórica reside na sobrevivência desses cantares na *mudeira* galega, na *danza prima* asturiana, na *retornada* trasmontana e na *seguidilla de torna* andaluza. A poesia popular tem um carácter inconfundível, como diz, e muito bem, Scheludko; se o laborioso romanista conhecesse as nossas numerosas canções paralelisticas, havia de verificar que é impossível não deduzir delas uma vigorosa poesia popular, que contaminou, logo de início, a inovação provençalca com o paralelismo e com o refran.

Pelo que respeita à tese médio-latina, há um equívoco em Scheludko. O terceiro capítulo das *Origens* é dedicado ao estudo dessa teoria e tem, de p. 77 a 89, um carácter essencialmente descritivo, aplicado ao lirismo provençal; desde a p. 90 prova a teoria entre nós, dizendo: «a civilização poética médio-latina tem, entre nós, um cunho especificamente religioso e litúrgico». As considerações de p. 95 sgs. respeitam ao conceito do amor na *cantiga d'amor*, género que só secundária e subsidiariamente me interessa, porque não representa, para o estudo das origens, o autêntico lirismo português. Não há, pois, a combinação que pretende Scheludko; há apenas a aproximação duma modalidade da tese médio-latina—a teoria litúrgica—com a tese popular. Não se dirá certamente que as duas são incompatíveis, sobretudo na Península Ibérica, onde reinou sempre e reina ainda hoje a mais íntima colaboração, por vezes confusão, entre os dois elementos.

A parte mais grave da crítica de Scheludko está na errada opinião que forma das relações entre o lirismo português e o francês e provençal. Nunca será de mais acentuar que há entre nós dois lirismos de natureza diferente e de diversa procedência: um, sem grande importância para o problema das origens, é constituído pela canção masculina, vasada nos moldes provençais, em verso octossilábico ou decassilábico; o outro abrange mais de 500 canções de mulher, *cantigas d'amigo*, de conteúdo e espírito totalmente diferente, entre as quais sobressai ainda, como produto tipicamente galego-português e proventura peninsular, a pura cantiga paralelistica. Os limites, pois, da influência francesa e provençal estão claramente determinados, pelo menos neste ponto. O grande erro de Scheludko, que prestou demasiado ouvido às últimas investidas de Lollis, Bertoni e Pellegrini, está em não desejar reconhecer este facto, atribuindo à influência francesa uma exagerada importância e não discriminando sobretudo as duas correntes. Ainda há pouco negava a conclusão de Jeanroy, a que chamava «völlig ketzerisch», de que o nosso lirismo fôsse uma total imitação do francês (*ZFSL*, **LII**, 6); agora parece pôr-se do seu lado, sustentando, sem a menor prova, que «mancher Refrain, manches Thema, die Lapa aus der vorliterarischen Volkspoesie herleiten will, stammen in der Tat ebenfalls aus der provenzalischen und der französischen Lyrik und dabei nicht erst aus der älteren Zeit». ¿Que refrans e temas serão êsses? O tema dos *olhos verdes*, da *fontana fria*, das *avelaneiras frolidas*, do *verde pino*, etc.? Mas, dado o caso que estes temas se encontrem todos na poesia francesa—que não se encontram—se-

gue-se que nos teriam vindo de lá? Há aqui uma contradição de Scheludko, que facilmente esqueceu o que afirmara há pouco: que na investigação histórico-literária, o registo duma concordância não significa forçosamente nem dependência nem imitação (*Arch. roman.*, XI, 301, XII, 90, 91). A existência e até por vezes a insistência desses temas no velho lirismo português, alguns dos quais, como Scheludko provou, aparecem nos povos eslavos, demonstra apenas que a nossa poesia foi um receptáculo precioso de temas líricos da velha România, figurando nela, e em altíssimo número, a canção de mulher, que tudo nos indica ter sido uma das formas arcaicas do lirismo românico.

A atitude de Scheludko compreende-se: o caso do lirismo português pode ser um estorvo para a sua teoria, que entende derivar o lirismo provençal duma «weltlichen lateinischen Poesie des Mittelalters». Os trabalhos de Beck, Genrich, Spanke e Anglès parecem contudo presumir uma fonte litúrgica, que desmente as suas conclusões, pelo menos no que toca à forma. Como conciliar cousas, aparentemente inconciliáveis? Com um pouco de bom senso e de objectiva imparcialidade: a poesia litúrgica, que foi a mestra da poesia profana rítmica latina, deu o grande impulso ao lirismo trovadoresco; o fenómeno complicou-se com a cooperação de outros elementos de cultura e a diferente proporção destes últimos é que dá aos vários lirismos nacionais uma fisionomia especial. Pela estrutura da sua versificação, pelo seu sentido feminino e pela primitividade dos seus temas, o lirismo galego-português merece ser considerado o mais fiel representante desse originário lirismo românico».

RODRIGUES LAPA.

livros e Revistas

Fr. Julián Zarco Cuevas, *Catálogo de los manuscritos catalanes, valencianos, gallegos y portugueses de la Biblioteca de El Escorial*, Madrid, Tipografia de Archivos, 1932, 164 páginas.

O trabalho foi publicado na *Revista de Bibliotecas, Archivos y Museos*, de que foi tirada separata. A nós interessa-nos especialmente, é bom de ver, o espólio galego-português, não muito numeroso, é verdade, mas rico em qualidade. Mais rico seria ainda, se não tivesse lamentavelmente desaparecido a sem dúvida preciosa tradução de Terêncio, *Andria e Eunuch*, muito provavelmente dos fins do séc. xv (p. 129).

Entre as maravilhas manuscritas do mosteiro sobressaem os dois códices das *Cantigas de Santa Maria*, de Afonso X: b. I. 2, T. I. 1. Fr. Julián descreve-os amplamente e insere dêles quatro fotografuras (pp. 107-114). E tem a amabilidade de publicar, de p. 110 a 112, uma lista de trabalhos sôbre as *Cantigas*, que êle mesmo declara não pretender ser completa. Com efeito, que nos lembre de momento, faltaria ainda mencionar, além doutros, o artigo de Aubrey Bell, *The «Cantigas de Santa Maria» of Alfonso X*, na *Modern Language Review*, x (1915), pp. 338-348; o trabalho de Nella Aita, *O Códice florentino das Cantigas de Afonso, o Sábio*, publicado na *Revista de lingua portuguesa*, do Rio de Janeiro, n.º 13 (1921), pp. 187-200, 14 (1921), pp. 105-128, 15 (1922), pp. 169-176, 16 (1922), pp. 181-188, 18 (1922), pp. 153-160; outro de Aug. Magne, publicado na mesma revista, n.º 44 (1926), pp. 55-110, *Cantigas de Santa Maria de Afonso X, o Sábio. Excerptos anotados*; e o *Índice de nombres propios y de asuntos importantes de las Cantigas de Santa Maria*, feito por Agapito Rey e publicado no *Boletín de la Real Academia Española*, xiv (1927), pp. 327-355. Brevemente, além disso, sairá em Hamburgo um trabalho, por ora dactilografado, do Sr. Rubecamp, sôbre a língua das *Cantigas de Santa Maria*. Cf. *Volkstum und Kultur der Romanen*, iv (1931), p. 320. Sôbre outros trabalhos não citados por Fr. Julián, consulte-se ainda Aubrey Bell, *Portuguese Bibliography*, Oxford, 1922, pp. 140-144.

Outra preciosidade da biblioteca escorialense constitui um cancioneiro quinhentista, Ç. III. 22, datado de 1598, onde estão representados muitos sonetos camonianos. A sua consulta impõe-se aos modernos editores da Lirica do nosso poeta. Fr. Julián transcreve o começo de muitas composições (pp. 116-118).

Uma notícia que interessa talvez a poesia trovadoresca: existe no Escorial uma escritura de aforamento, dado pelo mosteiro de S. Salvador de Barrantes a Fr. Pedro Moogo, datada de Tny, 27 de Junho de 1307 [?]. Tratar-se há, como é bem presumível, do delicioso jogral galego-português, autor de lindíssimos cantares d'amigo (pp. 120-121)?

O manuscrito quinhentista, N. I. 17, redigido em 1542, que contém as crônicas de Duarte Galvão e de Rui de Pina, deverá ser estudado, um dia que se faça o confronto minucioso e acurado dos inúmeros códices da nossa história medieval, conservados em arquivos portugueses e estrangeiros. É obra de muita urgência e de grande interesse literário e histórico.

O ms. O. I. 1. contém a *General e Grande Estoria*, incompleta. Precisava de ser também publicado e sê-lo há certamente pelo Centro de Estudos Filológicos, tanto mais que saiu recentemente, editada por Solalinde, a *General Estoria*, Madrid, 1930. A coincidência dos textos, no princípio é perfeita; o cotejo fornecerá certamente abundante informação filológica. Cf. a descrição minuciosa, que Solalinde faz do códice, pp. xxxv-xxxvi da sua publicação.

Emfim, da tradução de Suetônio e de Salústio demos já na secção MISCELÂNEA, suficiente notícia.

Revista de Philologia e de Historia, II (1932), fasc. 1. Rio de Janeiro.

A importante revista fluminense, dirigida por Aug. Magne, melhorou, como prometera aliás, o seu aspecto. Só não modificou a ortografia do seu título — caso estranho! — que ainda traz, em manifesto desacôrdo com o texto, palavras como *philologia*, *archivo*, *ethnographia*.

Lamentamos esta transigência servil com certas opiniões ferozes de certos sectores da vida pública, e fazemos votos por que acabe de vez esta comédia deprimente que tem sido para Portugal e Brasil a questão ortográfica. Tenha-se ao menos a coragem de afirmar e fazer cumprir isto: se o acôrdo é impossível, e só o será por irredutibilidades e vaidades de muitos, volte cada qual, sem mais, à sua posição e fícará tudo arrumado. O que não pode passar sem o nosso mais enérgico protesto individual é a covarde e menos scientifica contemplação com certos caprichos inexplicáveis, cá e lá. Os interêsses da cultura estão infinitamente acima das razões, também respeitáveis mas tantas vezes perturbadoras, de ordem commercial.

A colaboração dêste fascículo apresenta-se deveras interessante e variada. Salientemos o artigo de critica literária de Said Ali sôbre o episódio de Inês de Castro (pp. 5-16), nomeadamente sôbre a interpretação dos duvidosos termos *obras* e *brancas flores*. O professor brasileiro, por *obras* entende o semblante, o gesto, e por *brancas flores* êsse mesmo gesto, pálido de temor. Afasta-se, dêste modo, da interpretação de Afrânio Peixoto (peitos), adoptada pelos editores da edição nacional.

Outro trabalho valioso é o de Sousa da Silveira sôbre o étimo de «*seer*» (pp. 34-48), ao qual apenas se pode apontar a timidez com que defende uma ideia justa. Hoje em dia, quanto a nós, não pode ser refutado com seriedade o étimo sedere > *seer*, pelas próprias razões que apresenta, entre as quais avulta precisamente o bissilabismo de vocábulo, familiarissimo aos conhecedores da lingua trovadoresca. A analogia com *veer* é um expediente grosseiro e verdadeiramente improcedente. O étimo que defende o Prof. Sousa da Silveira é pois já hoje uma certeza adquirida, em face e com o abono dos documentos, que nos subministra a história da lingua e particularmente a história do verbo *seer*, em português.

Na secção de CONSULTAS E INFORMAÇÕES há instrutivas notas de Aug. Magne sôbre a pronúncia de *areopago*, *peristilo*, *achadego* e sôbre a etimologia de *assear*, ainda não bem assente. Magne inclina-se para o alvitre de Storm *assedare, que não convém contudo à forma roménia e rejeita o étimo proposto por Meyer-Lübke *assediare, sob o pretexto, não de todo admissível, de que esta forma devesse dar normalmente *assejar. Está por fazer, em português, o estudo das variações do grupo medial latino *d + y*.

Enfim, o artigo de Afonso de E. Taunay, *Em tôrno de brasileirismos* (pp. 133-138) dá-nos noticias bem interessantes sôbre a sobrevivência dalguns arcaismos no nordeste rio-grandense, como *segral*, *vizindade*, *soidade*, *eramá*, etc., e outros vocábulos ainda extremamente curiosos: *bicotar* = beijar (cf. galego *bico*), *querendar*, *angurriar*, *descorgar*, (< de + ex + collocare?), etc.

RODRIGUES LAPA.

Vida do Centro

Dicionário da Língua Portuguesa Arcaica

Bases para a sua preparação:

1.^a — O Dicionário considera e compreende, dum modo geral, todos os documentos escritos em português até 1516 inclusive, data da publicação do *Cancioneiro* de Garcia de Resende.

2.^a — Desde 1516 até 1550 serão explorados apenas os documentos que se distingam pela sua feição arcaica, impressões de textos antigos, produções literárias do bucolismo e do teatro, obras de carácter didáctico ou profissional, etc.

A data de 1550 é necessariamente um termo arbitrário, aproximativo, e refere-se à actividade literária dos escritores, à real ou presumida redacção das obras e não propriamente à sua impressão, que é, por via de regra, muito posterior. Oportunamente se fará a lista das obras compostas entre 1516 e 1550, que, dada a sua feição ou tendência arcaizante, convirá explorar. Fazem, naturalmente, desde já parte desse índice, as obras de Bernardim Ribeiro e do Cristóvão Falcão, de Sá de Miranda, de Gil Vicente, e a obra teatral de Jorge Ferreira de Vasconcelos. Em princípio, embora ultrapasse os limites estabelecidos, explorar-se há todo o teatro do século XVI.

3.^a — Como complemento e correcção indispensável aos documentos impressos, serão utilizados alguns documentos manuscritos das chancelarias, devidamente escolhidos e distribuídos por épocas. Estas peças têm a vantagem de nos dar uma ortografia por assim dizer oficial, um texto autêntico e datado, o que é raríssimo em documentos literários.

4.^a — Serão explorados todos os códices portugueses da Livraria de Alcobaça e, em geral, todos os manuscritos literários de possível consulta, cuja primeira redacção não vá além de 1516.

5.^a — Far-se há desde já o inventário das obras para exploração lexical, devendo a cada uma atribuir-se um título abreviado, em iniciais, para facilitar a tarefa do vocabularista. Exemplos: *Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores* = PMHS; *Livro de Falcoaria*, de Pero Menino = FPM; *História dos Cavaleiros de Mesa Redonda e da Demanda do Santo Graal* = DSG.

6.^a — Enquanto se não organiza o inventário referido, poderá desde já iniciar-se a exploração de documentos que, não tendo valor diplomático absolutamente igual, oferecem contudo garantia de boa ou razoável reprodução, como os conteúdos na *Revista Lusitana*, no *Arquivo Histórico Português*, nos *Portugaliae Monumenta Historica*, no *Corpus Codicum Latinorum et Portugalensium* (Porto), no *Arqueólogo Português*, nos *Documentos Eborenses* de Gabriel Pereira, nos *Vimaranis Monumenta Historica*, nos *Documentos das Chancelarias Reais* por Pedro de Azevedo, nos *Cancioneiros da Ajuda*, *Vaticana* e de *Colocci* (ed. de Monaci e Molteni), nas *Obras* de Gil Vicente (ed. fac-simile), no *Cancioneiro* de Resende (ed. fac-simile de Huntington, New-York 1904). Estas obras irão tituladas respectivamente com as seguintes iniciais: *RL*, *AHP*, *PMH*, *CCP*, *AP*, *DE*, *VMH*, *DCR*, *CV*, *CCM*, *GV*, *CR*.

7.^a — Sempre que se trate da exploração de documentos oficiais, registar-se há a data, pela era de Cristo, ao fundo do verbete. Exemplo: *Documento do antigo convento de Santa Maria de Aguiar*, datado de 1299 e publicado por Pedro de Azevedo na *Revista Lusitana*, XIII, 9-11 (Cf. ficha 1).

8.^a — Feito o Dicionário, proceder-se há à pesquisa das etimologias.

Regras para o vocabularista:

1.^a — Com excepção dos verbos, o vocábulo é reproduzido exactamente do original manuscrito ou impresso, em letra minúscula bem visível, respeitando-se absolutamente a sua forma, embora errada. A verificação dos erros, reais ou aparentes, pode ter importância filológica e o seu estudo compete principalmente ao director do trabalho.

2.^a — Nenhuma forma, dentro da mesma ortografia, categoria gramatical ou matiz de significação deverá ser registada mais de três vezes num mesmo documento. Para o efeito desta regra deverão naturalmente considerar-se formas diferentes: *em* preposição e *em* advérbio; *de* preposição e *de* particula partitiva; *ome* substantivo e *ome* pronome indefinido; *ca* conjunção causal e *ca* conjunção comparativa ou integrante. Nestes casos convirá, em sub-rubrica, indicar a categoria gramatical do vocábulo e é sempre obrigatório transcrever a frase onde o vocábulo se integra (Cf. fichas 2).

3.^a — As locuções adverbiais, prepositivas ou conjuncionais serão inseridas conforme aparecem no original e pela ordem dos seus elementos. Exemplos: *de suso*, *esso meesmo*, *adur*, *em cabo de*, *ante que*, *des que*, etc. (Cf. ficha 3).

4.^a — De modo geral, sempre que haja uma locução ou construção diferente do uso moderno da língua, escrever-se há a frase completa, com sentido inteligível, fazendo, se assim fôr necessário, o respectivo verbete remissivo (Cf. fichas 4).

5.^a — Em regra, os verbetes irão registados no infinitivo. Se o vocabularista, porém, tiver qualquer dificuldade em deduzir a forma do infinitivo, escreverá como rubrica a forma que tiver diante de si, registando em baixo a frase completa (Cf. fichas 5),

6.^a — Como rubrica vocabular servirá naturalmente o termo ou expressão fundamental da frase, fazendo-se remissões sempre que isso seja necessário (Cf. fichas 6).

7.^a — Todos os casos omissos e tôdas as dúvidas na applicação das regras serão resolvidos de acôrdo com o director do trabalho.

Seguem-se os exemplos de fichas:

COMPOSICIÃO	N.º 1
<i>RL</i> , XIII, 10	
1261	

MENTES	N.º 4
V. PARAR MENTES	

ca — conj. causal	N.º 2
ca cedo mij per fez saber	
<i>CCM</i> , 60, 5	

POER	N.º 5
pom hũa telha	
<i>FPM</i> , 8, 26	

ca — conj. integrante	N.º 2
por que entendo ca mi quer ben	
<i>CT</i> , 231, 3	

POM	N.º 5
pom hũa telha	
<i>FPM</i> , 8, 26	

DE SUSO	N.º 3
segundo dito he de suso	
<i>FPM</i> , 8, 9	

FAZER MESTER	N.º 6
se vires que lhe faz mester	
<i>FPM</i> , 14, 20-1	

PARAR MENTES	N.º 4
para mentes ao rosto do faleão	
<i>FPM</i> , 5, 8	

MESTER	N.º 6
V. FAZER MESTER	

Boletim de Filologia

publicado pelo

Centro de Estudos Filológicos

Tômo I

1932

Fascículo 2

A fala do Velho do Restelo

Aspectos clássicos dêste episódio camoniano

Prólogo

O episódio do Velho do Restelo tem sido, entre todos os notáveis de *Os Lusíadas*, um dos mais propícios à inspiração de comentários especiais de vária natureza, os quais vão desde a apreciação histórica despertada pelo belo simbolismo da fala daquele orador popular até o labor filológico de estudar as fontes literárias portuguesas ou latinas. Às vezes os comentários são também gerais, como sucede em edições da epopeia, e então maior é a sua utilidade prática. Duns e outros recorde, em particular, os que foram escritos pelos portugueses Faria e Sousa, Teófilo Braga, Epifânio Dias, Barbosa de Bettencourt, Fidelino de Figueiredo e Aarão de Lacerda em obras que tôdas citaremos, o do alemão Wilhelm Storek na *Vida e obras de Luiz de Camões*, e o muito erudito e extenso que o professor brasileiro Afrânio Peixoto publicou no livro *Camões e o Brasil*, e agora acaba de reeditar nos *Ensaios camonianos*.

Sobretudo no último, pelo método e entusiasmo com que o autor se dispôs a apreciar vários aspectos da matéria, abundam as informações sôbre o alto pensamento e a erudição que aproveitaram ao Poeta num dos trechos mais importantes da sua Epopeia. Quem quer que o leia se deleitará com a inteligência crítica das reflexões históricas, com a clareza e a propriedade postas na citação de autores antigos. Não há, porém, neste, como em quaisquer escritos de igual assunto, um comentário humanístico desenvolvido e com a separação regular de todos os aspectos. Ainda não se frizou que em estâncias tam notáveis, além de vários passos já reconhecidos como clássicos, e além do carácter geral de côro que tem a fala, quási tudo o mais mostra a influência ou pelo menos a analogia de matérias poéticas gregas e latinas; depois, falta ainda salientar que o espírito clássico dessas estâncias está imediatamente ligado ao dumas poucas que as precedem. E por isso —mas com a devida vénia aos camonistas, que, se o não fizeram já, não foi por escassez de competência— me abalanço a apresentar uma dissertação onde dou vulto a êsses aspectos esquecidos, a par com o alargamento da apreciação doutros; não sem que, além disso, lhes anteponha algumas considerações sôbre o significado histórico do episódio camoniano, necessárias para bem se compreender a intenção do autor.

Faço assim diligência por provar que a extraordinária cultura clássica de Camões, já hoje glorificada ao máximo pelos notáveis estudos do Prof. Dr. José Maria Rodrigues, foi com o génio do Poeta o elemento que mais concorreu, muito mais do que a lição dos historiadores ou os ecos da tradição popular, para dar à oratória do Velho do Restelo tôdas as feições duma profunda beleza literária.

CAPÍTULO I

O significado histórico do episódio

É pelo seu notável simbolismo, demonstrativo dum pensamento filosófico de alto valor, que se distingue, como já muitas vezes foi dito, o significado histórico da fala do Velho do Restelo. Na verdade, Camões imaginou esta fala para representar o grande número de portugueses que, reinando D. Manuel, se haviam oposto, por espírito conservador, à temeridade do descobrimento da Índia. Ora, sobre este simbolismo vou eu ainda insistir, a fim de salientar o melhor que possa a sua natureza e a sua intenção.

Tem-se dito que o haver em Portugal no tempo de D. Manuel, como já antes, duas regiões distintas pela índole especial das suas populações — uma, a do norte, de gente agrícola e conservadora na maior parte, outra, a do sul, de gente muitas vezes aventureira e propensa à vida do mar — explica bem o aplauso e o desagrado simultâneos com que foi olhada a preparação da viagem do Gama¹. Este conceito sociológico, embora mereça diversas restrições, poderá ter propriedade sob certos aspectos; e até seria agora útil se se quisesse atender aos lugares onde mais abundavam os discordantes; mas, não importando isso, deve prevalecer o conceito geral de que os protestos vinham mais ou menos calorosos de tôdas as regiões portuguesas. De facto, elles assim apareciam, e tanto os inspirados no conservantismo como os apenas sentimentais, que em nenhum lugar faltariam para animar aqueles, mormente da parte de mães, espôsas, irmãs, em suma de quantos familiares em quem o coração falasse mais alto que o raciocínio. E por isso, visto que o que devia interessar a Camões como poeta era exactamente a generalidade das vozes pessimistas, que não as particularidades da sua difusão, tem de se reconhecer que foi a lembrança delas sem distinção de regiões, reforçada com o conhecimento histórico dos factos ocorridos no Restelo, na hora de partir a armada, o que lhe esteve presente ao escrever as últimas dezasseis estâncias do c. iv. A tôdas essas vozes deu aí vulto, resumindo as sentimentais em cinco estâncias sobre os choros e lástimas do povo em face daquela partida,

¹ Vid., por exemplo, o artigo de Afrânio Peixoto sobre *O velho do Restelo*: p. 197 de *Camões e o Brasil* e pp. 197-198 dos *Ensaíos camonianos*.

e as de natureza consciente, que ao Restelo também chegaram, no discurso fogoso do Velho.

Poder-se-há objectar, quanto à largada das naus, que os historiadores onde Camões se informou só nos falam claro daqueles lamentos: tanto Castanheda, segundo o qual a maior parte da gente, na despedida, «choraua com piedade dos q̃ se yão embarcar»¹, como João de Barros, eloquente na referência a essa «práya de lagrimas pera os q̃ vam, & terra de prazer aos q̃ vem»²; e o mesmo se dirá naturalmente de Jerónimo Osório, que nos conta em puro latim, após as súplicas a Deus, os choros e queixas tam lancinantes que mais pareciam carpido fúnebre³; todavia em Barros (assim como um pouco em Osório⁴) entrevemos que ainda então surgiu algo do desacôrdo alheio às mágoas ingénuas, vindo do horror ao progresso que só se obteria com audácia e fora da terra-mãe: é quando o historiador nos diz, num passo immediato ao acima citado, que «quando veo ao desfraldar das velas que os mareâtes segũdo seu uso deram aquelle alegre principio de caminho, dizendo boa viagem: todos los q̃ estauam prôptos na vista delles, com hũa piadosa humanidade dobrará estas lagrimas: & começaram de os encomêdar a deos, & lançar juizos segundo o q̃ cada hũ sentia daquella partida»⁵. Entretanto, note-se que nem precisaríamos de informações literárias para avaliarmos êsses protestos, a par com os anteriores, e olharmos a unificação duns e outros no Velho do Restelo como um retrato poético de factos reais: no próprio momento da viagem, como nos seus antecedentes, tinha por força de se repetir a lição da história, aparecendo a par com a legião dos inaudazes a dos descrentes por apêgo à rotina, à maneira do que já se dera no tempo do Infante de Sagres com os que sempre condenavam não só as conquistas em África mas também a passagem do cabo Bojador, os novos descobrimentos além da Madeira e de Pôrto Santo. Vou até lembrar, pelo valor do paralelismo, o que êsses pensavam.

¹ Em *Ho livro primeiro do descobrimento...*, cap. II, p. v da 1.ª edição.

² Na *Asia*, Década 1.ª, liv. IV, cap. II (fl. 41 v da 1.ª edição).

³ No *De rebus Emmanuelis...*, lib. I (p. 24 da 1.ª edição). O meu mestre Sr. Dr. José Maria Rodrigues diz-me que não é natural que Osório tenha sido neste caso fonte de Camões, porque a vinda a lume da sua crónica de D. Manuel é de 1571, e neste ano, porque no seguinte saía definitivamente impresso, já o Poema devia estar todo ou quasi todo composto.

⁴ Vid. um passo transcrito adiante na p. 110, n. 1.

⁵ Vid. J. Leite de Vasconcellos, *O doutor Storck e a litteratura portuguesa*, p. 100.

Os pouco animosos eram nessa época em número não pequeno. Quanto aos descobrimentos, o seu temor das longas viagens permitia que se vulgarizasse o célebre provérbio: «Quem passar o cabo de Nam, ou tornará ou não»; quanto às empresas de África, preocupava-os, além doutros perigos, o de passar o mar até esse continente, o mesmo que afinal sempre se receou, e que até o poeta João de Meneses, em tempo de D. Afonso V, apontaria nestes versos:

Coestes ventos dagora
perigoso he nauegar
que sse mudam cada ora
& quem vay de foz em fora
nunca mays poede tornar
O nauyo penda banda
a rrezam nam he houida
a vontade tudo manda
& quem ha dandar desanda
quem tem alma nã tem vyda¹.

Mas aos fracos de vontade juntavam-se, a combater os entusiasmas, muitos homens de conselho que pensavam na inadvertência de se trocar o certo pelo incerto, de se buscarem com risco de muitas vidas novas possessões no território de Marrocos ou novas terras para além do cabo Bojador, quando seria mais cómodo e útil ficar em Portugal, pondo tôdas as energias no seu desbravamento. A este respeito são bem conhecidas, por exemplo, as oposições feitas à política marroquina pelo senhor de Barcelos, em carta a D. João I, e pelo Infante D. Pedro, que via nos sonhos do irmão a troca de «uma boa capa por um mau capelo»²; e do mesmo modo sabemos que foram veementes as oposições à busca de terras atlânticas, tam veementes que podiam estar ainda vivas na memória dos homens do século xvi e ser reproduzidas por João de Barros sob esta forma expressiva: «Certamente nós nam sabemos que opiniã foy esta do infante, nem que fructo elle espera deste seu descobrimento, senam perdiçam de quanta gëte vay em os nauios, pera ficárem muytos órfãos, & viuuas no reyno, alem da despesa de suas fazendas, pois o perigo & o gasto ambos estam manifestos & o proueito tam incérto, como todos sabemos. Porque sempre ahy ouue reyes, & principes em Espanha desejósos de grandes impresas, & tam cobiçósos de buscar, & des-

¹ No *Cancioneiro Geral*, fl. xvi, cols. 1-2, da 1.^a edição; são versos duma trova a «luys da silueyra, q̃ partia de lixboa ao cerco de tanjero».

² Vid. Oliveira Martins, *História de Portugal*, t. i, p. 187.

cobrir nòuos estádos como o infante: & nã vémos nem lémos em suas chronicas q̃ mandassem descobrir esta terra (a Guiné), téndoã por tã vezinha. Mas como cousa de que nã esperauã honra, ou proueito alguũ, leixaram de a descobrir, contentandose cõ a terra, que óra temos, a qual deos deu por termo & habitagã dos hómec̃es, & se algũa ouuer, onde o infante diz, deuemos crer que elle a leixou pera pasto dos brutos.....

Se ao infante parece que como óra achou estas duas ylhas (Madeira e Pôrto Santo), que o tem mais eleuádo neste descobrimento, póde achar outras terras hermas gróssas & fértils, como dizem q̃ ellas sam: terras & maninhos hã no reyno pera romper, e aproueitar sem perigo de mar, nem despezas desordenadas. E mais temos exemplos cõtrairos a esta sua opiniã, porque os reyes passádos deste reyno sempre dos reynos alheos pera o seu trouxeram gente a este a fazer nòuas pouoações: & elle quér leuar os naturáes Portugueses, a pouar terras hermas per tantos perigos, de már, de fôme, & sede, como vemos que passam os que lá vam...

..... nós que proueito podêmos ter de terra tam esterele, & áspera, & catuár gente tam mesquinha. Certo nós nam sabemos outro, senam virẽ elles encarentar o mâtímẽto da térra, & comerẽ nossos trabalhos: & por cobrarmos huũ comedor destes, perdermos os amigos & parêtes»¹.

Bastariam êstes trechos para nos convencermos de que o scepticismo de contemporâneos da Ínclita Geração não era, quanto a empresas guerreiras ou de navegação, diferente do de muitos súbditos de D. Manuel. E tôdas essas palavras têm ainda para os Portugueses de hoje a alta importância de lhes fazer crer que, mesmo se a historiografia não informasse o Épico, como de facto informou, sôbre os conservantistas do periodo manuelino², uma descrição tam expressiva bem poderia despertar-lhe a idea paralela e do mesmo modo viria a surgir no seu Poema o Velho do Restelo, a representar aqueles. Tanto assim que os trechos de Barros e o de Camões se identificam pela seqüência de conceitos muito semelhantes e isto até faz supor alguma influência do historiador no poeta³.

¹ *Ásia*, Década 1.^a, liv. I, cap. IV (fl. 8 da 1.^a edição).

² Camões teria atentado, por exemplo, no que o próprio Barros escreveu sôbre os conselhos gerais que D. Manuel reuniu em Montemor-o-Novo, e nos quais houve muitos votos contrários ao descobrimento.

³ O Prof. Afrânio Peixoto, notando antes de qualquer outro camonista esta analogia, estabeleceu vários confrontos no artigo atrás citado. Nem todos serão talvez exactos quanto à suposição de dependência de Barros, porque

Fácilmente se reconhece a identidade dos conceitos pela leitura, num só relance, das ests. 97-101, isto é, do que se diz desde a interrogação à «vaã cobiça»,

Aque nouos desastres determinas
De leuar estes reynos & esta gente?
Que perigos, que mortes lhe destinas
Debaixo dalgum nome preminente?¹

até a altura em que são visionados os males futuros. Neste próprio final estão bem expressas as parecenças, porquanto, assim como contemporâneos de D. Henrique anteviam que a conquista da Guiné só serviria para «encarentar o mantimento da terra» e «perderem amigos e parentes», assim o Velho antevê o despovoamento do Reino, o seu enfraquecimento, a sua perda. E por isso se poderá dizer, sem olharmos às particularidades naturais do discurso camoniano, que de modo geral uma só variação típica avulta a distinguir os dois casos de reflexão, e resultante, como não podia deixar de ser, da diferença dos factos históricos e da intenção nova: enquanto muitos homens de Quatrocentos nos aparecem, através da descrição de Barros, a preferirem aos perigos de mar o desbravamento das terras do seu país, em *Os Lusíadas* pensa o Velho do Restelo que, dado o sonho constante de triunfos da geração coeva, e já que não há para ela fôrça alguma detentora, mais vale a demanda de vitórias contra os Mouros, com as quais até se terá ensejo de alargar a fé cristã, do que a arriscada aventura da longa viagem:

Não tens junto contigo o Ismaelita
Com quem sempre teras guerras sobejas?
Não segue elle do Arabio a ley maldita,
Se tu polla de Christo so pellejas?
Não tem cidades mil, terra infinita,
Se terras & riqueza mais desejas?
Não he elle por armas esforçado
Se queres por victorias ser louuado?

o paralelo dos factos comentados poderia sugerir por simples coincidência comentários idênticos e porque até a influência clássica excedeu nos conceitos como hei-de mostrar, tôda e qualquer da historiografia portuguesa. Porém não deixa de convir aos que tenham propriedade esta nota geral—que Camões, sem reproduzir literalmente expressões do historiador, contudo «tinha-as em, mente e lhe dava o seguimento lógico».

¹ Vv. 1-4. Sigo aqui e em tôdas as transcrições a 1.ª edição do Poema.

Deixas criar aas portas o inimigo
Por yres buscar outro de tão longe,
Por quem se desposou o reino antigo
Se enfraqueça & se vaa deitando a longe:
Buscas o incerto & incognito perigo
Porque a fama te exalte & te lisonge,
Chamando te senhor com larga copia
Da India, Persia, Arabia, & de Ethiopia.¹

Neste reparo feito pelo Velho está sem dúvida a reprodução da realidade histórica, pois que assim pensava muitíssima gente, incluindo homens de qualidade, políticos e conselheiros de D. Manuel²: as empresas de África seriam para eles ao menos uma solução mais cômoda do que o descobrimento ousado, em que só viam ruína, e poderiam até trazer vantagens políticas e religiosas. Agora o que não se pode nem deve ver aí é a existência duma segunda intenção, a concordância do Poeta com o próprio símbolo que criou, como alguns camonistas portugueses e estrangeiros têm julgado. Esta hipótese é facilmente rebatida.

O Visconde de Juromenha foi, entre os modernos, quem primeiro formulou esse pensamento com vigor. Escreveu sobre Camões, atribuindo-lhe «vistas políticas» expressas pela bôca do Velho: «Havia elle militado na Africa e na Asia, e como soldado pratico conhecia que, posto que o coração de Portugal era grandioso, as forças physicas do paiz não eram sufficientes para tão gigantescas e dilatadas empresas; assim julgava que se devia robustecer com conquistas mais ao pé da porta, d'onde derivasse força e não se enfraquecesse a população»³. Depois de Juromenha, Wilhelm Storck parece pensar da mesma maneira quando diz: «Os perigos e os males que as possessões ultramarinas, principalmente as da Africa e India, iam acarretando a Portugal, traçou-os o Poeta com mão de mestre, em dez magnificas estancias, na allocução prophetica que um velho de Belem, na praia do Rastello, dirige ao monarcha e á nação..., etc.»⁴. Depois ainda Teófilo Braga escreveu palavras idénticas⁵. E d'este historiador para cá um ou outro escritor tem continuado a mesma opinião, como o Prof. Aarão de Lacerda, que,

¹ Ests. 100 e 101.

² A esta opinião se refere Jerónimo Osório na Crónica de D. Manuel (p. 23 da 1.ª edição).

³ Nas *Obras de Luiz de Camões*, vol. 1, p. 142.

⁴ Na *Vida e obras de Luiz de Camões*, pp. 300-301.

⁵ Em *Camões, a obra lyrica e epica*, pp. 522-523.

num estudo do episódio camoniano, julga que o Épico era contrário à viagem para além-Atlântico¹.

É muitíssimo estranho que tal opinião tenha feito tam longo curso. Os argumentos que a fundamentam caem à primeira análise por isso mesmo que atentam contra a finalidade da própria epopeia, contra uma obra que em todo o sentido visa a exaltar o descobrimento. Impressionou alguns a insistência na apologia da luta contra a mourama, feita várias vezes no Poema? E por isso viram, nas palavras do Velho sobre os Mouros, uma nova apologia, embora indirecta, de Camões, a par com a discordância das emprêsas da Índia? Mas é que não pode haver ligação entre um e outro facto. Se vissemos Camões a apresentar ideas próprias, a condenar retrospectivamente que se deixasse o certo inimigo africano pelo «incógnito perigo» indiano, teríamos de atribuir ao Poeta o formidável contrassenso de julgar nocivo o que exaltou, destruindo assim todo o valor de *Os Lusíadas*! Como diz o Dr. Mário de Albuquerque em crítica do Prof. Aarão de Lacerda, seria incompreensível «que Camões fizesse com tanta paixão uma epopeia a celebrar o que julgava um erro»². Uma cousa tem de ser, pois, as expedições contra os Mouros, que o Velho apregoa mais por meio termo de ambições perigosas do que por opinião política; outra cousa, o problema maometano, que Camões apresenta com motivos bem diferentes sem querer amesquinhar a Índia. E vem a propósito dizer quais são eles. Em primeiro lugar, por uma razão sentimental, Camões devia sentir-se maguado com o abandono célebre das praças de África e querer para ele uma compensação. Se bem que este abandono se explica hoje como fruto duma urgência imperiosa, pelos encargos que de África nos vinham³, a verdade é que logo surgiram muitos antipatizantes com a actuação do rei D. João III; que depois a educação do moço Desejado se fez no sentido africanista; e que Camões muito se lamentava, como aqueles, de tanto esforço vão ali despendido, de tanto sangue, como o seu, derramado. Em segundo lugar, cedendo ao sonho da reconquista, que ganhava força

¹ No artigo *A Frase simbólica do Velho do Restelo*, publicado nas *Crónicas de arte*, vol. II, p. 145.

² Em *O significado das navegações*, pp. 106-107.

³ A esta notável conclusão histórica chegou com bases muito seguras o Prof. David Lopes na sua *História de Arzila*, pp. 439-455. Vid. também sobre a mesma matéria Manuel Múrias, *A política de África de el-rei D. Sebastião*, pp. 21-24, e Mário de Albuquerque, *op. laud.*, pp. 81-82.

cada vez maior, Camões tinha de reconhecer com muitos portugueses que a vitória sobre os Mouros permitiria a propagação do cristianismo em «terras viciosas», seria esteio da integridade territorial da Península, e concorreria, a par com a derrota dos Maometanos orientais, obtida por outros povos, para assegurar a liberdade da própria Europa. E foram só estas razões o que fez que Camões incitasse D. Sebastião no c. x a vencer os Mouros,

... rompendo nos campos de Ampelusa
Os muros de Marrocos & Trudante.¹

e confessasse muito antes, no c. I, esperança em que o moço rei viria a obter com essa glória a de ser jugo doutros irmãos daqueles pela fé:

Vos, que esperamos jugo & vituperio,
Do torpe Ismaelita caualleiro:
Do Turco Oriental, & do Gentio,
Que inda bebe o licor do sancto Rio².

Nestas exortações não há maneira de vermos um desejo velado de Camões, de menosprezar as cousas da Índia, pois tôdas reflectem uma aspiração sentimental e política independente destas. E muito menos, portanto, na fala do Velho do Restelo, que até nem coloca, não pode colocar, o problema maometano segundo o pensamento do Épico. Poder-se há dizer entretanto que Camões reconhecia já os muitos males da Índia e os censurava intimamente, como Sá Miranda a recear pelos «mimos indianos» ou Diogo do Couto a escrever as censuras violentas do *Soldado práctico*; poder-se há objectar que no próprio Poema êle exprimiu, já no final, a mágoa do «gosto da cobiça»³, que invadia a nação e lhe era dia a dia mais nociva; mas essa mágoa era legítima perante o seu estado de alma, em face de ter sido na Índia espectador de muito vício e ver a Pátria decadente, sem entretanto significar a condenação duma empresa que, apesar de tudo, tanto heroísmo revelara dando elementos para uma

¹ Na última estância do Poema, vv. 3-4.

² Est. 8, vv. 5-8. — A propósito do perigo que constituíam os Maometanos do Oriente, os Turcos, recorde-se que Camões também se preocupou com êle na est. 12 do c. vii, exortando aí os príncipes da Europa a extingui-lo:

Fazei que torne la ans siluestres couas
Dos Caspios montes, & da Citia fria,
A Turca geração...

³ C. x, est. 145, v. 8.

Epopeia. Nem se vislumbro a condenação no facto de Camões nunca ter incitado a novas emprêsas no Oriente: isso dependia apenas do reconhecimento de mais imperiosas necessidades. Camões poderia não querer o alargamento do património indiano, pela sua difícil consecução, mas queria a sua conservação e desfôgo com o abandono dos vícios. Lamentava-se, mas não queria mostrar, ao menos pelo seu Poema, descrença da finalidade da glória do descobrimento. E por tudo isto não é ainda o lamento do c. x o que nos leva a ver na fala do Velho, através da visão dos males futuros, uma opinião de Camões. O nosso Poeta não fez mais afinal do que aproveitar sem segundas intenções os dados da história do reinado de D. Manuel¹, traduzindo pura e simplesmente a opinião de muitos dos seus súbditos. E, se deu veemência grande à expressão do temor do insucesso, foi porque o símbolo histórico, uma vez criado, precisava do máximo pessimismo para assim mostrar como os optimistas e ousados haviam vencido tôdas as resistências sociais².

Feita assim a apreciação da fala do Velho do Restelo no seu significado histórico, naturalmente me vem, como a todos os seus comentadores, a convicção de que muito valem as informações dos historiadores que serviram de fonte a Camões. Impõe-se entretanto a recordação — a que quero dar vulto para remate dêste capítulo — de que essa lição de cultura não foi a única no que toca à recordação dos factos a que lhe importava dar símbolo: além dela reconheceu Fidelino de Figueiredo, no seu opúsculo sobre *A épica portuguesa do século xvi*³, a influência duma outra também importante — a da tradição oral, que, pela lembrança dos descontentamentos e reacções populares perante a viagem da Índia, por certo haveria feito como em tantos outros casos a assimilação um tanto amplificada da matéria originária e real, e que assim a comunicaria

¹ Quero ainda notar que, convencido do contrário, o espanhol D. Lamberto Gil chegou a escrever isto no seu comentário à última estância do episódio (p. 362 da sua edição espanhola de *Os Lusíadas*): «Cuando Camoens estuvo en la India, y comparó lo que allí vió con lo que había visto en Portugal; conoció cuan perjudicial debía ser á su patria el descubrimiento de aquel país. Por eso les aplica á sus compatriotas las fábulas de Ícaro y Faetonte».

² Com idêntico critério, também Camões deu toda a elevação ao símbolo do Adamastor para assim exaltar a vitória dos Portugueses sobre as resistências cósmicas.

³ Pp. 14-15 e 49-51 (apêndice iv) da ed. de Madrid, 1931; pp. 23-24 e 75-77 (apêndice v) da ed. de Gaia, 1932.

bem viva ao tempo de Camões. Esta idea, baseia-a no confronto com as muitas assimilações populares de factos da história de Portugal, dos quais há eco multisono no nosso Romanceiro¹; e fá-lo com bem orientado espirito crítico, porque seria inadvertência, apesar de não medear muito longo tempo entre a viagem do Gama e a escrita do episódio, deixarmos de ver ainda aqui em Camões um notável aproveitador dos dados da tradição. Sòmente, porém, me não parece razoável a tendência a dar supremacia absoluta a essa influência popular, porque o grau elevado em que Camões foi nesta matéria discípulo de historiadores está fora de dúvida. Discorda o autor dos exa-geros de recorrência às fontes literárias e por isso insiste e se louva na idea nova; mas neste caso as fontes são imprescindíveis, como já se mostrou, e para mais não pode causar-nos estranheza que assim suceda em Camões, porque até em Jerónimo Osório, citado por Fidelino de Figueiredo como outro assimilador da tradição, se vê bem, pela semelhança de certas frases na descrição da largada das naus, o apoio nas informações doutras obras e sobretudo na de Barros. Em suma: no simbolismo histórico do episódio do Velho do Restelo deve admitir-se a fusão de dois elementos especiais de cultura, embora de valor não igual; e é, pois, a ambos, irmanados no mesmo objectivo, que Camões junta em pensamento ou em forma — e com freqüência maior que noutro qualquer episódio — o precioso elemento da sua cultura clássica.

¹ Por exemplo, segundo as próprias palavras do opúsculo citado: «luctas com os mouros na reconquista, a situação de captivo em Marrocos, Santa Izabel, morte de Ignez de Castro, o Condestavel, a batalha de Aljubarrota, a padeira de Aljubarrota e todo um cyclo sôbre a partida das naus, a surpresa da chegada, os riscos das longas viagens, a saudade da prolongada separação e os seus perigos para a infidelidade conjugal». Ao que ainda o autor acrescenta: «Será pouco, mas não se deve dar por concluido o apuramento, sem varejar o romanceiro espanhol e o acervo de lendas indianas, porque os themas emigraram ou formaram-se mais proximos do seu primitivo scenario».

CAPÍTULO II

As lamentações populares anteriores ao episódio

Depois das considerações históricas sobre o episódio do Velho do Restelo, necessárias para definir a verdadeira intenção do autor, ser-me-ia já possível empreender o comentário dos seus aspectos clássicos. Vou, porém, prepará-lo melhor com algumas palavras sobre o sentido clássico das lamentações populares anteriores, as quais, valendo, como já disse, a voz do sentimento —vinda do pulsar unísono de muitos corações—, geram na seqüência narrativa o ensejo da scena grande onde fala a voz do raciocínio com a expressão grave da prudência e da dúvida.

Nas estâncias relativas às lóstimas do povo, é claro que qualquer admira de modo geral a forma por que as narrações simples dos historiadores e o próprio eco da tradição oral, que também aí influu, se ampliaram em formosa paráfrase camoniana; é claro ainda que qualquer aprecia, por essas estâncias prepararem outras mais notáveis, que os dados da história nacional nelas sirvam a uma intenção verdadeiramente filosófica. Mas a feição principal de importância literária está sem dúvida no classicismo de vários lugares e de certos conjuntos especiais, o qual vou apreciar em seguida, e que, além do valor intrínseco, tem o de se ligar imediatamente ao profundo classicismo do episódio seguinte, encaminhando até a sensibilidade do leitor para a grande admiração da sua beleza. Afora isso, não deixa de ser curiosa nas lamentações a identidade de simbolização que há entre as falas da mãe e da espôsa e o discurso do Velho: ambas a falarem como símbolo de muitas, dão-nos assim um paralelo do valor coral que caracteriza esse discurso; porém não deriva daqui matéria para comentários especiais.

Após ter narrado a grande reunião de povo em Belém e bem assim a procissão anterior à partida das naus,

...coa virtuosa companhia
De mil religiosos diligentes,
Em procissam solene a Deos orando
Pera os bateis viemos camainhando.¹

¹ Est. 88, vv. 5-8.

facto este de que pôde ler notícia em Castanheda e Barros¹, recorda Camões pela boca do Gama os lamentos de homens e mulheres,

As mulheres cum choro piadoso,
Os homens com suspiros que arrancauão ...²;

e dele mesmo e dos nautas em especial lhe faz dizer:

Mães, Esposas, Irmãs, que o temeroso
Amor mais desconfia³, acrecentauão
A desesperação, & frio medo
De ja nos não tornar a ver tão cedo⁴.

A estes versos seguem-se logo as duas estâncias em que falam uma mãe e uma espôsa. E é na lamentação da mãe que vão aparecer os primeiros sinais mais importantes de classicismo, a servirem para o aformoseamento de ideias que decerto seriam naturais no pensamento do Épico. Diz a mãe:

«O⁵ filho a quem eu tinha
So pera refrigerio, & doce emparo
Desta cansada ja velhice minha,
Que em choro acabará, penoso & amaro:
Porque me deixas, mísera & mezquinha?
Porque de mi te vas, o filho charo
A fazer o funereo enterramento
Onde sejas de pexes mantimento?»⁶.

Para esta fala já Faria e Sousa⁷ buscou identidades com trechos da poesia latina, citando Ovídio, Vergílio em vários lugares, Estácio, e até da poesia grega, invocando, com o auxilio da versão latina em voga no seu tempo, a *Ilíada*, no passo do c. vi onde vêm as lástimas de Andrómaca para com Heitor. Nem tôdas estas citações têm propriedade quanto a provarem imitação camoniana; a maior parte são meras digressões com o único valor de mostrarem a erudição clássica do comentador; duas há, todavia, muito opor-

¹ Jerónimo Osório igualmente o descreveu.

² Est. 89, vv. 3-4.

³ Recorde-se que Faria e Sousa e o licenciado Manuel Correia reconheceram ambos, nas suas edições de *Os Lusíadas*, que este parêntese sobre o «temeroso amor» lembra o conhecido conceito ovidiano *res est solliciti plena timoris amor*.

⁴ Est. 89, vv. 5-8.

⁵ Na 1.^a edição do Poema a interjeição *ó*, assim como outros monossílabos, não tem geralmente acento.

⁶ Est. 90.

⁷ Na sua edição de *Os Lusíadas*, cols. 412 e 413.

tunas, que nos deixam ver realmente os modelos latinos. Em primeiro lugar temos as lástimas da mãe de Eurialo sobre a sua morte, as quais valem na epopeia antiga um dos tipos mais elevados de mater-dolorosa:

«Hunc ego te, Euryale, aspicio? tune, ille senectae
sera meae requies, potuisti linquere solam?
Crudelis! nec te, sub tanta pericula missum,
affari extremum miserae data copia matri?»¹.

É evidente que a oitava camoniana depende em parte deste trecho, cujas ideias aproveita até o 5.º verso; e assim o reconheceu também Epifânio Dias². Em segundo lugar, com a concordância do mesmo notável humanista³, devemos admitir que certos versos de Ovídio dão o molde à expressão do receio de que o filho caro venha afinal a ser pasto de peixes. No lamento materno ficava bem um argumento buscado em comparações tam próprias da poesia lírica, e assim Camões se comprouve em o recolher dos versos onde o autor dos *Tristia*, descrevendo a sua viagem a caminho do desterro e as inclemências duma tempestade no Adriático, exprimira o temor da morte sem um túmulo dado pelos seus parentes:

Est aliquid, fatove suo ferrove cadentem
in solida moriens ponere corpus humo,
et mandare suis aliqua, et sperare sepulcrum,
et non aequoreis piscibus esse cibum⁴.

Nas lamentações da espôsa igualmente é possível descobrir certa influência da poesia antiga, pelo que respeita a particularidades de expressão:

«O doce & amado esposo
Sem quem não quis amor que viver possa,
Porque is auenturar ao mar iroso
Essa vida que he minha, & não he vossa?
Como por hum caminho duvidoso
Vos esquece a afeição tão doce nossa?
Nosso amor, nosso vão contentamento
Quereis que com as vellas leue o vento.»⁵.

¹ *Encida*, ix, 481-484.

² Na edição comentada de *Os Lusíadas*, vol. 1, p. 260, nota.

³ *Ibidem*, p. 261, nota.

⁴ *Tristia*, I, 2, 53-56.

⁵ Est. 91.

Antes de mais nada admito que Camões possa ter tido presente, ao escrever esta fala, as palavras de Dido, no c. iv da *Eneida*, a lamentar-se da partida de Eneas. Embora haja diferenças psicológicas entre as duas lastimantes, bem expressas na humildade suplicante duma e na agressividade doutra, a verdade é que, além das suas situações, também as suas emoções se correspondem, e assim se mostra natural essa reminiscência em Camões. Para mais há uma identidade que maior evidência lhe dá: ser Dido tal qual a esposa portuguesa na mágoa com que faz ver ao companheiro que só a ambição o leva a enfrentar o mar irado e a ir por um caminho desconhecido:

Quid, si non arva aliena domosque
ignotas peteres et Troia antiqua maneret,
Troia per undosum peteretur classibus aequor?¹

Por outro lado julgo natural admitir com Faria e Sousa² (a quem também ocorreu aquele confronto) que a última interrogação da estância, sobre o receio de o vento levar com as velas o amor do esposo, recorda as *Heroides* de Ovídio em certas palavras de mulheres lendárias aos seus amantes: de Filis dizendo a Demofonte:

Demophoon, ventis et verba et vela dedisti.³

de Helena dizendo a Páris:

...cum ventis noster abibit amor⁴.

A fala da esposa e a da mãe estão assim recheadas de pormenores clássicos. Mas importa dizer que, mesmo que o não estivessem, mesmo que não pudéssemos vêr êsses pormenores em feições singulares de expressão, ainda assim o seu classicismo seria evidente em relação a um significado geral, a um conjunto notável e curioso que importa distinguir. É que o aspecto clássico se vê mantido, em plenitude magnífica, na idea da associação da esposa e da mãe, que também já atrás apareceram ligadas nas expressões

¹ Vv. 311-313.

² *Op. laud.*, col. 415.

³ *Heroides*, epist. II, v. 25.

⁴ *Ibidem*, epist. XVII, v. 204.

gerais de mágoa às irmãs, desde que a confrontemos com associações das mesmas criaturas, que, em grupo especial ou ligadas ainda a outros familiares, já a poesia antiga nos mostra igualmente sofredoras pelos que lhes fogem ou lhes morrem. Destas associações para aquelas não há realmente diferença quanto à intenção poética, quanto ao meio por que se pretende dar realce a certas emoções. E senão, notemos um caso como este de Vergílio, por sinal bem curioso e significativo: num lugar da *Eneida*, para mostrar bem as dores causadas por uma guerra, o poeta põe as mães e as esposas da cidade de Latíno a chorarem com irmãs e filhos órfãos a morte de muitos heróis e a lançarem imprecções contra a luta que os perdeu:

Hic matres miseraeque nurus, hic cara sororum
pectora macerunt puerique parentibus orbi
dirum exsecrantur bellum ...¹

Mas pode-se ir ainda mais longe, à própria poesia grega, e aí se encontrarão facilmente os mesmos conjuntos a servirem para a expressão de idênticos sentimentos, até em composições não épicas. Um testemunho eloquente vejo-o na tragédia esquiliana *Os Persas*, onde, a propósito de prenúncios sobre o desastre das tropas de Xerxes, o côro dos «fiéis» de Susa por vezes junta à idea das mães que não podem sofrer a separação dos filhos e detestam as guerras com toda a alma (*bella matribus detestata*, escreveu Horácio²), à idea dessas meigas criaturas que, ao primeiro sinal de combate, costumam apertar os tenros filhos aos peitos — tais quais as descreveu Vergílio num passo imitado por Camões³ — junta, dizia eu, o pensamento nas consortes também tam inimigas das guerras como de ter longe os seus companheiros de vida. Assim num lugar, esse côro recorda como à ordem do grande-rei todas as nações da Ásia se armaram contra

¹ xi, 215-217.

² *Odes*, i, 1, 24-25.

³ Lembre-se o v. 518 do c. vii,

et trepidae matres pressere ad pectora natos,

com o qual de todo convergem na idea e na forma essoutros da est. 28 do c. iv de *Os Lusíadas*:

E as mãs que o som terríbil escutirão
Aos peitos os filhinhos apertarão.

os Gregos e como se foi a bela juventude, pondo mães e mulheres casadas a contar os dias da separação:

τοκέες τ' ἄλοχοι δ' ἡμερολογῶν
τείνοντα χρόνον τρομέονται.¹;

noutro lugar imagina, entre os receios constantes da derrota, quantas mulheres persas terão de pedir em vão a Atenas a restituição dos seus maridos e dos seus filhos:

Στυγνὴ γ' Ἀθᾶναι ὄχραι·
μεμνησθαὶ τοι πάρα
ὡς πολλὰς Περσίδων μάταν
ἔκτισαν εὐνίδας ἢ δ' ἀνάνδρους.²

Eu não presumo, é claro, que Camões precisasse em absoluto de trechos gregos ou latinos desta espécie, para ter a idea de associar em lamentos especiais uma mãe e uma espôsa. Nada mais, na verdade, lhe seria necessário para isso do que recordar os prantos das muitas mulheres que haviam acorrido à praia do Restelo, ou até o atentar sòmente em scenas freqüentes da vida humana, das quais éle próprio teria sido espectador emocionado. Entretanto, embora assim fôsse e o seu génio poético lhe sugerisse por qualquer modo as expressões mais adequadas a êsses lamentos, entendo que o modelo greco-latino, atenta a sua expressividade, lhe foi o avivador e aformoseador, ao menos por mediação latina, duma idea natural; e que daí vem ao conjunto de ambas as falas (assim como, antes, ao lugar onde mães e espôsas e irmãs se juntam na mágoa e no temor) um classicismo evidente.

¹ Vv. 64-65.

² Vv. 289-292.— Quanto à dor da espôsa pelo companheiro ausente, lembrem-se ainda os vv. 136-142, onde se diz dela que o seu leito está cheio de lágrimas de satidade e que é profunda a sua solidão:

Λέκτρα δ' ἀνδρῶν πόθο
πίμπλονται δακρύμασιν·
Περσίδες δ' ἀκροπιν-
θείς ἐκίστα πόθο φιλόνοιο
τὸν αἰχμηῆντα δοῦρον εὐνα-
τῆρ' ἀποπειψαμένη
λείπεται μονόθυξ.

Em continuidade de idea, devo igualmente ver classicismo no conjunto dos velhos e meninos a seguirem em franca concordância as duas falas referidas,

Nestas & outras palauras que dizião
De amor, & de piadosa humanidade,
Os velhos & os mininos os seguião
Em quem menos esforço põe a ydade...¹,

e a encontrarem aplauso das suas vozes, segundo a formosa imagem do Épico, nos próprios montes que

... de mais perto respondião,
Quasi mouidos de alta piedade...²

Porque dêste modo se aumenta o quadro dos lastimantes numa nova associação enternecedora, o tipo clássico perdura. E além disso, no caso especial dos velhos, até me parece ser notável o paralelo dêsses varões que, ao largar das naus, se emocionam por se arredarem de si tantos parentes e amigos, com alguns celebrados pela poesia antiga: por exemplo, com os que o côro dos *Persas* ainda apresenta, em associação aos pais privados dos filhos, a deplorarem os jovens de si arredados para sempre, em virtude da fatalidade que caiu sobre a Pérsia:

πενθεῖ δ' ἄνδρα δόμος στενθεῖς·
τοκῆς δ' ἄπαιδες οὐ-
ρανὶ ἄχνη, ἑᾶ,
δυρόμενοι γέροντες
τὸ πᾶν δὴ κλύουσιν ἄλγος³.

Depois da descrição destas lamentações uma só estância é intermédia entre elas e o episódio do Velho do Restelo. Nela fala

¹ Est. 92, vv. 1-4.

² Est. 92, vv. 5-6.—Recordarei que Faria e Sousa, *op. laud.*, col. 417, identifica esta imagem com a correspondente a vários lugares da *Eneida*, por exemplo, em XII, 756-757:

Tum vera exoritur clamor ripaque lacusque
responsant circa...

e em XII, 923-929:

Consurgunt gemitu Rutuli totisque remugit
mons circum...

³ Vv. 582-586.

Vasco da Gama, que, jamais dominado pelas tristezas populares, se não demove dos seus intentos:

Por nos não magoarmos, ou mudarmos
Do preposito firme começado:
Determiney de assi nos embarcarmos
Sem o despedimento custumado...¹;

e o herói lusíada aqui aparece envolto na mesma firmeza com que o descreve Osório no próprio momento da partida, confiado na boa estrêla e sabendo vencer as lágrimas: «Gama tamen quanvis lacrymas suorum desiderio funderet, rei tamen bene gerendae fiducia confirmatus, alacriter in nauem faustis ominibus conscendit...»². Sendo assim, deduz-se do carácter dessa estância que a sua essência é apenas histórica, já não avultando agora cousa alguma que dependa de modelos latinos ou greco-latinos, na forma ou na idea. Mas, apesar disso, ela é uma interrupção tam breve que não deixa quebrar, depois de brilhante desenvolvimento, o fio da lição antiga; e esta pode assim comunicar-se, em proporções ainda maiores, às oitavas tôdas do episódio, que são, portanto, parte capital e fecho grandioso numa admirável série de aspectos clássicos.

¹ Est. 93, vv. 3-6.

² Na continuação do passo que citei no cap. I.

CAPÍTULO III

A estância inicial e o carácter do Velho do Restelo

O episódio do Velho do Restelo abre por uma estância proemial que só por si suscita um comentário particular:¹

Mas hum velho daspeito venerando,
Que ficaua nas prayas, entre a gente,
Postos em nos os olhos, meneando
Tres vezes a cabeça, descontente,
A voz pesada hum pouco aleuantando,
Que nos no mar ouuimos claramente,
Cum saber so d'experiencias feyto
Tais palauras tirou do experto peito.¹

Nesta estância, onde se descreve a figura do Velho, aparece ao mesmo tempo a perfeita definição do seu carácter. E isto é muito importante porque, vendo-se avultar nessa definição uma idea de larga tradição na poesia antiga, já assim se tem exacto prenúncio do grande classicismo da fala seguinte.

Demais, até quanto aos sinais fisicos, começa logo por ser notável na mesma estância um elemento clássico de descrição, que se presta a confrontos lingüísticos. Quando Camões, pela bôca do Gama, aponta o Velho a olhar os nautas e a menear

Tres vezes a cabeça, descontente,

não se pode deixar de ver no caso curioso da repetição do gesto² a recordação de certo pormenor de linguagem do verso vergiliano, e além disso também mais ou menos assinalado em tôda a poesia latina: é que a singular expressão numérica deve figurar aí com valor indeterminado, assim como a correspondente latina em muitos lugares da *Eneida*, onde junta sentido expletivo à descrição de acções e movimentos de heróis e heroínas, de deuses e outros per-

¹ Est. 94.

² Fr. Francisco de Santo Agostinho de Macedo, na sua versão latina de *Os Lusíadas*, disse igualmente (vid. p. 170 da ed. de A. J. Viale): *Terque caput quassans* ... E por sua vez Fr. Tomé de Faria, outro tradutor (vid. o *Corpus illustrium poetarum Lusitanorum*, editado pelo P.º António dos Reis, vol. v, p. 173), escreveu também com toda a propriedade: *Terque movens frontem*...

sonagens mitológicos ou lendários¹. Efectivamente, como não se hão-de comparar àquele passo camoniano, entre muitos outros, por exemplo os versos do c. VII em que Vergílio nos apresenta um aspecto típico do rei do Olimpo,

Hic pater omnipotens ter caelo clarus ab alto
intonuit...?²

Mas acima e muito acima dêste pormenor lingüístico estão os elementos que dizem respeito ao carácter do Velho, e que assinalam na referida estância o seu tipo na epopeia, desde que aí vemos ligados à velhice a idea clássica da experiência sábia. E tanto mais clássica, digamos, quanto é certo que foi tida em grande conta por altos espíritos da antiguidade: assim como teve grande valor na chamada filosofia das idades, já aproveitada por Aristóteles para a teoria das mentalidades e paixões³, assim também foi reconhecida importante na literatura, o que se vê dos caracteres principais da velhice, que Horácio desenhou, a par com os da idade madura, da juventude e da puerícia, em relação ao interêsse especial do drama latino⁴.

Noutro lugar também Camões associou ao conceito de velhice o de experiência e prudência; e foi ao apontar em três versos do c. I,

Tanto que estas palauras acabou,
O Mouro nos tais casos, sabio & velho,
Os braços pelo collo lhe lançou...⁵,

¹ Estes são os usos que, pela identidade, mais importam ao nosso caso. Além dêles se notará que o mesmo numeral ocorre, e com o mesmo valor, em descrições de scenas ou aspectos da natureza, quer verosímeis, quer simplesmente imaginados. Mas tanto uns como outros usos têm igual origem, porquanto a sinédoque expressa em todos decerto veio do largo favor de que o número «três» gozou outrora como hoje no campo das superstições.

² Vv. 141-142. — Não deixa de ser curioso lembrar a interpretação ingénua de Faria e Sousa, *op. laud.*, col. 422, a qual parte dêste entendimento do numeral «três vezes»: «Es termino de la tercera vez de las amonestaciones; i como el viejo aqui amonestava, usò del como amonestador».

³ Na *Retórica*, 1389 a e ss.

⁴ Na *Arte poética*, vv. 157-178. — Vid. A. M. Guillemin, *L'originalité de Virgile dans l'Énéide*, pp. 79-70, onde se aprecia o quadro das idades na poesia e se comenta a concepção das várias idades, que Vergílio apresenta no seu poema.

⁵ Est. 82, vv. 1-3. Ao sentido que *velho* aqui apresenta consagrou o Prof. Afrânio Peixoto comentário muito erudito na *Revista de Filologia Portuguesa* de S. Paulo (artigo de «Notas camonianas»), ano 1.º, n.º 12; depois reeditou-o, com algum alargamento, no citado volume *Camões e o Brasil*, pp. 223-224, e recentemente nos *Ensaíos camonianos*, pp. 324-326.

a cordialidade fictícia do mouro de Moçambique para Vasco da Gama. Que diferença, porém, entre um tal lugar e a primeira estância do episódio! Ao passo que ali a união dos referidos conceitos se restringe ao seu significado freqüentíssimo, quasi frívolo na própria vulgaridade, e se aplica além disso a intenções malévolas, aqui ela surge muito outra e enriquecida, com verdadeira grandeza, por isso que se fixa num personagem cuja índole nos faz lembrar um tipo célebre e consagrado pela poesia grega e pela latina. Agora o que é preciso determinar é que modalidade dessas poesias contém o antecedente do carácter do Velho do Restelo, porque em duas igualmente, a épica e a dramática, podemos encontrar paralelos notáveis.

Na epopeia antiga, as qualidades que vemos simbolizadas pelo personagem de *Os Lusíadas* têm o seu símbolo mais notável e conhecido no velho Nestor, harmonioso orador dos Pilios e seu rei, cuja figura os dois poemas homéricos, e sobretudo a *Iliada*, nos apresentam com um vulto notável¹. Tais qualidades surgem nos conselhos dêste personagem com um brilho e uma expressividade inigualáveis, e vê-se aí que ele excede a todos os heróis aqueus da epopeia homérica pelo seu poder de reflexão. Mas para que o símbolo seja mais forte contribuem ainda outros factos. Em primeiro lugar é o próprio Poeta quem nos deixa adivinhar em Nestor, antes do seu discurso inicial na *Iliada*, todo o saber e σοφροσύνη que lhe vem de ter assistido às obras de três gerações sucessivas:

Τοῖσι δὲ Νέστορ
ἡδυπατές ἀνέρουσε, λιγύς Πυλίων ἀγορητής,
τοῦ καὶ ἀπὸ γλώσσης μέλιτος γλυκίων ῥέεν αὐδή.
τῷ δ' ἤδη δύο μὲν γενεαὶ μερόπων ἀνθρώπων
ἐφθιάθ' οἱ οἱ πρόσθεν ἄμ' ἀνέον ἤδ' ἐγένοντο
ἐν Πύλῳ ἡγαθέη, μετὰ δὲ τριτάτουςιν ἄνασσαν².

Depois é importante ver como o próprio Nestor se louva no seu conselho, em que vê privilégio da própria idade³, e como do seu exemplo tira as melhores lições: assim, ao lembrar logo no mesmo discurso do referido poema, e para a influência maior das

¹ Na *Odisseia*, é só pelo c. iii que apreciamos a figura de Nestor, quando se narra o encontro de Telémaco com o velho aqueu em Pilos.

² I, 247-252.

³ Vid. A. et M. Croiset, *Histoire de la littérature grecque*, vol. 1, p. 243 (4^e édition).

exortações, os nomes de heróis que, sendo êle novo, e apesar de excederem os de Tróia, não hesitavam em lhe seguir o conselho:

Οὐ γὰρ πῶ τοίους ἴδον ἀνέρας οὐδὲ ἴδωμαι
οἷον Πειρίβου τε Δρύαντά τε, ποιμένα λαῶν
Κκινέα τ' Ἐξαχίδην τε καὶ ἀντίθεον Πολύφημον
Θησεία τ' Αἰγισίδην, ἐπισείκελον ἀθανάτοισι.
.....
Καὶ μὲν τοῖσιν ἐγὼ μεθουμένην ἐκ Πύλου ἐλθὼν,
τῆλεθεν ἐξ ἀπίης γαίης· κατέσσαντο γὰρ αὐτοί·
καὶ μαχόμεν κατ' ἑμ' αὐτὸν ἐγὼ· κείνοισι δ' ἂν οὐ τις
τῶν οἱ νῦν βροτοὶ εἶπεν ἐπιχθένιοι μαχέοιτο.
Καὶ μὲν μευ βουλέων ξύνειεν πειθοντό τε μῦθοι.
'Αλλὰ πίθεσθε καὶ ὅμμες, ἐπεὶ πείθεσθαι ἄμεινον¹.

E, como se isto fôsse pouco, são ainda os próprios heróis da *Iliada* quem exalta a prudência de Nestor: assim Agamémnon, que, além de o julgar inexcedível na arte da palavra,

ἧ μὲν αὖτ' ἀγορῇ νικᾷς, γέρον, οἷας Ἀχαιῶν.²,

reconhece nas suas reflexões a oportunidade e a justa medida:

καὶ δὴ ταῦτά γε πάντα, γέρον, κατὰ μοῖραν ἔειπες...³

Tendo o homérico Nestor toda esta prudência e experiência de anos, êle bem poderia parecer à primeira vista o modelo do Velho do Restelo, se olhássemos apenas no seu valor isolado a estância onde o Gama o descreve. Pôr-se-iam naturalmente de parte as diferenças entre as situações e as finalidades dos seus discursos; não se atribuiria importância ao pessimismo mais acentuado no Velho do Restelo do que em Nestor; achar-se-ia de somenos, sem contrariar o confronto, a distinção entre o valor real e individual do aqueu e o valor simbólico e colectivo do português; e desta maneira surgiria natural a suposição do influxo homérico, beneficiada decerto com o encontrar-se ainda nos dois personagens o mesmo vigor, a mesma sobrançeria de oratória, a caracterizar dois espécimes notáveis de senectude

¹ I, 262-265, 269-274.

² II, 370. Cf. o que Telémaco diz de Nestor na *Odisséia*, III, 244:

... περίειδες δίκας καὶ ἐφρόνιον ἄλλων...

³ I, 286.

altiva. Vê-se, contudo, que não pode ser assim, devido à especificação diferente que o carácter do Velho toma com a natureza particular da sua fala. Eu não digo, é claro, que na memória de Camões, na sua memória de consumado humanista, não estivesse nesse caso presente ao lado da idea principal, que apontarei adiante, a lembrança dum tipo tam importante na epopeia, e que para mais tam grande impressão causara aos antigos¹; não me repugna também que em futuros estudos sobre *Os Lusíadas* figure, ao menos a título de digressão histórica, a nota de que a velhice prudente do personagem camoniano, não obstante o seu fundamento ideológico diverso, nos faz pensar na do *λεπὸς ἀγχιπότης* de Homero; mas o que importa assinalar é que a psicologia do Velho do Restelo, dêsse homem de «peito experto» a falar

Cum saber so dexperiencias feyto,

nada tem, pròpriamente, de dependência de Nestor e que a sua base não é épica, mas dramática. Porquê?

Como o discurso do Velho representa um conjunto de muitas vozes, e como continua, segundo hei-de demonstrar, a função reflexiva ou conselheira dos coros nas tragédias gregas e latinas, só aqui, pela recordação dos muitos em que os figurantes são velhos, se pode buscar o tipo poético dessa velhice em que a estância proemial fixa o simbolo do saber experimentado e, pois, o da prudência.

Concluindo e resumindo: a primeira estância do episódio indica realmente o carácter do Velho do Restelo, mas, para que êle seja bem compreendido no seu significado e origem, é necessário vê-lo sempre na dependência do carácter da fala seguinte.

¹ Num artigo sobre o tipo épico de Nestor, que já redigi e vou publicar em breve, dou vulto a esta impressão, discutindo além disso as razões da falta, na *Eneida*, dum tipo épico paralelo.

CAPÍTULO IV

**A identidade geral da fala do Velho
com os coros trágicos antigos**

Não é só dos camonistas actuais a idea de que a fala do Velho do Restelo, pela sua essência, lembra as reflexões dos coros da tragédia antiga. Já assim pensou Wilhelm Storek, que foi o primeiro, e a quem Epifânio não hesitou em aplaudir numa nota da sua edição de *Os Lusíadas*¹. Em todo o caso, a consagração dessa idea só veio depois de nela terem insistido filólogos dos nossos dias, como o Prof. Afrânio Peixoto, autor desta síntese perfeitíssima: «O velho do Restelo, por si só, é como um côro de tragédia antiga, que fala à razão, com o bom senso popular, com a experiência da idade, e também para não ser ouvido, ou atendido...»².

Com tal confronto deu-se largo e valioso passo na apreciação da referida fala, porque, se já se reconhecia no seu carácter de discurso que ela continua como outras de *Os Lusíadas* a tradição dum processo vulgar na epopeia, também se passou a ver no seu valor de côro, assente em base histórica, ao mesmo tempo uma identidade formal e uma identidade de pensamento com um elemento precioso da poesia dramática greco-latina. Porém onde me parece que em geral só se têm visto semelhanças casuais, coincidência fortuita de aspectos, eu procuro ver novo fruto da cultura clássica de Camões, e é com esta opinião que vou comentar aquela feição coral.

Farei primeiro algumas considerações sobre a natureza da reflexão dos coros gregos nos seus aspectos principais; direi depois duas palavras sobre a sua continuidade na tragédia latina; e, fazendo ainda uma digressão especial pelas odes cívicas de Horácio, que igualmente herdaram muito do seu pensamento, concluirei que foi natural que Camões, preso sempre à sedução do ideal literário antigo, não fugisse, num episódio que por sinal reclamava a mais veemente expressão dramática, à influência poderosa da ideologia dêsses coros.

O papel que os coros desempenham nas tragédias gregas não é o mesmo em Ésquilo, em Sófocles e em Eurípides. De há muito

¹ Vol. I, p. 237.

² P. 201 de *Camões e o Brasil e dos Ensaios camonianos*.

correm nos tratados, mesmo os mais modestos, estas noções vulgares—que os coros de Êsquilo estão intimamente ligados à acção, a ponto que constituem o personagem principal, a verdadeira alma do drama, e às vezes até lhe dão o nome; que os de Sófocles, além de não mostrarem em geral «as vistas pessoais do poeta»¹, têm essa função mais atenuada e, sendo, como vulgarmente se diz, meio espectadores-conselheiros e meio actores, só muito raro, nesta última qualidade, acontece figurarem entre os protagonistas²; emfim, que os de Eurípides são parte ainda menos activa do que os de Sófocles, muitas vezes mesmo nada activa, devido a valerem quasi sempre um público espectador e comentador dos acontecimentos.

Tudo isto são realmente diferenças que dão aspecto próprio e inconfundível ao papel dos coros nas peças de cada um dos maiores tragediógrafos gregos. E assim se pode compreender que o trabalho de reflexão seja muito menos insistente e frequente nos coros de Êsquilo que nos de Sófocles e neste menos que nos de Eurípides. Todavia, desde que nos apareça essa reflexão com o expendimento de conselhos e opiniões que são despertados pelos factos ocorridos e pelo conhecimento experiente da vida humana, há em geral uma identidade a equiparar os coros dos três poetas dramáticos, e essa é a lição de prudência que então nêles brilha. Embora se possa dizer que os conceitos dos coros esquilianos estão mais presos aos mistérios teológicos e são, portanto, menos humanos do que os de Sófocles ou Eurípides, tem de se reconhecer que essa lição de prudência, posta a maior parte das vezes com propriedade na voz de homens e mulheres idosas, os irmana a todos pelo alcance do pensamento. É ela que define só por si o que há de profundo e eterno nos coros das tragédias gregas; é ela, apesar de nem sempre traduzir a voz da justiça³, o que mais impressiona os criticos actuais, como os antigos. Horácio, num passo da *Arte poética*, defendeu o papel activo do côro com todos os attributos dum verdadeiro actor:

Actoris partes chorus officiumque virile
defendat, neu quid medios intercinat actus
quod non proposito conducat et haereat apte⁴;

¹ Vid. A. et M. Croiset, *Histoire de la littérature grecque*, t. III, p. 228.

² L. Laurand na sua elementar, mas sempre exacta, *Littérature grecque*, p. 160 (t. II do *Manuel des études grecques et latines*), cita a excepção curiosa do côro do *Édipo em Colono*.

³ Vid. A. et M. Croiset, *op. laud.*, t. III, p. 139.

⁴ Vv. 193-195.

pois mesmo assim não se esqueceu de fazer a apologia do dom fundamental, o de falar, com expressão grave e austera, a linguagem da prudência¹, quer aconselhando os bons e fazendo de moderador dos sentimentos exaltados, quer exaltando a paz, a justiça e a mediania dos prazeres, quer rezando aos deuses pela protecção dos infelizes e desamparo dos soberbos:

ille bonis faueatque et consilietur amico
et regat iratos et amet peccare timentes;
ille dapes laudet mensae brevis, ille salubrem
iustitiam legesque et apertis otia portis;
ille tegat commissa deosque precetur et oret,
ut redeat miseris, abeat Fortuna superbis².

O homem, os seus sentimentos e anseios, as suas qualidades e defeitos, as vicissitudes da sua vida, eram afinal a matéria que Horácio neste curioso resumo propunha para os coros do futuro drama latino. Tinha sido isso mesmo — embora nem sempre com as finalidades morais que Horácio requeria — o que mais assinalara a prudência dos coros gregos, principalmente em Sófocles e em Eurípides, e que os fazia desempenhar nas tragédias um importante papel de reflexão, envolto ou não conforme as circunstâncias em expressões de comedido ou exagerado pessimismo.

Dêste aspecto primeiro do pensamento muito longe poderia ir a exemplificação. Basta-nos, contudo, lembrar alguns casos dos mais curiosos. E assim evoco, sem ordem de escolha, todos estes assuntos que, ou apenas tiveram um tratador, ou receberam o cultivo de Sófocles e Eurípides, ou até foram comuns aos três tragediógrafos maiores: — as muitas artes e sabedorias humanas, às quais só escapa o domínio da morte, o que segundo o côro da *Antígona* de Sófocles (vv. 333-334) fazem do homem a maior das maravilhas. *κτῶδες ἀνθρώπου δεινότερον πέλει*; a ambição, que arrasta os homens às maiores audácias, e à qual é dada uma das melhores poetizações em Eurípides, pelo côro da *Ifigênia na Taurica* (vv. 413-420); o poder do Amor, tratado por Eurípides no *Hipólito* (vv. 1268-1281) e na *Medeia* (vv. 627-662), e já antes por Sófocles, quando na *An-*

¹ Vid. F. Plessis et P. Lejay, *Œuvres d'Horace*, p. 584 (introdução à *Arte Poética* da edição escolar de Hachette), e também A. et M. Croiset, *op. et loc. laud.*

² Vv. 196-201.

tígona (vv. 781-790) o disse invencível em todo o sentido e quando nas *Traquinias* (vv. 497-498) o definiu em máxima, μέγξ τι σθένος ἢ Κύπρις ἐκπέσεται νίκης δει; os duplos amores dos mortais, condenados pelo côro da *Andrômaca* de Eurípides (vv. 465-492) em relação ao caso especial da heroína-protagonista; a insolência, πάλαι ἔστις, donde o côro do *Agamémnon* de Ésquilo (vv. 764-772) diz que provém muitas das desgraças humanas, e a justiça, Δίκη, que o mesmo côro (vv. 773-782) diz ser, em contraposição, o louvor do lar modesto e das existências virtuosas; o prêmio de duas juventudes, διδυμὸς ἕξ, para as gentes de bem, sonhado com veemência pelo côro do *Héracles* de Eurípides (vv. 655-672); a insensatez de quem conjectura o prolongamento da vida, tema sofocliano tratado com pessimismo pelo côro do *Édipo em Colono* (vv. 1211-1248); e acima de todos estes e outros temas, renovando uma matéria que já fôra de Hesíodo, Arquíloco, Simónides de Amorgo, Píndaro e outros líricos¹, a idea das vicissitudes da vida humana em razão das variações da fortuna, a qual vemos — para só citarmos alguns exemplos melhores — poetizada por Ésquilo no *Agamémnon* (do v. 1001 ao v. 1013 em especial), por Sófocles no *Édipo Tirano* (vv. 1186-1192) e no *Filoctetes* (vv. 169-179), por Eurípides no *Hipólito* (vv. 1102 a 1110) e nos *Heraclidas* (vv. 608-617).

Estas e outras reflexões sobre a vida humana, ligadas, como se calcula, à freqüente expressão de máximas gerais e ao reconhecimento do poder supremo dos deuses com a sua amiúdada invocação, constituem a matéria em que mais se manifesta e brilha a prudência dos coros trágicos gregos. Ao lado dela, embora com valor menor, podemos pôr a matéria de reflexão que aparece nas recordações do passado e nas visões do futuro. Vê-se, com efeito, que a evocação do passado mitológico ou lendário é aproveitada pelos coros das tragédias para dele tirarem lições várias; e por outro lado a visão do futuro, que muitas vezes serve apenas à simples anunciação de factos, também não raro é apresentada com intenção conceituosa.

Posso dar exemplos: quanto ao passado, lembro-me agora, entre outros, do apêlo que lhe faz o côro do *Hipólito* quando, a

¹ Vid. a minha edição da *Sátira* de Simónides, pp. 24-27, e o meu opúsculo *Dois conceitos de Horácio na poesia portuguesa do século xviii*, pp. 11-13. Quanto a Píndaro, lembrem-se os exemplos da 2.^a *Olimpica*, da 3.^a e 6.^a *Píticas* e da 11.^a *Nemeia*.

provar os males vindos do Amor, cita vários casos mitológicos, como o de Sêmele, mãe de Baco:

ὦ Θήβας ἱερὸν
 τεῖχος, ὦ στόμα Δίρκας,
 συνείποιτ' ἂν ἡ Κύπρις οἷον ἔρπει.
 Βροντᾷ γὰρ ἀμφιπύρρον
 τοκάδα τᾶν διγόνων Βάκχου
 νομφευσαιμέναν πότμον
 φονίῳ κατεύνχασεν.
 Δεινὰ γὰρ παντὰ γ' ἐπιπνεῖ, μέλισσα δ'
 οἷα τις πεπότηται.¹

quanto ao futuro, esse tempo que o próprio côro se julga mestre em ler, como se vê bem em vários lugares e melhor num do *Édipo tirano*,

Ἐπερ ἐγὼ μάντις εἰμι
 καὶ κατὰ γρόμην ἴθρις² . . . ,

acode-me uma visão dêle feita pelo côro da *Hécuba* para anunciar a expiação de Polimestor, para dizer a êste que, como procedeu contra os deuses e a justiça, terá de deixar a vida:

. . . Τὸ γὰρ ὑπέγγυσεν
 δίκην καὶ Σερσίον οὐ συμπίπτει,
 εὐθέρην εὐθέριον κακόν.
 Ψεύσει σ' ὁδοῦ τῆσδ' ἐλπίς ἢ σ' ἐπὶ γαργεν
 Σκάνσιμον πρὸς Ἀἰῶνα, ἰὼ τάλας.
 ἀπολέμῳ δὲ χειρὶ λείψει βίον³.

Eis tōda a riqueza de pensamento de que poderiam dispor, para as reflexões dos coros trágicos, as gerações futuras de dramaturgos gregos e latinos. Na Grécia não foi ela muito bem aproveitada, porque a actividade e a mestria na composição de tragédias logo esmoreceram profundamente com o próprio termo do período aureo. Todavia em Roma pôde o valor gnómico dos coros ser

¹ Vv. 555-564.

² Vv. 1086-1087. Cf. também Ésquilo, *Agamémnon*, vv. 1025-1029.

³ Vv. 1028-1033.

reproduzido com algum engenho por Átio e Pacúvio, quer nas tragédias imitadas dos gregos, quer nas romanas ou *praetextatae*, e bem assim por Séneca e os mais que nele aprenderam.

Por ser muito pouco o que dos poetas Átio e Pacúvio se conhece, compreende-se que principalmente nos interesse o caso especial de Séneca. E dêste se pode dizer, em boa verdade, que soube continuar nas suas peças o papel de reflexão dos coros gregos, apreendendo-o com raro engenho na sua melhor espiritualidade¹. Séneca é geralmente censurado pela frieza natural e outros defeitos, que tinham de ter peças destinadas, diz-se, mais aos salões do que aos teatros; além disso por os seus personagens não conservarem sempre o aspecto clássico e ganharem antes muitas feições da alma hispânica, devido à influência do carácter nacional do autor². Sem embargo, porém, os seus coros, com rara excepção dalguns em que se possam ver apenas «longas, pesadas e laboriosas dissertações» — na frase de Pichon — mantiveram a mesma elevação de idea dos gregos e reproduziram com expressão natural as mesmas matérias conceituosas. Para o provarmos bastam exemplos das mais importantes dessas matérias, que consistiram, como nos coros de Ésquilo, Sófocles ou Eurípides, numa longa série de lições sobre os humanos e a sua existência. E é curioso que estas lições nos dêem ainda assuntos iguais ou pelo menos semelhantes aos mais antigos: assim: o poder do Amor, que tudo domina, *vindicat omnem sibi naturam*, no côro da *Fedra* ou *Hipólito* (vv. 274 a 356); a duração efêmera da beleza, *res est forma fugax*, no côro da mesma tragédia (vv. 761-774); a impossibilidade duma segunda vida, pois que *post mortem nihil est*, no côro das *Troianas* (vv. 372-409); a morte, *libera mors*, como único refúgio e consolação dos males da vida, no côro do *Agamémnon* (vv. 589-609); a necessidade de ceder aos destinos, visto que tudo está sob o poder dos deuses, *quicquid facimus venit ex alto*, no côro do *Édipo* (vv. 980-997); enfim, o tema célebre das inconsistências da Fortuna, a deusa que rege as cousas humanas capricho-

¹ Note-se que também os coros de Séneca, como os gregos, muitas vezes não falam a linguagem da justiça, antes a da injustiça com um pessimismo exagerado; mas isso não obsta a que se apreciem o valor e as modalidades do seu pensamento.

² Vid. René Pichon, *Histoire de la littérature latine*, pp. 536-538, e ainda L. Herrmann, *Le théâtre de Sénèque*, pp. 153-232. Este retoma a questão da representação das peças de Séneca e conclui que elas têm as condições para se supor que, se não foram à scena, ao menos o autor podia bem destiná-las a esse fim.

samente, *ordine nullo*, e donde vem aos homens tantas vicissitudes — *quantū casus humana rotant!* —, nos coros do *Agamémnon* (vv. 57–107) e da *Fedra* (vv. 977–988 e 1123–1148).

Estes exemplos podem deixar adivinhar até que ponto os coros gregos com as suas matérias de reflexão influíram nos de Séneca. E agora, entretanto, ocasião de dizer que, mesmo que tal influência não tivesse chegado a este autor, nem tampouco a Pacúvio ou a Átio, ainda assim a poesia latina não seria privada dela, pois que a teria noutro poeta e noutro género. O poeta é Horácio e esse género são as odes cívicas, pelas quais vou fazer uma digressão conveniente.

As odes cívicas espalhadas pelos quatro livros de Horácio são dirigidas a Augusto, na sua maior parte, a vultos mais ou menos notáveis do seu tempo, como Polião e Lólio, a personagens mais ou menos grandes da história e lendas de Roma, como Régulo e Rómulo ou Quirino, aos Romanos de modo geral, à musa Calíope num caso único e expressivo, e até a símbolos como o tam célebre da nau do Estado.

O simples enunciado dos assuntos mostra que êles devem ser dignos do género cívico. E são-no de facto, pois que Horácio lhes sabe dar verdadeira grandeza, a desmentir a falta de coragem que confessava para tratar matérias tam altas e difíceis. O poeta attribuía-se amiúde essa inaptidão, quer em odes patrióticas, quer mesmo noutras. Fazia afinal em tais expressões de modéstia o mesmo que outros contemporâneos, como Propércio, às vezes só tentado aos cantos cívicos porque *in magnis et voluisse sat est*¹. Mas como se enganava! Mesmo sem o génio dos grandes épicos, sobrava-lhe a inspiração com que dava elevação de forma e pensamento a muitas odes: tais como a 14.^a do livro 3.^o, a celebrar o regresso de Augusto a Roma com tóda a glória de vencedor dos Hispanos; a 4.^a do livro 4.^o, onde os feitos do jovem príncipe Druso, comparável a uma

¹ Vid. *Elegias*, II, 10, 6 (elegia ao imperador). O mesmo por palavras quasi iguais, *est nobis voluisse satis*, escreveu o autor do *Panegirico de Messala* acórea das dificuldades de tamanho louvor. E quero dizer a propósito — sem ser para tomar parte numa complicada questão, que nem aqui tem cabimento — que, considerada a grande semelhança das duas expressões e ponderada a impossibilidade da autoria tibuliana do *Panegirico*, talvez por ali se pudesse entrever, se não a paternidade de Propércio, ao menos a dum discípulo deste poeta e, como tal, imitador das suas ideas e modos de expressão. De resto a hipótese properciiana tem já tido defensores, como Némethy na edição dos *Lygdami carmina*, p. 89 e ss., a qual conheço de citações.

água ou a um leão conforme as imagens do poeta, são exaltados com todo o esplendor juntamente com as virtudes da sua raça e a educação dada por seu pai; enfim, para não citar muitas mais, a 14.^a e a 15.^a do mesmo livro, aquela — uma associação da glória do imperador à dos seus dois filhos, esta — o remate magnífico da apoteose poética de Augusto, o homem que, segundo Horácio, trouxera a abundância aos campos, submetera povos bárbaros, extinguiu as guerras civis e restaurara os velhos costumes e virtudes donde viera a grandeza do nome latino e toda a força da Itália¹. Demais, onde quer que falte brilho épico, e se exceptuarmos os passos em que as muitas divagações de cultura dão um tom pesado à poesia, essa falta é sempre compensada por uma expressão lírica de rara beleza ou pela emoção e essência dramática dada a certos trechos de primeira plana. Podemos bem compreender este último aspecto, se lermos e meditarmos as seguintes palavras de F. Plessis sobre as odes cívicas: «... dans sa pensée, la succession de ces odes était analogue à un chœur de tragédie, offrant un tableau de la fortune romaine à cette époque, des événements publics et des mœurs privées, ensemble de conseils et de leçons, interprétation du passé et vision de l'avenir; et le ton qu'il s'était efforcé d'y mettre, c'est le ton pathétique»².

Curioso paralelo este, que nos deixa distinguir influência dos coros gregos numa modalidade tam importante da poesia lírica de Horácio! E é notável que essa influência se espelhe precisamente na herança dos aspectos principais em que brilhou o pensamento dos coros, e que são, como já se viu, as reflexões sobre a vida humana em geral, as lições morais extraídas do passado através da mitologia ou da história e novas lições de igual natureza que a visão do futuro desperta: todas afinal sugeridas, como nos coros gregos, pela apreciação dos factos presentes e muitas vezes, como nesses mesmos, envoltas em expressões de pessimismo. Coincidiam assim certas finalidades de dois géneros poéticos tam diversos. E porquê? Porque tudo isso era inspirado a Horácio pelo desejo duma nova moral, tam necessária à renovação dos costumes romanos após uma época de lutas civis intestinas, dessa moral que ele julgava ver conseguida por Augusto e não se cansava de elogiar em várias odes³.

¹ Vid. os vv. 4-16 da referida ode.

² In *Œuvres d'Horace*, p. xxiii.

³ Cf., além da já citada ode 15.^a do livro 4.^o, a ode 5.^a do mesmo livro.

Quanto às reflexões sugeridas pela vida humana, as odes cívicas não foram nesta matéria tam profundamente filosóficas como os coros gregos, porque se cingiram mais às realidades coevas do que à exposição de conceitos gerais sôbre o homem e a sua existência de sempre; estes, vemo-los antes em composições doutra espécie, tais como a conceituosa ode à Fortuna, a deusa de quem Horácio dizia, como o poderia dizer um côro de tragédia antiga, que tam depressa erguia a um trono o mais humilde dos mortais como extingua o poder dos orgulhosos:

O diva, gratum quae regis Antium,
praesens vel imo tollere de gradu
mortale corpus vel superbos
vertere funeribus triumphos...¹

Não obstante, porém, as ideas novas que as odes cívicas recebiam das novas cousas actuais, o seu pensamento manteve a mesma espiritualidade dos coros gregos; e é isso o que muito bem se pode observar — àparte as composições em que Horácio só se propõe celebrar as glórias de contemporâneos —, por exemplo, na já citada ode à nau do Estado², que o Poeta metafôricamente aconselha a evitar os rochedos das Cíclades, numa ou noutra ode onde são fustigados os vícios do seu século a tornarem os Romanos mais infelizes que os Scitas ou os Getas selvagens³, e sobretudo nalgumas das admiráveis seis primeiras odes do livro 3.º Nestas em especial se deve fixar a nossa atenção, porque no seu conjunto, a dar certa razão aos que viam nelas uma espécie de *carmen de moribus*, há uma série de conselhos onde vem formulada a mais viva reflexão que Horácio pôde exprimir na crítica da sua época. Desejam-se testemunhos quanto às ideas que mais nos importam? Qualquer pode encontrar, entre outros, os que consistem: na apologia da moderação nos desejos a par com a integridade da consciência, por a riqueza não poder dar a ventura:

Cur invidendis postibus et novo
sublime ritu meliari atrium?
Cur vallo permutem Sabina
divitias operosiores?⁴

¹ I, 35, 1-4.

² I, 14.

³ Vid., por exemplo, III, 24.

⁴ III, 1, 47-48.

no elogio da virtude, que abre o céu aos homens para a vida imortal:

Virtus, recludens immeritis mori
caelum, negata temptat iter via...¹;

e no elogio do silêncio fiel, bem digno dum prêmio certo:

Est et fidei tuta silentio
merces...²;

Quanto às recordações do passado a apoiarem conceitos varios, não há diferença importante entre a sua intenção e o seu carácter geral e a mesma intenção e o mesmo carácter nos coros gregos. Sòmente acontece que ao passado mitológico se junta freqüentes vezes o histórico. Exemplos eloqüentes dão-nos ainda algumas das primeiras odes do livro 3.^o: a 3.^a (a Rómulo), a 4.^a (às Musas), a 5.^a (a Régulo) e a 6.^a (aos Romanos), as quais não podemos separar do aspecto anteriormente pôsto em evidência. E foi por isso que René Pichon, associando, além das outras, essas odes em que, respectivamente, se exalta o homem justo e firme perante a ameaça dos perigos, o auxílio mútuo da inteligência e da força, o patriotismo e o regresso aos velhos costumes e religião, escreveu com muita justiça este comentário: «Les légendes mythologiques ou les souvenirs de l'histoire servent à la démonstration d'une idée morale: Pollux, Hercule, Bacchus, Quirinus, deviennent les symboles de l'énergie et de la grandeur d'âme; la victoire de Jupiter sur les Géants représente le triomphe de l'intelligence sur la force brutale; dans le passé de Rome, le poète parle peu des guerres, et montre plutôt Régulus revenant se faire tuer à Carthage après avoir fait au Sénat une sorte de sermon patriotique; ou bien il célèbre la vie dure et austère des rustiques soldats de jadis, et l'oppose à l'existence efféminée de son temps»³. Sôbre este assunto acrescentarei que a evocação das antigas eras, longe de se confinar nas referidas odes cívicas, se estendeu a não poucas mais, mesmo às que cantavam a glória de Augusto ou doutros romanos; mas onde essa evocação nos interessa é realmente em tais odes, por envolver

¹ III, 2, 21-22.

² Id., id., vv. 25-26.

³ *Op. laud.*, p. 369.

mais profunda reflexão, e ainda em várias de crítica de costumes : assim a ode 15.^a do livro 2.^o, onde a depravação do século fez Horácio recordar quam diferentes eram os tempos de Catão,

Non ita Romuli
praescriptum et intonsi Catonis
auspiciis veterumque norma¹,

nos quais, entre outros bens, havia pobreza remediada nos cidadãos e feliz opulência no Estado.

Emfim, quanto à visão do futuro nas odes cívicas, igualmente há perfeito paralelo entre estas e os coros das tragédias. A mesma gravidade, a mesma circunspecção religiosa, a mesma sujeição do futuro à suprema vontade dos deuses. É certo que essa visão é mais rara que a evocação do passado, porém não parece menos expressiva do que ela e sobretudo se com ela vem a par. O exemplo mais frisante que me ocorre está ainda numa ode do pretenso *carmen de moribus*, a 6.^a do livro 3.^o, onde vem junta a exemplos de integridade antiga a visão de como há-de ser o futuro de cada romano: forte e poderoso, se se voltar ao jugo da religião,

Dis te minorem quod geris, imperas...²,

débil e de gerações ainda mais depravadas que as de pais e avós,

Actas parentum, peior avis, tulit
nos nequiores, mox daturos
progeniem vitiosiore...³,

se não se reerguerem os templos dos deuses, se não se restaurarem as suas imagens e os seus altares.

Nada mais é necessário dizer para prova de que Horácio foi nas odes cívicas discípulo dos trágicos. Do que fica exposto calcula-se quanto devia ter aprendido nos seus dramas e sobretudo nos de Sófocles e Eurípides, criadores do maior papel reflexivo do côro; e vê-se quam valiosa foi a observação de Plessis⁴, ao assentar com clareza nesse confronto. Demais, ainda segundo uma nota do mesmo latinista, o próprio Horácio nos faria chegar a essa

¹ Vv. 10-12.

² V. 5.

³ Vv. 46-48.

⁴ Vid. também *op. laud.*, pp. xxi e xxii.

conclusão, porquanto são bem significativas da sua parte as invocações a Melpómene. Em certas odes cívicas invocara musas que não a da poesia dramática, e foram Caliope, a da epopeia, logo na entrada duma ode em que é celebrado o poder das Musas e o imperador a seguir os seus conselhos, e Clio, a da história, no início duma ode sobre Augusto e a sua glória presente e futura; mas a invocação que fez noutras odes, embora não cívicas, à «diva» da tragédia — à qual Horácio relega todo o orgulho da sua glória¹ e atribui o ser julgado *Romanæ fideiæ lyrae*² — surpreende qualquer leitor pela repetição, e bem se colhe na insistência a certeza de que o Poeta julgava dever-lhe, com a emoção dramática de vários lugares, a inspiração de certas matérias muito importantes.

Se isto se deu assim nas odes cívicas de Horácio; se as lições de prudência dos coros gregos se puderam comunicar a tais odes, em virtude da coincidência das suas finalidades; como não seria natural uma influência idêntica num trecho a cujo intuito básico continham os processos reflexivos desses coros, e em cuja idealização decerto Camões sonhou a emoção dramática mais forte? Com efeito assim sucedeu. Simplesmente essa nova influência dos coros num género diverso do deles precisa de ser encarada com duas restrições importantes.

Em primeiro lugar não a podemos considerar como vinda imediatamente da tragédia helénica, porque o problema da cultura grega directa de Camões não vai além das hipóteses e faltam elementos para afirmarmos que ele lêsse os gregos nos originais³. Num caso como o nosso convirá, pois, por prudência, admitirmos qualquer mediação; e esta devemos vê-la principalmente nas traduções latinas de estrangeiros, que deviam ser correntes em Portugal

¹ Em iii, 30, 14-16.

² Em iv, 3, 23. Vid o meu epísculo *Dois conceitos de Horácio*, p. 25.

³ Já Wilhelm Störck reconhecia esta falta ao escrever de *Os Lusíadas* e das outras obras poéticas de Camões: «As suas poesias dão testemunho claro de como conhecia ditos e feitos de uma longa serie de escriptores illustres: Homero, Aeliano, Xenophonte, Virgilio, Lucano, Ovidio, Horacio, Plauto, Livio, Eutropio, Justino, Ptolemeu e outros, ficando indecisa a questão se lia as obras gregas nos originais». Depois de Störck é ainda Epifânio quem pensa do mesmo modo, sendo, porém, mais parco em citações e omitindo a influência grega no caso do Velho do Restelo, quando escreve na sua edição de *Os Lusíadas*, i, p. xviii: «Da litteratura grega naturalmente há-de entender-se que fosse bom conhecedor, pelo menos por meio de traducções; mas neste particular não ha indícios claros, senã quanto a Homero e porventura a Plutarchos».

já na mocidade do Poeta¹, e na expansão das quais muito influíriam os mestres de grego chamados a Coimbra, como Jorge Buchanan, êle próprio tradutor da *Alceste* e da *Medeia*². Além disso, mesmo que Camões não tenha sido estudante de grego na lusa Atenas, talvez o eco das lições dêses mestres sôbre a tragédia grega tenha sido outra mediação dalgum valor.

Em segundo lugar, a referida influência não deve ser julgada única, pois com ela se tem de pôr a par uma congénere—a das tragédias de Séneca (quantos corriam com o nome dêste no tempo de Camões), as quais, como continuadoras directas das gregas em muitos aspectos, e pela grande vulgarização que tomaram no séc. xvi em Portugal como na Itália e na França, quer nos originaes, quer em versões³, decerto transmitiram ao Poeta muitos modelos clássicos da natureza da reflexão dos coros.

Na posse dêstes elementos, Camões beneficiava de várias circunstâncias para que a fala do Velho do Restelo dependesse da tragédia greco-latina: primeiro, ter essa fala de valer um côro de muitas vozes e haver, portanto, logo aí uma identidade formal com um côro antigo; depois, dever a mesma fala destinar-se a não ser ouvida, como o não eram os coros em Sófocles, em Eurípidés ou em Séneca; enfim, convir à essência do seu pensamento o mesmo pessimismo que muitas vezes enchia as ideas daqueles. Tudo isto Camões reforçou com o escolher um velho para representante do côro de descontentes, pois que assim seriam mais expressivas as reflexões formuladas, segundo o modelo das tragédias em que os coros eram de velhos e à idade dêstes dava o poeta dramático o saber e prudência com que aconselhavam. Mas mais e muito mais do que êste por menor exterior vale o haver no discurso do Velho, consoante uma interpretação que me parece fácil, todos os principais aspectos que

¹ Talvez cá chegassem as de Erasmo, muito lidas no séc. xvi.

² Não falo de versões portuguezas dê-se tempo, porque estas, de raríssimas que foram, pouca ou nenhuma influência literária puderam exercer. É o caso da versão do *Agamémnon* de Ésquilo por Henrique Aires Vitória (1555), a qual esteve longe de ser vulgar entre nós como o foram, por exemplo, em França, as da *Electra* de Sófocles e da *Hécuba*, *Helena* e *Ifigénia em Aulide* de Eurípidés, etc. Vid. Gustave Lanson, *Histoire de la littérature française*, p. 412.

³ O Prof. Mendes dos Remédios na sua edição de *A Castro*, pp. xiv-xv, escreveu, depois de citar a referida versão de Aires Vitória: «Passados poucos anos, em 1560, foram também impressas em Lisboa por João Barreira as traduções do *Hercules furens* e da *Medea* de Seneca, e João de Barros na *Rópica* cita algumas outras tragédias do mesmo autor».

já se viu caracterizarem as lições de prudência dos coros gregos e latinos. Nas odes cívicas horacianas havia quasi sempre só um desses aspectos, às vezes dois associados; aqui, num lugar onde Camões foi discípulo da tragédia antiga, até há, a meu ver, os três reunidos, assimilados pela mestria dum grande génio poético na censura da ambição humana e a darem o máximo realce às conceituosas admoestações. E creio não exagerar dizendo que é tam completa e expressiva essa união, que nela se retoma o espírito dos coros melhor que em qualquer tragédia clássica portuguesa, melhor mesmo que na jóia-maior do nosso teatro antigo, *A Castro* do Dr. António Ferreira.

Para a minha interpretação considero as estâncias do episódio a formarem três grupos: 1.º—ests. 95-97; 2.º—ests. 98-101; 3.º—ests. 102-104.

Nas ests. 95-97 é feita pelo Velho a censura geral da ambição humana, sugerida pelos factos presentes, pela obstinação dos navegadores em demandarem mundos novos. E isso traz a apresentação de máximas gerais referentes à «gloria de mandar», à «vaã cubiça», que, conforme diz o Velho do Restelo, é a causa de tantos males e o vai ser agora mais uma vez.

Estamos assim em presença dum caso de reflexão sobre um aspecto da vida humana, do tipo dos muitos que apareciam nos coros antigos e eram nêles, como já se viu, a modalidade principal de pensamento. Por outro lado, visto que não se indica o modo de fugir aos extremos da ambição —o qual só é sugerido adiante a par com a visão de certas desgraças futuras—, e antes se sucedem exclamações sobre a sua natureza e interrogações sobre os novos males que ela pode causar,

Aque nouos desastres determinas
De leuar estes reynos & esta gente?¹,

assim aparece mais clara tal identidade com as expressões pessimistas dos coros antigos, com êssos coros que também amiúdo filosofavam sem resultado sobre as desgraças e as paixões dos homens, amontoando exclamações e interrogações sem darem delas a solução melhor.

Nem faz mal ao nosso confronto que, além de pormenores de expressão não vindos dos trágicos, haja aí identidade com assuntos

¹ Est. 97, vv. 1-2.

tratados por outros poetas antigos e modernos, assim como palavras que convergem com um notável passo da *Ásia* de Barros¹. Eu reconheço tudo isso; admitirei até no próximo capítulo, em aplauso de eruditos portugueses, que aparece nas ests. 95-97 a influência poderosa de versos dum humanista de Itália; mas anteponho a quaisquer imitações particulares a idea-mater do Poeta, que me é fácil surpreender no carácter geral da matéria, e vejo ainda, para maior certeza do meu confronto, que essa até encontra par nalguns coros gregos e latinos. Estão neste caso, pelo menos, uma fala do côro da *Ifigénia na Taurica* de Eurípides e outra da tragédia *Octávia* dum discípulo de Sêneca, as quais ambas citarei adiante.

Em série com os conceitos do grupo das estâncias mencionadas têm de estar, segundo a minha opinião, a visão de acontecimentos futuros e a evocação do passado, com ambas as quais o Velho do Restelo alonga as suas reflexões de prudência e dúvida, combatendo o exemplo actual de ambição dos homens. O futuro? Aí o temos visionado, a provar, como creio, uma nova influência dos coros antigos, numa das estâncias que formam o segundo grupo estabelecido:

Deixas criar aas portas o inimigo
Por yres buscar outro de tão longe,
Por quem se despoou o reino antigo
Se enfraqueça & se vaa deitando a longe...²

E devo pensar agora como podia ser diferente a interpretação literária dêste passo, se se mantivesse a hipótese da concordância do Poeta com a visão do Velho. Então talvez alguém pretendesse ver na alusão aos males a vir da Índia o processo épico da condensação de matérias pela profecia; talvez se sustentasse que o Poeta, continuando a adopção dum recurso já homérico e vergiliano³, reunira assim na fala do Velho o passado e o presente em relação a ele próprio e o futuro em relação à época de D. Manuel. Arredada, porém, aquella hipótese, só convém à visão do futuro a sua

¹ Vid. o passo que citei e comentei nas pp. 69-71.

² Est. 101, vv. 1-4.

³ Recordem-se por exemplo, no c. xi da *Odisseia*, vv. 51 e ss., a predição de Tirésias a Ulisses, e no c. vi da *Eneida* o passo (vv. 752 ss.) em que Vergílio aproveita a descida de Eneas aos Infernos e a sua ida pelos Campos-Elíseos para lhe fazer anunciar os grandes da história futura de Roma. O próprio Camões se serviu da predição no c. x, quando juntou à descrição do banquete de Tétis em honra do Gama o discurso de Sirena sobre os feitos e glórias vindouras dos Lusíadas.

subordinação ao modelo dramático. É verdade que, ao contrário dos coros, o futuro não surge aqui visionado num estreito reconhecimento da vontade soberana dos deuses; e nem admira que assim seja na bôca dum português, brilhando antes nela a doutrina cristã, como se vê em várias alusões. Todavia, nada faz esta diferença para que o futuro deixe de ser antevisto com o mesmo espírito antigo. Mesmo assim essa visão, sendo preparada com várias reflexões — tôdas as das ests. 98-100, inseparáveis da seguinte com relação ao pensamento — serve por si própria, como nos coros gregos ou latinos, a uma reflexão principal, aqui agora relativa à ambição portuguesa da viagem. Além disso a visão pessimista dos males, como sinal do maior semelhança com gregas e latinas correspondentes, que juntam à idea duma desgraça futura a idea dum remédio, e sem êste a não supõem findável ou evitável, tem a singularidade de se ligar à crença num mal menor desde que os Portugueses prefiram as lutas com os Mouros, «com quem sempre terão guerras sobejas»¹; e, se não apresenta a solução mais agradável às ideas rotineiras que o Velho exprime, quer dizer, a permanência na pátria, é porque a ambição já não deixa os Portugueses em calma, os impossibilita de se contentarem com os simples limites do seu território e os incita ao uso do seu esforço e valentia, a que o Velho chama «bruta crueza e feridade». Por tudo isso fica a identidade bem evidente e com ela a influência clássica na fala. Se não fôsse assim, se não tivessem propriedade as minhas comparações, estaríamos então, o que não é verosimil, em presença de vários acasos felicíssimos, dos quais viria a uma série de conceitos a coincidência com uma curiosa modalidade de reflexão dos coros trágicos. Mas mesmo neste caso havia o direito de assinalar a analogia fortuita, por ela se mostrar tam expressiva e seguir uma e anteceder outra onde a lição da tragédia antiga é manifesta.

Finalmente a transmissão duma terceira e última modalidade do reflexão vê-se com tôda a nitidez nas ests. 102-104. Apesar de aqui haver, como já nas ests. 95-97, elementos hauridos mais de perto nas leituras latinas do Poeta, não podemos duvidar de que a evocação do passado tenha como idea-base o modelo coral, porquanto serve ainda como a visão do futuro para fins reflexivos, para cons-

¹ Confronte-se esta orientação de pensamento com a idêntica de Horácio, III, 6, também sugerida pelos coros da tragédia, como já disse na p. 100. Do mesmo modo aí se aconselha aos Romanos um remédio especial para certo caso, sem o qual tudo será funesto.

tituir a última forma de condenação da ambição humana, no caso nacional. Não é, como acontece às vezes nas odes cívicas de Horácio, a união do passado da história ou lenda pátria ao mitológico, um e outro propícios a ensinamentos. Mas é ao menos o último, com o qual se obtém o mesmo efeito, e que ocorre ao Poeta facilmente pela sua grande cultura clássica. E assim se condena a ambição lembrando grandes audaciosos, principalmente da mitologia: na est. 102, com oportunidade, o que primeiro ousou navegar,

Dino da eterna pena do profundo ...¹

e indigno de que o celebre

... cythara sonora, ou viuo engenho ...²;

nas duas estâncias seguintes, iniciadas pela recordação de Prometeu, que criou o homem com «fogo de altos desejos», o exemplo doutros, como Faetonte, Dédalo e Ícaro, a provar que nenhum cometimento escapa aos homens em virtude da sua «misera sorte, estranha condição».

Esta e as outras comparações, que eu fiz, creio provarem bem no discurso do Velho do Restelo, e tanto no seu carácter geral de côro como nos meios especiais de reflexão, a influência exercida pelas falas corais a que a tragédia greco-latina deu o pensamento mais alto. Acresce ainda que a própria emotividade de expressão dos coros reaparece, profunda e essencialmente dramática, nos versos conceituosos do nosso Épico. E por tudo se pode dizer numa imagem literária natural que, como Horácio em odes cívicas, também Camões pôde gozar no seu poema, ao menos uma vez, os abundantes e preciosos dons de Melpómene.

¹ V. 3.

² V. 6.

CAPÍTULO V

As identidades particulares da fala
com matérias clássicas

Cabe-me agora, após a comparação da fala do Velho do Restelo com os coros trágicos antigos, indicar por último as suas identidades particulares com matérias poéticas latinas e gregas.

Entre as identidades que apontarei, umas denotam apenas influência de pensamento, outras aparecem como verdadeiras imitações feitas pelo Poeta, e que perfeitamente se acomodam à identidade geral da fala com os coros trágicos. Mas tôdas afinal concorrem, no seu conjunto, para se ver aí um classicismo admirável, o qual sem elas não existiria, ou pelo menos seria prejudicado, embora pudessem sobrar outras belezas que um génio como o de Camões sempre saberia criar.

Porque os três grupos de estâncias estabelecidos no capítulo anterior mantêm ainda, quanto às particularidades clássicas, notáveis feições próprias e manifesta independência uns dos outros, adoptarei a mesma divisão no comentário que vai seguir-se.

A. *Estâncias 95-97:*

O gloria de mandar, o vã cubiça
Desta vaidade, a quem chamamos Fama,
O fraudolento gosto, que se atica
Cũa aura popular, que honra se chama:
Que castigo tamanho & que justiça
Fazes no peito vão que muito te ama,
Que mortes, que perigos, que tormentas
Que crueldades nelles esprimentas.

Dura inquietação dalma & da vida,
Fonte de desemparos & adulterios,
Sagaz consumidora conhecida
De fazendas, de reynos, & de imperios:
Chamante illustre, chamante subida,
Sendo dina de infames vituperios,
Chamante Fama, & Gloria soberana,
Nomes com quem se o pouo nescio engana¹.

¹ Na 1.ª edição de *Os Lusíadas*, não há nesta estância, nem na outra, em-prêgo de exclamações; deve, porém, ser subentendido, até para bom entendimento dum confronto que se fará adiante.

Aque nouos desastres determinas
 De leuar estes reynos & esta gente?
 Que perigos, que mortes lhe destinas
 Debaixo dalgum nome preminente?
 Que promessas de reynos, & de minas
 Douro, que lhe farás tão faeilmente?
 Que famas lhe prometeras, que historias?
 Que triumphos, que palmas, que victorias?

O que primeiro seduz qualquer leitor nestas estâncias é a admirável eloquência. Nunca algum poeta português cantou com tanta veemência a ambição dos homens, os seus incontidos desejos de glória, fama ou riqueza. E esta primeira plana é honrosa em face da grande vulgaridade do tema, que já vem de poetas anteriores a Camões e até aparece tratado no *Cancioneiro Geral*: assim em Diogo Brandão, de quem recordo esta quadra:

A grorea de deos de tanta exçellença
 nam busca ninguem sendo tam pregyosa
 mas a do mundo, q̃ he tam enganosa
 buscam nos homẽs com gram diligẽça¹;

e no Condestável D. Pedro, que, ainda que em espanhol, exprime o conceito idêntico numa das coplas «De contempto del mundo»:

De tí que dire, o bolante fama
 y de tus veloces, & alas fermosas
 tu siempre enganas, aquel que te ama
 eõ cosas mas bellas. q̃ no prouechosas
 Las quales por ser, en si engañosas
 perescen faziendo, perescer la vida
 todas tu mercedes, tristes no gozosas
 se muestran al fin, con dura falida².

Mas, se a eloquência é o que mais ressalta das estâncias camonianas ao primeiro relance, da leitura atenta vem o admirar-se o aproveitamento magistral dos presumíveis modelos, o ver-se que estes foram igualados com mestria no pensamento e talvez até excedidos na elegância da forma.

Não se podem esquecer os próprios pormenores de expressão, entre os quais a referência à *aura popular*, que o Poeta diz se chama honra e serve a atizar o fogo da ambição. Camões tomou aí por modelo expressões iguais ou muito semelhantes que lera nos poetas latinos, nomeadamente em Vergílio e Horácio, que ambos

¹ Numa poesia «la morte del rrey dom joam o segundo», fl. xcii, col. 2 da 1.ª edição.

² Na oitava «Dela enganosa fama», fl. lxxiii v, cols. 1-2, da mesma edição.

aludiram às *populares aures*¹. Excede, porém, todos e quaisquer por-menores dêste género a dependência geral e directa que as citadas estâncias parecem ter dum notável modelo de valor clássico. E este é, segundo uma opinião que primeiro formulou Faria e Sousa² e os modernos confirmaram³, um lugar do célebre canto XIII da *Encida*, acrescentado aos doze originaes pelo humanista italiano Maffeo.

Possuidor da melhor sciência latina da sua época, Camões teria decerto lido com curiosidade as lástimas que o velho rei Latino aí proferia, após a morte de Turno, a carpir-se das muitas desgraças às quais conduzem as ambições humanas, tôdas as sôdes de poderio ou de riqueza. E como elas convinhão, pela essência e pelo pessimismo, à idea básica de modelação da fala pelos coros trágicos, ter-lhes-ia haurido o melhor do pensamento, embora com as variantes de forma que a sua imaginação e sensibilidade facilitavam, e com aquelas que a ambição referida ao caso português tinha de sugerir, como bem prova a est. 97. Que assim é realmente e que a admissão dêste modelo não vem de fantasia dos eruditos, é o que pode ver-se no mais simples confronto entre os versos portuguezes e os latinos que vou transcrever, através da semelhança evidente da matéria, reforçada com a identidade de tom nas interrogações e exclamações duns e doutros:

Tum sic illachrymans rex alto corde Latinus
Verba dabat: quantos humana negocia motus
Alternasque vices miscent? quo turbine fertur
Vita hominum? o fragilis damnosa superbia sceptri?
O furor: o nimium dominandi innata cupido!
Mortales quo caeca velis? quo gloria tantis
Inflatos transfers animos quaesita periculis?

¹ Cf. *Encida*, vi, 816, e *Odes*, iii, 2, 20. E recorde-se que já Faria e Sousa, *op. laud.*, col. 424, citou estes lugares, assim como outros doutros poetas, nos quais viu analogia com a expressão camonianã.

² Na mesma obra, cols. 439-440.

³ Por exemplo, o falecido professor liceal Sr. Barbosa de Bettencourt nos *Subsídios para a leitura dos Lusíadas*, p. 131.

⁴ Repare-se na semelhança dêste verso não só com o primeiro da est. 95, mas até um pouco com o equivalente a este na tradução latina de Fr. Tomé de Faria (p. 173 do vol. v do *Corpus*):

O amor imperii, regnandi ô vana cupido!

A tradução de Fr. Francisco de Santo Agostinho de Macedo é menos semelhante (p. 170 da ed. de A. J. Viale):

O sceptri vesana fames! O dira libido ...

Quot tecum insidias: quot mortes: quanta malorum
 Magnorum tormenta geris? quot tela: quot enses
 Ante oculos (si cernis) habes? heu dulce venenum
 Et mundi letalis honos: heu tristia regni
 Munera: quae haud paruo constant: & grandia rerum
 Pondera: quae nunquam placidam promittere pacem
 Nec requiem conferre queant: heu sortis acerbae
 Et miserae regale decus magnoque timori
 Suppositos regum casus pacique negatos: . . .¹

A influência desta fala de Latino nas primeiras sentenças do Velho do Restelo bastaria só por si para atestar o valor clássico das mesmas: visto que ela se encontra num canto épico anexo à *Eneida* e que o autor conseguiu escrever com todo o espírito da poesia vergiliana². Acontece, porém, que esse valor se torna ainda mais expressivo pela facilidade, que há, de vermos a matéria delas em curiosa identidade com a de muitos de trechos da poesia antiga; não faltam, por exemplo, na poesia latina, o com elementos

¹ Vv. 143 e ss. Embora de *heu dulce venenum* em diante se devam ler os versos com exclamações várias, mantenho a grafia da edição, que utilizo, do «Supplementum» de Maffeo, a de Ascêncio de 1512, incluída na sua edição geral de Vergílio (com o registo L. 712 A. na Biblioteca Nacional).—Tem certo interesse apormos aos versos citados e às referidas estâncias camonianas as lamentações populares de que fala D. Jerónimo Osório, na Crónica de D. Manuel: (pp. 24-25 da 1.ª edição), a propósito da partida da armada de Vasco da Gama: «En quo miseros mortales prouexit cupiditas & ambitio? Potuit ne grauius supplicium hominibus istis constitui, si in se scelestū aliquod facinus admisissent? Est enim illis immensi maris longitudo peragrande, fluctus immanes difficillima nauigatione superandi, vitae discrimen in locis infinitis obeundum. Non fuit multo tolerabilius, in terra quouis genere mortis absumi, quàm tam procul à patria marinis fluctibus sepeliri?»

² Quanto ao caso geral da influência vergiliana em Camões, a imitação referida é ainda importante por nela se ver que o Poeta, que conhecia Vergílio a fundo, também se interessava por quanto andasse ligado aos seus poemas. Outra prova é a reminiscência que se diz haver na invocação da epopeia, nos versos

Se sempre em verso humilde, celebrado
 Foy de my vosso rio alegremente,
 Dalme agora hum som alto, & sublimado . . .,

dos hexâmetros que nalgumas edições antigas vinham no principio da *Eneida*, por via duma informação errada do gramático latino Donato:

Ille ego qui quondam gracili modulatus avena
 carmen, et egressus silva vicina coegi
 ut quamvis avido parerent arva colono,
 gratum opus agricolis; at nunc horrentia Martis . . .

de reflexão semelhantes aos que as palavras do Velho herdaram, referências à ambição das riquezas e glória, em geral, ou então, em especial, aos males que dela vêm aos homens por punição. Está num destes casos certa elegia de Tibulo onde se atribui à esperança no ganho o estímulo das empresas humanas, entre as quais precisamente as de navegação que o Velho censura nos Portugueses:

Lucra petens habili tauros adiungit aratro
et durum terrae rusticus urget opus,
lucra petituras freta per parentia ventis
ducunt instabiles sidera certa rates...¹.

E recordo ainda mais: a ode à Fortuna, de Horácio, onde também é apontado o nauta, assim como o lavrador, a fazer tudo pelas mercês dessa deusa:

Te pauper ambit sollicita prece
ruris colonus, te dominam aequoris
quicumque Bithyna lacessit
Carpathium pelagus carina².

e a sátira 10.^a de Juvenal, toda consagrada aos votos ambiciosos dos humanos, e que diz algures sobre o mísero fim de Alexandre ser muitas vezes a própria glória a desgraça dos que a sonham:

Ille tamen, qualis rediit, Salamine relictâ,
in Corum atque Eurum solitus saevire flagellis
barbarus, Aeolio nunquam hoc in carcere passos,
ipsum compedibus quâ vinxerat Ennosigaeum?
.....
Sed qualis rediit? Nempe una nave, cruentis
fluctibus, ac tarda per densa cadavera prora.
Has toties optata exegit gloria poenas³.

Remontando mais longe, à poesia grega, também não é difícil achar aí lugares que convirjam na idea com o tema das estâncias camonianas. Os poetas da idade alexandrina foram dos que trataram o mesmo tema, ou semelhantes, com brilho e desenvolvimento por vezes notáveis. E o mesmo fez, já depois de Hesíodo e outros, o próprio Píndaro, com vista em conselhos morais aos heróis invo-

¹ *Elegias*, I, 9, 7-10.

² *Odes*, I, 35, 5-8.

³ *Vv.* 179-187.

cados nas suas odes. O poeta que na *Nemeia* 11.^a, a Aristágoras de Ténedo, cantara a cobiça dos homens e as suas esperanças invencíveis,

... ἔμπαν μεγαλονόριαις ἐμβαίνομεν,
ἔργα τε πολλὰ μνησκόντες. Δέδεται γάρ ἀναιδεί
ἐλπίδι γούα...¹;

e que na *Ístmica* 1.^a, ao tebano Heródoto, apontara os homens, desde o pastor ao nauta, a trabalhar só pela mira de recompensa,

μισθὸς γάρ ἄλλοις ἄλλος ἐρ' ἔργματιν ἀνθρώποις γλυκύς,
μυλόδοτ' ἄρετ' ἄρετ' ἄρ-
νιχολόχῳ τε καὶ ἐν πόντῳ τρέφει.²

foi ainda quem na *Ístmica* 5.^a, a Filácidas de Egina, invocou o nome de Θεία, a deusa reguladora das riquezas, para lhe atribuir «promessas de ouro» como as de que fala o Velho do Restelo, para lhe chamar a mestra e inspiradora dos homens na equipagem das naus, na atrelagem dos carros para as corridas, nas várias lutas em pleno campo de jogos:

Μᾶτερ 'Αλίου πολυώνυμε, Θεία,
σέο γ' ἕκῃ καὶ μεγαθενὴ νόμισαν
χρυσὸν ἄνθρωποι περιήσαν ἄλλον·
καὶ γὰρ ἐριζόμεναι
νάες ἐν πόντῳ, καὶ ἐν ἄρμασιν ἵπποι,
διὰ τεάν, οἷ' ὕασσα, τιμάν,
ὠκυδινάτοις ἐν ἀμίλ-
λασι θαυμασταὶ πέλονται·
ἐν τ' ἀγωνίῃσι ἀέθλοισι ποθεῖν
κλέος ἔπραξεν, ὅντιν' ἀθροὶ στέφανοι
χερσὶ νικάσαντ' ἀνέδησαν ἔθειραν
ἢ ταχυτάτῃ ποδῶν.
Κοίνοισι δ' ἄλλα διὰ δαίμονας ἀνδρῶν.³

E será tudo quanto a identidades gregas e latinas? Não é realmente, porque ainda se pode ver semelhança com o tema camoniano em composições de género diverso, tais como falas corais da tragédia antiga. Assim se avigora o valor clássico das primeiras sentenças do Velho e ao mesmo tempo se confirma a sua identifica-

¹ Vv. 58-60.

² Vv. 65-67.

³ Vv. 1-13.

ção, que eu procurei demonstrar, com uma das modalidades de reflexão moral dos coros.

Lembrarei dois exemplos, um de certo discípulo latino de Séneca, outro de Eurípides, e ambos por singular coincidência relativos aos que se vão pelo mar e aí se perdem. O primeiro está na conhecida tragédia *Octávia*; e, embora venha a um propósito diverso do de Camões, talvez este o meditasse, pois tem a particularidade de fazer ver aquela aventura também inspirada pelo favor do povo, pela *aura popular*¹:

O funestus multis populi
dirusque fâvor qui, cum flatu
vela secundo ratis inplevit
vexitque procul, languidus idem
deserit alto saevoque mari².

O segundo está na *Ifigénia na Taurica*, irmana-se pela intenção da idea com o tema camonianiano, e é assaz expressivo na alusão às esperanças que as riquezas movem:

Φίλα γὰρ ἔλπις ἐπὶ τε πῆμασιν βροτῶν
ἅπληστος ἀνθρώποις,
ἔλθευ βάρος οἱ φέροντα
πλάνητες ἐπ' οἴδμα πῶλεις τε βαρὺχαρος περῶντες
καιᾶ δόξα·
γνώμα δ' οἷς μὲν ἄκαιρος ἔλ-
θευ, τοῖς δ' ἐς μέσον ἤκει³.

B. Estâncias 98-101:

Mas ô tu geração daquelle insano
Cujó peccado e desobediencia,
Não somente do reino soberano
Te pos neste desterro & triste ausencia:
Mas inda doutro estado mais que humano
Da quieta & da simpres innocencia,
Idade douró, tanto te priuou,
Que na de ferro & darmas te deitou.

¹ Se, porém, assim succedeu, Camões fê-lo na convicção de que lia Séneca, e não um seu discípulo: no tempo do Poeta a *Octávia* corria a par com as obras do célebre tragediógrafo, e ainda se não admitia a possibilidade duma autoria diferente. Esta só foi conhecida modernamente, e está provada em definitivo na obra de L. Herrmann, *Octavie, tragédie prétexte*, assim como na sua edição geral de Séneca, vol. II, «Pseudo-Sénèque».

² Vv. 877-881.

³ Vv. 414-420.

Ia que nesta gostosa vaidade
 Tanto enleuas a leue fantasia,
 Ia que aa bruta crueza & feridade
 Poseste nome esforço & valentia,
 Ia que prezas em tanta quantidade
 O desprezo da vida, que deuia
 De ser sempre estimada, pois que ja
 Temeo tanto perdella quem a dà.

Não tens junto contigo o Ismaelita
 Com quem sempre teras guerras sobejas?
 Não segue elle do Arabio a ley maldita,
 Se tu polla de Christo so pellejas?
 Não tem cidades mil, terra infinita,
 Se terras & riqueza mais desejas?
 Não he elle por armas esforçado
 Se queres por victorias ser louuado?

Deixas criar aas portas o inimigo
 Por yres buscar outro de tão longe,
 Por quem se despouoe o reino antigo
 Se enfraqueça & se vaa deitando a longe:
 Buscas o incerto & incognito perigo
 Porque a fama te exalte & te lisonge,
 Chamando te senhor com larga copia
 Da India, Persia, Arabia, & de Ethiopia.

Duma primeira o leve leitura poder-se-ia concluir a falta de identidade destas estâncias com antigos temas poéticos, e nada mais se admitir como sinal de classicismo senão a visão do futuro, que eu já disse feita numa delas segundo o processo dos coros trágicos. Vê-se, todavia, que não é assim depois duma análise mais atenta ao seu pensamento principal.

Embora nas ests. 98 e 99 só possamos achar influência da doutrina cristã, primeiro na referência ao destêrro do «reino soberano», o Paraíso, que a nova geração do «insano» Adão está sofrendo, depois, por lembrança de palavras de Cristo no Evangelho de S. Mateus¹, na referência à fantasia que leva essa geração ao desprezo da vida, quando o próprio que a dá «temeo tanto perde-la»; embora isto aconteça, é fácil descobrir certa analogia com matérias antigas, desde que nos demos a aceitar uma simples restrição. Esta é a seguinte: um caso como o que observamos nas ests. 100 e 101,

¹ As palavras «o espirito está pronto, mas a carne é fraca». Segundo uma nota da Edição Nacional de *Os Lusíadas*, há reminiscência das mesmas em iv, 80, 8,

Por vos, o Rey, o espirito & carne he prôpta.

de apologia da troca das aventuras maiores por outras menos ousadas, de preferência das guerras em África ao descobrimento da Índia, não tem realmente, que eu saiba, paralelo na poesia clássica, pelo menos com um pensamento histórico equivalente ao do Velho do Restelo; porém o que há ali, sobretudo na poesia latina, e que traduz pensamento não muito diverso, são casos freqüentes de condenação das aventuras ambiciosas e exaltação simultânea, mais ou menos directa, da permanência na terra natal. O próprio Camões, como humanista extraordinário que era, devia ter presentes êsses casos, vendo que as reflexões que assim punha em poesia, em respeito duma verdade histórica, tinham um correspondente aproximado nessoutras reflexões. Mas, como quer que seja, impende aos comentadores o dever de notarem a analogia, dada a importância e curiosidade do tema latino em questão; e cabe-lhes mais dizer que o classicismo é evidente por isso mesmo, por o nosso Poeta, ainda que sem intuitos de adaptador, poder retomar quasi inteiro, só com uma variante natural, um pensamento clássico pela forma modelar e definitiva da expressão.

Para exemplificar êste pensamento, que também viu como base de classicismo em parte da fala do Velho do Restelo, o Prof. Afrânio Peixoto citou dois lugares de Horácio¹. Eu os citarei também, embora não os aceite com o critério do camonista brasileiro. Por um dêles, das *Odes*, exprime Horácio a incompreensão de se buscarem terras banhadas por outro sol; formula a pergunta se quem foge à pátria a si mesmo foge; e acrescenta que nem nas naus armadas nem nos esquadrões de combate deixam de ser companheiros os vícios corruptores:

Quid brevi fortes iaculamur aevo
multa? quid terras alio calentes
sole mutamus? patriae quis exsul
se quoque fugit?

Scandit aeratas vitiosa naves
cura nec turmas equitum relinquit,
ocior cervis et agente nimbo
ocior Euro².

Pelo outro, das *Epístolas*, igualmente considera com a mesma moral epicurista tam vulgar nas suas poesias, tam própria da filosofia que adoptou para uso pessoal, a inutilidade de percorrer os mares,

¹ P. 200 de *Camões e o Brasil*, e p. 291 dos *Ensaíos camonianos*.

² *Odes*, II, 16, 17-24 (ode ao cavaleiro Pompeius Grosphus).

que nem sequer o ânimo mudam, que não dão aos homens maior ventura e sossêgo de espírito do que a possível na própria morada. É quando o poeta em carta a um certo Bullatius lhe mostra as vantagens da vida calma e descuidosa:

... nam si ratio et prudentia curas,
non locus effusi late maris arbiter aufert:
caelum, non animum mutant, qui trans mare currunt.
Strenua nos exercet inertia, navibus atque
quadrigis petimus bene vivere: quod petis, hic est ...¹

Não há dúvida de que estes lugares encerram censuras das viagens marítimas, que importa, segundo Horácio, preterir ao repouso da pátria. Como, porém, o desejo dessas viagens, em ambos os casos, se apresenta a depender de razões morais², e não de razões materiais de cobiça de glória ou riqueza, não me parece que os exemplos citados sejam os melhores para assinalar o pensamento que estou comentando. Creio, pois, que mais convirá exemplificá-lo noutros lugares, entre os quais recordarei uma elegia de Propércio à memória de Paetus, um jovem a quem a sêde do ganho perdeu num naufrágio. Aí, sim: aí é que se defende, entre várias reflexões sobre os perigos do mar, a estadia na pátria, em vez das aventuras por amor das riquezas:

Ite, rates curvas et leti texite causas:
ista per humanas mors venit acta manus.
Terra parum fuerat satis: adiecimus undas;
fortunae miseras auximus arte vias.
Ancora te teneat, quem non tenuere Penates?
Quid meritum dicas cui sua terra parum est?
Ventorum est, quodeumque paras: haud illa carina
consenuit; fallit portus et ipse fidem.
Natura insidias pontum substravit avaris ...³

¹ *Epistolas* I, 11, 25-30. Diz-nos Paul Lejay em *Œuvres d'Horace*, p. 496: «Bullatius est incommu, il semble qu'il est rentré de pérégrinations qui sont le prétexte de l'épître».

² O mesmo succede ainda nas *Odes*, II, 10, quando Horácio diz a Licinius que, para viver feliz, não lhe são necessárias as viagens por mar, antes lhe será melhor o gozo da *aurea mediocritas*:

Rectius vives, Licini, neque altum
semper urgendo neque, dum procellas
cantus horrescis, nimium premendo
litus iniquum.

É este um passo muito conhecido e citado, e que dispensa por isso quaisquer comentários.

³ *Elegias*, III, 7, 29-37.

Finalmente, em termo oportuno de exemplificação, convém lembrar que ainda na poesia grega, embora menos amiúde, há paralelos aproximados do mesmo pensamento, e às vezes até com um interesse histórico que os torna mais semelhantes às sentenças do Velho do Restelo. Um caso dos mais típicos vê-se nos *Persas* de Ésquilo, quando o rei Dario condena os sonhos de novos domínios e incita os reis futuros da Pérsia a contentar-se com o seu território para evitar assim o castigo de Zeus:

... μηδὲ τις
 υπερφρονήσας τὸν παρόντα δαίμονα
 ἄλλων ἐρασθεὶς ὄλβον ἐκχέει μέγαν.
 Ζεὺς τοι κολαστής τῶν υπερκόμπων ἄγαν
 φρονημάτων ἔπεισιν, εὖθυνες βαρύνει¹.

E é muito curioso que este exemplo esteja numa obra em todo o sentido censuradora das ambições políticas, tal como o é também o episódio camoniano.

C. *Estâncias 102-104:*

O maldito o primeiro que no mundo
 Nas ondas vella pôs em seco lenho,
 Dino da eterna pena do profundo
 Se he justa a justa ley que sigo e tenho:
 Nunca juyzo algum alto & profundo,
 Nem cythara sonora, ou viuo engenho,
 Te dê por isso fama, nem memoria,
 Mas contigo se acabe o nome & gloria.

Trouxe o filho de Iapeto do Ceo
 O fogo que ajuntou ao peito humano,
 Fogo que o mundo em armas accendeo,
 Em mortes, em desonras (grande engano)
 Quanto melhor nos fora Prometeo,
 E quanto pera o mundo menos dano,
 Que a tua estatua Illustre não tiuera
 Fogo de altos desejos, que a mouera!

Não cometera o moço miserando
 O carro alto do pay, nem o ar vazio
 O grande Achitector co filho, dando
 Hum, nome ao mar, & o outro, fama ao rio:
 Nenhum cometimento alto & nefando
 Por fogo, ferro agoa, calma & frio,
 Deixa intentado a humana geração:
 Misera sorte, estranha Condição!

¹ Vv. 826-830.

Ao contrário das estâncias anteriormente comentadas, onde só se podem ver analogias com a poesia clássica, e não imitações directas desta poesia, há agora neste novo grupo, como no primeiro, possibilidade de reconhecer modelos que Camões utilizou.

O principal modelo, que se tem apontado nestas estâncias, relativas à condenação de grandes ousados da mitologia, é a ode 3.^a do livro 1.^o de Horácio, «Sic te, diva potens», consagrada à nau que conduzira Vergílio numa viagem a Atenas. Já na antiguidade essa ode, por sua curiosa matéria, deve ter gozado de muito aprêço; e parece até que ela sugeriu ao poeta cristão S. Paulino de Nola o seu «carmen» ao bispo grego Nicetas¹. Pois pôde ainda servir a Camões na escrita das est. 102-104, orientando até a seqüência do pensamento, segundo opinião defendida já por antigos camonistas e também por modernos e contemporâneos, como Epifânio Dias e Barbosa de Bettencourt².

Na est. 102, onde se maldiz o primeiro ousado que afrontou as ondas, a influência latina diz-se que vem dos versos que Horácio, a propósito dos males do mar, também consagrou àquele, lembrando o seu duro e brônzeo peito:

Illi robur et aes triplex
circa pectus erat, qui fragilem truci
commisit pelago ratem
primus, nec timuit praecipitem Africum
decertatem Aquilonibus
nec tristes Hyadas nec rabiem Noti,
quo non arbiter Hadriae
maior, tollere seu ponere volt freta.
Quem mortis timuit gradum,
qui siccis oculis monstra natantia,
qui vidit mare turbidum et
infames scopulos Acroceraunia?³

Por sua vez na est. 103, que nos recorda o mito do filho de Jápeto, de Prometeu a criar, com o fogo roubado do céu, a humanidade

¹ René Pichon na *Histoire de la littérature latine*, pp. 894-895, escreve d'êste «carmen» e do seu autor: «Un jour il dit adieu à un ami qu'il a reçu pendant quelque temps, l'évêque Nicetas: il le voit traversant la mer, au milieu des monstres marins qui viennent jouer autour de lui et s'adoucissent devant sa bénédiction; c'est le «Sic te diva potens» d'Horace, approprié à un évêque».

² O primeiro na edição de *Os Lusíadas*, p. 266, o segundo nos *Subsídios*, pp. 134-135. Outros camonistas foram menos minuciosos, e apenas citaram influências parciais: assim Freire de Carvalho, que só viu o modelo horaciano aproveitado na est. 103 (vid. p. 318 da sua edição de *Os Lusíadas* de 1843).

³ Vv. 9-16.

abrasada no fogo das guerras e outros males, tem-se por fonte os versos seguintes:

audax Iapeti genus
ignem fraude mala gentibus intulit;
post ignem aetheria domo
subductum macies et nova febrium
terris incubuit cohors
semotique prius tarda necessitas
leti corripuit gradum¹.

Emfim, quanto à est. 104, que desenvolve e completa o pensamento da anterior, com a recordação doutros mitos, concorda-se em que a ode horaciana, semelhantemente finalizada, influu primeiro na alusão ao construtor do Labirinto, a «cometer o ar vazio»:

Expertus vacuum Daedalus aera
pennis non homini datis ...²;

depois ainda nas palavras finais sobre a geração humana em tudo ousada, das quais é paralelo o divulgado conceito

Audax omnia perpeti
gens humana ruit per vetitum nefas ...³

Em face de tais e tam profundas semelhanças, ninguém contesta que a ode de Horácio sugeriu quasi tôdas as últimas sentenças do Velho do Restelo; embora se fique com a crença de que Camões suplantou o original em elementos novos de idea e na eloquência geral do estilo. A minha opinião é, pois, a mesma dos camonistas, e verifico, a mais, que essa influência em nada destoia do género de reflexão que aí se aplica e que já vimos, como os das sentenças anteriores, inspirado nos coros da tragédia antiga. Mas, se os elementos principais de pensamento são realmente nas ests. 102-104 originários dum tal modelo, creio que no caso particular dum modo de expressão se deve antes admitir imitação de Propércio. Refiro-me à expressão imprecativa do início da est. 102,

O maldito o primeiro que no mundo
Nas ondas vella pôs en seco lenho,

a qual me parece depender de dois versos daquele poeta e ser por eles inteiramente modelada: versos duma elegia a Cíntia, onde o

¹ Vv. 27-33.

² Vv. 34-35.

³ Vv. 25-26.

autor se dizia em viagem por mar, lutando com todos os horrores duma procela e por isso mesmo abjurando da navegação:

Ab pereat, quicumque rates et vela paravit
primus et invito gurgite fecit iter!¹

Àqueles que desdenham do valor da critica de fontes na nossa literatura clássica, poderá esta aproximação parecer de somenos. Entretanto, a grande verdade é que num poeta como Camões e num poema sábio como *Os Lusíadas*, cheio da assombrosa cultura do Renascimento, o estudo das fontes sôbre necessário é utilissimo, desde que não caia em exageros; e no caso presente serve para mostrar que Camões, além de Horácio, Vergílio, Ovídio, ainda lia e meditava outro dos poetas-maiores do século de Augusto. Propércio foi assim modelo neste lugar, como eu pretendo; e foi-o pela seguinte bem simples razão. Os versos ao primeiro navegador em Horácio descrevem apenas as suas qualidades; dizem-no de coragem constante e férrea, como Tibulo disse do que primeiro forjou armas:

Quis fuit, horrendos primus qui protulit enses?
Quam ferus, et vere ferreus ille fuit!²

e não fazem qualquer imprecação contra o seu nome e a sua existência. Pelo contrário, a imprecação é exactamente o que vemos em Propércio, como em Camões; e só ela pode, pois, ter sido na est. 102, depois da influência horaciana no pensamento, o justo modelo da forma de linguagem inicial³.

¹ *Elegias*, I, 17, vv. 13-14. Estes versos também foram citados por Faria e Sousa em comentário aos dois camonianos, porém não lhes deu primazia de influência quanto ao referido modo de expressão.

² *Elegias*, I, 10, 1-2.

³ Tem oportunidade lembrar que o latinista Fr. Francisco de Santo Agostinho de Macedo, na sua versão latina de *Os Lusíadas* (p. 173 da ed. de A. J. Viale), traduzindo a mesma estância, também empregou na maldição uma expressão sinónima de *percat*, o optativo *intercat*:

Ah miser intercat, decult qui primus in orbe
Per freta transversa suspendere carbasa ligno!

Provará isto acaso que Macedo também teve presente o modelo properciano? A meu ver, deve apenas tratar-se do emprêgo espontâneo, e naturalissimo num humanista consumado, duma das muitas fórmulas de imprecação usadas em latim, e que por certo eram mais ou menos comuns à linguagem culta e à popular. Notarei ainda que Fr. Tomé de Faria fez uma tradução algo diversa daquela (p. 175 do vol. V do *Corpus*), porém de efeito aproximado:

Infelix, precor, ille prior sit, pinea texta
Qui pelagi commisit aquis, & carbasa ventis
Plena dedit...

A est. 102 tem assim, em evidente superioridade sobre as seguintes, dois modelos clássicos para o mesmo tema. E direi ainda que não é este o seu único valor literário, porque outro lhe vem, segundo creio, de ser em parte uma derivação do célebre tema poético da idade de ouro. Como se sabe, esta matéria vinha já dos poetas gregos mais antigos; o primeiro conhecido é Hesíodo, que cantou nos *Trabalhos e dias* os tempos áureos em tudo felizes, sem guerras e sem navegação, com a terra a produzir tudo sem cultivo,

...καρπὸν δ' ἔφερε ζείδωρος ἄρουρα
αὐτομάτῃ πολλὸν τε καὶ ἄφθονον...¹

e bem diferentes, pois, daqueles em que terra e mar se encheriam de perigos:

*Ἄλλα δὲ μύρια λυγρὰ κατ' ἀνθρώπους ἀλάληται
πλεῖν μὲν γὰρ γαῖα κακῶν, πλεῖν δὲ θάλασσα...².

Adaptado em Roma com as diferenças que a sensibilidade, as convicções filosóficas ou o intuito de cada escritor determinava, este tema teve o cultivo de muitos³: quer a simples título de recordação, como vemos no poema de Lucrécio, nas *Geórgicas* e na *Eneida* de Vergílio, nas *Metamorfoses* de Ovídio, ou ainda em odes de Horácio, em elegias de Propércio, Tibulo e outros poetas menores, quer como sonho de meios de regresso à vida ideal, do que dá exemplo o 16.º epodo de Horácio, quer ainda como predição duma segunda idade de ouro, que é o que nos dá a 4.ª égloga de Vergílio de tam discutida intenção⁴. Trata-se, como vemos, dum lugar comum. E,

¹ Vv. 117-118.

² Vv. 100-101.

³ Lembrarei, quanto a essas diferenças, Lucrécio a reconhecer, por influência da doutrina estóica, que na idade primitiva havia trabalhos e dores, embora faltassem os males da guerra e da navegação, e a lamentar-se da falta de leis nessa idade, ao contrário de Ovídio, que a julgava um bem; por outro lado Vergílio a admitir na *Eneida*, viii, 319-325, em contradição com o que pensou noutros lugares, a criação de leis no reinado de Saturno, por querer designar com esse nome —segundo Norden e outros filólogos— o imperador Augusto, que deu legislação aos povos e que com ela mais a paz e a prosperidade iniciou uma verdadeira idade de ouro. Vid. sobre estes casos o artigo de N. Deratani, *Virgile et l'âge d'or*, na *Revue de philologie, de littérature et d'histoire ancienne*, tomo de 1931, pp. 128-131.

⁴ Segundo a opinião de F. Plessis, na ed. Hachette de *Œuvres d'Horace*, p. 267, esta égloga deve ter sido algo influenciada por aquele epodo, onde se dizia que, perante os males de Roma, a obrigação dos descontentes era emigrar para além-Oceano, para um país onde a idade de ouro continuava.

apesar das diferenças referidas, era corrente, vulgaríssima, a própria comunidade dos aspectos particulares da matéria. Assim em quasi todos os autores apparecia, na celebração da tranquillidade da vida áurea, a lembrança da falta e desnecessidade da agricultura e da ausência da guerra e da navegação. Ora o caso da navegação é duplamente curioso, porque, além de se distinguir pela frequência, ainda, a meu ver, gerou directamente os versos que lêmos em Horácio e Propércio sobre a censura do primeiro navegador, assim como outros semelhantes: a base literária déles deve ter sido, por fácil e naturalíssima associação de ideas, a mesma matéria que nos deu versos como os de Tibulo

Nondum caeruleas pinus contempserat undas,
effusum ventis praeberuatque sinum ...¹

ou como os de Ovidio

Nondum caesa suis, peregrinum ut viseret orbem,
montibus in liquidas pinus descenderat undas ...²

E, nestas circunstâncias, a magnífica imitação camonianiana da est. 102 não pode deixar de ser considerada, em parte, como um prolongamento do tema da idade de ouro—êsse tempo longínquo de que também o Velho do Restelo saudosamente evocou a «quieta e simprez innocencia»³.

Indicadas as principais fontes latinas das três últimas estâncias do episódio e apreciado um valor especial da primeira delas, restará dizer se são ou não verificáveis na poesia antiga outras identidades com as matérias aí tratadas. São-no realmente, e por isso mesmo se reforça e vivifica o classicismo dessas estâncias. Ovidio, só por sua parte, dá-nos nas *Metamorfoses* a narração longa e pormenorizada dos mitos de Faetonte e de Dédalo e Ícaro⁴; outros dão-nos os mesmos temas, e bem assim o do mito de Prometeu, com exposição muito mais breve, mas apesar disso mais importante ao caso de *Os Lusíadas*. Recordo, quanto a Prometeu, uma elegia de Propércio, a 5.^a do livro 3.^o; há aqui, a preceder a confissão do poeta sobre a preferência das artes às guerras, e em equivalência de pensamento com o «Sic te, diva potens» de Horácio e a fala do Velho do

¹ *Elegias*, I, 3, 37-38.

² *Metamorfoses*, I, 94-95.

³ Na est. 98, vv. 6-7.

⁴ Respectivamente, em II, 1-330, e VIII, 183-235.

Restelo, a censura da enorme audácia que o filho de Jápeto transmitiu aos homens:

O prima infelix fingenti terra Prometheo!
Ille parum cauti pectoris egit opus.
Corpora disponens mentem non vidit in arte.
Recta animi primum debuit esse via.
Nunc maris in tantum vento iactamur, et hostem
quaerimus, atque armis nectinus arma nova¹.

Por outro lado não esqueço que o mito de Faetonte foi retomado por Sêneca, à maneira dos tragediógrafos gregos, no côro da *Medeia*, e por sinal num lugar onde vem, como no episódio camoniano e na referida ode, a memória doutros audaciosos da mitologia:

Ausus aeternos agitare currus
immemor metae iuvenis paternae,
quos polo sparsit, furiosus ignes
ipse recepit².

Emfim, noto que Sêneca já ali tratara, com idea e até expressões idênticas às de Horácio, o velho tema do primeiro navegador:

Audax nimium qui freta primus
rate tam fragili perfida rupit;
terrasque suas post terga videns,
animam levibus credidit auris;
dubioque secans aequora cursu,
potuit tenui fidere ligno,
inter vitae mortisque vias
nimium gracili limine ducto³.

E em face dêste e dos outros exemplos de audaciosos, ligados a uma série notável de analogias e pertencentes a autores decerto muito lidos por Camões, inclino-me até a crer que fossem um tanto presentes ao Poeta na escrita do fim do episódio. É bem possível que a lembrança dêles acrescesse à influência principal dos modelos citados, contribuindo assim para inspirar a expressão calorosa das últimas sentenças, dum conjunto de reflexões onde se fundem os dons melhores de duas artes tantas vezes irmanáveis — a eloquência e a poesia.

F. REBÊLO GONÇALVES.

¹ Vv. 7-12.

² Vv. 599-602.

³ Vv. 301-308. O tema aparece ligado à lenda do argonauta Tífis e também — o que confirma a origem acima suposta — à evocação da idade de ouro.



Vida do cativo monge confesso

(Continuação)

A adjectivação é rudimentaríssima. Na grande maioria dos casos, é suprida pelo uso de advérbios, ou de expressões equivalentes. A fraqueza adjectival torna-se particularmente saliente pelo abuso da superlativação, que faz o estilo pesado, defeito que, por desleixo ou imperícia, é agravado pela repetição monótona dos mesmos termos.

GLOSSÁRIO :

aa: 8, 13, 34, etc., à.

aacima: 37, 64, finalmente, por último, em conclusão.

áár: 94, ar.

achegado: 8, próximo.

achei: 80. Vid. ANOTAÇÕES.

acordar-me: 173, recordar-me, lembrar-me.

al: 101, outra cousa.

algũu: 63, algum.

ameude: 99, amiúdo.

ante: 28, 32, 67, etc., antes; 176, diante de.

antes (adv.): 27.

Antiochia: 5, cidade da Síria.

antre: 71, entre.

apostollo: 113.

aquêêçesse: 48, de *aqueecer*, coubesse em partilhas.

aquela: 11, 117.

aquêle, -s: 11, 82, 90.

aquell: 2, 8, 96, etc.

aquelles: 93, 157, 177, etc.

arcos: 77, bestas.

arriba de: 37, junto de, ou acima de.

assi: 15, 100, 156, assim; — *como*: 54, 169. Vid. *assy*.

assuarom: 17, de *assuar*, ajuntaram. Vid. D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, na *Rev. Lusitana*, 1, 125, 131.

assy: 16, 82, 91, etc., assim; — *como:* 46-47, 114; — *que:* 116.

Vid. *asst.*

ataa' qui: 130, até aqui.

Atenas: 24.

atendamos: 138, esperemos.

atendy: 71, esperai.

aue-me: 153, de *haver*, tem-me, considera-me.

auco: 170, 185, de *avir*, aconteceu.

auer (subs.): 26, haver.

augua: 199, água.

auja: 169, 196, havia, tinha; — *nome:* 6, 8-9, chamava-se.

aujham: 183, de *avir*, compunham, concordavam.

aujto: 91, hábito (de religioso).

austinência: 42, abstinência.

bem (adv.): 52, 60, 148; (subs.): 115.

bestas: 86, 97, 100, etc., animais (em sentido mais lato do que hoje).

beuer: 88, beber.

beuja: 102, bebia.

boo: 66, bom. Vid. *bão*.

bão: 165, bom. Vid. *boo*.

brauas: 142.

ca (conj. causal): 34, 46, 91, etc., porque. Vid. *qua e que*.

ca (conj. comp.): 29, 61, 139, etc., do que.

cabroões: 197, cabrões.

caemos: 81, de *caer*, caímos.

caer: 58, 84, 146, cair.

Calçideos: 37.

camelos, -ll-: 73, 83, 88.

carregamento: 184.

carregas: 176, cargas.

carregos (-6-): 177.

carreira: 198, jornada, viagem.

castidade: 153.

catar: 185, ver.

catemos: 138, de *catar*, procuremos com diligência.

catiuidade: 127, cativoiro.

catiua, -o, -j-, etc.: 1, 130, 144, etc., mísero; 118, presos; 83 (subs.), cativoiro.

caualos: 73.

cééo: 172, céu.

- çela, çellas**: 49, 190.
çelladas: 108, ciladas.
chéeos: 77, cheios.
chegou: — *a ele*: 7, chegou junto dêle, chegou-se a êle.
Christo (xpo): 147, 155.
chujua: 179, chuva.
coidaúa: 60, cuidava. Vid. formas com *cuj-*.
coidey: 190, cuidei. Vid. formas com *cuj-*.
coldres: 77.
colos: 86, pescocoços.
come se: 63, como se.
comjgo: 62, 118, 149, etc.
com mjgo: 118, 126.
com nosco: 117. Vid. a nota paleográfica ao texto.
como: 156, 197, que, de modo que. Vid. D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, no *Glossário do Canc. da Ajuda*, in *Rev. Lusitana*, XXIII.
companha: 70, 174, companhia, ajuda, auxílio como de família; 99, vid. ANOTAÇÕES; 181, multidão; *fazer* —: 61, vid. ANOTAÇÕES; 148, *teerei-te* — far-te-ei companhia. Vid. G. Viana, *Apostilas*, 1, s. v., e Dr. J. J. Nunes, no *Glossário da Crón. da Ordem dos frades menores*.
conprir: 56, cumprir, satisfazer.
conprisse: 122, cumprisse.
conselho: 84. Vid. ANOTAÇÕES.
contra: 76, 191, para.
có' ós: 86, com os.
coraçom: 191, 192, coração.
costume: 65, hábito, uso; 88, modo de vida.
creçiam: 112, cresciam.
créér: 3, 81 (trans.), crer.
cristaão: 120, cristão.
cujdamento: 189, pensamento.
cujdará: 155. Vid. formas com *coi-*.
cujdaúa: 167, 200. Vid. formas com *coi-*.
cujo, -s: 120, 154, 166, etc., de quem.
dardos: 77.
de: 162, vid. ANOTAÇÕES; 21, 23 (*da*), acêrca de.
de' la: 74, desde a.
demandar: 190, ir buscar, desejar alcançar, cobiçar.
demandey: 195, pedi.

- depois que: 49-50.
dereito: 115, direito.
des:—*aly*: 116, 159, desde ali, dali, de então;—*aqui*: 149-150, daqui;—*i*, ou *y*: 72, 110, daí.
desamaua: 82, odiava.
deseiey: 136, desejei.
desnuey: 91, desnudei.
despojs que: 170, depois que.
deteer: 61, deter, reter.
dha: 4, dá.
diante: 116, 150.
disse: 28, 51, 66, etc. Vid. *dixe*.
dixe: 64, 137, 141, disse. Vid. *disse*.
do (partit.): 102.
doo: 63, dó.
dóór: 192, dor.
dous: 197.
duraum: 13, permaneciam.
Egipto: 34, Egipto.
el: 4, 21, 23, etc.
ela, -s: 32, 118.
ele: 110, 123.
ell: 4, 22.
ella, -s: 13, 182.
elle, -s: 7, 39.
em: 25, 110. Hoje empregariamos *de*.
em na, em no: 89-90, 124, 171. Vid. *na*.
en: 119, em.
enbargada: 183, impedida de avançar, estorvada.
enbargauom: 182, embargavam, impediam, estorvavam.
ende: 110, daí, disso; 187, daí, delas.
enmjgo, -ij-: 52, 66, 107, inimigo.
enteiro: 169, inteiro.
entom: 47, 61, 68, etc., então.
enneja, -s: 108, 110, inveja.
enxenplo: 4, exemplo.
enxenpro: 55, 57, 188, etc., exemplo.
era: 102, 118, 189, estava.
escripturas: 55. Vid. ANOTAÇÕES.
espadoas: 76, espáduas.
espedi-me: 143, despedi-me.

- esqujua: 163, áspera.
esto: 25, 29, 47, etc., isto.
estranho: 38.
eu: 16, 23, 25, etc.
faleceo: 78, morreu, descaiu, foi perdida.
fazenda: 43, acção, procedimento.
fazer: 53, empregar todos os meios para obter; — *companha*: 61;
— *luxuria*: 134. Vid. ANOTAÇÕES, l. 44.
faziam: — *serviço*: 14, prestavam serviço, serviam; — *sua vida*:
15, concertavam o modo de viver.
fecto (subs.): 186, ocupação; (adj.): 199, feito.
fez: 111, trabalhou.
fezera: 80, 116, fizera.
fizesse: 51, 116, 180, fizesse.
ffilhar, fi-: 29, 132, 187, tomar. Cf., em 31-32, a expressão sinó-
nima *tomar mother*.
filhasse: 122. Vid. *ffilhar*.
filhei: 126, 131. Vid. *ffilhar*.
filhou: 121. Vid. *ffilhar*.
fogi: 33, fugi.
fogiria: 194, fugiria.
folonja: 130, felonia.
fora: 36, além de, excepto.
forom: 62, 100, foram.
fosse: 149, estivesse.
foy: 50, 130, fui.
fuj-me: 22, 67.
fuy: 40, estive.
galardoar: 115.
grado: *de* —: 194, 196, de boa vontade.
gram: 7, 15, 44, etc. Forma proclítica de *grande*.
guisa, -j-: 12, 23, 144, etc., maneira, modo.
gujsey: 197, preparei, cozinhei.
he: 69, 107, é, está.
hentom: 21, então.
hera: 94, era.
hergo: 88, 101, ergo, excepto.
hi: 13, 17, 95, etc., aí.
hiam: 112, iam.
hiamos: 83, íamos.
hir: 34, ir.

- bo (art.): 62, 65, 99; (pron. pess.): 113.
homêes: 20, 71, 190, homens.
homem bõo: 165. Vid. Dr. J. Leite de Vasconcelos, *Textos arcaicos*, 3.^a ed., s. v. «homeens bons».
hora (adv.): 110, 134, ora; (subs.): 200.
hораções: 41, 103, orações.
hu (adv. de lugar): 106, onde; (adv. de tempo): 83, 99, 175, quando.
Em 182, tanto pode ser uma como outra cousa.
hũa: 4, 5, 10, etc., uma.
hũu: 7, 36, 38, etc., um.
i: 72, af.
iá: 46, 124, já.
iazia: 128, jazia, estava.
iaziamos: 201, jazíamos, estávamos deitados.
igreja: 13, igreja.
Jacob: 100.
jazer: 151, estar deitado.
jejũus: 40, jejuns.
jentes: 35, 70, gentes.
Jeronimo, Jheronjmo, -y-: 2, 16, 43, 166.
Jhesu: 147, 155.
jrmaãos: 156, irmãos.
jrmjtam: 106. Vid. ANOTAÇÕES.
juso: a —: 74, para baixo.
ladroões: 69, 72, ladrões.
lealmente; 114.
lediçe: 15, alegria.
leite: 88, 102.
leixar: 188, deixar.
leixarey: 152. Vid. *leixar*.
leixaria: 150. Vid. *leixar*.
leixariam: 35. Vid. *leixar*.
leixarom: 77. Vid. ANOTAÇÕES.
leixasse: 59. Vid. *leixar*.
leixei, -j-: 32, 133. Vid. *leixar*.
leixou: 58, 145. Vid. *leixar*.
lenbraua: 113.
lenbrei: 186.
linhaiem: 9, linhagem.
lugar, -es: 38, 93, 191, morada.
maãos: 40, mãos.

- maas**: 35, más.
madre: 24, 30, 33, etc., mãe.
mais: 27, 53, 95, mas.
mais: *eu quero* —: 144, eu antes quero.
Malcos: 8, Marco.
mançebia: 132, juventude.
mantinhan-se, -y-: 12, 14, auxiliavam-se, amparavam-se.
Maronias: 6, burgo da Síria.
marteiro: 140, martírio.
mas: 32, 56, 82.
méêa: 87, meia.
meesmo, -éê-: 110, 129, mesmo.
menfestei: 158, de *menfestar*, manifestei.
mentes: vid. *meter mentes e parey mentes*.
mester: 95, mister.
meter mentes: 187, pensar, ter lembrança de.
meu: 29, etc.
mho: 27, m(e) o.
mjlhor: 116, melhor.
mjm: 148.
Moises: 100.
molher, -es: 10, 12, 71, etc.
monge: 1. Vid. *monie*.
monie, -j-: 28, 33, 106, etc., monge.
mouemos: 72, 199, andámos, marchámos.
muj: 6, 11, 14, etc. Redução proclítica de *multo*. Vid. *muy*.
mujto: 13, 20, 30, etc.
muy: 7, 8, 10. Vid. *muj*.
na, no: 54, 106. Vid. *em na* e *em no*.
naçy: 23, nasci.
nada: 67. Vid. *rrem*.
natura: 9, 10, natureza.
nehûa, nêhûa: 107, 161, nenhuma.
nehûu, nêhûu: 70, 108, nenhum.
nem: 87, e não.
nenbraua-me: 100, lembrava-me.
nenhûa: 167, nenhuma.
nocte: 123, 191, noite.
noite: 103.
nom: 6, 21, 27, não.
nome: vid. *auja nome*.

- nossa, -o: 78, 86, 96.
nostro: 14, 20, 28, *nosso*. Só na expressão *nostro Senhor*.
nũu: 92, nu.
o: 113. Vid. *ho*.
oolhey: 175, de *oolhar*, olhei.
ora (adv.): 135.
onçiente: 36, ocidente.
ouriente: 34, oriente.
outorgasse: 194, concedesse.
outorguey: 160, concedi.
outrossi, -y: 30, 75, 174, também, além disto.
ouue: 24, 109, 124, etc., houve.
ouuerom: 24, houveram.
padre: 24, 29, 33, etc., pai.
pagar: 192. Vid. ANOTAÇÕES.
palaura: 57. Vid. ANOTAÇÕES.
pam: 37, pão.
par: *a — de*: 11, junto de.
parey mentes: 161, atentei, olhei.
parjcia: 168, de *parecer*, parecia.
parte: 82, quinhão.
partiçom: 119, partição, partilha.
partida: 4, caso, acontecimento, sucesso.
peça: 63, muito tempo, ou espaço.
pée: 83, pé.
peensara: 56, pensara.
peensana: 47, pensava.
péénsey: 50, pensei.
pees: 58, 146, pés.
pela: 18, 198. Vid. *pola*.
per: 7, 9, 10, etc., por.
pera: 28, 33, 45, etc., para.
perijgóós: 188, perigos.
pero: 95, ainda que.
pois: 199, depois que.
pola, -o: 84, 127, pela, pelo. Vid. *pela*.
por: 52, como; 57, por meio de; 146, em nome de; 32, 133,
a favor de; 56, 61, para; 25, 35, 115, etc., por causa de.
porem: 3, por isso.
por que: (conj. causal): 135; (interrog.): 152, 193.
possissoões: 26, possessões, bens de raiz.

- prenderom**: 79, prenderam.
pruados: 137. Vid. ANOTAÇÕES.
prol: 61, utilidade, proveito.
proneita: 133, aproveita, é útil.
proune: 18, aprove.
pude: 192. Vid. *pujde*.
pujde: 24, pude. Vid. *pude*.
qua (conj. causal): 167, porque. Vid. *ca e que*.
quaees: 21, quais.
que (conj. causal): 60, porque; — *pois*: 105, vid. ANOTAÇÕES. Vid. *ca e que*.
quejxar: 128.
queyios: 102, queijos.
quis: 27, 32, 115, etc. Vid. *quise*.
quise: 60, 132, quis. Vid. *quis*.
quiserom: 25, quiseram.
razom: 194, razão.
rigamente: 136, rijamente.
rreçeou: 195.
rregra: 39.
rrem: 32, 36, 56, etc., cousa, cousa nenhuma, nada.
rrespondeu: 23.
rrespondy: 27.
rribeira: 89.
rrogo (subs.): 60.
sabor: 185, gosto, prazer.
salue: *deus te* — : 144.
Salamom: 186, Salomão.
saluar-m'ás: 153, salvar-me hás.
saluey: 65, saudei.
sam: 2, 16, 43, etc. Redução proclítica de *santo*.
sancta, -os: 19, 20, 38, etc.
sandice: 131, loucura.
saquey: 141, tirei de, puxei de.
sas: 108. Redução proclítica de *suas*.
sasséenta: 72, sessenta.
scripturas: 2, escrituras.
seer: 28, 33, 106, ser.
séetas: 77, setas.
segundo: 97, 104, 114, conforme.
semelhaua: 9, 85, 98, parecia, afigurava.

- semelhou : 8, pareceu, afigurou.
senhos : 75, cada um sens.
senlheiro : 171, sòzinho. Vid. sóó.
se nom, senom : 25, 56, 172, etc., senão.
so : 39, sob.
soia : 160, de *soer*, costumava.
som : 108, de *seer*, são.
somergeria-a (so m-) : 42, submergia-a, sufocava-a, extinguiu-a.
sóó : 169, 171, só. Vid. ANOTAÇÕES.
sospeita : 167, suspeita.
soterrar : *corpo que leuassem a* — : 64, a enterrar.
suas : 108. Cf. *sas*.
táaes : — *uezes* : 168. Vid. ANOTAÇÕES.
tal : *em — que* : 118, vid. ANOTAÇÕES ; 179, de modo que ; *por — que* : 31, de modo que, para que.
tam : 19, 94, 108, etc.
tanto que : 44. Vid. ANOTAÇÕES.
teendo : 86, de *teer*, tendo.
téér : 199, ter, conter.
teerei : 148, terei, farei.
teeria : 149, teria.
tempo : 162.
tenpo : 44, 135.
tentaçom : 52, tentação.
todo : 50, 51, 56, etc., tudo.
todolos : 62, 92, todos os.
tornar : 45, voltar, tornar para trás, vir.
tornassem : 64. Vid. *tornar*.
tornaua : 169. Vid. *tornar*.
torney : 142, 191. Vid. *tornar*.
toucas : 74.
tragiamos : 79, de *trager*, trazíamos.
traier : 30, trazer.
tranças : 73.
treito : 7, arrastado.
trouue : 131, de *trager*, trouxe.
trouuera : 117, de *trager*, trouxera.
trounesse : 184, de *trager*, trouxesse.
ual (v.) : 132.
ualeo : 56, valeu.
ueêçer : 58, vencer.

uêo: 44 (-ee-), 121, 191, veio; 135, aconteceu.
neer: 45, ver.
ueerom: 72, vieram.
neio: 66, vejo.
uençudos: 138, vencidos.
uentura: 166, aventura.
uespera: 200, tarde.
uestidura: 75, vestido.
ueunjdade: 46, viuvez.
uja: 171, via. Vid. *uja*.
uja: 98, via. Vid. *uja*.
ujdados: 188, evitados. Vid. ANOTAÇÕES.
ujrem: 157, virem.
noontade: 18, 41, 44, etc., vontade, desejo.
uȳr: 180, vir.
y: 110, aí.

VI — O texto

TRANSCRIÇÃO DO TEXTO:

Procurando ser o mais conservadores possível, adoptamos para a versão crítica do texto as seguintes normas reformadoras:

Desfazemos as abreviaturas, pondo em caracteres itálicos as letras acrescentadas.

Intercalamos em colchetes [] letras que introduzimos, às quais não corresponde sinal de abreviatura.

Adoptamos maiúscula nos nomes próprios (só em *Jerónimo* usa o texto dela), em começo de período e de discurso directo.

Empregamos minúscula por maiúscula: em vocábulos comuns, quando no meio de período, e no meio de palavra.

Mantemos *i*, *j* e *u* com os valores de vogal e de consoante, pois a leitura deles não oferece dificuldades consistentes.

Representamos *π* por *e*, *f* por *s*.

Conservamos o til como sinal de nasalamento, ou desenvolvemo-lo em consoante nasal, nas seguintes condições:

1.º Quando sobreposto a vogais geminadas (e até em junção com terceira), as quais abrange pelo tamanho que sempre tem, sem permitir, portanto, que se determine qual das vogais havia (se havia

uma só) intenção de afectar, colocamos o til na primeira das geminadas, se ambas são etimológicas e o matiz nasal deriva, ou dum *n* que lhes foi medial (*homêes*), ou de contaminação de consoante precedente (*nũu*); e pomos o til na segunda das geminadas, se elas não correspondem senão a uma sílaba original (*maãos*). Conservamo-la em *uÿr* e em casos em que pode particularizar pronúncia (*nêhũu*, *nêhũa*).

2.º Desenvolvemo-lo em consoante nasal nas circunstâncias em que hoje se escreveria assim, com a diferença de que, no meio de palavra, e seja qual fôr a consoante que se lhe siga, representamo-lo sempre por *n*, pois com três casos de excepção, registados supra (ORTOGRAFIA), adopta o ms. sempre *n*; no fim de palavra escrevemos *m* (de acôrdo ainda com o sistema ortográfico do ms.), e outro tanto quando pertence a terminações verbais com pronome enclítico, pois só há no ms. um exemplo com *-n*: *mantinhanse*¹. Desenvolvemo-lo ainda em *ucontade* (no original há, com *-n*, *teendo*).

Conservamos os acentos agudos sôbre as vogais geminadas em todos os casos em que o original os possui, excepto quando estão por sinal de nasalamento, em que os substituímos por til. Mantemos ainda o acento agudo num exemplo único sôbre vogal singela, e introduzimo-lo, com muita parcimónia, para diferenciar palavras iguais de outras, cuja pronúncia e significação diferem. Salientamos em nota aquele exemplo.

Não reproduzimos o ponto sôbre o *y*, quando existe.

Introduzimos ponto alto para separar proclíticas, e palavras curtas e muito correntes que na escrita antiga aparecem, com frequência, unidas (*de-me*).

Introduzimos o hífen para estremar pronomes enclíticos dos verbos a que se subordinam.

Introduzimos ainda o apóstrofo, nalguns casos, como sejam: desagregação da preposição *de*, com vogal elidida, quando encorporada na palavra seguinte, do pronome *me* nas mesmas condições, etc.

Respeitamos o ponto com as suas múltiplas funções de pausa. Encerramos entre colchetes esquinados a pontuação por nós acrescentada.

¹ Está dentro, afinal, da regra geral, visto que a enclítica faz corpo com a palavra antecedente.

Não indicamos os sinais de parágrafo, cujo emprêgo é muito irregular¹.

Usamos de aspas para notar discurso directo.

Substituímos a numeração por folha, própria do código (mas não coeva), pela da página, já se vê, contando só a parte de que nos ocupamos, e apomos os números à margem do texto.

Para rigoroso conhecimento da lição autêntica, em todos os casos em que ela fica disfarçada em resultado da applicação das normas expostas, ou noutros casos avulsos que não discriminamos aqui², inscrevemos em nota, sempre, a forma do manuscrito³.



Numa espécie de preâmbulo, diz o Santo que, assim como todos aqueles que pensam arrojarse em perigosa batalha naval, se devem preparar convenientemente para a peleja, em porto seguro, distribuindo os vários serviços e adestrando-se nas manobras antes de partir, aprendendo, dêste modo, em prévio combate fingido, como haverão de pelejar no verdadeiro, assim elle, Autor, que há muito tempo guarda silêncio, todo absorto no prazer da contemplação, desejando lançar-se a trabalho literário de muito maior vulto, o qual é escrever e trazer a público uma história da Igreja, que abranja das origens remotas (da vinda do Salvador) aos dias correntes (história em que trate do proceder da mesma Igreja desde o tempo dos apóstolos, das perseguições de que tem sido objecto, do coroamento dos seus mártires, do crescimento das suas riquezas e paralela deminuição de virtudes, correlativos do engrandecimento do mando e senhorio dos príncipes cristãos) — vai, à maneira de

¹ Por vezes, até com certa frequência, segue-se-lhe letra pequena, e nem sempre é fácil discriminar se é intenção do escriba considerar parágrafo novo, ou se a exuberância caligráfica foi que o levou a lançar no pergaminho aquele símbolo, — pois temos por certo que em vários casos elle se deve ao seu aspecto ornamental, visto que é fácil distinguir-lhe por debaixo um primitivo ponto, em sitios onde o sentido exige não mais do que pausa de vírgula. Devem ter sido feitos na revisão da escrita, quando foram traçadas as rubricas dos capítulos e introduzidas algumas das emendas que adiante indicamos.

² Para *Christo* é constante a abreviatura: *xpo*.

³ Convém acusar a existência de certos grupos de pontos e traços, que não registamos (·.// ·.// ·.// etc.), de mero enfeite e de significado talvez vagamente religioso (note-se o simbolismo de três), postos no fim de página ou de capítulo.

ensaio, desenferrujar prèviamente a língua neste escrito (*et ueluti quandam rubiginem linguae abstergere*), para depois ousar abalancar-se à emprêsa mais vasta.

(Segue o texto medieval):

Aquy se começa a' uida do catluo mo[n]ge confes[s]o

[1]

Sam Jheronymo nos conta . e diz . *que aquell¹ que as scripturas bem ouue . as deue bem créer e² seguir as boas obras . E porem nos³ dha el hũa partida de que falamos em enxemplo [.]* E ell diz
 5 *que estaua em hũa ujla que era perto d'Antiochia . a' trinta mjlhas . Aquela ujla auja nome Maronias⁴ . e nom era muj grande . Aly chegou a' elle hũu homem uelho que era muy treito per gram uelhice . E semelhou-lhe que era muy achegado aa' morte . Aquell uelho auja nome Malcos⁵ . e bem semelhaua que era de sua natura . per li-*
 10 *nhaiem e per natura [sic] . hũa molher uelha e de muy grande jdade⁶ . que estaua a' par d'ele . Aquele muj uelho homem . e aquela muj uelha molher mantinhan-se em esta g[u]isa⁷ . Hiam muy bem aa' igreja . e durauom em ella mujto . e ouujam hi todas suas horas [.] e⁸ faziam seruico a' nostro senhor . e mantynhan-se muj*
 15 *bem . As[s]i⁹ faziam aquell[e]s uelhos sua ujda . e sua gram ledice [.]* E diz¹⁰ sam Jheronjmo «E¹¹ quando eu uj *que uiuiam as[s]y . pre-*
guntei aos¹² que hi morauam como se as[s]uarom . se per casa-
mento [.] se por amor . se pela uoontade de deus . a' que¹³ prouue de
 20 *ujuerem em tam sancta ujda [.]* E todos me dis[s]erom *que eram muj*
sanctos homẽes¹⁴ . e que faziam mujto seruico a' nostro senhor . E con-

¹ O segundo *l* foi raspado, mas é visível.

² *E*.

³ *u*o.

⁴ Cremos ler antes: *maromas*. *M* e *E* têm: *Maronia*.

⁵ *malcas* (?).

⁶ *Jdade*.

⁷ *gissa*.

⁸ *E*.

⁹ *asi*.

¹⁰ *Diz*.

¹¹ *e*.

¹² O *a*, muito pequeno e sumido, está colocado como correcção posterior, com sinal de intercalamento entre as letras *-i* e *o*, por cima delas.

¹³ Também se poderá ler: *quem*.

¹⁴ *homẽes*.

- [2] tarom-me d'eles . dis[s]e el[.] nom sey quæes marauilhas . | Hentom me party d'eles . e fuj-me ao homem uelho e faley com ell . e pre-
guntey-o da sua uida. E el me rrespondeu em esta guisa. » «Eu nacy
em Atenas . e ouue hi padre e madre . e nunca ouuerom outro filho
se nom eu. Por¹ esto me quiserom fazer herdeiro em quanto aujam . 25
em auer e em terras e em pos[s]is[s]ões . e quiserom-me dar mo-
lher . mais eu nom a quis . antes lhes rrespondy² quando mho
dis[s]erom . e dis[s]e que ante queria seer monie . pera serujr nostro
senhor . ca filhar molher. E quando meu padre esto ouuju . pesou-
lhe mujto . e começou-me a traier mal . e outros[s]i mjnha madre. 30
E começaram-me a prometer mujtas cousas . por tal que tomas[s]e
molher . mas eu nunca por elas quis fazer rrem³. Ante leixei meu
padre e mjnha madre e fogi pera outra terra pera seer monie. E eu
nom pujde⁴ hir a ouriente . nem aa⁵ terra do Egipto . ca auja
hi maas jentes . e nom me leixariam pas[s]ar . e por esto fiquej 35
aqui a ouçiente . e nom trazia rrem⁶ do mundo . fora hñu pouco
de pam. Aaçima andey tanto que uym arriba de Calçideos . este
he hñu lugar muj deserto e muj estranho. Aly achei sanctos homões
que ujujam so rrega⁷ de monies . e fiquey com elles . e per tra-
balho de mjnhas mãos buscaua o por que ujuja. Ali⁸ fuy eu em 40
jejñus⁹ e em horaçodes¹⁰ . e aly castigaua eu a uoontade da mjnha
carne . e somergia-a¹¹ per austinencia. *Sabera*.

Como o uelho contou sua fazenda a sam Jeronimo¹²

- «Gram tempo fiz esta uida . tanto que me ueeo | gram uoontade
[3] de me tornar a mjnha terra. pera ueer mjnha madre e¹³ pera con- 45

¹ *por*.

² O primeiro *r* da palavra foi raspado, mas ficou visível.

³ O primeiro *r* foi raspado, mas está legível.

⁴ O *j* foi raspado, mas é bem visível.

⁵ O primeiro *a* foi metido na entrelinha, como emenda.

⁶ O primeiro *r* foi raspado, mas percebe-se ainda.

⁷ O primeiro *r* foi raspado, mas é visível.

⁸ *ali*.

⁹ *Jejuus*.

¹⁰ *horaçodes*.

¹¹ *so mergiaa*.

¹² Por causa do enfeite da haste do *d* da palavra *uida* da linha inferior, foi esta palavra escrita assim: *Jero nimo*. Prova que o título dos capítulos, a vermelho, foi pôsto depois do resto do texto.

¹³ *E*.

fortá-la em sua ueuujdade . ca meu padre era iá morto . as[s]y¹
 como eu ouuira dizer entom. Todo esto eu peensava² . que o' que
 me aquééces[s]e da parte de meu padre . que' o uendes[s]e e que'
 o daria a' pobres . e que faria hũa çela em que moras[s]e. E depois³
 50 que todo esto péénsey . foy ao abade com que⁴ ujuéra⁵ mujto . e
 dis[s]e-lhe todo esto. E o abade me dis[s]e que' o nom fezes[s]e . e
 que bem soubes[s]e por uerdade que era tentaçom do eumijgo . que
 me queria fazer que começas[s]e esto. Mais rogou-me⁶ mujto que
 ficas[s]e na abadia . e que serujs[s]e a' nostro senhor as[s]i como
 55 começara. E mostrou-me mujtos enxenpros per suas escripturas .
 mas todo nom ualeo rrem⁷ . se nom por conprir o' que peensara.
 E quando o' abade uju . que nem por palaura nem por enxenpro
 nom me podia ueêçer . leixou-se caer aos meus pees em terra e⁸
 começou-me a' rogar⁹ que' o nom leixas[s]e. E¹⁰ eu quatjuo nom
 60 quise fazer rrem¹¹ do seu rrogo¹² . que bem coidaia que mais me
 queria deteer . por' lhe fazer companhia . ca por mjnha prol. E entom
 me say da abadia . e ho abade e todoslos frades foram comjgo gram
 peça chorando . e faziam gram doo . come se' fos[s]e algũu corpo
 que leuas[s]em a' soterrar. E' aacima dixe-lhes eu . que se tor-
 65 nas[s]em . e saluey-os¹³ . as[s]y como he costume. E¹⁴ ho abade me
 dis[s]e . «Boo¹⁵ filho . eu ueio que' o eamjgo anda apos ty». Mas por
 todo esto nom dey eu nada . mas ante me party | d'eles . e fui-me [4]
 per meu caminho. Entom¹⁶ andey tanto que cheg[u]ei a' hũu deserto
 que he no caminho [.]. E andauom hi Mouros e ladroões que rou-

¹ *Asy.*

² *Todo eu esto pensava.* A anormalidade da colocação das palavras cremo-la devida a lapso do escriba.

³ *Depois.*

⁴ Também poderá ler-se: *quem.*

⁵ O acento é do original.

⁶ *Rogoume.*

⁷ O primeiro *r* foi raspado, mas ficou visível.

⁸ *E.*

⁹ *aRogar.*

¹⁰ *e.*

¹¹ O primeiro *r* foi raspado, mas conhece-se ainda.

¹² O primeiro *r* foi raspado, mas ficou legível.

¹³ Antes do ponto foi raspada uma palavra, que não se pode reconhecer (três letras? *asy*?).

¹⁴ *e.*

¹⁵ *boo.*

¹⁶ *entom.*

bauom¹ as jentes² . e nehũu nom ousaua per hi a' pas[s]ar sem con-
 panha. Entom atendy tanto . *que fomos* antre homẽes³ e molheres
 mais de sas[s]éenta . e des'i mouemos. E⁴ os ladroẽes⁵ ueerom
 a' nos . e andanom sobre caualos e sobre camelos[.] E traziam tran-
 ças nas cabeças e toucas . e nom aujam de'la çinta a' juso⁶ se nom
 muj pouca de uestidura[.] E outros[s]y traziam senhos panos nas 75
 espadoas . *que* pendiam d'hũa parte e da outra *contra*⁷ terra . e
 traziam coldres chéeos de séetas⁸ . e arcsos e dardos. E leixarom-se
 correr a' nos . *pera'* nos prenderem. E⁹ a' batalha faleçeo da nos[s]a
 parte . e prenderom-nos todos . e *quanto* tragiamos. Entom me
 achei eu mal do *que* fezera . mas mujto foy tarde . *que* eu nom 80
 quis creer o' *que* me o' abade dis[s]era . e eu e hũa molher . caemos
 em parte d' hũu d'aqueles . *que* mais nos desamaua. E as[s]y fomos
 em catjuo . e nom de péé . mas em grandes camelos . e hu hiamos
 polo deserto aujamos tal medo de caer . *que* nom aujamos conse-
 lho . ante¹⁰ nos semelhaua *que* hiamos pendurados . em tal g[u]isa 85
 hiamos teendo nos[s]os braços có' ós colos das bestas . Nos[s]o
 comer nom era se nom carne méea crua . nem aujamos rrem¹¹ *que*
 beuer . hergo¹² leite de camellos . tal era nos[s]o costume. E¹³ tanto
 andamos *que* pas[s]amos hũa gram rribeira¹⁴ [.] Entom entramos em
 [5] no gram deserto¹⁵ . e aly achamos | os filhos e as molheres d'aque- 90
 les¹⁶ *que* nos leuauam catjuos. Entom desnuey meu aujto . ca' as[s]y
 me conujnha d'andar todo nũu . ca' as[s]y andaua a' dona e todos
 de sua casa . e todos aquell[e]s *que* em aquell[e]s lugares mora-

¹ *Roubauom.*

² *Jentes.*

³ *homẽes.*

⁴ *e.*

⁵ *ladroẽes.*

⁶ *aJuso.*

⁷ *gt^a.*

⁸ *séetas.* O segundo *e* deve também ter acento. Como foi raspado o pergamino neste ponto e depois escripto por cima da raspagem, não ficou a letra nítida e escapou o acento.

⁹ *e.*

¹⁰ *Ante.*

¹¹ O primeiro *r* foi raspado, mas ainda é reconhecível.

¹² O *h* foi raspado, mas ainda é legível.

¹³ *e.*

¹⁴ O primeiro *r* foi raspado, mas ficou legível.

¹⁵ No original, o *de-* está separado do resto da palavra.

¹⁶ *da queles.*

uam [.]. E nom dauam rrem¹ por uestidos . ca' o áár hera aly tam
 95 temperado que nom auja hi mester mais uestidura . mais pero era
 muj gram uergonha. Aquell nos[s]o senhor me mandou guardar
 bestas . e esto me era gram conforto . segundo os males que
 ouuera . as[s]y me semelhaua a' mjm. Ca' o senhor que eu auja nom
 ho uija ameude . nem el nem a' sua conpanha. E² hu estaua com as
 100 bestas nenbraua-me que Jacob e Moises forom pegoreiros . e as[s]i
 guardauom bestas como' as eu guardaua. E eu nom comja al . hergo
 queyios frescos . e beuja do leite das bestas que guardaua. E era
 todo o' dia e toda' a noite em horações³ . e rezaua⁴ salmos que
 aprendera na abadia. E mujto auja hi gram prazer . segundo a' uen-
 105 tura que auja . e daua graças a' nostro senhor . que pois perdera
 de seer monje na terra d'hu era . e regebera⁵ de seer jrmjtam⁶. Ay
 deus que nêhũa cousa nom he segura contra o emjgo . que deita
 suas çelladas . e sas enuejas som tantas e tam grandes que nêhũu
 nom as poderia dizer . que de tam pouco bem como eu auja ouue
 110 ele ende enueja des'y meesmo⁷. | Hora uos direi em qual g[u]isa [6]
 o' senhor cujas bestas eu guardaua fez contra mjm. Uiu que suas
 bestas creçiam mujto . e hiam pera bem . e que eu as guardaua
 sem engano . ca' me lenbraua o' que dis[s]e ho apostollo . que deue
 o' homem a' serujr seu senhor lealmente . as[s]y como a deus . se-
 115 gundo seu direito. Por esto me q[u]is el galardoar o' bem que eu
 fezera . as[s]y⁸ que des aly a' diante o' fezes[s]e mjlor. Entom me
 deu aquela molher que trouuera com⁹ nosco . que era sua serna .
 em tal que ela fos[s]e comjgo . ca seu marido era catjuo . e fora
 dado en' partiçom a outro senhor que' o tynha preso. E quando
 120 aquell cujo eu era me ouuju djzer que eu era cristaão¹⁰ . e nom
 queria molher . filhou sua espada . e nééo-se a' mjm . e dis[s]e-me
 que se nom filhas[s]e aquela molher e sua uoontade nom conpris[s]e
 logo . que ele me mataria. E quando me el esto dizia a' nocte¹¹ era

¹ O primeiro r foi raspado, mas ainda se conhece.

² e.

³ horações.

⁴ Rezaua.

⁵ Regebera.

⁶ Jrmjtã.

⁷ Desy meesmo, a tiata vermelha, em linha um tudo nada mais baixa.

⁸ Asy.

⁹ cã na entrelinha.

¹⁰ cristão.

¹¹ É duvidoso se está nocte, se noite; inclinamo-nos mais à primeira leitura. Mais abaixo, l. 191, está bem clara a forma com -e-.

iá chegada . e eu estava em' no deserto . e ouue muj gram pavor
 de meu senhor. E dis[s]e¹ lhe que fazia toda sua uoontade. Entom² 125
 filhei mjnha molher noua . e leuej-a com migo com gram pesar
 a' hũa coua em que eu moraua. Entom senty eu a' catiuidade em
 [7] que iazia . e dejetey-me em terra . e começey-me a' quejxar pola
 hordem do monie que auja perdida³. E dis[s]e⁴ a mjm méésmo. |
 Catiuo⁵ [.] ataa'qui⁶ foy bem guardado . mas mjnha folonja e mjnha 130
 sandiçe me trouue a' esto que eu filhoi molher em mjnha uelhice .
 que nunca a' filhar q[u]ise em mjnha mançebia. Que⁷ me ual nem
 que me proueita . se eu leixei por nostro senhor meu padre e mjnha
 madre e mjnha terra [.] e⁸ hora hei de fazer luxuria que todo
 tempo reçéey⁹? Esto¹⁰ que ora soffro cuido que me uébo por que 135
 deseiey tornar a' mjnha terra. Entom começey a' chorar muj riga-
 mente¹¹ . e dixe . Alma¹² [.] que faremos? Nos somos priuados
 e uençudos . catemos e atendamos ajuda¹³ de nostro senhor . ca
 a' tua morte temo eu . mais ca' a do meu corpo. Eu nom¹⁴ farey o' que
 desejo [.] ca' o que tem castidade a' força . rregebe¹⁵ seu marteiro. 140
 As[s]y¹⁶ dixe eu. Entom saquey hũa espada que trazia que me dera
 meu senhor . com que me defendes[s]e das bestas bravas . e torneý
 a ponta contra¹⁷ meu peito . e¹⁸ espedi-me de mjnha molher em esta
 gujsa. Catiua molher [.] deus te salue . eu quero mais que tu me
 aias morto ca por marido. Quando me ela esto ouuju dizer . lei- 145
 xou-se caer a' meus péés . e dis[s]e-me. «Eu¹⁹ te rogo²⁰ por nostro

¹ *Dise.*² *entom.*³ *p dida.*⁴ *Dise.*⁵ *catiua.*⁶ *q' em emenda na entrelinha.*⁷ *q.*⁸ *E.*⁹ *Reçéey.*¹⁰ *esto.*¹¹ *Rigamente.*¹² *alma.*¹³ *aJuda.*¹⁴ Foi escrito *nõ*, por engano, duas vezes; depois foi riscado o primeiro.¹⁵ O primeiro *r* foi raspado, mas ficaram d'ele vestígios.¹⁶ *asy.*¹⁷ *q'tra.*¹⁸ Houve aqui uma letra entre as duas palavras, que foi raspada (*d?*).¹⁹ *eu.*²⁰ *Rogo.*

senhor Jhesu Christo que te nom mates por mjm. E se te praz
de te matares . mata ante mjm . e teerei-te companhia. E¹ bem
sabe que se agora meu marido fos[s]e comjgo² que eu teeria des
150 aqui a diante castidade. E ante me leixaria morrer cá á perder.
Que³ tardas[?] Tu⁴ sabe que se comjgo quiser[es] jazer⁵ que
ante me leixarey morrer. E por que te queres tu matar por esto?
Faze⁶ | o que eu dis[s]er. Aue-me por molher de castidade . e sal- [8]
uar-m'as⁷ a culpa da alma e da carne . e o senhor cujos nos
155 somos cujdará que somos marido e molher . e Jhesu Christo deus
uerdadeyro saberá como⁸ nos somos jrmaãos⁹ . e as[s]i eng[a]na-
remos aquelles que nos ujem ujer em paz». E eu [.] dis[s]e el [.]
me menfestei¹⁰ e maraujlhei¹¹ d'esto . quan[do] ouuj tam gram
força . e tam gram uirtude de molher . e des aly comecei-a mays
160 de amar . que ante soia. E outorg[u]ey-lhe o que me dis[s]e . e
nunca parey mentes em seu corpo em nehña g[u]isa . ca eu me
temja de perder o que auja guardado de longo tempo . per mujto
esqujna batalha».

Como o monje¹² catiuo salu do catiuo

165 «As[s]y pas[s]amos gram tempo . dis[s]e¹³ o homem bõ a sam
Jeronjmo a que¹⁴ sua uentura contaau. O senhor cujos nos eramos
nos amaua mujto . e nom auja nenhña sospeita em nos . qua cujdaua
el que eramos [.] as[s]i como lhe a el parjcia [.] casados. E táães nezes
auja que eu andaua sóo hñu mes todo enteiro . que nunca tornaua
170 a coua. Despojs que eu fiz esta ujda longo tempo¹⁵ [.] aueo hñu dia

¹ e.

² A sílaba *co* está em entrelinha, como em emenda; a côr da tinta é mais desmaiada (da segunda mão?).

³ q.

⁴ tu.

⁵ Jazer.

⁶ faze. No pé da página, o reclamo: *O q te eu diser*. Note-se a não inteira concordância d'este com as palavras que anuncia.

⁷ saluarmas. (sic).

⁸ cozo.

⁹ Jrmaãos.

¹⁰ mēfesto.

¹¹ m^a aujlho.

¹² monJe.

¹³ Dise.

¹⁴ Também se pode ler: *quem*.

¹⁵ Entre o *t* e o *e* há um espaço que parece de letra que foi raspada. Cremos que esteve lá escrito: *teêpo*.

que me as[s]entey em no deserto sóó senhejro . e nom uja outra
 cousa senom o' cééo e a' terra. E entom começey a pensar e [a]
 acordar-me da sancta uida¹ dos sanctos monjes com que² eu ouuera
 companhia. E outros[s]y me lenbrey de meu padre que me ensinara [.]
 que perdi . e hu esto pensaua . oolhey e uj³ hũa coua de formjgas 175
 ante mjm . e uy que hũas traziam mayores carregas que outras . o⁴
 mayores eram aquell[e]s carregos que seus corpos eram . e as outras
 traziam nom' sey que semente d'eruas . e as outras cauauam a'
 terra . e dejtauom fora da coua . em tal que a' chujua do jnuerno⁵
 que' lhe auja de' ujr⁶ nom' [l]he fezes[s]e mal. E as outras traziam 180
 seus filhos mortos. Esto⁷ era gram marauilha que tam gram con-
 panha como ellas eram [.] que hu omtrauom e sajam nom' se embar-
 gauom . ante⁸ se aujnham tam bem que se hũa era enbargada do
 carregamento que | trouues[s]e . e se' lhe caja [.] as outras se ajun-
 tauom⁹ . e ajudauam-na. Hũu dia aueo que ouue sabor de catar 185
 esto . e lenbrei-me do que dis[s]e Salamom [.] Em¹⁰ fecto das for-
 mjgas . deue o' homem a' meter mentes . e deue ende a' filhar
 enxepro¹¹ de' deixar os perijgóós ujdados. E aly¹² ouue gram
 pesar de catjuo cuidamento em que era . e per enxepro destas
 formjgas coidey a' demandar as çellas dos dïtos homçes em meu 190
 coraçom. E aa' nocte torney-me ao lugar . e a' molher uééo contra
 mjm . e eu nom pude pagar a' dóór do meu coraçom¹³ . e ela me
 preguntou o por que amdaua tam triste . e eu lhe disse toda a'
 razom . e que de grado fogiria se m'o ela outorgas[s]e . e ela nom
 o' rreçeon. Eu' lhe demandey que me fos[s]e fiel . ca eu nom cria 195
 a' ela . e ela o fez muj de grado. Entom auja eu com mjnhas bestas

¹ Entre *ujda* e *dos* há uma letra raspada, que parece *g*.

² Também pode ler-se: *quem*. Esta palavra foi acrescentada à margem com o respectivo sinal de chamada.

³ Parece que depois do *j* está um *i*, mas é muito duvidoso; a estar, desaparece o intervalo entre esta e a palavra seguinte.

⁴ *E*.

⁵ *Jnuerno*.

⁶ Está nitidamente assim, com *-fj-*, e não *ujr*, como parecia esperar-se, a não ser que tenha havido deslize ortográfico.

⁷ *esto*.

⁸ *Ante*.

⁹ *aJũtauũ*.

¹⁰ *em*.

¹¹ *enxẽpo*. (sic).

¹² Entre o *a* e o *l* há um espaço raspado (doutro *l*?).

¹³ *coracom*.

dous cabroõ[e]s muj grandes . aquelles matey eu . e gujsey como os leuas[s]e pela carreira pera comer . e¹ os coyros fiz em tal maneyra que podessem téer angua. Pois² todo esto foy fecto mouemos a' hũa nespera . a' hora que cujdaua aquell cujos nos eramos que iaziamos em casa» [.]

Suspende aqui o texto. A carta, porém, prossegue, em resumo:

Dez léguas andadas, chegaram a um rio. Era forçoso passá-lo: com o auxilio dos odres, lá o atravessaram; mas só muito abaixo do ponto de embarque puseram pé na margem, para despistar, se lhes fôsem no rasto. Ao passarem o rio, as provisões de carne molharam-se e começaram a corromper-se, de modo que elles não teriam de comer para mais de três dias. Para prevenir a sêde, beberam fartamente. E puseram-se de novo a caminho.

Marchando o mais depressa que podiam, lançavam para trás constantes olhares aditos, presos do temor angustioso de serem perseguidos. O calor do sol, que abrasava, e o perigo constante dos Sarracenos nómadas, obrigava-os a caminhar mais de noite que de dia. Ao terceiro dia de fuga, surgiram ao longe, correndo em grande pressa sôbre elles, dois homens montados em camelos. Pelas pègadas podiam estes atingi-los. Que fazer?

A mão esquerda do caminho escancarava a bôca uma furna, que se perdia pela terra dentro: mais receosos de que os apanhassem do que dos animais peçonhentos que, fugindo ao grande sol, nela estariam abrigados, acolheram-se à cova; mas não avançaram nela, ficaram logo à entrada, à parte esquerda, com medo do que, indo fugindo a uma morte, não fôsem noutra cair. Entregavam-se à vontade de Deus.

Com que indescritível terror viram por fim aparecer defronte da porta os dois homens — o amo e um servo! Intimou-os o amo, com grandes brados, a que saíssem da cova. Não responderam: ainda que quisessem, o temor não os deixaria falar. Vendo que não saíam, ordenou o amo ao criado que se apeasse e os fôsse tirar para fora; e segurando os camelos, desembainhada a espada, postou-se à bôca da lapa, pronto a cortar as cabeças dos fugitivos, mal elles saíssem.

Entrou o moço na cova, mas, com os olhos encadeados da luz vivíssima do sol, passou pelos dois sem os ver, e seguiu aos brados

¹ E.

² pois.

pela furna dentro. Nisto, do mais escuro, uma leoa avançou, bravíssima, e, num instante, fê-lo em pedaços. Que espanto e que alegria!

Tardando o servo, imaginou o amo que os fugitivos, sendo dois, lhe estariam fazendo frente; e, de espada nua, penetrou na cova, em grita contra o moço. Num pronto, porém, a leoa despedaçou-o. Como a fera os ajudava! Quem poderia crê-lo?

Haviam escapado dum perigo, e restava-lhes outro: mas por menos cruel tinham a sanha da fera do que a raiva do amo. Não ousavam, de medo, falar nem mexer-se, e sem mais defesa do que a da castidade, esperavam... o que viesse! A leoa, sentindo-se descoberta e não se julgando ali segura, — pôsto houvesse vencido os dois homens —, tomou na bôca o filho e abalou, deixando desembargado o antro. Não queriam crer! E tolhidos de medo, com a idea de que a fera os apanharia, se saíssem, ali jazeram todo um dia com outro, até à tarde.

Punha-se o sol. Os camelos, imotos, ruminavam. Apoderaram-se dos animais — dois ligeiros dromedários — e das provisões que acharam nêles, e partiram, enfim.

Atravessando céleres o deserto, atingiram o acampamento romano; apresentaram-se ao tribuno e contaram-lhe tôda a aventura; depois foram até junto de Sabino, general da Mesopotâmia, a quem venderam os camelos.

Sabendo que o santo abade, que fôra seu Mestre, dormia já na paz de Deus, determinou Marco vir para Maronia, para junto dos monges. A companheira, com affecto de irmão, mas sem nela confiar como de irmã, pô-la com as virgens do Senhor.

E conclue:

«Eis o que disse o velho Marco e eu agora, sendo velho, vos quis contar, para vos esforçar na castidade, que é amparo e socorro. Contai-o vós aos pósteros, para éles saberem que ainda que seja sob as espadas, e nos desertos, e entre as bēstas feras, a castidade não pode nunca ser cativa. E aquele que se entregou a Cristo, poderá ser morto, mas não vencido».

ANOTAÇÕES:

N. B. — Por comodidade, adoptamos aqui **M** e **E** para símbolos, respectivamente, do manuscrito alcobacense n.º 367 e das *Epistolae D. Hieronymi*..., Romae 1566 (cf. pp. 399-406), que são os dois

originaes latinos, não perfeitamente concordes um com o outro, que cotejámos com a tradução medieval. Na transcrição deles, retocamos por vezes levemente a ortografia. Quando na citação não especificamos a lição latina, entenda-se que ambos os textos são conformes (ou diferem em pontos secundaríssimos) e que transcrevemos do manuscrito.

Num ponto ou noutro, consultámos também a tradução espanhola intitulada *Epistolas del glorioso doctor sant Hieronymo*, s. l., 1532.

2. *nos conta e diz*: não nesta carta, mas em alguma das suas outras obras. — Vide SINTAXE E ESTILO, c).

5-6. *estava em hũa ujlá ... muj grande*. É abreviação do original: *Marionas* [sic, em E: *Maronia*] *tringinta ferme millibus ab Antiochia, urbe Syrie, haut grandis ab oriente distat uiculus. Ille post multos uel dominos, uel patronos, dum ego adolescentulus morarer in Siria, ad pape Euagrii, necessarii mei possessionem, deuolutus est. Quem iccirco nunc nominaui, ut ostenderem unde nossem, quod scripturus sum.*

6-15. *Aly chegou ... gram lediçe*. Diz o texto de M: *Erat illic senex quidam nomine Malcus, quem nos latine regem possimus dicere, Syrus natione, et lingua utebatur eiusdem loci indigena. Anus quoque in eius contubernio ualde decrepita et iam morti proxima uisebatur: tam studiosi ambo religionis* [em E: *tam studiose ambo religiosi, et sic ecclesiae limen terentes*], *ut Zaccariam et Elisabeth de Euangelio crederes: nisi quod Iohannes in medio non erat.* Em face da fonte, note-se a redução, a desordenação e a incorrecção do texto português. — Sobre a palavra *Malcus* também disse S. Jerónimo no comentário a S. Mateus, xxvii: *Transitoriè dicendum quod Malchus, id est, rex ...*: cf. na edição monumental das obras daquele santo, de Paris 1706, iv, col. 131, e também 656. — *todas suas*. O adjectivo sem vir seguido do artigo, ou dissimilação haplológica? Vid. l. 134.

16. *E diz sam Jheronjmo*. Daqui em diante o discurso é apresentado sob a forma directa. É possível que a dificuldade de converter a fala de directa em indirecta, bem experimentada e evidenciada pela transcrição que produzimos, tenha compelido a isso o tradutor.

17. *aos*. Aceitando-se como boa a emenda do *a*, há-de interpretar-se o *os* primitivo como igual a *ós* < *aos*, a introduzir, claro está, dativo; rejeitando-se a mesma, teremos de considerar outra a sintaxe, que será então a do passo que vem mais abaixo, l. 21-22: *preguntey-o da sua uida*, isto é, sendo *os* simples pronome, em acusativo. Visto que ambas as construções são correntes no português arcaico (cf., por exemplo: *pregôtu a Gill Agras*, na *Crónica do Condestabre*, ed. do Dr. Mendes dos Remédios, Coimbra, 1911, p. 173, l. 22, e *preguntei ãa dona*, na *Chrestomathia arcaica*, do Dr. J. J. Nunes, 1.^a ed., p. 259, etc.; consulte Epifânio Dias, *Syntaxe histórica*, § 28, f), por qualquer delas se pode optar.

17-18. *como se assuarom . . . uoontade de deus*. Na fonte: *quaenam esset eorum copula, matrimonii, sanguinis, an spiritus*.

18-19. *a que prouue . . . sancta uida*. Parece arredondamento da idea, sem paralelo no latim, pelo menos em **M** ou em **E**.

21-23. *Hentom me party . . . esta guisa*. O *d'eles* quer dizer «dos que aí moravam, dos vizinhos». Traz o latim: *Qua cupiditate illectus, adorsus sum hominem, et curiosus siscitans rerum fidem, hec ab eo accepi*. — *preguntey-o*: o pronome como complemento objectivo (vid. E. Dias, *Syntaxe hist.*, § 28, f).

23. *Eu nacy em Atenas*. Está em divergência com **M** e com **E**. Diz este: *Ego, . . . mi nate, Marontiaci agelli colonus, sed solus parentibus fui*; e aquele: *. . . nate, nisibenigelli (?) colonus, solus parentibus fui*.

24-29. *e ouue hi padre . . . filhar molher*. É desenvolvimento de: *solus parentibus fui. Qui cum me quasi stirpem generis sui et heredem familie ad nuptias cogerent: monachum potius esse uelle respondi*. Notem-se os pleonasmos de *auer . . . terras . . . possissoes*, e (já assinalado supra, SINTAXE E ESTILO, c) *rrespondy . . . e disse*.

29-33. *E quando meu padre . . . pera seer monie*. É versão lata de: *Quantis pater me minis, quantis mater blanditiis persecuti sunt, ut pudiciciam proderent, ut hec res sola indicium est, quod et domum et parentes fugi*.

33-37. *E eu nom pujde hir . . . hũu pouco de pam*. Em **M** e em **E**, mais ampla e diferentemente: *Et quia ad orientem ire non poteram*

propter uicinam Persidem et Romanorum militum custodiam, ad occidentem uerti pedem [em E: pedes], pusillum nescio quid portans uiatici, quod me ab inopia tantum defenderet.

37-38. *este he hũu lugar ... muj estranho.* Corresponde-lhe no latim, em **M**: *que [= eremum] inter Heremias et Beroeam magis ad austrum sita est*; e em **E**: *inter Immam et Essam ...* O vago da tradução poderá ser motivado pelo fugir à dificuldade de verter os nomes próprios, que o anônimo tradutor encontraria divergentes, porventura nestas ou ainda em mais alguma versão da bela carta, que talvez conhecesse (vid. anotações às ls. 180-181 e 188-191).

38. *Aly.* Relativamente ao ponto em que estava falando Marco.

39. *e fiquey com elles.* A ideia, no latim, é mais completa: *eorum me magisterio trado.*

39-40. *e per trabalho ... o por que ujuja.* Tem elegância a tradução neste passo; cf. o latim: *manuum labore uictum queritans.* — *o por que ujuja*: vid. SINTAXE, n.º 8.

40-42. *Aly fuy eu ... per austinencia.* Será tradução prolixa de: *lasciuatque carnis refrenans ieiuniis.*

42. *Saber = convém a saber.* Em **M** e em **E** não há correspondência. Deve ter sido introduzido para preparar a divisão de capítulo.

44-45. *Gram tenpo fiz ... mjuka terra.* Em **M**: *Post multos annos, incidit mihi cogitatio [em E: desiderium], ut ad patriam pergerem.* — *fiz esta ujda*, levei esta vida, vivi assim. — A expressão *tanto que* pode ter valor causal (= e por isso), o que se nos afigura preferível, ou consecutivo (*tanto = tam gram tenpo fiz esta ujda, que ...*).

47-49. *Todo esto eu peensaua ... em que morasse.* No latim (**M**): *et exinde uenundata possessiuncula, partem erogarem pauperibus, et ex parte monasterium construerem [em E: partem monasterio constituerem]. Quid erubesco confiteri infidelitatem meam? Partem in su[m]ptuum meorum solacia reseruarem.* — *uendesse*: vid. SINTAXE, n.º 9, e E. Dias, *Syntaxe hist.*, § 480.

49-51. *E depois que todo esto péénsey ... disse-lhe todo esto.* Não tem êste período correspondência em **M** ou em **E**. Acêrca da repetição de *todo esto*, vid. SINTAXE E ESTILO, b).

51-55. *E o abade me disse ... assi como começara.* No latim: *Clamare hoc cepit abba meus diaboli esse temptationem, et, sub honeste rei occasione, antiqui hostis astutias: hoc esse reuerti canem ad uomitum suum; sic multos monachorum esse deceptos, numquam diabolum aperta fronte se prodere.* (Abba é forma hebraica: vid. Bluteau, *Vocabulário*, s. v. «Abbade», e Gonçalves Viana, *Palestras filológicas*, Lisboa 1931, pp. 234-236). — *bem soubesse por verdade* «ficasse bem sabendo, como cousa certa; tivesse a certeza de» (por verdade é nome predicativo: vid. E. Dias, *Syntaxe hist.*, § 204, c), e Dr. J. Leite de Vasconcelos, *O Livro de Esopo*, in *Revista Lusitana*, ix, 77). Note-se o eufemismo *eumijgo*, aqui e *passim*.

55. *mujtos enxenpros per suas escripturas.* Isto é: «muitos exemplos tirados dos livros, históricos». E a fonte especifica: *Inter quae illud ab initio quod Adam quoque et Euam spe diuinitatis supplan tauerit.*

56. *mas todo nom ualeo rrem ... peensara.* Palavras sem correspondência imediata no latim, e que se encorporam no que segue.

57-58. *E quando ... ueêçer.* Corresponde-lhe no latim sòmente: *Et cum persuadere non posset.* Por *palaura* deve entender-se «rogos»; e o *enxenpro* são os casos citados pelo abade (note-se a sinédoque: singular pelo plural). Sôbre as negativas, vid. SINTAXE, n.º 13.

59. *começou .. a.* Vid., a ls. 159-160, um exemplo dêste verbo construído com *de*.

59. *o nom leixasse.* O latim diz: *ne desererem, ne me perderem, ne, aratrum tenens, post tergum respicerem.*

59. *E eu quatjuo.* «E eu misero, desgraçado»; no latim: *Ve misero mihi.*

59-60. *nom quise fazer rrem do seu rogo.* No latim de **M**: *uici pessima uictoria*; em **E**: *uici monitorem pessima uictoria.*

61. *companha.* No latim: *solatium.*

64-64. *E entom ... soterrar.* É paráfrase, em verdade elegante, de: *Prosecutus ergo me de monasterio quasi funus efferret.*

64-65. *E aqçima dire-lhes eu ... he costume.* No latim: *et ad extremum uale dicens.*

66. *Boo filho ... apos ty.* Diz a fonte, mais longamente: *Videbo te .. fili Sathane notatum cauterio. Non quero causas, excusationem non recipio. Ouis que de ouili egreditur, lupi statim morsibus patet.*

66-68. *Mas por todo esto ... per meu caminho.* Parecem ser palavras só do tradutor, pelo menos são alheias a **M** e a **E**. O *todo esto* quererá talvez referir-se à fala do abade, bastante mais longa no original latino, como se acabou de ver.

68-71. *Entom andey tanto ... sem companhia.* Cremos estas palavras resumo de (**M**): *De Beroe Hedissam* [em **E**: *De Beria ad Essam*] *pergentibus uicina est publico itineri solitudo, per quam Saraceni incertibus semper sedibus, huc atque illuc uagantur. Que suspicio, frequentiam in illis locis uiatorum congregat, ut imminens periculum auxilio mutuo declinetur.* Sobre a não tradução dos nomes próprios, vid. o que dissemos supra, anotação a ls. 37-38. Sobre *nom ou-saua .. a passar*: vid.: SINTAXE, n.ºs 11 e 13, Bluteau, *Vocabul.*, s. v. «ousar», Morais, *Diccionario da lingua portuguesa*, 1.ª ed., s. v.

71-72. *Entom atendy tanto ... e des i mouemos.* Diz a fonte: *Erant in comitatu meo uiri et femine, senes, iuuenes et paruuli, numero circiter septuaginta.* Afora o acrescentamento da idea inicial da frase, note-se a não tradução de *senes, iuuenes et paruuli*, certamente porque o tradutor tinha em mente a idea expressa na fonte de que os viajantes se congregavam para se prestarem auxilio, do que resulta menos conveniente a referência aos fracos, aos imbeles.

74. *toucas.* Não falam nelas **M** nem **E**.

74-75. *e nom aujam ... uestidura.* No latim: *ac seminudo corpore.* — *pouca de uestidura*: ou concordância por atracção, como se disse na SINTAXE, n.º 5 (e cf. E. Dias, *Syntaxe hist.*, § 64, b), ou cruzamento de: *pouca uestidura e pouco de uestidura.*

75-77. *E outrossy ... chéeos de séétas.* Diz o latim, porém: *pallia et latas caligas trahentes. Pendebant ex humero pharetræ.*

77-78. *E leixarom-se correr ... prenderem.* Na fonte: *Non enim ad pugnandum, sed ad predandum uenerant.* — *leixarom-se correr* «deixaram-se correr, largaram a correr».

78-79. *E a batalha ... trágiamos.* É tradução livre e froixa de: *Rapimur, dissipamur, in diuersa distrahimur.*

19-81. *Entom me achei ... o abade dissera.* Diz o latim: *Ego interim, longo postliminio hereditarius possessor et sero mei consilii penitens.* — *me achei eu mal do que fizera* «reparei que tinha feito mal, reconheci o mal que fizera». Para *mujto foy tarde*, vid. SINTAXE, n.º 23, e cf. o passo de l. 104: *E mujto anja hi gram prazer*, e em Dr. J. Leite de Vasconcelos, *Textos arcaicos*, 3.ª ed., p. 49, ls. 13-14: *mujto ha grande razom*.

82. *d'hão d'aqueles que mais nos desamaua.* Versão enfática de (M): *unius uiri* (em E: *heri*). Sobre a concordância do predicado *desamaua*, vid. SINTAXE, n.º 3, e E. Dias, *Syntaxe hist.*, § 23, *ad finem*.

83-86. *e hu hiamos pelo deserto ... colos das bestas.* É tradução livre e, no derradeiro, feliz de (M): *et per uastam heremum, et semper ruiam timentes, heremus* [em E: *pendemus*] *potius quam sedemus.* — *nom anjamos conselho* «não tínhamos discernimento da razão, íamos desvairados».

88. *Tal era nosso costume.* Palavras sem equivalência em M ou E.

90-91. *e aly achamos ... leuauam catjuos.* É reflexo débil de: *Ubi dominam eiusque liberos, ex more gentis adorare iussit, ceruices flectimus.*

91-96. *Entom desnuey meu aujto ... muj gram uergonha.* No latim sòmente (M): *nudus ambulare disco.* *Nam aeris temperies, preter pudicitiam* [em E: *pudendam*] *nichil aliud ueluri patiebatur.* — Pròpriamente desnuda-se o corpo tirando-se o hábito. — O predicado *andaua* está no singular porque tem os sujeitos após si e o primeiro dêles é do singular (cf. E. Dias, *Syntaxe hist.*, § 9, c, 3). Sobre a repetição de palavras, vid. SINTAXE E ESTILO, b.

98. *me semelhaua a njm.* Note-se a ênfase do pronome.

99. *conpanha.* No latim: *conseruos.*

99-101. *E hu estaua ... como as eu guardava.* A tradução atenua um tanto o sentido do original, e pode presumir-se que por intenção humildosa, pois o latim diz: *Videbar mihi habere aliquid sancti Jacob, recordabar Moysi, qui et ipsi pecorum in heremo quondam fuere pastores.*

101-102. *E eu nom comja al ... que guardaua.* É boa versão de: *Vescebar recenti caseo, et lacte.*

102-103. *E era ... horasções.* Corresponde a: *Orabam iugiter.* Vid. SINTAXE E ESTILO, d).

103. *rezaua.* No latim: *canebam.*

104-106. *E mujto auja hi ... seer jrmjtam.* Ou se hão-de ver os verbos *perder* e *receber* construídos (por elipse?) com a preposição *de*, ou se hão-de desenvolver *perdera* e *recebera* desta maneira: *que pois perdera[-a] de seer monje .. e recebera[-a] de seer jrmjtam*, referindo-se o pronome *a* ao antecedente *uentura*, ou a *graça*. Dizendo a fonte: *Delectabat me captiuitas mea, agebamque dei iudicio gratias, quod monachum quem in patria fueram perditurus, in heremo inueneram* — parece mais aceitável a primeira interpretação. — Vid. a anotação à l. 80. — *que pois* = pois que. — Em *jrmjtam*, por *ermitam*, note-se a passagem de *e-* a *i-*, pela sua situação de átono inicial.

106-110. *Ay deus ... des y meesmo.* É adaptação superabundante de: *O nichil unquam tutum apud diabolum, o multiplices et ineffabiles eius insidie! Sic quoque me latentem inuenit inuidia.* Sobre *nêhũa-nom* e *nêhũu-nom*, vid. SINTAXE, n.º 13.

110-111. *Hora uos direi ... contra mjm.* Parecem palavras intercaladas pelo tradutor (falta a equivalência em **M** e em **E**), e em forma de lugar comum nos escritores medievos.

112. *creçiam mujto e hiam pera bem.* É versão redundante de: *crescere.*

113-114. *deue o homem a serujr.* Vid. SINTAXE, n.º 11.

114-115. *segundo seu direito.* Palavras sem equivalência em **M** nem em **E**.

117. *serua.* No latim: *conseruam.*

118. *em tal que ... comjgo.* Palavras fora de **M** e de **E**. *Em tal que* «de modo que, sob condição que».

120-121. *e nom queria molher.* Julgamos que houve aqui alteração ao texto original, feita por escrúpulo católico-monástico, pois **M** diz: *nec mihi licere uxorem uiuentis accipere*, e **E**: *... uiuentis mariti accipere*.

121-123. *filhou sua espada ... me mataria.* A scena foi um pouco desdramatizada pelo tradutor, pois a fonte tem (**M**): *herus ille implacabilis* [em **E**: *rursus ferus ille, et implacabilis*], *in furorem uersus, euaginato me cepit petere gladio, et nisi festinus brachio tenere mulierem* [em **E**: *nisi confestim brachia tendens mulierem*] *praeoccupassem, illico fudisset sanguinem meum*.

123-125. *E quando me el ... sua uoontade.* No latim, porém, e mais expressivamente: *Iam uenerat tenebrosior solitudo, et mihi nichil* [em **E**: *nimum*] *in matura nox*. A idea final de obediência será acresceto do tradutor para jogar com as palavras anteriores (como se viu, sem base directa em **M** ou em **E**): *e sua uoontade nom comprisse logo*.

125-127. *Entom filhei ... moraua.* O passo perdeu muito do vigor descritivo do original: *Duco in speluncam semiuaptam novam coniugem, et pronubante nobis tristitia, uterque detestamur alterutrum, nec fatemur*.

128. *começey-me a quejzar.* Transposição sintática do pronome, do segundo para o primeiro verbo, talvez por influência da simetria do antecedente *dejtey-me*.

129. *que auja perdida* «que tinha como, ou por perdida, que considerava perdida». No latim: *quem* [= *monachum*] *perdebam*. — *perdida* é nome predicativo do complemento directo: vid. E. Dias, *Syntaxe hist.*, § 29, a, 6); sobre a concordância, vid. *Syntaxe*, n.º 4.

130. *Catiuo ... bem guardado.* No latim: *Ad hoc ne miser seruatus?* *Catiuo* é propriamente apôsto de *eu* (que se subentende), mas pela colocação no discurso cremos que tem função vocativo-exclamativa. É como se estivesse lá: *Eu, ó catiua, ca eu o sou, ataa'qui ...* A ligação do vocativo com a 1.ª pessoa é aparente,

não real. Cf. com o seguinte passo da *Crónica da Ordem dos frades menores*, ed. do Dr. J. J. Nunes, I, p. 81: «... sam Framçisco .. começou de mall trazer a sy meesmo duramente dizemdo: Ó omeem viil, .. e domde te veeo a ti mandar a frey Rufino .. ? Por Deus, que eu faça oye que tu proves por esperiemçia aquelo que tu mandaste ao outro». — Entenda-se, portanto, neste sentido o que dissemos na SINTAXE, n.º 6, e que não deve entrar pròpriamente na categoria dos fenómenos sintáticos.

130-131. *mjnha folonja ... trouue a esto.* Na fonte: *ad hoc me mea scelera perduxere*. — Sobre a concordância do predicado, vid. SINTAXE, n.º 2, e E. Dias, *Syntaxe hist.*, § 10, b.

132. *que nunca ... mançebia.* Sem paralelo no latim de **M** e de **E**. Temo-lo por arredondamento antitético feito pelo tradutor.

132-133. *Que me ual ... proueita.* O pleonasma é certamente do tradutor. Na fonte: *Quid prodest*.

133-134. *meu padre ... mjnha terra.* No latim: *parentes, patriam, rem familiarem*. — *todo tempo*. O adjectivo sem vir seguido de artigo, ou crase? Vid. I. 13.

134-135. *e hora ... reçééy.* É desenvolvimento de: *si hoc facio*.

135. *cujdo.* Não tem paralelo em **M** ou **E**, e pode ter sido introduzido pelo tradutor por piedosa intenção, para não melindrar o que devia considerar os juízos incógnitos de Deus (mesmo em obra literária).

136-137. *Entom ... e dixee.* Sem correspondência em **M** e **E**. Devem ser retoques felizes do tradutor.

137-140. *Nos somos priuados ... seu martetro.* O tradutor em parte reduziu e em parte reproduziu mal o sentido do latim, que diz: *Perimus an uincimus? Expectamus manum Domini, an proprio mucrone confodimur? Verte in te gladium tuum: anime magis est mors timenda, quam corporis. Habet et pudicia seruata martyrium suum. Jaceat insepultus Christi testis in heremo: ipse mihi ero persecutor et martyr*. — *priuados*, isto é, da liberdade, de qualquer direito,

portanto «em servidão, escravizados». A bela frase *ipsi mihi ero persecutor et martyr* terá sido cortada por, com sua jactância, demasiado artística, molestar a humildade piedosa do tradutor (ainda que a palavra *martyr*, por ter possuído outrora mais lata significação do que hoje, possa ter aqui valor atenuado). Vid. *infra*, l. 145. — Sobre a *força*, vid. SINTAXE, n.º 10.

141. *saquey lãa espada que trazia*. Inferioriza a expressão original: *eduxi in tenebris quoque micantem gladium*.

141-142. *que me deua ... bestas bravas*. Palavras sem paralelo em **M** nem em **E**.

143-144. *e expedi-me ... esta gujsa*. É desdobramento de: *inquam*.

145. *morto*. Em **M**: *mrēm*, que se desenvolve em *martyrem* (como traz **E**), e facilmente confundível com *mrēm*, ou seja *mortum*, que explica a versão, — a não ser que o tradutor tivesse de facto a intenção, a que acima aludimos e aqui se corroboraria, de humilhar a expressão do texto.

147. *Christo*. A fonte acrescenta: *per laius hore necessitatem*.

147-148. *se te praz de te matares*. O verbo *prazer* construído com *de*. Vid. ls. 159-160.

148. *mata ante mjm*. Sobre o emprêgo do pronome, vid. SINTAXE, n.º 7, e E. Dias, *Syntaxe hist.*, § 66, b), 2), 2).

150. *castidade*. O tradutor parece ter escrupulizado em traduzir a oração relativa qualificadora desta: *quam me captiuitas docuit*.

151-152. *Que tardas? ... morrer*. Afasta-se aqui a tradução de **M**, que não possui equivalência para o passo, e segue **E**, fielmente.

152-153. *E por que te queres ... eu disser*. Palavras sem paralelo em **M** ou **E**.

153-154. *e saluar-m'ás ... e da carne*. No latim: *et magis anime copulam amato, quam corporis*.

156-157. *e assim enganaremos ... ujuer em paz.* No latim: *Facile persuadebimus nuptias, cum nos uiderint sic amare.*

157-160. *E eu ... ante soia.* No latim (**M**): *Fateor, obstupui, et ammiratus uirtutem femine, coniuge* [em **E**: *coniugem*] *plus amauit.* A oração intercalada *disse el*, tem precedência em **E**, não em **M**. — Sobre *começei-a .. de amar*, vid. *SINTAXE*, n.º 12, e E. Dias, *Syntaxe hist.*, § 284, 6), 2). Vid., na l. 59, um exemplo dêste verbo construído com *a*, e vid. ls. 147-148.

160. *E outorguey-lhe o que me disse.* Sem paralelo em **M** ou **E**.

161. *em nenhũa guisa.* Parece traduzir, com muita felicidade, *tamen*. Devia seguir-se a versão da seguinte frase, que por razões de nímia honestidade o tradutor haverá cortado, em **M**: *nunquam carnem tetigi*; em **E**: *nunquam eius carnem attigi*.

161-163. *ca eu me temja ... esqjua batalha.* A tradução desfaz a espécie de antítese que tem neste ponto o original: *timens in pace perdere, quod in proelio seruaueram*. Cf. a adivinha popular: «qual é coisa, qual é ela, que o rico guarda e o pobre deita fora?». — *de longo tempo* «há longo tempo». Cf. em *Os Lusíadas*, I, 57, cit. em Epifânio Dias, *Syntaxe hist.*, § 167, b 1): *Nova de tanto tempo desejada*.

165-166. *disse o homem bõo ... contaua.* Palavras só do tradutor, como parece óbvio.

166-167. *O senhor ... amaua mujto.* Algo diferente no latim: *Amabiliores nos dominis fecerunt nuptie*.

167-168. *e nom auja ... casados.* Na fonte: *nulla fuge suspicio*. Com a perífrase exprime, e com feliz clareza, a idea determinada por *fugae* «da fuga da união matrimonial, ou do compromisso tomado para com o senhor».

168. *táães uezes* «algumas vezes» (no latim: *interdum*).

169. *hũu mes todo inteiro.* Vid. *SINTAXE E ESTILO*, c.

171. *sóó senljeiro* «completamente só». É redundância, aliterada, de valor superlativo. Vid. *SINTAXE E ESTILO*, c. No latim: *solus*.

172-173. *pensar e ... acordar-me.* — *pensar* é condensação perfeita de: *mecum tacitus uoluere*. O pleonasma vem da radacção latina.

173-174. *da sancta uida ... de meu padre.* É tradução frouxa de: *et inter multa monachorum quoque contubernia .., maximeque uultus patris mei*. Sobre a repetição do adj. *sancto*, vid. SINTAXE E ESTILO, *b*.

174-175. *ensinara . que perdi.* No latim, mais completa e expressivamente: *erudierat, tenuerat, perdiderat*.

175-176. *oolhey e uj ... ante mjm.* A tradução esbate a pintura original: *aspicio formicarum gregem angusto calle feruere*.

176-177. *hũas traziam ... corpos eram.* A fonte não diz mais do que, em **E**: *ferre* [em **M**: *videres*] *onera matora, quam corpora*. — Os pronomes *hũas* e *outras* não estão precedidos do artigo definido, mas na seqüência, ls. 177, 178 e 180, o último pronome tem o artigo. Vid. também ls. 183-184. O exemplo da l. 176 pressupõe *hũu ... outro* = *o hũu ... o outro*, donde analógicamente, quer por via do singular, quer por via do plural, *hũas ... outras* — que poderá acrescentar-se ao exame sintáxico feito pelo Sr. Dr. J. Leite de Vasconcelos nas suas *Lições de Filologia Portuguesa*, 2.^a ed., p. 192. — Sobre a repetição de *eram*, vide SINTAXE E ESTILO, *b*.

178. *nom sey que semente d'eruas.* É bela versão de *herbarum quaedam semina*. E **M** e **E** acrescentam: *forcipe oris*.

178-180. *outras cauauam ... fizesse mal.* Na fonte: *alie egerebant humum de foueis, et aquarum meatus aggeribus excludabant*. Os *aggeres* terão talvez parecido ao tradutor perfeição demais dos recursos de engenharia das formigas, e por isso haverá alterado a frase, aliás com destreza, não aludindo a êles. Segundo **M** e **E**, devia seguir-se a tradução de: *alie, uenture hyemis memores, ne madefacta humus in herbam horrea nerteret, illata semina media precidebant*. — Sobre o complemento objectivo de *deytauom*, vid. SINTAXE, n.º 25.

180-181. *E as outras ... mortos.* Na fonte, porém (**M**): *et* [em **E**: *hae*] *luctu celebri, corpora defuncta exportabant*.

181-185. *Esto era ... e ajudauam-na.* Diz o latim (M): *Quodque magis mirum esset* [em E: *est*], *in tanto agmine egrediens non obsistebat intransibus* [em E: *non obstabat intransi*], *quin potius sub fasce uidissent et onere corruisse* [em E: *potius si quam uidisset sub fasce et onere concidisset*], *suppositis humeris adiuuabant.*

A liberdade, aliás legítima, de atribuir às palavras na tradução função diferente da que elas tinham no original, e o intercalamento de ideias acessórias, perturbaram aqui grandemente o rigor gramatical; e a análise da linguagem, difícil de fazer, deixa a interpretação ambígua. Vamos por partes:

1.º *Esto era gram maraujlha que tam gram companha como elas eram que hu entrauom ...* — Há aqui: a) ou anacolúta, acompanhada de sínese; b) ou cruzamento de duas construções diferentes. Justificando: a) anacolúta na repetição da conjunção integrante *que*; sínese no concordar o predicado *entrauom*, plural, com o elemento do sujeito *companha*, colectivo do singular (vid. E. Dias, *Syntaxe hist.*, §§ 17 e) e 478), tendo contribuído para esta concordância a intercalação da oração-aposto comparativa (vid. id., ib., § 21); b) cruzamento das duas construções: α) *que em tam gram companha como elas eram, as que entrauom ...* e β) *que tam gram companha, como elas eram, hu entrauom ...* — Complete-se assim o que dissemos supra, SINTAXE, n.º 27.

2.º *se lha era enbargada do carregamento que trouuesse, e se lhe eaja ...* — A intercalação da ideia de cair o carregamento, que se nos afigura feita com o intuito moralista de doutrinar melhor o valor do esforço em prol do interesse colectivo, e o da solidariedade social, provocou o fenómeno latinizante da elisão do sujeito de *eaja*, elisão bastante áspera, não obstante a oração relativa, pois esta não consegue desviar a ideia da coordenação das orações condicionais, vindo assim a resultar daí a impressão da passagem imediata do agente da passiva para sujeito (elíptico) da oração coordenada (SINTAXE, n.º 26).

O tradutor é de crer que tenha intencionalmente evitado traduzir à letra *suppositis humeris*.

185-186. *ouue sabor de catar esto.* No latim: *pulchrum mihi spectaculum.*

186-188. *e lenbrei-me ... perijóós ujdados.* No latim (E): *Unde recordatus Salomonis, ad formicarum* [em M: *formice*] *solertiam nos mittentis et pigras mentes tali* [em M: *sub tali*] *exemplo suscitantis...*

Alude aos *Provérbios*, xxx, 24-25, onde o rei-literato escreve: *Quatuor sunt minima terre: et ipsa sunt sapientiora sapientibus. Formice populus infirmus qui preparat in messe cibum suum ...* Em face dos dizeres sagrados, vê-se que o autor da *Vulgata* quis dar uma paráfrase do provérbio, e que o tradutor de S. Jerónimo deu uma paráfrase da paráfrase.

Para a inteligência do texto português, atenda-se ao seguinte: as palavras *em fecto das formigas* pertencem para *deus* e não para *disse* (como se reconhece do original do provérbio) e, por isso, à palavra *Salamon* pospusemos um ponto, com valor de dois pontos (de acôrdo com o sistema ortográfico do manuscrito), o qual representa a elipse de *a saber*, ou *que é*, de que dependem as palavras seguintes. — *letrar os perijgós ujdados* «evitar cautelosamente os perigos, desviá-los de antemão, livrar-se de embarços futuros». Em *ujdados* < vitatos, o abrandamento dos *tt* parece artificialmente feito pelo tradutor, porque a palavra não é vulgar. — *Sôbre deus ... a*, vid. SINTAXE, n.º 11.

188-191. *E aly ouue ... meu coração.* Diz o latim (M): *cepi tedere captivitatís, et monasterii cellulas quaerere, ac fornicarum illarum sollicitudinem* [em E: *similitudinem*] *desiderare, ubi laboratur in medium, et cum nichil cuiusquam proprium sit, omnium omnia sunt.* Se a fonte imediata da tradução rezava assim, não é fácil atinar com a razão porque o elogio da excelência do comunismo monacal foi apoucado pelo tradutor. — *Sôbre coidey a demandar*, vid. SINTAXE, n.º 11, e E. Dias, *Syntaxe hist.*, § 284, 6), 3).

191. *E aa nocte ... lugar.* No latim só: *regresso ad cubiculum.*

192. *e eu nom pude ... coração.* No latim: *tristitiam animi vultu dissimulare non potui.* — *pagar* < *pacare* «pacificar, mitigar, aplacar».

193. *o por que andava tam triste.* Adapta-se bem, com o verbo *andar*, que pela significação indica prolongamento da duração do estado, o latim, que diz: *cur ita exanimatus sim.* — *Sôbre o artigo que introduz a oração*, vid. SINTAXE, n.º 8.

193-194. *e eu lhe disse toda a razom.* É boa versão de: *Audit causas.*

194-195. *e que de grado ... nom o rreçeu*. Tradução larga e boa de: *hortor ad fugam: non aspernatur*.

195-196. *Eu the demandey ... muj de grado*. O latim diz sòmente (M): *Peto silentii fidem: tribuit*. — *nom cria a ela* «não me fiava dela» (a construção do verbo como em latim *alicui credere*; vid. exemplos em Moraes, *Dicc. da ling. port.*, 1.^a ed., s. v., e Roquette, *Dicc. dos synonymos*, Paris 1869, n.º 273). A razão explicativa parece descabida. Para justificá-la, ou se há-de pensar que é suscitada por *demandey*, ou que quer aludir à geral inconfidência das mulheres, ou que o tradutor tinha em mente o passo seguinte, que pertence ao epílogo da carta: *diligens eam ut sororem, non tamen ei me credens ut sorori*. Não figura, porém, na tradução o equivalente à frase dramatizante que em M e em E se segue ao que fica transcrito: *Et iugi susurro inter metum et spem medi fluctuamus*.

196. *com mjunhas bestas*. No latim: *in grege*.

197-199. *aquelles matey eu ... téer augua*. Traduz bem, com amplidão: *Quibus occisis, utres facio, eorumque carnes ulatico prae-
paro*.

199-201. *mouemos a hãa uespera ... em casa*. No latim: *Et primo uespere, putantibus dominis nos secreto cubitare, inuadinus iter*.

(Continua).

ABÍLIO ROSEIRA.

Miscelânea

Transposição e dissimilação nasal

Num dos últimos fascículos da revista norte-americana *Language*, VII (1931), pp. 142-143, vem uma nota filológica do professor Edwin B. Williams sobre *Nasal dissimilation and transposition in Portuguese*. O filólogo americano explica a evolução de campana, ventana > campãa, ventãa, campã, ventã, depois, por dissimilação nasal, campá, ventá; finalmente, por analogia com os nomes femininos em -a, o acento retraiu-se para a penúltima sílaba. O Sr. Williams não cita *quinta* < quintana, cuja explicação deverá ser, à primeira vista, solidária com a daqueles dois vocábulos.

Ainda não há até hoje uma interpretação, que satisfaça, daquele fenómeno anormal de dissimilação e retracção do acento. Cornu pouco ou nada diz sobre o caso; limita-se a dar o esquema da evolução normal, *aa* > *ã*, § 276, e a mostrar-nos que o galego moderno prefere as formas desnasaladas: *lá, campá, irmã* (p. 117). Este facto influíu certamente na hipótese de Williams, que cita em abôno as formas galegas oxitónicas.

A explicação de Leite de Vasconcelos, para a qual remete simplesmente J. J. Nunes, *Gram. hist. port.*, 1.^a ed., p. 36, também não é muito clara; historia a evolução do vocábulo, quintana > *quintãa* > *quintaa* > *quintã* > *quinta*, e justifica a forma actual: «porque o português não tolera *ã* tónico final e retraiu pois o acento». — *Lições de Filologia*, 2.^a ed., p. 300. Não se compreende como o termo da evolução da palavra pudesse ser *quintã*; há-de haver aqui certamente equívoco ou erro tipográfico; é evidente que o desfecho seria e foi efectivamente *quintã*, não se sabendo se realmente existiriam em português histórico as formas desnasaladas e agudas, que patrocina Williams. Cremos que não.

Estamos pois em face dum problema, ainda não resolvido, como tantos outros, da língua portuguesa: as formas normais *manhã, maçã, avelã, irmã*, etc., dizem-nos que em *campa* por *campã*, *venta* por *ventã*, *quinta* por *quintã* houve sobretudo uma acção perturbadora

da posição do acento, que ainda não está esclarecida, mas que certamente será de carácter analógico e não propriamente fonético. Lembramos provisoriamente a influência dum **campãar* > *campar*, que Moraes (4.^a ed.) cita como existindo na *Crônica de D. João I*, sob a forma *acampar* = «tocar a campãa». *Campa* seria pois um substantivo verbal, como *venta* o seria também, tirado de *ventar* = «soprar com as ventãas». Em *quintã* deveria ter influído o numeral *quinta*, provocado ou pela sugestão da idea testamentária de *têrça* e *quinta* ou ainda e mais provavelmente porque o rendeiro era obrigado a dar a *quinta* parte dos frutos ou do seu valor ao respectivo dono. De resto, do próprio nome de *quinteiro* se tirava *quinta*, como a *rendeiro* correspondia *renda* e a *terceiro*, *têrça*. Havia ainda uma colisão homonímica, que favorecia o emprêgo da forma desnasalada: a existência de *quintã*, adj. substantivado, designador duma febre especial, que se repete de 5 em 5 dias (cf. *terçã*, *quartã*). É pois, julgamos, dos três vocábulos o mais facilmente explicável.

Ainda se pronuncia Williams sobre a formação dos vocábulos *adem* e *pente*. Desconhece certamente o artigo de Nobiling sobre as nasais portuguesas [*Die Neueren Sprachen*, XI (1903), pp. 129-153], absolutamente indispensável a quem quizer tratar do assunto. O distintíssimo filólogo interpreta assim a forma de *adem*: *ánate* > *ãade* > *ãadê* > *adem*; e explica: «*ã* tónico é desnasalado só quando — excepcionalmente — a nasalização passa para outra sílaba da palavra» (p. 144). A evolução proposta por Williams é muito mais complicada: *ánate* > *ánade* > *ãade* > *ãde*; nesta altura, a nasalização teria contaminado a sílaba seguinte, *ãdê*, depois, por dissimilação, teria resultado *ãdê*. Pelo contrário, Adolfo Coelho dera no *Dicionário Etimológico* uma explicação demasiado simplista: «*anate* deu **anade*, *ade*; a nasalização da vogal é para dar mais corpo à palavra».

Temos visto que a comum interpretação parte duma forma esdrúxula *ánate*, quando muito melhor seria talvez partir duma forma grave, *anáte*, representada em provençal, em picardo e em logudorês. Cf. REW, 3.^a ed., 439, e Körting, LRW. A evolução seria a seguinte: *anáte* > *ãade* > *ãadê* > *ãdê*. Achamos difícil a transição duma forma esdrúxula *ãade* — que deveria dar, como supõe Williams, *ãde* — para *ãdê*. O Dicionário do português arcaico, fazendo a estatística das formas, é possível que esclareça o caso. De todo o modo, a forma *aade*, ocorrente nos dicionários, parece confirmar a nossa hipótese.

Com a forma *pente* dá-se um caso de nasalização regressiva, que Williams interpreta de maneira impossível: pectine > *pettene* > *petēe* > *petē* > *pētē* > *pēte*. Todos os etimologistas são concordes, L. de Vasconcelos, *Rev. Lusit.*, III, 280, n. 1, Cortesão, *Subsidios*, 178, Nobiling, *Die Nasalvokale*, 145, Nunes, *Gram. hist.*, 120, em historiar assim as variações do vocábulo: pectine > *peiten* > *pēiten* > *penten* > *pente*.

E assim deve ser, naturalmente.

RODRIGUES LAPA.



Livros e Revistas

Aubrey F. G. Bell, *The Origin of the «Cossantes»*, in *Modern Language Review*, XXVII (1932), n.º 2.

O Sr. Aubrey Bell, cuja actividade literária se inclina hoje infelizmente mais para a literatura castelhana do que para a portuguesa — mau sestro de quantos se dedicam às cousas nossas — trata, de pp. 175 a 185, da origem dos «cossantes», termo adoptado pelo distinto lusófilo para designar as cantigas retornadas, reconhecendo embora (questão de gosto) que o termo difficilmente pegará entre nós.

O pequeno estudo de Aubrey Bell é uma revisão cômoda do problema trovadoresco, sobretudo dos últimos trabalhos, feita com a elegância e o bom gosto de sempre. Aí vai uma amostra preciosa, porque nos diz, em última análise, que vai sendo tempo de divulgar, de *popularizar* o recheio trovadoresco dos «cossantes», fazendo dêles mais alguma coisa do que um simples recreio filológico: «It is always the little things, the small child, the etymology of the small word, the insect, the small nation, that end by giving the most trouble; and the humble *cossante*, so apparently insignificant that it was neglected during centuries, is now not only deeply, if not yet very widely, appreciated for its exquisite beauty and spontaneous charm, but has become a bone of contention concerning which eminent critics write learned treatises. The richest and most archaic body of mediaeval verse in existence is that of the Galician-Portuguese song-books». (p. 176).

Refere-se Aubrey Bell ao pequeno artigo de Ramiro Ortiz sobre a cantiga d'amigo de Raimbaut de Vaqueiras, *Altas ondas que verez suz la mar*, e conclui que «a canção de Vaqueiras pode oferecer outra prova do facto, que nunca foi contestado, de os poetas galegos e portugueses terem imitado servilmente (*closely*) os provençais; mas não que os «cossantes» tenham existido na Provença» (p. 177). Bell é demasiado benigno no juízo que forma da questão; efectivamente a cantiga de Vaqueiras não prova coisa nenhuma, senão que existiu remotamente uma poesia românica *de mulher*, de que aquela canção é um eco raro e sugestivo. E não passou pelo espírito de Bell pôr a questão do avesso, o que seria perfeitamente legítimo; o célebre descôrdo de Raimbaut presume conhecimento do galego-português, veículo do lirismo peninsular: ¿porque havemos de rejeitar a hipótese de que Vaqueiras se tivesse lembrado dalgum dos nossos temas, de que se inspirou Codax, para compor a canção, fenómeno isolado no lirismo provençal? Brevemente trataremos do assunto.

Mais de metade do artigo de Bell occupa-se do conceito de poesia popular, problema delicadíssimo, a um tempo complicado e simples, que tem sido viciado pela estranha e falsa idea que nós formamos, em problemas literários, da expressão *povo*. O escritor inglês rejeita a opinião prevalecente da incapacidade criadora do *povo rústico*, em termos de fino espírito: «If we are to deny

the possibility of such [*cossantes*] being the work of illiterate peasant men and women, we must go further and, when a peasant says to his wife «put on the pot to boil», we must find in his words an echo of Homer». (p. 184).

Para êle o paralelismo da canção primitiva deriva do ritmo do trabalho; a liturgia confirmou-o e um jogral de génio tê-lo-ia trazido para a literatura dos cancioneiros. Próximamente focaremos estes problemas.

RODRIGUES LAPA.

M. Lugris Freire, *Gramática do idioma galego*, 2.^a ed., A Cruña, 1931, 190 págs.

Safu agora a nova edição da gramática do entusiástico galeguista que é o Sr. Lugris Freire; e não se pode deixar de dizer que safu em altura própria, pois que é chegado o momento em que legitimamente se espera que os *nenos* galegos, a par do castelhano, língua obrigada, aprendam na escola os princípios da sua língua materna, veículo natural da sua cultura e da sua sensibilidade. A sinceridade e simplicidade comovedoras do autor estão expostas nestas palavras: «Ben sei a responsabilidade que sobre de min botei; non iñoro que a crítica ten de fincar o seu dente neste libro. Sô teño unha disculpa, esta: levamos moitos anos agardando por unha *Gramática do Idioma*, e como non aparecía por ningures, eu adiquei os poucos momentos de vagar para o facer. E fixena, pondo sempre o pensamento e os pulos do meu corazón na nobre causa da rexeneración e melhoramento da Terra».

Entre as obras que serviram a Lugris Freire para a elaboração do seu trabalho figuram as gramáticas de Adolfo Coelho e de Cândido de Figueiredo. É bom sintoma, que os gramáticos galegos não deverão perder de vista: uma boa gramática galega presume sempre o conhecimento teórico e prático da gramática portuguesa, como, ao contrário, a gramática histórica portuguesa deverá sempre ter em vista, como aliás se tem feito, mas não tanto quanto seria para desejar, as modalidades do falar galego.

Quando se fizerem os *Atlas Lingüísticos* de ambos os países, obra tam custosa quanto necessária, a nossa gramática histórica receberá rajadas de luz em certos pontos ainda obscuros. Esperemos que brevemente se trate disso.

O trabalho de Lugris Freire é, quanto à disposição, muito completo. Dividido nas 3 clássicas secções de fonética, morfologia e sintaxe, tem ainda uma secção de Aditamentos, bem curiosa, que compreende modismos, nomes de pessoas, toponímia, meses, estações e dias, denominação dos ventos, castelhanismos, uma pequena antologia e um vocabulário galego-castelhano (137-184). O capitulozinho da toponímia é extremamente curioso, porque denuncia um verdadeiro perigo, que está correndo a cultura galega: o abastardamento incrivelmente grosseiro, encomendado à Guarda Civil, dos topónimos galegos, tam interessantes. Cita os nomes de lugares estropiados indicando a verdadeira ortografia. Julgamos que a verdadeira forma para o castelhanizado *Rianjo* deverá ser *Riancho* e não *Rianzo*, como alvitra o autor. Vejamos como êle se exprime sôbre a deturpação toponímica: «Nos comenzos do século xv os nobres galegos,

segundo unha conduta antipatriota, coenzarom a traducir os seus apelativos á lingua estrana, sin decatárense que esta era estrañeira, *xudaizante*. Así os *Soutos, Monte Maor, Salvaterra, Riqueiras*, etc., trocáronse nos novos apelativos *Soto, Monte Mayor, Salvatierra, Riquera*, rompendo deste xeito a gloria da sua esgrevia xenealoxía. O mal sigue nestes tempos, e agora temos *Seijo, Queijo, Eijo*, etc., pronunciados guturalmente en castelán, semellando nomes mauritánicos, en vez de *Seixo, Queixo, Eixo*, que resultarian mais eufónicos e doces ao noso ouvido». (p. 116).

A parte mais discutível do traballo de Lugrís Freire é a primeira, a da fonética; nem admira: é o ponto nevralgico de todos os compêndios de galego, cuja fonética, tam valiosa, está totalmente por fazer. Há contudo princípios, que já são, de há muito, aquisições em boa filologia galego-portuguesa, que seria conveniente introducir na ortografia. Assim, por exemplo, o autor segue interpretando mal o fenómeno de assimilação do *s, r* finais ao *l* do pronome ou artigo *lo*, § 20-25. Isto hoje não admite discussão: deverão grafar-se as formas, que erroneamente giram *fixémol-o, amal-a* (Freire propõe justificadamente *fixémolo, amala*), *ollal-os bois, mail-a pomba, pol-o, dñste modo*, seguindo a ortografia portuguesa: *fixémolo, port. fizémolo, ama-la, port. amá-la, olla-los bois, port. pop. ollálos bois, mai-la pomba, port. pop. idem, po-lo, port. pelo, polo*. A não ser que se queira, o que é também perfeitamente recomendável sob o aspecto filológico, admitido por Freire para *contámola, facelo*, grafar *fixémolo, amala, ollalos, maila, polo*. Era assim que se escrevia na bela linguagem de sec. XIII. O que não é admissível é escrever *trael-os, todol-os*, etc. Cf. Leite de Vasconcelos, *Opúsculos*, IV, Coimbra 1929, pp. 974-986.

Dá ainda o autor, § 28, para as formas *no, neste, nun*, explicação errada. A duplicidade *n'un*, é insuportável. Deverá escrever-se *nun, naquél, noutros*, etc. Cf. § 40. Para tudo isto veja-se o artigo citado de Leite de Vasconcelos, na polémica com Cândido de Figueiredo, que os gramáticos galegos deverão ter sempre presente.

A pouca familiaridade com as leis da evolução histórica da lingua leva Lugrís Freire a adoptar uma grafia inaceitável: *víron-a, pon-o*, § 15. A ortografia correcta de formas como estas deverá ser, por motivos bem conhecidos, *ríron-na, pon-no*. Cf. *fixéromno*, § 54. Todavía é de aconselhar um estudo fonético sobre o caso, porque a desinência do verbo pode ser mais ou menos nasal; mas ainda que seja completamente desnasalada, só assim se poderá escrever: *víron-na, po-no*. Cf. Couceiro Freijomil, *Ortografía Gallega*, Orense 1929, pp. 29-33.

Nesta mesma ordem de ideias, mas contraditóriamente, aconsella Freire a escrever as formas do pretérito perfeito, onde o *n* é mais analógico do que eufónico [*mancáron-no — mancou-no*], *mancouno, colleuna*. A uniformização de todas estas grafias é facilíma e deve tomar-se nela em conta, até mesmo por motivos de expansão literária, que não propriamente científicos, a orientação geral da ortografia portuguesa e não a da castelhana. O próprio autor reconhece isso, § 17: «veremos que o mesmo na prosa que no verso, non podemos reixir-nos en xeneral po-las leises prosódicas do castelán, que non cadran coas nosas».

Em especial sobre a acentuação é de desejar essa unidade, porque lavra no galego grande desorientação. As funções do acento circunflexo são, em geral, para a abertura das vogais. Assim é <est, *irmã* <germana (*irman* <germano), *xenerás* <generales. Por outro lado escreve-se *dá, nos* para diferenciar da preposição e artigo *da*, e pronome átono *nos*. De resto o próprio

Freire aconselha *xenerás*, mas escreve normalmente *vocás*, *gramaticás*. Uma grande confusão. O acento deve marcar ao mesmo tempo a tonicidade e a qualidade do timbre: é o princípio da ortografia portuguesa e deverá ser também o da galega: acento agudo para a vogal aberta tónica, grave para a vogal aberta seguida do acento secundário, circunflexo para vogal fechada tónica. Exemplo: *irmá* (fem.), é, *poidéredes*; *Sàvedra*, à *Cruña*, ò *campo*; *fénia*, *serôdio*, *pêlo*, distinto de *pelo* (*pelar*), *vés* < *vides*, distinto de *vés* < *venis*, etc. Êste sistema, cremo-lo bem, simplificaria enormemente a solução do problema da ortografia galega.

O Sr. Lugris Freire aconselha, no final da Gramática, a aquisição do Dicionário galego-castelhano de Leandro Carré Alvarellos, [A Cruña, 1928-1931], para um melhor conhecimento da língua. Não negamos o préstimo relativo da obra de Carré Alvarellos: mas a verdade é que está infelizmente longe de ser boa. Temos presente uma crítica desenvolvida, que lhe foi feita na revista de pouca dura *Alma Gallega*, 1 (1931), pp. 160-162, por um anónimo, que sabemos ser um dos moços de inteligência mais ousada da Galiza de hoje. Aí se notam algumas omissões importantes de termos correntes, como *uliscar*, *faiaricar*, *fiestra*, *pequeneiro*, *ancheiro*, etc., e algumas inexactidões, como a deformação de *ceibo* em *ceibo*, -a, a representação dada aos advérbios *atá* e *até* «dos portugueses jamás oídos en Galicia hasta que apareció el gallego de laboratorio» (p. 161), etc.

É sobretudo de estranhar no Dicionário de Carré Alvarellos a inserção de termos velhos, forrageados nos cancioneiros trovadorescos, que quadrarão certamente num Dicionário do galego-português arcaico, mas que não têm a menor vantagem num léxico do idioma vivo, que deve ser procurado, como aconselha e muito bem Correa-Calderon (*Índice de utopias gallegas*, 229) nos povoados montanheses, onde êle se fala mais ricamente e melhor.

RODRIGUES LAPA.

Carlos Eugénio Correa da Silva (Paço d'Arcos) *Ensaio sobre os latinismos dos Lusíadas*, Coimbra, 1931, 221 páginas.

Pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa passou nos anos de 1924 a 1929, um aluno, Carlos Eugénio Correa da Silva, que, pela sua envergadura intelectual, cultural e moral, desde o início se impôs à consideração dos mestres e dos colegas.

O que prometia êsse jovem, era muito: todos viam nele uma futura glória das letras pátrias, um homem de trabalho e de doutrina, de inteligência lúcida e de memória assombrosa, e de uma cultura geral e especial absolutamente invulgar na sua idade. Corrobora êste assêrto a circunstância de haver sido Correa da Silva chamado a desempenhar funções docentes na Faculdade de Letras de Lisboa.

Não quis, porém, o destino que as letras portuguesas pudessem por muito tempo contar no número dos seus mais exímios cultores o nome de Correa da Silva: em 1931 transferiu-o desta vida, precisamente quando o infeliz moço

havia iniciado a carreira da sua ambição, a de professor na Faculdade que o formara¹.

Em cumprimento de uma disposição legal, Correa da Silva, para se licenciar na Secção de Filologia Clássica, apresentou à Faculdade de Letras de Lisboa uma dissertação intitulada *Ensaio sobre os latinismos dos Lusíadas*.

Depois de discutida pelo respectivo júri, e de aprovado o A. com a classificação máxima, que os regulamentos escolares portugueses permitem conferir, 20 valores, essa dissertação foi publicada nos n.ºs 79-82 da revista coimbrã *O Instituto*, de que se fez uma separata em 1931, de 221 páginas.

O *Ensaio sobre os latinismos dos Lusíadas* é, sem sombra de louvores descabidos, um trabalho que honra o A. e que honra a nossa cultura. Vou dar sobre ele uma ligeira notícia, acompanhada de umas ainda mais ligeiras observações críticas.

O *Ensaio* está dividido em 5 partes: *Fonética, Morfologia, Sintaxe, Semântica e Léxico*.

Na 1.ª parte começa o A. por definir o conceito que adoptou de *latinismos fonéticos*, dizendo: «Dei a designação de *latinismos fonéticos* aos vocábulos literários de proveniência latina alotrópicos de vocábulos populares e que concorrem com estes no poema». (p. 23).

De harmonia com este critério, cuja legitimidade é discutível, visto que é injustificável a restrição determinada pelo apóstro «alotrópicos de ...», são *latinismos fonéticos* todos os vocábulos empregados pelo poeta, derivados directamente do latim por processos artificiais, não em conformidade com as tendências fonéticas populares. Dá o A. como exemplos: *abundar*, *contrário*, *defensa*, *fructo*, *inimigo*, *insula*, *quasi*, *iniquo*, cujas formas puramente portuguesas, isto é, resultantes da evolução fonética popular das respectivas fontes latinas eram: *avondar*, *contraíro*, *defesa*, *fruito*, *inígo* e depois *inígo*, *ilha*, *cási*, *inico*.

A propósito da primeira forma diz: «No Renascimento deu-se a restauração destas formas: *abundar*, *abundância*. E estas tanto prevaleceram na língua viva que acabaram por matar quasi por completo as formas populares, *sobrevivendo apenas o termo dialectal noxo*». (p. 24). Esta afirmação final é excessivamente categórica e não é verdadeira, pois que outras formas se encontram, como *avonde* e *avondo* (cf. Dr. J. J. Nunes, *Gram.*, § 48; *A Língua Portuguesa*, III, 51-55), e *abondo* (cf. C. de Figueiredo, *Dic.*, s. v.).

Ao falar da terceira forma só se refere à evolução do grupo consonântico *-ns- > -s-*, pelo que se pode supor que a única forma popular é *defesa*, quando é certo que também há *devesa*, ainda existente (cf. Dr. Leite de Vasconcelos, *Rev. Lus.*, XI, 354).

Quanto à sexta forma, se bem que diga que *insula* «é o étimo longínquo do nosso vocábulo *ilha*», parecia-me bem que citasse o que sobre o assunto disse Gonçalves Viana nas *Apostilas*.

Na 2.ª parte, isto é, na Morfologia, faltou ao A. observar que a forma *fuge* persiste ainda hoje no Norte, pelo menos. Enquanto se não fizer o Atlas Linguístico do nosso país, é imprudente explicar os fenómenos desta natureza: o testemunho dos textos não basta.

¹ Cf. em *A Língua Portuguesa*, II, 267-269, a notícia necrológica redigida pelo Sr. Dr. Rebêlo Gonçalves.

Na 3.^a parte algumas observações mais poderia fazer, mas, para não alongar demasiadamente esta notícia, abstenho-me disso, tanto mais que infelizmente o A. não poderia já responder.

Na 4.^a parte limito-me a estranhar que o A. não tivesse incluído no número dos *latinismos semânticos* o termo «outro» do seguinte passo:

Outro Joane, invicto cavaleiro,
O quarto, e quinto Afonsos, e o terceiro.

1, 13

Nos n.ºs 21-24 da *Rev. de Filol. Port.*, p. 340, publiquei um estudo em que apontava o facto de haver Camões empregado o termo *outro* no sentido de *segundo*. Dessa minha opinião dei conhecimento a Correa da Silva, ainda quando elle era aluno da Faculdade, e daí vem a minha estranheza. Creio, portanto, que Correa da Silva não concordou comigo. O Sr. Dr. José Maria Rodrigues, porém, não discorda.

RODRIGO DE SÁ NOGUEIRA.

Vida do Centro

Ministério da Instrução Pública—Secretaria Geral.—Decreto n.º 21:429.—Tendo-me sido presente o regulamento do Centro de Estudos Filológicos da Junta de Educação Nacional, criado por esta instituição, nos termos do seu próprio regulamento;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta do Ministro da Instrução Pública:

Hei por bem aprovar o referido regulamento, que faz parte integrante dêste decreto e vai assinado pelo mesmo Ministro.

O Ministro da Instrução Pública assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 27 de Junho de 1932.—ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Gustavo Cordeiro Ramos.*

Regulamento do Centro de Estudos Filológicos da Junta de Educação Nacional

Artigo 1.º O Centro de Estudos Filológicos da Junta de Educação Nacional é um instituto de investigação científica, com sede em Lisboa, sujeito à fiscalização pedagógica e administrativa da Junta e equiparado aos institutos universitários de investigação, nos termos do artigo 15.º do decreto n.º 19:552.

Art. 2.º O Centro de Estudos Filológicos tem por fim:

1.º Desenvolver os estudos da língua e da literatura portuguesa;

2.º Organizar os estudos filológicos que mais de perto se relacionem com o objectivo indicado no número anterior.

§ único. Quando for julgado conveniente e oportuno pela direcção do Centro, poderá êste organizar outras secções.

Art. 3.º A direcção do Centro de Estudos Filológicos é composta de doze membros nomeados pela Junta de Educação Nacional e de um secretário nomeado pelo Governo, por proposta da Junta.

§ 1.º A direcção escolherá de entre os seus membros o presidente, eleito por cinco anos e reelegível por iguais períodos.

§ 2.º As vagas que de futuro se derem na direcção serão preenchidas pela Junta, por proposta uni-nominal dos restantes membros da direcção do Centro.

§ 3.º A proposta a que se refere o parágrafo antecedente será votada em sessão da direcção do Centro, especialmente convocada para êsse fim, e terá, para ser presente à comissão executiva da Junta, de ser aprovada pela maioria absoluta dos membros presentes.

Art. 4.º Fazem parte do Centro, além dos membros da sua direcção, os investigadores que esta entender por conveniente agregar, mediante solicitação do interessado ou proposta feita por qualquer dos seus membros ou da Junta de Educação Nacional.

§ único. O Centro de Estudos Filológicos agregará os bolseiros ou antigos bolseiros da Junta, por esta indicados e que nêle desejem trabalhar, sempre que as possibilidades e recursos do Centro o permitam.

Art. 5.º As solicitações ou propostas para agregação ao Centro devem indicar os trabalhos que o candidato pretende fazer e ser acompanhadas do seu *curriculum vitae*, do qual constará a lista dos trabalhos feitos pelo candidato.

§ único. Dêste *curriculum vitae* e do requerimento ou proposta serão fornecidas cópias a cada um dos membros do Centro antes da sessão em que se decida sôbre elas.

Art. 6.º Os investigadores autorizados ou convidados a trabalhar no Centro gozarão de todas as regalias que a instituição possa proporcionar, mas não tomarão parte nas deliberações do Centro, que competem exclusivamente à sua direcção.

Art. 7.º Os trabalhos do Centro serão divididos por secções e sub-secções, que serão criadas e mantidas em função do número e aptidões de investigadores, não tendo carácter permanente.

Art. 8.º O Centro distribuirá por directores de trabalhos a realização dos pontos do programa de cada secção, fazendo agregar aos directores, mediante proposta destes, o pessoal indispensável.

§ único. Os directores de trabalhos poderão ser pessoas estranhas à direcção.

Art. 9.º Os directores de trabalhos deverão, nas reuniões gerais do Centro, quando o julgarem conveniente ou a pedido da direcção, informar sôbre o modo como decorrem os estudos que estão confiados aos seus agrupamentos.

Art. 10.º As secções e sub-secções poderão refinar independentemente, devendo no entanto nas reuniões gerais do Centro relatar o trabalho realizado.

Art. 11.º Constituem receita do Centro:

1.º As dotações ou subsídios que a Junta ou que o Estado, os corpos administrativos e quaisquer entidades públicas ou particulares lhe concedam, por intermédio da Junta, quer para os seus fins gerais, quer para aplicações determinadas e concordantes com aqueles;

2.º Os rendimentos dos bens que a Junta possua ou usufrua por qualquer título e que lhe tenham sido doados ou legados com o fim de serem aplicados na subvenção de trabalhos do Centro.

§ 1.º O produto da venda das publicações do Centro e as receitas provenientes de cursos remunerados que organize constituem receita da Junta, que a aplicará no desenvolvimento dos serviços e iniciativas do mesmo Centro.

§ 2.º A comissão executiva da Junta fixará no começo de cada ano económico a dotação do Centro de Estudos Filológicos de acôrdo com a direcção dêste.

Art. 12.º O presidente e o secretário do Centro constituirão a sua comissão administrativa, à qual compete:

a) Apreciar o projecto de distribuição de verbas, organizado pelo secretário, e submetê-lo à aprovação da direcção do Centro;

b) Ordenar os pagamentos que serão feitos pela secretaria da Junta;

c) Apresentar mensalmente em reunião do Centro o resumo da situação financeira dêste e propor as alterações ao projecto de distribuição das verbas a que alude a alínea a) dêste artigo, sempre que tal seja necessário;

d) Visar os balancetes que lhe serão periodicamente enviados pela secretaria da Junta e devolvê-los a esta depois de visados.

Art. 13.º À secretaria do Centro incumbe:

a) O serviço de expediente e o cumprimento das deliberações tomadas pelo Centro e que lhe digam respeito;

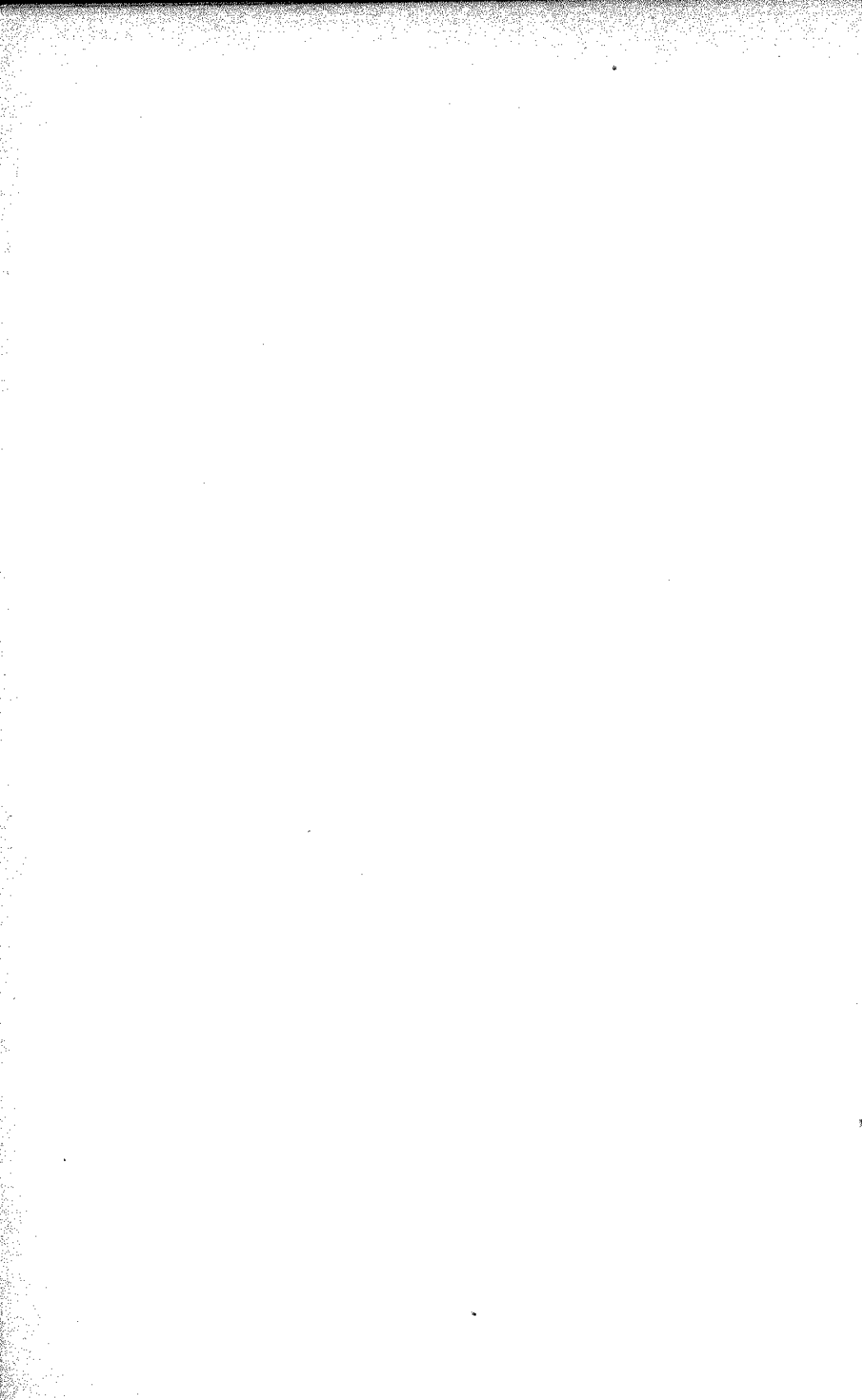
b) A aquisição de bibliografia e do material científico, autorizada pela direcção do Centro;

c) A organização, de acôrdo com as diferentes secções e sub-secções, dos serviços de informação, segundo o plano estabelecido pelo Centro;

d) A elaboração do projecto de distribuição de verbas a que se refere o artigo 12.º;

e) A apresentação à direcção do Centro, no fim de cada ano económico, de um relatório sobre a vida dêste, o qual será enviado em seguida à comissão executiva da Junta.

Ministério da Instrução Pública, 27 de Junho de 1932.—O Ministro da Instrução Pública, *Gustavo Cordeiro Ramos*.



Boletim de Filologia

publicado pelo

Centro de Estudos Filológicos

Tômo I

1933

Fascículos 3-4

Sôbre o uso do infinito impessoal e do pessoal em *Os Lusíadas*

(Continuado do n.º 1, p. 7)

B)

O infinito sem sujeito próprio e ligado a outro verbo, de cujo sujeito participa.

a) Ligação imediata, sem preposição. Estão neste caso os verbos que não têm por si significação completa, mas precisam, para êste efeito, de se unir a outro no infinito¹.

Tais são os que exprimem a situação do agente a respeito da acção ou estado expresso pelo infinito: a possibilidade, a vontade, o desejo, o dever, a dúvida, a esperança, o temor, a ousadia, etc.² Encontram-se em todo o poema uns duzentos exemplos desta construção. Um ou outro apenas:

E quem vos fez molesto tratamento,
Não pode ter subido pensamento.

(n, 86).

¹ O que não quer dizer que estes verbos não possam ter, em vez do infinito, outro complemento directo: Quero êste livro, quero o que tu quiseses, etc.

² Referindo-se a frases em que os verbos «poder» e «querer» são seguidos de um infinitivo, O. Jespersen chama aqueles dois verbos «vazios de sentido» (*empty*) e aos que se lhe juntam «the real verb». *The philosophy of grammar*, Londres, 1929, p. 26. «Vazios de sentido» é força de expressão. Seria melhor dar-lhes o nome de «auxiliares», pois é o que êles realmente são.

Pois pelos Doze Pares dar-vos quero
Os Doze de Inglaterra e seu Magriço.

(i, 12).

Pertencem também às vezes a este grupo os verbos «ir», «vir», e alguns outros.

Não é o outro que fica tão manhoso,
Mas nas mãos vai cair do Lusitano.

(ii, 69).

Ao lado de nenhum destes verbos se emprega em *Os Lusíadas* a forma pessoal do infinito. Ninguém poderia dizer, por exemplo, «queremos fazermos», «vindes responderdes» etc. É que os dois verbos formam, por assim dizer, um conceito único, em que não há lugar para a repetição da pessoa.

b) Outras vezes, entre os dois verbos acha-se intercalada a preposição «de», mas não introduz nova relação entre eles. É um «de» puramente expletivo, como se vê pelo facto de os mesmos verbos aparecerem também sem êle, sem que sofram qualquer alteração no sentido.

Tais são, no poema, os verbos «esperar», «determinar», «desejar», «dever», «procurar», «cuidar».

- 1) Em vós esperam ver-se renovada.
(i, 17).

Espera de poder ver o povo baptizado.
(i, 104).

- 2) Tratá-los brandamente determina.
(i, 69).

Determinava de vir por água a terra.
(ii, 84).

- 3) Ver deseja os livros de sua lei.
(i, 63).

Segundo o que deseja de saber.
(iii, 5).

- 4) O que na alma andar devia.
(i, 66).

Deveis de ter sabido claramente.
(i, 24).

- 5) Algum bom sinal saber procuro.
(v, 31).

Procurámos,
Como próprios da terra, de habitá-la.
(v, 54).

- 6) Bem cuidou comprá-la mais barata.
(i, 90).

Que cuidar de fazer aos vossos guerra¹.
(ii, 51).

c) Por vezes a preposição «de» coloca-se entre os dois verbos, para exprimir uma relação que há entre êles e que não resulta da simples junção. Fica assim menos estreito o nexos que os liga e torna-se possível o emprêgo do infinito pessoal.

E que de não sair, naquele instante,
De suas naus em terra, o desculpasse².
(ii, 78).

De governar o reino, que outro pede,
Por causa dos privados foi privado³.
(iii, 91).

Tritão, que de ser filho se gloria⁴
Do Rei e de Salácia veneranda.
(vi, 16).

E com a forma pessoal do infinito :

(As) Portuguezas fôrças costumadas
A derribarem⁵ quanto acham diante.
(iv, 56).

¹ O verbo «jurar» só se encontra com o «de», que também nada lhe acrescenta. Cf., por exemplo, viii, 11 :

Por quem no Estégio lago jura a Fama
De mais não celebrar nenhum de Roma.
(viii, 11).

Cf. «acertar de» em ix, 33.

² Isto é: que o desculpasse por não sair.

³ Este verbo pede um nome ou um infinito, regidos da preposição «de», para indicar o objecto da privação.

⁴ Complemento de causa: se gloria por ser filho.

⁵ Estar costumado a alguma cousa.

Ó Neptuno, lhe disse, não te espantes
De Baco nos teus reinos receberes. (vi, 15).

E folgarás de veres¹ a polícia
Portuguesa na paz e na milícia (vii, 72).

Para ti, grande Império que te arreias
De seres de Candace e Sabá ninho. (x, 52).

Que não sòmente ousados se contentam
De sofrerem² da terra firme os danos... (x, 91).

d) Mas o nexa torna-se ainda mais frouxo com o emprêgo de outras preposições, que dão assim origem a orações infinitivas pròpriamente ditas, em que fàcilmente se explica a forma pessoal do infinito.

Com «para»:

Dada ao mundo por Deus, que todo o mande
Para do mundo a Deus dar parte grande. (i, 6).

Ó sòrdidos Galegos, duro bando,
Que, para resistirdes³, vos armastes... (iv, 10).

Com «por»:

Por dar seu parecer se pôs diante. (i, 37).

Os muitos, por ser⁴ poucos, não temamos. (viii, 36).

Mansamente as amarras lhe cortavam,
Por serem, dando à costa, destruidos. (ii, 66).

Com «sem»:

Sem ser dos Lusitanos entendido. (i, 94).

Quem, como Astianás, precipitado,
Sem lhe valerem ordens, de alta tôrre. (iv, 5).

¹ A causa: por veres.

² O objecto do contentamento.

³ Mais precisa a forma pessoal do que «resistir».

⁴ Isto é: «por sermos».

E por meio de «com»:

Só com vos ver, o bárbaro Gentio
Mostra o pescoço ao jugo já inclinado.
(i, 16).

Dois casos em que o infinito podia estar na forma pessoal:

Dest'arte a gente força e esforça Nuno,
Que, com lhe ouvir as últimas razões,
Removem o temor frio, importuno,
Que gelados lhe tinha os corações¹.
(iv, 21).

Escuros deixam sempre seus menores,
Com lhe deixar descansos corrutores².
(viii, 40)

e) Com a preposição «a» entre os dois verbos acontece coisa análoga ao que fica exposto a respeito do «de».

1.º) Uma vez ou outra deve considerar-se como expletiva. E o que acontece com «ousar», «ir», e «vir».

a) Na fatídica nau, que ousou primeira
Tentar o mar Euxínio, aventureira.
(iv, 89).

Mas:

Ousou alguém a ver³ do mar profundo
.....
Do que eu vi, a poder de esforço e arte,
E do que inda hei de ver, a oitava parte?
(v, 86).

¹ «Gente» com o verbo «removem» no plural. Para os adjectivos, cf. iv, 88.

² Cf. «até» e «depois de»:

... Querem dar aos seus libertadores
Banquetes mil, cada hora e cada dia,
Emquanto se detém em Inglaterra,
Até tornar à doce e cara terra.
(vi, 67).

Depois de ter tão longo mar arado.
(viii, 4).

³ O contrário acontece com «atrever-se», que ordinariamente se acha ligado por um «a»:

..... Não se atrevem
Nem parentes nem fervidos amantes
A sustentar as damas como devem.
(vi, 46).

Todavia em iv, 64:

..... Pelas ondas do Oceano,
Onde não se atreveu passar Trajano.

b) Mas nas mãos vai cair do Lusitano. (II, 69).

Vem sustentar de longe a terra e a gente.
(III, 63).

Porém:

Aquele que a salvar¹ o mundo veio. (VI, 75).

Como porto mui forte e conhecido,

.....
Te vimos a buscar..... (II, 79).

2.º) Às vezes, porém, a preposição indica uma circunstância especial que torna menos íntima a ligação entre os dois verbos. Assim, falando da Lusitânia, diz o Poeta:

Esta, o Velho que os filhos próprios come
.....
Veio a fazer no mundo tanta parte. (III, 22).

Ler «Veio à fazer», isto é, «Veio a fazê-la», pelo andar dos tempos chegou a fazê-la.

Aquela que, das furias de Atamante
Fugindo, veio a ter divino estado ... (VI, 23)

Isto é: chegou a ter².

... O rei Melindano se embarcava
A ver a frota que no mar estava. (II, 92).

Isto é: para ver.

¹ O «a» sugere também a ideia de fim, que tem com o verbo «tornar», em III, 118:

Tornado Afonso à Lusitana terra,
A se lograr da paz com tanta gloria ...

Mas a construção não é idêntica.

Em todo o caso, deve notar-se a predilecção do poeta pelas locuções «ir a», «vir a», mesmo quando estes verbos são auxiliares. Cf. «vieram a conquistar» (I, 60), «vai a tomar» (III, 55); «vinha a defender» (VI, 63); «vai a entregar-se» (VIII, 14); «vem a recebê-la» (IX, 36); «vem a governá-la» (X, 66). Talvez influência de certos verbos em que o «a» é necessário: «tornar a» (I, 29); «entrar a» (I, 78); «sair a» (II, 83); «correr a» (VI, 73); «partir-se a» (II, 97); «conduzido a» (III, 58); «passar a» (III, 85), etc.

² Em IX, 40:

Do amor dos Lusitanos encendidas,
Que vem de descobrir o novo mundo.

«vem» quer dizer «voltam» e não «acabam».

Com os verbos «ir» e «vir», seguidos de «a», comparem-se as palavras regentes dos passos seguintes:

Partia alegremente navegando
A ver as naus ligeiras Lusitanas. (i, 60).

Passavam a ajudar na santa emprêsa
O Roxo Frederico ... (iii, 87).

Tornado Afonso à Lusitana terra
A se lograr da paz ... (iii, 118).

Aqui o «a» exprime o fim.

3.º) Merecem também referência especial os verbos que significam o começo, a continuação e o acabamento da acção, que formam um conceito único com o infinito e em que nos aparece também a preposição «a» ou «de»:

a) Comecem a sentir o pêso grosso. (i, 15).

Mas com «de»:

Ao longo desta costa, começando
Já de cortar as ondas do Levante ... (v, 61).

b) Entrando assim a falar-lhe a tempo e horas. (i, 78).

c) Tornarão a seguir sua longa rota. (i, 29).

4.º) Em *Os Lusíadas* só uma vez se encontra o «a» ligar o infinito pessoal à palavra de que depende:

Às Portuguesas fôrças costumadas
A derribarem quanto acham diante. (iv, 56).

Entre o verbo «costumar» e o seu complemento no infinito («costumaram-se a derribarem», etc.) não há uma relação tão íntima como, por exemplo, entre «querem derribar», «podem derribar», etc. Daí a possibilidade do infinito pessoal¹.

¹ Cf. estes exemplos do *Bobo*: «Afligiam-se profundamente *de verem* assim a virtude desvairada» (p. 88, 11.ª edição). E com outras preposições: «Três personagens falavam também havia longo tempo, *sem fazerem* caso do tanger dos

C)

O infinito complemento de substantivos e de adjetivos.

- 1) Mas enquanto êste tempo passa lento
De regerdes os povos que o desejam ...
(i, 18).

Nas belas mãos tomando-lhe homenagem
De lhe serem leais nesta viagem.
(vi, 91).

- 2) E porque está em extremo desejoso
De te ver ...
(ii, 3).

(*Continua*).

DR. JOSÉ MARIA RODRIGUES.

menestreis» (p. 41). «Os dois haviam calculado e disposto tôdas as traças que julgavam oportunas *para chegarem...* a um desenlace feliz» (p. 84). «Que me deras tu *por ser* um dêles, e *cingires* uma espada e adaga?» (p. 96). Note-se o emprêgo simultâneo das duas formas.

Fray Martín Sarmiento e o vocábulo «caritel»

Colabora hoje—caso inesperado!—no *Boletim de Filologia* o padre Martín Sarmiento, o polígrafo célebre, que é, com Feijó, outro galego, uma das maiores glórias da cultura espanhola do século XVIII. Na viagem que fiz ultimamente à Galiza tomei conhecimento, por via do meu prezado amigo D. Fermín Bouza-Brey, digníssimo juiz na Estrada, dum livro do padre Sarmiento, *Onomástico etimológico de la lengua gallega*, Tuy, Tipografia Regional, 1923, que tem uma história interessante e que é, de resto, totalmente ignorado em Portugal e pouquíssimo conhecido na própria Galiza, à qual interessa enormemente.

Por interferência do então bispo de Tui, D. Manuel Lago González, depois arcebispo de Compostela, entusiasta da cultura galega, começou a ser publicado em folhetins do jornal católico de Tui, *La Integridad*, o manuscrito de Sarmiento. Um ou outro, mais providente, que teve o cuidado de colleccionar os folhetins, possui hoje o precioso trabalho; a grande maioria porém, que não teve essa solicitude, nem sequer pode recorrer às colecções do jornal, porque este foi mandado encerrar judicialmente e está inventariado. Acresce que se trata duma fôlha local, de reduzida circulação, mesmo na Galiza: disto resulta que o trabalho do grande renovador setecentista está pouco menos do que inédito.

Bouza-Brey, com uma gentileza rara, consentiu em despojar-se do volume, enviando-mo pelo correio. Aqui lhe exaro os meus mais calorosos agradecimentos. Aos leitores do *Boletim de Filologia* dou um apanhado da matéria do livro e dalgumas das suas novidades, esperando em breve elaborar um trabalho de conjunto sobre as doutrinas filológicas de Sarmiento, tanto mais fácil quanto alguns dos seus artigos da especialidade foram já publicados pelo *Boletín de la Academia Española*¹.

Então se verá como é justo integrar Martín Sarmiento na falange dos nossos filólogos do séc. XVIII, onde, pela sua vasta erudição,

¹ xv (1928), pp. 22-38, 447-457, 670-684; xvi (1929), pp. 244-255, 366-382; xvii (1930), pp. 571-592, 721-742; xviii (1931), pp. 118-135.

pelo seu discernimento pessoalíssimo e pela genialidade dalgumas intuições, sobranceia verdadeiramente a todos.

O *Onomástico* é caracterizado sobretudo pela íntima ligação da matéria filológica com a pedagógica. Nas suas freqüentes excursões pela Galiza, Sarmiento tinha notado a surpreendente riqueza da língua galega, sobretudo em termos que designam cousas do mundo visível, sobre os quais, de início, se deveria fazer o ensino das línguas, mormente o latim, cujo aprendizado teria necessariamente como base o galego, língua materna, e não o castelhano, idioma estrangeiro. Para isso era mister que os mestres fôsem galegos, com sólido conhecimento do idioma. Ele próprio define a intenção pedagógica do seu trabalho em termos de fervoroso galeguismo, que têm uma actualidade flagrantíssima, porque o que ontem sucedia com o latim sucede hoje, embora em menor grau, com o castelhano: «el fin principalísimo de estos papeles es despertar a los gallegos del letargo en que han vivido hasta aquí tocante a su propio idioma y advertirles de la tiranía que se ejecuta con su juventud, haciéndoles estudiar el latín por medio de una lengua extraña que no entienden, y obligándoles a que olviden la que han mamado» (p. 76).

Essa língua precisava, é claro, de ser colhida, fixada por escrito, para servir comodamente as necessidades do ensino. Para isso propõe aos galegos eruditos e curiosos que «recolham e coordenem os vocábulos galegos falados actualmente em todos os territórios da Galiza e que tenham em maior apreço a língua que mamaram. Não digo que, colocados em Castela, falem galego, mas que não forcejem por olvidar o seu idioma para comprazer aos castelhanos» (p. 13). Vai mais longe ainda. Traça um plano admirável de estudos regionais, que o Seminario de Estudos Galegos de Compostela está hoje realizando em parte, e que merecia ser imediatamente publicado na revista *Nós*. Se considerarmos que este programa foi ideado por 1757, ficamos verdadeiramente estupefactos da admirável intuição deste homem, que previu e até certo ponto delineou, com mais de cem anos de antecedência, os modernos processos da geografia linguística.

Sarmiento imagina um clérigo galego, abastado e de família nobre, chamado Aletophilo (= amante da verdade), que por si próprio faria, durante 20 anos de excursões através de toda a Galiza, aquilo que ninguém fizera até então, nem homens nem corporações: o dicionário, a gramática, a geografia e a história da Galiza (p. 190 ss.). Para a colheita linguística, Aletófilo conversaria com

rústicos, velhos, velhas e meninos, e escreveria o ouvido em cadernos; a fim de animar as informações distribuiria *cuartos*, cousa indispensável para quebrar o natural retraimento e desconfiança do camponio. Retirado em sua casa, nos meses do inverno, entregar-se-ia à coordenação e interpretação do material acumulado, tendo à sua disposição livros indispensáveis, como eram a *Corografia portuguesa* de Carvalho da Costa e o *Vocabulário* de Bluteau, «que supriria a falta de um vocabulário galego» (p. 200).

A maneira como ele concebia um bom dicionário de línguas, dá também a medida da sua originalidade. Note-se que Sarmiento reclamava já no seu tempo um *Diccionario geral das linguas românicas*, no qual, sob a raiz latina se inscrevessem os derivados vulgares.

É curioso como ele imagina um dicionário do idioma, em que se registaria a história da palavra, pondo-a, com exemplos, pela ordem cronológica dos seus significados. É o princípio vigente hoje em dia: «El saber que tal voz no se usó hasta tal tiempo, y que hasta tal tiempo no se usó en tal significación es un fecundo principio de critica y capaz de decidir un pleito, una cuestión, y una duda en materia de unas equívocas expresiones en los libros o en los instrumentos manuscritos» (p. 33).

A curiosidade insaciável d'este homem levava-o a discutir e resolver já problemas, sobre que se exercitou depois faticosamente a argúcia dos pósteros, desconhecedores das suas obras. Um d'ellos, que ultimamente fez correr muita tinta, está na explicação de certo animal peninsular, *zevro*, que consta de documentos medievais. Só há pouco tempo o professor Dr. Paulo Merea, em artigo da *Revista Lusitana*, xxv (1923-5), p. 284-6, conseguiu, baseado na carta municipal de Cuenca, identificá-lo com o burro selvagem, o onagro¹. Pois bem: 170 anos antes do professor português, Martín Sarmiento escrevera sete *pliegos* sobre esse formoso animal, que existia, se caçava e se comia em Espanha (p. 115). Pondo certamente em jôgo a sua rica erudição e os seus conhecimentos de história natural, esse artigo, que se encontrará inédito por alguma biblioteca da Península, deverá encerrar, como todos os seus escritos, notíciás muito curiosas. O ponto fundamental da demonstração vem repetido no *Onomástico*, p. 173, e consiste no seguinte: Sampiro diz dos Normandos que, pelo ano de 972, *pervenerunt ad alpes montes Ezebrarü*; o arcebispo D. Rodrigo

¹ Vid. o artigo de Américo Castro, *La palabra «zevro»*, na *Revista de Filol. Esp.*, xv (1928), pp. 173-179, e a nota de Spitzer sobre o caso, *Ibidem*, 375-6.

parafraseia-o assim: *mons qui onagrorum dicitur*. Sarmiento conclui portanto com segurança que a *zebra* era o onagro ou asno selvagem, que ainda existia em Espanha no tempo de Nebrija (pp. 115, 173, 222). Com vista aos eruditos portugueses que trataram do assunto.

Outro ponto sobre que se exerceu o seu grande conhecimento dos diplomas antigos e o seu agudo discernimento foi o do significado próprio de *caritel*. Ainda hoje não está suficientemente esclarecida a exacta significação deste vocábulo. O *Elucidário* de Viterbo¹, que Sarmiento não chegou a conhecer, é muito confuso e erróneo: o vocábulo teria vindo de *quiritare*, isto é, «querelar-se a el-rei dalguma violência».

O *Glossarium* de Ducange (ed. Favre) não adianta cousa nenhuma, porque se limita a dar a definição e os exemplos de Viterbo. Herculano e Cortesão porém aludem ao termo² e identificam-no com *arresto* ou *penhora*, fundados em documentos, em que efectivamente a expressão *põer caritel* parece ter esse sentido.

O primitivo e verdadeiro significado deverá contudo ser o apontado e defendido por Sarmiento, que, muito felizmente, confirma a sua hipótese com o verbo *caritar*, ainda usado em galego para designar «ferir, golpear a cara de alguém»³. É, de resto o sentido do passo do foral de Barcelos, citado por Viterbo, *non pectent caritel de nasum*, em que visivelmente se trata de multa devida a ferimentos corporais.

A evolução para a ideia de «arresto», se é que a expressão *põer caritel* alguma vez significou isso, não está bem clara. Espere-mos que alguns documentos novos, dos muitos que em Portugal e Galiza ainda há por publicar, esclareçam de vez o assunto. O trabalho de Martin Sarmiento não perderá com isso o seu valor, embora nem todas as suas derivações filológicas sejam naturalmente hoje de aceitar, provocando-nos até benévolo sorriso algumas das suas explicações.

RODRIGUES LAPA.

¹ Cf. *Rev. Lusitana*, xxvi, p. 132.

² *História de Portugal*, 8.ª ed., viii, 139, n. 3; *Subsídios para um dicionário completo da língua portuguesa*, s. v.

³ *Diccionario de la Real Academia Gallega*, s. vv. *caritar*, *caritel*, *cariteiro*. Entre as várias significações de *caritel*, algumas das quais tiradas de Viterbo, há uma que convém reter: «los derechos de sello o timbre, o sean, los devengados por timbrar o marcar con caracteres los mojonos de las heredades».

Caritel

Los abogados, que, no sé porqué, se han levantado con el pomposo título de literatos, o letrados, tienen tanta o mayor obligación que los maestros de estudiantes, para dedicarse al género de estudio que he propuesto¹. Un abogado en Galicia, sea gallego o castellano, que no sabe el latín puro y el facultativo, que no sabe el latín bárbaro de la Media Edad, que se escribió en Galicia, que no sabe el gallego antiguo de los instrumentos, y el gallego vulgar y actual que en general se usa, y el que es especial en algunos territorios, ese tal ente ni es literato ni letrado. Ni es, ni puede ser, abogado, ni informar a los jueces en los pleitos, cuyo asunto es sobre la genuina inteligencia de una cláusula, expresión o palabra de un instrumento antiguo, sea latino sea gallego. Ese no se deve llamar abogado, sino vocero, como se usa en las Partidas, pues sin los requisitos propuestos podrá meter el pleito a voces pero no entenderlas y penetrarlas.

Estando yo en Pontevedra se me hizo la pregunta del significado de la voz *caritelus* o *caritelum*, que se halla en un instrumento latino de Galicia del siglo XII. En virtud de una significación disparatada, que no sé quien había dado a esa voz, se pensaba ya en entablar jurídicamente una pretensión. Respondí de pronto, pues no tenía a mano libros que consultar, y me parece que acerté con la significación, aunque no con la etimología por ignorar entonces un verbo gallego usual, que oí después en aquellas vecindades y con lo qual apuré la etimología también. De hecho, manifestando la significación de esa voz *caritelum* en los instrumentos, se logró que no se pensase en tan disparatada pretensión en virtud de esa voz.

Jamás oí en Castilla, ni leí esa voz *caritelo*. El año de 45 vi en Celanova un privilegio original de don Alfonso el VII, Emperador, en el cual daba al Monasterio el derecho del *caritel*. Y no sé quien había dicho allí que significaba jurisdicción de horea y cuchillo. No asentí a ello, y mucho menos después que leí no sé en qué instrumento que no respondiesen *pro homicidio* ni *pro caritelo*, cuya voz yo leí también *caliter*. No me remitieron copia del instrumento en que se hallaba la voz *caritel*, sino unas palabras desfal-

¹ O estado da lingua galega e a investigación das etimoloxías.

cadass: *ut nec sucesores mei in illis* (en los cotos de los señores del instrumento) *habeamos jus, nec vocem nec calumniam*. Y hablando del dicho poseedor, dice: *vocem et caritelum habeat semper*.

Para entender esta voz *caritel* en su significación y etimología, es indispensable *soltrar* aquí muchos cabos, para unirlos al fin y coordinarlos. Es voz que pide especial atención por ser tan rara y casi inaudita; y que ningún juez, abogado o escribano la entenderá si tropieza con ella en algún instrumento. Con el fin, pues, de que puedan entenderla, y de que no armen pleitos sobre voces que non entienden he ocupado aquí algunos párrafos, para que quede a la posteridad lo que me ha ocurrido sobre la dicha pregunta: porque es difícil que otro que no se halle en la misma combinación de circunstancias, pueda discurrir por donde yo.

Los reys, como principio y fuente de toda jurisdicción secular, la han comunicado a varios cuerpos o comunidades de catedrales, monasterios, ciudades, villas, y a personajes de otra esfera. Y esto, con más o menos restricción, según constare de los privilegios. Es constante que estaban señaladas penas y multas a los que cometían este o el otro delito. Y cuando era de los mayores eran responsables los vecinos; aunque no fuesen los agresores, porque no habían tenido cuidado de estorbarlos: v. g.: si en tal lugar o vecindario se ejecutaba un robo, o una muerte, todo el vecindario pagaba el tanto del robo, y pagaba una grande multa por el homicidio.

De ese modo todos velaban y todos se interesaban en que en su comarca y vecindad no sucediesen robos y homicidios. Esta ley ha sido y es común en muchas naciones cultas, y en España se ha observado en todo tiempo, sin que haya salido ley en contrario. Y el no estar ya en rigurosa observancia ocasiona tantos robos, tantas muertes y tantas picardias mayores, sabiéndolo, consintiendo, callándolo, y aun encubriéndolo diferentes vecinos. Solo ha quedado una sombra de aquella ley en la multa que se echa de diez ducados al dueño habitante en la casa en la cual se prendió fuego por algún acaso; como que se le multa por el poco cuidado.

Asimismo se conserva la práctica de prender los vecinos de un barrio en donde se encuentra un cuerpo asesinado. Pero no sé que se prendan los de un barrio en donde ha sucedido un grandísimo hurto. Lo que no tiene duda es que en los lugares que frecuentan los gitanos, se conocen allí los que actualmente son ladrones, bandoleros y asesinos, como los jarros en la taberna. Los vecinos que los conocen callan de temor; otros callan porque van a la parte;

otros porque son parientes; otros porque se están ensayando para las mismas habilidades, y muchos porque los dá poco cuidado que a un caminante roben sus convecinos todo cuanto lleva, como a ellos no les roben un maravedi.

Si se observase la ley de que entre todos se aprontase la cantidad robada, o el valor de las alhajas, y se restituyese jurídicamente al damnificado, bien seguro es que todos sentirían el robo y que llorarían la multa: *ploratur lachrymís amissa pecuniá veris*. Bien seguro es que todos pondrían cuidado en que no se anidase entre ellos aquel género de gentes, ni permitirían viviesen en el lugar ni parasen en las cercanías hombres desconocidos, sin oficio, ociosos, y que comían, triunfaban y usaban armas. Como tienen guardas del campo y de los montes para los frutos y caza, o estos u otros debían tener la obligación de dar parte cada día a la justicia de las personas desconocidas que rondaban las vecindades, sin destino, y cuando se entraba en el lugar. El cuidado que se pone en una plaza de armas para admitir o no admitir a gente desconocida, y aunque sea eclesiástica, con igual razón se debía poner en los lugares formados.

Acaso las muchas exenciones que los reyes han dado de aquella responsabilidad que prescribía la ley citada, ocasionarían que la misma ley viniese a parar en sombras. Consta de infinitos privilegios que los reyes exentaban de la responsabilidad dicha a los que servían a los monasterios, o como vasallos, o como caseros, o como vecinos, por el motivo de que se suponían todos ocupados en servicio de los monasterios o santuarios. Y por lo mismo les exentaban también de los servicios personales, reales o consejos. Sin tener esto presente ninguno entenderá bien los instrumentos antiguos.

En un instrumento de Samos del año 1180, lei esta exención que el rey dá a unos vasallos del monasterio: *liberi sint de pecto, petito, fossado, fossadaria, caritello et homicidio, de comestione et qualibet alia invasione*, etc. Aquí se comprenden servicios personales y responsabilidades de delitos: *pecto*, pechos, *petito*, podidos o tributos, *fossado*, el ir a la guerra, *fossadaria*, el ir a cavar a los castillos, murallas o fortificaciones; *caritello et homicidio*, el no ser responsables del homicidio y del caritel; *comestione*, de dar el yantar, etc. En otros privilegios hay más número de voces, de cuyos significados dá exención el rey.

Pondré aquí una para desvanecer una credulidad ignorante. Lei en privilegios de Arlanza que el rey exenta del apellido a unos

vasallos del monasterio. Apellido viene de *apello*, -as, «llamar», y significa aquella señal que se hace para que, cuando el enemigo acomete de impensado, concurren todos los vecinos a tomar las armas para rebatirle. Y acaso de ahí se llama *tocar a rebato*. En Cataluña tocan a somatén, en Pontevedra tocan al arma. Y a imitación, los franceses *alarmer*; y hoy entre los soldados *tocar la generala*. Es pues la exención de que, aunque se toque a rebato, o a apellido, estén exentos dichos vasallos de ir a él y tomar las armas. De la voz *apellido* se hizo la voz *apelde*, que significa lo mismo.

En Toledo se usa esta voz *apelde*, cuyo significado me dijeron allí que no se entendía. Se dice en la iglesia de los Franciscanos una misa al amanecer, y casi de noche. Llaman la *misa del Apelde*, y se dice: «ya tocaron el Apelde». Cuentan no sé qué cosa del otro mundo para decir esa misa, y que se le puso el nombre de *Apelde*. No tiene más misterio esa voz *apelde* que la voz *apellido* y sólo se muda el ejercicio. En el apellido se llama la gente para tomar las armas, y en el apelde de Toledo se llama a los fieles para que vayan a oír la misa y a encomendarse a Dios.

Pongo distinción entre pena y multa. Pena corresponde al delito y a la persona que lo cometió. Y multa corresponde al descuido de los que no han estorbado el delito. De la pena no hay exenciones, pero de la multa, sí. Sería desatino creer que el rey exentase al homicida de la pena, aunque fuese vasallo de santuario alguno; pero no es desatino creer que exentaba a muchos de la multa aneja a la responsabilidad por el homicidio.

Las más de esas penas y multas se reducían a dinero, el cual se juntaba para contribuir al rey. Pero como era señor de la jurisdicción, de ese dinero quiso hacer e hizo muchas liberalidades de uno y de otro, *simul*, o de alguna de las cosas separadamente. Las expresiones formales de los privilegios determinan el que se concede o del que se exenta. El conceder que tengan el homicidio y el caritelo es concederle el útil y multa de esos delitos. El decir que indulta del caritelo y del homicidio es decir que no sean responsables ni paguen multa. Y generalmente concede que el dinero de las penas y de las multas, que debía percibir el rey, le perciba el santuario o las personas a quienes hace la donación, o gratuita u onerosa.

Es comunísima en los instrumentos la voz *calumnia*, y en los vulgares *caloña*. Asimismo sus plurales, *calumnias*, *caloñas*. Esta voz, según el contexto, significa todo género de delito o injuria,

o todo género de multas y penas por él. Por todos los textos citados se palpa que la voz *caritelo* significa especie de delito o calumnia.

Repítanse las dos voces del instrumento que dió motivo a preguntarme el significado de *caritel*. En la primera se dice *neque vocem, neque calumniam*. En la segunda, *vocem et caritelum*. Así es indisputable que *caritelum* es especie de calumnia.

Pero, que especie de delito o de calumnia era el caritelo? Ya estamos en el punto crítico de la pregunta, para cuya respuesta nada sobra de lo que hasta aquí he escrito de prevención. El año de 1136 concedió el rey D. Alfonso el VII y Emperador a la iglesia de Salamanca lo mismo que se concedió en el privilegio de la pregunta, salvo que no nombra *caritelum*, sino su equivalente, v. g. *de homicidio, de ranso* (es el robo), *de calumniis, sive de livoribus*. La voz *sive*, que media entre *calumnias* y *livores* prueba que *caritelum* en Galicia significaba la *calumnia* que se cometía cuando a otro se le hacían *livores*.

Había *calumnia* por robo, por homicidio, por livores, por palabras injuriosas, etc. *Livor*, en general, significa herida, y en especial cuando se hace cardenal, o se pone color cárdeno, lívido y aplomado. Y de esa raíz ha venido la voz *divieso*, que hoy en la Rioja llaman, y mejor, *livieso*, y en Pontevedra *leixenzo*. Ducange dice: *livor, vulnus inflictum, ex quo livor apparet*. Y el mismo cita un texto antiguo en el cual se gradúan las multas correspondientes a la mayor o menor gravedad de los livores. Si sólo era cardenal se pagaba la 4.^a parte de un sueldo. Si se levantaba tumor se pagaba la 3.^a parte; y si resultaba tumor y cardenal se pagaban dos terceras partes del mismo sueldo.

El antiquísimo nombre castellano de *livor*, -oris, es *tolondro*. Consta de la antiquísima versión castellana del solo texto hebreo de la Biblia; en el cual, a las cinco veces que la Vulgata traduce *livor*, se pone cinco veces la voz *tolondro*, v. g., en donde en el capítulo del Éxodo se dice que pague *livorem pro livore*, según la ley del talión, corresponde *tolondro por tolondro*. Y de aquí se infiere que la vulgar acepción del verbo *atolondrar* no es la primitiva, pues muchos se atolondran sin que se les toque en el pelo de la ropa. Pasó la significación de los golpes, con chichones, que se hacen en el cuerpo, a las fuertes impresiones que se hacen en el alma.

Hoy se usa *tolondro* y *tolondrón*, significando el mismo chichón o tumor, y en Galicia llamamos *pote*. Pero antes se usaba la voz *torondón*. Y esto me hace sospechar si todo viene de la raíz pura

latina *turanda*, de que usa Varrón. Son *turandas* las hilachas que se ponen en las heridas. Y en Varrón significan aquellos bultos, o bollitos de masa con que se cebaban y empapizaban las pollas, capones, gallinas y otras aves. A esas *turandas* llaman en Deza *galatos*; y creo vendrá de la raíz griega *gala*, *galactos*, que significa «leche», aunque latinizada; porque antes, y acaso hoy, se amasan con leche esos galatos. Y no es increíble que a eso aludan las *pollas de leche*, porque se ceban, o se cebaban, con aquellas turandas o torondas. Había mucho que decir sobre el origen de la voz *turanda*, pero eso se podrá leer en los libros.

Ya hemos llegado a saber que el derecho al caritelo no es otro que el de percibir las penas y multas de aquel género de calumnias que se cometen cuando unos a otros se hacen heridas y livores. Sobre este pié respondí entonces. Y en cuanto a la etimología de caritel no hice pié entonces, y sólo propuse, como conjetura, si acaso vendría de *culter*, o *cultellus*, como que la calumnia se ejecutaba con cuchillo, navaja, u otro hierro. Fundábame, y no mal, en que había leído en los fueros de Logroño esta ley: *et nullus homo qui traxerit cultrum perdat pugna, et si non, redimat se*. No espante la voz *nullus homo*, pues según el estilo de aquellos siglos, *nullus homo*, significa *omnis homo*, como hice evidencia leyendo los fueros de Cáceres.

A pocos meses de haber dado mi respuesta, se me ofreció ir al lugar *da Lama*, tres leguas distante de Pontevedra, al oriente. Pasé por un lugar llamado Caritel, y oí en el camino usar, como vulgarísimo, el verbo gallego *caritare*. Estas dos voces tan simbólicas *caritel* y *caritare*, me hicieron volver a pensar en la voz caritelo. Ya sabía antes que había en Galicia lugares con el nombre Caritel. Uno hay en tierra de Sárria, otro junto a Pontevedra en Lourizán, y este[s] que vi en una jornadilla y son dos: uno Caritel de Caldelas, y el otro Caritel de Forzanes. Pero no acertaba a simbolizar su significado con el de caritelo.

El verbo *caritar* me abrió mucho camino. Significa *caritarse* uno a otro el arañarle la cara, cruzársela, y herirle con golpes y rasguños. Así es amenaza decirle a uno: *heiche de caritar la cara*; y corresponde a *razar*, por otra expresión que hay en esta copla vulgar:

Farruquiño, se te fores,
deixame a tua navalla;
a quen me falar d'amores
para lle *razar* a cara.

Hay un adagio en dicho país de los dichos dos Cariteles, que los del país caritaron en Caritel al revoltoso Pedro Madruga, diciendo que hácia Sotomayor hizo lo que quiso, caritando y haciendo extorsiones a muchos, pero que en Caritel le caritaron a él. Esto alude a que el duque de Sotomayor don Pedro, a quien por mote llamaron *Madruga*, seguía el partido de Portugal en tiempo de la Beltraneja, y se entraba por Galicia haciendo mil hostilidades.

Digo, por último, que la raíz de *caritelo* es el verbo puro griego *charasso* y *charatto*. Este pasó al latín, *caracto*, *caratto*, mudadas las dos *tt* en *x*, y al principio con *ch*. Todos estos verbos significan arañar, burilar, escribir, esculpir; de donde vino la voz *carácteres*. Y el poeta Prudencio lo usó así: *caraxat ambas, ungulis scribentibus, genas*. Esto es, que con las uñas, como escribiendo, había arañado las dos mejillas, al modo que en los funerales hacían las mujeres, y se les prohibió por las Doce Tablas: *Mulieres genas ne radunto*.

Este verbo se conserva en el verbo francés *grater* y en el italiano *grattare*; y estoy aturdido de que el docto Ménage buscase para los dos la raíz *rado*, *-is*, *ratare*, añadiendo *g*, estando el origen a primer folio en el texto, que cita, en los orígenes italianos¹. Es ley de los Borgoñones, que dice: *Si quis aliam ungibus crataverit, ut non sanguis, sed humor aquosus decurrat*, etc. ¿Que dice esto sino esto vulgar: «si alguno con las uñas caritare a otro»? Y añádese a lo dicho que Ducange cita la voz latina de Media Edad, *caratter*, para significar herida, llaga y úlcera: *mulier carat-teres habens*, que estaba plagada de heridas, o que tenía cariteres, o cariteles, o caritelos.

De este modo se conoce que la misma raíz de «caractères» es la de «caritelos», y del verbo gallego *caritar*. Aquí llegaba, cuando acordándome que tenía en la celda un extracto de algunos privilegios de Samos, le busqué, registré, y en él he leído cuanto se podrá desear para confirmación palmaria de todo cuanto llevo discurrido. Don Fernando II, rey de León y de Galicia, concediendo al monasterio de Samos el lugar de Froyán, dice así: *Facio textum . . . donationis de omni caractere et voce, quam et quantum habeo*. Y despues: *dono vobis caracterem et vocem totam quantam habeo*.

¹ Todavía é conveniente frisar que Ménage previu o verdadeiro étimo: «Les Allemands disent aussi *gratzen*. Et le François *grater* pourroit bien avoir été formé de ce mot Alleman». [Nota de R. L.].

Cotéjese esto «carácter y voz» con la expresión *vocem et caritulum habeat*, que dije había ocasionado la pregunta y mi respuesta, y se palpará que *caractero* y *caritelo* son una misma voz y que tienen una misma raíz, *caracto*, o *charatto* y un mismo significado en los privilegios. Cotéjese la otra unión *vocem et calumniam* y la identidad *calumniis sive livoribus* del instrumento de Salamanca, y la otra expresión en el primer instrumento de Samos *de caritello et homicidio*, y será visible la confirmación de todo lo dicho.

Vamos a las épocas. El instrumento de Salamanca es del año 1186. El de Celanova de 1155. El que trae *caracter*, de Samos, es de 1161. El de la pregunta (que es de la iglesia de Tuy, pues no hay inconveniente se diga) es del año 1169, y de don Afonso I de Portugal. Y el de *caritello*, de Samos, de 1180. Nótese ahora: que del instrumento que dice *caracterem* es su fecha en Salamanca; y los que dicen *caritulum*, en Galicia. Así es creíble que en Castilla y en León haya más instrumentos que usen la voz *caracterem* en lugar de *caritulum*, que se usa en los instrumentos latinos de Galicia. Y siendo cierto que *caractero* no se derivó de *caritelo*, sino al contrario, se conoce que la raíz de *caractero* es la misma de *caritelo*.

En el código Teodosiano, que Cujacio sacó a luz, y en la p. 550, hay una Novela Constitución de Valentiniano, que habla de *tributis fiscalibus*. Entre esos tributos habla de *caractere*, pero con solo la voz y sin explicación alguna. Basta saber que era especie de tributo o multa que pertenecía al fisco real. Tan antiguo es como esto el origen de la voz latino-gallega caritel. De la voz *caractere* se dijo *caratere*, *calítér*, *caritulum*, *caritellum*.

Y atendiendo a las dos *tt* de su raíz *charatto*, se conservan en los verbos *gratter* de los franceses, y en el verbo *grattare* de los italianos, los cuales significan lo mismo que el verbo *caritare* gallego, por lo cual se deba escribir con dos *tt*: *carittar*.

Si Menage hubiese atendido a estas dos *tt*, no pensaría, en el *rado*, *-is*, *ratum* para la etimología de su *gratter*. Y si los italianos hubiesen reflexionado sobre el verbo *unguibus crataverit* y al texto de Prudencio ya citado no intentarían tantas etimologías falsas de su *grattare*, sin haber soñado la verdadera. El comer y el rascar no quiere más que empezar. La significación de *gratter*, *grattare* y *carittare*, y de la raíz de los tres *charatto*, comenzó por «escribir», pasó a «rascar», y aún el rasguear se aplica al escribir caracteres con hermosura y garbo. Después pasó a «burilar», «grabar» y «esculpir». Después pasó a «arañar», como hacen los

gatos, niños y mujeres, cuando con las uñas ofienden o se defienden, y entonces mejor se dirá «aruños» y «rasguños», aludiendo a las uñas. Después pasó a «arañar, rasgar o romper la carne con navaja, cuchillo u otro instrumento». Después a «sajar», «rajar», y *rachar*, gallego.

Ducange, en la voz *garsa* y *jarsa* dice que estas voces significan las ventosas sajadas; y siguiendo unas glosas las deriva del verbo *caraxare*, pues dicen *caraxare*, *garser*, como se dijese *carasare*, que corresponde al verbo latino *scarnificare*. A este pone por castellano Nebrija *jassar*, con dos *ss*; y ha sido descuido omitir una en el diccionario académico, pues las dos *ss* determinan ser su raíz *charasso*. Y Ducange dice de la *garsa*: *Vox confecto ex charactere*. Covarrubias dice que *rajar* viene del verbo griego *rachizo*, que significa lo mismo. No sé si el verbo gallego *rajar* se debe escribir con *j* o con *x*; si con *j*, así *rajar* como *rachar* vendrán del *rachizo*, y también la voz gallega *rajo*, que significa el espinazo del cerdo, pues *rachis* significa el espinazo.

Si se debe escribir *rajar* con *x*, *raçar* creo vendrá mejor del verbo *carasso*, o *ca-raxare*, perdida la *ca*. A este modo hay el verbo *rañar* en gallego; y es cuando uno toma la lección de arte a un niño, y vá haciendo tantas rayas con la uña en la margen cuantos son los puntos que yerra; y así se dice que fulano *raña* mucho cuando toma la lección. Tengo para mí que ese verbo gallego *rañar* viene del verbo *arañar*, perdida la *a*, v. g., *a-rañar*.

Aun pasa adelante con mayor actividad la significación [de] *carattare*, pues significa hacer todo género de heridas, llagas y cuchilladas, o con sangre o sin ella, o levantando livores, o tofondros, o no. Todo lo dicho, no interviniendo homicidio, pertenece a la calumnia de *livoribus*, y por ella se multaba en tanto al agresor; cuya multa tocaba al fisco, o a aquel a quien el rey la había concedido, y esto era puntualmente dar el derecho del carácter, o del caritel.

Aun falta averiguar porqué tal y tal sitio o lugar se ha llamado Caritel. Lo primero que se ofrece es si se llamarían así de la voz *garita*, como que en sus alturas estaban las garitas de las atalayas. Esto no puede ser, porque *garita* no es voz antigua, pues no la trae Nebrija, y la voz *caritel* es muy antigua significando algunos lugares. Acaso sería porque en esos lugares cobraría, no el rey, sino algún señor o comunidad la multas del caritel, y les pondrían ese nombre aludiendo a que estaban exentos de pagarle al rey.

Yo sólo digo, pero interinamente, que la significación de caritel en los lugares es traslaticia y metafórica. En el Caritel, en donde

estuve cuando fui a la Lama, vi a la izquierda uno como montezuelo, separado casi todo de peñascos, pero con muchas grietas y escabrosidades, y por consiguiente con muchas prominencias. Quedóme en la fantasía, porque no había visto montezuelo con aquella faz y estructura. Acaso por estar aquella peña como caritada de rajas, costurones y tolondrones, le llamarían Caritel, o caratér. Hay melones que llaman escritos o caracterizados, y se podrían llamar caratéres o cariteles.

Muchos lugares tomaron el nombre de la disposición de un peñasco, v. g. Piedrahita, de una peña alta, y como que está fija y enclavada. Antas, de unas altas losas que están como estacas plantadas en algún sitio. Peña Corneira, Peña Partida, y en lo antiguo Petrascripta, porque tenía letras y caractéres, o porque parece que los tenía. Y no vá fuera de camino se llamasen esos sitios caractéres o caritéles, porque en esos peñascos estaban escritos, como en mojones, los caractéres o inscripciones que demarcaban los términos de tres o cuatro lugares conterminantes allí. En el priorato de Moraime, benedictino, en donde he estado, hay un lugarcito llamado Cartel; y junto a Chantada, uno llamado Cartelos. Creíble sean síncope de caritelos o caractéres, aludiendo a letras o caractéres.

Véase aquí la polvoreda que ha levantado una sola voz latino-gallega, que se halla en un privilegio real, y sobre cuya genuina significación he sido preguntado. Y vean aquí de camino los abogados de Galicia y de Castilla, cuánto se necesita leer y discurrir para entender de raíz y a *fundamentis* una voz, si sobre su significación se entabla algún pleito de sustancia. Pensé reducir a cinco o seis párrafos solos la explicación de la voz *caritel*, pero la multitud de derivados que salen de su raíz me hizo extender tanto la pluma. No me pesa, pues de ese modo se apuntaron aquí los orígenes de muchas voces gallegas y castellanas.

FRAY MARTÍN SARMIENTO.

Livros de falcoaria

Ao publicarmos, em 1931, as duas versões, antiga e modernizada, do *Livro de Falcoaria* de Pero Menino (B. N. 2294, F. G. e 518, Pomb.), demos uma ideia do códice, em que estão contidos dois tratados diferentes de cetraria¹; e logo prometemos a publicação dos compêndios inéditos de falcoaria, que muitos e interessantes são, sobretudo os do Museu Britânico². Hoje apresentamos a edição do *Livro de cetraria e experiencias de alpijs caçadores*, que constitui a primeira parte do códice 518, Pomb., e é designado, para efeitos de citação, pela abreviatura *E*³.

O códice não tem nome de autor, como tantos outros do mesmo género, nem data certa; mas o exame da linguagem, que os escribas ou o escriba, pouco apurado e atilado, não pôde totalmente deturpar e modernizar, levou-nos já à convicção de que se tratará duma obra ainda do séc. xv, pelo menos na sua forma originária⁴. Possivelmente uma daquelas que o bispo e prior de Santa Cruz, D. João

¹ Rodrigues Lapa, *Livro de Falcoaria de Pero Menino*, Coimbra, 1931, pp. x-xii.

² Para o *In Memoriam* de Mário Barreto, que se está preparando no Rio de Janeiro, enviámos a edição de dois textos do Museu Britânico (Núcleo Sloane, 821): o *Livro de Cetraria e Falcoaria Velha* (FV) e a *Cetraria do rey Dancos* (RD).

³ Deverão estar presentes os títulos abreviados dos seguintes textos:

A—*Livro de Falcoaria*, de Pero Menino (cód. 518, Pomb.);

B—*Livro de Falcoaria*, de Pero Menino (cód. 2294, F. G.).

Ambos estão já publicados, o segundo com 2 edições, a de Gabriel Pereira e a nossa.

C—*Livro de Falcoaria*, de Pero Menino (Museu Britânico, Núcleo Sloane, 821); foi utilizado largamente por nós nas notas ao texto da edição de Menino;

D—Tradução para português da *Caza de las aves*, de Pero López de Ayala (Sloane, 821);

E—*Livro de cetraria e experiencias de alpijs caçadores* (518, Pomb.). Cf. *Falcoaria de Pero Menino*, p. xx ss. e xl.

⁴ *Falcoaria de Pero Menino*, p. xi, n. 1. Evidentemente que alguns caracteres de fonética, morfologia e sintaxe ali apontados chegaram ainda, senão geral, pelo menos isoladamente até à primeira metade do séc. xvi. Contudo isso nada aduz contra a nossa presunção, que se funda na totalidade dessas características. Naquela nota, além de muitos factos que citaremos agora, faltou indicar certas grafias, como *chaã*, *riço*, *manhaã*.

da Costa, se entretinha em coleccionar antes de 1473, e ficou desgarrada da colecção do Museu Britânico¹. Uma outra circunstância nos fortalece esta convicção: o aspecto verdadeiramente primitivo de certas mēzinhas aconselhadas, de todo inexistentes no receituário de Pero Menino: tremoços torrados, pós da reigada do corno de veado, pós de ferro, leite de mulher, sumo do pessegueiro para as lombrigas, gotas de mijo para o ôgurão [?], etc., que lembram um pouco o atrasado receituário da *Falcoaria Velha*. Todavia — e isso é um caso a considerar — o nosso texto, que é sobretudo uma compilação, como claramente o diz o seu próprio título, poderia ter respigado de compêndios mais velhos essas velhas medicalizações.

Em geral, *E* tem mais abundante receituário que *A*. Nota-se isso, por exemplo, no capítulo dos cravos: a par da mēzinha, constante, com mais pormenores, em *A* e *B* (pp. 36–41), aconselha *E* ainda outros medicamentos: o sebo da rinhoada de carneiro, a se-rabela, o gálbano, a beringela aberta em quartos (fl. 25 v. e 26). Contudo, apesar da coincidência, até por vezes textual, como succede no capítulo das *grosmas*, *E* deverá ser considerado como perfeitamente independente dos outros². O seu compilador deveria ter tido conhecimento da *Falcoaria* de Pero Menino e até possivelmente da imitação ou plágio de Ayala, talvez na versão portuguesa (*D*)³;

¹ *Falcoaria de Pero Menino*, p. xvi ss.

² Veja-se o seguinte confronto:

A, fl. 35 r. – 36.

As grosmas são geradas na cabeça do falcão por muytas maneiras: as primeiras, na boca, e son quando o falcão he treito dagoa; e aquella aguoá corre pellas cachages à boca e cozelha e fazlhe gorsemas; estas nã sou de cajião e cura dellas por esta guiza: toma hũ pano limpo delguado e molhao no vinho branco e lavalhe a boca con elle e borrifalhe a cabeça e o rosto con elle até que seja são, etc.

E, fl. 16 v.

As grosmas sam geradas na cabeça da ave por muytas maneiras...; as hũas dellas sam geradas na boca, quando a ave he treita dagoa, e aquella aguoá lhe corre pellas cachages e lhe faz hũas chaguas na boca; estas grosmas debes curar por esta guiza: toma hũ pano delguado limpo e molhao no vinho branco e banhalhe a cabeça [Em *B*, lavalhe a cabeça] con elle, e borrifalhe a cabeça con este vinho até que seja são, etc.

Cf. ainda os capítulos 21 de *A* e 37 de *E*.

³ O capítulo 14, do banhar das aves, é parecido na substância com o correspondente de Ayala (cap. ix), mas absolutamente independente na forma.

mas, a par dêsse, reuniu certamente outro material, que não é fácil determinar por enquanto, antes da publicação de todos os livros ainda inéditos¹.

O método seguido na edição de *E* foi substancialmente o mesmo que presidiu à publicação de *A*: o respeito absoluto das particularidades do texto, excepção feita da pontuação e dalgumas extravagâncias ortográficas, cuja útil correcção em nada altera a sua essência e evita aborrecidos erros de leitura. Está neste caso a simplificação ortográfica dos artigos *ha*, *ho* e conjunção *he*, que facilmente poderiam ser confundidos com as formas dos verbos *haver* e *ser*. Todavia, a presente edição é ainda mais conservadora, porque mantém no texto sem dobrar a consoante palavras como *asertão*, *así*, *coroupê*, *corem*, etc., e chega ao extremo de tolerância de conservar grafias absolutamente fantasiosas, como *habril*, *hirás*, *bocha*, *sobrebycho*, *estanchar*, excepcionais e portanto inofensivas.

Vejamos agora o próprio texto e analisemos os seus caracteres lingüísticos.

FONÉTICA.— Grande parte do peculiarismo fonético do texto foi alterado pelo escriba ou escribas, que, como em *A*, e mais ainda do que em *A*, nos deram geralmente um texto à maneira seiscentista com restos bem visíveis aliás de antiguidade:

1. As formas *não* e *nõ* alternam no texto; mas *SEXT* é representado geralmente por *são*, *sum*, *san*; da desinência *-ou* em substantivos não aparece mais do que um exemplo, *mordadon*, fl. 25. *E* foi pois a este respeito, —e de resto a todos os outros— mais actualizado do que *A*². Todavia, como já foi citado, existem isoladamente grafias de aspecto mais arcaico, toleradas pelos escribas: *rigo* 4r. (Cf. *B*, 21, l. 21, *gegũ*). *chaã* 5. *manhã* 9, *manhã* 19,

¹ Por carta enviada ao Dr. Leite de Vasconcellos em 13 de Março de 1933, informa o professor sueco, Sr. Gunnar Tilander, actualmente em Madrid, de que encontrou recentemente, num manuscrito mal catalogado, os seguintes livros portugueses de falcaria:

1. Uma tradução portuguesa do livro de Ayala, que deve corresponder a *D*;
2. Uma tradução portuguesa do livro de Daucus, que deve representar *RD*;
3. Uma tradução portuguesa parcial do *Tractatus de arte venandi cum avibus*, de Frederico II, que deverá corresponder ao ms. do Museu Britânico (Cf. *Livro de Falcaria de Pero Menino*, p. xx);
4. O livro de Citraria de Pero Menino.

² *Livro de Falcaria de Pero Menino*, p. XLIV.

que deverão pertencer ainda ao séc. xv, embora possam entrar, como formas arcaizantes de escrita, pelo séc. xvi adiante¹.

2. A assimilação do *r* ou *s* à palatal seguinte, existente também em *B* 15, l. 8 *develhes* e em *A* 69, l. 9 *develhas*, está documentada em *E* 6 v. *descozelhos has*, 17 *develhas*, respectivamente por *descozer-lhos-as* e *deves-lhas*. A assimilação freqüente *sl* > *ll* ocorre simplificada em *danbalas* 7, *todalas* 20 v.

3. Assimilação progressiva do *l* à nasal anterior: *hão nos* 4 < *han los*, *não no ponhas* 24 v. Podem ver-se exemplos em *A* e *B*. Cf. edição, p. XLIV.

4. Alteração do *e* inicial protónico em *a*: *avita-lhe* 2, *antão* 10. A forma mais freqüente é *então*; não há o menor vestígio do arcaico *des i*.

5. Influência da líquida sobre a vogal: *arrapiando* 10 v. O verbo *embrulhar* está assim documentado: *dezenburalha* 9 v. *enborilhes* 10, *enbrulhado* 13 v. *enborilhao* 17, *enburilhado* 27, 28.

6. Verifica-se um exemplo de *no mais* 23 v. < *non magis*.

7. Ao contrário de *A*, que só conhece *enzunda*, *E* usa, como *B*, a forma *enzulha* 8 v. 9, 11 v. Não deixa de ser curioso, porque o escriba de *A* é o mesmo de *E*; prova de que, ao menos nisto, foi respeitado por ele o texto, que já não era o original, como supomos.

8. Mantivemos a lição *aproveita ò bucho* 13 v. como forma popular: *ao* > *oo* > *ò*; todavia também seria legítimo escrever *aproveit'ao bucho*. Nos textos antigos essas contracções são freqüentíssimas.

9. Em *A* 6, l. 14, emendámos a lição do texto *pucura* para *pu-cara*, forma geral tanto num como noutro livro. Agora em *E* preferimos manter a versão *pucura* 26 v. que pode significar uma assimilação ou um suarabacti: *púcara* > *pucra* > *púcra*.

10. Um fenómeno curioso de metátese, inexistente em *A* e *B*: *estrouto* 22 v. *destrouto* 17, *destrouta* 29 v. Não corrigimos a forma *estroutro* 12, porque ela pode muito bem ser o resultado do cruzamento *estoutro* × *estrouto* = *estroutro*. A generalidade da forma em *E* e a sua inexistência em *A* e *B* dizem-nos que não se trata dum erro de escriba, mas dum documento pouco conhecido de metátese.

11. Teremos de ver em *propia* 24 uma forma popular de dissimilação e não propriamente uma falta do escriba, que de resto não seria para estranhar naquela época castelhanista.

¹ A numeração dos exemplos citados de *E* refere-se à foliação do manuscrito, indicada no texto; a de *A* e *B* à página e linha da edição de 1931.

MORFOLOGIA.—A morfologia tem menos interêsse e um aspecto mais moderno do que a de *A*, salvo uma ou outra excepção, que apontaremos. Damos, não um estudo total, mas simples resenha dos factos que reputamos mais interessantes como características do texto:

1. É curioso registar o feminino *aves gargantoas* 17, e comparar com *B* 13, l. 19 *aves guargantões*. Estaria na lição primitiva de *E*, como me parece, *gargantões*? É caso para ver se numa época da história da língua o sufixo aumentativo valia para os dois géneros¹.

2. *lhe* é usado regularmente para os dois números: *quando lhe deres* 3 v. = aos falcões; *dalhe* 3 v. = dá-lhes.

3. Das formas verbais tem particular interêsse o imperativo e 3.^a pes. do sing. do pres. do ind. de *poer*: é extremamente frequente a forma arcaica *pon* < *pone*; sob este aspecto *E* é ainda mais arcaizante do que *A* e *B*, onde a percentagem das formas analógicas *põe*, *poen*, *põe*, *põe* é muito maior. Registamos em *E* os seguintes casos: *poulhe* 9 v. 11, 14 v. 16 v. 27 v.; *ponte* 9 v. De *poer* não há um único exemplo; só se regista *pôr* 9, 11.

São dignos de menção os arcaísmos *faze-se* 26 v. *estê* 10, 21 < *stet*, a par de *esteja* 28, os particípios passados *tosto* 27, de *tostar*, *muda* 8 v. de *moer*. Cf. *A* e *B* 24, l. 4, 17 *esmundo*, *B* 46, l. 16 *muudas*. Note-se que já em *B* predominam enormemente as formas em *-ido*².

Outra forma provável de particípio é *mudos* 6, de *mudar*; mas os exemplos de *mudados* 4, 5, 6, levam a crer que se tratará talvez dum êrro de escrita. Seja como fôr, mantivemos a lição original, porque a forma nada tem de extraordinária.

4. Entre os advérbios, a par de *então* ocorrem as formas arcaicas *entonce* 23 v. *entonces* 26 v. 29; *senão* é empregado num caso em que hoje usaríamos *salvo*: *senão se ha necessidade* 23. O próprio texto, num passo idêntico, empregou *salvante*: *salvante se a ave tiver* 2.

Note-se a locução adverbial arcaica *de cima pera fando* 10 v. substituída na língua moderna por *de cima para baixo*, e o advérbio *azinha* 1 v. 22 v.

5. Entre as várias preposições aparece a forma antiga *tês* 22 com aférese (= *atens*); *por* e *pera* alternam na significação de fim: *por não fender* 10 v. *pera lhe dar* 1.

¹ *Livro da Falcoaria de Pero Menino*, pp. XLVI-XLVII.

² *Ibidem*, p. LIV.

Como em *A*, *B* e *C* as locuções prepositivas actuais *dentro de*, *debaixo de*, tem as formas *dentro em*, *debaixo em*: *dentro na carne* 11 v. *debaixo no ouveiro* 11; *dentro no papo* 17; *dentro en outro coração* 20, *dentro nella* 26 v.

6. Nota-se a ausência de *ca* no quadro das conjunções. Cf. edição de Menino, p. LI. Como conjunção temporal, além dos vulgares *depois que*, *desque*, é insistente *como*, seguida do futuro do conjuntivo: *como te vier* 7, *com o tiveres feito* 7, *como entrar março* 8. Outros exemplos, 10, 13 v. 20, 23, 26 v.

Entre as concessivas deve mencionar-se *en que*, não representada em *A* nem em *B*: *en que seja de boa vianda* 1 v., *en que lhe chova* 14.

Como conjunção final, tem importância no texto *por caso de*, *por caso que*: *por caso de a não regeitar* 19; *por caso que as penas se non criven* 30. Mas já com sentido causal, *por caso de mudarê mal* 30, cousa não muito para estranhar devido ao sentido final e causal da preposição *por*. Devem aproximar-se os exemplos daqueles outros de *A*, *B* e *C*: *por vertude de*. Cf. edição de Menino, p. LII.

SINTAXE E ESTILO.—Os livros de falcoaria caracterizam-se principalmente por uma construção simples, às vezes defeituosa, da linguagem corrente. Está nisso o seu maior valor: são documentos vivos do falar do povo, que as obras literárias raramente nos revelam. Por isso a sua sintaxe é um precioso filão de vulgarismos, anacolutos, silepses e contaminações, que lançam viva luz sobre a evolução interior da linguagem.

Como todos os documentos do seu género e do seu tempo, *E* não conhece, por assim dizer, pausa de virgulação e utiliza a copulativa e com profusão tal, que torna verdadeiramente infernal para o editor a tarefa da pontuação. Damos em seguida, sob forma esquemática, alguns factos mais distintivos da sintaxe e do estilo do texto:

1. O partitivo, expresso pelo emprêgo da preposição *de*, é muito menos freqüente do que em *A* e *B*: *e daquelles pös queimados lhe lança* 29, *toma do pó* 28 v. Na maioria dos casos emprega apenas o artigo, onde nós hoje o omitimos: *toma a canela e os cravos e a frol da canela* 13, *toma a oruga desfeita com o mel* 13 v. Também, como rasgo característico, usa para exprimir a parte a expressão *hũ piqueno de*, *hũa piquena de*: *hũ piqueno dalgodão* 17, *hũa piquena de manteiga* 18 v., *hũa piquena de aquoa morna* 18 v. Cf. edição de Menino, p. LVIII.

2. Na colocação dos pronomes átonos em conjugação perifrástica, observa-se a construção arcaica — o pronome antes da preposição e do infinitivo: *has te de levantar* 9, *hansse de banhar* 10.

Em *A* e *B* sucede o mesmo. Cf. edição de Menino, p. LIV. Epifânio só considera a preposição *de*; afinal *a* está também nos mesmos casos: *B* 17, l. 21 *dereslhe a meter*. Cf. *Syntaxe hist.*, p. 336, observação ao 2.º caso; J. Moreira, *Estudos da ling. port.*, I, 2.ª edição, pp. 93-94.

3. Infinitivo com funções de imperativo: *pelo en hũa alcãdora* 9, *e os pós lançálos por cima da carne* 12, *darlhe suas prumadas* 12 v.

4. A repetição da conjunção integrante, que tanto caracteriza o estilo de *A*, também ocorre, mas excepcionalmente, em *E*: *dizem que as guelas . . . que são boas* 8 v. Epifânio chama a isto um caso particular de anacolúta, *Syntaxe*, § 481, 3).

5. Casos de anacolúta, numerosos nesta espécie de livros: *são aves a que se não sabe onde crião* 2, *pera falcões e açores . . . hanasse de banhar desta feição* 10, *e a carne untalha con a mesma manteiga* 18 v. *A ave que tem toubriguas conhecerlho às* 19, *da ave que lhe cae a unha* 27. Cf. edição de Menino, p. LX.

6. A silepse está largamente representada, como em *B*: *desque vires a tua ave . . . antes que o tires* 8 v. *aves . . . demoninhados* 14 v. Silepse de número: *A ave . . . conhecerlho às en que logo se despe-não* 19. Silepse de género e número: *inchão as mãos às aves . . . ; pera o curares deste mal* 24 v.

7. Mas o que distingue eminentemente o estilo de *E* é a frequência de casos curiosos de contaminação sintáctica. A preposição *até* ou conjunção *até que* desempenham papel importante na maioria dos casos. O uso actual da língua difere dessa construção. Seguem os exemplos:

não te partas dahy até não ser curado 7. Hoje não se emprega a negativa. A frase deve resultar dum cruzamento: *até ser curado* × *emquanto não for curado*, podendo substituir-se talvez este segundo termo também por *sem ser curado*. Outros exemplos: *não caçes con elle até não te parecer que está são* 21; *non lhe dês a comer até não fazer duas ou tres tolheduras* 22 v.; *tão na mão até que o não regente* 22 v.; *non lhe tires o emprasto até se não desapegar por si* 28; *non lhe dês de comer até não fazer duas ou tres tolheduras* 25. O futuro do conjuntivo também pode ser usado, o que prova que o segundo termo do cruzamento deverá ser uma conjunção temporal com o predicado nesse tempo e modo: *nô lhe dês prumada até não vires a pedra demorida* 18 v. (= *até veres* × *emquanto não vires*); e *deixalha andar até que vires que se lhe aranca o cravo* 26. Contudo, como se vê daqui, o não uso da negativa na oração subordinada também aparece, embora raramente: *e non o ponhas na alcandora*

até que a lance 24. O cruzamento de feição que $\times$ até que está documentado no seguinte passo: *poenhe aquelles saquos quentes . . . de feição até que esquentes bem a cabeça da ave* 15 v. Cf. J. Moreira, *Estudos da ling. port.*, I, 2.^a ed., pp. 157-158.

Outros exemplos de contaminação: *trabalha de maneira pola trazeres en boa carne* 20 v.; *olha mentes dentro no papo* 17, que representa o curioso cruzamento de *olhar* $\times$ *parar mentes*; e, segundo cremos, ainda *pera quando ta vier buscar lhe dès hūas pica-das* 6 v.

8. Vejam-se outras particularidades de sintaxe e estilo:

a) Alguns verbos, *despensar*, *pertencer*, *sofrer*, *saltar*, construídos com a preposição *com*: *que despense com o tempo* 2, cf. *dispensação cō o tempo* 23; *grandura pertencente pera ella* 10 v., 13 v.; *pertencente pera a ave* 22; *não sofrê com pessoa* 4; *salta con elles ofego* 7 v.

b) A locução conjuncional *de feição que* predomina em prejuízo de *de guiza que*: *de feição que fique* 16, *de feição que o possas* 16; *de guiza que não faças sangue* 17 v.

c) Deverão registrar-se as construções arcaicas *per toda boca* 17 v. (= *per toda a boca*), *a outro dia* 3 v., 24 (= *ao outro dia*), que deixámos ficar, embora imediatamente a seguir venha *e logo ao outro*.

No vocabulário emfim há a notar certos termos e construções, que não iludem sôbre o fundo arcaico do texto: «*desque vires a tua ave comprida*» 8 v., «*vianda de que se elles pagão*» 5 v., *faz virtude* 9, *chantes* 11, «*sabor de comer*» 12, «*não lhe faz nojo*» 14, *loguo* 14, *entonce*, *entonces*, já citados, «*rinhada de carneiro*» 25 v., «*filhe aguo*» 28, etc.

Aquele termo *ögurão* 14 v., designador duma doença dos falcões, fica por esclarecer. ¿Será antes *gorão*, de *gorar* ou *degorar* = «ansi-ar, desejar» (cf. *Rev. Lusit.*, XIII, 355-356)? ¿Terá alguma relação com as formas espanholas *engurrio* = «tristeza», *engurruñarse* = «entristecer-se, encolher-se, falando das aves»?

O vocábulo *romido* 19, aparece pela primeira vez, segundo cremos, em textos portugueses, com o significado de «sussurro, ruído». Até agora julgava-se que só o italiano possuía as formas *romire*, *romto* (cf. Tommaseo, *Dizionario della lingua italiana*, s. v.), provenientes do germânico lombardo *hrēmjan*, cf. *REW*³ 4214. Sabemos agora que a palavra se conservou também em português, na linguagem da falcoaria, pelo menos.

A acrescentar às formas *goresmas*, *gorsemas*, *gorzemas*, *gosmas*, *gozmes*, *grosmas* e *gormeces*, *gozmas* (cf. edição de Menino, vocabu-

lário e p. XLVII), temos agora em *E* a forma *gromas* 16 v. Carolina Michaëlis, sem conhecer o vocábulo *grosnas*, comum a *A* e a *E*, pressentiu-o nas suas investigações etimológicas. Cf. *Rev. Lusit.*, XI, 54, XIII, 322 ss.

[Fl. 1] **livro de citraria e experiencias
de algũs caçadores.**

[B. N. 518, Pomô.]

Primeiramente fala nas prumages das aves, por onde se conhecem e¹ como se hão de tratar e¹ fazer; segundo, nas doenças o sinais en que se conhecem e remedios com que se curam. 5

O² caçador que ouuer de tratar com aves ha de ser muyto sofrido e¹ de boa condição, por que as suas aves o³ sejão; ha de conhecer a doença e disposição en que está a³ sua ave e¹ asy como o³ bon fizico conhece a³ compreição e¹ doença do enfermo e¹ á de saber a qualidade da mezinha, quanto obra, ou se he rija ou branda, 10 pera lhe dar a quantidade que for necessaria, respeitando a disposição da sua ave e¹ qualidade da mezinha. Ha muytos caçadores, que, quando dão de comer ou cevão a ave, cuidão que está o contentalas en lhe dar grandes papos, e¹ errão, porque as aves são como as pessoas, a que os muytos man- [fl. 1. v] -jares damnão os 15 estamagos e¹ se coronpê⁴ mais azinha; por tanto não dês a tua ave grande papo, en que seja de boa vianda, porque lhe causa muitas enfermidades e agua, e quando vem quebrätadas do caçar, se comê muyto, não guastão bem.

Outros caçadores ha, que lhe parece que por trazerem a sua ave 20 magra seja de mais fome, e¹ enguanãose, porque [a] ave magra quando⁵ a lanção a algũa⁶ prizão deixa⁷ de pegar, por causa de fraqueza, e outras, con a grande fome, esmorecem e¹ não querem voar. Hũ caçador dizia que antes queria que a³ sua ave fizesse ruindade de guorda que não poder de fraca. 25

Outros caçadores nõ tem en conta darlhe prumadas, não oulhando o tempo e disposição en que estão, nem a grandura das

¹ he. ² ho. ³ ha. ⁴ coronpe. ⁵ e quando. ⁶ alguão. ⁷ deixão.

prumadas; ysto he causa de se perderem muytas vezes, porque en tempo lha podem dar que, não a fazendo, corráo grande risco¹.
 30 Algũs caçadores, como entra habril e por todo o verão, achão que he mao darem prumadas a sua ave por causa [fl. 2] do tempo quente e² não as podem fazer como no inverno, salvante se a³ ave tiver tão grande necessidade que despense com o⁴ tempo. Trabalha por que a tua ave seja de boa condição e² muyto maneira
 35 ou roleira e que tome bem aguoá, porque as faz domesticas e² avitalhe muytas doenças, e² asy tão bem por ser boa caporoeira, porque se o⁴ non for nõ fará virtude e debatesse muytas vezes, que he causa de se quebrantarem, principalmente guaviães, que são deliquados, en que acodem muytas doenças.

40

1. Capitulo dos falcões⁵ nebris.

Os falcões⁵ nebris são aves muyto estimadas, a que se não sabe onde crião; algũs dizem que se crião en Nernega, que he terra muyto fragueza e fria; e o dia não he mais que de tres horas; en hũas partes lhe chamão peregrinos⁶ e² en outras nebris e en outras
 45 nobres, porque o⁴ são. Vem envernar en muytas partes; os de Espanha são muyto bõs⁷, principalmente os de Portugal, e são conhecidos por milhores os do campo do Mondego e os do [fl. 2, v] campo de Santarem. Entre estes falcões⁵ ha tres maneiras de prumagens: hũa negra e pedrada e são coroados⁸ e² não são tão bõs
 50 voadores como os outros; são bõs⁷ mofareiros e² de algũas⁹ cousas outras; pera terço¹⁰ de milhano são muyto bõs, porque se não scandalizão como os outros, e os do ar sam milhores, se sabem caçar com elles. Ha hy outra prumagem: he¹¹ brãcos; sam muyto delicados en sy e² muyto referteiros no tomar d'aguoa; são de
 55 pouca carne, do alto muyto bõs⁷, e os que asertão são de muyta

¹ Frase confusa; talvez uma transposição por: porque en tempo lha podem dar, que en no fazendo não corráo grande risco. ² he. ³ ha. ⁴ ho. ⁵ falcões. ⁶ pemeninos. Cf. Ayala, *Libro de la Caza de las Aves*, Madrid 1879, p. 160: Et en Aragon et en Cataluña llamanlos pelegrines. ⁷ bos. ⁸ coroados. Cf. Caza, 165: Otros falcones hay que sus plumajes son pardos et la cabeza pintada, et la punta orlada de amarillo ... et llámanlos en Castilla á tales como estos coronados. ⁹ alguas. ¹⁰ terço. ¹¹ Talvez de brãcos. Cf. l. 60, de ruivos.

estima, porque são garceiros e de corvo calvo e doutras prisões¹ boas. O caçador que ouiver de tratar com elles ha mister que lhe conheça a condição, que, doutra maneira, não fará cousa que aproveite.

Ha outra prumagem: de ruivos; estes são muyto estimados e 60 de boa condição; são de muytas prizões¹, principalmente d'ardavarem² e tartaranhas [*#. 3*] brancas e pera lechucas³ e pera outras deste theor; são aves de grande voar e muy delicadas. Sam muito treitos todos os nebris de firlandas e dizem algũs caçadores que não ha nenhũ que as não tenha.

65

Ha hy poucos caçadores que os saibão tratar; a estes falcões⁴ acontecẽ muytos desastres de pancadas e quebraduras, por serẽ muyto foriozos no voar, principalmente andando en terra de arvores con algũa prizão, porque se descorão ou dão pancadas nas ás⁵, de que se vê a perder muytos. São aves que 70 hão mister que as traguão continuadamente na mão, por que, se lhe acontece algũa cousa, saibão donde lhe vem o⁶ mal, e fazlhe muyto proveito pera andarem sempre afinados, porque, se repouzão na alcandora, he necessario tornar⁷ con elles de novo.

75

O⁶ falcão nebri não quer prumada de pano⁸ tantas vezes como os outros; sam aves muy de- [*#. 3, v*] -licadas e⁹ amigas de gualinha, e⁹ as mais vezes se lhe dá prumada de pena de gualinha: he muy boa; são muito treitos dagoa vidrada; quando lhe deres o paparraz, seja muy brando, porque os desequa muyto en es- 80 tremo.

Quando tiveres falcões⁴ nebris de Frãdes ou doutra parte, dalhe primeiro a comer algũs dias boas viandas e banhaos loguo do pio-lho, e⁹ dahi a oyto ou dez dias purgaos con hũa piquena dalquetira na prumada, e a outro dia dalhe as alforvas na prumada, porque 85 con ysto alinpão muyto e fazlhe grandes fomes; e ysto quando ouveres de caçar con elles.

¹ prisoes, prizoos. ² Ou d'aidavarem. *Certamente erro por alcaravães.* ³ lechuza, lechuca *Caza*, 177, 204; lhecuzas, lechuzas *D*, fls. 86, 96. ⁴ falcocs. ⁵ pancadas mas as de que. *O erro é evidente; também se poderia interpretar: pancadas maas.* ⁶ ho. ⁷ Borrado; também poderia ler-se: tomar. ⁸ pano. *Talvez erro por pena.* ⁹ he.

2. Capitulo dos bafaris.

Os bafaris são falcões¹ muy ardidos, principalmente os das
 90 Manchas d'Aragão; ha hy muitas maneiras de bafaris; crianse² en
 outras muytas partes, en Espanha, en Hirlanda; são [fl. 4] aves de
 grande fome e voão muito a tira; são muy delicados; querense tra-
 tados como gaviães e nas enfermidades curados como nebris; matão
 as perdizes bem e algũs delles são grãdes leiros³ e garceiros⁴ bõs
 95 e de ribeira, se são mudados no ar.

3. Capitulo dos çacres⁵.

Os falcões¹ sacres são aves de grãde voar; querense muy bem
 principiados e muytos caçadores não sabem se são mudados ou polos;
 são de sorte⁶ de milhanos; muitos delles não sofrẽ com pessoa.
 100 Pera se fazerẽ como ha de ser, hão nos loguo de banhar do pioho
 e purgar con a purga da bolha, que he muyto forte, porque lhe faz
 lançar todo o forro do bucho, como quẽ tira hũa pelle de muela de
 galinha. Esta purga he tão bem pera girifaltes e burnis e alfeques;
 á hy poucos caçadores que saibão caçar con elles; fora da terra os
 105 fazem [fl. 4, v] bem. Quando os comessares de fazer ha de ser aca-
 bados de purguar, e em aquillo que ouveres de inpor não lhe tar-
 des muyto, porque são muyto transportados; e⁷ querem que o[s]
 fação e atraenos⁸ en verdes, que doutra maneira sam trabalhozos
 de fazer.

110 Quando os quizeres sevar, querensse temperados muyto rigo⁹
 com coração ou carne de carneiro muyto lavada ao tempo do çavar,
 muyto bẽ de comer, porque são muyto grandes e⁷ de grande preza;
 e depois que lanção a¹⁰ mão nunca mais desapeguão, nem se es-
 scandalizão tanto como os outros falcões¹. Sam grandes milhaneiros,
 115 garceiros e mofareiros com terçó¹¹ de gerifalte ou de nebri.

¹ falcoes. ² eriance. ³ Deverá ser lição estropiada; talvez lebreiros. *Ayala diz do sacre: otrosí, los sacres son buenos perdigueros et buenos lebreros, Casa, 177. Contudo, também poderia ser roleiros.* ⁴ Mão mais recente emendou para grueiros. ⁵ çacres. ⁶ Confuso; poderia ler-se sette, que estaria provavelmente por serco = cerco. Ou será erro por terçó? ⁷ he. ⁸ atraenos. Evidentemente por atraena-os = treina-os. Temos portanto em atrairar uma forma mais antiga. ⁹ rigo. Grafia arcaica equivalente a rijo? Ou rigoroso? ¹⁰ ha. ¹¹ terco.

4. Capitolo dos girifaltes.

Os girifaltes sam do grande corpo, carreguados; querense trazidos en muita carne, porque são aves de grande vô¹; sobem muyto sobre o cabo, são curtos [fl. 5] de vista, principalmente en dia de chuva ou de vento, ou frio; os mudados do ar sam 120 milhores; os mudados en casa, quanto mais velhos e de mais mudas sam milhores, porque en polos sam muyto torpes de fazer; como são garceiros² logo são grueiros; pera vô¹ de milhano sam muyto bõs com ajuda de sacre ou de nebris. Estes falcões³ vem de Frandes; acodenhe muytas doenças, principalmente as 125 mãos de cravos e pedras, por causa de serem tão careguados; as mezinhas que fala no capitolo dos cravos aproveita pera elles; não hão de estar en alcandora senão on cousa chaã, onde tenham as mãos sobre huã almofada chea de linbaça; tambem sam treitos de bolha; hanse de curar pello capitolo della; hanse de purgar com 130 a purga da bolha e tambem com as alforvas e alquetira, como os nebris, quando vem de Frandes.

5. Capitolo dos alfeques.

Os alfeques sam falcões³ de muito boa condição e tem os olhos muito fermozos; vem d'Africa; sam maos de fazer, porque sam de 135 pouqua fome; en Caste- [fl. 5, v] -lla sam estimados; matão as perdizes e as peguas e algũs dellas os corvos e lebres. Quem ouver de caçar com elles traga consigo a semente dos mastruços, porque correm risco com as pancadas que dão as lebres, e quebrantansse muyto; pera se principiarem nas lebres, ha mister que tragas bõs⁴ galgos, 140 que lhe não erem⁵, quando se fizer; e pera ser bom nõ se ha de assentar no chão nunca, nem apeguar na lebre, senão darlhe pancadas e passar por diante, porque, se caçarem en terra de caraseas ou de palmeiras, perdem muytas lebres, se pegão nellas; quando tomares na lebre⁶ não lhe dês de comer senão en syma do cavallo, pera o ensina- 145 res a tomar a sella, quando a lebre he morta se não se pouzar no chão; quando o sevars, se entrar bom na lebre, dalhe o coração della, que he boa vianda e de que se elles pagão; os mudados do ar sam milhores.

¹ vô = voo. ² ganeiros. ³ falcões. ⁴ bos. ⁵ erem = errem. ⁶ tomares na lebre. Talvez tornar na lebre. Cf. D, fl. 91 v, e aprenda o a que á de tornar.

6. Capitulo dos bornis.

150 Estes falcões bornis são aves de pouca fome e por esta razão
algũs delles são [fl. 6] maos de colher; a sua relé he perdiz e le-
bre, como os alfeques; algũs delles sam corveiros e garceiros; os
mudados do ar são milhores; en dia de vento voão muyto bem; são
da çorte¹ de sacres, e hão se de tratar como elles, asy na tempera
155 como no al; estes vem de Napoles e de Malta.

7. Capitulo dos tagarotes.

Estes falcões² sam muito estimados; querense tratados e feitos
e curados como os nebris e cõ as mesmas mezinhas; sam de muito
boa condição e bõs³ de fazer; os safaros sam bõs³ e os mudos do
160 ar milhores; sam aves que matão muitas cousas; san garceiros al-
gũs e altaneiros; são mais piquenos que os nebris e que os bafaris;
tem o sobrebique muito grosso e por este sinal são conhecidos;
vem d'Africa.

8. Capitulo dos esmirilhães⁴.

165 Os esmirilhães⁴ san aves piquenas; dizem os caçadores que são
de casta de falcões², porque antre elles ha todas as prumagens;
sam de muyto grande fome en estremo, tanto que, se os deixais
m.¹⁰ repouzar na alcandora, comen os dedos a sy mesmos; que-
rense feitos e cevados muyto en verdes, porque são aves muyto
170 trasportadas; tem tamanho [fl. 6, v] esperito, que algũs delles ma-
tão as perdizes; sam muyto treitos de piolho; querense borifados
como os falcões² sacres, e as mãos postas sobre almofadas de li-
nhaça, como gerifaltes; sam aves muy delguadas, querense curados
com as mezinhas dos gaviães⁵.

175 9. Capitulo como se ha de fazer o falcão
quando vem de novo.

Quando quer que te vier o falcão de novo con os olhos cozidos
da mão do roleiro⁶, descozelhos has logno e lavarinhos às com hũ

¹ corte. A lição do ms. não é muito clara. Será erro por sorte. Cf. caces por sacres. ² falcoes. ³ bos. ⁴ esmirilhaes. ⁵ gaviaes. ⁶ roleiro. Ou redeiro?

piqueno de vinho branco bon muyto brandamente, e porlhe ás seu caparão, que lhe não faça mal no rosto, porque se scandalizão, e não lho tirarás senão dahi a tres dias, en hũa casa onde estejas só con elle, cõ carne na mão, falandolhe e afagandoo muyto, e não lhe tirarás o caparão até sete ou oyto dias por ante algũa pessoa, senão tu só, como já dice assima, quando lhe deres de comer; e dahy por diante lhe comessarás a dar algũs¹ franguos na mão en casa, que os alenta muyto, e trae sempre na mão algũa cousa, pera quando ta vier buscar lhe dês hũas picadas. Isto os faz muyto domesticos; e dahy por diante comessarás [fl. 7] de o² matinar não muyto demaziadamente, porque o² andar desvelados lhe faz perder a fome; dahy a tres ou quatro dias começao de tirar ao câpo e a lhe dar a comer no rol³, danbaldas partes atado⁴, falandolhe e afagandoo por derrador delle, e, como te vier de hũa mão a outra ao rol, comesalhe a dar a degolar galinhas, porque não ha cousa con que mais azinha o fação que con degolar muytas gualinhas. Como o² tiveres feito roleiro, que pareça que está manço, provalhe agua en lugar onde faça praia baixa, en rezão e en lugar descuberto, pondoo fora daguoa co caparão, e tirao então e arredato fora, porque, como vir agoa, se a quizer tomar logo olhará pera ella, e se a tomar, tornao à mão e asentate e poeno en sima do teu giolho, posto ao sol con elle, e não te partas dahy até não ser curado; e dali a dous ou tres dias o podes lançar da mão ao que quizeres, cõ tua galinha na cevadeira pera o recolher; e porem a regra de o² soltar da mão he depois de tomados a trinta dias.

10. Capitulo dos açores.

Os açores san aves muy delicadas e anojadiças, [fl. 7, v] porque se scandalizão dalgũa cousa, e á mister grande trabalho pera se tirar daquilo, e á mister que seja muyto domestico, porque, se o² não for, não fará virtude; quando os ouveres de fazer de principio has de ter grande tento e resguardo nos podenguos, que sejam bem ensinados na ferida e que sejam poucos e bõs. A estes açores acodem muytas doenças, porque sam aves muyto delicadas e a que

¹ algus. ² ho. ³ ata tu falcon aparte fuera en el campo en lugar que sea llano... et dale allí de comer en el señuelo, *Caza*, 191-2. ⁴ atada.

inchão muitas vezes as mãos, por causa da muita carne que tomão, algũas vezes das piós apertadas e outras do bucho; e ás de ter grande tento nelle, ao sair da muda e ao tempo do deseinar, por-
 215 que caregão en muita carne e salta logo con elles ofego e se os não curão, salta logo con elles aguoá vidrada e enchenselhe os papos de vento. Pera trazeres sempre o teu açor limpo con fome, lhe dá de quinze en quinze dias hũ piqueno daçuquare candil en jejũ⁴, tamanho como dous garvanços, e metelho pola boca e poeno
 220 ao sol hũa hora até fazer duas ou tres tolheduras, e depois lhe dá de comer.

11. Capitolo dos gaviães².

Os gaviães² sam aves muy estimadas, tanto que dizem que en algũas³ partes se vem algũa nao con falcões⁴ ou açores e trazem
 225 hũ só gavião antre si, não pagua [fl. 8] nenhũ direito por ser ave realenga, e se não trazem gaviães² paguão⁵. Antre elles ha muitas prumagês, e porque hũs caçadores sam afeiçoados a hũas e outros a outras, se não poem aqui as que são milhores; somente digo que são aves muy delicadas e que se querem muy bem tratadas e com
 230 grande resguardo asy en as fazer como en as curar, porque querem as mezinhas muy desviadas das outras aves e brandas; tanbem querem grande resguardo no caparão, porque se tratão con elle muito e, quando te vier de novo, non lhe tires o⁶ caparão senão de noyte e só até que seja ben manso; querense trazidos sempre
 235 na mão; são aves a que acodem muitas doenças, como aguoá, de que são muyto treitos, e asy lonbriguas e outras; sam aves de muytas relés e boas pera passatenpos.

12. Capitolo quando quizeres mudar a tua ave.

Antes que metas a tua ave na muda, banha[a] do piolho, se o ti-
 240 ver, e, como entrar março, lhe começará a dar azeite lavado en carne de lebre, porque con ella obra [fl. 8, v] milhor: ysto pera lhe matares os seumes e alinpar as tripas, e depois lhe dá hũa pirola daguarico; querselhe muda⁷ e com cousa en que possa tomar

¹ jeju. ² gaviaes. ³ alguas. ⁴ falcoes. ⁵ Cf. *Caza*, 320. ⁶ ho. ⁷ muda. *Erro ou crase por muuda, partícipio passado de moer, ou por minda.*

aguaa, e onde lhe dê o sol, pera se curar; se foy solto na casa, lhe deitarás a hũ canto hũa pouca darea en que se deite, e se for prozo 245 deitalhe ás area nhũa cortiça, detrás d[a] alcandora; e dalhe a comer boas viandas e algũs papos quentes do cousas vivas com pena; a carne fresca da cabra he muyto boa. Algũs dizem que as guelas della ou do carneiro picadas que são boas pera lhe darem de sertos en sertos dias, por ajuda, quando derrubão as penas. 250

13. Capitulo como ás de tirar a tua ave da muda.

Às vezes acodem muitas doenças ao tirar da muda; pera ysto ha mister grande tento ao tempo do deceinar; desque vires a tua ave comprida e for tempo de a¹ tirar, apertalhe primeiro a mão no comer e dalhe carne lavada por espaço de oito ou dez dias, antes 255 que o² tires, e asy lha hirás dando até lhe tirares a enxulha [*fl. 9*]; quando comessares de matinar, has te de levantar com ella ante manhaã, e antes que esclareça a menhan o torna a soltar na muda, e ysto por doze ou quinze noites, e as horas lhe darás segundo a qualidade da ave; e acabadas estas, que será já algũ tanto a en- 260 xulha fora e elle mais seguro no debater, polo³ en hũa alcãdora, onde estõ o mais asesegado que puder e se não debata; se for falcão ou aqor ha mister trinta noites pello menos, e se for ave delicada, menos noites; e dahy por diante o chama fora à mão e mos-tralhe o campo e provalhe aguaa e asy o cevarás hũ par de vezes 265 à sua vontade.

14. Capitulo como se hão de banhar as aves.

A¹ ave que trás piolho nunca tem fome nem faz virtude, principalmente en dia de sol e se o piolho for grande; e se a ave estiver ao sol, loguo lho verás, porque se sea⁴; e se for piqueno, que não 270 cae, conhecerlho ás no sobrebico pella menhã [*fl. 9, v*], que o² terá cheio de cagadas, e asy tão bem no frouxel, porque lho como muyto; trabalha sempre por teres a tua ave apartada doutras, porque he grande desgosto pera [a] ave ter piolho; quando o qui-

¹ ha. ² ho. ³ polo = pôr-lo. É o infinitivo com funções de imperativo. ⁴ se sea = cear-se, com o sentido de ter crumes ou frenesi.

275 zeres banhar, ha de ser desta feição: no inverno, ao sol e se o não
 ha ao fogo, e se for verão à sonbra. Se for ave delicada tomarás
 hũa onça e mea de pimenta bem moida e peneirada e hũ terço de
 onça¹ daquella pimenta tanbem peneirada e misturado tudo; então
 derubarás a tua ave e deitalhe daquelle pó antre as pernas, honde
 280 te parecer necessario, e depois toma hũa toalha quente quanto a po-
 deres sofrer nas mãos e ali o enrodilha e ponlhe aquella toalha
 quente por duas ou tres vezes, por espasso dum quarto dora, e de-
 pois alinpalhe os olhos e ventas con hũa pouqua de aguoá fria;
 então o dezenburalha da toalha e ponte con elle ao sol con hũa
 285 faca ou cana aguda, e lhe tirarás os piolhos que sairem, e daly
 a hũa hora ou mais lhe darás de [*fl.* 10] comer boa vianda e quente,
 e não leve pena nenhũa nem lhe dês muyto de comer, e dali a tres
 ou quatro dias lhe prova a aguoá; pera falcões² e açores que forem
 aves rijas hanske de banhar desta feição: tomarás onça e mea até
 290 duas de boa pimenta e bẽ pizada, e atalhe hũ pano de linbo e poeno
 en hũ escalfador con agoa, até que ferva bem, e depois tirao do fo-
 guo e, como aquella aguoá estiver tibía, lança[a] en hũ [*bacio*]³; antão
 derriba a tua ave e con os dedos lhe afastará a pena, e outro
 te lançará aquella agoa pouca a pouca, de feição que te caia antes
 295 sobre os dedos con que afatares as penas que cobrẽ⁴ a carne da
 ave; e, como estiver bem molhado, poeno ao sol en hũa alcandora,
 porque doutra maneira tolherse á das mãos, nem o⁵ enborilhes en
 toalha depois que se enaugar⁶, e dali a hũa hora ou mais lhe dá
 do comer, guardando en tudo o regimento do banho atraz dito⁷,
 300 e depois que tomar aguoá o podes sevar; e quando lhe deres este
 banho, estê en boa carne [*fl.* 10, v], porque este banho he forte.

15. Capitulo pera enxerir as penas das azas e do cabo às aves.

Se a pena da aza he quebrada por tal lugar, que possa levar
 305 agulha, ha de ser de anbas as partes aguda e de tres quinas, como

¹ cuiza. É evidentemente onça. O texto português não está correcto, como se
 pode ver em *Caza*, 215, e *D*, fl. 101: tomarás pera o falcão hũa onça de pimenta
 bem moida e peneirada e um quarto de onça de fabarrás moido. ² falcões.
³ e põe ã hũ bacio agoa tibía, *D*, fl. 101. ⁴ cobre. ⁵ ho. ⁶ enaugar = lavar.
 O étimo deverá ser in + aquare. Cf. *Rev. Lus.*, xiii, 351-6. ⁷ seco.

cardo, e se for falcão ou açor, será a agulha¹ da grandura pertencente pera elle, e se for guavião [ou] outra ave piquena seja [a] agulha da grandura que for necessaria pera a² ave; e primeiro molha a pena con agoa morna, por não fender, e então cortalhe a pena arrapiando o sendal della, de feição que cubra o ajuntar 310 da pena, e seja cortada de feição que pareça que naceo aly; e se a pena for quebrada por vão, enxirea de torno, e seja primeiro molhada, por não rachar, e o torno seja con hũa linha mais grossa que a agulha e ella muy sotil, e seja o torno de cima pera fundo posto com a linha, e cortalhe por junto con a pena a linha [*fl. 11*] sem 315 outro nó.

Se quizeres enxerir cabo, será segundo a tua ave o requerer: molha primeiro muy bem as penas e ata as do sobreco e do ouveiro cada hũa sobre sy, por te não fazerem nojo, e toma hũ molho de estopas molhado naquella agoa quente e ponlhe aquelle 320 molho de estopas na reiguada das penas do cabo, no sobreco, e outro molho con outro tanto debaixo, no ouveiro, pera que lh'amoção bem as penas, e então corta a do cabo con hũa tizoura aguda; asy como ellas estão postas no sobreco, asy as has de cortar e pôr de feição que fiquem os canos abertos, que, se 325 cortares muyto delles, não podem bem reger o cabo; e desque as tiveres todas postas de maneira que não rachem, nom³ as chantes senão quanto quizerem hir, que não passem o cano e vão dar na carne; e a pena que meteres no cano não a molhes, e desque forem todas postas, abre o cabo e vê se está bem posto 330 [*fl. 11, v*], que não fique algũa enpenada ou torta, e depois molha o cabo todo, corendo asy com as estopas, poeno ao sol, que se ãxugue o cabo e corra as penas e se cure; e se as penas são quebradas polos canos dentro na carne, e anda ainda apeguada, que de todo não seja fora, apontarás as penas quebradas 335 con as outras sãs⁴, tres aquem e outras tantas alem, con hũa agulha e linha, asy como apontas a[s] pregas de hũ saio, e seja por dous lugares, e deixalhe espaço de hũa pena a outra, assy como elle trás as suas, e poderás ainda caçar com elle desta feição até a muda.

340

¹ agulla. ² ha. ³ nem. *Deverá ser evidentemente nom.* ⁴ sas.

16. Capítulo do ofego.

345 Esta enfermidade he como asma e vem muytas vezes às aves quando saem da muda, por estarem careguadas de carne e polas quere[re]m desceinar e fazerem depressa e derramanhe a enxulha por todo o corpo; os açores sam muyto treitos della, por serem aves que tomão muyta carne na muda.

350 Para ysto toma a manteiga crua de [fl. 12] vacas ou de cabras, muyto bem lavada, e¹ cada dia en jejũ lha darás en pelouros e¹ poeno à sombra, en lugar aonde lhe dê o² ar de dia e de noite e nõ veja sol, e provalhe muytas vezes agoa en lugar que a possa bem tomar; a carne que lhe deres³ a comer seja picada e deitada
355 en leite dasna preta, ou de cabra ou de vaca tão bem preta; tanbem toma o lixo dos meninos torrado e os pós lançalos por sima da carne que comer⁴.

Estroutro remedio he pera aves mais rijas como falcões: tomarás babosas, que sam como lesmas, que estão nas folhas das couves
360 e das alfaces, e partecas pella metade e lança[a]s en leite dalimaria preta e deixa[a]s estar por espaço de mea hora no leite e depois deitalhas pella boca em jejum, e dahy a duas horas lhe darás de comer e a carne seja molhada naquello leite e vianda seja pouca, que senpre lhe fique sabor de comer; a carne [fl. 12, v] dos frangos
365 he boa pera esta enfirmitade; e voa con elles⁵.

17. Capítulo das agoas.

Ha hy tres maneiras dagua: hũa he solta, que continuadamente lanção as aves pellas ventas; esta não he perigosa nem tom mais
necessidade senão quando he muyta; darlhe suas prumadas, que lhe
370 forem necessarias, da relé que matares ou dalosna ou hũ dento dalho, o qual lhe darás desta feição: abrillo às con hũa faca e tiralhe de dentro o² olho, por onde arebenta, e metelhe dentro hũa fevera dasafrão e untado con hũ pouco dazeito lho mete con o² dedo pola

¹ he. ² ho. ³ derensa. ⁴ O lixo de meninos pertencia ao velho receituário. D. Juan Manuel recomenda-o para as gosmas. *Libro de la Caza*, ed. Gutiérrez de la Vega, Madrid, 1879, p. 89. ⁵ e voa con elles. Há aqui transposição ou falta de qualquer frase.

boca; e ysto en dias frios, porque lh'aproveita pera outras muytas enfermidades; e antes que coma lhe dá sempre a depenar ou roer 375 con hũ conto, e caça con a ave e dalhe de roer, que he melhor que tudo.

**18. Capitulo d[a] agua que chamão amarela,
de que se faz a vidrada.**

[fl. 13] A outra aguoá chamão amarela, donde se vñ¹ a gerar a 380 vidrada e esta não a lanção polas ventas; pera a conheceres, has de ter tento nas prumadas, e², se vires que vem amarelas e sequas, sabe que se quer fazer vidrada; pera ysto toma hũa panela nova, que leve hũa canada de agoa, e toma a canela e os cravos e a frol da canela, tudo ysto machucado e tanto de hũ como doutro, e do espi- 385 que as tres partes, tanbem machucado, e ata tudo en hũ pano de linho limpo e poeno a cozer nesta panela, até que mingue a metade³ d[a] aguoá; e quando lhe deres comer, amorna esta aguoá e molha nella o que lhe deres; e asin lhe darás o coração do porco, que he carne humida e fazlhe demover [a] aguoá, e da prisão que matares 390 lhe dá à noite hũa prumada daquella pena e seja molhada na mesma aguoá tibia, e deitalhe tanbem naquella aguoá algũa cana da⁴ da prisão, pera veres se pode levar algũ par de bocados daquella aguoá, que lhe he muy bom; e enquanto con ella caçares, dalhe senpre estas prumadas e provalhe aguoá a miúdo. Este 395 remedio he bom asin pera agua que nõ he vidrada como pera a que o⁵ he, e apro- [fl. 13, v] -veita ò bucho, e pera descaregamento da cabeça darlhe ás à noite hũa pirola de pouco mais quantidade que hũ garvão de tres douseas⁶, que he tres partes dasuquare branco e duas dermodateles e hũa de torbite enbrullado en hũa 400 pelezinha delguada de qualquer ave piquena, e a quantidade que faça a dita soma de garvão, se for ave delicada como gavião, e se for ave mais rija, dalhe a quantidade pertencente pera ella.

19. Capitulo da aguoá vidrada.

Esta se conhece, porque lhe inchão e desinchão como foles os 405 parpados e lagrimais e enpiscão os olhos e abrem a boca, que não

ve. ² he. ³ metade. ⁴ canada. ⁵ ho. ⁶ dous he as.

podem resfolegar nem fartarensse de folego, e polas ventas lanção
 hũ fumo¹ como coalhado, e não vem fora nenhũa cousa ao sobre-
 bycho; pera ysto tomarás a ave que asy estiver e chupalhe as ven-
 410 tas² muyto bem, e na crecença do dia, antes que lhe dês de comer,
 toma a oruga desfeita com o³ mel e com a ponta do teu dedo
 poenlha no ceo da bocha muyto sotilmente, e poeno na alcandora
 ao sol e, como se [fl. 14] sacodir e vires que descarega daquella
 babugem, tornalhe outra vez a chupar as ventas, e lavalhas, e o
 415 rosto con aguoá ardente, e quando não, seja vinho branco bon
 e poeno ao sol, e dahi a hũa hora, pouco mais ou menos, dalhe de
 comer en carne de boa degistão, como cotovia, e⁴ não lhe dês
 nenhũ sangue, que lhe tapa as cachages, e dalhe de comer pouco
 e a mendo e poeno a dormir ao ar; en que lhe chova, não lhe faz
 420 nojo; e⁴ dahi a dias não lhe dês prumada, e se ysto non aproveitar,
 toma hũa lanceta e abrelhe o lagrimal antre o bico e o olho, onde
 tem hũa fontezinha, e não lhe chegues ao olho con a lanceta, e es-
 premelhe aquella ferida de cima e de baixo e sairá hũa aguoá ta-
 lhada, como de pescado; então toma hũ ferro, que tenha hũ botão
 425 piqueno, como en baixo estará pintado, e poeno no foguo até que
 seja vermelho, e põelho⁵ na ferida que lhe abriste, e depois untalhe
 aquelle loguo e ferida con manteiga crua e deitalhe hũa pouca da-
 guoa ardente ou vinho brãco [fl. 14, v] pollas ventas, e ao outro
 dia lhe lavarás⁶ o paparaz destenperado, segundo te parecer que
 430 he necessario à conpreição da ave, e dahi a hũa hora lhe dá a
 comer boa vianda e noz, e provalhe a aguoá ameude e nõ lhe dês
 pena, nen leve nenhũ regeito.

20. Capítolo dõgurão.

Esta doença se lhe gera da aguoá e de outras más disposições⁷;
 435 he hũa dor que dá às aves no miolo, e deixãose cair da alcandora
 abaixo e fazem como demoninhados; tanbem vem esta dor às aves

¹ fumo. *Êrro do escriba, por vurmo*. Cf. *Caza*, 221, muermo, D, fl. 102, v, mormo. Vid. *Livro de Falcoaria de Pero Menino*, 7, l. 15, 29. ² *O processo, que não consta do livro de Menino nem da sua tradução por Ayala, vem em D. Juan Manuel: et débenle chupar las ventanas, Libro de la Caza*, 88. ³ ho. ⁴ he. ⁵ poelhe. ⁶ *Talvez êrro por levarás*. ⁷ *desposicoes*.

de quando ven no inverno de fora molhadas e sam postas en alcan-
doras, en que se não ousão curar, e en casas de fumo; quando vires
esta dor, ponlhe a alcandora en lugar onde se não enforque, que
quebre as penas, en que se debata; e a carne en que lhe deres a 440
comer seja molhada na aguoa do esbique, da maneira como está no
capitolo da [fl. 15] aguoa anarela.

Esta dor se ha de curar desta maneira: quando vires que a tua
ave está com ella, deitalhe polas ventas hũas gotas de aguoa ar-
dente e lavalhe o rosto com ella, e nos ouvidos lhe deita outras 445
gotas de mijo; e então toma hũ botão de ferro e aquentao, que estê
vermelho e da feição como os con que poẽ o foguo às bestas e o ta-
manho conveniente pera a ave a que o puzeres; e se não quizeres
con ferro seja con hũa vide delguada, e poena no foguo até que se
faça branca, e deruba a tua ave mansamente e põelhe¹ aquelle botão 450
ou vide bem quente en hũa cova, que lhe acharás na testa antre
anbos os olhos, e asin lho porás en duas fontes, que estão antre
o olho e a venta, e outro botão lhe porás no toutigo, onde se ajunta
a cabeça con o pescoço, e por tantas vezes lhe poen este[s] botões
de cima, até que lhe chegues a estas fontes, que são nas cachagens, 455
e quere [fl. 15, v]-se não lhe chegues con o foguo ao miollo nem
aos olhos, que lhos quebrará.

E como acabares de lhe pôr este foguo, faze dous saquetes do
pano de linho, tamanhos como a palma da tua mão, e cozeos por
dredor e encheos de milho e poen hũa telha ao foguo, que seja 460
bem quente, e aquenta nella estes sacos, até que os possas sofrer
mal nas mãos; derruba a tua ave en hũa almofada e poenlhe aquel-
les saquos quentes pola cabeça e ouvidos e sobrebico, hũ posto
e outro tirado, de feição até que esquentes bem a cabeça da ave,
e, como tiveres ysto feito, toma outro saquete do tamanho dos outros 465
e² encheo de rozas sequas e poeno en panelinha nova chea dagnoa
a cozer, e depois que ferver tira fora e deixa refecer, até que esteja
tibio, que o possas sofrer nas mãos; então o poen à ave por cima
da cabeça e nos lugares aonde lhe puzeste o foguo, de feição [fl. 16]
que fique bem molhado; e este suadouro lhe darás de tres en tres 470
dias, e no dia que lho deres lho poderás pôr por duas ou tres

¹ poelhe. ² he.

vezes, e dahi avante lhe deitarás o paparaz de tres en tres dias; e naquelle dia não lhe darás outra mezinha; e nos tres que lhas ouveres de dar, ha de ser cada dia hũa, de maneira que faça a dita
 475 contia; e as pirolas hão de ser desta feição: tomarás o¹ azevar secotrin, moido muyto bem, e deitalhe o sumo do funcho, gota e gota, de feição que o possas amagar, que fique hũ pouco sobre o duro, e daquella maça fazê as pirolas antre as mãos, do tamanho como digo; e toma hũa tripa de gualinha [ou] outra ave, en que caiba
 480 a pirola, e metea dentro e ataa por anbos os cabos con hũa linha, e corta tudo o que sobejar da tripa e metelhe aquelle pedaço en que está a pirola pola bocha, por força, en jejũ; e trazeo na mão até que te pareça que a leva ao bucho, por que a não deite fora, e dahi a duas ou tres horas que tolher ben [16, v] dalbe de comer
 485 boa vianda, e não leve nenhũa pena nen regeito, e de noite ponlhe hũ caparão de gran fina, borifado con aguoá ardente. Os outros remedios da aguoá sam bõs pera esta enfermidade.

21. Capitulo das gromas.

As grosmas² sam geradas na cabeça da ave por muytas ma-
 490 noiras; as que esta dor ten non querẽ comer; deveilhe de meter a vianda na boca por força; he dor muy má, quando se não atenta por ella; as hũas deillas san geradas na boca, quando a ave he treita daguoá, e aquella aguoá lhe corre pellas cachages e lhe faz
 495 toma hũ pano delguado limpo e molhao no vinho branco e banhalhe a cabeça con elle e horrifalhe a cabeça con este vinho, até que seja são.

Outras grosmas ha hi que se gerão na boca da ave; estas san de feridas dossos, [fl. 17] quando comen; ysto fazem as aves gar-
 500 gantoas e não são de cajão³; develhas de tirar con hũa palheta sutil, deque forem ben podres que não fação sangue, e põelhe o mel naquellas chaguas, ou vinho branco ou tinta pura e gorecerá⁴.

Outras grosmas são das⁵ [forcadas?] da lingua e não se parecem; as aves que as tẽ tem a boca aberta e não a podẽ⁶ serar, mas tem

¹ ho. ² grosmas. O s foi pôsto depois de escrita a palavra. ³ de cajão. No texto deserão, erro evidente. Cf. *FP M*, 13, l. 8. ⁴ gorceita. ⁵ dos. ⁶ poderẽ.

aly hũ caroço e olha mentes dentro no papo, onde a besta ten a 505
travagem, e vê se tem aquelle lugar inchado, e se o tiver; toma hũa
lanceta ben aguda e aly aonde estiver o caroço lhe dá hũ golpe
o espremelho de hũa parte e da outra, até que o lance, e lavalhe
a ferida con vinho branco e toma hũ piqueno dalgodão e enborilha
en hũ pouco de mel coado, e quando não, seja destrouto, e poenhe 510
o algodão assy con elle sobre aquella ferida; e tamben he boa
a sinza das vides pera esta ferida.

Outras grosmas ha que são mortais [fl. 17, v] e são geradas na
boca da ave; conhecensso porque são alvas e são do tamanho
de grãos de milho e mores algũa cousa, e são per toda boca 515
e pellas forcadas da lingua, e se entrão na gurgumola está¹
en duvida se guarecerá; debes curalas por esta guiza: toma hũa
pallheta sotil e aguda e tiralhas grão e grão, de guiza que não
faças sangue, e depois que a tiveres bem linpa daquellas grosmas,
lavalhas con hũ pouco de vinho branco e toma a pedra hũme bem 520
molda e deitalhe o pó della naquelles lugares, donde tirares aquellas
grosmas, e tem a ave derubada hũ pouco, até que o² pó faça sua
obra; ysto lhe fazo de tres en tres dias ou antes, se vires que
o² ha mister.

Outras grosmas ha hi que são nas orelhas: não se devem de 525
curar, salvo tirandolhe as grosmas con hũa pallheta [fl. 18]; e en-
chelhe as orelhas dalgodão.

22. Capitulo da pedra.

Desta pedra ha muitas deferenças antre os caçadores, porque
hũs dizem que são de muytas maneiras e outros dizem que nõ ha 530
mais que hũa só pedra; e dizem pera ysto que as pessoas se lhe
gera a pedra na bexigua e que o gavião não tem bexigua senão
hũa tripa, que vay do bucho ao cu, e que alli se lhe gerão estas pe-
dras; e porem, porque se achão muytos remedios diferentes, se poen
aquy todos; e os sinais per que se conhecem são estes: que a ave 535
quando tolhe vay co bico ao oveiro³ e às vezes trás a sugidade

¹ estão. Cf. *FPM*, 14, l. 4, 15. ² ho. ³ cobreo aoveiro. *D*, fl. 114, vai cõ
o bico ao oveiro.

no bico e comete muitas vezes a tolher¹ e suja o ouveiro e bate con o² rabo na luva: ysto se lhe gera de lhe darem muyto de comer e de as aves estarem sobrepostas pera ysto; quando lhe deres
 540 de comer, lhe molha a carne na semente da zargatoa; e o coração do carneiro é boa carne, porque obra [fl. 18, v] mais con elle. E se vires que está lá³ a pedra dura, faze hũas mechas de toucinho muyto sotis e cada dia, antes que lhe dês de comer, metelhe hũa daquellas pello pouzadeiro, até que não pareça nada della, e nõ lhe dês pru-
 545 mada até não vires a pedra demovida. Tãbem lhe dá hũa piquena de manteiga crua cada dia pella menhã en jejum, e não lhe darás de comer dahi a hũa hora, e a carne untalha con a mesma manteiga.

A outra maneira de pedra he dura como [de] bexigua; quando a vires desta feição, toma a ave e derribaa e lavalhe o cu con hũa
 550 piquena de aguoá morna, e então lho espreme como fazê ao forão, e na carne lhe dá a semente da salssa pisada ou o pó da semente daa zargatoa.

Tomarás a clara do ovo fresca e amaçaa⁴ muyto bem, como quem faz estopada, [fl. 19] e tiralhe toda a escuma e naquella aguoá que
 555 fica debaixo, solta, lhe molharás a vianda que lhe deres a comer.

A outra pedra lhe vem do bucho pera esta; ha mister de purgares a tua ave con hũa pirola de agarico troviscado, da grandura segundo for necessario a tua ave, e lançalha pola boca pola menham en jejum e nõ o ponhas na alcandora enquanto a não desfizer, por
 560 caso de a não regeitar, e dahi a duas horas, pouco mais ou menos, dalhe a comer boa vianda; e o mel granado, deitado pela manhã⁵ en jejũ, tanben he bon; e pera toda a pedra he bom que vœe sempre e que tome a aguoá.

23. Capitoio das lonbriguas.

565 A ave que tem lonbriguas conhecerlho ás en que loguo se despenão, quando não tem romido no papo⁶, e assy se despenão nas coixas e ouveiro; pera ysto toma os pós dos tramoços torrados,

¹ Cf. D, fl. 114, tolhe hũa vez atras da outra. Talvez comete esteja por se mete; em todo o caso, Ferreira traz expressão idêntica: o falcão que a ten commette a fazer tolhedura uma vez e outra, *Arte da Caça de Altanerria*, 2.^a ed. (Lisboa, 1899), II, p. 23. ² ho. ³ estala. Cf. *Caza*, 256: Et si viieres que esta pedra es tan grande que la non puede lanzar. ⁴ anaca. ⁵ manhaa. ⁶ quando

[fl. 19, v] e a carne que lhe deres a comer lha dá aly molhada, ou nos pós da reigada do corno do veado; e pera aves mais rijas, como faleões, lhe darás os pós do ferro, deitados en hũa tripa, como 570 adiante te direy.

Tanben lhe darás o gũmo do coentro verde, deitado en hũa tripa e atado por anbas as partes e deitado en leite de molher, e assy mais o gũmo do pexigueiro, deitado tão ben na tripa e tanben o sumo do codesso, metido en hũa tripa da feição que abaixo te direi. 575

Tomarás a salva e a losna e a suviera, que he artemisa, duas partes, e deitalhe duas ou tres gotas de vinagre e piza tudo en hũ gral e espreme o gũmo destas ervas e cõao por hũ pano e deitao en hũ pedaço de tripa de gualinha e ata por anbos os cabos con a linha e metelha polla boca, de guiza que a logre; e lha de ser 580 [fl. 20] pola manham en jejum, e dahi a hora e mea ou duas lhe darás de comer; ou lha podes dar à noite, depois de ter já passado o papo.

Tanben toma o coração da gualinha e alimpao bem de dentro e deitalhe hũ pouco de asafrão dentro e deitao à ave; e desque te parecer que seja guastado, toma a semente da erva lonbrigueira e 585 dalha dentro en outro coração ou en outra carne de galinha, tamanho que possa esconder a semente¹.

Tanben lhe podes dar hũa pirola dacevar patico² ou secotrim, tamanha como hũ garvanço; e en saindo o sol, na crecença do dia, lha lança pola boca, estando a ave en jejũ, e não a ponhas na al- 590 candora per espaço de hũa hora e mea; e, como tolher da sua materia³, lhe darás a comer boa vianda; a semente do tartago he tão bem boa pera esta enfermidade.

24. Capitulo das firlandas.

[fl. 20, v] Esta infirmitade vem as mais das vezes às aves fra- 595 quas e debilitadas; as que as tem, conhecerlho às quando estão repouzadas na alcandora, porque vão muytas vezes con o bico às

não tem romido no papo. Cf. D. Juan Manuel, *Libro de la Caza*, 90: la sennal de la dolencia es quel ruye le papo ... non es la dolencia en el cuerpo, mas en el papo, porque face aquel roido. O sentido da frase do nosso texto é: quando não tem, além disso, romido no papo.

¹ Esta receita coincide, até nos termos em que está expressa, com a de Pero Menino. Cf. FPM, 24, l. 1-6. ² daçucar patrio. ³ mateira.

cadeiras e trazendoas¹ apertão as mãos na luva muyto rijo, de maneira como tremor. He muy má de curar, porque anda de fora
 600 do bucho e das tripas; quando sentires esta doença a tua ave, trabalha de maneira pola trazeres en boa carne, e de quinze en quinze dias lhe dá hũ dente de alho, por esta maneira: toma o alho e tira-lhe o ol[h]inho de dentro e deitalhe hũas feveras dasafrão dentro e à noite, depois que tiver a vianda quasi guastada, lho mete na boca
 605 como prumada e o poen na alcandora. Tomarás hũa pouca de triagua e untarás a ave debaixo das azas e nas coxas e en todalas juntas. Tanbem he bon purgares a tua ave con hũa [fl. 21] pirola dazevar patico ou secotrin, como ja diçe.

25. Capitulo da bolha.

610 Esta infirmitade, que chamão bolha, he muy roin; os sinaes pera se conhecer quando a ave a tem sam estes: tem os olhos muyto tristes e derribão as azas de baixo do cabo e vay muitas vezes con o² bico às cadeiras. Os açores sam muito treitos desta enfermidade, porque se debatem muitas vezes e a meude por não trazerẽ caparão.
 615 Esta enfermidade se cura por esta maneira: toma o mel, que esté feito torrão, e lançalho pola boca en jejũ e não o ponhas ao sol, e quando lhe deres de comer, dalhe sempre a carne molhada en os pós de pão queimado; e se forem dias quentes no verão, molhalhe a carne que comer en agua de ruybarbo, e não caçes con elle até
 620 não te parecer que está são.

26. Capitulo do papo inchado.

Muytas vezes ten as aves o papo [fl. 21, v] inchado e cheo de vento; hũas de re[s]friamento das tripas e outras vezes de terem algũas chaguas na garganta; e con aquella paixão, não fazem senão
 625 ingulir até que lhe incha; pera ysto, quando te parecer que he de resfriamento, toma hũa ponba e dalhe de comer pouco della, e daquella pena da ponba lhe dá a que mais puder levar, confia de hũa grande prumada; e se lhe ysto não aproveitar, toma hũa pouca de decoada de vides muyto bem coada; quando quizer comer lhe dá a

¹ trazendoas *estará pela expressão arcaica* mal tragendo-as. ² ho.

carne molhada nella; quando vires que con este remedio todavia 630
non desincha e te parecer necessario aberto, toma hũa lanceta
muyto sotil e abrelhe onde estiver inchado, e tudo o que estiver
cancererado¹ o corta e lavalho con aguo ardente e depois enxu-
galhe a ferida con hũa pano e corelha muyto sotilmente con hũa fio
[fl. 22] daretrós e polvorizalho toda a ferida con os pós daruda 635
torrada, bem moida, ou con os pós da grã, e cada dia lhe borifa
aquella costura com aguo ardente e lhe deita aquelles pós e poeno ao
sol e nõ lhe dês muyto de comer (e), por lhe não quebrarẽ as pontas.

**27. Capitulo da ave que não faz a prumada
ou a ten grãde, que a não pode fazer.**

640

Quando vires que a tua ave não faz a prumada tẽs horas certas
quo ta sohia² fazer, toma hũa pouca de oruga machucada e mestu-
rada con mel e fazelhe hũa pirola do tamanho que te parecer perten-
cente pera a ave, porque se for aqor ou faleão seja a pilora tamanha
como hũa piquena boleta, e se for guavião será pouco menos que hũa 645
avelam; e metelhe aquella pirola pola boca en jejum e tem tento nelle,
até que se faça [fl. 22, v] a prumada; e depois que a³ fizer, toma hũa
trago de vinho e lançalho pola boca e non seja tanto que a enbe-
bedes, e nõ lhe dês a comer até não fazer duas ou tres tolheduras
da sua materia⁴; e quando lho deres, seja muito pouco e boa vianda; 650
e lança-lhe hũa pouco de cravo moido por riba da vianda e nõ lhe dês
prumada tão azinha; e neste tempo lhe darás duas ou tres vezes man-
teiga crua ou azeite cru, sen ser lavado, e poeno ao sol e dali a sete
ou oyto dias dalhe o⁵ asuquare candil. E, se con ysto te non quizer
fazer a prumada, toma hũa grão de incenso, pouco mor que hũa guar- 655
vango, e deitalho pola boca en jejum, e tẽo na mão até que o⁵ não
regeite, e se con estrouto a nõ fizer, deitalhe hũa pedaço de pedra hume,
da feição de pirola, do tamanho como diz en síma, ou o tartago,
e depois que a fizer prova- [fl. 23] -lhe a aguo e dalhe pouco de
comer. Ha caçadores que, como entra abril, não dão prumadas às 660
suas aves, por ser tempo quente e as não fazerẽ tan bem, senão se
ha necessidade de dispensação cõ o tempo⁶.

¹ cancererado. *Certamente erro por cancerado.* ² solia. ³ ha. ⁴ motaria.

⁵ ho. ⁶ *Esta frase não está clara devido à construção pleonástica do advérbio; senão se ha necessidade equivale a salvo se há necessidade.*

28. Capitulo do regeltan do papo.

Muytas vezes regeltão as aves os papos ou estão mais espaço
665 con elle do costumado; pode ysto ser ou de resfriamento de tripas,
ou dandarem quebrantadas de caçarem muyto; quando quer que o
regeltar, valhe logo provar aguoá, ainda que mostre fumo, e deit-
talhe hũ trago de vinho branco, e o que lhe deres a comer seja boa
vianda e pouco e non leve nenhũa pena e molhalhe a vianda na
670 semente dos mastruços pisada, porque são quentes e bõs¹ pera
quebranto.

Se te remanecer co papo dalhe logo hũ trago de aguoá tibia e,
se non quizer beber, lança-la pola boca [fl. 23, v] e poeno ao sol,
que non seja muyto; quando te parecer que tem fome e passou
675 tudo, toma hũ ovo fresco mal assado, no mais senão quanto te a
gema coalhe, e nella lhe lança hũ pouco de cravo moído e canela;
e aquella gema asy coalhada lança-la pola boca, e non coma
aquelle dia até a noite outra cousa; e à noite toma hũ ponbo ou
galinha e trocelhe o pescoço e deixalhe coalhar o sangue, até se
680 fazer de feição como quando fazê verde; entonce faze aquelle san-
gue en talhadas miudas e deitalhe os mesmos pós de cravo e ca-
nela e então lhe deita aquellas talhadas pola guarganta abaixo; e
ao outro dia trabalha por que te tome aguoá, e dalhe boa vianda
e pouquo de comer, porque o muito nunca fez bem.

685

29. Capitulo dos regeltos velhos.

Quando vires que a tua ave traz regeltos velhos, antes que coma
metelhe [fl. 24] a pedra hume pola boca, tamanha como hũa avelã,
ou segundo a ave for, e non o² ponhas na alcandora até que a³
lance con os regeltos; e depois dalhe a manteiga crua fresca, e a
690 quantidade será a que te parecer necessaria; e este dia que lhe deres
a manteiga, não coma outra vianda, e a outro dia lhe dá de comer
ave de pena e logo ao outro lhe lança o mel granado, e desde
tolher con elle da sua materia propia, lhe dá a comer coração⁴ de
carneiro, molhado na semente da zaragatoa pisada; ysto lhe darás
695 por algũas vezes.

¹ bos. ² ho. ³ ha. ⁴ coração.

30. Capitulo da ave quebrantada.

Quando a tua ave vier quebrantada do caminho ou da caça, a carne que lhe deres ao comer seja molhada no pó do açucare branco ben moido, ou tambem lha molha na semente dos mastruços pisados.

700

31. Capitulo pera as mãos inchadas.

[fl. 24, v] Muytas vezes inchão as mãos às aves de trazerẽ as piós apertadas, ou de lhes quererẽ sahir pedras, ou de algũ corrimento do inchimento do bucho; pera o curares deste mal, sangrao logo, cortandolhe as unhas de maneira que lance de todas san- 705 gue, e toma¹ o ingoento da queixada do porco e untalhe cada dia a mão duas ou tres vezes; e se vires que mostra em algũa parte da mão a grossidão, toma hũa lanceta e abrelha muito sotilmente e enxugualhe bem a ferida e cauterizalha com pedra hume e depois, dahy a dous ou tres dias, borrifalhe a mão toda con agoa ardente 710 e não no ponhas ao sol.

Se vires que este remedio não aproveita e te parece que lhe procede do bucho, toma hũa bochecha de agoa tibia e toma hũ piqueno de açucar candil e desfazeo na tua boca muyto bem, e então lhe lança na sua hũ trago daquella aguo a poeno ao sol; non lhe dê 715 de comer [fl. 25] até não fazer duas ou tres tolheduras e à noyte lhe darás hũa pirola pouco mor que hũ garvão, se for guavião, de tres douseas, que he tres partes daçucare branco e duas de hermodatiles e hũa de torbite, e darlhe hás ysto nhũa pelle como prumada, e na alcandora lhe porás hũ pano molhado em vinagre 720 forte.

Tambem quando vires à tua ave aquelle enchimento e inchaço² na mão, sangraa onde mostrar mais grossidão e untalhe toda a mão com unto da garça e con ingoento da queixada do porco, e poenlhe en cima da grossidão hũ enprasto dicierossio, ou dialter ou diaquilão 725 en hũ piqueno de baldreu, e borifalhe a mão com aguo a ardente ou vinho branco; e na alcandora seu pano molhado em vinagre forte.

¹ tomo. ² inchaço.

32. Capitulo dos cravos.

730 Os cravos nace[m] nas palmas das mãos; e logo lhos verás, porque
 lhe inchão e tẽ hũas bostellas nas palmas, tamanhas como cabeças
 de grandes alfinetes, e hão grande medo de p[eguar]ẽ, por a morda-
 [fl. 25, v] -don que tem na mão; quando vires esta enfermidade,
 cortalhe as unhas todas, que lancem sangue, e toma o cevo da ri-
 735 nhoadá do carneiro e a serabella e azeite e a enxunda da gualinha
 e o unto da garça e o alvaiade e poen tudo ysto a cozer até que se
 faça inguento, e untalhe os cravos cada dia com este unguento, duas
 ou tres vezes, até que lhos tires, e depois lhe porás essoutros reme-
 dios abaixo escritos, pera acabar de sarar e encourar: tomarás
 740 a canafrecha verde e partilla has polo nó, e hũa rezina que deita
 por aly he boa pera estes cravos untados con ella; esta mezinha
 achão nas boticas, chamãolhe galbano.

Tomarás unto da queixada do porco e untalhe a mão hũa vez
 pola manham e outra à noite, pera lha abrandares, e toma o mel
 745 monheca, que ha nas boticas, e derretelhe en hũ testo com hũ pi-
 queno de vinagre, que fique como diaquilão, e fazelhe hũa dedeira
 de hũ piqueno de baldreu e poenlhe aly [fl. 26] a mezinha naquella
 dedeira, e poenlhe onde tiver o cravo e corelha muyto bem e dei-
 xalha andar, até que vires que se lhe aranca o cravo; e se vires
 750 que lhe fica algũa carne branca, lançalhe aly hũa pouca de pedra
 hume, pera que lhe coma aquella carne, e depois poenlhe hũa pi-
 quena de manteiga crua e borifalhe a mão con aguoá ardente e
 debaixo da mão lhe poen hũa almofada chea de linhaça, ou o poen
 en algũa alcandora fria; e non o ponhas ao sol, porque con a quen-
 755 tura lhe incha muyto a mão.

Toma hũa bringella e abrea en quartos e deitalhe hũ pouco de
 sal e espremea duas vezes; e con aquella segunda aguoá que lançar
 lhe lavarás a mão.

Se estes remedios não aproveitarem, cortalhe as unhas, como te
 760 disse en syma, e toma hũa pouca de trementina e de sabão francês,
 tanto como ametade da trementina, e de sinza de vides tanto como
 ametade do sabão, e muyto bem peneirada, e mete tudo en hũa
 pucara nova [fl. 26, v] e mexeo, de guiza que seja bem misturado,
 e poeno ao foguo até que se coza bem, e depois poeno a refecer
 765 e faze-se como betume ou inguento; e enton[ce]s o poen en hũ coiro

de baldreu delguado e poen aquelle couro co inguento, onde tiver os cravos, que se quebrão todos, e deixalho andar por espaço de sinquo ou seis dias, e se lhos não aranquar, deixaos andar até que se aranquem; e se vires que lhe fica carne podre, deitalhe a pedra hume ou azinhão moido, até que se lhe coma aquella carne; e depois 770 de eriar carne nova, poenlhe diaquillão, pola guiza que te dice en sima; e como for curado, toma o¹ aziehe e a casqua do sovereiro e o sumagre e escoiria do ferro e enche hũa pueura de vinagre forte e deita tudo ysto dentro nella e poeno a ferver até que seja cozido; e então o tira do foguo e, como estiver tibio, molha hũ 775 piqueno de pano de linho aly, tamanho que lhe caiba as mãos, e poeno na alcandora asy molhado e poen a ave sobre elle; ysto lhe [fl. 27] farás cada dia, até que vejas que o couro das mãos he tosto².

O¹ desgovernar das mãos pera este mal he boa cousa, mas ha 780 mister que o¹ saiba bem fazer, porque, se o¹ não souber, perder-se te ha a ave ou correrá grande risco.

33. Capitulo da ave que lhe cae a unha.

Muytas vezes se araneão as unhas às aves de desastres, ou dos caçadores serẽ malsofridos ao desempolgar; quando lhe ysto acon- 785 tecer por qualquer cajão, se vires que ainda se tem en algũa cousa preza e que de todo nõ he fora, cortalhe a dita unha polo bico, té que lhe chegues ao sabugo, e poenlhe hũa estopada de clara dovo e sal e deitalhe primeiro o sangue do draguão e o bolarmenico e o azevar³ secotrin e, tudo moido en pó, seja emburilhado o dedo e unha en 790 hũ pano delguado e bem apertado, e tenlho asy por espaço de oyto ou dez dias e non caçes con ella até doze ou quinze dias; e se a unha de [fl. 27, v] todo he fora, quebralhe todo o sabugo con o¹ dito pó e corelhe hũa dedeira de baldreu, a mais branda que achares, de maneira que a não tire do dedo; e se achares a unha, quando 795 lhe cair, corta pola ponta, té que chegues ao vão, que passe a ponta do sabugo fora da unha, e deitalhe os ditos pós e atalhe hũ pano

¹ ho ² tosto. Cf. *FPM*, 40, l. 12, 23, testo, que coincide, aliás, com *Ayala, Caza*, 269, tiesto, e *D*, fl. 118, v., testo. *Todavia a lição tosto, participio passado de tostar não é para regitar.* ³ azuar.

delgado por derredor e folgue por espasso de dez ou doze dias;
e quando lhe non achares a unha, ponlhe hũa agulheta dataca, cor-
800 tada da feição como digo da unha.

34. Capitulo da ave que tem a perna quebrada.

A¹ ave que tiver a perna quebrada, concertalhe primeiro muyto
bem a cana e depois trosqualhe a pena, onde estiver a quebradura,
e untalha toda ao deredor con termentina; e tomalhe a almesegua
805 e² o sangue do draguão e o incenso e o bolarmenico e a pedra
sanguinea e, tudo muito bem pizado [/. 28] e moido, misturao
e lançalhe aquelles pós³ por cima da trementina en todo aquelle
lugar da quebradura e poenlhe suas talas e apertadura bem conser-
tada e nõ lhe tires o caparão dahi a muytos dias, por se nõ debater
810 ou estribar sobre a perna, e esteja posto no chão en algũa cousa
como ninho, e non lhe tires o emprasto até se não desapegar por
si e dalhe boas viandas a comer.

Se a¹ perna he quebrada pola cana debaixo, poenlhe hũ pano
molhado en aguoia fria bem enburilhado pola cana, e por espaço
815 de tres ou quatro dias esteja asin; se lhe a mão inchar, he bon si-
nal, senão poenlhe essoutro enprasto de cima com os mesmos pós; e a
carne quel he deres a comer seja picada, por se nõ estribar na perna.

35. Capitulo da ave descoxada.

Pera a ave que he descouxada, soltaa en hũa casa como pera
820 mudar e poenlhe algũa cousa, onde filhe aguoia, e dalhe na carne
a comer a solda mumi- [/. 28, e] -nha e os mastruços e deixao andar
por espaço de vinte ou trinta dias, até que pareça que está bon
e dalhe a comer boas viandas; e pera aves de mais rija conpreição
dalhe os pós do pez moido.

825

36. Capitulo de quando a ave he ferida.

Quando a ave he ferida, ajuntalhe logo as penas en frouxel,
pera lhe estancar o sangue e, depois de estancado, trosqualhe

¹ Ha. ² he. ³ pes.

as penas con hũa tizoura e ata a ferida con hũa pena de galinha e, se entrar, ronpelhe o couro de cima ao longo, por vazar por aly a materia; e cozerlhe ás a ferida con hũ fio de retrós ou de seda, 830 e cada ponto será dado sobre sy, pera se poder cortar e asy pera lançar a materia por antre hũ e o outro; e então lhe lava a ferida con vinho branco, cozido con losna e rozas sequas e, depois de lavada, toma do pó de¹ grã queimada e lança- [fl. 29] lho por sima da ferida, e nõ tendo grã, toma hũ pedaço de esarlata ou de grã fina 835 e queimalhe aquella tez de cima, e daquelles pós queimados lhe lança pola ferida; e quando non achares ysto, lançalhe os pós dar-ruda torrada, ou a solda, como diz no capitulo da unha.

37. Capitulo da pancada ou ferida no olho.

Quando a tua ave for ferida no olho, ou tiver algũa pancada 840 que não seja quebrado, tomarás hũa erva, que se chama a erva andorinha, e pisaa e entonces lha ata assy con o sumo sobre o olho, e poenlha tantas vezes até que se ache bem.

Tanbem lhe podes pôr outra erva, que ha nome pinponela, e ha de ser por esta maneira: pisaa e toma o sumo dela coado 845 e do mel a terça parte, e toma o coral branco e fazeo en pó; e tudo ysto bem misturado, e derriba a ave e com hũa pena deitalhe dentro do olho [fl. 29. r] esta mezinha, até que se consuma a mezinha, e poenlhe o caparão de guiza que o² não possa tirar nem cossarsse con a unha; e se lhe ficar nevoa no olho, lançalhe 850 o pó do dito coral; outros lhe lanção hũa mezinha, que chamão o papuzello, que he sumo de pão e queijo pisado; e aquelle sumo, deitado no olho, por vezes da feição destrouta mezinha, até que vejas que acha bem.

38. Capitulo da topadura ou derramadura.

855

Quando a tua ave der algũa pancada en a outra parte, que nõ faça quebradura, aly aonde foi o mal o borri-fa muyto bem con agnoa ardente, e poeno ao sol e o que lhe deres a comer molhao na semente dos mastruços.

¹ do. ² ho.

860

39. Capitolo da tinha.

Muytas vezes acode às aves hũa doença, a que os caçadores chamão tinha; e he hũa comichão e ysto he quando [fl. 30] estão na muda, por caso de mudarẽ mal; pera ysto toma hũ pouco de vinho branco e lançao en hũa pucara e deitalhe dentro a rosela con
865 hũas poucas de rozas sequas e hũa pouca de murta e, tudo misturado e bem cozido, lavalhe aly onde mostrar o mal; e se for pera se coçar aly con o bico, toma hũ piqueno dazever patico, misturado con mel, e poeno en sima daquella chagua; borrifarás a ave con agnoa ardente e non lhe dês muyto sol, por caso que as penas
870 se non criven ou peguem.

Algũas vezes se filhão as aves na alcandora ou se tratão mal sobre a prizão, arrancando algũas¹ penas ou fazendo feridas; pera ysto lava[a]s con este lavatorio, que asima digo.

RODRIGUES LAPA.

NOTA.—Por comunicação do Prof. Tilander sabemos que os manuscritos portugueses de falcoaria, encontrados por êle, não são mais que os já descritos por nós, compreendidos no códice 821, Núcleo Sloane, do Museu Britânico.

¹ algunas.

O conceito da poesia no século XVII

D. Francisco Manoel de Melo

O século XVI, época de sonhos audaciosos e acção heróica, agitou-se num movimento de renovação a que era natural succedesse o longo sossêgo de forças enfim equilibradas. Esquadrinhou-se o planeta em todos os sentidos, em demanda das riquezas da terra e de outras formas da vida, num maior anseio de tudo submeter ao conhecimento desinteressado ou às actividades práticas; lutou-se a dentro de cada país, surda ou fragorosamente, pela organização política ou pela dogmática religiosa a impor, e ainda, Europa fora, pela conquista duma hegemonia que afinasse, em proveito do imperialismo mais forte, o concôrto desarmónico das nações. Ora, tudo isto, acrescentado à efervescência duma curiosidade intellectual, simultâneamente *humanista* e *naturalista*, preocupada do passado que ressurgia dos pergaminhos, ao mesmo tempo que do presente e do futuro que se desdobravam, em imprevisas realidades ou em perspectivas deslumbradoras, através de novos continentes e oceanos — tudo isto, dizia eu, é para exigir longo repouso reparador, para determinar algum tempo de equilibrio interior e exterior, individual e colectivo.

É, na verdade, um século relativamente parado, o século XVII. E é parado em múltiplos aspectos da vida social como íntima.

Politicamente, o absolutismo, de tendências cesaristas, campeia quási sem oposições. Socialmente, o alvorôço épico dos descobrimentos remata na exploração utilitária das riquezas que elles revelaram, pelas grandes companhias inglesas e holandesas. Na esfera religiosa, eram dominadas as minorias divergentes, nos países que as não haviam eliminado.

Era natural que este acalmar do febril tumulto anterior tivesse na actividade mental seu paralelismo — ou repercussão. ¿E não é verdade que à devassa de novos mundos de factos succede o esforço de os organizar em sínteses especulativas? Descartes, Leibnitz, Spinoza, Locke succedem aos descobridores portuguezes, a Vinci, a Galileu, etc.

Aos poemas que exaltavam o esforço heróico ou gritavam o individualismo da paixão; à viva, por vezes truculenta literatura polemística, provocada pelas lutas religiosas, prefero-se o teatro,

a oratória sagrada, a crítica de costumes, as obras calmas de edificação cristã, que procuravam, num absoluto respeito pelas instituições e pelos princípios em que assentavam, corrigir, disciplinar, no sentido duma adaptação às *verdades* que obtiveram o triunfo. E prefere-se igualmente a literatura que, tendo tais verdades como definitivamente assentes, não tinha outro destino além de entreter o epicurismo intelectual da fina flor da sociedade. Literatura que vira as costas à vida, íntima ou exterior, toda se desentranhando, como copo de água em bolas de sabão, em jogos verbais e arranjos de engenho, nas mil formas dum requinte da actividade lúdica.

¿Quem não sente que tal literatura admiravelmente se adequa à sociedade que, pela pressão do gosto, nela colaborava? Sabe-se como essa sociedade é complicada. Cristovam Soares de Abreu, no parecer sobre a *Arte de Galanteria*, de D. Francisco de Portugal, refere que o era ao ponto de um *castelhano* perguntar a um *português* qual era religião mais apertada — se ser fidalgo ou capuchinho.

A literatura, salvando os casos em que o ímpeto do génio a subtraía aos imperativos tirânicos da convenção, traduzia todo êste artificialismo da vida de sociedade, na complicação de agudezas que a tornavam *esotérica*. Era natural que o esforço de suprir à ausência ou à monótona perpetuidade da substância levasse à rebusca da originalidade nas imprevistas e engenhosas variações da forma. Na mesma *Arte de Galanteria*, diz o autor:

No se puede negar que las edades presentes, estragando las buenas costumbres, mejoraran las buenas artes. Lo tosco enterose con la verdad, lo polido deve-se à la mentira; mas tambien encuéntrase alguna verdad polida desacreditada con esta capa, por buscada con la otra.

Assim era. A perfeição das *boas artes* está para a sensibilidade do tempo, na razão inversa da porção de verdade que elas exprimam. A simplicidade da linguagem de Manoel Bernardes, fluida e suave, aliciente com um falar de confidência mística, atraía muito menos do que a acrobacia de Vieira no *Sermão de Nossa Senhora do O*, por exemplo...

Êste o *clima* espiritual da Europa culta no século xvii. Há obras, é verdade, a que êle se não adequa e por êle se não explicam. Mas os espíritos *libertinos* que as produzem, pela herança quinhentista que os inspira ou pelo temperamento reactivo que os

agita, encontram na própria *originalidade*, que o século considera um defeito, o maior obstáculo para o triunfo. Outras obras também existem, que, em troca dum mínimo de transigência exterior com o capricho da moda rocócó, obtêm poder insinuar um pensamento a certos respeitos e freqüentemente de íntima oposição.

Integra-se nesta categoria, em certa medida, a obra de D. Francisco Manoel de Melo.



Este singular espírito salienta-se entre todos os seus contemporâneos pela altura intelectual e pela agitação, variedade e riqueza episódica duma vida intensamente e largamente vivida. Mal saído do colégio jesuítico de Santo Antão, ei-lo marinheiro, soldado, cortesão, diplomata. Sofre um naufrágio; assiste ao combate naval das Dunas; demora-se depois na côrte alegre e brilhante como uma *quermesse* de Felipe IV. Conhece a França, a Flandres, a Alemanha, a Itália. Entra em campanhas, mas também convive, de côrte em côrte, com literatos, diplomatas, ministros, imperantes. É preso, depois. Nove anos de reclusão lóbrega, seguidos de três de degrêdo áspero no Brasil. Outro aspecto da vida, antipodalmente oposto. Por fim, a reabilitação, a actividade diplomática retomada, viagens novas pela Europa culta do tempo. Ninguém, portanto, mais em contacto com a vida, a *Vida* em quasi todos os seus aspectos. Junte-se a isto uma intelligência gozando a voluptuosidade do próprio exercício, um temperamento reflexivo de observador, uma elegante cultura de fidalgo e uma rara expressividade de artista — e compreender-se-á o que há de excepcional na figura de D. Francisco Manoel de Melo.

Desde a natureza das obras que concebe até a maneira como as realiza, tudo inculca em D. Francisco a superioridade da capacidade crítica sobre a capacidade criadora. Não é, pois, sem razão que em sua variadíssima obra de polígrafo, onde figuram a história, as ciências políticas, militares, matemáticas, ao lado do teatro, da poesia e até da hagiografia, seja sobretudo ao crítico de costumes que hoje se dirija a curiosidade de todos — e seja particularmente o crítico literário, tam ricamente informado e tam lucidamente consciente daquele momento cultural, que melhor que ninguém nos habilite a formular os princípios que orientam a actividade literária da época.

Em tal informação, figuram mesmo as mais notáveis obras de crítica literária que o século conhece. Os interlocutores de *Hospital*

das Lettras são, como é sabido, além do autor, JUSTUS LIPSIUS (1547-1606), TRAIANO BOCALIN (1556-1613) e D. FRANCISCO GOMEZ DE QUEVEDO Y VILLEGAS (1580-1645). Lípsio é o autor dos *Variarum lectionum libri quatuor*, onde se coligem tôdas as notas críticas que a leitura de diversas obras lhe foi sugerindo. Por êste livro e ainda pelo *Antiquarum lectionum commentarius*, mais ainda do que por uma vida incidentada e ruídosa de polemista — e de professor que ensina na universidade católica de Lovaina e na universidade protestante de Iena —, se torna notabilíssimo êsse espirito de excepção, dos mais dotados de agudeza crítica e de segura erudição do seu tempo. Quanto a Bocalino, o *Gazeteiro Oficial de Apolo*, como êle mesmo se intitula, tem tanta veemência na sátira, como serenidade na crítica, clarividente e informadíssima. Espirito de altiva independência, a sua insurreição contra o espanhol dominador é de ardor igual à rebeldia contra o magistério aristotélico. E assim, deve-se-lhe uma tentativa, infelizmente só com timidez continuada, de renovação da critica fora de pressão das regras do Estagirita. Quevedo, que se corresponde com Lípsio e é da estirpe intelectual de Bocalino, êsse, é de todos aquele com quem D. Francisco tem mais íntimas afinidades. Crítico de costumes como o lusitano, tem como êle, em face da poesia, uma attitude de menos estima, que diríamos ter suscitado a de MELODINO, se esta não houvera antes derivado dum temperamento fundamentalmente idêntico, avesso também ao lirismo erótico.

Todavia, outras condições, mais íntimas, mais imprescindíveis a quem tente tomar attitude critica, não faltavam a D. Francisco: a independência mental, ligada a um excepcional poder de observação, larga observação que superava os limites da biblioteca, mergulhando directamente na Vida, que como poucos conhecia por dentro e por fora. Com razão o pôe êle em relêvo na *Carta de Guia dos Casados*:

Não sou já mancebo. Criei-me em côrtes; andei por êste mundo; atentava para as cousas; guardava-as na memoria. Vi, li, ouvi. Estes serão os textos, estes os livros que citarei a V. M. neste papel; donde, juntas algumas historias que me forem lembrando, pode muito bem ser que não sejam agora menos uteis que essa máquina de Gregos e Romanos, de que os que chamamos doutos para cada cousa nos fazem prato, que às vezes nos enfastia.

A esta sabedoria dos homens que não são, como êle lhes chama, vivos-mortos, alude mais de uma vez: «*Grande cousa é ver mundos, cujos sucessos fazem melhor biblioteca que os dois famosos reis do Egito*».

Ele possui tal sabedoria. E por isso repele a imitação servil, tam usada pelo «engazador ou cerzidor que nenhuma cousa sabe fazer senão cadeias em que prende, e de ordinário muito contra sua vontade, os solenes ditos e aplaudidas sentenças dos passados . . . que cosem os ricos panos que os antigos teceram, errando-lhe, porém, a cada passo os fios, côr e o direito . . .» que não comprehende «que a prezada erudição tem seus termos e mais se deve usar para que dê occasião de discorrer e inventar novas cousas, que para acomodar ao nosso propósito as que já estão ditas . . .»

Elaboração íntima, não exterior embutidura de cultura clássica. Eis o que elle ainda exprime por esta imagem, que é pena reflectir um erro de física:

Olhay cá, Senhores, — diz Lírso no *Hospital das Letras* — o homê sabio se ha de haver com as disciplinas como as nuvens com a agua; he bem, porque as nuvens bebem as águas salgadas do Oceano, as venhaõ assim chover com o seu próprio sal sobre a terra? Então fôra a chuva assolação & não fecundidade. O sal ha de ficar no coração da nuvem, & a água se ha de estylar à terra.

O que de mais interessante, porém, cumprirá salientar nesta posição de independência mental é que, bastante depois de Rogério Bacon e de Luis Vives¹, mas mais de trinta anos antes que Perrault e Fontenelle, a quando da célebre *Querelle des anciens et des modernes*, justificassem a libertação da *autoridade dos clássicos*, havia-o feito D. Francisco, utilizando um argumento que, em sua estrutura católica, de discípulo da Escolástica, afirma a mesma verdade essencial que Fontenelle apenas verteu em forma científica, ao falar da *Fixité des lois de la Nature*².

¹ Neque enim effecta est jam vel exhausta natura, ut nihil prioribus annis simile pariat; eadem est semper suis similis, nec raro, tanquam collectis viribus, pollentior ac potentior; qualem nunc esse credi par est robore adjutam et confirmatam, quod sensim per tot saecula accrevit. Quantum enim ad disciplinas percipiendas omnes adjutum vobis inventa superiorum saeculorum aperiunt, et experientia tam diuturna? ut appareat posse nos, si modo applicaremus eodem animum, melius in universum pronuntiare de rebus vitae ac naturae, quam Aristotelem, Platonem, aut quemquam antiquorum; videlicet post tam longam maximarum et abditarum rerum observationem quae novae illis ac recentes admirationem magis pariebant sui, quam cognitione adferebant. (Vid. *De disciplinis libri xii, Praefatio*).

² O primeiro critico a fazer esta aproximação entre D. Francisco e os polemistas de *Querelle* foi o Prof. Fidelino de Figueiredo, na *História de Crítica Literária em Portugal*.

Diz o nosso crítico:

Nego com tudo (o que affirmão outros) que só em aqueles primeyros seculos fosse liberal a natureza em produzir altos Juizos; porque o mundo, se bem he verdade que se ha de acabar, não se ha de desfazer primeyro que se acabe; com todas suas forças & faculdades se ha de ir á sepultura, & até o fim permanecerá na propria ordem em que começou, conuindo assim ao mayor espanto dos vivos & mais admirável crédito da Omnipotencia; porq̃ tem proporção que, assim como Deos de nada fez tudo, de tudo faça nada, & como o mundo nunca ascendeu por graos successivos á sua perfeição, não desça por outros taes á sua aniquilação: porque se o mundo fosse por graos successivos caducando em suas operaçoens, facil consequencia & pequena maravilha viera a ser depois o fim delle.

Esta a razão *aprioristica* da sua independência ante os clássicos. Mas a sua cultura não lhe falta com razões objectivas, de mais pêsso. E são as próprias contradições entre eles mesmos, relativamente ao que muitos contemporâneos de D. Francisco tomavam como cânones intangíveis:

LIPSIO — Senhores, a Poezia Epica he carreyra que poucos no mundo tem acertado, porque são tantas & tão variadas leys, & preceytos de que consta, que vem a ser quasi impossivel ao juizo humano sua observancia. Ariosteles a poz em praxe, usando daquelles escuros termos, que depois se ennevoaraõ muyto mais pelo commentto dos Expositores.

BOCALINO — Acabem alguma hora porisso os Epicos de se conformarem em suas regras, & haverá quem possa decorallas & satisfazellas: mas entretanto que huns não querem, que se conte mais que hum só Heroe, como fez Virgilio com Eneas; & que outros admittaõ muytos companheyros, como Valerio Flaco em seus argumentos; & entretanto, que huns mandaõ se dê principio aos Poemas pelo principio da Acção, seguindo Homero em Ogigia, outros pelo meyo della, conforme ao Mantuano com seu Heroe á vista de Carthago, & que entretanto huns se mataõ sobre o final Apostrofe, ou peroração, dizendo que o Poeta de boa ley se devia despedir com cortezia do auditorio..., & outros affirmão ser demazia indecorosa... fique o negocio pois como d'antes & faça cada hum o seu Poema segundo Deos lhe ajudar ou o não refaça, porque tambem he cousa dura que tendo Homero liberdade para pintar o seu Ryo deytado, não possa outro Poeta sobpena da excomunhão dos Criticos, por o seu Ryo encócheras: quando chego a cuydar nisto não sey absterme sem reprehender & ás vezes amaldiçoar a impertinente seyta do Poetismo; sendo o melhor de tudo, que poetando-se desde o principio do mundo, & sendo quasi taõ infinito o numero dos Poetas como o dos Parvos, o negocio se apertou de foyção, que aos Gregos só deyxarão a Illiada, aos Latinos a Eneada, aos

Portugueses a Luziada, aos Italianos a Godofreyda; ficando de fora Hespanhoes & Franceses, sem embargo de fallarem as duas melhores linguas da Europa, com perdaõ dos Teutónicos, Belgos, Anglos, & Batavos, mas que appelem pelos seus Ronzardos, Theophilos, Bucanos, Barclayos, Erasmos & Anduenos.

A citação foi longa, mas, sob mais de um aspecto, reveladora. Um romântico não fundamentaria melhor a sua posição anti-clássica; e a frase: *Faça cada um o poema conforme Deus lhe ajudar*, é, afinal, a expressão, em linguagem católica, da mesma idea fundamental que se traduz na frase: *deixei-me ir empós do coração*, que foi o processo pelo qual Garrett diz ter composto o *Camões*, de costas igualmente viradas aos teorizadores — os das duas escolas então em luta.

Esta independência perante os clássicos não podia, evidentemente, ser compatível com doradoira sujeição aos artificios literários preferidos pelo gosto do seu tempo. Mais de uma vez os meto a ridiculo. Lembremos, no *Fidalgo Aprendiz*, como o calão precioso serve para avivar os traços caricaturais do *Estudante*. Entre as várias ironias que dardeja contra o cultismo, figura, por exemplo, esta:

Prezão-se os de agora estylar a sabedoria e não curar senão com quintas essencias, como cirurgião flamengo com emplastos duarbéticos ou flores de enxofre. Dizem que são muyto proporcionados ao fastio do entendimento; tudo conforme à botica que trouxe da Itália o Marquês Vergílio Malvesi que por cá achou grande gasto.

São em geral bem diferentes os recursos com que ele prende de encanto os leitores. A *Carta de Guia dos Casados*, por exemplo, é absolutamente alheia à pompa cultista. É no *estilo corriqueiro*, pelo qual ele diz ter abandonado o *majestoso*, a que protesta de não tornar, «por mais que o espirito lá o queira conduzir», que D. Francisco escreve esse livro, que tem a amenidade insinuante, o elegante à-vontade que devia ter a conversa com que ele próprio encantava os da sua convivência, como o P.^o Manoel Godinho.

Corriqueiro, deve entender-se em sentido relativo. Períodos bem equilibrados, tímidos de conceitos, denunciando muitos anos de comércio com os clássicos, não faltam por lá. Como também não falta, ao lado destas jóias de beleza só grata à razão discursiva, a metáfora pitoresca que os românticos haviam de saborear, audaciosa como esta, por exemplo: «... deu ele tambem em desmanchar sua pessoa, entornando os membros pelo corpo abaixo».

*

Mas vejamos como este espírito assim dotado e formado concebeu a poesia. Não é preciso acentuar que isto equivale a prever — como a realizou. Estamos, de facto, numa época e trata-se dum escritor que não conhecem a *meia-consciência* da espontânea inspiração, da *fúria*, como se dizia, antes toda a arte que elaboram resulta do esforço da vontade e da inteligência em lucidíssima convergência.

Será ainda no *Hospital das Letras*, onde os quatro críticos acima apontados receitam, como médicos, para os livros e autores que se lhes deparam na visita, que procuraremos recolher, fragmentada em numerosas notas críticas, a sua concepção da poesia.

Antes de mais, ponhamos em relêvo a sua admiração por Luís de Gôngora, que considera *o poeta mais estimado de Apolo que nenhum dos castelhanos*. Leu-o com cuidado, para saber que a sua obra anda adulterada na edição feita por Gonçalo Hozes e que em nada a ilustram as notas de Pellicer.

Gôngora — sabe-se — foi na poesia o infatigável rebuscador da forma mais brilhante e aguda, aquele que mais resistiu ao natural *declive para a facilidade* — e até à naturalíssima, ansiosa pressa da glória, pois ninguém mais gastou em merecê-la o esforço que tantos empregam em conquistá-la. O que torna tam difficilmente inteligivel a sua obra, não é apenas a máxima acumulação, no mínimo espaço sintáctico, de tantas novidades expressivas, de tantas, tam imprevistas, tam subteis relações entre a realidade e o simbolismo poético, senão o quanto de confuso resultou do longo tempo gasto em correcções que sacrificavam à beleza do pormenor a unidade do conjunto, e ainda, nas composições póstumas — e são tantas — do inevitável arbitrio dos editores na escolha e confusão no ordenar e utilizar das numerosas lições diferentes que deixou¹.

D. Francisco Manoel não deixa sem repreensão o ceder às tentações da facilidade. De Lope de Vega diz elle, pela boca de Lísio:

Se pudessemos curar de sua grande facilidade a Lope, logo curariamos alguns descuidos ou humildades de seus livros...

Facilidade — nem nas *Cartas Familiares*. Lembremos como elle as escrevia de maneira a poder publicá-las, muito cuidadosamente organizadas em *centúrias*... Mas a que deve tender o esforço na elaboração literária? Porventura a uma mais cingente adequação

¹ Vid. Alfonso Reys, *Cuestiones Gongorinas*.

da forma à idea — e a uma idea que, por seu turno, resulte duma mais profunda e atenta intuição da realidade, subjectiva ou objectiva? De modo nenhum.

Tratando-se da poesia, o objectivo de tal esforço é dar-lhe *brilho verbal*, carregá-la de ornatos dir-se-ia que independentes do conteúdo, como *aplicações exteriores*. É reparar nas metáforas com que elle põe em relevo a necessidade da *pompa* nos versos: — *ricas joias da erudição, argentaria e lantejoulas, tropos e flores...*

Outro valor poético, este mais de conteúdo do que de forma, é para D. Francisco a *agudeza do conceito*, a *subtileza da idea*, as quais, com as *razões pomposas*, são, no seu entender, as *plumas mais louças de que a poesia se reveste*. É por isso que Lúpsio estranha que os religiosos façam versos. «*A poesia funda-se em dois polos, que são o amor e a ociosidade. ... A mortificação opõe-se ao affecto e a disciplina ao ócio*». Difficil compatibilizar o exercício das *ciências mais altas* com esse *divertimento*. E quando elle se toma *acidentalmente*, em *escritos casuais*, «*não pode nunca campear com igual galhardia, à que seu culto requiere, que só se acha (quando se acha) em os famosos espiritos, que, abstraídos de outra occupação, de todo se entregam à doce prática das Musas...*».

Assim, a poesia é incompatível com a vida religiosa, não só porque o seu assunto é o amor, mas porque a sua forma tem subtilezas de técnica que só quem se lhe dedica inteiramente poderá dominar. Não se poderia ser mais expressivo nesta qualificação duma *arte* que dos próprios temas morais ou religiosos faz os versos ao *Menino Jesus em metáfora de doce* ou ainda este soneto do nosso crítico, sobre o versículo evangélico: *Domine, tu mihi lavas pedes?*

Ouzado Pescador, qu' he da tormenta
Nas mansas aguas d'esse breve vazo?
Duvidais vos d'entrar (timido acazo)
Quando que nelle entreis o Mestre intenta?

Como, se antes ouzada, hoje avarenta
Se mostra a planta, que por longo prazo,
O bravo Mar pizou, qual campo razo,
Em virtude do braço, que a sustenta?

Então lhe obedecéis os pensamentos,
Porque se mostrou Deus: e hoje vestido
De Escravo, duvidais seus mandamentos?

Pois diz o Amor: Que para obedecido
Mais he, que quando aos pés rende Elementos,
Quando elle o poem a vossos pés rendido.

A forçada comparação entre uma bacia cheia de água e o lago de Tiberíades é o ponto de partida desta brincadeira, em que a humildade do apóstolo, recusando-se a deixar que o Mestre lhe lave os pés, é convertida na soberba que lhe desobedece, porque o vê vestido de escravo...

Tais habilidades acima de tudo se revelam nas engenhosas criações dos símbolos imprevistos, como este, alguns à maneira de Góngora, cuja adivinhação constitui um fino prazer para os de mais rara cultura; também se exercem, porém, nos jogos verbalistas dos *trocadilhos*, mais do que nenhuns denunciadores dos intuitos de diversão intelectual característicos da literatura que os utiliza; e ainda, no mesmo propósito de obrigar o leitor ao esforço interpretativo, como sinal duma *sublimidade de expressão* que, para maior orgulho do escol que a usa ou perante quem é usada, pretende ser sinal de *sublimidade de pensamento*, mais de uma vez se recorre ao exagêro da síntese latina, omitindo, pela repetição das elipses, as ligações lógicas que facilitam a inteligência do sentido.

Entre os interlocutores, há quem não desaprove a rudeza e obscuridade de Sá de Miranda, pois «*foi costume de famosos homens escrever certos conceitos misteriosos, como os egípcios, em verso tosco*». Sente-se que D. Francisco o prefere a Diogo Bernardes, «*poeta da Terra da Promissão, todo mel e manteiga*», a cuja poesia ele prefere a de versos «*varonis e esforçados*».

D. Francisco, porém, não esquece que, se o cultivo da poesia demanda pacientes vagares da parte do poeta, que tornem possível o refinamento conceptista a que acabo de me referir, ele implica, da parte do leitor, a receptividade que a tal refinamento haverá de pôr limites. Sem deixar de ser um luxo espiritual, para um público reduzido, a poesia encontra no seu destino razões de simplificação que contrabalançam as razões que na origem lhe dão tendências esotéricas.

Um passo elucidativo: Depois de se aludir aos dois poetas espanhóis Leonardos — Bartolomeu e Lópécio — que os interlocutores accusam de impenetráveis para profanos, pela exagerada majestade das sentenças e pela indiscreta imitação dos antigos, põe o autor na boca de *Lipsio* estas significativas considerações, de que me permiti sublinhar algumas:

Dias ha que ví suas obras & lhes sou afeiçoado pela *summa alteza* que em todas observarão; todavia, são Poetas a quem se pode mandar tomar o aço para gastarem a opilação de que adoecem seus versos, *alguns de grande difficuldade pelo muyto que afectaram as vozes peregrinas*, particularmente em os consoantes: Lópécio teve

mais vea que Bartholomen; *este melhor pompa que aquelle; & ambos mayor estrondo que formosura. Direy, contudo, que, como os versos não sejam lição propria de sezudos, mas de mancebos, damas e ociosos, parece coisa inoportuna professar nelles tanta severidade que antes acusem horror que deleyte a quem os ler, como nestes a cada passo succede; não obstante, forão os dois Irmãos um vico erário das joyas da erudição.*

Em resumo: a *suma alteza* do estilo é digna da afeição de *Lipsio*; a *pompa* inculca-se como a qualidade que superioriza Bartolomeu a *Lopércio*; as *joias da erudição* consideram-se uma prenda que absolve os dois poetas dos defeitos ou antes *excessos* que os tornam demasiado *severos* para os *mancebos, damas e ociosos*, não obstante serem estes que se preocupam da poesia, que os *sezudos* desprezam.

Se a poesia é assim uma *distracção* de espíritos *fracos, juvenis* ou *ociosos*, a *severidade*, do tema como da forma, está nela contra-indicada. Assim o pensa, por exemplo,

BOCALINO . . . — se conferirmos os estyllos dos Poetas antigos & modernos, estes faraõ muyta vantagem àquelles, porque a argentaria, elantijuela, que hoje se gasta he sem duvida mais brilhante & agradável que a melancolica fraze dos antigos; se hoje resuscitassem ao mundo aquelles famosos Simaeos, Orpheos e Cleandros & ateymassem em trajar pelas medidas do tempo entaunguido, a gente fogeria delles.

Como se vê, tudo converge a dar à poesia um carácter de entretenimento de ócios aristocráticos, cousa *artificiosa e galante*, que não *comovida*, destinada mais ao *deleite alheio* do que à *libertação das próprias emoções*. Os pouquíssimos versos que a prisão ou o desterro inspiram a D. Francisco é em obediência a este conceito que elle os escreve. Uma rápida exemplificação:

De Consoada a hũa F.¹ P.

Que vos hei de mandar de Caparica.
De que vos, Prima, não façais esgares?
Porque de graças, ou benções aos pares,
Disso, graças a Deus, sois vos bem rica.

Mel e assucar? São cousas da botica.
Coscorões? São peores que folares.
Perus? Não, que são passaros vulgares.
Porco? Só de o dizer nojo me fica.

¹ Assim ocorre na edição de 1665, única de todos os seus versos portugueses, só depois publicados em colectânea pelo dr. José Tavares — *O poeta Melodino*. Será uma das suas muitas gralhas, provavelmente em vez de S. P. (Sua Prima).

*Mandaravos o sol, se desta cova
Mo deixaraõ tomar; mas he fechada
E ainda o he mais para mi a rua nova.*

Poes se ha de ser de nada a consoada,
Mandarvos hei, se quer, Prima, esta trova,
Que o mesmo vem a ser, que não ser nada.

Na risonha galanteria, apenas três versos duma amargura logo dominada sob o sorriso, agora mais melancólico, do homem de sala educado a não perturbar, com indiscretas queixas, a graça convencional da convivência.

O *deleite alheio* de que falo não é preciso dizer que é de *carácter intelectual*. O deleite que vem das *palavras boas e em boa ordem*, que ele diz *serem a mesma poesia*; das composições em que ou se encontra *cousa de que a memória lance mão ou leve para casa o entendimento*, ou onde não faltam a *elegância, venustidade e graça*, que lhe conferem *tropos, adornos, flores*. Tudo isto, como se vê, se implica um pouco de sensibilidade — a sensibilidade de sentidos pagãos, enamorados de fulgores —, repele a emoção, a paixão, o *delírio mediúmico*, a antiga *fúria*, tudo quanto implique perturbação da normal e mais nobre actividade do espírito — a lúcida soberania da razão.

A que distância não estamos da poesia romântica, que tam voluptuosamente embala e às vezes tam desordenadamente apaixona o sentimento, pela ressonância que dá aos seus mais fugidios estremecimentos! Sobretudo, em que posição antitética, relativamente às extravagâncias do cubismo, futurismo, dadaísmo, super-realismo! Tais tentativas procuram dar a tumultuária desconexão da vida interior e exterior, em formas de arte análogamente desconexas e tumultuárias, para mais directamente a exprimir; escapam a toda a lucidez da inteligência analítica, para mais directamente remover a profundidade sub-consciente do leitor, à qual se dirigem.



E, todavia, não nos julguemos completamente fora do nosso tempo, ouvindo os interlocutores do *Hospital das Letras*. Reparemos, por exemplo, nestas palavras de Bocalino a Quevedo:

Reprehendeyo vós, Senhor Justo Lipsio, por parte da Filozefia, ou quebranto da razão; eu avizo por parte da Poetica a vossa Muza de luxuriosa, por luxo, superfluidade & frequencia, senão dissermos porfia de conceyτος, que se derrama ou desperdiça em cada assumpto, sendo força, que sendo muytos, não possaõ ser iguais

& que á vista dos sublimes, que em vossos escritos resplandecem perdem muyto os de menor quillate. Ao tropel dos conceyτος deve o juizo do Poeta fechar as portas da mente, extremando huns dos outros, & deyxando que huns sayão, outros não...

Ora este rigor na selecção dos conceitos que em tropel surgem à inspiração fácil, prescreve-o Paul Valéry, na *Variété* (vol. I):

Cent figures d'argile, si parfaites qu'on les ait pétries, ne donnent pas à l'esprit la même grande idée qu'une seule de marbre à peu près aussi belle... Il faut essayer, Psyché, d'user toute votre facilité contre un obstacle; adressez-vous au granit, animez-vous contre lui, et désespérez quelque temps. Voyez vos vains enthousiasmes choir et vos intentions déconcertées. Peut-être, n'êtes-vous pas encore assez assagie pour préférer votre décision à vos complaisances. Vous trouvez cette pierre trop dure, vous rêvez de la mollesse de la cire et de l'obéissance de l'argile? Mais suivez le chemin de votre pensée irritée, bientôt vous rencontrerez cette inscription infernale... «*Il n'est rien de si beau que ce qui n'existe pas*».

Esta aproximação não é casual. Há, de facto, afinidades sensíveis entre a *tensão artística* do formalismo gongórico e certa poesia do nosso tempo, debruçada, é verdade, sobre a realidade íntima, numa grande ansia de a devassar, mas também ansiosa da forma simultaneamente *mais bela e mais reveladora*, e às vezes, mesmo, acima de tudo procurando a *forma bela*, indiferente à porção de realidade que possa conter; porque a beleza, para os que se enamoram da *poesia pura*, vale por si mesma e o orgulho de a *criar do nada* é o que mais poderá exaltar o génio às alturas máximas.

De aqui a reabilitação de Gôngora, por ocasião do seu último centenário. Viu-se nele a mais perfeita realização do tipo do artista, toda uma vida passada no esforço de atingir a beleza pura, meio indiferente à glória, pois com dificuldade se resolvia à publicidade, sempre corrigindo, modificando, numa permanente tensão de captar, na forma mais fúlgida, a ideia de maior encanto, aquela que melhor se integrasse no mundo de esplendores que a sua imaginação teimava sobrepor às sombrias asperezas do planeta.

Mas não nos iludamos, ampliando excessivamente este ponto de contacto. A cultura tem intensificado, através dos tempos, a inquietação que os homens de seiscentos quasi não conheceram. E é essa inquietação que põe mais *vida*, mais surdo *drama* íntimo em qualquer página dos modernos reabilitadores de Gôngora, do que em todo o poema de *Polifemo e Galatea*, ou das *Saudades*. Gôngora e seus contemporâneos eram herdeiros do nobre equilíbrio clássico;

nós prolongamos a funda —e parece que incurável— ansiedade romântica. A poesia para Veléry é uma série de *problemas intellectuais*, que consistem em captar, em expressão indirecta, *as mais subtile relações dos seres*; para Gôngora, é o esforço de *condensar fulgores, formas de beleza pura*, para sibarítica fruição de *sentidos e imaginação de educação pagã*.

Os poetas de seiscentos são espíritos que procuram gozar, ou fazer gozar, na quietude dos tempos, prazeres espirituais cuja delícia está na sua mesma inutilidade, e a poesia cultivam-na como prenda de sociedade, destinada a derramar graça em suas horas de ameno ócio. Exclui-se dela não só a gravidade da preocupação social, da comoção religiosa, mas até as efusões da emoção pessoal. Ela deve ser dirigida à inteligência, como seu gostoso manjar, à memória, para seu fidalgo ornamento. Quási nada tem com o coração, de cujas dores mais profundas faz encantadoras charadas, artificiosas filigranas verbais. Ela deve ser, no ponto de vista formal, de mesurado equilibrio, graciosas simetrias. Raptos, choques, aritmias de movimento passional, abandonada efusão meio delirante, tudo quanto perturbe este inútil, risonho jôgo de actividade do espirito, será dela relegado... até os tempos em que o Romantismo há-de fazer, do doloroso tumulto interior, a principal fonte da emoção estética.

A prosa desta época pode exprimir —e exprime, de facto, por vezes— com artificios maiores ou menores, a verdade objectiva ou subjectiva, a natureza fisica ou moral. O verso subtrai-se sempre aos intuitos pragmáticos da prosa. Ele é, agora mais acentuadamente, o que foi durante quási tóda a sua história anterior— uma pura manifestação de actividade lúdica, pela qual como se desfatigam os prosadores como D. Francisco.

HERNANI CIDADE.

Subsídios para o estudo da assimilação em português

L'assimilation est le plus important et le plus fréquent de tous les phénomènes d'évolution phonétique; les autres sont relativement rares.

GRAMMONT, *L'Assimilation*, p. 2.

1. Não tem o presente trabalho por objectivo estudar exaustivamente o problema da assimilação em português: a falta de materiais, e sobretudo de materiais dialectológicos, não permitiria fazer sobre o assunto um estudo completo. Aqui pretendo apenas reunir os elementos que se encontram ao meu alcance, para que outros os aproveitem quando as circunstâncias o permitirem.

Feita esta observação, vou entrar na matéria.

2. Quando proferimos isolada e normalmente um fonema qualquer, os órgãos da fala tomam certas e determinadas posições, que se repetem com mais ou menos rigor todas as vezes em que voltamos a proferir esse mesmo fonema isolada e normalmente; quando, porém, proferimos esse fonema seguido ou precedido de outro, no corpo de uma palavra ou em duas palavras consecutivas, as posições dos órgãos da fala podem alterar-se mais ou menos perceptivelmente, conforme as circunstâncias.

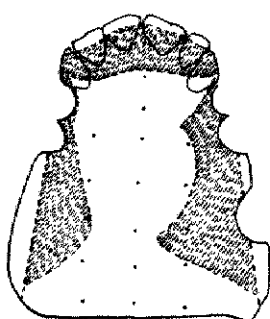
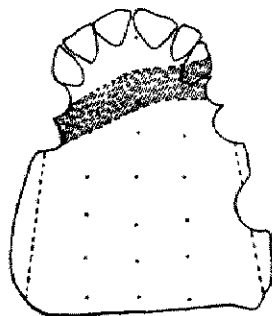
Assim, por exemplo, quando proferimos isolada e normalmente o *a* neutro português, os órgãos da fala tomam certas e determinadas posições, que consistem, de um modo geral, na conservação da língua na posição de repouso; na abertura das mandíbulas, cerca de 11 milímetros, sem esforço dos lábios, nem contracções das faces, para que o ar saia livremente pela boca; na adaptação do véu palatino às paredes da faringe, para que o ar não saia pelo nariz. Quando proferimos isolada e normalmente o *l* velar português, esses órgãos tomam também certas e determinadas posições, que consistem, também de um modo geral, na adaptação do ápice da língua à região pre-palatal ou médio-palatal, conforme os indivíduos; no abaixamento do pos-dorso e dos bordos laterais, para que o ar saia pelos lados da língua; na abertura das mandíbulas, cerca de 9 milímetros, sem esforço dos lábios, nem contracções das

faces, para que o ar saia pela boca; na adaptação do véu palatino às paredes da faringe, para que o ar não saia pelo nariz. Quando, porém, proferimos silábicamente *al*, os órgãos da fala já não tomam rigorosamente, para cada um dos fonemas assim em conjunto, as mesmas posições que tomam, quando os proferimos isolada e normalmente: as posições dos referidos órgãos diferem um pouco no que diz respeito ao *a*, e um pouco no que diz respeito ao *l*: o *a* posterioriza-se um tanto pelo abaixamento do pos-dorso da língua, e o *l* anterioriza-se também um tanto pelo avançamento do ápice para a região alveolar.

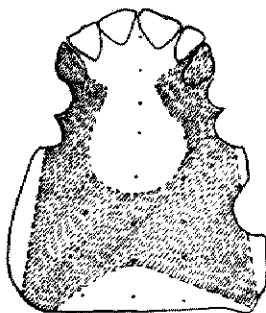
3. A posteriorização do *a* é determinada pela circunstância de ser posterior o *l* velar, e a anteriorização do *l* é determinada pela circunstância de ser anterior o *a* neutro. Quere dizer: os dois fonemas influenciaram-se reciprocamente, aproximando-se um tanto os seus pontos de articulação, e, portanto, os seus valores fonéticos.

«Deux sons consécutifs, diz Paul Passy¹, tendent toujours à s'assimiler, c'est-à-dire que l'un d'eux emprunte une partie des caractères de l'autre pour éviter un changement brusque de position des organes».

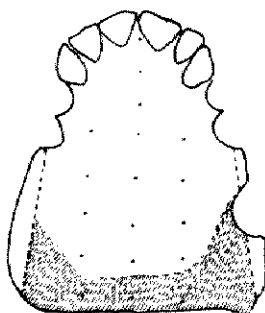
Os palatogramas 1 e 2 mostram a influência que, na minha pronúncia normal, o *i* e o *u* exercem no *l* que se lhes segue e com que formam sílaba: no primeiro o contacto do ápice da língua com a abóbada palatina é anterior, e no segundo é posterior; os palatogramas 3 e 4 mostram a influência que, também na minha pronúncia normal, as mesmas vogais *i* e *u* exercem no *g* que os precede e com que formam sílaba: no primeiro o contacto do pos-dorso da língua com a abóbada palatina é menos posterior que no segundo.

1.—*il*2.—*úl*

¹ *Les sons du français*, § 234.



3.—gi



4.—gu

4. Ao fenómeno de alteração dos modos de produção de dois fonemas vizinhos, resultante da influência recíproca desses fonemas, ou da de um sobre o outro, pode chamar-se *acomodação fonética*.

A acomodação fonética pode definir-se assim:—é a disposição que os órgãos da fala tomam, para proferir mais comodamente, com menos esforço, dois fonemas vizinhos.

Parece-me mais próprio este conceito de acomodação fonética do que o de a considerar o mesmo que assimilação parcial, como fazem alguns autores¹.

A acomodação de dois fonemas vizinhos resulta de duas tendências fonéticas, que se chamam *antecipação* e *inércia*.

5. *Antecipação* ou *predisposição* consiste na prévia disposição que os órgãos da fala tendem mais ou menos a tomar para proferir certo fonema, enquanto estão proferindo outro que o antecede.

No exemplo acima dado de *al* (§§ 2 e 3), a posteriorização do *a* resulta da predisposição para proferir o *l*, enquanto se está proferindo o *a*: há uma antecipação.

6. A *inércia* consiste na conservação mais ou menos perfeita das posições dos órgãos da fala, relativamente ao primeiro fonema, já quando estamos proferindo o segundo.

No exemplo dado de *al* (§§ 2 e 3), a anteriorização do *l* resulta da inércia dos órgãos, que não mudam de posição sem certo esforço. Ora, como a conservação de parte das posições anteriores não tirava o carácter fundamental ao fonema posterior, como este tinha suficiência de clareza, o espírito não se preocupou com vencer essa inércia.

¹ Cf. Roudet, *Éléments de phonétique générale*, § 102.

7. A antecipação ou predisposição resulta da preocupação de se proferir o fonema seguinte, enquanto se está proferindo o precedente: é um fenómeno fisiológico devido a uma causa psicológica; a inércia resulta da falta de acção dos órgãos da fala para passarem com rapidez de uma posição para outra, sem o impulso da vontade: é um fenómeno fisiológico devido a uma causa fisiológica, e em parte psicológica.

Acêrca das duas tendências da antecipação e da inércia convém transcrever estas palavras claras e precisas de Roudet¹:

«Il est facile de se rendre compte du mécanisme général de l'assimilation. Lorsque, par une assimilation régressive, on prononce *supisté* pour *subsister*, la glotte qui ne devait s'ouvrir que pour la production de *s*, s'ouvre dès l'articulation de l'occlusive. C'est un mouvement qui se produit *trop tôt*. Lorsque, par une assimilation progressive, on prononce *subzisté* pour *subsister*, la glotte qui devait s'ouvrir pendant l'articulation de *s* reste fermée et les cordes vocales continuent à vibrer comme pendant l'articulation de *b*. C'est un mouvement qui se prolonge *trop longtemps*.

On peut essayer de rattacher ce défaut de synchronisme à ses causes psychologiques. Lorsqu'un mouvement se produit trop tôt, c'est le résultat d'une loi psychologique très générale qu'on a appelée loi *idéo-dynamique* et qui peut s'énoncer ainsi: «Tout mouvement représenté dans la conscience tend à se réaliser». Lorsqu'on articule un son, on a déjà dans la conscience l'image du son suivant: les mouvements caractéristiques de ce son tendent à se produire et souvent ils se produisent en effet.

Lorsqu'un mouvement physiologique se prolonge trop longtemps, c'est le résultat d'une autre loi psychologique qu'on peut appeler la loi *d'inertie* et qui peut se formuler ainsi: «Tout état psychophysiologique tend naturellement à persister et ne se modifie que par l'effet d'une cause différente de lui-même». On comprend donc qu'un ou plusieurs des mouvements nécessaires à la production d'un phonème se prolongent pendant l'articulation du phonème suivant».

8. Da antecipação e da inércia resulta, como se infere dos §§ 5 e 6, uma aproximação dos valores dos fonemas vizinhos, facto que é designado em fonética pelo nome de *assimilação*: «L'assimilation

¹ *Ob. cit.*, § 104. Cf. Van Ginneken, *Principes de linguistique psychologique*, pp. 246 sgs., 547 sgs.

consiste dans l'extension d'un ou de plusieurs mouvements articulatoires au delà de leur domaine originaire», diz Grammont¹.

9. Se aquelas duas tendências pudessem actuar livremente, sem obediência a nenhuns factores estranhos, certamente concorreriam sempre, e da sua acção conjunta deveriam sempre resultar *assimilações recíprocas*, não podendo, portanto, nunca dar-se assimilações só regressivas nem só progressivas. Mas não succede assim: aquelas duas tendências têm de obedecer ao *predomínio do mais forte, à ortoépia e ao hábito adquirido*.

10. Há casos em que só há ou predomina a antecipação, razão por que o fenómeno resultante é apenas uma *assimilação regressiva*: — *opservar* por *observar*; há outros em que só há ou predomina a inércia, e por isso o fenómeno resultante é apenas uma *assimilação progressiva*: — *obzéquio* por *obséquio*; em outros há simultaneamente antecipação e inércia, e então o fenómeno resultante é uma *assimilação regressiva e progressiva* ao mesmo tempo: — *pagar* de *pacare*; em outros, finalmente, há reciprocidade de acção, o que faz que o fenómeno resultante seja uma *assimilação recíproca*: — *al*. (Cf. supra, §§ 2 e 3)².

Aclaremos mais a doutrina dêste parágrafo.

Em *amá-lo*, por exemplo, por *amar-lo*, só houve predisposição e, por isso, o fenómeno resultante foi apenas uma assimilação regressiva do *r* ao *l*; em *aman-no*, por *amam-lo*, só houve inércia, razão por que o fenómeno resultante foi sòmente uma assimilação progressiva do *l* ao *m*³; em *fólha*, por *folia*, houve reciprocidade de acção, pois que o *l*, devido à predisposição para se proferir o *i*, deixou de ser articulado com o ápice para o ser com o predorso⁴ da língua, e o *i*, devido à inércia dos órgãos da fala para abandonarem a posição em que se encontravam enquanto proferiam

¹ *L'Assimilation*, p. 1.

² Cf. Roudet, *ob. cit.*, § 102.

³ Cf. Leite de Vasconcelos, *Opúsculos*, iv, p. 974 sgs; e J. J. Nunes, *Gram. Hist. Port.*, p. 262 sgs.

⁴ G. Viana na *Exposição da Pronúncia Normal Portuguesa*, p. 46, diz: «Para o reproduzir (o *lh*) deve ter-se em atenção que a ponta da língua há de encostar-se à face interna dos incisivos inferiores, e que o contacto é com a página superior da língua, convexa, na parte interna das gengivas dos incisivos superiores, quasi junto ao palato duro, ...». — Creio, contudo, que isso não é geral no País.

o *l*, perdeu o seu carácter de vogal pura, para, num estado de brevidade máxima, se fundir com o *l* num novo fonema, o *lh*, que nem é *l* nem é *i* puros, mas que participa dos dois; em *mado*, por *mutu-*, houve simultaneamente predisposição e inércia, pois que o *t*, devido à predisposição para se proferir a segunda vogal, e devido à inércia dos órgãos da fala para abandonarem a posição em que se encontravam enquanto proferiam a primeira vogal, sonorizou-se, pelo que o fenómeno resultante é uma assimilação regressiva e progressiva ao mesmo tempo.

11. Na assimilação há dois termos a considerar: o activo ou assimilador, e o passivo ou assimilado.

Em *opservear*, por exemplo, que é pronúncia normal de *observar*, o *b* é o termo passivo ou assimilado, e o *s* o activo ou assimilador.

12. A assimilação pode ser *total* ou *parcial*: se os dois fonemas se tornam absolutamente iguais, a assimilação é total; se só se tornam iguais em algum ou alguns dos seus elementos, a assimilação é parcial.

A assimilação total afecta todos os elementos fonéticos do termo passivo; a parcial pode afectar só a sonoridade, só a expiração, só o ponto de articulação, só o timbre, etc., ou dois ou mais destes reunidos.

Assim, por exemplo, em *derreis*, modo corrente de pronunciar *dez reis*, deu-se uma assimilação total do *z* ao *r*: a assimilação aqui afectou todos os elementos do *z*, transformando-o inteiramente em *r*, que se fundiu com o seguinte num só; em *opservear*, por *observar*, deu-se uma assimilação parcial, que só afectou a sonoridade; em *al* (cf. §§ 2 e 3), a assimilação do *l* ao *a*, bem como a do *a* ao *l*, afectaram o ponto de articulação, notando-se que relativamente ao *a* também afectou o timbre; em *mĩ*, por *mi*, ela afectou a expiração; em *peito*, por *pectu-*, a vocalização do *c* é um fenómeno de assimilação que afectou o timbre e o ponto de articulação; em *manga*, por *manica-*, a assimilação do *n* ao *c*, ou melhor ao *g*, afectou também o timbre e o ponto de articulação; em *fisco* (*fixo*), da raiz *fig-*, a assimilação do *g* ao *s* deve ter afectado não só a sonoridade, mas também o ponto de articulação do *k*, que deve ter avançado um pouco.

13. Vimos no § 8 que a assimilação provém das tendências da predisposição e da inércia; vimos no § 9 que a predisposição ori-

gina a assimilação regressiva, e que a inércia origina a progressiva; vimos no § 10 que há casos em que só há ou predomina a predisposição, outros em que só há ou predomina a inércia, outros onde há simultaneamente predisposição e inércia, e outros em que há reciprocidade de acção, o que faz que em certos casos só haja assimilação regressiva, em outros só a progressiva, em outros a regressiva e a progressiva ao mesmo tempo, e em outros a recíproca.

Importa agora averiguar por que é que em certos casos só há predisposição, em outros só inércia, em outros predisposição e inércia ao mesmo tempo, e em outros reciprocidade de acção, ou, por outras palavras, importa agora saber por que é que em certos casos só se dá assimilação regressiva, em outros só a progressiva, em outros a regressiva e a progressiva ao mesmo tempo, e em outros a recíproca.

Grammont explica assim o fenómeno:—«Le phonème qui commande est celui qui a plus de force ou de résistance ou de stabilité ou de faveur. Ces qualités peuvent être déterminées d'avance d'après le système général de la langue, et par suite le sens dans lequel l'assimilation s'accomplira peut être prévu, ce qui exclut toute espèce de caprice. Pour simplifier on peut les désigner toutes par un seul mot: la force. L'assimilation obéit à une seule loi: *la loi du plus fort*. Cette loi a été énoncée et démontrée en 1895 (*La dissimilation consonantique...*, p. 186 et passim); mais personne n'a compris que c'est la loi unique de tous les changements phonétiques dans lesquels il y a deux phonèmes en jeu¹.

Pôsto isto, vou tentar estudar as circunstâncias em que se dão as assimilações em português.

I—Vogal mais vogal

14. Quando duas vogais se sucedem no corpo de uma palavra, ou em duas palavras que se sucedem no corpo de uma frase, há sempre tendência, maior ou menor, para se influenciarem mutuamente, ou para uma influenciar a outra.

Antes de entrar pròpriamente na matéria dèste capítulo, convém dar uma rápida idea do vocalismo português.

¹ *L'Assimilation*, p. 2. Cf. do mesmo A., *Traité de Phonétique*, p. 185.

As vogais portuguesas podem ser distribuídas em três séries, como segue¹:

i, i	ẽ	ũ, u
í, í		ú, ú
ê, ê, ê	â, â, â	ô, ô, ô
é, é, é		ó, ó, ó
é, é, é	á, á, á	ó, ó, ó
	á	á
	á	

15. A série *á-i* é chamada palatal; a *á-u* velar; a *á-ẽ* neutra. Seríamos talvez mais precisos se lhes chamássemos respectivamente *pre-palatal*, *pos-palatal* e *médio-palatal*.

Além destas, podemos considerar mais seis séries: a das palatais palatalizadas²; a das palatais velarizadas; a das velares palatalizadas; a das velares velarizadas³; a das neutras palatalizadas; e a das neutras velarizadas³.

Juntem-se a isto o *ĩ* e o *ũ*, semi-vogais, e teremos o quadro do vocalismo português, nas suas linhas gerais.

16. As vogais de cada série podem variar consideravelmente de abertura: praticamente, isto é, perceptivelmente ao ouvido, distinguindo para o *a* quatro aberturas: *á* aberto, *â* médio, *ã* fechado, *ẽ*

¹ Cf. Gonçalves Viana, *Essai de phonétique et de phonologie de la langue portugaise d'après le dialecte actuel de Lisbonne*, in *Romania*, xii [quando cito este trabalho, refiro-me à paginação da separata]; Idem, *Portugais*; Idem, *Exposition de la pronúncia normal portuguesa*; Leite de Vasconcelos, *Estudos de Philologia Mirandesa*, i, p. 173 sgs.; Idem, *Esquisse d'une dialectologie portugaise*, p. 81 sgs.; José Joaquim Nunes, *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa*, p. 23, cuja classificação, que se baseia na dos gramáticos índios, é defeituosa. Cf. Roudet, *ob. cit.*, § 39. Grammont, *Traité de Phonétique*, p. 33, condena-a, apontando-lhe os defeitos.

² As expressões *palatais palatalizadas* e *velares velarizadas* parecem um contrassenso, mas não são: com determinado ponto de articulação, as vogais são palatais ou velares na pronúncia normal; em certas circunstâncias as palatais tornam-se mais palatais, e as velares mais velares do que são em regra. Daqui as expressões indicadas.

³ Isto não quer dizer que no português-tipo haja todas estas modalidades vocálicas. Dialectalmente, porém, encontram-se mais ou menos caracterizadas.

fechadíssimo; para o *e* três: *é* aberto, *ê* médio, *è* fechado; para o *o* também três: *ó* aberto, *ô* médio, *ò* fechado; para o *i* duas: *í* aberto, *ì* fechado; e para o *u* também duas: *ú* aberto, *û* fechado.

17. As vogais abertas são representadas pelo acento agudo (´), quando tónicas, e pelo grave (`), quando átonas; as fechadas pelo acento circunflexo (^), quando tónicas, e pelo mesmo sinal, mas invertido (ˇ), quando átonas; e as médias por uma vírgula sobreposta à letra (ˊ), quando tónica, e pelo mesmo sinal com a concavidade voltada para a direita (ˋ), quando átonas.

As vogais palatais, as velares e as neutras são representadas pelas letras, sem nenhum sinal diacrítico, excepto o grau mais fechado da série neutra, que leva um semi-círculo pôsto por cima da letra.

As vogais palatalizadas são representadas por um ponto colocado em cima da letra, e as velarizadas por um ponto colocado em baixo.

Pôsto isto, descrevamos rapidamente cada uma destas modalidades vocálicas.

18. *á*: é o *a* que se encontra em *mã*, *dã*, *cã*, na pronúncia normal portuguesa. As posições que os órgãos da fala tomam para a sua produção são, de um modo geral (Cf. § 2), estas: a língua conserva-se na posição de repouso, sem tocar em nenhum dos seus pontos a abóbada palatina, razão por que não dá palatograma: o véu palatino adapta-se às paredes da faringe, para impedir a saída do ar pelo nariz; as mandíbulas afastam-se cerca de 11 milímetros, sem esforço dos lábios, nem contracções das faces, para que o ar saia livremente pela boca.

A propósito dele diz Gonçalves Viana: «est plus ouvert que l'a castillan et il n'est pas légèrement palatalisé comme l'a français, lequel, comparé à l'a italien, tient un peu du son d'un *e* très ouvert»¹.

Há quem chame *palatal* a esta modalidade do *a*. Esta designação, contudo, não convém, visto que, a par desse, há em português outro *a*, a que propriamente se deve dar o qualificativo de *palatal*, e a que me referirei a seguir. O qualificativo que convém ao *a* de que estou tratando, é o de *neutro*, ou de *médio-palatal*, se chamarmos pre-palatal à série palatal, e pos-palatal à série velar.

¹ *Essai*, p. 3.

19. *á*: é o *a* que se encontra na pronúncia das peixeiras em Lisboa, quando apregoam o *carapau*. É um *a* que «tem um pouco do som de um *e* muito aberto», análogo ao francês, a que se refere Gonçalves Viana (cf. § 18).—Esta modalidade do *a* não pertence à pronúncia normal portuguesa, mas existe nitidamente em expressões dialectais, que não sei por ora localizar. É indispensável, pois, que a incluamos no quadro das vogais portuguesas. A este *a* é que devemos chamar *palatal* (ou *pre-palatal*).

20. *â*: é o *a* que normalmente se encontra, quando seguido de *t* velar, com que forma sílaba, e de *ũ* semi-vogal, com que forma ditongo. É um intermédio entre o *á* neutro e o *ó* muito aberto. Diz Gonçalves Viana: «il tient de l'o ouvert, presque autant que l'o bref anglais de *body*»¹.

21. *ã*: é um *a* que alterna com o *â* na pronúncia lisboeta do ditongo *ei*. A palavra *rei*, por exemplo, pronuncia-se em Lisboa ora *řãĩ*, ora *řâĩ*, mas nunca *řãũ*². É um *a* neutro, a que chamarei *médio*, por ser de uma abertura intermédia entre o *á* e o *â*. Relativamente às vogais das séries palatal e velar, coloco o *ã* médio no grau de abertura do *é* e do *ó* (cf. *â* a seguir).

22. *â*: é o *a* fechado de *cada, campo*. A respeito dele diz Gonçalves Viana: «est une voyelle neutre bien plus ouverte que l'e du français *me, te, le*; moins ouverte cependant que l'u bref anglais de *bud*: il est tout à fait semblable à l'a atone de l'anglais *about, he gave me A book*»³.

Na escala das aberturas Gonçalves Viana coloca este *a* na altura do *é* e do *ó* abertos⁴; Leite de Vasconcelos procede de igual modo⁵. Confesso que não compreendo este critério.

23. *ẽ*: é o *e* chamado mudo de *me, te, se, pode*. Esta vogal é um *a* máximamente fechado⁶. Gonçalves Viana descreve-a assim: «est

¹ *Essai*, p. 3; *Português*, § 25.

² Fora de Lisboa ouve-se *řãĩ* e *řâĩ*.

³ *Essai*, p. 3.

⁴ *Essai*, pp. 1, 2; *Português*, § 25.

⁵ *Estudos de Philologia Mirandesa*, I, p. 173.

⁶ A prova prática de que o *ẽ* é o *a* máximamente fechado podemos encontrá-la do seguinte modo: 1.º, se pronunciarmos *á* bem aberto, e sucessivamente pronunciarmos *â* e *ẽ*, a nossa sensação muscular não acusa alteração nenhuma

un *e* muet, comme on l'appelle généralement, bien plus étouffé, bien plus fermé, cependant, que l'*e* français de *me*, *le*. . . Le son de cette voyelle est celui qui accompagne les fricatives douces, lorsqu'on s'efforce de les prononcer sans une autre voyelle; ce son les précède lorsqu'elles sont initiales»¹.

24. *é*: é o *e* de *pe*, *fê*, *festa*, muito aberto.

25. *ê*: é um *e* intermédio entre o *é* aberto e o *ê* fechado. É o *e* aberto do espanhol. Não posso precisar neste momento as circunstâncias em que ele se encontra em português, mas já o tenho observado. Encontramo-lo, por exemplo, na palavra *idéia*, na pronúncia corrente de Lisboa.

26. *ê*: é o *e* de *dê*, *vê*, *crê*, muito fechado.

27. *i*: é o *i* que normalmente se encontra na pronúncia descuidada, onde em pronúncia cuidada se encontra *í*. Na expressão «isto é para ti», por exemplo, os *íi* de *isto* e de *ti* são fechados na pronúncia cuidada; na descuidada, rápida, sem preocupações de correcção, eles são correntemente um pouco mais abertos, com um timbre que tende para *ê*.

28. *í*: é o *i* de *ti*, *vi*, *li*, muito fechado.

29. *ó*: é o *o* de *pó*, *dó*, muito aberto.

30. *ô*: é um *o* intermédio entre o *ó* aberto e o *ô* fechado. É o *o* aberto do espanhol. Não posso precisar neste momento as circunstâncias em que ele se encontra em português, mas já o tenho observado. Encontramo-lo, por exemplo, nos nomes próprios *Olinda*, *Odeleite*, na pronúncia corrente de Lisboa.

na posição da língua: a diferença depende exclusivamente do grau de abertura; 2.º, se pronunciarmos *é* bem aberto, e sucessivamente pronunciarmos *ê*, *ẽ*, *í*, a nossa sensação muscular acusa imediatamente uma alteração na posição da língua, na passagem de *é* para *ê*, e a recuperação da posição primitiva na passagem de *ê* para *í*; 3.º, se pronunciarmos sucessivamente *u*, *ẽ*, *í*, *e*, vice-versa, *í*, *ẽ*, *u*, a nossa sensação muscular acusa nitidamente que o ponto de articulação do *ẽ* está entre o de *í* e o de *u*.

¹ *Essai*, p. 4.

31. *ô*: é o *o* de *tôda, dor*, muito fechado.

32. *ú*: é o *u* que normalmente se encontra na pronúncia descuidada, onde em pronúncia cuidada se encontra *û*. Na expressão «tu vês tado», por exemplo, os *uu* de *tu* e de *tudo* são fechados na pronúncia cuidada; na descuidada, rápida, sem preocupações de correcção, eles são correntemente um pouco mais abertos, com um timbre que tende para *ô*.

33. *u*: é o *u* de *tu, nu*, muito fechado.

34. *î*: é o *i* que normalmente se encontra, quando seguido de *ẓ* velar, com que forma sílaba, e de *u* semi-vogal, com que forma ditongo¹. Gonçalves Viana descreve-o assim: «La voyelle *i* devant *l* dans la même syllabe est plutôt ouverte, presque autant que l'*i* bref anglais de *till, bid*»². É um *i* aberto velarizado.

35. *ê, ĩ, ě*: seguido de *ẓ* com que forma sílaba³, e de *ũ* com que forma ditongo, o *e* velariza-se mais ou menos, qualquer que seja a sua abertura. Praticamente é fácil averiguar este facto, pronunciando sucessiva e repetidamente *pé* e *papel*.

36. *ô, ỗ, ô̂*: seguido de *ẓ* com que forma sílaba⁴, o *o* velariza-se um pouco mais do que é, qualquer que seja a sua abertura. Praticamente é fácil averiguar este facto, pronunciando sucessiva e repetidamente *só* e *sol*.

37. *ũ*: é o *u* que normalmente se encontra quando seguido de *ẓ* com que forma sílaba⁴. Segundo a minha observação pessoal, o *u* nestas circunstâncias, além de se velarizar, abre-se um pouco. Contudo, Gonçalves Viana afirma que o *u* seguido de *ẓ* fecha-se³. Adiante voltarei a falar mais desenvolvidamente d'êste assunto, no capítulo *Vogal mais consoante*.

38. *ô, ỗ, ô̂, û*: seguido de *ĩ* com que formam ditongo, o *o* palataliza-se um pouco, qualquer que seja a sua abertura, sucedendo o

¹ Cf. G. Viana, *Essai*, p. 6; Leite de Vasconcelos, *Estudos*, p. 179.

² *Essai*, p. 21.

³ *Português*, § 26; *Exposição*, p. 82; *Ortografia Nacional*, p. 166.

mesmo ao *u*. Praticamente é fácil averiguar este facto pronunciando sucessiva e repetidamente *bôca, boi; tu, tui*.

39. *ê, é, ê*: seguido de *i* semi-vogal, com que forma ditongo, o *e* palataliza-se um pouco mais do que *é*, qualquer que seja a sua abertura. Praticamente é fácil averiguar este facto, pronunciando sucessiva e repetidamente: *dêu, dê, dêi*.

40. *i*: é o *i* que normalmente se encontra quando seguido de *i*, como em *frio, tio, rio*. Em Lisboa é sabido que em tais casos o *i* se ditonga com o *u*, dizendo-se *friũ, tiũ, riũ*. Fora de Lisboa diz-se *friũ, tiũ, riũ* (cf. § 66). Na Madeira o *i* toma um timbre intermédio entre o *ê* e o *â*, quando não é nitidamente *â*, assim *frãũ*.

41. AS DUAS VOGAIS SÃO IGUAIS. — Por se tratar de vogais iguais, é claro que este caso está fora da influência da assimilação: nêo a assimilação já existe naturalmente. Não obstante isto, incluo-o neste estudo, porque êle nos vai ajudar a compreender alguns factos apontados em §§ posteriores.

Quando duas vogais iguais se encontram a seguir no corpo de uma palavra, ou em duas palavras sucessivas no corpo de uma frase, há uma tendência geral em português: é contraírem-se as duas numa só¹.

Se as duas vogais são *a, e* ou *o*, abertos ou fechados, a vogal que resulta da contracção é aberta²; se essas duas vogais são *i* ou *u*, a vogal que resulta da contracção é fechada.

Assim temos:

páa (< *pala-*) > *pá*; *dá a mão* = *dãmdo*.

pação (< *palatiu-*) > *paço*; *da água* = *dágua*.

paadeiro (< **panatariu-*) > *pãdeiro*; *da avó* = *dãvô*.

pée (< *pede-*) > *pé*; *o José errou* = *o Josèrrou*.

feéstra (< *fenestra-*) > *festra* > *frésta*.

geerar (< *generare*) > *gèrar*.

sóo (< *solu-*) > *só*; *só orava* = *sòrava*.

¹ Cf. Gonçalves Viana, *Essai*, p. 32, sgs.; *Portugais*, § 89, Cornu, *Phonologie Syntactique du Cancioneiro Geral*, in «Romania», xii.

² Cf. Leite de Vasconcelos, *Lições de Filologia Portuguesa*, p. 147 sgs. — Na frase, a vogal resultante da contracção alonga-se geralmente um pouco, porque se não perdeu a consciência de que há ali duas vogais.

coorar (< *colorare*) > *còrar*.

vi (< *vidi*) > *vi*.

viiste (< *vidisti*) > *viste*.

máu (< *mulu-*) > *mu*.

O que fica exposto refere-se à tendência geral. O cultismo, porém, faz que muitas vezes se não dê a contração. Neste caso a distinção entre as duas vogais faz-se por uma muito rápida e momentânea interrupção da emissão da voz.

42. AS DUAS VOGAIS FORMAM DITONGO DECRESCENTE. — Quando duas vogais formam ditongo decrescente, o primeiro elemento tende a aproximar-se do segundo, por antecipação.

Esta tendência constitui uma regra geral da língua portuguesa. Contudo, observa-se o fenómeno inverso em certos falares, desde que a aproximação tenha atingido um grau tal que põe em risco de se confundirem os dois elementos do ditongo.

Assim, em Lisboa, por exemplo, o ditongo *êi* teria passado a *ãi* por essa razão: *lêitê* > *lãitê* (cf. §§ 48, 49); o ditongo *ĩi* de *frio* (= *frĩu*), teria passado na Madeira, pela mesma razão, a *ãi*: *frãiu* (cf. § 66); o ditongo *ôũ* de *cousa* = *kôũzã*, teria passado em Miranda do Douro para *kãũza*, ainda pelo mesmo motivo (cf. §§ 55, 57).

Oigamos a explicação do fenómeno, dada por Grammont¹, que lhe não chama dissimilação, mas diferenciação: «Il y avait en ancien français des diphtongues *ei* de provenances diverses, par exemple dans *aveir* de *habere*, *teit* de *tectu*. L'*e* était un *e* fermé, c'est-à-dire que les deux phonèmes *e* et *i*, articulés tous deux sur la partie antérieure de la voûte palatine et avec des positions organiques presque semblables, étaient deux phonèmes vocaliques aussi voisins que possible l'un de l'autre et tendant continuellement à se confondre, soit en *e*, soit plutôt en *i*: ils étaient guettés par l'assimilation. Mais le cerveau les avait préparés distincts, et les organes phonateurs s'efforcent d'exécuter de leur mieux l'ordre qu'ils ont reçu de les articuler distincts l'un de l'autre; tâche délicate, tâche difficile qui attire leur attention et appelle leurs soins. La peur inconsciente d'une assimilation voilà le point de départ, la cause de toute différenciation. Par crainte de laisser les deux phonèmes se confondre, ils tendent involontairement à accentuer leurs différences.

¹ *Traité de Phonétique*, pp. 230-231.

Or l'*i* occupe le point d'articulation le plus avancé que connaisse le système vocalique français; il ne peut pas être articulé plus en avant. C'est donc le point d'articulation de l'*é* qui va être écarté de celui de l'*i*. Ici deux marches sont possibles, celle de l'allemand et celle du français. En allemand l'*é* écarte progressivement son point d'articulation de celui de l'*i* tout en augmentant d'aperture: *ein* devient *ên*, puis *ân*; à ce moment l'assimilation va reprendre ses droits, car le but a été dépassé: on a accolé dans la même syllabe les deux apertures maximale et minimale, ce qui n'était pas nécessaire et qui demande un déplacement organique plus considérable qu'il n'était utile; l'*a* rapproche donc légèrement des siens le point d'articulation et le degré d'aperture de l'*i*, d'où *aên*, qui est la phase actuelle, phase instable et ne pouvant durer que dans une langue à articulation vocalique un peu molle. En français l'*é* a écarté son point d'articulation de celui de l'*i* sans changer de degré d'aperture; dans ces conditions aucune transition douce n'était possible, mais seulement un déplacement brusque: il passe d'un coup de l'avant du palais à la place correspondante en arrière du sommet de la voûte palatine: c'est le domaine de l'*ô* fermé. Il prend en même temps l'arrondissement labial, dont ne peut se passer un *o* français. On a donc *oi* (prononcé comme il est écrit); mais il y a alors, comme plus haut en allemand, plus d'écart qu'il ne faut entre les deux points d'articulation et trop de déplacement organique. L'*i* rapproche donc légèrement son point d'articulation de celui de l'*ô*, d'où *ôé*. Les deux phonèmes sont bien différenciés, mais forment une diphtongue misérable, les deux phonèmes ayant même degré d'aperture. C'est un état instable; les organes cherchent inconsciemment à l'améliorer en accentuant la différence entre les deux phonèmes par l'augmentation de l'arrondissement labial, ce qui fait reculer tout l'ensemble d'un degré vers l'arrière, d'où *uè* (prononcé *ouè*, en orthographe française). Le remède a été pire que le mal, la nouvelle diphtongue ayant un second élément plus ouvert que le premier, ce qui constitue une anomalie phonologique et par suite un état fort précaire. Heureusement la langue française était alors en train de perdre la faculté de prononcer des diphtongues; elle éliminait les normales en les monophthonguant et celles dont le premier élément était plus fermé que le second en consonifiant le premier. Alors *uè* devient *wè*, qui pourra durer plusieurs siècles, bien qu'il présente le fait insolite en français (où l'on dit *équateur*, mais *éqwestre*) d'une spirante vélaire devant une voyelle prépalatale. La régularisation s'est faite par un léger recul de l'*è*, qui s'est

rapproché du *w* de manière à sortir de la région prépalatale proprement dite: *wa*»¹.

Pósto isto, estudemos cada um dos casos em separado.

43. *âi*.—O ditongo *âi* primitivo, quer latino, quer românico, quer tónico, quer átono, encontra-se hoje em português sob as seguintes formas:

âi: *dâi*, *mâix*, *tâix*.

êi, *êi*: *lêitê*, *fêitu*.

e: *lêtê*.

i: *itrô*.

âi, *âi*: *lâitê*, *lâitê*.

44. A forma *âi* não está de harmonia com as tendências da fonética portuguesa, que, como ficou dito no § 42 é aproximar do segundo o primeiro elemento do ditongo.

A conservação desta forma deve ter sido determinada pelo culto e pela analogia.

45. As formas *êi* e *êi* representam certa aproximação do *á* ao *i*, não só pela diminuição da abertura, como pela alteração do ponto de articulação. Estamos, pois, em presença de um caso de assimilação regressiva, que afecta a abertura e o ponto de articulação.

46. A forma *e* representa uma aproximação do *ĩ* ao *e*. Estamos em presença de um caso de assimilação progressiva, em que o *ĩ* se aproximan do *e* (acção progressiva). (Cf. §§ 49, 54, 57).

Este mesmo fenómeno dá-se em espanhol² e em francês³.

47. A forma *i* representa o máximo de aproximação do *á* ao *i* (cf. § 49). Ela só se dá quando o ditongo é átono.

¹ Cf. Paul Passy, *Changements Phonétiques*, § 459.

² Cf. Menéndez Pidal, *Manual de Gramática Histórica Española*, § 9; cf. idem, *Orígenes del Español*, §§ 12-14.—García de Diego, *Elementos de Gramática Histórica Castellana*, § 30, não explica o fenómeno por uma aproximação mútua (assimilação), como faz Pidal, mas por «contração de ambas (as vogais) ou por elisão da mais obscura».

³ Cf. Nyrop, *Grammaire Historique de la Langue Française*, 1, § 200.

48. As formas *ã* e *ai* provêm de *ei*, e representam uma diferenciação¹, por virtude do exposto no § 42. Este caso é paralelo ao do § 55.

49. Resumindo, temos:—no ditongo *ai*, quer latino, quer românico, quer tónico, quer átono, o *a* tende a aproximar-se do *i*, fechando-se mais ou menos. Em certos casos, porém, conserva-se por cultismo e por analogia (§ 44), e em outros, depois de se aproximar, afasta-se por diferenciação (§ 42).

Comparando os modos do pronunciar das várias regiões do país, podemos estabelecer esta escala evolutiva: *ai*, *ei*, *ei*, *e*, *i*.

A palavra *leite*, por exemplo, que provém do **lāite*, do lat. *lacte*-, por vocalização do -*e*-, é pronunciada por uns *lētē*, por outros *lētē*, e ainda por outros *lāitē* e *lāitē*².

As formas *lētē* e *lētē* resultam de uma assimilação regressiva do *á* ao *i*, devida à predisposição para pronunciar este, enquanto se pronuncia aquele; a primeira deve representar uma fase anterior à segunda, e em ambas elas, a assimilação afecta a abertura e o ponto de articulação, pois que o *á* não só se fechou, como se palatalizou, isto é, passou de neutro a palatal.

A forma *lētē*, que deve ser uma fase posterior a *lētē*, resulta de uma assimilação progressiva (cf. §§ 46, 54, 57).

As formas *lāitē* e *lāitē* devem constituir fases posteriores a *lētē*, e devem ter sido determinadas pelo espírito de diferenciação (cf. §§ 42, 55, 57).

A forma *iró*, por exemplo, por *eiró*³, resulta de uma assimilação regressiva do *e* ao *i*, devida a idêntica predisposição.

Assim temos:

* *ādu* (<*aditu*->) > *ādu*, *ādu*; *ēdu*, *ēdu*, *ēdu*.

* *āxu* (<*axu*->) > *āxu*, *āxu*; *ēxu*, *ēxu*, *ēxu*.

* *amā* (<*amavī*->) > *amā*, *amā*; *amē*, *amē*, *amē*.

* *bāju* (<*basu*->) > *bāju*, *bāju*; *bēju*, *bēju*, *bēju*.

¹ G. Viana, explica o fenómeno por dissimilação (cf. *Essai*, pp. 42, 43 e 44). Meyer-Lübke explica a passagem do *e* para *a* por ser o *i* palatal, tal como sucede quando o *e* é seguido das consoantes palatais *l*, *n*, *x*, *j*. (cf. *Gram.*, I, §§ 85 e 239).

² Cf. Leite de Vasconcelos, *Esquisse*, p. 109.

³ Cf. Gonçalves Viana, *Apostilas aos Dicionários Portugueses*, s. v. «Arrió», «Igreja».

- * *căju* (<caseu-) > *kăju*, *kăju*; *kěju*, *kěju*, *kěju*.
 * *fătu* (<factu-) > *fătu*, *fătu*; *fětu*, *fětu*, *fětu*.
 * *fător* (<factore-) > *fător*; *fětor*¹.
 * *fătura* (<factura-) > *fătura*; *fětura*¹.
 * *frăru* (<fraxinu-) > *frăru*, *frăru*; *frěru*, *frěru*, *frěru*.
 * *lăgu* (<laicu-) > *lăgu*, *lăgu*; *lěgu*, *lěgu*, *lěgu*.
 * *madăru* (<matara-) > *madăru*, *madăru*; *maděru*, *maděru*, *maděru*.
 * *măgu* (<magicu-) > *măgu*, *măgu*; *měgu*, *měgu*, *měgu*.
 * *pătu* (<pacta-) > *pătu*, *pătu*; *pětu*, *pětu*, *pětu*.
 * *trătu* (<tractu-) > *trătu*, *trătu*; *trětu*, *trětu*, *trětu*.
 * *ăiró* (<areola-) > *ăiró* > *iró*.
 * *Ainês* (<Agnes-) > *Eñej* > *Inej*.

50. *ău*. O ditongo *ău* primitivo, quer latino, quer românico, quer tónico, quer átono, encontra-se hoje em português sob as seguintes formas:

- đu*: *karapăđu* (cf. § 19).
ău: *mău*.
đu, *đu*: *păđu*, *păđu*.
o: *păđu*.
đu, *đu*: *păđu*, *păđu*.
a: *agurtu*.

51. A forma *đu* não está de harmonia com as tendências da fonética portuguesa, que, como ficou dito no § 42, é aproximar do segundo o primeiro elemento do ditongo. Ora, aqui, em vez de o *a* se velarizar, palatalizou-se. Porquê? Não encontro a explicação do fenómeno.

52. A forma *ău* representa certa aproximação do *ă* ao *u*, não só pela diminuição da abertura, como pela alteração do ponto de articulação. Estamos, pois, em presença de um caso de assimilação regressiva, que afecta a abertura e o ponto de articulação.

53. As formas *đu* e *đu* representam um pouco mais de aproximação do *ă* ao *u*, não só pela diminuição da abertura, como pela

¹ Destas formas não conheço as pronúncias *fător*, *fătura*; *fětor*, *fětura*; *fetor*, *fetura*.

alteração do ponto de articulação. Estamos, pois, também em presença de um caso de assimilação regressiva, que afecta a abertura e o ponto de articulação. Estas duas fases devem ser posteriores à do § anterior.

54. A forma *ô* representa uma aproximação do *ũ* ao *ô*. Estamos em presença de um caso de assimilação progressiva, em que o *ũ* se aproximou do *a* (acção progressiva) (cf. §§ 46, 49, 51).

Este mesmo fenómeno dá-se em espanhol¹ e em francês².

55. As formas *ôũ* e *ôũ* provêm de *ôũ*, e representam uma diferenciação, por virtude do exposto no § 42. Este caso é paralelo ao do § 48.

56. A forma *a* não é paralela às dos §§ 46 e 54. Em *agosto*, *agoiro*, por exemplo, por *angusta-*, *anguriu-*, temos um caso de dissimilação, provocada pelo *u* da sílaba tónica³.

57. Resumindo, temos: no ditongo *áu*, quer latino, quer românico, quer tónico, quer átono, o *a* tende a aproximar-se do *u*, fechando-se mais ou menos. Em certos casos, depois de se aproximar, afasta-se por diferenciação (§ 42).

Comparando os modos de pronunciar das várias regiões do país, podemos estabelecer esta escala evolutiva: *áu*, *áu*, *ôũ*, *ôũ*, *ô*.

Na palavra *pau*, por exemplo, o *a* é um intermédio entre *á* e *ô* (cf. § 20); é o *á* chamado velar, semelhante ao de *al* (cf. §§ 3 e 4). Este modo de pronunciar resulta de uma assimilação regressiva do *a* ao *u* (cf. § 52).

A palavra *ouro*, por exemplo, do lat. *auru-*, é pronunciada por uns *ôũru*, por outros *ôũru*, por outros *ôru*, e ainda por outros *áu*ru e *áu*ru⁴.

As formas *ôũru* e *ôũru* resultam de uma assimilação regressiva do *a* ao *u*, devida à predisposição para pronunciar este, enquanto se pronuncia aquele; a primeira deve representar uma fase anterior à segunda, e em ambas elas a assimilação afecta a abertura e o

¹ Cf. M. Pidal, *ob. cit.*, § 9; Idem, *Origines*, §§ 19-21.

² Cf. Nyrop., *ob. cit.*, § 188.

³ Cf. Juret, *Manuel de Phonétique Latine*, p. 257.—Grammont, *Traité*, p. 287.

⁴ Também se pronuncia *ôru* (cf. § 64).

ponto de articulação, pois que o *á* não só se fechou, como se velarizou, isto é, passou de neutro a velar.

A forma *oru*, que deve ser uma fase posterior a *ôuru*, resulta de uma assimilação progressiva (cf. §§ 46, 49, 54).

As formas *âuru* e *ôuru* devem constituir fases posteriores a *ôuru*, e devem ter sido determinadas pelo espírito de diferenciação (cf. §§ 42, 48, 49). A pronúncia *ôuru* encontra-se em mirandês¹.

Assim temos:

- aûru* -> *ôûru*, *ôru*; *âûru*.
au(t) > *ôû*, *ô*.
**aûtairu* (<*altariu*-) > *oûteiru*.
**aûtru* (<*alteru*-) > *ôûtru*, *ôtru*; *âûtru*.
**caûce* (<*calce*-) > *kôûs*, *kôs*; *kâûs*.
caûsa -> *côûza*, *côza*; *câûza*.
**faûce* (<*falce*-) > *fôûs*, *fôs*; *fâûs*.
lauru -> *lôûru*, *lôru*; *lâûru*.
mauru -> *môûru*, *môru*; *mâûru*.
paucu -> *pôûku*, *pôku*; *pâûku*.
**pâûpar* (<*palpare*-) > *pôûpar*, *pôpar*.
raucu -> *rôûku*, *rôku*; *râûku*.
**saûto* (<*salto*-) > *sôûtu*, *sôtu*; *sâûtu*.
tauru -> *tôûru*, *tôru*; *tâûru*.

58. *êi*.—O ditongo *êi* primitivo, quer tónico, quer átono, encontra-se hoje em português sob as seguintes formas:

- êi*, *êi*: *pêitu*, *pêitu*.
ê: *pêtu*.
i: *igrêja*.
âi, *âi*: *pâitu*, *pâitu*.

59. O que ficou dito acêrca do ditongo *âi*, nos §§ 45-49, é aplicável a este.

Assim temos:

- directu* -> *dirêitu*, *dirêitu*, *dirêtu*; *dirâitu*, *dirâitu*.
pectu -> *pêitu*, *pêitu*, *pêtu*; *pâitu*, *pâitu*.
lectu -> *lêitu*, *lêitu*, *lêtu*; *lâitu*, *lâitu*.

¹ Cf. Leite de Vasconcelos, *Estudos de Phil. Mirandesa*, 1, pp. 174-176; *Esquisse*, pp. 106-107.

sex > *sěix*, *sěix*, *sěx*; *săix*, *săix*¹.

rege- > *rěi*, *rěi*; *răi*, *răi*².

tectu- > *těity*, *těity*; *tăity*, *tăity*.

Eidanha (< *Egitania*) > *Idanha*².

eigreja (< *ecclesia*) > *igrêja*².

leiçon (< *lectione-*) > *lisãu*.

60. O ditongo *eu*, primitivo, quer tónico, quer átono, encontra-se hoje em português sob as seguintes formas:

éu, *êu*: *céu*, *sêu*.

ê: *mê pai* (dialectal por *meu pai*).

61. A forma *éu* não está de harmonia com as tendências da fonética portuguesa, que, como ficou dito no § 42, é aproximar do segundo o primeiro elemento do ditongo.

A conservação desta forma deve ter sido determinada pelo cultismo.

62. A forma *êu* representa um pouco de aproximação do *e* ao *u*, pela diminuição da abertura, e às vezes pela alteração do ponto de articulação (cf. § 35). Estamos, pois, em presença de um caso de assimilação regressiva do *e* ao *u*, que afecta a abertura, e às vezes o ponto de articulação.

63. A forma *ê* tem, salvo erro, idêntica explicação à dada no § 46.

Assim temos:

<i>mêu</i>	mas <i>céu</i>
<i>dêu</i> , <i>lêu</i> , <i>crêu</i> , etc.	<i>chapêu</i>
<i>têu</i>	<i>ilhêu</i>
<i>sêu</i>	<i>mantêu</i>
<i>judêu</i>	<i>mastaréu</i>
<i>sandêu</i>	<i>mausoléu</i>
<i>europêu</i>	<i>rêu</i>
<i>plebêu</i>	<i>solidêu</i>
<i>camafêu</i>	<i>vêu</i>

¹ Pronúncia análoga se encontra na região da Mancha, em Espanha (La Roda), segundo o testemunho de Navarro Tomás, *Siete vocales españolas*, in «Revista de Filología Española», p. 55.

² Cf. Leite de Vasconcelos, *Lições de Filologia Portuguesa*, pp. 273-274.

64. No ditongo *oi*, quer tónico, quer átono, a tendência é para que o *o* se feche e se palatalize um pouco (§§ 38, 42), por uma assimilação regressiva do *o* ao *i*, que afecta a abertura e o ponto de articulação¹.

Assim temos:

coriu > *côiru*
tonsoira > *tezôira*
nocte > *nôite*
octo > *ôitu*

65. *ũ*. — No ditongo *ũ*, quer tónico, quer átono, notam-se duas tendências: ou o ditongo se mantém, e neste caso o *u* tende a palatalizar-se (cf. §§ 38 e 42), por uma assimilação regressiva do *u* ao *ĩ*; ou o ditongo se desfaz pelo desaparecimento do *ĩ*, por motivo idêntico ao apontado nos §§ 46, 54 e 63.

Assim temos:

multu > *mãitu*.
auscultare > *excuĩtar* > *escutár*.
fructu > *frũtu* > *frũtu*.
exsuctu > *ẽxũtu* > *ẽxũtu*.
lucta > *lũtu* > *lũtu*.
tructa > *trũtu* > *trũtu*.

66. *iũ*. — No ditongo *iũ*, que só pode ser tónico (como ditongo decrescente, claro está, cf. § 42, e não falando da linguagem de Lisboa), a tendência é para que o *i* se abra e velarize, como ficou dito no § 34.

A formação dêste ditongo, contudo, parece contrariar as tendências da fonética portuguesa. No português normal êle aparece nitidamente caracterizado nas formas da 3.^a pessoa do singular do pretérito perfeito dos verbos da 3.^a conjugação, e de alguns da 2.^a: *partiũ*, *saiũ*, *kaiũ*, *riũ*, *viũ*, etc.

¹ Um fenómeno notável se dá em português, que ainda não foi satisfatoriamente explicado: é a alternativa dos ditongos *oi* e *ou*. Assim é indiferente dizer-se *coiro* e *couro*; *tesoira* e *tesoura*; *noite* e *noute*; como é indiferente dizer-se *cousa* e *coisa*; *mouro* e *moiro*; *touro* e *toiro*; mas só se diz *oito* no falar normal, como só se diz *pouco*, *rouco*, *Vouga*.

Há quem atribua o fenómeno a influência dos judeus (cf. J. J. Nunes, *Gram. Hist. port.*, p. 77; Bourciez, *Éléments de linguistique romane*, § 332).

Fora dêste domínio verbal, dentro do campo dos substantivos e dos adjectivos, em vez de o *i* se ditongar com o *ũ*, há uma notável tendência para se desenvolver entre os dois um *ĩ* semi-vogal, que se ditonga com o primeiro, excepto no falar de Lisboa.

Assim, a forma *filu-*, por exemplo, pela queda do *-l-* inter-vocálico, terminou na pronúncia de Lisboa em *fĩũ*, com a ditongação do *i* e do *u*, mas no resto do continente, não posso precisar se com excepção de algum ponto, em vez de *fĩũ* o que há é *fũũ*. Note-se que não é *fĩu*, com *ĩ* longo.

Gonçalves Viana, ao que parece, não chegou a ter sobre este assunto um critério absolutamente definido.

Assim, no *Português*, § 27, inclui na mesma categoria de ditongo as duas formas *riu*, do verbo *rir*, e *rio*, corrente de água: em ambas estas formas considera a existência de um ditongo decrescente, cuja semi-vogal é *ũ*; a diferença entre os dois ditongos está em que o *i* do primeiro é aberto, enquanto o do segundo é fechado.

No *Essai*, p. 33, não classifica do mesmo modo os *uu* de *riu* e *rio*: o primeiro é semi-vogal, e o segundo não, o que faz crer que via na primeira forma um ditongo, e na segunda não. Quanto aos *ii* não se compreende bem a classificação, visto que marca o primeiro com acento agudo, e o segundo com acento grave, e na p. 1 diz que o acento grave indica vogal aberta, e o agudo vogal tónica.

Na *Exposição*, p. 52, representa diferentemente *riu*, verbo, e *rio*, corrente de água: o *i* do primeiro é aberto, e o do segundo fechado, o que condiz com a doutrina do *Português*; o *u* do primeiro é semi-vogal, e o do segundo é vogal, o que não condiz com a doutrina do *Português*, mas condiz com a do *Essai*.

A meu ver, fora de Lisboa, *rio* é uma forma perfeitamente paralela a *ráio*, *arreio*, *arroio*, *aleluia*. Assim como na pronúncia destas quatro formas há a semi-vogal *ĩ* entre as duas vogais, tónica e final, assim também essa semi-vogal existe na forma *rio*, entre a vogal tónica e a final, embora a ortografia não a indique.

Por seu lado, *riu*, do verbo *rir*, é uma forma perfeitamente paralela a *pau*, *correu*, *cerrou*: em nenhuma destas formas há a semi-vogal *ĩ* entre a vogal tónica e o *u* final: este é que funciona como semi-vogal, e forma ditongo com a tónica.

Na Madeira o ditongo *ũ* passou a *ã* por diferenciação (cf. § 40). Ali diz-se *rãũ*, *tãũ*, por *rũũ*, *tũũ*.

Nos Açores, não sei por ora determinar os pontos, dá-se o fenómeno oposto ao que se observa em Lisboa: enquanto aqui tudo se reduz a *iũ* (ditongo), ali as próprias formas verbais não se di-

tongam. Assim, tenho ouvido a Açoreanos: «êlé *saiũ*», e não «êlé *saiũ*»¹.

67. No § 42 formulei êste princípio: «Quando duas vogais formam ditongo decrescente, o primeiro elemento tende a aproximar-se do segundo por antecipação».

Nos §§ seguintes estudei, à luz dêste princípio, os ditongos portugueses *ai*, *ei*, *iã*², *oi*, *ui*, *au*, *eũ*, *ou*, *iũ*.

Vejamos agora, num conspecto geral, a razão de ser dos fenómenos apontados até aqui.

(*Continua*).

R. DE SÁ NOGUEIRA.

¹ Leite de Vasconcelos, *Esquisse*, p. 155, diz que nos Açores o ditongo *iũ* dos pretéritos se reduz normalmente a *i*. Não posso neste momento apreciar bem o problema. O que posso afirmar é que a doutrina apresentada por mim resulta da minha observação directa em Açoreanos residentes em Lisboa.

² A muitos parecerá estranho que eu considere em português a existência dêste ditongo. Note-se que êle também existe em francês, em vocábulos como *filie*. (Cf. Roudet, *Éléments*, § 59).

sep

A linguagem das Cantigas de Santa Maria, de Afonso X o Sábio

Prefácio

O presente trabalho é um extracto da minha dissertação *Die Sprache der altgälischen Cantigas de Santa Maria von Alfonso el Sabio* (A antiga linguagem galega das Cantigas de Santa Maria, de AFONSO X, o SÁBIO), apresentada em Janeiro de 1930 à Faculdade de Letras da Universidade de Hamburgo. Em virtude de ser muito extensa (mais de 300 páginas) e portanto a sua publicação ficar sobremodo dispendiosa, não foi possível até hoje imprimi-la.

Nesta dissertação faço a descrição completa da fonética e da morfologia das *Cantigas*¹, comparando-as não só com a linguagem da poesia trovadoresca portuguesa dos séculos XIII-XIV, mas também com a linguagem de alguns documentos galegos da Idade-Média. Também é propósito do meu trabalho contribuir de certo modo para um melhor conhecimento do galego e do português dos séculos XIII-XIV.

Na introdução da tese, transcrita a seguir na íntegra e sem qualquer alteração, o leitor encontrará mais amplos pormenores sobre o objecto do meu estudo, sobre as fontes de que me servi e também a explicação das abreviaturas que foram adoptadas.

O capítulo escolhido para o presente excerpto versa sobre o **hiato românico**, isto é, sobre os grupos de vogais que ainda não existiam no latim, mas que se formaram só posteriormente pela queda duma consoante. É principalmente nêle que se manifestam mais distintamente os traços característicos e essenciais dos diferentes monumentos literários e lingüísticos por mim estudados, traços que, portanto, são de importância decisiva para se esclarecerem as relações mútuas entre as línguas galega e portuguesa daquela época.

¹ É assim que abreviarei no decorrer dêste artigo as *Cantigas de Santa Maria*, de Afonso X, o Sábio.

Na conclusão, não me limitarei a resumir os factos do capítulo escolhido sobre o hiato românico; para dar ao leitor uma idea do trabalho completo, mencionarei também, nas suas linhas gerais, os mais importantes factos que resultam dos outros capítulos do meu estudo comparativo não reproduzidos aqui. Além disso, o sumário que segue informará sobre a disposição de todo o trabalho. Os §§ 1-2 abrangem a introdução, reproduzida no presente artigo; a fonética é estudada nos §§ 3-106, na ordem seguinte: §§ 3-30—vogais simples e grupos de vogais, §§ 31-94—consoantes simples e grupos de consoantes, os §§ 95-106 tratam da fonética sintáctica com respeito às vogais, às consoantes e a casos especiais devidos à próclise; a morfologia é exposta nos §§ 107-147 na ordem seguinte: § 107—artigo, §§ 108-114—nome, §§ 115-123—pronomes, §§ 124-141—verbo, §§ 142-4—advérbios, § 145—preposições, § 146—conjunções, § 147—interjeição; os §§ 148-9 abrangem os resultados dos diversos capítulos e conclusões gerais.

O capítulo escolhido abrange, portanto, na dissertação os parágrafos 19-21, que correspondem no presente extracto aos §§ 4-6 (§ 1=resenha bibliográfica e abreviaturas, §§ 2-3=introdução). Quando se torne necessário indicar certos capítulos não incluídos neste artigo, mencioná-los-ei em notas (com os números dos parágrafos respectivos na dissertação completa). Para melhor distinguir os parágrafos não incluídos neste artigo e os incluídos nêle, acrescentarei sempre a estes últimos a página respectiva onde se encontra no presente extracto (p. ex.: § 5, p. 298)¹.

1.—Resenha bibliográfica e abreviaturas

Ayd.= *Os Miragres de Santiago*. Versión gallega del siglo XIV, del Códice Calistino Compostelano del XII. Transcripción y estudio crítico de EUGENIO LÓPEZ-AYDILLO. Imprenta Castellana, Valladolid 1918.

CA= *Cancioneiro da Ajuda*. Edição crítica e comentada por CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELLOS, vols. I/II. Halle/S., Max Niemeyer, 1904. (CA + algarismo árabe indica os versos, p. ex.

¹ Aproveito a ocasião de agradecer ao Sr. Dr. Adolfo Benarus, de Lisboa, e ao Sr. Manuel de Paiva Boléo, leitor de português em Hamburgo, a amabilidade e o desinteresse com que se prontificaram, o primeiro, a traduzir uma boa parte do presente artigo, o segundo, a ajudar-me a traduzir a última parte e a fazer uma revisão geral do estilo.

CA 4803, *CA* + n.º + algarismo árabe indica os números das cantigas segundo o texto reproduzido no vol I, p. ex. *CA* n.º 22; *CA* I e *CA* II designam os volumes I e II).

CB = *Il Canzoniere portoghese Colocci-Brancuti*, pubblicato nelle parti che completano il codice vaticano 4803 da ENRICO MOLteni. Halle/S., Max Niemeyer, 1880 (os números das cantigas são citados segundo a numeração de Molteni).

CD = *Das Liederbuch des Königs Denis von Portugal*, publicado por HENRY R. LANG. Halle/S., Max Niemeyer, 1894 (*CD* + algarismo árabe indica os versos, *CD* + n.º + algarismo romano os números das cantigas segundo o texto; *CD* p. + algarismo árabe designa o número das páginas). Lang, *CD*, pp. 107-112, cita as variantes das cantigas *CD* n.º I-CXXVIII (= n.ºs 80-155, 208, 156-207 do *Cancioneiro da Vaticana*) que apresenta o códice Colocci-Brancuti, sem indicar com exactidão a correspondência entre os números do *CD* e os do *CB*. Lang só indica em geral que se trata das cantigas *CB*, 497-606. Como estas não estão contidas na parte do *CB* publicada por Molteni (única parte que me foi possível examinar), não pude pormenorizadamente averiguar que números do *CB* correspondem aos do *CD*; pelo que citarei as variantes do *CB* indicando só a página respectiva de *CD*.

CGC = *Cancioneiro Galego-Castelhano*. The extant Galician Poems of the Gallego-Castilian Lyric School (1350-1450) by HENRY R. LANG, New Haven: Yale University Press, 1913.

CV = *Il Canzoniere portoghese della Biblioteca Vaticana*, messo a stampa da ERNESTO MONACI. Halle/S., Max Niemeyer, 1875 (*CV* + algarismo indica os números das cantigas segundo a numeração de Monaci, *CV* p. + algarismo, as páginas).

C. d'Amig. = JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Cantigas d'Amigo dos Trovadores Galego-Portugueses*. Edição crítica. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926/1928, vols. I/III. *C. d'Amig.* + algarismo romano indica os números das cantigas segundo a numeração de Nunes, vol. II. Na enumeração de exemplos das *C. d'Amig.* deixamos de parte as cantigas já contidas nas edições críticas de D. Joan Garcia de Guilhade por Oskar Nobiling, de El-Rei D. Denis por Henry R. Lang e do *CA* por Carolina Michaëlis de Vasconcellos.

Cid = *Cantar de Mio Cid*. Texto, Gramática y Vocabulario por R. MENÉNDEZ PIDAL, vols. I/III. Madrid, Bailly-Baillière, 1908 (vol. I), 1911 (vols. II/III).

Codax = *El genuino Martín Codax, Trovador Gallego del Siglo XIII* por ELADIO OVIEDO Y ARCE, *Boletín de la Real Academia*

Gallega, ano XI, n.^{os} 109, 111, 112, pp. 1-16, 57-73, 89-104, ano XII, n.^{os} 113, 114, 117, pp. 121-135, 153-162, 233-257; a última parte, publicada no ano XII, n.^o 118, pp. 265-271, está composta por Santiago Tafall y Abad. *Codax*, I-VII designa as sete cantigas de Martín Codax (publicadas no ano XI, n.^o 112, pp. 89-100, ano XII, n.^o 113, pp. 121-221).

Cornu, *Gröb. Gr.* = J. CORNU, *Die portugiesische Sprache*, inserto no *Grundriss der Romanischen Philologie* [Enciclopédia de filologia românica] publicado por Gustav Gröber, Strassburg, Karl J. Trübner, vol. I, 2.^a edição 1904/6, pp. 916-1037.

Cr. Troy. = *Crónica Troyana*. Códice Gallego del Siglo XIV de la Biblioteca Nacional de Madrid con apuntes gramaticales y vocabulario por D. Manuel R. Rodríguez, publicalo a expensas de Excm. Diputación de esta provincia ANDRÉS MARTÍNEZ SALÁZAR. Vols. I/II, La Coruña, 1900.

DG = *Documentos Gallegos de los siglos XIII al XVI* transcriptos por ANDRÉS MARTÍNEZ SALÁZAR, La Coruña, 1911.

Diego = *Elementos de Gramática Histórica Gallega* por D. VICENTE GARCÍA DE DIEGO, Burgos, 1909.

Ferreiro = D. ANTONIO LÓPEZ FERREIRO, *Fueros municipales de Santiago y de su tierra*, vols. I/II, Santiago, 1895.

Glos. A = CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELLOS, *Glossário do Cantoneiro da Ajuda*. Separata da *Revista Lusitana*, vol. XXIII, Lisboa, 1922.

Guilh. = *As Cantigas de D. Joan Garcia de Guilhade, Trovador do século XIII*. Edição crítica, com Notas e Introdução. These para o Doutorado da Universidade de Bonn, apresentada por OSKAR NOBILING, Erlangen 1907. (*Guilh.* + algarismo indica os versos, *Guilh.* + n.^o + algarismo, os números das cantigas segundo o texto, *Guilh.* + p. + algarismo, as páginas, *Glos. Guilh.*, o glossário).

Hanssen, *Gram. hist. cast.* = F. HANSSEN, *Gramática histórica de la lengua castellana*, Halle/S., Max Niemeyer, 1913.

Krüger, *Mezcla* = F. KRÜGER, *Mezcla de dialectos* (del Homenaje a Menéndez Pidal, tomo II, 1924), Madrid, 1924.

Krüger, *S. Cip.* = *El dialecto de San Ciprián de Sanabria*. Monografía leonesa por FRITZ KRÜGER. *Revista de Filología Española*, Anejo IV. Madrid, 1923.

Krüger, *Westspan. Mundart.* = *Studien zur Lautgeschichte westspanischer Mundarten auf Grund von Untersuchungen an Ort und Stelle* von DR. FRITZ KRÜGER, Hamburg 1914 (in: *Mitteilungen und Abhandlungen aus dem Gebiet der romanischen Philologie veröffentlicht*

vom Seminar für romanische Sprachen und Kultur, Hamburg; 7. Beiheft zum Jahrbuch der Hamburgischen Wissenschaftlichen Anstalten xxxi, 1913).

Lang, CGC. — Veja acima CGC.

Leite de Vasconcellos, *Esquisse* = J. LEITE DE VASCONCELLOS, *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise*. Thèse pour le Doctorat de l'Université de Paris présentée par J. L. de V. Paris-Lisboa, 1901.

Leite de Vasconcellos, *Lições* = J. LEITE DE VASCONCELLOS, *Lições de Filologia Portuguesa*, 2.^a edição (melhorada), Lisboa, 1926.

Leite de Vasconcellos, *Mir.* = *Estudos de Philologia Mirandesa* por J. LEITE DE VASCONCELLOS, vols. I-II. Lisboa, 1900-1.

M. L. (+ algarismo) = W. MEYER-LÜBKE, *Romanisches etymologisches Wörterbuch* [Dicionário etimológico das línguas românicas], 2.^a edição, Heidelberg, 1924.

Manual = R. MENÉNDEZ PIDAL, *Manual elemental de Gramática Histórica Española*. Quinta edición corregida y aumentada, Madrid 1925.

Menéndez Pidal, D. L. — R. MENÉNDEZ PIDAL, *El dialecto leonés* (Rev. Arch. Bibl. Mus. 1906, x, pp. 128-172, 294-311).

Nobiling, T. I. C. A. = OSKAR NOBILING, *Zu Text und Interpretation des Cancioneiro da Ajuda*, nos «Mélanges Chabaneau», Romanische Forschungen [Investigações Românicas] xxiii, fascículo 1, Erlangen, 1907, pp. 339-385.

Nunes, Gram. h. p. = JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa* (Fonética-Morfologia), Lisboa, 1919.

Orig. = R. MENÉNDEZ PIDAL, *Origenes del Español*, Madrid, 1926.

RAE = 1) Edição crítica «*Cantigas de Santa Maria de Don Alfonso el Sabio* las publica la REAL ACADEMIA ESPAÑOLA, vols. 1/II, Madrid, 1889».

RAE = 2) Real Academia Española que publicou esta edição crítica.

Radermacher = CLEMENS RADERMACHER, *Lautlehre zweier altportugiesischer Heiligenleben* [Descrição fonética de duas vidas de Santos em antigo português], Diss. Bonn 1889.

Staaß = ERIK STAAFF, *Étude sur l'ancien dialecte léonais d'après des chartes du XIII^e siècle*, Upsala, 1907.

Revistas

Mod. Lang. Notes = *Modern Language Notes*, Baltimore, 1886 ss.

Neophilologus = *Neophilologus*, Groningen-Den Haag, 1916 ss.

Rom. Forsch. = *Romanische Forschungen*, Organ für romanische Sprachen und Mittellatein [«Investigações Românicas», órgão das línguas românicas e do latim médio], Erlangen, 1885 ss.

R. L. = *Revista Lusitana*, Lisboa, 1887 ss.

Ro. = *Romania*, Paris, 1872 ss.

Z. R. Ph. = *Zeitschrift für romanische Philologie* [Revista de filologia românica], Halle/S. 1877 ss.

Introdução

2.—Observações gerais e objecto do presente estudo

De entre os Cancioneiros da poesia trovadoresca galaico-portuguesa, o Cancioneiro religioso das *Cantigas de Santa Maria* por AFONSO X o SÁBIO é aquele que até hoje menos estudado tem sido, sob o ponto de vista lingüístico. Enquanto que sobre a linguagem dos Cancioneiros profanos (da Ajuda¹, da Vaticana e Colocci-Brancuti²) existem trabalhos, ricos de informação, de Diez, Carolina Michaëlis de Vasconcellos, Lang, Nobiling e outros, das *Cantigas de Santa Maria*, se abstrairmos do esboço de Hugo Albert Rennert³, que pouco trata da fonética e que apenas nos fornece alguns traços gerais quanto à morfologia, apenas temos algumas notícias mais ou menos extensas. Assim García de Diego cita nos seus *Elementos de Gramática Histórica Gallega* (Burgos, 1909) alguns exemplos da fonética e da morfologia; Carolina Michaëlis de Vasconcellos, Lang, Nobiling, nas suas edições críticas do *Cancioneiro da Ajuda*, das

¹ Edição crítica e comentada por CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELLOS, vols. I-II, Halle/S., Max Niemeyer, 1904 (abreviatura: CA).

² Textos diplomáticos por MONACI e MOLTENI: *Il Canzoniere portoghese della Biblioteca Vaticana*, messo a stampa da Ernesto Monaci, Halle/S., Max Niemeyer, 1875 (abreviatura: CV). *Il Canzoniere portoghese Colocci-Brancuti*, pubblicato nelle parti che completano il codice vaticano 4803 de Enrico Molteni, Halle/S., Max Niemeyer, 1880 (abreviatura: CB; hoje encontra-se na posse da Biblioteca Nacional de Lisboa).

³ No seu *Macias o Namorado*, Philadelphia 1900, pp. 21-30.

Cantigas de D. Denis¹ e de D. Joan Garcia de Guilhade,² assim como nos seus vários estudos dos Cancioneiros profanos, têm observações comparativas de fenómenos fonéticos, morfológicos e sintácticos extraídos das *Cantigas*; há também algumas notícias no *Cancioneiro Galego-Castelhano* de Lang³, na descrição da língua portuguesa por Cornu, inserta no *Grundriss* de Gröber⁴ e ainda em outras obras. Mas ainda que os trabalhos publicados até hoje nos forneçam, em muitos sentidos, matéria importante, não nos dão contudo o quadro completo e exacto. Torna-se, pois, necessário descrever pormenorizadamente a linguagem das *Cantigas*.

É o que o presente trabalho se propõe fazer. Na parte principal faremos a descrição completa da fonética e da morfologia das *Cantigas*; quando se tornar necessário, para maior clareza e exactidão na descrição de determinados fenómenos morfológicos, transporemos os limites da morfologia para também nos ocuparmos de problemas que à sintaxe pertencem.

A descrição da linguagem das *Cantigas* não deve ter por alvo unicamente a própria obra; deve também servir de base para outros estudos lingüísticos do galego-português dos séculos XIII e XIV. Dêste modo deve ter principalmente por objecto esclarecer as relações lingüísticas entre as *Cantigas* e os Cancioneiros profanos (CA, CV, CB).

Estes últimos, segundo as investigações realizadas até hoje, ainda que estas não tenham abrangido por ora todas as suas particularidades, oferecem um quadro lingüístico até certo ponto uniforme, apesar de pertencerem a diferentes épocas e provirem de trovadores de diferentes países (portugueses, galegos, castelhanos e leoneses). A sua fonética, morfologia, sintaxe, vocabulário e estilo

¹ *Das Liederbuch des Königs Denis von Portugal*, publicado por HENRY R. LANG, Halle/S., Max Niemeyer, 1894 (abreviatura: CD).

² *As Cantigas de D. Joan Garcia de Guilhade, Trovador do século XIII*. Edição crítica, com notas e introdução. These para o Doutorado da Universidade de Bonn apresentada por OSKAR NOBILING, Erlangen, 1907 (abreviatura: *Guilh.*).

³ *Cancioneiro Galego-Castelhano*. The extant Galician Poems of the Gallego-Castilian Lyric School (1350-1450) by HENRY R. LANG, New Haven: Yale University Press, 1913 (abreviatura: CGC).

⁴ *Grundriss der Romanischen Philologie* [Enciclopédia de filologia românica], publicado por Gustav Gröber, Strassburg, Karl J. Trübner, vol. I (2.ª edição 1904-1906), pp. 916-1037.

têm mais ou menos unidade entre si¹. Se aqui e além se encontram traços característicos da evolução galega², em oposição à evolução portuguesa, não implica êsse facto desacôrdo essencial na unidade do quadro lingüístico geral³.

Já várias vezes se afirmou que a linguagem das *Cantigas*, ao contrário da linguagem dos Cancioneiros, ocupa uma situação lingüística muito especial: Carolina Michaëlis de Vasconcellos⁴ e Nohling⁵ notam que as *Cantigas*, devido ao seu carácter religioso, se distinguem dos Cancioneiros profanos no seu vocabulário e estilo⁶, emquanto que a respeito da sua fonética e morfologia se tem afirmado que os fenómenos caracteristicamente galegos são mais frequentes nas *Cantigas*. Assim Carolina Michaëlis (*obr. cit.*, p. 177, n. 2) cita o uso frequente do *che* galego e López-Aydllo classifica as *Cantigas* como representantes da evolução no sentido galego em oposição à evolução portuguesa representada nas poesias de D. Denis e da sua côrte trovadoresca⁷. Até que ponto, porém, estas afirmações efectivamente se justificam, está ainda por demonstrar.

No presente trabalho tentaremos esclarecer a relação que existe entre as *Cantigas* e os Cancioneiros profanos⁸ no seu aspecto fonético e morfológico.

¹ Com exclusão das seis cantigas seguintes: CB 371, 346, CV 460, 461, que provavelmente são tentativas em provençal, e de CB 363, CV 209, que parecem ser ensaios do autor para as compor em castelhano.

² Está ainda por esclarecer, se só nas poesias de galegos ou também nas de portugueses, leoneses, etc.

³ Para a linguagem dos Cancioneiros profanos em geral veja CA 1, p. xix, e José Joaquim Nunes, *Cantigas d'Amigo dos Trovadores Galego-Portugueses*, edição crítica, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926-1928, 3 volumes (abreviatura: *C. d'Amig.*), vol. I, pp. 154-7.

⁴ No *Grundriss* de Gröber, II (1897), p. 177.

⁵ *Guith.*, p. 6.

⁶ Veja-se também EUGENIO LÓPEZ-AYDILLO, *Os Miragres de Santiago*, transcrição y estudio crítico, Valladolid, 1918 (abreviatura: *Ayd.*), p. 218: «Nadie dejará de notar el mayor perfeccionamiento y la más lozana madurez que el lenguaje y la rima presentan en el *Cancionero Marial* ... sobre los *cancioneros restantes*».

⁷ *Ayd., loc. cit.*: «Pudiera decirse, ateniéndonos a las modalidades lingüísticas que el *Cancionero Marial* representa, dentro de lo gallego-portugués, la orientación gallega, así como desglosado del *Cancionero Vaticano* el llamado de Don Dionís (cantigas del rey y de su corte trovadoresca) significaría la dirección portuguesa, en la iniciación del desgaje de ambas ramas de la fuente común».

⁸ Abreviatura geral: *Cancioneiros* ou *Canc.*

Cada capítulo relativo à fonética e à morfologia das *Cantigas* será seguido de uma comparação com os Cancioneiros, que, quanto à fonética, será desenvolvida nos seus pormenores, mas que será limitada à descrição dos pontos divergentes mais importantes, quanto à morfologia. Não existindo ainda uma edição crítica e completa dos Cancioneiros, que esclareça simultaneamente as relações lingüísticas dos trovadores profanos das diferentes épocas e diferentes países, teremos de apoiar as nossas investigações principalmente nas edições críticas parciais até hoje publicadas. Não nos será, pois, possível chegar a conclusões definitivas, apesar das edições parciais abrangerem grande parte das cantigas profanas. O nosso estudo tem por objecto principal verificar até que ponto as *Cantigas* demonstram a evolução lingüística no sentido galego, em comparação com os Cancioneiros, representantes do desenvolvimento lingüístico português. Nas circunstâncias actuais, porém, não podemos verificar, em todos os pormenores, se lingüisticamente as *Cantigas* se aproximam mais de alguns trovadores profanos, como por exemplo dos oriundos da Galiza, do que de outros; limitar-nos-emos, contudo, fundamentalmente, a esclarecer até que ponto as *Cantigas* revelam maior número de traços característicos do galego do que os que resultam do exame do quadro lingüístico geral dos Cancioneiros profanos.

Várias vezes se tem notado a diferença entre a linguagem *poética* da poesia trovadoresca galego-portuguesa e a linguagem *falada* dos séculos XIII e XIV. Assim, por exemplo, diz Carolina Michaëlis¹: «Von dem zwischen 1150 und 1200 am portugiesischen Hofe durch Wahl, Regelung und weise Beschränkung zur Dichtersprache von bemerkenswerter Einheit und Reinheit erhobenen *português illustre* oder *gallego illustre* oder *gallego-português illustre*, das bis zum Erlöschen des Minnesangs bei allen Lyrikern ziemlich unverändert Geltung behielt, hatte die naturgemäss in zahlreiche Mundarten zerfallende, weniger gewählte, unendlich viel reichere Sprechsprache sich immer mehr entfernt. Vor allem im eigentlichen Galizien, dem der höfische Mittelpunkt fehlte und das durch die Unterordnung unter das mächtige hispanische Doppelreich seit 1230 auch sprachlich besonders stark dorthin gravitierte wie früher nach

¹ Na *Zeitschrift für Romanische Philologie* [Revista de filologia românica], xxviii, p. 217.

Leon¹. E a mesma erudita escritora diz (especialmente para o português): «Creio que já no reinado de D. Denis, que residia a miúdo na capital, muitas formas e pronúncias galego-portuguesas seriam pouco usadas entre os cortesãos e desconsideradas pela geração nova como arcaísmos e galeguismos»². É notado aqui, como diferença essencial, o carácter conservador da linguagem artística da poesia trovadoresca que, como uma espécie de norma poética, durante um período aproximadamente de cento e cinquenta anos, se manteve inalterada, em oposição à linguagem falada que evoluiu e se desenvolveu rapidamente, sobretudo na Galiza. Seria interessante fixar, por meio dum exame aprofundado, que ainda está por fazer, a relação que existe entre a linguagem da poesia trovadoresca e a linguagem falada. A comparação com os documentos galegos e portugueses da idade-média dar-nos-ia ensejo para êsse exame, em relação à fonética e à morfologia³. Em geral, a evolução progressiva da linguagem falada manifesta-se distintamente nos documentos, apesar de ela nem sempre estar representada na grafia; os documentos não são naturalmente a expressão da linguagem falada pelas camadas baixas, mas sim a expressão do falar das classes médias e superiores.

No nosso trabalho a fonética e a morfologia das *Cantigas* serão comparadas não só com os Cancioneiros profanos, mas também com alguns documentos galegos da idade-média; dêste modo a comparação, como igualmente havemos de proceder a respeito dos Cancioneiros, será pormenorizada quanto à fonética, mas quanto

¹ [«O português ilustre ou galego ilustre ou galego-português ilustre, elevado entre 1150 e 1200, na côrte portuguesa, por meio de depuramento, regulamentação e sábias restrições, à categoria de língua poética de notável unidade e pureza, manteve-se bastante inalterado em todos os líricos até ao ocaso da poesia trovadoresca. Dêle, porém, se afastara cada vez mais, como é natural, a língua falada, dividida em inúmeros dialectos, língua menos cuidada, mas infinitamente mais rica. Isto verifica-se acima de tudo na Galiza pròpriamente dita, à qual faltava a côrte como centro intelectual, e que, devido a estar sujeita ao poderoso reino hispânico de Leão e Castela, gravitava desde 1230 em volta dêle também no ponto de vista lingüístico, como antes gravitara em volta de Leão»].

² CA, I, p. xix.

³ Naturalmente não quanto à sintaxe e ao estilo; a diferença considerável que há a êste respeito, entre a linguagem trivial, desajeitada e em parte proveniente de fórmulas fixas dos documentos e a linguagem artística, requintada e muito aperfeiçoada da poesia trovadoresca evidencia-se ao primeiro relance e não é, portanto, necessário expô-la aqui.

à morfologia será limitada aos pontos divergentes mais importantes. Por êste processo tentaremos contribuir para o esclarecimento das relações lingüísticas existentes entre a linguagem trovadoresca e a falada, relativamente ao galego. No seu *Macias o Namorado*, já acima mencionado, pp. 31-3, Hugo Albert Rennert procurou comparar em certos pontos a fonética e a morfologia das *Cantigas* com alguns documentos galegos datados de 1295 até 1374. Do trabalho de Rennert, feito aliás por forma muito superficial, resulta, ao contrário do que assegura Carolina Michaëlis (veja acima, pp. 281-2), a afirmação estranha de que entre as *Cantigas* e os documentos galegos examinados não existem diferenças lingüísticas essenciais. As nossas investigações comparativas, que tentarão ao mesmo tempo verificar os resultados a que chegou Rennert, têm por objecto principal esclarecer até que ponto a evolução lingüística galega se manifesta com mais nitidez e maior desenvolvimento nos documentos e se os traços da influência castelhana característica da Galiza aí se encontram mais freqüentemente do que nas *Cantigas*. Para esta comparação servir-nos-emos dos documentos do século XIII e também dos dos séculos XIV-XVI, não só porque a poesia trovadoresca galego-portuguesa se estende até ao século XIV e, portanto, os documentos dêste século devem ser tomados em consideração, mas também porque muitas grafias dos séculos XIII são duvidosas e só podem ser explicadas com as grafias dos séculos XIV-XVI; além disso, para dar o quadro completo de certos fenómenos do século XIII é necessário valermos-nos da evolução realizada nos séculos seguintes. Naturalmente só nos poderemos servir de um número limitado de documentos; não é provável, porém, que do exame de maior quantidade de documentos resulte um quadro diferente na sua essência.

3.— Fontes do presente trabalho

Para base da nossa exposição da fonética e da morfologia das *Cantigas* serviu-nos a edição crítica da Real Academia Española, «*Cantigas de Santa Maria de Don Alfonso el Sabio*, las publica la Real Academia Española», Madrid 1889, vols. I/II (abreviado a seguir em *RAE*), que além do texto crítico (vol. I, pp. I-XXXIV e 1-214, vol. II, pp. 215-606) contém uma introdução pormenorizada do Marqués de Valmar (vol. I, pp. [5]-[226]), Extractos das *Cantigas* do mesmo autor com notas bibliográficas de vários romanistas (vol. I, pp. -I- até -CXXVIII-), assim como um glossário (vol. II, pp. 607-799). Dos quatro manuscritos das *Cantigas* que se conservam e que

são de diferente extensão três foram utilizados pela *RAE* para o texto crítico: O Cód. 103-23 da biblioteca «del Cabildo de Toledo», provavelmente o mais antigo, na posse da Biblioteca Nacional de Madrid desde 1869, o qual se supõe ter sido escrito entre 1257 e 1275¹, e os códices *j. b. 2* e *T. j. 1* da Biblioteca del Escorial, que provavelmente foram escritos nos últimos anos da vida de Afonso X ou pouco depois da sua morte². Abstraindo de 10 cantigas que, a não ser um pequeno fragmento do cód. *T. j. 1*, só se encontram no cód. *Toledo*, a edição crítica *RAE* segue a lição do códice mais rico *j. b. 2*, com a respectiva exposição das variantes do *T. j. 1* e do *Toledo*. O códice *j. b. 2*, que a seguir indicaremos pela abreviatura *Text.*, contém as cantigas 1-402 (*RAE*, vol. I, pp. 3-214; II, pp. 215-563; a seguir citaremos as cantigas pelos seus números respectivos), 5 cantigas *das cinco festas de Santa Maria* assim como mais 7 outras cantigas *de Loor de Santa Maria* (*RAE*, vol. II, pp. 567-86; indicadas a seguir por *F.S.M.* 1-12); mais 2 prólogos poéticos, dos quais um se encontra antes das cantigas 1-402 (*RAE*, vol. I, p. 1; abreviado a seguir em *Prol.* 2), a segunda antes das *cinco festas de Santa Maria* (*RAE*, vol. II, p. 567; abreviado a seguir em *Prol. F.S.M.*), o sumário, que contém os títulos e o primeiro estribilho de todas as cantigas e prólogos (*RAE*, vol. I, pp. v-xxxiv; abreviado a seguir em *Sum.*) e os versos da introdução, em que Afonso é indicado como autor das *Cantigas* (*RAE*, vol. I, p. III; abreviado a seguir em *Prol.* 1). As 6 cantigas n.ºs 394-7, *F.S.M.* 2 e *F.S.M.* 6 são simples repetições, com ligeiras variantes, dos n.ºs 187, 165, 289, 192, 340, 210 (abreviados a seguir em 187=394, 165=395, etc.). O códice *Toledo* (abreviado em *Tol.*) abrange ao todo 126 cantigas, 116 das quais correspondem às do *Text.* n.ºs 1-75, 78-84, 86-9, 91-2, 94, 97-8, 100-1, 103-6, 108, 112, 115, 125, 132, 162, 211, 231, 255, 279, 285, 401-2, *F.S.M.* 1, 3, 5, 7, 9, 12, e mais 10 cantigas, como acima se notou: 5 cantigas *das cinco festas de nostro Sennor Jesu-Cristo* (*RAE*, vol. II, pp. 587-95; abreviadas a seguir em *N.S.J.* I-V), a *Cantiga das Moyas* (*RAE*, vol. II, pp. 599-600; abreviada a seguir em *C.Pr.M.*), 4 cantigas indicadas no manuscrito com os n.ºs XII, L, LXXVI, LXXIX (*RAE*, vol. II, pp. 601-6; abreviadas a seguir em

¹ Veja-se *CA*, II, p. 64.

² Quanto a estes três códices cf. as exposições exactas dadas em *RAE*, vol. I, pp. [33]-[48].

Tol. 12, *Tol.* 50, *Tol.* 76, *Tol.* 79); além destas, um sumário e o *Prol.* 1. No códice *T. j. 1* (abreviado em *T. j. 1*), que é mais rico do que *Tol.*, encontram-se as cantigas n.^{os} 1-39, 41-149, 152-94, assim como as estrofes 1-15 do n.^o 195 do *Text.*, e, além destas, um fragmento da segunda festa de nostro Senhor Jesu-Cristo (*N. S. J.* n).

O quarto manuscrito, que se encontra na «Biblioteca Magliabecchiana», em Florença (abreviado em *CF*), e de cuja existência a Real Academia Española só teve conhecimento em 1877, por uma comunicação de Menéndez y Pelayo¹, não foi tomado em consideração para o texto crítico pela impossibilidade em que estava de o consultar. Só duas cantigas (*CF* n.^{os} 14 e 86), que, como a Real Academia pôde verificar por um pequeno estudo publicado mais tarde por Emilio Teza, (Pisa²), não se encontram em nenhum dos outros códices e das quais a Academia recebeu uma cópia, por intermédio de Teza³, foram posteriormente adicionadas à introdução (*RAE*, vol. I, pp. [54]-[56]; *CF* 86 incompleta, veja-se abaixo) para completar a edição crítica. Antonio G. Solalinde, num estudo aprofundado intitulado *El Códice Florentino de las Cantigas y su relación con los demás manuscritos*⁴, demonstra que se devia ter absolutamente tomado em consideração o códice Florentino. Solalinde, que pôde examinar detalhadamente o manuscrito na «Biblioteca Magliabecchiana», dá na *RFE*, *loc. cit.*, a sua descrição circunstanciada, procurando também esclarecer as relações que existem entre este e os outros códices relativamente ao conteúdo e às lições. Resulta deste estudo que o *CF*, na *disposición y ornato*, é o que mais se aproxima do *T. j. 1*. Continha provavelmente na origem 130 cantigas; hoje contém apenas 113, em parte fragmentárias, que, como a Real Academia já verificou, estão todas contidas no *Text.* com os seus n.^{os} 201-389, à excepção das duas cantigas *CF* 14 e 86, já acima indicadas (em parte tem *CF* uma ou várias estrofes a mais; assim por exemplo *CF* 89, 91 = *Text.* 213, 317); só quatro cantigas se encontram também no *Tol.*⁵ Como *CF* só

¹ Cf. *RAE*, vol. I, pp. [50]-[51].

² Tem o título: *Delle Cantiche galliziane di Re Alfonso, secondo il Codice fiorentino*.

³ Cf. *RAE*, vol. I, pp. [52]-[54].

⁴ Publicado na *Revista de Filología Española* (abrev. *RFE*), v, 1918, pp. 143-79.

⁵ Cf. a contraposição exacta das cantigas do *CF*, do *Text.* e do *Tol.* que se correspondem, feita por Solalinde, *loc. cit.*, pp. 165-169.

contém cantigas que correspondem aos números do *Text.* entre 201 e 389, mas que não correspondem aos n.^{os} 1-200, que mais ou menos aparecem no *Tol.* e *T. j. 1*, conclui Solalinde que *CF*, juntamente com *Tol.* e *T. j. 1*, tem sido o terceiro dos manuscritos parciais que serviram para a compilação do códice *j. b. 2*. Solalinde reproduz mais uma vez as cantigas *CF* 14 e 86, não contidas em nenhum dos outros códices, notando ao mesmo tempo que a Real Academia Española, na sua introdução, não cita senão a primeira estrofe da cantiga *CF* 86, deixando de parte as estrofes 2-5, por motivos que não se compreendem. Cantigas do *CF* que apresentam variantes ou se afastam do *Text.* e *Tol.*, Solalinde apenas regista 30, que ele pôde copiar na íntegra ou em parte. No nosso estudo servir-nos-emos das duas cantigas já citadas, que abreviaremos a seguir em *CF* 14 e 86, e das variantes do *CF*, segundo a reprodução de Solalinde¹.

A Real Academia Española não indica quais foram os princípios e o sistema adoptados para a reprodução do texto diplomático. É verdade que, comparando algumas reproduções de manuscritos, como por exemplo as publicadas na edição crítica *RAE* e no *Bulletin Hispanique*, Bordeaux, xiii, 1911, p. 380², e pelas nossas próprias investigações posteriores, pudemos verificar quais foram, pelo menos nos seus traços mais importantes, os princípios adoptados para a emenda do texto; apesar disso, certos problemas difíceis nem sempre pudemos resolvê-los integralmente, porque não pudemos averiguar se o texto crítico corresponde ao texto diplomático ou se aquele sofreu quaisquer alterações. A circunstância da reprodução do texto diplomático ser muitas vezes incorrecta e incoerente, particularmente nas cantigas em *RAE*, vol. II, torna ainda mais difícil a apreciação do texto crítico. Assim, neste aparece uma série de evidentes erros de escrita e de espanholismos, devidos à negligência dos copistas, os quais deviam ter sido corrigidos (a *RAE* indica várias vezes esses erros, mas apenas em notas). A Real Academia, ao que parece, corrige em regra apenas nos casos em que as variantes *T. j. 1* ou *Tol.* indicam a lição correcta, ainda nem sempre com coerência; é devido a

¹ Veja-se, a propósito deste códice, o APÊNDICE a p. 353.

² Estas últimas adicionadas por H. COLLET e L. VILLALBA ao seu estudo *Contribution à l'étude des Cantigas d'Alphonse le Savant*, publicado no *Bulletin Hispanique*, loc. cit., pp. 370-90.

essa circunstância que os erros são mais frequentes nas cantigas contidas unicamente no códice *j. b. 2* ou contidas também no códice *CF* que a *RAE* não consultou para o texto crítico, isto é, nas cantigas n.ºs 200 e seguintes¹.

O til (·) que falta tão amiudadas vezes nos manuscritos falta também muitas vezes no texto crítico; por isso aparecem vários casos defeituosos como *-oes*, *perdoar*, *boas*, *maos*, em vez de *-ões*, *perdoar*, *bôas*, *mãos* (§ 28, I a)², *nô*, *gête*, *copanna*, em vez de (no texto diplomático *nô*, *gête*, *côpanna* >) *non*, *gente*, *com-* ou *companna* no texto crítico (§ 28, I b), *regna*, *viño*, *sana*, *senor*, em vez de (*reyña*, *viño*, *saña*, *señor* ou *reÿna*, *viño*, *sâna*, *sênor* no texto diplomático >) *reyana*, *vinno*, *sanna*, *sennor* no texto crítico (§§ 28, I a e 72). Em outros casos em que o til representa a ressonância nasal do *-n-* parece ter sido aquele substituído arbitrariamente por *n* (§ 37). Vários erros no texto crítico explicam-se também por uma falsa interpretação e conhecimento imperfeito de certos fenómenos fonéticos e morfológicos: veja-se por exemplo *ta cidad é-ti deströgr* (c. 15, v. 65) em vez de *ta cidade ti deströgr*; *leixás-che m'a aquí por acabar* (c. 274, v. 68-9) em vez de *leixasche* ... (§ 133), 3.ª pess. do pret. perf. *-iü* em vez de *-iu* = *[iu]* (§ 16). As variantes de *T. j. 1* e *Tol.* nem sempre se indicam e em alguns casos em que vêm indicadas estão incorrectas: assim, segundo as reproduções do *Text.* publicadas no *Bulletin Hispanique*, obra e pág. cit., faltam por exemplo as variantes de *T. j. 1* *pëaren* (c. 119, v. 6), *mëor* (c. 124, v. 20), *ordialos* (c. 38, v. 21) (no *Text.*: *penaren*, *menor*, *ordinados*), ao passo que as variantes *T. j. 1* *desfuzer* (c. 38, v. 22), *estrânja* (c. 189, v. 14) = *Text.*, *deffazer*, *estranna* são incorrectas; segundo o *Bulletin Hispanique*, obra e pág. cit., deve-se ler *deffazer* e *estrâga*. As diferenças que há entre os n.ºs 187, 165, 289, 192, 340, 210 e as seis cantigas 394-7, *F.S.M.* 2 e *F.S.M.* 6, que são repetições daqueles números (veja-se acima p. 284) haviam de ser indicadas em itálico, conforme a promessa feita pela *RAE* na introdução; uma ligeira comparação

¹ Bastantes vezes as variantes do *CF* mostram o texto correcto, ao passo que na edição crítica evidentes erros de escrita foram conservados. Veja-se por exemplo *efan* (c. 240, v. 48) = var. *CF* *afan*; *ont' el Rei* (c. 321, v. 77) = *CF* *ant' el Rei*; *Qemais* (c. 322, v. 17) = *CF* *de mais*; *ior* (c. 292, v. 36) = *CF* *iornal*; *Promeu* (c. 253, v. 101) = *CF* *o romeu*.

² Êste e os parágrafos seguintes citados referem-se aos do trabalho completo; não indico aqui os pormenores dêstes parágrafos por ser isso demasiado circunstanciado. Para os parágrafos mencionados no capítulo escolhido, que versa sobre o hiato românico, veja-se p. 274.

informar-nos-á desde já acêrca da inconseqüência com que se procedeu, além de que certas palavras são interpretadas e reproduzidas também de duas maneiras diferentes; cf. por exemplo *xé* c. 395 estrib., com a expressão correcta *x'é* c. 165 estrib., *arrezaron* c. 187, v. 29 e *a rrezaron* c. 394.

Os acentos, diéreses, apóstrofes e traços de união não são usados com coerência a não ser numa pequena parte do *Text.* (em *RAE*, vol. 1), e isso pela forma seguinte: a diérese serve em geral para indicar o valor silábico duma vogal (*ão, saúde, groriosa*); o acento indica a sílaba tónica (*alí, oý, cález, Apóstolos, metámos-lle*), distingue palavras homónimas de significado diverso ou pronomes tónicos e átonos (*én* < INDE e *en* < IN; *ás, á* do verbo *aver* e pronomes *a, as; dé* < DET e prep. *de; éste, él, nós* e *este, el, nos*) e às vezes indica também, como a diérese, o valor silábico duma vogal (*saúde, mão, criédes*); o apóstrofe designa a elisão duma vogal; o traço de união liga palavras que estão ligadas no ponto de vista sintáctico (*fil-le-as, uéio-a, diret-uol-o, uol-o fez, poil-o, mail-o, toda-las*). Na maioria dos casos o emprêgo dêstes sinais é feito por forma absolutamente incoerente e muitas vezes até se aplicam com incorrecção (veja-se, p. ex., *côita* c. 267, v. 100 = [*koita*] § 22-b, *pres', pos'* em vez de *pres, pos*, § 13).

Apesar dêstes erros, indicados aqui duma maneira geral, mas que no decorrer do presente estudo serão criticados mais de perto, e ainda de outros casos a que teremos de aludir, somos de opinião que o texto crítico no seu conjunto pode ser classificado de relativamente bom. Pelo contrário, o glossário de *RAE* é absolutamente insuficiente, em particular no que respeita à indicação das etimologias; o seu único valor consiste em citar, relativamente às palavras indicadas, muitos exemplos paralelos do castelhano e de outros idiomas românicos.

No nosso trabalho citaremos as passagens do *Text.* indicando com os números respectivos as cantigas (veja acima, pp. 283 ss.) mais o título (abreviado em tít.) ou o estribilho (abreviado em estrib.) ou o número dos versos, os quais são contados incluindo os versos dos estribilhos.

A não ser quando expressamente tivermos de indicar alteração feita por nós, respeitaremos sempre o texto crítico, apesar de êste não satisfazer; naturalmente indicaremos os erros sempre que seja necessário.

As investigações a que até hoje se procedeu a respeito da linguagem das *Cantigas*, serão tomadas em consideração no nosso

trabalho. Das obras que tratam do galego aproveitaremos especialmente os *Elementos de Gramática Histórica Gallega*, por García de Diego, que oferecem matéria abundante apesar das suas deficiências. Para as outras fontes consultadas veja-se a bibliografia (§ 1, pp. 274 ss.).

Serviram de base para a comparação com os Cancioneiros profanos as seguintes edições críticas:

Cancioneiro da Ajuda, por C. Michaëlis de Vaseoncellos¹;
Cantigas d'el Rei Dom Denis, por Henry R. Lang;
Cantigas de Joan Garcia de Guilhade, por Oscar Nobiling;
Cantigas d'Amigo, por José Joaquim Nunes, que abrangem todas as cantigas do género contidas no CV e CB incluindo as d'el Rei Dom Denis, as de Guilhade e as reproduzidas na segunda parte do CA.

Aproveitámos também as seguintes edições críticas:

A de sete cantigas do trovador galego Martín Codax, por Eladio Oviedo y Arce², e a das cantigas do poeta português Pero Gomez Barroso, por José Joaquim Nunes³.

Foram devidamente tomados em consideração os muitos tratados e noticias particulares assim como as observações críticas que foram escritos com relação aos Cancioneiros profanos, por exemplo:

Carolina Michaëlis, *Zum Liederbuch des Königs Denis von Portugal*, na «Zeitschrift für Romanische Philologie», xix, pp. 513-41, 578-615;
Lang, *Zum Cancioneiro da Ajuda*, na «Zeitschrift für Romanische Philologie», xxxii, pp. 129-60, 290-311, 385-99;
Idem, *Readings from the Ajuda-Codex of Old Portuguese Lyrics*, em «Neophilologus»⁴, 13, 1928, pp. 262-6;

¹ O texto crítico CA contém na primeira parte (cantigas CA n.º 1-310, versos 1-6877) as cantigas conservadas no fragmento do manuscrito da Ajuda; a segunda parte (cantigas n.º 311-467, versos 6878-10391) tirou-se, como complemento, do CV e CB. O glossário do CA publicou-se na *Revista Lusitana*, xxiii, 1920, pp. 1-95 (publicado como separata em 1922).

² Quanto a esta edição, veja-se a resenha bibliográfica sob *Codax*.

³ D. Pero Gomez Barroso, *Trovador português do século xiii*, por José Joaquim Nunes, *Boletín de la Real Academia Gallega*, ano xiv, n.º 130, pp. 265-8, n.º 132, pp. 321-5, ano xv, n.º 133, pp. 7-10.

⁴ Publicado em Groningen-Den Haag, anos 1916 ss.

Nobiling, *Zu Text und Interpretation des Cancioneiro da Ajuda*, nos «Mélanges Chabaneau» publicados na revista «Romanische Forschungen»¹, XXIII, 1.º fascículo, 1907, pp. 339-85.

Citaremos só poucos exemplos tirados do *CV* e *CB*, além das edições críticas e dos tratados particulares mencionados.

Para a comparação com os documentos galegos da idade-média empregámos de preferência os *Documentos gallegos de los siglos XII al XVI*, transcriptos por Andrés Martínez Salázar, La Coruña 1911 (abrev.: *DG*)². Esta colecção é muito rica (72 documentos, n.ºs I a LXXII), compreende documentos do período que vai desde 1220 até 1516 e é de especial valor porque reproduz em geral o texto original com muita exactidão (veja-se a introdução dada por Martínez Salázar, *DG*, pp. VI-VII), não contendo, portanto, nenhuma modificação arbitrária, que poderiam dar lugar a uma falsa ideia a respeito do texto. Dos documentos mais antigos, em parte escritos em latim, não aproveitaremos para o nosso estudo senão as passagens que contenham palavras puramente galegas ou de carácter mais galego do que latim; como aqueles não indicam data, citá-los-emos como pertencentes às datas supostas por Martínez Salázar (doc. n.º I, pp. 1-2 = *DG* 1234-6, n.º II, pp. 4-5 = *DG* 1240, n.º III, pp. 6-8 = *DG* 1242-52, n.º IV, pp. 8-10 = *DG* 1242-52, n.º V, pp. 10-12 = *DG* 1242-52, n.º VI, pp. 12-14 = *DG* 1253-4). O documento n.º VII, que igualmente revela traços característicos do latim, é datado de 1228, mas parece ter sido composto só depois de 1250³ (abreviado em *DG* 1228). O manuscrito n.º XIII contém vários documentos que datam do período que vai de 1258 até 1261 (o manuscrito completo será abreviado em *DG* 1258-61), e entre

¹ *Romanische Forschungen*, Organ für romanische Sprachen und Mittellatein [«Investigações Românicas», órgão das linguas românicas e do latim médio], publicado em Erlangen, anos 1885 ss.

² Esta colecção foi já estudada: A. BIELER, *Beiträge zur Lautlehre und Verbalflexion der altgalizischen Urkundensprache* [Contribuições para o estudo da fonética e da flexão verbal da linguagem dos documentos em antigo galego], dissertação, Hamburgo, 1920. Por não ser muito aprofundado, êste estudo não é tomado em consideração no nosso trabalho; em vez disso, é aproveitado o texto original dos documentos.

³ Cf. MARTÍNEZ SALÁZAR, *DG*, p. 15, n. 1.

êles alguns castelhanos, que só poucos traços galegos manifestam; o texto puramente castelhano não será tomado em consideração no nosso trabalho.

Para a comparação com as *Cantigas* aproveitámos mais alguns documentos galegos contidos nos *Fueros municipales de Santiago y de su tierra*, publicados por Antonio López Ferreiro, Santiago 1895, vols. I-II, ainda que não tão pormenorizadamente como nos aproveitámos dos *Documentos Gallegos*. Estes constituem uma colecção de 27 manuscritos que pertencem na sua maioria aos séculos XIV e XV (abrev. em dipl. . . . Ferreiro, I ou II, p. . . .)¹.

Para completar o quadro lingüístico que os documentos oferecem consultámos também dois importantes monumentos literários do século XIV: a *Crónica Troyana*, composta no meado ou na segunda metade do século XIV e publicada numa edição crítica por Andrés Martínez Salázar, com apontamentos gramaticais (que não satisfazem) e com um glossário por Manuel R. Rodríguez²; os *Miragres de Santiago*, que, como supõe Eugenio López-Aydllo na sua edição crítica (Aydl., p. 217), foram compostos entre 1330 e 1365. Com respeito à linguagem, estas duas obras interessam particularmente porque, assim como os documentos, representam a pura direcção galega da evolução lingüística e indicam já vários traços característicos do galego moderno. Assim, na *Crónica Troyana* encontram-se, por exemplo, já certas particularidades dialectais que são também próprias do idioma moderno, o que provavelmente se explica pela circunstância de que copistas, oriundos de diversas regiões da Galiza, colaboravam na composição³. No presente trabalho aproveitaremos da *Crónica Troyana* essencialmente o glossário, que oferece abundante material, de bastante valor⁴. Quanto aos *Miragres de Santiago*, considerá-los-emos mais detalhadamente.

¹ Não nos foi possível estudar em todos os pormenores os *Fueros municipales*, porque só durante pouco tempo os pudemos examinar.

² *Crónica Troyana*. Códice Gallego del siglo XIV de la Biblioteca Nacional de Madrid con apuntes gramaticales y vocabulario por D. Manuel R. Rodríguez, publicalo a expensas de Excm. Diputación de esta provincia ANDRÉS MARTÍNEZ SALÁZAR, La Coruña 1900, vols. I-II (abreviado em *Cr. Troy.*).

³ Cf. MARTÍNEZ SALÁZAR, *Cr. Troy.*, I, p. XIV.

⁴ Não pudemos consultar a edição da *Crónica Troyana* senão durante um curto prazo de tempo, e por isso é que não examinámos mais profundamente o texto, tendo limitado as nossas investigações fundamentalmente ao glossário. Como êste não indica as passagens onde se encontram os exemplos citados, não as mencionamos no nosso trabalho.

Embora resulte do exame das reproduções diplomáticas contidas no texto crítico de Ayd. que este autor nem sempre reproduz exactamente o texto diplomático, todavia, duma maneira geral, a sua edição crítica deve ser considerada como bastante boa. O capítulo mais interessante, que trata da linguagem deste monumento literário (Ayd., pp. 216-9), não é muito aprofundado; no glossário, repetidas vezes López-Aydllo compara exemplos das *Cantigas* e dos Cancioneiros profanos¹.

A transcrição fonética empregada no nosso trabalho é a publicada na *Revista de Filología Española*, II, 1915, pp. 374-6. Dela reproduzimos aqui, para comodidade do leitor, os símbolos fonéticos que empregamos:

CONSOANTES:

1) Bilabiais:

- [b] = oclusiva sonora (boi).
- [p] = oclusiva surda (palavra).
- [b̥] = fricativa sonora (bobo).
- [m] = nasal sonora (matar).

2) Labiodentais:

- [v] = fricativa sonora (vinho).
- [f] = fricativa surda (feito).

3) Dentais:

- [d] = oclusiva sonora (dar).
- [t] = oclusiva surda (todo).
- [d̥] = fricativa sonora (escudo).

4) Alveolares:

- [n] = nasal sonora (tino).
- [s] = fricativa surda (cedo, esse).
- [z] = fricativa sonora (fazer).
- [l] = lateral sonora (lâmina).

¹ Anuncia López-Aydllo, p. 219, n. 2, que publicará em breve um estudo minucioso sobre a linguagem dos *Miragres* e as suas relações com os Cancioneiros galego-portugueses.

[r] = vibrante sonora simples (*morar*).

[̃r] = vibrante sonora múltipla (*rato, horror*).

5) Palatais:

[ɲ] = nasal sonora (*vinho*).

[ç] = africada surda (= *ch* no esp. «mucho»).

[ʃ] = fricativa surda (*mocha, xarope*).

[ʒ] = fricativa sonora (*jôgo, geira*).

[j] = fricativa sonora (*maior*).

[l] = lateral sonora (*malha*).

6) Velares:

[k] = oclusiva surda (*casa*).

[g] = oclusiva sonora (*gato, gostar*).

[ʎ] = lateral sonora (*silva, multa*).

A estes símbolos há a juntar mais os seguintes:

[ʝ] = africada palatal sonora (distingue-se de [ç] no esp. «mucho» só por ser sonora).

[tʃ] = africada dental surda.

[dʒ] = africada dental sonora.

[w] = semi-consoante (*água*).

[j] = semi-consoante (*pátio*).

VOGAIS:

[i, e, o, u] = vogais abertas.

[ɛ, ɔ] = vogais fechadas.

[i, e, o, u] = vogais médias.

[ĩ, ã, õ, ê, ũ] = vogais nasais.

á, ó, é, ú, etc. = vogais tónicas (o acento é empregado também para designar a sílaba tónica em exemplos como *‘cão, -ae’*).

[u, i] = semi-vogais *u, i* (*causa, fui*).

Indicaremos a transcrição fonética por letras itálicas incluídas em [].

GRAFIAS MAIS IMPORTANTES DOS MANUSCRITOS:

Para melhor informação do leitor indicamos aqui os caracteres mais importantes dos manuscritos das *Cantigas* para representar os diferentes sons.

a) CONSOANTES:

b = [b]: *barua*, *riba*; escrito às vezes *-bb-*: *abbade* (para *-b-* em vez de *u*, *v*, veja-se abaixo p. 296).

c (*a*, *o*, *u*) = [k]: *cantigas*, *pouco*, *acusada*, *falcon*, *escrito*; escrita erudita é *patriarcha* em vez de *patriarca*.

c (*e*, *i*), *ç* (*e*, *i*) e *ç* (*a*, *o*, *u*) = [tʃ]: *cidade*, *çerto*, *carger*, *mancebo*; *çapata*, *çurame*, *açoute*, *offiço*, *lança*.

Em alguns casos isolados de elisão duma vogal encontramos também, por êrro de escrita, *c* antes de *e*, *i* com o valor de [k]: *frac' en que* ... (*fraco*), *ric' e poderoso* (variantes *riq* e *riqu*); em regra, [k] antes de *e*, *i* representa-se por *qu* (*queijo*, *fraqueza*, *franqu'e ardit*; veja-se abaixo p. 295). Nos verbos incoativos e em algumas palavras eruditas temos às vezes as grafias *-sc-*, *-sç-* em vez de *-c-* e *-ç-*: *nascia*, *connoscer*, *connosçer*, *discipulos*, *resuscitou* ao lado dos normais *nacer*, *connocer*, *dicipolos*, *resucitar*.

ch { = [ç]: *chus*, *chaga*, *ancho*, *achar*, *crischãos*, *bescha*.

{ = [k] em *choros*, *chrischão* (grafias eruditas e raras).

d = [d]: *dar*, *seda*.

f e, mais raro, *ff* = [f]: *falar*, *ffondo*, *afeito*, *offiço*, *saffrer*, *sofrer*; grafia erudita *Joseph* = *Josef*.

g (*a*, *o*, *u*) = [g]: *gostar*, *digo*, *segundo*, *chaga*, *ergo*.

g (*e*, *i*), inicial de palavra ou de sílaba = [ʝ] ou [ž]: *gente*, *gerner*, *somerger*, *virgen*, *longe*, *erger*.

g (*e*, *i*), intervocálico = [ž]: *quige*, *fugir*, *corregir*, *oge*.

gu emprega-se para representar [g] antes de *e*, *i*: *guerra*, *seguir*, *pregueiras*, *cheque* e em casos de elisão duma vogal como *digu' eu*, *longu' et* (< *digo eu*, *longo et*); às vezes os copistas escrevem, por descuido, um simples *g* antes de *e*, *i* = [g], em vez de *gu*: *pregiçoso* (em regra *preguiçoso*), *log'enton*, *dig'eu*, *rog'eu*, *trag'en don* em vez dos correctos *logu'enton*, *digu'eu*, *rogu'eu*, *tragu'en don*.

gu antes de *a* é [gu]: *guardar*, *agua*.

i e, mais raro, *j*, iniciais de palavra ou de sílaba = [j] ou [ž]: *iazar*, *iorual*, *iurar*, *ieiñar*, *jantar*, *judeu* (esporadicamente escrito também *jh-*, *ih-* como em *Jhesu*, *Ihesu*, *Jhoan*); *meriudo* (*merger*), *periogaron*, *aliub'*.

i, j, intervocálicos = [ž]: *cuio, seia, oie, derrijo, lijon, oqueijon, re-
lijon, oje*.

i e *j* têm, pois, aqui o mesmo valor fonético que *g* antes de *e, i* e empregam-se em vez desta letra para conservar o valor de [ǰ] ou [ž] antes de *a, o, u*, onde *g*, como já indicámos, é em regra = [g]: *monia, loni' alá, correi' a Uirgen* ao lado de *monge* (*monie*), *Unge, correger*; erros de escrita, ocasionados pelo emprêgo igual de *i, j, g* (*e, i*), são os casos isolados *Gorje, monga, de rrijo, angos, d' og' adeante* em vez de *Jorge, de rrijo, anjos* ou *angeos, d' oĵ' adeante*, formas estas últimas que formam a regra.

i, além de ser = [ǰ] ou [ž], representa também a semi-consoante [j] em *sabia, rania, comio, dormia, soberuia*. Para *i, j* vogais, veja-se abaixo p. 296.

l = [l] em *lũa, ualer*, mas provavelmente = [ʎ], quando final de palavra ou de sílaba como em *mel, tal, alto*.

ll = [ʎ] em *espello, allõ, senllos*.

m = [m] e *n* = [n] em *mão, amigo, novo, renovar*; finais de palavra e de sílaba, *m* e (mais freqüente) *n* representam simplesmente a nasalidade da vogal precedente: *quem, quen, non, podiam, po-braren, tempestades, teupo, companna, companna, nunca, nunca* (no texto dipl. aparece nestes casos, em vez de *m, n*, também o til para representar a nasalidade: *nõ, rẽ, rãca, auõdança, nũete*).

-nn- = [ɲ]: *leana, preanne, escarano*; em lugar de *-nn-*, o texto diplomático escreve bastantes vezes *zn-, n̄n-*, que *RAE* reproduz em regra com *-nn-* (ex. *sẽnor, compãna, seõnor, teõno* no texto dipl. > *sennor, companna, teanno* no texto crítico), e, com falta do til, *-n-*, que *RAE* incorrectamente conserva no texto crítico (*sana, engenjos, Senor*); *-n̄y-*, *-nn̄y-* e *zy* (este último só no texto dipl.) aparecem também em vez de *-nn-* para representar [ɲ] (*eugenjo, estranjár* 94⁶⁷ T. j. 1, Tot. = *Text. estrannar; estran̄ja* 360¹² em rima com *manna, Espanna; estrãja* 189¹⁴ T. j. 1 = *Text. estranna*).

p = [p]: *pouco, escapar*.

k = [k] antes de *e, i*: *que, quís, fraqueza*.

qu- = [kw] antes de *a*: *quanto*.

r { = [r̄], quando inicial de palavra, onde se escreve também muitas vezes *rr-*: *rosto, reis, rrazon, rriso*.

= [r] em todos os outros casos: *cera, mar, certo, laurar*.

rr = [r̄] em *correr, gerarro, salrra, querrei*.

s, inicial ou final de palavra ou em grupos consonânticos = [s]: *sete, sennor, bestas, baixas*; quando inicial de palavra, escreve-se bastantes vezes *ss-*: *sscer, ssen*; *-ss* em vez de *-s* final é raro: *ssas* = *sas*.

s intervocálico: nos derivados, que têm no latim um *s* simples, representa [z] (*casa, rosa*); amiúde escreve-se também *-ss-* (*acusaron, sisso*), mas apesar desta escrita não é provável que, nestes derivados, já tenhamos de ler o *-s-* intervocálico como [s], em vez de [z], conforme ao galego moderno que conhece só [s] intervocálico.

Nos derivados que têm no latim *-ss-* geminado, a escrita *-s-* é mais rara do que a regular *-ss-* e deve ler-se [s]: *levasse, quisesse, missa, ossos, passar* ao lado de *misa, pasar*.

t=[t]: *toller, tetas, estar*; o *-t* de *et*, que aparece amiúde em vez de *e*, não tem valor fonético e é escrita erudita, assim como *th-* em vez de *t-* em *Theophilo, Thomas*.

u e *v* representam a mesma consoante, que é provavelmente [ð]: *uida, vinno, leuar, pavor* (a grafia *v* é mais rara que *u*). Em palavras como *alua, erua, enuiar, liuras*, não podemos determinar, duma forma absoluta, o valor fonético da grafia *u* (que, nestes e semelhantes grupos consonânticos, se emprega quasi exclusivamente; *v* mal aparece). É provável que seja também [ð], como faz supor a grafia *b*, empregada esporadicamente em vez de *u* ou de *v*: cf. *coobra, febre, Febreyro* ao lado de *cooura, feuer, feureyro*. De resto, *b* aparece às vezes também em lugar de *u, v* intervocálicos: *estaba, debes, probar*; nestes exemplos deve ler-se [ð].

Para *u* e *v* vogais, veja-se abaixo p. 297.

x=[x]: *xermentos, baixa, dixo, prix, quix, enxerir*.

y=[y]: *major, goyo, Juyão, saja* (SALIAM).

Para *-ny-* (e **y* no texto dipl.)=[ɲ], veja-se acima p. 295, sob *-nn-*, para *y* vogal, abaixo.

z, entre vogais e em grupos consonânticos=[dz]: *fazer, razon, prazo, doze, quinze, quatorze*. Quanto a *z* em posição final de palavra, devemos provavelmente lê-lo como [ts]: *fez, paz, az, sandez*. Parecem provar este valor fonético *sandece, -eçe* (*c, ç*=[ts]) ao lado de *sandez, Badallouço, Badallouce* (nome de lugar) ao lado de *Badallouz*, etc. *z* final de sílaba em *mezcrar* aparentemente representa também [ts].

b) VOGAIS:

Para representar [i], empregam-se as grafias *i* e, mais raramente, *ý, j*: *vida, liuro, mil; aquj, mj; vñno, týana*. O grupo vocálico românico [i + i] escreve-se, pois, de várias maneiras: *-ij-* é a grafia mais frequente (*uija, fijz*); são mais raros *-ii-*, *-iý-* e, es-

pecialmente, *-ji-* (*remiir, füz, uijan, crija, riju, vjir*). Estas grafias geminadas têm bastantes vezes valor monossilábico; vejamos os exemplos que se encontram no capítulo reproduzido aqui (p. ex., pp. 305, 306, 322, 332). Além do hiato românico, só há poucos exemplos de grafias geminadas com valor monossilábico: *perijgosa* 181¹⁰ (*T. j. 1 perigosa*), *Cateliynna* 54⁷⁸ *Tol.* (*Text. Catelina*).

Servem *i, y* (mais raramente) e *j* (este só isoladamente) também para representar a semi-vogal [*ɨ*]: *fui, moiro, baixo, sei, beijar; muj, foj, bejjar, oquejion; sej*.

e { = [*e*] em *mes, tres*;
= [*e*] em *erua, festa*;
= [*e*] em *mesturar, uerdade, peijor*.

a = [*a*] em *faz, jazer*.

o { = [*o*] em *amor, esposa*;
= [*o*] em *morte, porta, possa*;
= [*o*] em *pobrar, chouer*.

u e, muito mais raramente, *v* servem para representar [*u*] e a semi-vogal [*ɥ*]: *pura, vertude, julgar; muito, v* (= *u* < UBI); *claustra, cousa, perdeu, tingiu, varrev* (= *varreu* de *varrer*).

A nasalidade duma vogal é representada pelo til: *lũa, razões, irmão, cadêas, fljr*. Antes de *a* e *o*, *ɨ* (*ȳ, j*) tem o mesmo valor que *-inn-*, *-jnn-*, isso é = [*iɲ*]: *ɨ* (*ȳ, j*) = [*iɲ*] só aparece no texto diplomático e é reproduzido em regra, por *RAE*, com *-inn-* (*-jnn-*, *-jnn-*) no texto crítico. Ex.: *uizias* 104³¹ texto dipl. *Tol.* = *Text. uezinna*, r̃o 88²¹ texto dipl. *Tol.* = *T. j. 1 vjnnno*, *Text. uino* (reprodução defeituosa), *minña* 79 tit. texto dipl. *Tol.* = *Text. meninna, mesqujnos* 340³¹, *camjnos* 340³⁵, *pequenjnos* 340³⁶ texto dipl. > texto crítico *mesqujnnnos, camjnnnos, pequenjnnnos*.

Hiato românico

(FORMADO PELA QUEDA DUMA CONSOANTE)

4.—Observação geral

A conservação ou o desaparecimento do hiato românico, nas *Cantigas*, depende da qualidade das vogais em hiato, como no hiato latino, da posição delas na palavra (uma das vogais é tónica ou

são ambas átonas) e, em parte, também, da época da formação do hiato¹. Devem, portanto, tomar-se em consideração estes pontos, tanto nos grupos de vogais diferentes como nos de vogais iguais.

5.—Vogais diferentes

a) Vogais tónicas em hiato:

1) O hiato, tanto de formação antiga como recente, conserva-se em geral nos grupos seguintes:

u + vogal:

crua 149¹²⁹, *nua* 255¹⁰³, *mua* 173⁴³ (mula), *lũa* 296⁵⁴, *ũa* 633², *desnuaron* 315¹¹⁸, *iaĩũar* 261³⁸; *cruel* 4⁸⁴, *crũel* 393⁹⁶, *crũeza* 68³⁶; *iũyz* 76¹² (*T. j. 1 iøjz*), 70²² (*T. j. 1 joøjz*, *Tol. iøjz*), *jøjz* 5⁷, 72⁷⁹³, *joiz* 119^{tit.}, *iũyzo* 240⁵⁸, 79⁵² (*T. j. 1 joøjzo*, *Tol. iũizo*), *iũyzo* 401¹¹, *ioizo* 401¹¹³ texto crítico = *Tol.* (texto dipl. *iũyzo*), *iũyzo* *F.S.M.* 11^{tit.} (*Tol. ioizo*), *ioizo* 346⁹⁴.

Não pode decidir-se claramente se, no verso octossílabo «*et en o dia do joyzo*» 238⁸, temos de facto um caso especial, onde *joyzo* conta duas sílabas, ou se deve ler-se, em vez de «*en o dia*», «*no dia*» e *joyzo* com três sílabas, como em regra. O emprêgo alternado de *-ui-* e *-oi-* nos derivados de *JUDICE*, *-ICIU*, que corresponde ao galego moderno⁵, parece explicar-se pela influência de *juí-*, *joigar* (cf. abaixo, p. 316).

ú + o, com assimilação de *zo* em *ú*, > *uu* bissilábico: *nuu* 65²³⁴, *cruu* 242^{estrib.}, *mau* 228⁸ (*MULU*), *iaiuuns* 199¹¹ (esp. *ayunos*). Os derivados de (*NEC-*, *ALIC-*) *UNO*, são diferentes no singular e no plural. No plural o hiato conserva-se em todos os casos: *uuns* 170¹⁷, *alguuns* 95²⁸, 401¹⁷⁵. No singular, pelo contrário, mostra-se não só na próclise (§ 104⁶), mas também em outros casos

¹ Isto é, da época da queda da consoante intervecálica; *-d-* e o lat. vulgar *-[y]-* caem, p. ex., mais cedo que *-l-* e *-n-*. Ex.: *veer*, *leer* ao lado de *maes* (*mal*), *pães*.

² Êrro de escrita: *huũas* *F.S.M.* 9¹³⁸ (*T. j. 1 huũas*).

³ Rima com *seruiz*, *Emperadriz*.

⁴ Compare-se o emprêgo incoerente do tremia e do acento pela *RAE*. A seguir, deixaremos de parte os sinais diacríticos do texto crítico e não mencionaremos senão alguns casos particulares que poderiam dar ocasião a erros.

⁵ Diego, p. 28.

⁶ § 104. Na próclise o artigo e o pronome indefinido (*alg-*, *ne-*, *ni-*) *uun* (*ũu*) < (*ALIQUEM*, *NEC-*) *UNU* transformam-se em regra > (*alg-*, *ne-*, *ni-*) *un*, *um* = [*ũ*] monossilábico.

u(u)n contraído numa sílaba ao lado de derivados de duas sílabas (as grafias *uun* e *un* servem alternativamente para representar derivados de uma ou de duas sílabas); parece que as formas proclíticas influíam nas não proclíticas. Exemplos não proclíticos: bissilábicos *uun* 133²⁹, 366⁶⁰, 369¹⁰⁵, *un* 271⁷⁸, trissilábicos *neuun* 205¹⁴¹, *nenguun* 365⁵⁶, 17²³ *Tol.* (*Text. nenguun*); monossilábicos *uun* 311⁵⁷, 335¹⁴⁰, 194⁹¹ (*T. j. 1 un*), 115⁷³ *Text.*, *T. j. 1 (Tol. un)*, *un* 366⁴⁸, 369¹⁷⁷, bissilábicos *neuun* 335¹⁴¹, *neun* 268³², *algun* 366⁷². Cf. a permuta de grafias e derivados *uun* e *un*, de uma ou de duas sílabas, nas cantigas 115, 335, 366, 369.

u + ó: virtuosa, 4 sílabas, 195²⁶⁴.

[ó, ô] + *a, e; o + á, é, i*:

soa (SÔLA) 236³⁴, 331⁶⁷ (provavelmente = [xóa] como no galego moderno⁴; cf. [sóo] § 6, p. 322); *corôa* 55¹², *pessôa* 55⁹⁶; *sôa* 55⁶⁰, *bôa* 55^{estrib.} (= [ôa]- § 24²; esp. *süena, buena*);

soes 245¹⁶⁵, *soen* 261¹¹⁰ (SOLÈRE), *varôes* 2^{estrib.}, *razôes* 300⁶⁵, *pôen* 351⁵⁹ (PONERE), *Umpidôe*, 4 sílabas, 312⁹ (< *limpidôe* < LIMPIDU + -UDINE- § 6, p. 338), mas BOVE sempre > *boi*, monossilábico, 31^{tit.}, *bois* 334³⁵, *bojs* 366¹⁶¹ (caso existisse já no lat. vulgar BOE — § 35³, a evolução BOE > *boi* seria a mesma que a de FUIT > *foi* — § 17⁴)⁵;

gradoasse 224⁵⁴, *uoar* 232³⁰, *perigoar* 33⁶⁵, mas -oa-, -ua- monossilábicos em *perigoalo* 267 = 373^{estrib.} (CF *estrib. 2 -ua-*) e *periguada* 313⁴¹; *corôaula* 1⁷², *rezoauan* F.S.M. 1⁶⁵ (*Tol. -ôa-*), *apregoando* 366⁷⁰; com assimilação oá > [oô], *moogo* (MÖNÄCHUS) 75¹⁴¹, 149¹⁴⁰, 237⁹⁴, (rimas [logo, rego]);

falcôejros 243^{tit.}, *soer* 38¹⁰⁴, *doer* 313¹²⁰, *côellos* 322⁴⁶; *mojuno* 226⁴⁰, *soja* 325¹³² (SOLEBAT), *pôja* 216¹¹ (PONEBAT).

¹ Veja-se Diego, p. 16.

² § 24. Muitas vezes *e, o*, pela influência nasalizante duma consoante nasal, que pode desaparecer depois, tornam-se mais fechadas: [e, o] tónicas + nasal > [ɛ, ɔ]. Prova-se a articulação fechada por rimas com [ɛ, ɔ] < [e, o] + nasal (assim, p. ex., na cantiga 55).

³ § 35. Já no lat. vulgar temos *rius* (> *rio*) e, provavelmente, *boe* (> *boi*); veja-se HUGO SCHUCHARDT, *Der Vokalismus des Vulgärlateins* [o] vocalismo do latim vulgar], Leipzig, B. G. Teubner, 1896-8, vol. II, p. 479, e LEITE DE VASCONCELLOS, *Mir.*, I, p. 253.

⁴ § 17. Hiato latino *fui, fuit* > 1.ª pes. sing. do pret. perf. simples *fui*, 3.ª pes. *foi* = [fui, foi], monossilábicos.

⁵ No leonês antigo *boi, boe, buc*: Staaff, p. 225.

á + o; a + ó, ú, í, é:

mao 281¹⁴⁹ (MALU), *mão* 4⁵⁸ (MANU), *chão* 325¹¹⁵, *grãos* 315⁵⁶;

3.^a pes. sing. do pres. do ind. *caomia* 183 estrib. (derivado de CALUMNIA), *paonbas* F.S.M. 7²⁴ Tol. (Text.: esp. *palomas*), e, com assimilação *ao* > *oo*, *poomba* 308¹¹¹, 313¹⁵⁴; *mão* 396³³, *são* 517⁹; *saude* 54 estrib., *ataude* 43¹⁰³;

rayz 70¹⁵, F.S.M. 1⁹, *derrayga* 3.^a pes. sing. do pres. do ind. 399⁹⁶, *paraíso* 330¹⁹, *caya* N.S.J. III²⁴ (CADEBAT);

caera 33 tít., *caeda* 141³⁰, *maestre* 242⁹, 389³³, *saetas* 35¹⁸⁸, *quaraenta* 27³⁵, *cinquenta* 45⁵⁸, *sesaenta* 387³⁶, *setaenta* 112²², *otaenta* 112²³ (Tol. *oitaenta*) < OCTAGINTA em vez de OCTOGINTA, *baesta* 51⁸⁰, *caente* 258⁶⁰ (CALÈRE); no hiato *a* + *é* de formação mais antiga encontra-se às vezes a assimilação > -*ee*-, e, em casos isolados, a contracção > -*e*- ou -*a*-: -*ee*- bissilábico, em *quareenta* 349⁷² (= *quaraenta* 387⁷²), *oyteenta* 384¹²⁸, *setta* 154 tít. no texto dipl. (texto crítico = T. j. 1 e Sum. *saeta*; *saetas* 154⁹⁶)¹; e, *a* monossilábicos em *quarenta* 307³⁴ (ao lado de *quaraenta* 307³³), *quaranta* F.S.M. 7¹⁷.

[*é*, *ê*] + *a*, *o*, *u*; *e* + *á*, *ó*, *ú*:

[*é*] + *a*: *feas* 338⁸², *uea* 5¹⁶⁴ (VELA), *teas* 338⁸⁰, *candeas* 338⁷⁸; *amêas* 183⁶⁰, *cadêa* 238⁶⁷, *uêas* 325⁸², *noueas* 378¹⁴³.

Como em [*ê*] (+ *a*) — § 24² conserva-se também no *e* oral a pronúncia fechada: cf. as rimas *noueas* 357⁴⁴, 385⁹⁰, *cadeas* 357⁴⁶ (ambas as palavras têm [-*ê*]) com *candeas*, *teas* e, por outro lado, as rimas *candeas*, *teas*, *feas* 338⁷⁸—338⁸²; -*ea*-, -*êa* < [*ê*] + *a* não rimam nunca com -*ea* < [-*ê*] + *a*.

perfia 18⁵⁸ < lat. vulgar *[PERFĒYA] (lat. clássico PERFĪDĪA) tem *i* em vez de *e* sob a influência do [-*y*] desaparecido depois.

[*ê*] + *a*: *mea* 65¹⁷⁸ (T. j. 1 *meja*); com assimilação *êa* > *ée*, *peego* 215¹¹⁴ < PĒLAGU (port. mod. *pego*; gal. mod. *piago* — Diego, p. 42)³.

[*é*, *ê*] + *o*: *feo* 5¹⁹⁸, *creo* 246⁸ (CREDO); *ueo* 39²² (VELU), *reção* 1.^a pes. sing. pres. ind. 75¹⁶⁴; *chêo* Tol. 50⁶⁰, *sêo* 54⁶¹, *frêos* 293²³⁴;

Não é necessário considerar *setta* como erro de escrita, como faz a RAE, apesar da variante *saeta* em T. j. 1, Sum. e de *saetas* 154⁹⁶. Veja-se *setta*, Cr. Troy.

² § 24. [*é*, *ê*] + nasal conservam a pronúncia fechada.

³ *Pelagos*, Ayd., p. 150, é palavra erudita.

⁴ Cf. também *tornêo*, trissilábico, 63⁹⁰ (T. j. 1 *torneo*, Tol. *tornejo*), que é formação deverbal de *tornear* (< provençal *torneiar* M. L. 8794). Lang, CGC Glos.: *torneo*.

ceo 1⁷⁶, *geo* 243³⁶ (esp. *hielo*), *Euangeo* 343⁵ (EVANGĚLIU—§ 74¹).

Em todos os casos o hiato desaparece nos derivados de INCREDLU, que se encontra sempre como *encreu*, bissilábico, e que, como provam as rimas com *eu*, *greu*, *Deus*, *seus*, *teus*, etc. (§§ 16–7²) 146⁷⁰, 165⁶⁸, 186⁵⁹, etc., tem [ɛ] em vez do [e] original. Em alguns casos isolados como «os ollos a *ceo* alçou» 313¹⁵⁰ (verso de sete sílabas), «non *deu* pera o *ceo* ida» 213²²⁶ (octossílabo), «*leua-t'eij* susso ao *geo*» 384¹⁰³ (octossílabo) poderia ler-se também *ceo* com uma sílaba; é mais provável, porém, que tenhamos de supor a elisão duma vogal (*ce'* alçou, *ce'* ida, *suss'* ao *geo*) pelo que se conserva o valor bissilábico de *ceo*.

Parece que, como em *encreu*, deve ler-se também em *ueo*, [ɛ], em vez do [e] original: cf. *ueo* Tol. 79⁴³, 39²², *ueo* 28¹²⁸³ em rima com *ceo* Tol. 79⁴⁷, 39²¹, *ebreo* 39²³ (§ 17⁴), *ceo* 28¹²⁶ (*ceo* = [tɕeo], *ebreo* = [ebrɛo]). Não é certo se para *creo*, *reçeo* é de supor também [ɛ], apesar da rima com *auangeo* 75¹⁶²–75¹⁶⁶; é possível que nas rimas a qualidade da vogal não se tenha observado tão severamente em palavras eruditas da linguagem eclesiástica (como é *evangeo*) como nos derivados populares⁵;

¹ § 74. Em *Euangeo* <EVANGĚLIU caíu -[ɥ]- sob a influência de *angeo* <ANGELU.

² §§ 16–7. *e* + *ɣ* em palavras de origem provençal: *greu*, monossilábico, 186⁵⁸ <prov. *greu*; *leu*, monossilábico, 25¹²⁰, 97²⁰ Tol. (Text. *lleu*) <prov. *leu*. *Greu* e *l(i)eu* nunca rimando com a desinência -[ɛɣ] da 3.^a pes. sing. do pret. perf. simples (ex. *perdeu*, *ascondeu*), mas exclusivamente com -eu <-[ɛ + o] (veja-se abaixo), *deu* <DĒDIT, *encreu* <INCREDLU, devem ler-se provavelmente com -[ɛɣ], segundo a origem provençal.—[ɛ + o], hiato latino, >-eu, monossilábico: *meu*, *eu*, *judeu*, *Deus*, etc.; *eu* <[ɛ + o] rima só com si mesmo e com *deu* <DĒDIT, *encreu* <INCREDLU e com as palavras de origem provençal *greu*, *l(i)eu*, mas nunca com -eu = -[ɛɣ] na 3.^a pes. sing. do pret. perf. simples, e deve ler-se provavelmente com [ɛ].

³ *Veu* no português moderno.

⁴ § 17. É estranho o valor bissilábico de -eo em *ebreo* 39²³ <HEBRAEU, que rima com as palavras bissilábicas *ceo*, *ueo* (CAELU, VELU), ao lado de *ebrens* N.S.J. IV³⁶ com -eus = -[ɛɣs], que conta regularmente uma sílaba. Veja-se [ɛ + o] > [ɛɣ], monossilábico, na nota 2 desta página.

⁵ Outros exemplos das *Cantigas* parecem confirmar também que, com respeito a palavras não populares, a rima nem sempre é observada severamente, ao contrário do uso geral. Vejam-se as rimas seguintes: *prez* 93⁶¹, 147³⁶ (com -[ɛ]-) e *fez*, *uez* 93⁶¹–93⁶², 147^{estrib.}, *sundeiz* 93⁶¹, *pez* 147³⁶ (todas estas palavras com [ɛ]); *palafre* 121³⁶ (com [ɛ]) e *pe* 121³⁶ = [pɛ]; *reouuer*, 3.^a pes. sing. do fut. do conj., 56⁴¹, *jazer*, infinitivo, 56⁴¹ (ambas formas com [ɛ]) em rima com *conuer(tendo)* 56⁴⁵ (CONVĚTERE), *ser(uo)* 56⁴⁷ (SĚRVU). *Palafre*, *prez* derivam do

não nos informam as rimas do valor fonético de *feo*, *geo*. Para *-ē + o = [ɔ]* veja-se § 24¹.

Nauio 95³¹ tem, como *perfia* (veja-se acima p. 300), *i* em vez de *é* sob a influência do lat. vulgar *[-y]* (< lat. clássico *-gī-*) desaparecido depois; para o exemplo isolado *nauu* 328³⁶ (rimas *briu*, *rio*) cf. *-iu*, *-io* 3.^a pes. sing. do pret. perf. simples — § 16².

[ɛ] + u: *vīvua* provavelmente > *ved(ú)a* > *veiva* (*-v-* epentético)³ > *uiuu* 241⁹, *uiua* 241¹¹ = *viuva* (para *-iu-* em vez de *-eu-* veja-se abaixo)⁴; segundo o número das sílabas do verso, *-iu-* tem no primeiro exemplo duas sílabas, no segundo uma.

e + á, ó, ú:

creamos 9¹¹⁰, *nueado* 166^{tít.}, *meado* 333¹¹⁵, *meilla* 178⁴⁸ (derivado de **MEDIALIS* M. L. 5451); *receaua* 354⁴⁶, *leal* 5⁹⁵, *geada* 243¹⁰, *cear* 369³³⁷, *nomear* 94¹¹¹;

peor 348¹⁰⁸, 64⁷⁷ (*T. j. 1, Tol. peyor*), *peon* 22²¹, *ceoso* 341²³, *gèollos* 9⁴¹, *mëor* 400¹⁵;

creudo 65¹⁰⁸, *remeudos* 119¹⁸ (*T. j. 1 reemudos*), *ueudo* 333⁹⁴ (de *veer* < *VIDERE*); *têudo* 37⁴⁹ *T. j. 1, Tol. (Text. teudo)*, *meudo* 237²⁷⁶, *mêuda* 358⁶⁰ (*MINUTU*), *neu(u)a*: exemplos veja-se p. 299.

Não é raro que *e* se torne em *i*, particularmente antes dum *i*: *ciada* 185^{125, 138}, 213¹¹⁸ (= esp. *celada*), *alumiou* 92^{tít.} (ao lado de *alumëar* 316⁶⁰, 362^{estrib.}, *alumear* 332⁴⁸), *uiuda* 62⁵⁴, 181⁶⁰, *viuda* 117⁷², 195²²⁶, *a mÿude* 42¹¹ (*T. j. 1 ameude, Tol. amiude*), *a mÿude* 257²⁴, *amiud'* 303³¹, *amÿudi* 324³⁵ (*AD MINUTIM*⁵). Quanto a *niu(u)a*, *ni(h)ña*, que é mais freqüente do que *ne-* (ex. *niun* 65²⁵⁶ *T. j. 1, Tol. = Text. neun*; *niun* 67²³⁵; *nihña* 94^{23, 24}⁶), é possível que já no latim vulgar existisse *NI(C)*

provençal *palafre*, *-en*, *pretz*; *conuertendo* e *seruo* aparecem numa citação latina (*in conuertendo retribue seruo tuo*; veja-se a nota *RAE* aos versos 56⁴, 56¹¹);

¹ Para êste parágrafo vejam-se as notas 2, p. 299, e 2, p. 300.

² § 16. Ao lado de *-iu*, *-ju*, monossilábicos, < lat. vulgar **-io(n)* 3.^a pes. sing. do pret. perf. simples (*tingiu*, *mediu*), aparecem em casos isolados também *-io*, *-jo*: *fogio* 237¹⁷⁸, *dormio* 372²³, *resurgio* 76³⁶ (*T. j. 1 -iu*). Cf. no galego moderno *-io* ao lado da desinência normal *-iu*. — Diego, p. 125.

³ Cf. *ueua* na *Cr. Troy*.

⁴ *Viuva* no português moderno.

⁵ De 10 exemplos *ueudo-uido* aparece cada um d'êles 5 vezes; *MINUTIM*, *MINUTO* de 25 exemplos, 16 vezes *-ëu-*, *-eu-*, 7 vezes *-ñu-*, *-iu-*, 2 vezes variantes *-ëu-*, *-eu-* e *-ñu-*, *-iu-*.

⁶ De 64 exemplos, 42 vezes *ni-*, 20 vezes *ne-*, 2 vezes variantes *ni-* e *ne-*; cf. em particular *ni-* 312^{estrib.} ao lado de *ne-* 312^{140, 188}; 121⁴¹ e 194²³ temos *ni* (*hña*) em rima com *al*, *assi*, *aprendi*.

ao lado de NEC¹. *Viudo* (de *vījr* < VENIRE), que, abstraindo do exemplo isolado *uīdo* 359³³, só aparece nesta forma, parece ter o -i- por analogia com *uīdo* 61⁴⁷, 141³⁶; ex. *uīdo* Tol. 50²⁴, *uīdo* 69¹³, *uīd'* 269³¹ = *uīd'*.

Para o hiato desfeito por um [y] epentético em *mejante*, *pejor*, *rejal* veja-se § 93².

i + a, o, u:

fia, 3.^a pes. sing. do pres. do ind., 2 estrib., *confia*, imperat., 274¹⁰⁸ (*FIDARE em vez de FIDERE), *ffria* 11¹³⁴ (< FRIDA em vez de FRIDA), *Diag'* 282²¹ (DIDACT)³, *sandia* 73³⁶ (árabe SINDIJA M. L. 7934 a), *guia* 9⁴⁷ (germânico WITAN), *anguia* 368¹¹⁹; *omeziad'* 233¹⁷ (*omezeira* CF 89²⁰⁴ = *Text.* 213²⁰⁴ *omezeira*, onde falta uma sílaba, como indica a contagem das sílabas métricas), é derivado de HOMÍCIDIU, *fiança* 9¹⁸⁹, *piares* 231²⁸ (PILA), *fiana* 53¹⁹ (FILU);

frio 50³², *brio* 65²³⁸ (uma vez também *briu* 328⁵⁸, em rima com *nauiu*, *rio*; cf. -iu, -io 3.^a pes. sing. do pret. perf. simples—§ 16⁴);

briosa 195²⁰⁷, *friura* 91³⁷, *fjuza* 5¹⁵⁰, *fiuza* 362³² Tol. (*Text.* *feuz* com *e* sob a influência de *fe* < FIDE?⁵).

Em face de *frio*, -a, -ura estranha -ea- na palavra *freame* 57¹⁰², trissilábico, que deriva também de FRIGIDU⁶.

Para o hiato -i + o, a (< -IU, -INA) desfeito por um [y] epentético veja-se § 93⁷.

2) É só nalguns poucos grupos de vogais diferentes que se mostra uma tendência mais ou menos forte para desfazer o hiato.

á + e; i + e:

Nestes grupos, o hiato de formação antiga conserva-se só muito raramente, o de formação recente mantém-se quási sempre.

¹ Veja-se Garcia de Diego, *RFE*, v (1918), pp. 133-5, para *nin* ao lado de *nen* < NEC no galego moderno.

² § 93. Das consoantes que desfazem o hiato, *y* = [y] é freqüente entre *e-o*, *e-a*: *mejo* 5⁴³, *mejante* F.S.M. 9²² *Text.*, Tol., *pejor* 5¹¹³, *Rejal* 292¹⁰².

³ *Cid*, p. 170.

⁴ Para o § 16 veja-se a nota 2 da p. 302.

⁵ *Fiuz*, *feuz* Cr. Troy., *fiuz* Ayd. pp. 32, 49.

⁶ M. L. 3512; cf. *R. L.*, III, p. 166 e, no port. antigo, *friame* (mod. *freame*), esp. *fiambre*.

⁷ § 93. Entre as consoantes que desfazem o hiato figura o [ɣ] entre *i-o*, *a*; ex. *camímo*, *vinno*, *agínna*, *minna* < *camíu*, *vīu*, *agīu*, *mīu*.

Hiato de formação antiga:

- $\acute{a} + e > -ae-$, $-ai-$ bissilábicos só em *cae* 217¹² (CADIT), *maes* 114⁶⁰, 148³⁶ (em rima com *-aes* < *-ALES*¹), *mais* 192^{45, 89} = 397^{45, 89}, 184²² (na lição do *T. j. 1* *mais* é monossilábico), *mais* 193³⁵².
- $\acute{a} + e > -ai-$, $-ae-$, $-a-$, monossilábicos, em *uai* (VADIT) 5¹⁶⁵, 30 *estrib.*, 125⁸⁰ *Tol.* (*Text. ua*, que, a não ser puro espanholismo, deriva do lat. vulgar **vat*, assim como o esp. *va*; no gal. mod. só *vai*, Diego, p. 140), *vai* (VADE) 115²¹⁰, *mais* (na significação de «*mas*», conj., no port. mod.) 136⁴¹, 142⁴⁶, *mais* (na significação de «*mais*», adv., no port. mod.) 25⁹, 26¹²⁶, 28²⁴, *demaís* 28¹⁷⁷, 182³⁴, *demaes* 182¹⁶ (*-ae-* é monossilábico segundo a contagem métrica); *mas* (na significação de «*mas*», conj.) 25⁶⁹, 26⁵⁵, 132¹² *T. j. 1* (*Text. mais*), 138⁴¹ (muito *mais* freqüente do que *mais* nesta significação³); *mas* em vez de *mais*, na significação de «*mais*», assim como *demas*, não são freqüentes: *mas* 245²²⁸, 249⁴⁵, 22²⁴ (*T. j. 1.*, *Tol. mais*), *demas* *F.S.M.* 4³⁸⁴.
- $i + é$, com *e* assimilado em *i*, $> -ii-$ bissilábico em *sijsra* 334⁹¹ (SIDERA)⁵, *uijnt'* 253⁵⁵, *trijnta* 398⁵⁶, *mas* $> -i(j)-$ monossilábico em *trijnta* 364⁴², *trinta* 36⁶³, 53¹⁵³, *uint'* 79⁴⁰, 141⁴⁶ (*treinta* 89¹⁷ e *ueejnte* 333 *tít. Sum.*, ambos bissilábicos, são evidentemente espanholismos), *uiste* 241¹⁴², *uimos* 5¹³⁴, *uir* 126²⁴ (VIDI).

Hiato de formação recente:

- $a + e > ae$ bissilábico; *quaes* 281¹³⁰, *taes* 232¹⁰⁴, *pðes* 115³¹² texto crítico = *T. j. 1*, *Tol.* (texto dipl. *paes*); para *sinaes* 101¹⁵ o verso exige duas sílabas, *mas* provavelmente não temos de ler *-ae-* monossilábico, senão *sinae*, bissilábico, variante que oferece *Tol.*
- $i + e > ii$ bissilábico: *gentijs* 138¹⁷ (GENTILES), *esterlijs* 85¹⁶, *esterlijs* 305¹¹ (-INES); *trijgo* (TRITICU — § 64⁶) 187⁴⁷, 394⁴⁷, *trijgu'*

¹ Cf. *ma(y)es* no espanhol antigo: *Cid*, p. 139, Staaff, p. 223.

² Emprêgo incoerente do trema pela *RAE*.

³ De 730 exemplos, 352 vezes *mas*, 298 vezes *mais*, 80 vezes variantes *mas-mais*.

⁴ Para *mes* ao lado de *mais* na *Cr. Troy*. cf. o esp. antigo: *Cid*, p. 139, *Orig.*, § 14, 4.

⁵ M. L. 7902; cf., porém, *R. L.* XIII, pp. 395-9.

⁶ § 64. É provável que a queda estranha do *-i-* ou do *-d-* resultante da sonorização do *-t-* de *triticeu* (> *trijgo*) se realiza-se ainda na posição intervocálica; cf. os exemplos das Cantigas, que contam três ou duas sílabas. Os eruditos

335¹⁶⁴ (*trijgo* nos títulos das cantigas 112, 315, 394); mas *-i(j)* monossilábico em *trigo* 112¹¹, *trijgo* 315⁵⁷ (*trigo* 187 tit. = *T. j. 1* *trijgo*).

[*é*, *ê*] + *i*: *uin* 105²⁸, 292¹⁷³ < *vij* < *vêi* < *vēni*; *dei*, *deij*, monossilábicos, 122⁴¹, 355¹⁴⁴ (DĚDI), que rimam com *ei* < [*ê* + *e*] (veja-se abaixo § 6, pp. 323, 325) e < *a* + *i* (§ 22 *b*¹) e que, como êsses ditongos, provavelmente, devem ler-se com [*ê*].

e + *i*. O hiato de formação antiga conserva-se em regra nos derivados de REGINA e no pret. imperf. de CREDERE e LEGERE, mas desfaz-se muitas vezes no pret. imperf. de SEDERE, VIDERE e sempre na 2.^a pes. sing. do pret. perf. simples de *dar*:

trissilábicos: *reġna* 1⁷⁷, 285⁹⁴, 298³³, etc., e *raġna* (só poucos exemplos) 378¹⁴², 381¹⁶, 385⁶, 373⁹ (= 267⁹ *reġna*); não é provável que nos versos

«*guariu a Reġna tuu ben*» 256⁷⁷ (verso de sete sílabas),

«*Reġna esperital*» 284²² (verso de seis sílabas),

«*logo el Rey et a Reġna*» 345²³³ (verso octossílabo)

deva ler-se por excepção *-eġ-* com valor monossilábico, como exige a métrica; é verosímil que devamos admitir nos versos 284²², 345²³³ a elisão duma vogal «*Reġna esperital*» (assim p. ex. 287⁸²), «*log'el Rey*» (elisão que não se manifesta no manuscrito, como bastantes vezes também em outras passagens), no verso 256⁷⁷ versificação incorrecta, pelo que *-eġ-* conservaria o seu valor trissilábico (cf. nas mesmas cantigas 345²⁰⁹, 257 e 256²¹, 33, 56 *reġna* trissilábico);

trissilábicos: *creġa* 208²³, 233⁸, 368²², N.S.J. III⁶⁶ (*descreġa* 238³¹, 4 sílabas, é erro de escrita em vez de *descreġa*) e, com *e* assimilado em *i*, *criġa* 4¹²⁶, 94¹², 108⁹⁰ (*T. j. 1 creġa*), 89¹⁸ *Tol.* (*T. j. 1 criġa*, *Text. creġa*), *criġa* 293³³, 299¹⁶, 61¹² *T. j. 1, Tol.* (*Text. cre-*), *criġa* 211⁴⁸, *Tol.* (*Text. creġa*);

trissilábico: *liġa* 11¹³⁴, 291¹⁹, 384¹⁸, 4¹⁰ *T. j. 1* (*Text. liġa*, *Tol. leġa*);

explicam-na por dissimilação; veja-se Jud-Steiger, *Ro.* 48/1922, p. 148, BAIST, *Grundriss* de GRÖBER, I, 2.^a ed., p. 904; outra explicação dada por MENÉNDEZ PIDAL, *Orig.*, § 58, 4.

¹ § 22 *b*. O ditongo [á + i] transforma-se em *ei* (*primeiro*, *feito*, *leite*), cujo valor fonético, como as rimas confirmam, é o mesmo que o de *ei* < [*ê* + *i*] (*estreito*, *feira*), -[*ê*] (+ *g*) + *e* (*lei*) e provavelmente deve ler-se [*ê*].

trissilábicos: *seya* N.S.J. III 42, *seyan* 238 32, 57 44 T. j. 1, Tol. (Text. *seyan*), *sija* 4 46, 294 44 (291 tit., 293 tit.), *sija* 34 18, 227 53, F.S.M. 3 30, *sijan* 75 221, 67 162 T. j. 1, Tol. (Text. *sijan*); *vija* 285 83, *uija* 299 41, 324 31, Tol. 76 30, *uijan* 226 45, 251 90, *uijam* 387 33, *uiyan* 349 33, 387 33, etc., mas bissilábicos *seyan* 257 43, *sijan* 84 78, 257 33 (*sia* 219 tit. = *Sum. sija*), *uija* 4 45 (*uija* trissilábico 4 32), 6 115, 345 168, *uija* 256 46, *uiyan* 218 53, *uia* 24 16, *uij* 92 12 1;

DĒDĪSTI > **deesti* > *deisti* ([ē] > *i* pela influência de *i* — § 22 a 2) > *disti* 40 29, *diste* 105 129, ao lado de *desti* 311 106, *deste* 21 45, *dest'* 42 152 com *e* por analogia com *destes*, *deron*, *dera*, etc.; todas estas formas são bissilábicas.

O hiato de formação recente conserva-se quási em todos os casos; excepção é o pret. imperf. de *VENIRE*, *TENERE*, que mostra não só derivados bissilábicos *[-i + i-]*, mas muitas vezes também monossilábicos *[-i-]*.

e + i > *-ij-*, *-j-*, *-ii-*, *-ū-*, *-ij-*, *-ij-*, *i*, *y*, bissilábicos, em *remijr* 249 84, 143 25 (T. j. 1 *remijr*), *remūr* 19 11, N.S.J. 1 23, *remijr* 238 154, *remijsti* 40 33 (Tol. *remisti*) < **remedir* < **redemūr* em vez de *REDIMERE* (derivados: *Remijdor* 245 288, *Remijdor* 298 60), *fijz* 70 17, *fiz* N.S.J. 1 54, *cijsa* 95 21 (T. j. 1 *cijsa*) < CĪNIS + -ITIA ou -ISIA, *vijr* 5 69, *ujr* 379 55, *ūjr* 58 75, imperat. *ūjd(e)* 107 69, *ūisti* 40 47 (< **vēisti* < *vēesti* — § 22 a 2), *ūjdo* 61 47, 141 36; *uijna*, -an, -am 355 57, 371 29, 48, 379 43, 67, 387 47, *uijna(n)* 242 34, 349 47, *tijna*, -an, -am 335 81, 382 78, 58 16 T. j. 1, Tol. (Text. *tijna* com *-j-* incorrecto em vez de *-ij-*), 361 45, *tijan* 235 56, etc.;

hiato desfeito nas palavras bissilábicas: *tijna* 35 153, 47 32, 226 17, 383 9, *tijnan* 28 36, Tol. 50 21, 176 9 (T. j. 1 *tjan*), *tijna(n)* 63 22, 351 54, *tinna* 49 71 (T. j. 1 *tinnu*), *tijna* 153 8, *uijnnan*, -am 95 30, 371 41, *uijnua(n)* 271 32, F.S.M. 1 23, *uinna* F.S.M. 9 43 (Tol. *ūija*), etc.³

¹ SEDERE de 13 exemplos: derivados bissilábicos *-ej-* 3 vezes, *-ij-* e *-ij-* 7 vezes, monossilábicos *-ej-* uma vez, *-ij-* 2 vezes; *VIDERE* de 23 exemplos: derivados bissilábicos *-ij-* e *-ij-* 16 vezes, monossilábicos *-i(j)-* e *-ij-* 7 vezes.

² § 22 a. [ē] > *i* pela influência dum *-i* ou duma semi-consoante [j] na sílaba seguinte: *fiz*, *pris* < *FECI*, *presī*, 2.ª pes. sing. do pret. perf. simples dos verbos em *-er* *-isti*, *-iste* < *-ēsti*; *etro*, *camisa*.

³ Pret. imperf. de *TENERE* de 43 exemplos: derivados bissilábicos *-ij-*, *-ii-*, *-ij-*, *-i-*, *-j-* 22 vezes, monossilábicos *-ij-*, *-ij-*, *-ii-*, *-i-*, *-j-*, *-i-* 21 vezes; pret. imperf. de *VENIRE* de 14 exemplos: derivados bissilábicos *-ij-*, *-ij-* 9 vezes, monossilábicos *-ij-*, *-ij-*, *-ij-*, *-i-* 5 vezes.

CANCIONEIROS:

Os Cancioneiros mostram só algumas poucas divergências das *Cantigas*:

- u* ÷ *vogal*: JUDICE, -ICIU têm, como no português moderno, sempre -*ui*¹ (*juiz* CD 2631, CV 920, *C. d'Amig.* ccxci, *juizo* CD 652), ao contrário do emprêgo alternado de -*oi*- e -*ui*- que oferecem as *Cantigas* e que corresponde ao galego moderno.
- o* ÷ *e*: para *limpidõe* das *Cantigas* confira-se *servidon*, contraído < *servidõe* (SERVITUDINE) CA n.º 312 epígrafe². O exemplo isolado *doy* CV 165 é bissilábico e deve ler-se provavelmente *doe* com duas sílabas (forma analógica em vez de *dol* < *DO-LET*); texto crítico = CD 1747 *dol* (*C. d'Amig.* xiii = CV 105 *doi*).
- a* ÷ *ó* > -*oo*- em *moor* CA 9144, CD 1562, CV 1040 apostila, CV 666 epíg. (*moordomo* CV 1147 apostila).
- a* ÷ *i* também > *ei* bissilábico no exemplo isolado *sej* 1.^a pes. sing. pret. perf. simples, CV 561³ (cf. abaixo p. 310 os documentos).
- a* ÷ *é*. Ao contrário das *Cantigas*, *maestre* mostra não raramente no CV e CB a assimilação -*ae*- > -*ee*- bissilábico (*meestre*, *meestra* ao lado de *mae*- CV 1039, CV 919, CV 908, CV 1116, etc.), e, num caso isolado, também *caer* (*dequeer* CV 908); cf. *portugese* CV 755 = *C. d'Amig.* ccclxxxiv (< PORTUGALENSE)⁴.
- e*, *i* ÷ *vogal tónica*. Ex. de *nün* ao lado de *nenn*, o que é raro, no *Glos. A*; *viuva*, bissilábico, CA 8984; em vez de *Veasco*, *Peayo* (< VELASCU, PELAGIU), formas que deviam esperar-se, aparecem sempre *vaasco* CV 58 epíg., CV 405 epíg., CV 235 epíg., CV 436 epíg., *uafa* *squez* CV 928, 1042, *san paayo* CV 989 (com -*aa*- contraído e monossilábico), *Paez*, bissilábico, CB 435 epíg., etc. FIDUCIA > *fiuza*, como nas *Cantigas*: CA 231 = variante CB 73 *feuza* (cf. o *Glos. A*)⁵.

¹ Pelo menos no CA, CD, *Guilh.*, *C. d'Amig.*

² No português antigo encontramos também -*õe*-, -*oẽ*-, -*oem*-, -*om*_; veja-se Cornu, *Ro.* ix, pp. 97-8.

³ «*Galeguismo*» segundo *Glos. A*.

⁴ Pode ser que nestes casos -*ee*- em vez de -*ae*- deva ser atribuído, em parte, a copistas posteriores. Note-se que em várias cantigas profanas de Afonso X o Sábio (p. ex. CV 72, 73, CB 441) aparece *meestre*, ao passo que, nas *Cantigas*, o autor diz sempre *maestre*.

⁵ *Feuza*, Radermacher, p. 19.

- á + e.* Derivados bissilábicos de *MAGIS* parece não se encontrarem; constituem a regra *mais* e, empregado como conjunção adversativa também *mas* (mais raro do que *mais* adversativo), sempre de uma sílaba (vejam-se os exemplos nos *Glos. A, CD, Guilh.*). Ao lado de *vai* (ex. *Glos. A e CD*), também *pai* (< *pae* < *padre*)¹ oferece *ai* monossilábico (*pai CA 8380, paij CV 1043*).
- é + i.* Ao lado de *vin*, que forma a regra (ex. nos *Glos. A e Guilh.*), encontra-se às vezes também a fase anterior *vij* com valor bissilábico *CV 1035* (= *vij*?²).
- e + i.* *REGINA* aparece em regra na forma moderna portuguesa *rainha CV 573* (> texto crit. *CA 10231*), *rañha CB 1* epig., *CB 207* estrib. (> texto crit. *CA n.º 408*), *rayha CV 1008* epig., (mas *reina* = *reinha CV 199* epig., cantiga esta última composta, assim como a *CV 1008*, por Gonçalo Eanes do Vinhal), ao contrário das *Cantigas*, que não mostram *rainna* senão em casos isolados e que têm em regra *reinna*, conforme a *reina* no galego moderno; no pret. imperf. de *VIDERE* encontramos só derivados trissilábicos, de *SEDERE* em regra bissilábicos: trissilábicos *veian CA 3832, viian CA 3838* (= *CB 260*), bissilábicos *sua Guilh. 1035, C. d'Amig. ex, ssija CV 1039, sijam CV 1145*³; trissilábicos *tijnha CV 1147, tiinha C. d'Amig. CCCCLXXVII*, mas bissilábicos *tijnhã CB 1* (> texto crit. *CA 6887 tinhan*)⁴, *uijghan CV 1039* apostila.

DOCUMENTOS:

Em bastantes casos, não se pode saber com segurança, se nos exemplos que se nos oferecem, o hiato se conserva ou não: por um lado, não é possível verificar o valor monossilábico ou bissilábico por meio da métrica, o que permitem as *Cantigas* e os Cancioneiros; por outro lado, as grafias não correspondem muitas vezes à verdadeira pronúncia, como acontece também nos exemplos das *Cantigas*.

u + vogal. *JUDICE, -ICIU* mostram na maioria dos casos *-ui-* e só poucas vezes *-oi-*: *iujz(es) DG 1253-4 pp. 12, 14, iwiz(es) 1228*

¹ Para *pai* explicado pela linguagem infantil veja-se LEITE DE VASCONCELLOS, *Lições*, p. 86, *R. L.* III, p. 287, nota 2, e *Glos. A* sob *pai*. No galego e português modernos *pai*.

² Cf. *viim* Radermacher, p. 12; no *Santo Graal* bastantes vezes *vũ* (veja-se *Glos. A vin*).

³ *sijan C. d'Amig. LXXV* não é claro quanto ao seu valor bis- ou trissilábico.

⁴ Veja-se para esta passagem Nobiling, *T. I. C. A.*, p. 370.

p. 21, 1257 pp. 22, 23, 1258-61 pp. 33, 39, 40, 1282 pp. 81, 84, 1428 p. 138, *juízo(s)* 1253-4 pp. 13-4, 1228 pp. 17, 20, 1282 p. 83, 1422 p. 137, etc., mas *Joiz* 1265 p. 51 (veja-se ib. *foi* em vez de *fui* 1.ª pes. sing. do pret. perf. simples — § 17¹); *Ayd.* tem só *juiz* p. 67, *juíz* p. 64, *juízo* pp. 91, 104, 113.

Nos derivados de *UXU* alternam no singular, como nas *Cantigas*, grafias com uma e duas sílabas; no século XIII *ūu*, *uu*, (*h)uun* são mais freqüentes que *un*, *um*, *ũ*, ao passo que nos séculos XIV-XVI a proporção é invertida². Ex.: *alquum*, *-uun*, *nengūu*, *algūu* DG 1228 pp. 16 ss., *algūu* 1262 p. 48, 1271 p. 59, *en vum* con 1273 p. 64, *en huun* con 1324 p. 109, *nehuu* 1348 p. 113; *cada um* 1228 p. 15, *en un cū* 1269 p. 55, *algun* 1324 pp. 106, 108, *algū* 1394 p. 126, 1415 p. 134, etc. No plural, ao contrário dos nossos exemplos, encontram-se já no século XIV casos isolados que mostram o *-uns* (monossilábico) do galego moderno³: *alguns* DG 1324 p. 106.

o + vogal. Em concordância com as *Cantigas*, *-ONES* aparece em regra como *-ões*, *-oes*, mas nos séculos XIV e particularmente XV-XVI não são raros, tampouco, *-oos*, *-oös*, *-oos*, derivados que representam provavelmente a fase anterior aos modernos *-ós*, *-ons*⁴ (ou representarão esta fase mesma?): *condiçoos* DG 1289 p. 94, 1348 p. 113, *posysoos*, *-issoos* 1362 p. 119, *condiçoos* 1415 p. 134, *deuísões*, *razões*, *defensões* 1434 pp. 145, 147, etc., mas *posysoos* 1331 Ferreiro, II, p. 142, *capoos* 1398 ib. p. 164, *condiçoos* DG 1394 p. 127, 1488 p. 161, 1443 Ferreiro, II, p. 93, *deuísões*, *condiçoos* DG 1468 pp. 151, 152, *deujssoos* 1516 p. 166. *Ayd.* p. 91 *leons* ao lado de *demoes*.

Para *moogo* nas *Cantigas* confira-se *Pedro Moogo* DG 1271 p. 62. Ao lado de *moño(s)* DG 1228 p. 18, 1447 p. 149,

¹ § 17. Ao lado de *fui*, 1.ª pes. sing. do pret. perf. simples, encontra-se nas *Cantigas* em casos isolados também *foi* e, mais vezes, ao lado da 3.ª pes. sing. do pret. perf. simples *foi* também *fui*, formas que se explicam por mútua influência, das primeira e terceira pessoas ou, em geral, pelo emprêgo alternado, não raro, em outros casos (como já vimos várias vezes) dos ditongos *oi* e *ui*. Nos documentos a 1.ª pes. sing. do pret. perf. simples *foi* em vez de *fui*, 3.ª pes. *fui* em vez de *foi* são muito mais freqüentes do que nas *Cantigas*.

² No século XIII, de 21 exemplos encontram-se: grafias bissilábicas 12 vezes, monossilábicas 9 vezes; nos séculos XIV-XVI, de 10 exemplos: grafias bissilábicas 4 vezes, monossilábicas 6 vezes.

³ Também *-ús* no galego moderno. — Diego, pp. 100, 106.

⁴ Diego, p. 31.

mojños 1331 Ferreiro, II, p. 141, encontra-se também, conforme ao galego moderno, *muñnos* (4 vezes) DG 1266 p. 52 (ib. duas vezes *mojnos*) e na *Cr. Troy. rremuño, rremuno*¹. BOVE > *boy* DG 1228 p. 18, *Cr. Troy.*, Ayd. p. 114.

á + o em casos isolados > au: (*h*)*irmau*, -*aus* ao lado de *maos* DG 1324 pp. 105-6, 109 (cf. no galego moderno -*au*, -*ao*)²; afora estes aparecem sempre -*ao*, -*ão* (*jirmaeo* DG 1282 p. 79 é evidente erro de escrita em vez de -*ao*).

a + vogal tónica: -*ao*- mostra derivados mais avançados do que os que aparecem nas *Cantigas*; as fases mais recentes -*oo*- e, com contracção, -*o*- formam desde a época mais antiga a regra, ao contrário dos raros exemplos das *Cantigas*: *cōona*, *cōoma*, *cōomia* (CALUMNIA) DG 1228 pp. 16, 19 (veja-se abaixo p. 46 *caonnar*, *cóunar*); CANONICU > *cóoggos* (4 vezes) DG 1242-52 p. 9, e, com contracção, *coggos* (4 vezes), *cogguos* DG 1242-52 pp. 10-11, *coengos* 1324 p. 109, *coōgo* 1431 p. 144 (derivados eruditos: *canonico*, -*os* 1415 p. 131, 1434 p. 146, 1474 p. 157³). Ao lado de *Móór Afonso* (var. *Mayor A.*) DG 1258-61 pp. 36, 39 (*móórdomo* ib. pp. 36, 41, 42, com a var. *mayordomo* pp. 36, 42, *móórdomo* 1283 p. 90, 1331 Ferreiro, II, p. 141 e, com contracção, *mordomo* DG 1434 p. 147), aparece, porém, conforme a *maor* ao lado de *mor* no galego moderno, também *Maor* + patronímico: *Maor Alfonsi*, *Maor Rodríguez* DG 1257 pp. 22-3, *Maor Perez* 1265 p. 51⁴. A(D) + HORA > *oora* DG 1362 pp. 116, 117, 119, 1374 p. 121; veja-se *a ora* nas *Cantigas* 124⁹⁴, 186²⁸.

ai, *aú* não conservam sempre esta forma como sucede nos exemplos das *Cantigas*, mas aparecem também, não raras vezes, como *ei*, *ou* (assimilação): *etnde* DG 1228 p. 19, *sejŕ*, *sejŕen* 1289 Ferreiro, I, p. 98, *reices* ao lado de *raices* DG 1324 p. 107, *reijces* 1365 Ferreiro, II, p. 160, *sejdo* DG 1390 p. 125; *soude* DG 1324 p. 107, 1362 p. 116, *atoude* doc. 1337 (publicado no *Boletín de la Real Academia Gallega*, Año XVIII, n.º 153, p. 337). Na maioria dos casos, porém, encontramos *ai* e *au*: *sayda* DG 1257 p. 25, *sajŕ* 1228 p. 19, *rajŕ*, -*es* 1277 p. 72,

¹ No galego moderno *muño* ao lado de *moño*, *remuño*. — Diego, pp. 31, 32; para *remuño* ao lado de *muño*, *moño* cf. *puña* < *poiña*, *curmao* < *cuirmao*.

² Diego, p. 29.

³ No galego moderno *co*- e *cuengo*. — Diego, p. 162.

⁴ Cf. *maor(domo)* no leonês antigo. — Staaff, p. 222.

1362 pp. 117, 120, 1394 p. 126, 1422 p. 136, 1516 p. 167, *saude* 1257 p. 23, 1258-61 pp. 33, 39, *ataude* 1257 p. 26, etc. Ao contrário de *ei*, ou ainda não aparece no século XIII. Na *Cr. Troy.* encontramos muitas vezes *ejnda*, *ejnde*, *rejz*, *seir*, *soude*, *soudar* ao lado de derivados com *ai*, *au*, que formam a regra; *Ayd.* p. 148 *sejra* (p. 154 *arreigada*), pp. 31, 32, 33, 34, 38, 41, 48, 55, 56, 66 *soude*, ao lado de *sajra*, *paraíso* p. 22, *rajzes* p. 93, *ajnda* p. 117 e *saude* pp. 21, 29 (o último é raro). Cf. no galego moderno *einda*, *ainda*, *seir*, *sair*—*Diego*, pp. 78, 62, *soudar*, mas, segundo parece, só *saude*, *ataude*—*Diego*, pp. 37, 38, 169.

aé conserva-se sempre e só nos raros derivados do QUADRAGESIMA e de CADERE: *quaraesma DG* 1242-52 p. 11, 1257 p. 26, *caer* 1228 p. 17, 1431 p. 143 (mas *aqueecer DG* 1324 p. 106, *aquecer* 1326 Ferreiro, I, p. 383, *requecereu* ib. p. 387, ao lado de *acaecer*; veja-se abaixo p. 318). Todos os outros derivados mostram, no século XIII, quasi o mesmo numero de exemplos com *-ae-* e de exemplos com *-ee-* assimilado (raras vezes contraído > *-e-*), forma esta que nas *Cantigas* constitui excepção; nos séculos XIV-XVI aparecem quasi exclusivamente *-e-* e, mais raramente, *-ee-*.

Século XIII: *cinquaenta*, *sesaenta DG* 1282 pp. 85, 87, *nouaenta* 1258-61 pp. 33, 35 (var. p. 33 *noueeta* = *noueëta*), *permaesca* 1271 p. 61, 1274 p. 66, *remaesza* 1283 p. 89, mas *noueënta* 1258-61 pp. 34, 40, 43, *noueëta* 1261 p. 45, *permejsza* 1282 p. 85 (= *permeesza*); *maestre DG* 1257 p. 26, *Pedro Maestre* 1282 p. 84 ao lado de *mestre* 1291 p. 95; (*Martin Rodrigiz da Aueléera* 1281 p. 78 (= port. *avelleira*, derivado do latino ABELLANA).

Séculos XIV-XVI: *nouaenta DG* 1930 p. 125, ao lado de *quorenta* 1300 Ferreiro, II, p. 129, *sesenta* 1324 p. 109, *sateentu* 1332 p. 110, *oifteenta* 1347 Ferreiro, I, p. 332, *DG* 1348 p. 112, *noventa* 1394 p. 127, *oiftenta* 1403 p. 128, *quarenta* 1415 p. 133, *cinquenta* 1418 Ferreiro, II, p. 38, *quorenta DG* 1428 p. 139, *quore(e)nta* 1438 Ferreiro, I, p. 97, *sase(e)nta*, *sateenta* 1471, ib. II, p. 124, etc.; *maestrescola* ao lado de *me(e)s-trescola* 1300 Ferreiro, I, pp. 303, 306, 307, 1328 ib. p. 389 *DG* 1428 p. 139.

Cf. em *Ayd.* *meestre(s)* pp. 33, 65, 137, 140, *oifteenta* p. 23, *noueenta* pp. 26, 70, 86, *seeta(s)* pp. 49, 52, 107, 113, 121, *beesta* p. 49 (BALISTA), *meeren* p. 43 (MANERE), *quendas* p. 52 (CALEN-

DAS), etc., mas só raros exemplos como *maenstre* p. 145, *saeta(s)* pp. 49, 98, *caeu* pp. 62, 80. Na *Cr. Troy. qua-*, *quore(e)nta*, *oijteenta*, *noueenta*, *sese(e)nta*, *sesaenta*, *cinquae(e)nta*, *cinquoe(e)nta*, *seeta*.

e + vogais tónicas *á, ó, ú*. Nos séculos XIV-XVI, *i* em vez de *e* é mais frequente do que nas *Cantigas* e, além disso, não aparece só nos exemplos destas: *nomiados* DG 1257 p. 23, *adiante* 1282 p. 85; *endiante* 1381 p. 123, *adiante* 1467 Ferreiro, II, p. 123 (ao lado de *adeante*), 1471 ib. p. 124, DG 1474 p. 154, *nomiare* 1500 p. 163, *liuda(s)* DG 1258-61 p. 41, 1300 Ferreiro, I, pp. 303-4, *tiudo(s)*, *tiuda(s)* DG 1282 pp. 80, 81, 1326, Ferreiro, I, p. 383 (ao lado de *teu-*), 1328 ib. p. 387 (ao lado de *teu-* pp. 387, 389), *liuda*, *contiudo* 1369 Ferreiro, II, p. 16, *contiudas* 1371, Ferreiro, II, p. 32, *contiudo* DG 1394 p. 127 (ao lado de *contendo*), *contiuda(s)* DG 1415 p. 134, 1431 p. 143, 1467 Ferreiro, II, p. 123, etc. Forma, *contudo*, *-e* sempre a regra. Na *Cr. Troy. lumi-*, *lumeoso*, *ciada*, *tiudo*, *amiude*, *mjudo*, *retiuudo*, *descriuudo* (*creer*), etc.; Ayd. p. 60 *alumiar*. Quanto a este fenómeno, os documentos dos séculos XIV-XVI estão mais vizinhos do galego moderno, o que mostra muitas vezes *i* + vogal tónica < *e* + vogal tónica¹, do que as *Cantigas*.

Como nos Cancioneiros, assim também nos documentos se encontram sempre *Va(a)sco*, *Pa(a)yo* em vez de *Veasco*, *Peayo*: *Vasco* DG 1296 p. 97, 1332 p. 110, *Vasco* 1468 p. 151; *sam Paayo*, *Payo* 1300 Ferreiro, I, pp. 303, 304, 305, *sam Paayo* 1328 ib. p. 385, 1369 ib. II, p. 15, patronímicos *Paayz* DG 1262 pp. 48, 49, *Paiç* 1270 p. 57, *Paez* 1289 p. 92, etc. Ayd. pp. 54, 78 *Payo*.

Em vez de *de-*, *díante* encontra-se também *dante* nos exemplos isolados DG 1265 p. 51, 1362 p. 116, 1415 p. 131, 1347 Ferreiro, I, p. 333 (aqui ao lado de *adeante*).

i + *a*: espanholismo é *Diego*² DG 1282 p. 81, 1434 pp. 145, 146, 148 (e Ayd. p. 135) em vez de *Diago*, como mostram as *Cantigas*.

á + *e*: *vay* DG 1279 p. 76, 1282 pp. 82, 83, *vay* 1262 p. 149, 1272 p. 63. *Mais* não aparece senão raras vezes reduzido a *mas*: assim p. ex. DG 1228 p. 18 ao lado de exemplos de *mays*, DG 1488 p. 160, 1500 p. 162); em Ayd. só *mais*.

¹ *díante* ao lado de *deante*, *giada*, *mi-* e *meudo*, *miolo*, *giollo*, *rial* = *real*, etc.

² Veja-se *Cid*, p. 170.

-ALES não sempre >-aes como nas *Cantigas*, mas isoladas vezes também >-ais (quais DG 1259 p. 44) e, nos documentos posteriores, >-aas e -as, conforme ao galego moderno -as¹: *ofertaas*, -as 1443 Ferreiro, II, pp. 89, 91, 93, 94, 116, *curraas* DG 1516 p. 165. Ayd. p. 133 *matutinaas* e, além disso, -āa(n)s <-ANES: *escribāas* p. 61, *alamaans* p. 115 (cf. -ans, -as no galego moderno¹).

i + e: VIGINTI, TRIGINTA oferecem o mesmo número de exemplos com -ü- que de exemplos com -i-: *vijnte* DG 1282 pp. 86, 88, 1303 p. 102, 1431 p. 141, *viint(e)* 1331 Ferreiro, II, p. 141, 1471 ib. p. 124, *trijnta* DG 1297 p. 99, 1362 p. 120, 1431 p. 141, *triinta* 1339 Ferreiro, II, p. 163, mas *vijnte* DG 1282 p. 80, 1422 p. 137, *viinte* 1324 p. 109, 1428 pp. 139-140, *trijnta*, 1403 p. 129, 1422 pp. 135, 136. Ayd. pp. 23, 53, 59, 70, 104, 138, 143 *trijnta*, pp. 91, 79, 121 *trinta*, pp. 23, 99, 107, 119, 120, etc. *viinte*. Não há dúvida que, numa grande parte destes exemplos, em particular nos documentos dos séculos XIV-XVI, temos de ler -ü- com valor monossilábico. Espanholismos são *treijnta* DG 1422 p. 135 (ao lado de *trijnta*), *veijnte* 1488 p. 159 e *veinte* Ayd. p. 121.

-ILES: ao lado de *ciuijs* DG 1415 p. 131 encontra-se também o derivado contraído do galego moderno *civis*¹ 1346, Ferreiro, I, p. 330.

-INES na maioria dos casos >-ü(n)s: *alfonsiis* DG 1269 p. 55, 1272 p. 63, 1275 p. 67, 1300 p. 100, *alfonsiijns* 1282 p. 87, etc., mas isoladamente *alfonsis* 1270 p. 57; cf. -is e -ins no galego moderno¹.

[e] + i: espanholismo *di* DG 1253-54 p. 13 em vez de *dei*.

e + i: faltam derivados de REGINA; Ayd. p. 80 *raйна* ao lado de *reyna* p. 81. FELICE isoladas vezes >(San) *Fiz*, monossilábico (*Fiz* no galego moderno) DG 1272 p. 63, ao lado de derivados como *Sanfüz* 1260 p. 30, *San Fjz* 1258-61 p. 35, 1274 p. 66, 1415 p. 133, *San Fjjs* 1415 p. 133, 1428 p. 140, etc., que formam a regra. VENIRE: *uür* DG 1228 p. 15, *uür* 1259 p. 27, 1260 p. 30 (Ayd., p. 141 *viinde* imperat., p. 29 *vijndo*, Cr. Troy. também *uida* ao lado de *uijda*, *uijnda*). Não há derivados do pret. imperf. de CREDERE, LEGERE, VIDERE; os poucos exemplos

¹ Diego, p. 89.

do pret. imperf. de SEDERE mostram só -*ii*- (nunca -*ei*- ou -*i*-): *süa*, -*am*; -*an* 1300 Ferreiro, I, pp. 304, 305. Ayd. pp. 60, 75, 155 *via*, p. 85 *vian*, p. 61 *viamos*, p. 155 *crian*, pp. 45, 50, 51, 79 *sia*, p. 103 *syam*, ao lado de *süa(n)* pp. 51, 59, 79, 125, 126, 154.

Não pode verificar-se em que extensão, nestes exemplos, -*ii*- corresponde à verdadeira pronúncia ou deve ler-se [-*i*-] monossilábico.

O pret. imperf. de TENERE, VENIRE mostra no século XIII mais vezes -*ii*- do que -*i*-, ao passo que nos documentos posteriores -*i*- é mais freqüente do que -*ii*-. Século XIII: *tiina* DG 1242-52 p. 6, 1261 p. 46, ao lado de *tia* 1259 p. 27; as formas estranhas *tejna*, *téejnan* 1258-61 pp. 33, 40, provavelmente não indicam a conservação do grupo original de vogais -*e* + *i*-, antes parecem explicar-se, a julgar da variante *tenja* p. 33 (espanholismo), pela contaminação do *tijna* galego e do *tenta* castelhano (influência de copistas castelhanos). Séculos XIV-XVI: *tinna*, *tinan* ao lado de *tiinan* 1300 Ferreiro, I, pp. 305, 307, *tiñā*, *contjñā* (várias vezes) DG 1431 pp. 142-4. A circunstância de -*ii*- ser muito raro nos séculos XIV-XVI e de, por outro lado, Ayd. ter quasi sempre *tiña*, *viña* (assim pp. 21, 24, 27, 32, 39, 42, 45, 50, 51, ao lado do isolado *tiñna* p. 40), faz supor que o hiato -*ii*- foi desfeito, pela contracção >-*i*-, desde o princípio do século XIV.

Afora isto, os documentos não mostram outras divergências das *Cantigas*.

b) Vogais protônicas em hiato:

1) *a, i + vogal:*

Abstraindo de poucas exceções, conserva-se o hiato: *sairás* 274¹⁴³, *sājdade* F.S.M. 4⁴⁰, *uāidade* 335²⁴, *crischaindade* 325⁶⁶, *traicon* 265¹¹⁴ (*traçon* 265⁴⁸ é erro de escrita como mostra a var. *traicon* CF 22), *maestria* 325¹⁶⁸, *traedor* 4⁸⁴, *baesteiro* 51⁶⁶, *caentar* 258⁶⁷, *maenfestado* 302⁴², *maenfestu* 5¹⁹⁸, 75¹¹⁹ (*T. j. 1 mdesto*, erro de escrita em vez de *māefesto*), etc.; casos isolados com assimilação -*ae*->-*ee*- são *meenfestasse* 119 tit. *T. j. 1*, 124 tit. *Text.*, *T. j. 1*, 96 tit. *T. j. 1* (*Text. maenf*); *a + e* > *a* em *anuidos* 55 estrib., ao lado de *a enuidos* 169¹⁰¹;

aoramos 9¹⁷⁴, *ao* (AD + ILLU-artigo) 4⁹⁶, 15⁴¹, *aos* 27⁴⁸, 317²⁷, mas provavelmente só uma sílaba em alguns exemplos isolados como:

- «*e meteu-ss' enton ao uão*» 245²²¹ (verso octossilabo),
 «*et tornou-ss' ao dormidoiro*» 365⁹¹ (octossilabo),
 «*que ao ermitan foi logo*» 155¹²⁹ (octossilabo),
 «*ao inferno, se per nos non ficar*» Tol. 76⁵⁴ (decassilabo),
 «*quen aos pec(c)adores guía*» 227 estrib. 2-12 (octossilabo),
 «*que aos seus ual et manten*» 249⁸⁰ (setessilabo),

se é que não se trata de versificação incorrecta ou se não deve admitir-se outra lição, como p. ex. *a uão* 245²²¹, *a inferno* Tol. 76⁵⁴ (segundo nota de RAE foi originalmente escrito assim no manuscrito e o acrescentado depois), *os pecadores* 227 estrib. 2-12 (assim no estrib. 1); *oo* (*laurador*), bissilábico, 178¹⁷ texto dipl. (texto crit. = *T. j. 1 ao*) poderia representar a fase anterior ao *o* moderno¹, em vez de ser êrro de escrita (cf. *oos dentes* = *aos dentes* Ayd. p. 69 e, abaixo p. 318, *o* nos documentos);

saudar Tol. 76⁵⁴, *saudaçõ* F.S.M. 5¹³ texto crit. = Tol. (texto dipl. *saudaçõ*); *malautia* 333⁴⁸, *maloutia* 321²², 367²² (MALEHABUTU), 4 sílabas, <provençal *malautia*.

i + e > -ii- bissilábico em *Trijdade* F.S.M. 4¹, *trijndade* 67²¹⁶, 330¹³. Estranha *-ee-* no trissilábico *feegrés* 65¹¹ Text., *T. j. 1* (Tol. *freegrés*) <FILÍGREGIS² ou FIL(IU)ECLESIAE³, em vez de *figrés* (cf. *figrés* no galego moderno⁴), que devia esperar-se.

2) *e, o + vogal*:

O hiato de formação recente conserva-se, o de formação antiga desfaz-se em regra.

Grupos bissilábicos encontram-se em: *ameaçasse* 377⁶⁶, *dẽos-tar* 38⁵⁵, *razõador* 350¹¹, *adoecer* 235⁹⁴, *mõesteiro* 45²¹⁵, *moesteiro*

¹ Também hoje ainda se encontra *ao* (= *au*), que é, porém, mais raro que *o*. — Diego, p. 84.

² M. L. 3303.

³ Diego, p. 91, *Manual*, § 74, 4.

⁴ Ao lado de *figrés*. — Diego, p. 91 (mas no port. *freguês*). *Freegrés* 65¹¹ Tol. e *figrés* no galego moderno parecem explicar-se por contaminação de *feegrés* ou *figrés* com as formas *freeg(u)és* ou *frig(u)és*, que resultaram duma metátese.

365⁹ (*mosteiro* 125²⁶¹ *Tol.* é erro de escrita; *Text. mõe*-, *T. j. 1 moesteiro*), *mōymēt'* *N.S.J.* III 35, *moimentos* 292¹¹⁷, *sidade* 379²⁰ < MONIMENTU, SOLITATE (conservação do -i- latino por influência erudita).

-ei-, monossilábico, nos derivados de BENEDICERE: *bēizer* 232¹⁰⁸, 278⁷², 84¹⁵⁴ (*Tol. beei*-), etc., mas *bēizia* 299¹¹ parece contar cinco sílabas (ou verso incorrecto e *ei* também monossilábico?); *bēzeu* 348¹¹⁶, *bēzia* 66⁶⁸ são erros de escrita como mostram 66⁶⁸ as variantes *T. j. 1, Tol.*; -oi- e, na maioria dos casos, -ui-, monossilábicos, em *coidou* 104⁵⁴, 86⁴⁵ (*T. j. 1, Tol. cui*-), *coidad'* 45⁸⁹ (*T. j. 1, Tol. cui*-), *coidar* 73¹⁸ (*T. j. 1 cui*-), *coidaua* 75⁶⁸ (*Tol. cui*-), *coidando* 103⁴⁷ *Tol. (Text., T. j. 1 cui)*-, *cuidar* 99⁶⁹, *cuidando* 4⁹¹, 45⁷⁷, *cuidou* 45⁶⁵, 126⁶, etc.⁴ (-ui- ao lado de -oi- como nos derivados de [o] + [x] < consoante vocalizada—§ 22 b²).

3) u + vogal:

Nos derivados de JUDICARE que, ao contrário do derivado popular *judgar*, conservam o lat. clás. -i- (§ 9³) há hesitação de hiato conservado e desfeito:

-ui-, -oi-, bissilábicos, em *juýgar* 378⁸, -ado 11⁶⁷, *iuygara* 346¹¹, -asse 369¹⁶², *ioigar* 50¹², *ioýgal-o mundo* *F.S.M.* 12⁵, *N.S.J.* IV 47 (*iuyga* 360¹⁰, 75³²² *T. j. 1* = *Text. ioýga, Tol. ioiga*-, em rima com *amiga, diga*), mas -ui-, -oi-, monossilábicos, em *iuygar* 1⁶⁹ (*T. j. 1 iui*-, *Tol. iulgar*), *iuigados* 213⁹³, *iuygado* 369⁴⁹, *iuygaua* 389⁴⁶, *ioigar* 26 estrib.⁴

Para o emprêgo alternado de *ui* e *oi*, característico do galego, veja-se [u] + [x] < consoante vocalizada—§ 15⁵.

¹ De 93 exemplos, encontram-se 75 vezes -ui-, 11 vezes -oi-, 7 vezes variantes -ui- e -oi-. No galego moderno *coi*- e *cuidar*-. — Diego, p. 28.

² § 22 b [ó, ø] tónicos + [x] (< cons. vocalizada) > [oɣ, uɣ]: *luitas, duitas, muito, moito, cuita, coita*; o não tónico + [x] > *ui, oi*: *cui*-, *coitado, ascui*-, *ascoitar*.

³ Evolução das vogais pretónicas: i, u, e, o, do latim vulgar, desaparecem normalmente entre explosivas (*cabdal, adega, rezar, julgar*, etc.). Ao contrário de *iulgar*, devem ser considerados *ioigar* e *iuigar* como palavras mais recentes e semi-eruditas.

⁴ No texto crítico *iõigar*; o trema está colocado incorrectamente.

⁵ § 15. [u] + [x] (< consoante vocalizada) > [uɣ]: *fruito, luito*. Ao contrário das *Cantigas* que nunca têm *oi* < [u + i], mostra-se nos documentos, desde a época mais antiga, um quadro linguístico parecido com o do galego moderno, que, nos derivados de [u + i], conhece o emprêgo alternado de *ui* e *oi*. Exemplos dos documentos: *froyta* ao lado de *fruyto*. No galego moderno *froita, enjoito, loito* = *fruta, enjuito, luito*. — Diego, p. 28).

CANCIONEIROS:

- 1) Ao lado de *traíçon*, -om CA 7982, CD 2522, 2563, C. d'Amig. CCXL, *trayzom* CV 947, etc., derivados que formam a regra, encontra-se também *treiçom* CD 1567; todos os derivados são trissilábicos.

MANIFESTARE mostra sempre -ae- bissilábico (p. ex. *Guilh.* 952, 958, CB 377, CV 1065), mas temos -ae- assimilado em -ee- nos derivados de BALISTA + -ARIU e, isoladamente, também nos de TRADITORE: *treedor* CV 977 (*traedor*; exemplos nos glossários de A, CD, *Guilh.*, C. d'Amig.), *beestejro(s)* CB 348, (*Affonso Meendez de*) *Beestejros* epíg. CB 330, 431, etc.

a + o > oo em *acoomiar* CA 8983 (veja-se *cóonar* nos documentos p. 318); *ao(s)*, artigo, mostra, como nas *Cantigas*, uma ou duas sílabas (cf. *Glos. A ao*, Nobiling, T.I. C. A. p. 385); para o *ou* duvidoso, que aparece CV 575 em vez de *ao* (assim no texto crítico = CA 10272) cf. Nobiling, loc. cit., e Lang, Z. R. Ph., XXXII, pp. 398-9.

freegesia CV 1043 apostila com -ee- em vez de -ii- como o *f(r)eegrés* das *Cantigas*; cf. *freguesia* no português moderno.

- 2) Para o *ei*, monossilábico, que mostram as *Cantigas* em *bêeizer* cf. *bêeiga*, trissilábico, < BENÉDICAT CA 6857.

COGITARE, como nas *Cantigas*, > *coidar* e, mais frequentemente, > *cuidar*; ambos os derivados com -ui- ou -oi- monossilábico: Exemplos nos glossários de A, CD, *Guilh.*, C. d'Amig.¹

- 3) JUDICARE na maioria dos casos > *judgar*, derivado popular — § 64²; caso isolado é *desjuigado* CA 2121 com -ui- bissilábico. Não se encontra nunca, ao lado de -ui-, o -oi- característico do galego, que mostram as *Cantigas*. Cf. no port. mod. *juiz*, *juizo* em face de *jui-*, *joi-* no galego moderno.

¹ No CA, CD, *Guilh.* de 107 exemplos 88 vezes -ui-, 19 vezes -oi-. No português moderno *coidar*. Nas C. d'Amig. *coidar*, ao lado de normal *cuidar*, é muito raro (ex. *coidar*, C. d'Amig. DV, CVI).

² § 64. JUDICARE nos Cancioneiros em regra > *judgar*, forma do português moderno, p. ex. CD 639, 642, 648, CV 1023; a fase anterior mostra-se no exemplo isolado *judgade* CA 5383 (JUDICARE > **jud'kar* > *judgar* > *judgar*). Cf. no leonês antigo *judgar* ao lado de *judgar*, no espanhol antigo *judgar*: Staaff, p. 242, Menéndez Pidal, D. L., § 12, 5; para o espanhol ocidental em geral Krüger, *Westspan. Mundart.* § 301.

DOCUMENTOS:

- 1) Ao contrário das *Cantigas*, encontra-se também, como nos Cançãoeiros em casos isolados, *treizon* DG 1324 p. 107, documento que oferece também *reices* < RADICES; *tre(e)yyçon* Ayd. pp. 73, 120, 126, *treyçom*, -on, -õ ao lado de *trai-* na *Cr. Troy*. Pelo contrário, *TRADITORE* mostra sempre -ae-: *traedor* DG 1228 pp. 17, 20, 21, 1271 p. 61; Ayd. p. 126 *treeydor*, que parece explicar-se pela influência de *treyçon*, e p. 66 *treedores*, *Cr. Troy*. *treedor* ao lado de *trae-*, *traidor*. *MANIFESTU*, -ARE > *maen-festo* DG 1270 p. 57, *maenfestamos* 1282 p. 85, *maenfestu* 1283 p. 88 (nunca -ee-), mas Ayd. p. 90 *menefestou* (texto dipl. *mëefestou*) ao lado de *maenfestaron* p. 25, -ara p. 106. Encontramos, ao lado de *acae(s)cer* e *acae(s)cesse* 1328 Ferreiro, I, p. 385, *requeceren* ib. p. 387, *aquecer* 1326 ib. p. 383, *aqueecer* DG 1324 p. 106; *acae-*, *acayçido* *Cr. Troy.*, *acaesceu*, *escaesçer* Ayd. pp. 78, 127¹. O artigo *ao(s)* conserva em regra esta forma; no século XIII, mostra-se num caso isolado o galego moderno *o*²: *o senhor* DG 1228 pp. 16, 17, 18. *CALUMNIARI* > *caonnar* DG 1271 p. 59, mas nos outros casos sempre a fase mais recente *cóonar*, com *a* assimilado em *o*; DG 1260 p. 28, 1258-61 p. 35, 1268 p. 54, 1275 p. 67, 1277 p. 72, 1278 p. 75, e *cóomar* 1297 p. 99; *counar* 1260 p. 30, 1265 p. 50, 1283 p. 89 parece ser variante puramente gráfica de *coonar*.

Os derivados de *FILIGREGIS* ou de *FIL(IU) ECLESIAE* mostram na maioria dos casos o -ii- que devia esperar-se e, com contracção, -i- (várias vezes já no século XIII), que corresponde ao galego moderno -i-: *fijgreje* DG 1257 p. 24, *fijglesia* 1274 p. 67, 1277 p. 71, *ffijgrisia* 1297 p. 99, *fijglesia* 1354 p. 115, *friiguesia* 1398 Ferreiro, I, p. 163, *fijgresia* DG 1422 p. 135; *frigligia* 1272 p. 63, *friglesia* 1291 p. 95, *frigeses*, *friigses* 1326 Ferreiro, I, p. 382, *friglesia* DG 1390 p. 125, *frigliisia* 1415 pp. 129, 130, *friglesia(s)* 1447 p. 150, *figlesia* 1434 pp. 145, 147, *flüguesya* 1500 p. 162, *frigisya* 1516 pp. 165, 167³. É raro -ee- (-ei-, -eci-)

¹ Cf. *esquecer* no galego moderno. — Diego, p. 30.

² Diego, p. 103.

³ *Fijglesia*, *figlesia*, *ff(f)riglesia*, *frigliisia* parece terem sido influenciados por *e-*, *iglesia* (espanhol ou semi-erudito).

como nos exemplos das *Cantigas fee-, freegrés: fféegregia, -esia* DG 1258-61 pp. 35-6 (var. p. 35 *ffüegresia*), *feeüggregia* 1269 p. 55, *freügesia* 1289 p. 92, *ffreüglia* (= *-esia* ou *-egia*) 1283 p. 88¹; *fregesia* 1331 Ferreiro, II, p. 140, 1335 ib p. 142, *fleguesia* (ao lado do espanholismo *felegresia* e de *fliguesia*) DG 1500 p. 162 com *-ee-* contraído em *-e-*.

- 2) MONISTERIU mostra no século XIII, como nas *Cantigas*, em regra *-oe-*: *moesteiro* DG 1242-52 p. 9, 1257 pp. 22, 23, etc. (caso isolado *müsteiro* 1291 pp. 95-6); nos séculos XV-XVI (não há exemplos no século XIV), pelo contrário, prevalece o galego moderno *mosteiro*² com *-oe-* reduzido a *-o-*: *mosteiro* (12 vezes) DG 1415 pp. 130-4, 1428 p. 138 (ao lado de *moesteiro* pp. 137-40), 1468 p. 153, *moosteiro*, (provavelmente = *mosteiro*) 1471 Ferreiro, II, p. 125, etc. *Monsteiro, -erio* DG 1474 pp. 153-6, 158, com *n* sob a influência da palavra latina ou de derivados eruditos como *monasterio* 1428 p. 139, *mona-* e *monesterio* 1500 p. 162, deve ser lido provavelmente também *most-*; cf. no mesmo documento DG 1474 p. 157, o derivado *mosteiro*. Ayd. p. 78 *mōosteiro, moesteiro*, pp. 78, 81, 142 *mosteiro*.
- 3) Como derivado de JUDICARE não se encontra senão o popular *julgar*.

c) Vogais postônicas em hiato:

- 1) Hiato de formação recente (pela queda do *-n-*, *-l-*):

Conserva-se sempre o hiato nos grupos *a, o + vogal*: *Esteuão* 63¹⁷, ²⁰ *T. j. 1, Tol. (Text. no verso 17 Esteuan; falta uma sílaba segundo a métrica), inssoa* 307⁹, *tauoa(s)* 264³³, 342⁴¹, *paraouas* 65²⁰¹; *paraoua* 382 estrib. 2-14 tem, segundo a métrica, *-oa* monossilábico, mas devemos ler provavelmente *paraula* (= *paravla*), como mostra o estrib. 1.

¹ O *y* = [i] protónico dos três últimos exemplos explica-se provavelmente pela influência de *ygreja, ygrija* < *ECCLESIA*.—Quanto aos derivados de *ECCLESIA* nas *Cantigas*, damos os seguintes pormenores: O derivado mais frequente é *eigreja*; muitas vezes aparece também *igreja*, mas só em casos isolados *egreja, eigresa* e *ygleia*. *igreja* < *egreja* como no castelhano *iglesia* < *eglesia*. Nos documentos nunca aparece *eigreja*; único derivado é *ygrija* ao lado do raro *egreja* e do castelhano *i-, iglesia*, que é bastante frequente. No galego moderno *igreja, ei(g)reja, eigresa*.

² Diego, p. 162.

Nos grupos *-e(n)-*, *-e(l)-* + vogal aparecem derivados de uma e de duas sílabas: *-ãa*, bissilábico, em *redãa* 181⁸⁴, mas *-io*, monossilábico, em *termio* 191⁸⁴; ANGELU mostra *-eo* bissilábico e, mais raramente, monossilábico³: *angeo(s)*, trissilábico, 1³², 131³⁷, 149¹³³, 261⁷⁷, 270³⁴, etc., bissilábico 141⁶⁶, 245⁹, 306⁴⁵, 349⁵⁹, etc.; «*bêejto angeo*» F.S.M. 1²⁸³ (verso de cinco sílabas) com *angeo* monossilábico, mas var. *Tbl.* «*bêeit' angeo*» com *angeo* trissilábico; *angos* (= [ãgos] ou [ãžos]—§ 43³) 329⁵⁷, bissilábico, com absorpção do *e* não silábico pela consoante palatal precedente.

2) Hiato de formação antiga (pela queda de *-d-*):

É sempre desfeito: *COMEDAM* > *comia*, bissilábico, 335⁷¹, 353⁷⁹ (*comer*); *limpias*, trissilábico, 304 estrib. Consoante palatal ou dental que precede absorve em regra o *i-*: *r(r)ijo* 25¹⁴⁶, 59⁸⁰, *derreio* 369²³¹, etc., ao lado do isolado *rigio*, bissilábico, 366¹³³, *rança* 9²³⁷ < **rancia* < *RANCIDA*; *arizado(s)* 31⁶⁶, 88⁴⁹, 205⁴³, 312³¹, caso venha de *arreizado* < **ARRICIDATU* que é derivado de **RICIDU* em vez de *RIGIDU*⁴.

CANCIONEIROS:

Não há nenhuma divergências das *Cantigas*. Exemplos: *insoa* CA n.º 315 epígr., *limpha* CB 384, *comha* CV 1166 (para *h* = [j] veja-se § 79^{5,6}).

¹ Cf. os derivados semi-eruditos *terminno* 379⁸⁰ e *termio* 379¹⁰.

² De 46 exemplos, encontra-se 36 vezes *-eo* bissilábico, 10 vezes *-eo* monossilábico. No galego moderno *anjo*. — Diego, p. 42.

³ § 43. Lat. clás. *-ng-* antes de *e*, *i* > lat. vulg. *-[ny]-* > *-ng-* = [ɲ] ou [z̃] (*n* representa, pois, a nasalidade da vogal precedente): ex. *engenjo*, *longe*, *ongir*, *cenjir*, *angeo*. Corresponde essa evolução de *g* antes de *e*, *i* (= lat. vulg. [y] inicial de sílaba) à de [y] inicial de palavra em *gente*, *gema*, *juntar*, *iurar*, onde *g(e)-*, *j-*, *i-* representam também [ɲ] ou [z̃]. Para a escrita defeituosa *-g* antes dum *o* = [ɲ] ou [z̃] em *ango*, assim como em *Gorge* em vez de *Jorge*, veja-se § 3, p. 295.

⁴ Cf. W. MEYER-LÜBKE, *Grammatik der romanischen Sprachen* [Gramática das línguas românicas], 4 vols., Leipzig 1890-1901, vol. 1, §§ 524, 531; *Cid*, p. 472.

⁵ § 79. A semi-consoante [j] é representada nos Cancioneiros CV e CB em geral por *h*, em casos como os seguintes: *eabha*, *Segouha*, *Pavha*, *comha*, *servho*.

⁶ Radermacher, p. 23 *linpo*, p. 16 *coymas* < *comias*, p. 23 *angos* ao lado de *angeo*. Cf. também *rijo*, *ranço* no português moderno.

DOCUMENTOS:

- 1) Em vez de *4do* encontra-se em regra a fase posterior *4oo*: *esteuoo nicholao*, *xptouoo martiz* (CHRISTOPHANUS) 1289 Ferreiro, 1, p. 99, *Esteuoo Fernandez* 1421 Ferreiro, II, p. 48, *Santo Esteuoo DG* 1434 pp. 145, 147, mas *Stheuão Perez DG* 1258-61 p. 36, *Esteuão DG* 1269 p. 56; Ayd., pp. 44, 45, *Esteuoo. Cr. Troy.* tem também *ergou* = *orgoo*¹. *4o(L)A*: *paraoua DG* 1303 p. 102, *Insoa* 1282 p. 82, mas também, com *a* assimilado em *o*, *regoos* 1403 p. 129; Ayd. pp. 134, 135 *taboa*, p. 87 *insoa*, pp. 38, 112, 118, etc. *paraoua, Cr. Troy. paraoua, espauoa*.
- 2) Em lugar de *limpio*, nas *Cantigas*, aparece já o moderno *limpo DG* 1474 p. 155 e na *Cr. Troy.*

No resto os documentos oferecem o mesmo quadro que as *Cantigas*.

6.—Vogais iguais

a) Vogais tónicas em hiato.

a + *a* e *o* + *o* conservam em regra o seu valor bissilábico.

a + *a*: *domaas* 314³⁶, *uaa* < *VADAM* 263⁵⁵, 353²⁰³, *maa* 6¹⁰⁵ < *MALA*, *mannda* 302²⁹, *lãa* 23²⁷, *paago* 245¹⁵¹, *taamo* 125²¹¹, *sãur* 372 estrib.

ó + *o*: *auoo(s)* 323⁴⁶, 331⁷⁰, *dao* 4⁹⁶, *feijoo(s)* 150⁴², 152²¹, *bão* 175¹¹⁴, *trão* 175¹¹⁸; [*ó* + *o*]: *soo* 115²⁸⁵, 189⁸ e também *poo* 75³⁷², *Tol.* 79³⁴ < *PULVU*—§ 43²; *o* + *ó*: *coobra* 362²³, *coor* 15²¹⁶, *door* 228¹⁸.

Algumas particularidades.—*WA(I)DANJAN* mostra, ao lado de *a(a)* bissilábico que forma a regra, bastantes vezes também *a(a)* monossilábico, talvez sob a influência das frequentes formas com *a(a)* protónico e monossilábico (veja-se abaixo pp. 331-2): *aa*

¹ No galego moderno *Estebo*—Diego, p. 31, mas *orgao*—Diego, p. 16, nota 2.

² § 43. *povo* no antigo galego ao lado de *poo*, em vez de indicar uma fase intermédia **pulus* (assim W. MEYER-LÜBKE, *Einführung in das Studium der romanischen Sprachwissenschaft*, 3.^a ed., Heidelberg 1920, § 150 [na tradução espanhola «Introducción a la Lingüística Románica», Madrid 1926, § 150]) ou **PULUS* (NUNES, *Gram. h. p.*, p. 105), faz-nos supor a vocalização do *l*, como em *muilo*, *cuitelo*, etc.: *PULVU*, em vez de *PULVEM*, > **pauvo* > *povo* > *poo* (-v- entre vogais velares desaparece como em *rio*, *ataude*). Port. *pó*, esp. *polco*.

bissilábico em *gaanna* 191 estrib. (*T. j. 1* estrib. 1 *guaanna*), 386¹⁵⁶, *C. Pr. M.* 38, *gaannan* 170¹⁸; *a(a)* monossilábico em *guaanna* 314¹²⁸, *gaanne* 289¹¹ (= *gane* 396¹¹), *gaann'* 249⁸³. Abstraindo do exemplo isolado *são F.S.M.* 12⁶⁴, que é bis-silábico, os derivados de *SÖNU*, *DÖNU* e do substantivo deverbal **PERDÖNU* de *PERDONARE* aparecem sempre com *ö* + *o* contraído em *õ*: *son*, monossilábico, 24⁵⁷, 262⁴⁷, *don*, monossilábico, 24⁹, 21²⁴, *perdon*, bissilábico, 3³⁴, *F.S.M.* 5⁴⁸, etc.¹ Ao lado de *perigoosa*, de cinco sílabas, 175¹⁹⁰, 195¹⁴¹, 346³², *perijgosa* 181¹⁰ = *T. j. 1* *perigosa*, que também deve ler-se *perigoosa* com -oo- bissilábico, encontra-se isoladamente *perigosa* 65¹⁹⁶ (*T. j. 1* -oosa) com -o(o)- monossilábico.

Valor fonético de *ó* (+ *o*).—Os derivados de *ÖLU* têm o [ó] normal; veja-se no galego mod. *avo*, *feijo* com [ó] (Diego, p. 16). *soo* < *SÖLU*, que rima 323⁴⁴, 331⁶⁸ com *doo*, *auoo* (= {-[ó]}), deve ser lido provavelmente também com [ó]; cf. [sɔ] no português moderno e Nobiling, *Guilh.*, nota ao verso 1045³. [ɔ] não só deve ser lido, segundo a etimologia, em *don*, *perdon* < *DÖNU*, **PERDÖNU*, (cf. as rimas: *don* 382⁴⁸, 400¹³, 401⁴ com -on < -ÖNE, *enton*, *non*; *perdon* 3³⁴ com -on < -ÖNE), mas também em -*õo*, -*o(o)n* < -*ÖNU*, onde [ó] se tornou em [õ] pela influência do *n*—§ 24³; provam-no as rimas *bão*, *trão* com *são* < *SUM* + *o*⁴ 175¹¹⁴—175¹¹⁸, *son* 135¹¹⁷ com *razon*, *enton*, *non*, *don* 135¹¹⁵—135¹²⁰, *son* com *baron* 24⁵⁷—24⁵⁹, *son* com *don*, *perdon'* (3.^a pes. sing. do pres. do conj.), *son* < *SUNT*, *non* 401²—401²².

i + *i*: O hiato de formação antiga é sempre desfeito em *vi* < *VIDI* 4¹¹⁹, 380²⁵. Nos derivados de **CUPĪDĪTĪA*, *i* + *i*, que aparece em vez de [e + e] (lat. clássico ĭ + ĭ), conservado por influência erudita, tem valor monossilábico ou bissilábico: *cobiças* 302⁶⁰, 4 sílabas, mas *cobijça* 157²⁰, 327⁴³, três sílabas; veja-se abaixo p. 332 *cobijçar*.

O hiato de formação recente conserva-se sempre: *fñjr* 15⁷⁰, *Tol.* 76⁷⁵, *fñda* 192¹⁸¹, *fñsse* 364³⁴.

¹ Cf. as formas analógicas do plural *sões*, *dões*, *perdões*.

² O galego moderno *po* = [pe], indicado com este valor por MANUEL VALLADARES NUÑEZ, no seu *Diccionario Gallego-Castellano*, Santiago 1884, faz supor talvez que *poo* nas *Cantigas* deve ser lido também com [ɔ].

³ Veja-se a nota 2, p. 299.

⁴ *o* acrescentado por analogia com a desinência da 1.^a pessoa dos verbos regulares.

[é, ê] + e:

Hiato de formação antiga (pela queda de -d- e -[y]- do latim vulgar).

Na maioria dos exemplos há hesitação entre formas com -ee- ou, mais raramente, -ei- (-e final transformado em i), bissilábicos, e formas em que o hiato aparece desfeito pela contracção *ee* > *e* (grafias *e*, *ee*) ou pela ditongação *ee* > *ei*.

[é] + e: trissilábicos *mercee* 5¹⁵¹, 140¹¹, *mercees* 152 estrib., mas bissilábicos *mercé* 206⁸⁴, 235²³⁹, *merree* 270⁵³, 293¹⁰⁴. Às vezes -ee e -e monossilábicos encontram-se na mesma cantiga um ao lado do outro: *merce* 272⁹, *mercee* 272⁸².

VIDERE, CREDERE: bissilábicos *uees* 75¹²⁶, 146¹¹⁶, *ueen* 113⁵⁸, 307¹⁶, 340⁹², *ueem* F.S.M. 2⁷², *crees* 149¹⁰⁵, *cree* 282⁸, 311⁹, *creen* 340⁹¹, *creem* F.S.M. 2¹¹, imperat. *cree* F.S.M. 1²¹ (Tol. *crei*), *crei* Tol. 12⁶⁷; monossilábicos *ves*, *ues*, empregados como imperativos no sentido de «eis», 5¹⁸³, 42¹⁷³, 115⁴⁴⁵, 152⁶⁵, *uee* 297 estrib. verso 2 (mas *uee* bissilábico 297 estrib. verso 4), *cree* 224¹¹, imperat. *ueij* 355²¹³, *creij* 237²⁰², 3.^a pos. sing. do pres. ind. *descrei* 311¹¹, bissilábico.

LEGE: bissilábicos *lee* 214²⁹, 251¹⁹⁰, 167 estrib. 1-7 (T. j. 1 estrib. 1 *lei*), *lei* 181 estrib.⁵; monossilábicos *lee* 192⁵⁵ = *lej* 397⁵⁵, *lei* 88⁶⁰, 270⁸⁹, 329²⁸, *leis* N.S.J. II 80⁴.

REGE: sempre > *rei*, *rej*, que, com excepção de alguns casos isolados, tem valor monossilábico: assim por ex. *rej* 2²⁹, 382 estrib., *reis* 1³⁶, *reis*, *rejs* 382 estrib.⁵; bissilábicos *reis* 221 estrib., *Reis* ou *Rej* no verso decassílabo «dos Reis foi aurado por Rej» N.S.J. 136⁶.

Só o substantivo SEDE mostra, excepcionalmente, sempre *ee* bissilábico: *see* 127⁷⁷, 368⁹¹, *See de Leon* 208¹³¹, 362³²; todos estes exemplos têm a mesma significação que o espanhol *sede*. A conservação do hiato é provavelmente devida à influên-

¹ No texto crítico *mercé* (e con ...); o apóstrofo não é necessário.

² De 25 exemplos, encontram-se 14 vezes -ee bissilábico, 11 vezes -ee e -e monossilábicos.

³ O texto crítico escreve incoerentemente *lei* e *lei*.

⁴ De 20 exemplos, 10 vezes *ee* bissilábico, uma vez *ei* bissilábico, uma vez *ee* monossilábico, 8 vezes *ei* monossilábico. No galego moderno *lei*.

⁵ *reyes* 382 estrib. 3 T. j. 1 deve ser lido *reis*, monossilábico, como nos outros estribilhos.

⁶ Cf. no espanhol antigo *rei*, monossilábico e bissilábico, *re*, monossilábico, *Cid*, pp. 161-2, Staaff, pp. 223 ss.

cia erudita da linguagem eclesiástica; cf. o carácter erudito do derivado espanhol (=manutenção do *-d-*, contra a evolução normal da língua).

Mostram sempre *e(e)* monossilábico *dedos* 37⁶⁰, 242^{tit.}, *gafeen* 93^{22, 55} = [*gafē*] — § 28, I⁴ < *gafo* + *-ġĠĠNE* (esp. *gafedad*), *fe* 35³¹⁰, 122¹⁰, 245²¹⁴, 329⁶⁶.

[*ē + e*]: bissilábicos *pee* 127^{80, 104}, 341¹⁶², *pees* 137⁶¹, 144⁶⁹, monossilábicos *pe* 191³², 282⁵⁶, *pes* 53⁵⁸, 134⁴⁶ (*T. j. 1 pees*), *pees* 213¹⁸⁰; cf. *pee* bissilábico 354¹⁰³ ao lado de *pe*, *pes* monossilábicos na mesma cantiga 354^{70, 83, 94}².

Bissilábicos *sees* 80²³, *see* 150²⁴, *seen* 103⁸⁰, imperat. *sej* 237¹⁹⁷; afora estes, a 3.^a pes. sing. do pres. do ind. e o imperativo de SEDERE não mostram senão *e(e)* ou *ei* monossilábico: *sé* 53¹³⁸, 122¹¹, 125¹¹⁸, 142⁵⁹, 355¹⁷⁸, *sse* 35³⁰⁸, 80²³, 265¹⁰⁵, 180⁶⁸ (*T. j. 1 see*), imperat. *sei* 201¹¹⁸, 334⁵⁹, 348⁵⁷, *sej* 1⁴⁸, 71¹¹, etc.

O hiato aparece sempre desfeito nas formas do pret. perf. simples, nas do mais que perf. do ind. e nas do fut. do conj. de *dar* que têm o acento na sílaba temática: *deron* 51¹²⁶, *dera* 35²²⁵, *der* 35 estrib.

O hiato de formação recente (pela queda de *-n-* e *-l-*) conserva-se em regra.

[*ē + e*]: *cruces* 175⁸⁹, *rēs* 179²³, 179^{tit.} *T. j. 1* < RĒNES.

[*ē + e*]: *bēs* 78¹⁵, *N.S.J. 1* estrib., *beens* 391¹¹, *uēs* 1⁴⁹, *tēs* 355¹⁰⁴, *uēn* 326¹⁶, *tēn* 221¹⁰ de VENIRE, TENERE.

São sempre monossilábicos *sen* 1⁹¹, *sem* 397⁶⁰ < SĪNE, *uen* 214⁹⁴, *ten* 15¹⁹⁰ < VĒNIT, TĒNET, *ben* 2¹¹, 3³⁵ < BĒNE = [*sē*, *vē*, *tē*, *bē*] — § 28 I³; mas não podemos verificar, de forma inteiramente precisa, se nestes casos se trata da contracção *-ēe* > *-ē* ou da queda de *-e* na fase *sene*, *vene*, *tene*, *bene* ou *sēe*, *vēe*, *tēe*, *bēe* (cf. § 13⁴).

¹ § 28 I. Em palavras como *can*, *ben*, *sem*, *un*, *ū*, *razē*, as grafias *-n-*, *-m* (mais raro que *-n*) e *ⁿ* (assim no texto diplomático; no texto crítico reproduzido pela RAE com *-n* ou *-m*) são empregadas sem diferença e não representam um derivado com consoante final, mas somente a ressonância da vogal precedente.

² Derivados monossilábicos e bissilábicos quasi com a mesma frequência.

³ § 28 I. Veja-se a nota 1, supra.

⁴ § 13. *-e* final cai nos grupos *-ane*, *-one*, *-ene*, *-ine* (*can*, *baron*, *sen*, *fin*); não é certo se já caiu na fase original *-ane*, *-one*, *-ene*, *-ine* ou só na fase posterior *-āe*, *-ōe*, *-ēe*, *-īe* (< *-āne*, *-ōne*, *-ēne*, *-īne*). No último caso *-ē* < *-ēe*, assim como *-ī* < *-īi* (< *-īe* por assimilação), talvez possa ser explicado por contracção.

Valor fonético de $e(e)$, $\tilde{e}(e)$, $ei < \acute{e} + e$.

O $\tilde{e}$ nasalizado em $\tilde{e}e$, $\tilde{e}en$, $-en$, $-em$ deve sempre ser lido como $[\tilde{e}]$. O $\acute{e}(e)$ oral parece ter conservado, em derivados monossilábicos e bissilábicos, o valor do latim vulgar. Indicam-no aparentemente as rimas seguintes: por um lado *creen*, *ueen* 340⁹¹ - 340⁹², *creem*, *ueem* F.S.M. 2⁷⁶ - F.S.M. 2⁷⁷, com *tēen*, *teen* < *tenent*, *ves* 5¹⁸³ < VIDES com *tres*, *cortes*, *pres* — § 5¹; por outro lado, *sé*, *ssé* 35³⁰⁸, 53¹³⁸, 80²⁹, 135¹³⁹, *pe* 135¹⁴¹, 245²¹⁰ com $\acute{e}$ = $[\acute{e}]$ < EST, *deran* com 3.^a pes. plural do pret. perf. simples dos verbos fortes *-eron* = $[\acute{e}r\tilde{o}]$ — § 5² 37⁷³⁻⁷⁹, 51¹³⁶⁻⁸, 96³³⁻³⁵, *dera* com *fera* = $[\acute{f}e\tilde{r}a]$ o *-era* = $[\acute{e}r\tilde{a}]$ na 3.^a pes. sing. do mais que perf. do ind. dos verbos fortes 89⁹³⁻⁹⁸, 115²²⁻²⁶, *deres* 2.^a pes. sing. do fut. do conj. com *queres* = $[\acute{k}e\tilde{r}es]$ < QUAE-RIS 25²¹⁻⁶. Indica-o também a circunstância de $e(e)$ < $[\acute{e} + e]$ nunca rimar com $e(e)$ < $[\acute{e} + e]$. Forma a única excepção *fe* que nunca rima com *cre(e)*, *ue(e)*, etc., mas sempre com $\acute{e}$, *se*, *pe* (assim por ex. 80²⁸, 103¹⁰², 121⁵¹, 169¹¹⁸) e aparentemente deve ser lido $[\acute{f}e]$, como no português moderno. O ditongo ei < $[\acute{e} + e]$ ou < $[\acute{e} + e]$ tem, como indicam rimas, o mesmo valor que ei < $[\acute{e} + \tilde{i}]$ (*estreito*), < $[\acute{e} + \tilde{i}]$ (*seis*), < $[\acute{e} + \tilde{i}]$ (*deí*), < $a + \tilde{i}$ (*feito*, *seí*); é provavelmente = $[\acute{e}\tilde{i}]$; cf. § 5, p. 305.

$e + \acute{e}$:

Hiato de formação antiga. — Os derivados de *LEGERE*, *CREDERE*, **MEDIPSIMU* têm em regra *-ee-* bissilábico: *leeu* 4¹⁸, *creer* 171¹¹, 173⁸, *descreer* 3²³, *creemos* 300²⁶, *creede* 154⁶⁰, *creeu* 235¹⁰⁴, *descreeu* 72²³ texto crítico = *T. j. 1, Tol.* (texto dipl. *descreu*, onde, segundo a métrica, falta uma sílaba), *creesse* 309¹¹⁴, *descreença* 137¹⁴¹, mas isoladamente *-ee-* monossilábico em *creed'* 226⁵; *meesmo* 275⁵¹, *mēesmo* 95⁸¹ trissilábicos³.

Em vez de *-eé-* que deveríamos esperar, *FIDELE* mostra sempre *-ie-* bissilábico com i em lugar de e sob a influência de *fiar* § 5, p. 303: *fiel* 82⁵, 146¹³⁸, 186⁹³.

Há hesitação entre $e(e)$ monossilábico ou bissilábico nos derivados de *VIDERE*, *SEDERE*: *-ee-* bissilábico em *ueemos* 121¹¹⁵,

¹ § 5. Nas *Cantigas* o valor fonético das vogais do latim vulgar conserva-se em regra em sílaba aberta ou fechada. Têm pois $[\acute{e}]$ *tres*, *cortes*, *pres*.

² § 5. Nas *Cantigas* a desinência da 3.^a pl. pret. perf. ind. dos v. fortes tem $[\acute{e}]$.

³ Espanholismo: *misma* 194¹¹, 264¹⁹, 360²¹, derivado que provavelmente se emprega nestas passagens devido à métrica, que exige duas sílabas. No galego moderno *mesmo* (*menezmo*). — Diego, p. 99.

335¹⁹, *ueedes* 237²⁶², *ueede* 48⁶⁶, *ueendo* 77⁴⁶, *ueer* 384⁷⁸, *seede* 238¹⁴⁰, *seend'* 296⁷², *seer* 150⁷, 166 *estrib.*, mas *-e(e)* monossilábico em *uedes*, empregado como imperativo, 38¹¹⁸, 165¹³⁰, *ueede* 306⁷², *uer* 67¹⁸⁰ (*T. j. 1, Tol. ueer*), *ueer* 177⁵⁸, *sedes* 251¹⁸⁰, *ser* 110⁵, 161⁹ (*T. j. 1 seer*), *seer* 222¹¹⁴, 132⁷⁶ *Text.*, *T. j. 1 (Tol. ser)*¹.

Têm só *e(e)* monossilábico: *seellos* 377⁴⁵ (veja-se abaixo p. 60 *seelon*, *seeleira* com *-ee-* bissilábico); *decer* 84², *comer* 258³⁰ < DECIDERE, COMEDERE, onde *-er*, como provam as rimas com a desinência *-er* = [er] do infinitivo — § 5³, tem também o valor fonético [er]; as formas do pret. perf. simples, do mais que perf. conj., do fut. conj. de *dar* que não têm o acento na sílaba temática, como *desse* 23²³, *derdes* 75⁸¹; nestas formas verbais *-ê-* tem o mesmo valor fonético que nas desinências *-estes*, *-esse*, *-ermos*, *-erdes* dos outros verbos fortes, como indicam as rimas *desse* 23²³, 65¹⁰⁷, 225⁸², com *fezesse*, *podesse*, *quisesse*, *ouuesse*, *prouguesse*, *derdes* 102³⁰ com *quíserdes*, *fezerdes*, e *deve*, pois, ser lido [ê] no fut. conj., mas não se pode determinar completamente o valor fonético nos outros casos (provavelmente sempre [ê]; veja-se § 5⁴).

Hiato de formação recente conserva-se sempre. — *vêeron* 37⁷⁵, *uêera* 393²⁰, *uêesse* 314⁶⁴, *uêr* 271⁷², *astêença* 188³³ *T. j. 1. (Text. -ee-)*, *têcuras* 219⁵ < TENEBRAS, *fêestra(s)* 144⁶¹, *bêejta* 1⁴, 362⁹³⁵, *sêestro* 315¹³², *perfêece* 331¹², *têr* 4⁴⁷, *têendo* 322⁸¹, *têente(s)* 294³⁶, 364²², *manteente* 308⁹⁴⁶.

CANCIONEIROS:

Poucas divergências mostram das *Cantigas*.

a + a: *vaades C. d'Amig. LXIII* com *-aa-* bissilábico. Para *vaa CB* 252 (> texto crítico *CA* n.º 414) o verso parece indicar uma sí-

¹ *VIDERE*: de 35 exemplos, 26 vezes *-ee-* bissilábico, 9 vezes *-e(e)-* monossilábico. *SEDERE*: de 63 ex., 49 vezes *-ee-* bissilábico, 14 vezes *-e(e)-* monossilábico.

² No espanhol antigo *decir*; veja-se *Cid*, pp. 617-8.

³ § 5. Nas *Cantigas* a desinência do infinitivo de todos os verbos em *-er* tem [ê].

⁴ § 5. Encontra-se e aberto nas desinências da 3.ª pes. plur. do pret. perf. simples, das três pessoas do sing. e do plur. do mais que perfeito ind. e do fut. conj. dos verbos fortes em *-er* e de *vêr* e *estar*. Quanto ao valor fonético do *e* nas outras formas do pret. perf. simples e nas derivadas do tema do pret. perf. simples não podemos verificá-lo inteiramente por faltarem rimas.

⁵ Erros de escrita: *bêjta* 356⁸³, *bêjta* 383¹³¹, que, segundo a métrica, devem ter três sílabas e ser lido *bêejta*.

⁶ Na maioria dos casos as *Cantigas* têm *mantenente* 237²⁷⁴, 369¹⁴², etc.

laba; cf. *Glos. A* s. v. «ir» e Nobiling, *T. I. C. A.*, p. 379. Para -aa- monossilábico ou bissilábico em *maa* ou *gãança* *CA* 6933 veja-se Nobiling, *loc. cit.*, p. 370. Formas do presente de *WA(I)DAN-JAN* com -a(a)- monossilábico parecem faltar.

o + o: *SÖNU* sempre > *son*, nunca > *são* bissilábico, como mostram isoladamente as *Cantigas*¹. Para *son* < *söLU* das *Cantigas*, em rima com *doo*, *auoo*, cf. as rimas *sao* e *don* *CV* 290, 515, *C. d'Amig.* *DIX* (= *CB* 332 ou *CA* n.º 416); aparentemente devemos ler, também aqui, [*xoo*]. Derivados monossilábicos de *o + ó* faltam.

é + e: *MERCEDE* na maioria dos casos > *mercee*, trissilábico (exemplos nos glossários *A*, *CD*, *Guilh.*, *C. d'Amig.*), só isoladamente > *merce*, bissilábico, *CA* 5632, *mercee*, bissilábico, *C. d'Amig.* *CCXLVII* (ao lado de dois exemplos de *mercee*, trissilábico); para *mercee* *CA* 6958, que não é claro quanto ao seu valor bissilábico ou trissilábico, veja-se Nobiling, *T. I. C. A.*, p. 370.

Ao lado de *veen*, bissilábico, *Guilh.* 217-8, 223-4, 229-30, *C. d'Amig.* *LXVIII*, *CCCCLXXV*, encontram-se os monossilábicos *ves*, empregado como imperativo, *Guilh.* 749, *vee* 3.^a pres. ind. *CA* 8170, *veen* *CA* 5269, 5270; não há derivados de *VIDE*. Exemplos de *CREDERE* pertencentes a este capítulo faltam.

Não parece haver exemplos bissilábicos de *lee*, *lei*, *rei*; aparecem só *lei*, *rei* monossilábicos: ex. *Glos. A*.

Fe tem [*e*] como nas *Cantigas*; cf. as rimas com *é* < *ĕst* *CA* 5340-1, 5426-7, 5556-9. A rima *fe* *CD* 429 com *que* = [*kē*] no verso *CD* 432 «*direi-vos eu por que*» parece indicar um [*e*] fechado em *fe*; mas escreve-se no texto diplomático *CV* 101 «*direy uq por q̄*», onde, segundo a métrica, falta uma sílaba, e é por isso que Carolina Michaëlis (*Z. R. Ph.*, xix, p. 522) não quer adoptar a lição de Lang, *CD* 432, mas quer ler «*direi-vos por que é*»; nesta lição *fe* rimaria com *é* e deveria ser lido com [*e*] normal.

SEDERE: *se[e]*, *C. d'Amig.* *cxcvii* e *cccxxii*, rima com *é* e *fe* e parece ter valor monossilábico; só derivados monossilábicos de *PEDE*, p. ex. *pe* *CD* 2672.

O valor fonético de -*e(e)*-, -*ei* é provavelmente o mesmo que nas *Cantigas*.

e + é: *CREDERE* nunca tem *e(e)* monossilábico como às vezes nas *Cantigas*; -*ee*- bissilábico em *creer* *Guilh.* 567, *C. d'Amig.* *clxxiii*,

¹ *São* é frequente no *Santo Graal*; veja-se *Glos. A*.

CCXVI, *creede* CD 490, 586, 2884, *C. d'Amig.* CXXXVIII, etc., mas *creede* *C. d'Amig.* CCCXXX parece ter *-ee-* monossilábico.

Nos derivados *VIDERE*, *SEDERE* *e(e)* monossilábico, ao lado do bissilábico, é relativamente mais freqüente do que nas *Cantigas*: *e(e)* bissilábico em *veer* CD 90, 148, 726, 1301, CA 84, 104, *C. d'Amig.* CLIX, CLXII, *veedes* Guilh. 63, *C. d'Amig.* CCCXXXIII, *veed(e)* CD 165, 724, 1413 (< texto dipl. CV 149 *ved'*), CA 953, 6553 (< texto dipl. CV 586 *ued*), *C. d'Amig.* CCCCLXI, *ueendo* CA 1677, *seer* CD 11, 32, 1390, CA 152, 242, Guilh. 829, *seed(e)* CD 356, 817, CA 195, *seendo* CA 3964; *e(e)* monossilábico em *veer* CA 2034, *veer* CA 7344, *C. d'Amig.* LXXIX, DII, *veerdes* CA 2448, *vedes*, empregado como imperativo, ex. nos glossários A, CD, Guilh.; *semos* CV 1149, *s(s)edes* CV 306, 433, 472, 689, CB 436¹.

Em concordância com as *Cantigas*, *desse* rima com a desinência *-esse* do pret. perf. simples dos outros verbos fortes: assim p. ex. com *tevesse* CD 775, *quisesse* Guilh. 192, *fezesse* Guilh. 604.

Afora isto, os Cancioneiros oferecem o mesmo quadro que as *Cantigas*.

DOCUMENTOS:

a + a, o + o aparecem, mesmo nos séculos XIV–XVI, sempre escritos *aa* e *oo*: *uaan* DG 1348 p. 112, *ýrmaa* 1362 p. 117, *sãa* 1422 p. 136, *paaços* 1390 p. 125, *aboo* 1516 p. 165. Faltam derivados de *sõnu*, *dõnu*.

i + i: *cobijça* DG 1362, mas Ayd. p. 24 *cobiço*, 1.^a pes. do pres. do ind., ao lado do substantivo *cobijça*, *-iça* pp. 35, 40, 91, 106. O patronímico *Martin* + *-iz* mostra já no século XIII na maioria dos casos *-iz* contraído, ao lado de *iiz*, que é mais raro: *Martiz*, *-is* DG 1257 p. 26, 1260 p. 29, 1270 p. 57, 1274 p. 66, *Martjz* 1266 p. 52, ao lado de *Marttiiz*, *-ijz* 1258–61 pp. 33, 35, 36, 39, 1272 pp. 62, 63². Nos séculos XIV–XVI não se encontram senão *-iz*, *-is*: *Martiz* 1374 p. 121, 1381 p. 124, 1394 p. 127, 1415 p. 129, *-is* 1390 p. 124.

¹ No CA, CD, Guilh. *VIDERE*: de 57 exemplos, 31 vezes *e(e)* bissilábico, 26 vezes *e(e)* monossilábico (entre estas 26 vezes: *vedes* 23 vezes). *SEDERE*: de 25 exemplos, 18 vezes *ee* bissilábico, 7 vezes *e* monossilábico.

² 14 vezes *-iz*, *-is*, 6 vezes *-iiz*, *-ijz*.

é + e:

Hiato de formação antiga:

mercee 1300 Ferreiro, I, p. 305, mas *merce* 1443 ib. II, p. 94; em Ayd., como nas *Cantigas*. -ee é mais freqüente que -e: *mercee* Ayd. pp. 32, 79, 123, 149, *merçe* pp. 56, 153. Faltam nos documentos derivados de CREDERE, VIDERE; Ayd. pp. 41, 110 imperat. *cree*, p. 110 *crees*.

De harmonia com *lei* no galego moderno, *LEGE* aparece na maioria dos casos como *lej*, que verosimilmente tem valor monossilábico, p. ex., *DG* 1324 p. 108, 1381 p. 123, 1403 p. 128, 1434 p. 147; *lee(s)* é raro: *DG* 1447 p. 149 (ao lado de *lej* e *lejs*), 1415 p. 131. Em Ayd., como nas *Cantigas*, *lee(s)* é mais freqüente, ao passo que *lei*, *lej* são raros: *lee(s)* pp. 77, 85, 90, 101, 103-5, 110, 115, *lei* p. 68, *lej* p. 125; *Cr. Troy. lee, lej*. Encontram-se só *rei*, *see* < sēDE, *fe*, conforme aos exemplos das *Cantigas*; p. ex. *see* 1328 Ferreiro, I, p. 384, *fe DG* 1282 p. 86, 1516 pp. 166-7. PĒDE sempre > *pee(s)* *DG* 1228 pp. 19, 26, 1354 p. 115, 1516 p. 166, mas em Ayd., ao lado de *per(s)* que forma a regra, isoladamente também *pe* p. 93; *Cr. Troy. pe* e *pee*. Não há derivados de SEDERE; Ayd. pp. 60, 61, 135 *se*, mas *seen* p. 135.

Hiato de formação recente:

Ao lado das formas *véen DG* 1279 p. 76, *veem* 1468 p. 151 (= *vēen*), *bēes* 1374 p. 121, 1381 p. 124, 1390 p. 125, 1394 p. 126, *bees* 1403 p. 128, 1447 p. 149, *bēes* 1422 p. 136, 1468 p. 152, encontram-se também, nos séculos XIV-XV, exemplos isolados como *bens DG* 1362 pp. 117, 120, 1488 p. 160, onde há contracção *ee* > *e*; nas *Cantigas* há sempre os bissilábicos -*ēen*, -*ēs*¹.

e + é:

Hiato de formação antiga:

Os derivados de *LEGERE*, *CREDERE* e *SEDERE* mostram sempre -*ee*-, abstraindo do caso isolado *sendo DG* 1488 p. 159: *leer DG* 1258-61 pp. 33-6, 41-2, 1270 p. 57, *creemus* 1282 p. 85, *seer* 1257 pp. 24-5, 1258-61 p. 35, *seerdes* 1279 p. 76, 1348 p. 115, *seermos* 1282 p. 83, 1468 p. 152, *seendo* 1434 p. 145, 1468 pp. 151, 154.

*MEDÍPSÍMU não tem sempre -*ee*-, -*ēe*- como nas *Cantigas*; ao lado de *mēismo* 1257 p. 22, 1258-61 p. 41, 1259 p. 44, 1262

¹ Cf. no galego moderno *bens*, *bes*. — Diego, p. 89.

p. 47, 1266 p. 52, 1332 p. 110, 1428 p. 138, *méensmo* 1257 p. 25, há, com contracção, *esomesmo* 1474 p. 156, 1420 Ferreiro, II, pp. 44-5, e, com -ee- transformado em -ie-, *miesmo* DG 1274 p. 65, 1283 p. 90, 1303 p. 102¹; espanholismos são *miismo* 1261 p. 45, 1269 p. 55, *mismo* 1282 p. 82, 1443 Ferreiro, II, p. 91, *mijamo(s)* 1474 p. 157. Cr. *Troy. meesmo, meesme* ao lado de *mesmo* e do esp. *miismo*².

VIDERE: *veendo* DG 1468 p. 154, mas *vendo* 1488 p. 159; Ayd. p. 70 *vedes*, empregado como imperativo, ao lado de *veedes* p. 51 2.^a pes. plur. do pres. do ind.

SIGILLU na maioria dos casos > *scelo(s)* DG 1258-61 p. 43, *scellu* 1253-4 p. 13, *séello(*)* 1282 p. 84, 1282 p. 88; só isoladamente *sello* 1348 p. 114.

Como nos exemplos das *Cantigas*, há sempre -e- no pret. perf. simples e nas formas derivadas do pret. perf. simples de *dar*; *dieron*, -an, *diesse* ao lado de *desse*, *dera* DG 1253-4 p. 13 são espanholismos.

Hiato de formação recente:

Ao lado de -ee- que aparece na maioria dos casos, a evolução > -ie- não é rara (veja-se acima *miesmo* < *meesmo*); -e-, que apresenta contracção, é uma excepção:

pertéenzas DG 1269 p. 56, *pertéenzas* 1271 p. 59, 1272 p. 63, *perteeçel(n)* 1296 p. 97, 1297 p. 99, 1348 p. 113, 1415 p. 130, *perteesçen*, *perteesçã* 1394 p. 126, *perteescem* 1328 Ferreiro, I, p. 384, mas *pertienças* DG 1270 p. 57³; *pertezẽ* 1282 p. 78, *pertenças* 1284 p. 91, *pertensças*, *pertesçen* ao lado de *perteesçe* 1422 p. 135.

fut. conj. de VENIRE: *uээр(en)* DG 1262 p. 48, 1265 p. 50, 1271 p. 59, 1273 p. 64, 1277 p. 72, 1282 p. 79, 1282 p. 83, *ueer* 1261 p. 46, 1272 p. 63, etc., mas *uier* 1270 p. 58, 1278 pp. 73, 75, 1296 p. 98, 1488 p. 161, *vyer*, *vier* 1443 Ferreiro, II, pp. 91, 92, *vier(en)* 1471 ib. pp. 124, 125⁴. Em Ayd. as formas com -ie- são muito mais frequentes do que as com -ee-; ex.

¹ *mincsmo* DG 1279 p. 76 também = *miesmo*?

² No galego moderno *mesmo*, *menesmo*. — Diego, p. 99.

³ *pertijças* DG 1275 p. 67, 1277 p. 71, *pertinenças* 1296 p. 97 também = *pertien-?*

⁴ De 32 exemplos, encontram-se 21 vezes -ee- (12 vezes no século XIII), 11 vezes -ie- (4 vezes no século XIII).

vieron pp. 22, 25, 52, 53, 88, 121, 139, *viera*, *aviera* pp. 21, 25, 27, 38, 50, 152, *viese* pp. 25, 52 ao lado de *veeron* pp. 38, 49, 139.

béeyta DG 1274 p. 65, mas *San Bieyto* 1428 p. 138; Ayl. pp. 131, 133 *Bieyto*, pp. 78, 149 *Bieito*, além disso 1.^a pes. do pres. do ind. *bieigo*, *byeygo* < BENÉDICO pp. 144, 7 ao lado de *beeito* p. 147. Na *Cr. Troy.* também *siestro*, *fiestra* ao lado de *sê-*, *seestro*, Ayl. pp. 119, 124, 133 *siestro*, *-a*, mas *seestra* pp. 38, 119, 124.

A evolução aparentemente popular *-êe-* > *-ie-*, que talvez seja permitido considerar, em certo modo, como traço característico do galego, em oposição ao português que, nos mesmos casos, mostra as mais vezes contracção > *-e-*⁴, aparece já nos exemplos apontados do século XIII, ao passo que as *Antigas* não conhecem *-ie-* em vez de *-êe-*.

Com excepção de *temos* 1443 Ferreiro, II, p. 91, *TENERE* mostra sempre *-ee-*: *teer* DG 1282 p. 87, 1283 p. 90, 1468 p. 152, *reteemos* 1415 p. 130, 1428 p. 140, *têedes* 1277 p. 57, etc.

Não podemos averiguar integralmente em que extensão as grafias geminadas *aa*, *oo*, *ee*, *û* dos documentos correspondem, de facto, ainda à pronúncia verdadeira daquela época ou antes representam já os *a*, *o*, *e*, *i* contraindoados².

b) Vogais protónicas em hiato.

a + *a*. Abstraindo dos derivados de *WA(I)DANJAN* e de *A(D)* + artigo (*IL*)*LA*, *a* + *a* conserva sempre o seu valor bissilábico.

caaurypna 64³⁶, *braadar* *Tol.* 12¹³, *certãamente* 353²⁰¹, *jaagayr* 251⁸³³.

WA(I)DANJAN tem mais vezes *a(a)* monossilábico do que bissilábico: *a(a)*, bissilábico, em *g(u)aannar* 236 estrib., 364⁴⁴, *gaaannamos* 305 estrib., *gaannara(n)* 233⁴³, *quannarmos* 35²⁴⁹ texto crft. = *T. j.* 1 (texto dipl. *gannarmos*, *Tol.* *gaannarmos*), *gannar* 221⁴⁶, mas *a(a)*, monossilábico, em *gaannaua* 205⁷, *gaannej*

¹ Cf. p. ex. no galego moderno *siestro*, *fiestra*, *pertiença*, *Bieito* (Diego, pp. 30, 41) ao lado do port. mod. *sestro*, *fresta*, *pertença*, *Bento*. Mostra, porém, o port. *vieron*, *viera*, etc., ao contrário do galego *viñeron*, *viñera*.

² Em particular nos derivados que aparecem nos séculos XIV-XVI.

³ Para a etimologia desta palavra veja-se Cornu, *Gröb. Gr.*, p. 970, Diego, p. 172, GOTTFRIED BAIST, *Rom. Forsch.*, IV, fasc. 3, p. 382. Esp. *halagar*.

125¹⁶⁸ (*Tol. gannei*), *gannar* 3⁴⁸, 214 estrib., 234¹⁰, 362⁴⁴, *gannaria* 165³⁴¹.

Nos grupos *aa*, *aas* (prep. *a* + art. *a*, *as*) o valor monossilábico é muito mais raro do que o bissilábico: monossilábicos p. ex. *aa* 158²², 251⁵⁴, 293⁶, *a* 145³⁵, 251⁶¹, 292²⁰¹, 293⁷¹, 327⁸⁹, *ás* 241²⁹, exemplos bissilábicos em qualquer parte do texto; em casos isolados temos também a grafia *a* com valor bissilábico = [*aa*], como p. ex. 228⁶⁰, 288²³, 367⁷⁷, 389⁹¹².

o + *o*: *o* + *o* é bissilábico em *cooradas* 352¹¹⁸, *doorida* 12¹⁶, *voontade* 26²⁵, *uoontad(e)* 237⁹⁰, 289⁹. No verso «*et escoorido*» 255⁵⁸, cinco sílabas, não é preciso ler -*oo*- com valor monossilábico; pode ser lido também «*e scoorido*»³ com -*oo*- bissilábico como aparece em regra.

Temos a contracção *oo* > *o* em *sombreir* 289²², 396²², derivado de «SUB UMBRA» — Diego, p. 38, M. L. 8405; *Cr. Troy. soonbra*.

i + *i*: Faltam exemplos do lat. clás. *i* + *i*. Cf. porém os derivados de *CUPIDŪRIA + -ARE, -OSU e de VIRGINĪTATE, nos quais os *ī* do lat. clás. conservados por influência erudita formaram o hiato: -*īi*- bissilábico em *cobiçoso* 128¹⁰, 147³¹, 369⁴⁷, *cobiçaua* 369⁵¹, 399³³, mas -*īi*- monossilábico em *cobiçar* 211⁶, *cobiçaua* 67³⁰, -*asse* 195³⁸ (veja-se -*īi*-, monossilábico e bissilábico, em *cobiça* p. 322); *Uirgijdade F.S.M.* 3 estrib., *virgijndade* 201³¹, 253¹⁶⁸, 313¹²⁷, *uirgijndade* 253⁹, 2¹⁹ (*Tol. uergijdade*), sempre com -*īi*-, -*īi*- bissilábicos. Vemos, pois, que o hiato de formação antiga (queda de -*d*-) já aparece em parte desfeito, ao passo que o hiato de formação recente (queda de -*n*-) se conserva sempre.

e + *e*:

Hiato de formação antiga:

Só algumas poucas palavras conservam sempre o hiato: *leedor* 4²³, *meezinna* 310⁴⁰, *preegar* 1⁶⁹, 261¹⁶ < PRAEDICARE⁴, *seelou* 305⁴², *seeleira* 305⁵⁵ (veja-se acima p. 326 *seellos* com -*ee*- monos-

¹ De 25 exemplos, encontra-se *a(a)* bissilábico 9 vezes, monossilábico 16 vezes.

² No galego moderno *ā*, *ās*. — Diego, p. 102.

³ Contracção dos dois *ee* («*e escoorido*» > «*e scoorido*») como em *ençimaria F.S.M.* 11²⁸ < *e ençimaria*, *esposaron* 241³¹ < *e esposaron*, *é stabeliçudo* 1³⁷ < *é estabeliçudo*.

⁴ O bissilábico *pregar* 108⁵⁴ não deriva de PRAEDICARE, senão de PRECARI; a variante 108⁵⁴ *Tol. preegar* tem -*ee*- em vez de -*e*- sob a influência dos derivados de PRAEDICARE.

silábico); **MEDIETATE** (> *meedade*) > *meadade*¹, 4 sílabas, 45¹³², 161⁴⁸, 227¹⁰³, 377⁷², 35²³⁹ *T. j. 1, Tol. (Text. mejadade*, forma que aparece também 214⁹⁶—§ 93²); **FIDELITATE** (> *fielidade*³) > *fialdade*, 4 sílabas, 239¹⁰⁴.

VIDERE, **SEDERE**, **IMPEDISCERE** M. L. 4298 mostram *e(e)* monossilábico e bissilábico: *e(e)* bissilábico em *ueerei* 362⁹⁴ texto crit. = *Tol.* (texto dipl. *uēerei*), *ueerás* 186⁴², 384⁹⁶, *ueerá* 58⁸², *ueeredes* 96⁷⁷, 314³⁹, 386¹⁰⁶, *ueeria* 292⁴⁷, *seerei* 193¹³⁰, 298⁷², *seerás* 125¹⁶¹, *seerá* 135¹³¹, 160¹⁶ (*T. j. 1 será*), *sseerá* 245⁹², *seeremos* 386⁵⁶, *seeredes* 349²³, 387²³, *seeria(n)* 274⁵⁸, 313⁷¹, *enpeecer* 339⁵⁴, *enpeecessse* 225⁵⁴, *-ia* 125⁷², *enpeeçen* 364 tit.; *e(e)* monossilábico em *ueei* 103²⁷, 170³⁰, 185¹³⁶, *uerás* 359¹⁰, 384¹⁰⁴, *uerá* 141⁵, 176⁵⁴, 365⁷⁷, *ueredes* 224²³, 352¹¹, *ueeriam* 359⁹³, *serei* 37⁴⁹, 195⁷⁶, *serás* 237¹⁹, 274¹⁰⁴, 79²⁶ (*T. j. 1, Tol. seeras*), *seerás* 139⁷², *será* 219¹⁰⁸, 220¹⁰, *seerá* 160¹⁴, *seremos* 336¹⁰⁷, *seredes* 75¹⁴⁴, *seria* 241¹⁵⁶, 274²⁴, *serian* 386⁸, *-iam* 398⁹, *enpeeçen* 205 tit. Nos derivados de **VIDERE** e de **SEDERE** *e(e)* monossilábico é muito mais freqüente do que *e(e)* bissilábico⁵, ao passo que nos de **IMPEDISCERE** a proporção é invertida. Veja-se o emprêgo alternado de *uee-*, *ue-*, e *see-*, *se-*, monossilábicos e bissilábicos, nas *Cantigas* 135, 274, 384, 386.

O hiato de formação antiga aparece sempre desfeito em *as-sentar* 34³³ (derivado de **ASSIDERE**), *dejt̃ar* 1²⁶ (**DEJECTARE**)⁶, *Castroxerez* 266⁸, *Castroxerez* 266 tit., nomes de lugar (< **CASTRU SIGERICT**)⁷; nos derivados de **HEREDITATE** o *et* contraído < *-ee-* desapareceram, como em geral as vogais protônicas mediais entre *r* + consoante: (*h*)*ereedade* > (*h*)*eredade* > (*h*)*erdade* 239¹²⁶, 377²⁹

¹ Com *-ea-* em vez de *-ee-* sob a influência do *a* tônico seguinte; derivados de **MEDIU** como *mealla* 178⁴⁸, *meante* 309⁸¹ podem também ter tido certa influência. Para esta evolução veja-se *Orig.* § 48. 3; Corriu, *Grôh. Gr.* p. 947.—Staafl, p. 219, explica *-ea-* < *-ee-* por dissimilação.

² § 93. Entre *e* e *a* encontra-se bastantes vezes um [y] epentótico: *meja*, *mejadade*.

³ Assim Ayd. p. 50.

⁴ Com *-ia-* em vez de *-ie-* como em *meadade*. Para *fi-* em lugar de *fealdade* veja-se *fiel* p. 53. Lang, *C. G. C.* glossário *fealdade*.

⁵ **VIDERE**: de 32 exemplos, 10 vezes *ee* bissilábico, 21 vezes *e* monossilábico, uma vez *ee* monossilábico. **SEDERE**: de 58 exemplos, 10 vezes *ee* bissilábico, uma vez variante *ee* - *e* bissilábicos, 44 vezes *e* monossilábico, 2 vezes *ee* monossilábico, uma vez variante *ee* - *e* monossilábicos.

⁶ Cf. *deito* < **DEJECTU** 77⁴² *T. j. 1* = *Text. encolcito*.

⁷ Veja-se *Orig.*, § 14, 3.

(derivados: *erdeiro* F.S.M. 1²⁰², *erdar* 1⁶ *Text.* = *T. j.* 1, *Tol. herdar*, *herdamento* 382 *tit.*, 382⁶⁹).

Hiato de formação recente (pela queda de -n-).

Conserva-se em regra: *detêemento* 383⁵⁴, *gêeral* 235¹⁹², *gêerar* 108¹⁸, *pêdença* 274¹²⁶, *pertêecer* (veja-se *pertêece* 331¹²), *arrependeu* 174 *tit. Sum.* (*Text.* *arrepentiu* do verbo *arrepentir* que aparece em todos os outros casos¹), *êmigos* 125²⁰² *T. j.* 1, *Tol.* (*Text.* *enemigos*), *eemigo* 384⁵⁸, *bêeizer* 232¹⁰⁸, 278⁷², 38⁶⁶ (*T. j.* 1 *bêizer* é êrro de escrita em vez de *bêeizer*), *bêeiçon* 265¹⁰², mas isoladamente *bêeizer*, bissilábico, 113⁴⁹ (*T. j.* 1 *bêizer*)².

Excepção: Tem sempre -e- monossilábico *começar* 1¹¹, e o substantivo verbal *começo* 255³⁴ (que rima com *enpeço*, *preço*); o exemplo isolado *começou* 261²⁸ (= *CF* 36²⁸ *começou*) deriva de **começou* < *comêçou* (onde, ao contrário de *começar*, a nasalidade do -ê- < -êe- se conservou) ou de **COMIN'TIARE* (queda da vogal protónica medial). Cf. no galego moderno *comenzo* ao lado de *comezo*³.

CANCIONEIROS:

a + a. Abstraindo dos exemplos isolados *guaanhey* CB 11 (> texto crit. CA 7156) e *guaanhardes* CB 318 (> texto crit. CA 9724), onde há -aa- monossilábico, nos derivados de *WA(I)DANJAN* o hiato se conserva em regra; ex. nos glossários *A*, *CD* e *C. d'Amig.* O artigo *aa* as mais vezes conta também duas sílabas, mas parece estar contraído CA 9767; veja-se *Glos. A*, sob *à*, *aa*.

o + o. *voontade* *C. d'Amig.* CCCXXIX.

i + i. Não há exemplos⁴.

e + e. Têm sempre -ee- bissilábico os derivados de *CREDERE*: *creerei* CA 9233, *CD* 2071, *C. d'Amig.* CLXVI, CCXXIX, CCLV, *creerán* CA 1946, *creeria* *C. d'Amig.* CCCXXXV.

Ao contrário das *Cantigas*, no futuro e no condicional de *VIDERE* -e(e)- bissilábico e -e(e)- monossilábico encontram-se com

¹ *arrepender* e *arrepentir* são derivados de *PAENITERE*.

² No galego moderno *beizer*.—Diego, p. 30, no português moderno *benzer*.

³ Citados por M. VALLADARES NUÑEZ no seu *Diccionario Gallego-Castellano*, Santiago 1884.

⁴ *Radermacher*, p. 20 *voontade*, p. 3 *cobiçey*.

quási a mesma freqüência¹, ao passo que o futuro e o condicional de SEDERE têm em regra -e(e)- monossilábico².

VIDERE: -e(e)- bissilábico em *veerei* CD 213, 589, CA 2477, *Guilh.* 96, 104, 136, *C. d'Amig.* CCLX, CCCXXIII, *veerá* CD 2617, *C. d'Amig.* CCLXVII, *veeremo-lo* *C. d'Amig.* CCCXCXV, *veeria* *Guilh.* 193 = CA 5245, *veran* CA 2485 = CB 196 *ueeram*; -e(e)- monossilábico em *veerei* CD 559, 564, 569, 2480 (var. CB *ueerey*³), 2492 (mas CD 2498 *veerei* trissilábico), *ueerey* CV 37 (> texto crit. *Guilh.* 290 *verey*, CA 10100 *veerei*), *verei* CA 2479 duas vezes (= CB 195 *veerey*, *ueerey*), *veeremos* *C. d'Amig.* CXCIX, *veredes* *C. d'Amig.* CCXXIX, CCLXXXII, CCCXXXIX, etc.

SEDERE: -e(e)- monossilábico em *serei* CA 636 (= CB 91 *see-rei*), *C. d'Amig.* CXXXIV, CCCXXIX, CCCLXVII, *seera* ao lado de *sera* CV 171 (> texto critico CD 1876, 1879 *será*), *será* *C. d'Amig.* CCVIII, CCX, *seerá* *C. d'Amig.* CCCCLXXVIII, *seeredes* CD 998, *se-redes* *C. d'Amig.* CCCVIII, *seeria* CV 1126, *seria* CA 1665 (= CB 157 *seria*, CV 1061 *seeria*), *C. d'Amig.* CCV, CCXVII, CCXXIX, etc.

-ee->-ei-, bissilábico, em *peydegra* *Guilh.* 1066 e CV 990 < PĒDITU + -ARIA; cf. *meidade* *Cr. Troy.*⁴

O hiato de formação recente conserva-se nos derivados de BENEDICERE: *bêeiga*, trissilábico, CA 6857 (var. CV 486 *teenga* = *beenga*?), *bêençom* CD 1754⁵; encontramos o hiato desfeito, como nas *Cantigas*, em *começar* (ex. nos glossários A, CD), *começar* CA 1230, *comêçã* CV 156 epigr. (> texto crit. CD n.º 157 epigr. *começan*).

DOCUMENTOS:

a + a. O grupo prep. a + artigo a, assim como a prep. pa(r)a — § 36⁶ mostram às vezes a contracção aa > a: a *Pedra DG* 1258-61 p. 35, *peite á voz* 1282 p. 79, *pagueu a dita* 1362

¹ Há no CA, CD e em *Guilh.* 15 exemplos de -e(e)- monossilábico e 15 de -e(e)- bissilábico. Nas *C. d'Amig.* -e(e)- monossilábico é um pouco mais freqüente do que -e(e)- bissilábico.

² No CA, no CD, em *Guilh.* e nas *C. d'Amig.* não há, que eu saiba, nenhum exemplo com -e(e)- bissilábico.

³ Veja-se Lang, CD, p. 12.

⁴ Não posso citar exemplos de *peydegra*, trissilábico, que, como diz Nobiling na nota ao verso *Guilh.* 1066, forma a regra nos Cancioneiros.

⁵ Radermacher, p. 31, *benzesse* ao lado de *beenzõ* p. 18, *beenzirya*, *beenzesse*, *-erom*, *-eres* pp. 30-1.

⁶ § 36. A queda do -r- em pa, que aparece em alguns casos isolados ao lado de para (p. ex. DG 1234-6 p. 2, 1257 p. 26, 1265 p. 51) e de pra (assim

- p. 119 (ib. p. 120 também *aa*); *pa* DG 1242-52 p. 10, 1234-6 p. 2, 1500 p. 164. Afora isso, temos sempre grafias bissilábicas, também nos derivados de *WA(I)DANJAN*; ex. *gáanou*, *gáanej* 1260 p. 29, *gáanar*, *gáanadas* 1275 p. 68, 1282 p. 85.
- o + o*. Até ao começo do século xv temos sempre *-oo-*: *uóntade* DG 1269 p. 56, 1270 p. 57, 1271 p. 59, 1394 p. 126, *vóótade* (= *voótade*) 1415 p. 132, etc.; depois aparece também *-o-*, como em *bontade* 1422 p. 136, *vontade* 1516 p. 166 ao lado de *voon-*, *uoontade* 1434 pp. 145-6. Os exemplos de *uótade* (= *vontade*) que se encontram na *Cr. Troy.* ao lado de *voon-*, *uoontade*, indicam que a contracção *-oo->-o-* já se realizara pelo menos na segunda metade do século xiv¹.
- i + i*. Os documentos não oferecem exemplos. Ayd. tem sempre *cobiçar* pp. 28, 29, 62 (cf., porém, *cobiço* 1.^a pes. sing. do pres. do ind. p. 24), mas *-i-* em *virgindade* p. 112.
- e + e*:

Hiato de formação antiga:

SIGILLARE tem sempre *-ee-*, como nos exemplos das *Cantigas*: *aséelar*, *-ado* DG 1258-61 pp. 41, 43, *séellados* 1282 p. 84. Os derivados de **MEDIETATE** mostram, ao lado de *-ea-*, que, como nas *Cantigas*, forma a regra, em casos isolados a fase original *-ee-* e, em documentos posteriores, não raramente *-e-* contraído: *meadade* DG 1261 pp. 45-6 (4 vezes), 1262 p. 47, 1268 pp. 53-4, 1291 p. 96, 1331 Ferreiro, II, p. 140 (2 vezes), 1339 ib. p. 163 (6 vezes), *meatade* DG 1279 p. 76 (2 vezes), 1282 p. 83 (2 vezes), 1284 p. 91, 1354 p. 115, 1474 p. 157 (2 vezes), etc.; *mee-tade* DG 1278 p. 73, 1381 p. 123 (2 vezes) (nestes dois documentos também *meatade*), com contracção *metade* (4 vezes) 1443 Ferreiro, II, p. 91, DG 1516 pp. 165, 167 (3 vezes)², *medade* 1335 Ferreiro, II, p. 142 (2 vezes) ao lado de *meadade*, *meadad*, *meatad* pp. 141, 142 (4 vezes) (para *-t-* em vez de *-d-* em *meat-*, *meet-*, *metade* veja-se § 33³); espanholismo é *mitat* DG 1240

1346 Ferreiro, I, p. 328), derivados, estes dois últimos, que constituem a regra, é devida, como no espanhol popular *pa* (Hanssen, *Gram. hist. cast.*, § 113), ao seu uso proclítico frequente. Cf. Krüger, *Westsp. Mundart*. § 266 e a bibliografia dada neste lugar. Nas *Cantigas* sempre *pera* ou *pora*.

¹ No galego moderno *vontade*.

² *metade* no português e no galego moderno (ao lado de *metá*) Diego, p. 99.

³ § 33. Ao contrário de *me(y)adade*, que oferecem sempre as *Cantigas*, nos documentos os derivados de **MEDIETATE** aparecem em parte com o primeiro *-t-* conservado (evolução que não é popular): *mee-*, *me-*, *meatade*. Cf. *Orig.*, § 48, 3 e Staaff, pp. 218-9.

p. 5¹. Ayd. p. 70 *meatade*, *me(e)tade*, p. 50 *medade*; Cr. Troy. *meatade*, *medade* e, com *-ee-* transformado em *-ei-*, *meidade* (cf. *mei-*, *meytat* no espanhol antigo)².

No futuro e no condicional de SEDERE aparecem *-ee-* e *-e-*, como nos exemplos das *Cântigas*: *seera DG* 1274 p. 66, mas *sera* 1270 p. 58, 1282 p. 85; Ayd. pp. 21, 27 *seer(an)*, p. 31 *seeria* ao lado de *seria* p. 73. Não há exemplos de *veer*; Ayd. p. 51 *veereg*. IMPEDISCERE > *empescer DG* 1422 p. 137 (*empesca* 1403 p. 129, *empesça* 1434 p. 148; *empesca* 1415 p. 134, *empeça* 1516 p. 168); Ayd. *enpee(s)cer* pp. 47, 50, 109, *enpeeceu* pp. 33, 47, mas *enpe(us)cia* p. 109. ASSEDENTARE só > *asentou*, *-aia*, *-amento DG* 1434 p. 147.

Hiato de formação recente:

GENERALE, GENERATIONE mostram, ao lado de *-ee-* que forma a regra, em casos isolados também *-ie-* (cf. *-êê-* > *-iê-* acima pp. 330-1) e, com *e* assimilado em *a* tônico ou não tônico seguinte, *-ea-*, *-ia-*: *jéeracõ DG* 1275 p. 67, 1374 p. 122, *jéerrazõ* 1272 p. 63, *géeracõ*, *-õ*, *-zõ*, *-zõ* 1271 p. 59, 1271 p. 61, 1273 p. 64, etc., *geeral* 1434 p. 147, mas *gierrazon* 1278 p. 75, *geeracõ* 1274 p. 66, *geeral* 1447 p. 149, *giar(r)azõ* 1282 p. 85, 1283 p. 89 (estes dois documentos escritos pela mesma mão). Não só mostram *-e-* contraído começando *DG* 1468 p. 151, *começar* 1474 p. 155 (*começou* Ayd. p. 29), mas, nos documentos posteriores, também as palavras derivadas de PERTINERE, MANTENERE: *pertescer DG* 1422 p. 136 (veja-se ib. *pertensças*, *-escen*), *pertecer* 1328 Ferreiro, I, p. 384 ao lado de *perteezer* Ferreiro ib., *pertéezer DG* 1296 p. 97 (*perteescia*, *-ian* Ayd. pp. 38, 119); *mantemento DG* 1415 p. 133 ao lado de *mantermento* ib. p. 132, 1468 p. 152, 1474 p. 156.

Para *bêizer*, *bêizer*, bissilábicos, nas *Cântigas* cf. em Ayd. p. 59 *begzeo*, p. 31 *beizesen*, p. 148 *beigamos* ao lado de *beeggy* p. 98. *beegzeo* pp. 79, 126, 149, *beegzento* p. 135, *beigamos* p. 148.

¹ Nos documentos: de 41 exemplos, 20 vezes *meatade*, 12 vezes *meatade*, 3 vezes *meatade*, 2 vezes *medade*, 6 vezes *metade*.

² Ao lado de *mei-*, *meytat* encontram-se no espanhol antigo também *mee-*, *meadad(e)*, *mee-*, *me-*, *meatad*, *-at*, *mítat*, etc.: *Cid*, p. 190, *Orig.*, § 48, 2, Staaff, pp. 218-9.

Provavelmente devemos ler as grafias *aa*, *oo*, *ee* dos documentos em parte já como *a*, *o*, *e* contraídos.

c) Vogais postônicas em hiato.

O hiato de formação antiga desfaz-se sempre, ao passo que com o de formação recente isso só acontece na maioria dos casos.

COLLIGIT > *colle* 45 estrib.

O sufixo *-INE* torna-se no singular sempre > *-en*, *-em* (*-ē*), monossilábicos, ou, com desnasalização, > *-e* (§ 28 I a¹): *virgen* 1¹⁵; *orden* 201¹⁵³, 251²⁴, 339¹¹⁷, etc. (ao lado do derivado raro *ordin* 254²¹, 304¹⁷, etc., com *ⁱi-*, em vez de *ⁱE-*, conservado por influência erudita²); *uermen* 69⁶¹ texto crit. (texto dipl. *uemen*); *ymagen* 25 tit., *omagen* 344, 831, *omagem* 361³, etc., ao lado do derivado mais raro *omage* 31⁹², 42³⁷³; *omen* 382⁷, mas em regra *ome* 67⁷⁹, 253²⁹, 245⁵³ (*omme* 65¹⁵); *limpidõe* 312⁹ (< *limpidoen* < *limpidoē* < LIMPIDU + -UDINE)⁴.

No plural (*-INES*) temos sempre *-ēe-*, *-ee-*, *-ee(n)-* bissilábicos em *uermees* 221¹⁰³, *uirgēes* 204⁵³, *Prol. F.S.M.* 34, *uirgeens* 288⁶⁵, etc. Pelo contrário, o hiato desfaz-se muitas vezes nos derivados de HOMINES e de IMAGES: *-ēe-*, *-ee-* (*-e-*), bissilábicos, em *omēes* 173⁷, 358¹⁷, 379⁴¹, 33³⁸, *Text.*, *T. j. 1* (*Tol. omēes*), 42³³ (*T. j. 1.*, *Tol. omēes*), *omees* 36⁶, 91⁶⁵, 98⁷, 49²¹ *Text.*, *T. j. 1* (*Tol. omēes*), 27²⁷ (*T. j. 1 omes*), 118³⁶ (*T. j. 1 omes*), *omagēes* 25⁴⁹ *Text.*, *T. j. 1* (*Tol. omagēes*), 38⁵⁶; *-ēe-*, *-ee-*, *-e-*, *-e(n)-*, monossilábicos, em *omēes* 97³⁶, 395²⁹ (= 165²⁹ *omes*), *omees* 119³⁰, 136¹⁸, 232⁴⁴, 64⁴ (*Tol. omes*), *omes* 235⁴³, 252²¹, 387⁴³, 58⁴⁰ *Text.*, *Tol. (T. j. 1 omēes)*, 145⁷⁸ (*T. j. 1. omēes*), *omens F.S.M.* 1²³⁹ texto crítico. (texto dipl. *omēs*, *Tol. omes*),

¹ § 28 I a. A falta do til em *ome*; *omage* (IMAGINE), que aparecem ao lado de *omen*, *agen*, indica a tendência para desnasalizar o *ⁱē* postônico. Cf. no galego moderno *home*, *imaxe*, *virxe*, etc.

² Cf. o derivado erudito *ordinada* 135⁶³, 162⁷¹ < ORDINARE.

³ De 60 exemplos: 50 vezes *y-*, *omagen*, *omagem*, 5 vezes *omage*, 5 vezes variantes *omagen* e *omage*.

⁴ Veja-se LEITE DE VASCONCELLOS, *Lições*, pp. 146, 211-2; CORNU, *Ro.* 9, p. 97-8.

omagões 25⁵⁵ *Text.*, *Tol.* (*T. j.* 1 *omages*), *omages* 9⁸⁹, 99²⁸, *amages* 196¹¹⁷.

Sufixos -ŪLU, -ŪLU; -ŌNU. O único derivado que mostra sempre 400 bissilábico é *cabidoo* 87⁵⁹, 226³⁴; POPULU aparece na maioria dos casos como *poboo*, trissilábico, 27²⁷, 183³⁸, 206⁶⁸, 265¹²⁶, etc., ao passo que, em vez de *poboo* bissilábico, se empregam em regra *pobro*, *poblo* — § 61² (excepção é *poboo*, bissilábico, 28¹¹ *Text.*, *T. j.* 1 onde *Tol.* tem *poblo*); PERICULU, abstraindo de *perigoo* 127 tit., 267 tit., 313 tit., 373 tit., cujo número de sílabas (3 ou 4) nestes casos se não pode ao certo determinar, torna-se sempre trissilábico: *perigoo* 313⁴⁷, *perigo* 36¹⁵, 235²⁴⁰ (ao lado de *perigos*, *periglos* 148 estrib., também trissilábicos). Mostram sempre 400, 40 monossilábicos *diabo(s)* 67⁸⁰, 222⁹, 238⁹⁵, 270⁴³, *diaboo* 58⁵⁷, etc., (*diabo* 26 tit. = *Tol.* *diaboo*, *diabos* 119 tit., *diaboos* 109 tit., 123 tit., *diabos* *Sum.* 119 tit. e 123 tit.), *bestigo* 225⁶⁰ < *BESTICULU³, *arcediagio* 202⁷, *arcediagio* 204^{7, 17} (*CF* também 204 tit.), *CF* 32 tit., *CF* 33 tit.; cf. também *encreu* < *encreo, que mostra o ditongo -eu < é + 40 < é + 400 (veja-se acima p. 301) e que conta sempre duas sílabas.

¹ *omées*, *omees*, trissilábicos (às vezes escrito também *omes*), são mais frequentes do que os bissilábicos *omées*, *omees*, *omes* e *omens* (este último só uma vez), ao passo que nos derivados de IMAGINE *omagões*, *omages*, *amages*, trissilábicos, são mais frequentes do que *omagées*, *omagées* com 4 sílabas.

homines de 66 exemplos: 4 vezes -ées bissilábico, 24 vezes -ees bissilábico, 8 vezes var. -ées e -ees bissilábicos, 2 vezes var. -ees e -es bissilábicos (pois 38 vezes derivados bissilábicos); 4 vezes -ées monossilábico, 6 vezes -ees monossilábico, 12 vezes -es monossilábico, 5 vezes var. -ées, -ees, -es monossilábicos, 1 vez var. -es e -eus monossilábicos (pois 28 vezes derivados monossilábicos).

IMAGINES de 6 exemplos: 1 vez -ées bissilábico, 1 vez var. -ées e -ées bissilábicos; 1 vez var. -ées e -es monossilábicos, 4 vezes -es monossilábico; além disso, 29 tit. -ées, 99 tit. -ées (*T. j.* 1 -es), casos em que o valor monossilábico ou bissilábico não pode ser determinado.

² § 61. Quanto à evolução do grupo consonântico românico -p'l-, podemos distinguir várias camadas. Derivado puramente popular é só -ch- = [ʃ], que é raro: *cachas* 157⁴⁸ < CAPULA (veja-se *Manual*, § 57, 1). Dos outros derivados, todos mais ou menos eruditos, o mais antigo é -p'l- > -br-: *pobro* 300³¹. À camada seguinte e mais moderna pertence -p'l- > -bl-: *poblo* 28⁴⁷; pode ser, porém, que estas formas com -(b)l- sejam devidas à influência espanhola (veja-se CAROLINA MICHAELIS, *Z. R. Ph.*, xxviii, p. 217, nota 4, para o espanholismo *poblar* em vez de *pobrar*). Devemos provavelmente incluir também na mesma camada derivados como *poboo*, nos quais, devido à conservação não popular da vogal postônica medial, não se formou um grupo consonântico românico; nêles o l, em virtude de ser intervocálico, caiu como em regra entre vogais.

³ Diego, p. 51.

CANCIONEIROS:

Encontram-se só alguns poucos exemplos: *orden*, *-in ex.* nos glossários *A* e *Guilh.*, *ome* e, freqüente, *omen ex.* nos glossários *A* e *CD*; *-UDINE* > *-on* em *servidon CA* n.º 312 epigrafe. *Arcediagoo*, cinco sílabas, *CV* 503¹.

DOCUMENTOS:

Ao lado de *ymagen DG* 1362 p. 116, *virgē* 1274 p. 65, *orden* 1324 p. 105, *hordem* 1468 p. 151 (*ordim* 1271 p. 61, 1296 p. 97), derivados que correspondem aos das *Cantigas*, encontram-se também (*h*)*ordee* 1394 pp. 126-7, *ordee*, *-ēe* 1474 p. 154; como faz supor o exemplo *orden*, que vemos 1394 p. 126 ao lado de (*h*)*ordee*, nas grafias *-ēe*, *-ee* provavelmente não se trata de derivados bissilábicos, mas devemos tomá-las por variantes puramente gráficas de *-en*, *-em* (*-ē*), as quais talvez se expliquem por influência do plural *-ēes*. Veja-se na *Cr. Troy. ordeē* ao lado de *orden*, *Ayd.* pp. 25, 106, 133 *ordeen*, p. 89 *ymageen*, pp. 59, 60, 110, 111, 112, 149 *virgeen*, assim como o *-ee(n)*, formado por analogia, ao lado de *-en* (em vez de *-e*) em palavras de origem francesa, que têm a desinência *-age* (*menagee*, *-em* 1300 Ferreiro, 1, pp. 305 ss. ao lado de *menagen* 1328 *ib.* p. 385; *Cr. Troy. linagēe*, *-en*, *-e*, *menagēe*, *-en*, *Ayd.* pp. 31, 55 *linajeen*, pp. 69, 77, 109, 151 *linageen*, pp. 57, 101 *lingoajeen*, p. 100 *lingoajee*, etc.)².

HOMINE(s). No singular só aparece *ome*. No plural, *-ēes*, *-ēés*, como *-ēes*, *-ees* nas *Cantigas*, são mais freqüentes do que *-es*. Pelo contrário, em *Ayd.* *-e(n)s* monossilábico forma a regra: *homens* pp. 42, 45, 59, 60, 65, 69, 77, 79, 97, 112, (*h*)*om(m)es* pp. 58, 73, 113, 117, ao lado de *homeens* pp. 23, 31, 58, 62, 132. Para o exemplo *límpidoe* das *Cantigas* cf. *firnidūe DG* 1228 p. 88, *firmedue* 1348 p. 114³; *Cr. Troy. certedūe*, *multidūe*, *servidūe*; a fase

¹ Veja-se Radermacher, p. 24, *perygoo*, *po(o)boo*, *diaboo*, *oragoo*.

² Não podemos verificar duma forma absoluta em que extensão *-een* no texto crítico de *Ayd.* corresponde a *-ēe*, *-ēē* ou *-een* no texto diplomático, como faltam indicações quanto à reprodução do texto diplomático.

³ *Seneldūe* na «*Colección Diplomática de Galicia Histórica*» 294, citado por Diego, p. 41.

anterior mostra-se em *serriduem*, -en Ayl. pp. 97, 115, *semelduen* p. 113, *granduen* p. 132¹.

CAPITULU: mostra já no século XIII *to* ao lado de *too*, ao contrário das *Cantigas* que têm sempre *too* bissilábico: *cabido*, *cabidoo* 1289 Ferreiro, I, p. 97, *cabido* 1365 ib. II p. 160, *cabido DG* 1468 pp. 151, 152, 153, mas *cabidoo* 1474 p. 158, *cabidoo* ib. p. 154, 1488 pp. 159, 161; Ayl. p. 78 *cabidoo*².

ARCHIDIACONU: mostra no século XIII em regra *too*, nos séculos seguintes só *to*: *arcediagoo DG* 1242-52 p. 10, *arcediagoo* 1269 p. 56, 1260 p. 28, ao lado de *arcediagoo* ib. p. 30, *Arce*-, *Arçidiago* 1324 p. 109, 1362 p. 119³.

Faltam outros derivados com *to(o)*. Veja-se em Ayl. *poboo* pp. 58, 59, 60, *perigoo(s)* pp. 29, 30, 31, 35, 36, 45, 56, 69, 80 ao lado de *perigo(s)* pp. 31, 47, *bagoos* (BACULU) p. 116, *rooloo* p. 77 (também *roollos* p. 136), na *Cr. Troy*. *poboo*, *poroo* (*pobro*), *perijgo(o)*.

Resumo

7.—Cantigas e Cancioneiros profanos

1) Resumindo os resultados do capítulo escolhido sobre o hiato românico só encontramos relativamente poucas diferenças de alguma importância entre as *Cantigas* e os Cancioneiros. Podemos considerar como fenómeno tipicamente galego das *Cantigas* o facto de, como derivado de REGINA, se encontrar quasi sempre *reinna*, conforme ao galego moderno *reina* (§ 5 p. 305); é muito rara a forma *rainna*, característica do português, a qual, pelo contrário, é de regra nos Cancioneiros (com a escrita moderna -*nh-*, § 5 p. 308). Nas *Cantigas*, JUDICE-, -ICIU (JUDICARE) mostram alternadamente -*ui-* e -*oi-*, característica do galego; os Cancioneiros têm sempre -*ui-*, conforme ao port. *juiz*, *juizo* (§ 5 pp. 298, 307, 316-7)⁴. Cf. abaixo p. 350, os exemplos dos documentos.

¹ No texto diplomático -*uē*?

² No galego moderno *cabido*.—Diego, p. 42.

³ No galego moderno *diago*.—Diego, p. 30.

⁴ Devemos mencionar aqui que, nas *Cantigas*, em concordância com os Cancioneiros, o galego -*oi-* nunca se encontra em vez de -*ui-* < [u + i] < [u + k] (+ t) (só *fruito*, *luito*, *eizuito*—§ 15 c) e só em casos esporádicos em vez de -*ui-* < [i + i] < [i] + t (+ t), [i + k] (+ t) (veja *moitas* 49₂, ao lado de *muito*,

2) Examinando, numa vista rápida, os resultados mais importantes do nosso trabalho não contidos no capítulo reproduzido acima, vemos que a concordância lingüística entre as *Cantigas* e os Cancioneiros observada com respeito ao hiato românico, é aproximadamente a mesma que se verifica em todos os outros fenómenos. Há, contudo, certas ligeiras diferenças que nos permitem ver nas *Cantigas* a direcção galega da evolução lingüística, em opposição aos Cancioneiros, cujo quadro geral tem um carácter mais português. É importante, a este respeito, o termos verificado, através das nossas investigações, que, ao lado do pronome galego *che*, tão amide empregado por Afonso X (e que já tem sido notado como prova especial do carácter galego das *Cantigas*—§ 116), ainda alguns outros traços galegos divergentes dos Cancioneiros nos aparecem, traços que ressaltam menos e que, por isso mesmo, não foram observados até hoje, visto que só um exame minucioso das relações lingüísticas entre as *Cantigas* e os Cancioneiros pôde descobri-los. Ao lado dos traços tipicamente galegos das *Cantigas*, que já indicámos acima com respeito ao hiato românico, devemos especialmente mencionar aqui a desinência *-sche* em vez de *-ste*, da 2.^a pes. sing. do pret. perf. simples, que não é rara nas *Cantigas* e que forma a fase anterior do galego moderno *-che*; nos Cancioneiros não há nenhum exemplo desta forma (§ 101¹). É também tipicamente galega a troca de *e, o > i, u* na conjugação, sob a influência dum *i* tónico da sílaba seguinte, fenómeno bastante frequente nas *Cantigas* e raro nos Cancioneiros; há a mesma diferença entre o galego e o português modernos (§ 22 a²). Assim como *x-* em vez de *s-* inicial é mais frequente no galego do que no português moderno, assim também nas *Cantigas*, em opposição aos Cancioneiros: ao lado de *xe, xi* pronomes refl. (que aparecem também nos Cancioneiros) encontram-se nas *Cantigas* *xermentos* (= port. *sarmento*)

lutas, etc., que prevalecem—§ 22 b) e que, por outro lado, os Cancioneiros mostram, não mais raramente que as *Cantigas*, *-oi-* em vez de *-ui-* nos derivados de AUSCULTARE, *COCTARE, COGITARE (*ascui-*, *ascoitar*, *cui-*, *coitar*, *cui-*, *coidar*—§ 22 b e § 20 = § 5, pp. 316, 317 do nosso extracto reproduzido acima).

¹ § 101. *-sche* em vez de *-ste*, *-sti* explica-se pela união sintáctica com o pronome ou artigo *o, a*, que não é rara: *-ste, -sti + o, a > -[sti] + o, a > -sch + o, a* (cf. *bracha, crischão < bestia, cristião*) e, com *-e (-i)* final acrescentado analogicamente, *> -sche (-sch)*. No galego moderno, a forma *-che* é usada ao lado de *-ste*.

² § 22 a. É muito frequente nas *Cantigas* a troca de *e, o > i, u* sob a influência dum *i* tónico ou duma semi-consoante [j] na sílaba seguinte (*pidimos, urira, repintir, fugir, durmia* em vez de *pe-, fe-, repent-, fo-, dorm-*).

e (*eu*)*xerir* (§ 31¹). A forma *fror* do galego moderno é muito mais freqüente nas *Cantigas* que *flor*, forma normal do português moderno: pelo contrário, nos Cancioneiros, aparece com a mesma freqüência que *flor* (§ 41²).

Espanholismos são muito mais freqüentes nas *Cantigas* do que nos Cancioneiros. Como a forte influência do castelhano é característica do galego, talvez possamos considerar este fenómeno como um traço da evolução galega, que ressalta nas *Cantigas*. Devemos, porém, tomar em consideração que parte dos fenómenos castelhanos que se encontram nas *Cantigas* pode ser devida só aos copistas castelhanos dos manuscritos.

Os traços acima mencionados indicam a direcção galega das *Cantigas*. Nos Cancioneiros, por outro lado, encontramos também certas particularidades características da pura evolução portuguesa³, que, porém, na maioria dos casos, não são muito importantes. Assim, ao lado de *todo*, que constitui a regra (como nas *Cantigas*), aparece também o português moderno *tudo* (nas cantigas de trovadores galegos, como Ayra Nunes e Joan Garcia de Guillhade) — § 6⁴. Ressalta já, mais ou menos clara, a tendência para mudar um *o* átono em *u*, seja na sílaba inicial, como em *curaçon* (no qual, porém, *u* só forma a excepção, pois a regra é *coraçon*), seja na sílaba final, em que *u* é muito freqüente (§ 14⁵), seja em palavras átonas, como *nus*, *vus*, *us* (*lus*) como artigo e pronome, e *puz*, das quais, na verdade, se encontram exemplos também nas *Cantigas*, mas mais ra-

¹ § 31. *s-* inicial às vezes > *x-* = [ʃ]. Podemos considerar este fenómeno como evolução puramente fisiológica (palatalização sob a influência da vogal palatal seguinte). Encontram-se bastantes exemplos paralelos nos diferentes idiomas da península ibérica. Veja-se KRÜGER, *Westspan. Mundart.*, § 267. *Archiv für das Studium der Neueren Sprachen und Literaturen* [Arquivo para o estudo das línguas e literaturas modernas], Elberfeld, 1920, pp. 161-3 (e a bibliografia citada neste lugar). *S. Cip.*, § 45, p. 70, GARCÍA DE DIEGO, *RFE*, III, p. 306-7, AMÉRICO CASTRO, *RFE*, I, p. 102.

² § 41. *fl-* por evolução popular > *ch-* (*cheirar*, *chama*), em derivados semi-populares > *fr-* ou *fl-* (*fror*, *frume*, *flor*).

³ É estranho que estas particularidades não só apareçam nas cantigas de trovadores portugueses, mas também nas de galegos.

⁴ § 6. Ao lado de *todo*, que constitui a regra, temos casos esporádicos do moderno *tudo*, em CV 371, Guillh. 711 (onde parece que as rimas *perdudo*, *conhoçudo*, exigiram a forma moderna), CV 469, CV 1106. Veja-se *Glos. A, todo*.

⁵ § 14. Exemplos dos Cancioneiros: *façamus* CV 575, CA 10267, 10293, *filhus* CV 470, *nossus* CV 503, *olhus* CB 122, *quantus* CV 370 (> texto crit. = Guillh. 677 *quantos*), *morremus* CV 184, *muytus* CV 204 (> texto crit. = CD 2155, 2518 *morremos*, *muitos*), etc.

ramente que nos Cancioneiros (§ 9¹). Ao passo que nas *Cantigas*, ao lado das formas *paraula*, *parauta*, *palaura* (= *paravla*, *pàravra*, *palavra*), se encontra também, embora mais raramente, *parauoa* (= *paravoa*), que corresponde ao galego moderno *paraboa*, os Cancioneiros mostram só a forma do português moderno *palavra*, com síncope do *o*- (§ 11²). *Louvar*, *ouvir*, que, às vezes, aparecem ao lado dos derivados regulares *loar*, *oir*, correspondem ao português moderno (§ 23 b³). A maioria destas particularidades puramente portuguesas não se encontra senão nos cancioneiros CV e CB, assim como as grafias portuguesas *lh*, *nh* = [l, ɲ] de diferente proveniência (e também as grafias *mh*, *bh*, *vh* = [m, b, v]) aparecem exclusivamente nestes códices italianos⁴. Por esse motivo, não podemos determinar, duma forma indiscutível, em todos os casos, em que extensão os fenómenos portugueses acima indicados devem ser simplesmente atribuídos a copistas posteriores ou pertencem já à própria linguagem trovadoresca.

8.—Cantigas e Documentos em antigo galego

1) Entre as *Cantigas* e os documentos galegos da idade-média encontram-se diferenças mais consideráveis do que as que foram indicadas entre as *Cantigas* e os Cancioneiros profanos. As nossas investigações confirmam tudo o que disse Carolina Michaëlis de Vasconcellos sobre o carácter conservador da linguagem trovadoresca, em oposição à linguagem falada, que evoluiu rapidamente (veja-se § 2 pp. 281-2). Observamos não só nos documentos dos séculos XIV e XV-XVI, mas também já nos do século XIII, uma fase lingüística mais avançada que nas *Cantigas*, devendo ainda ter em consideração que, como já indicámos várias vezes, as grafias dos documentos em muitos casos não seguiram o progresso da linguagem falada. É particularmente no capítulo sobre o hiato românico

¹ § 9. Exemplos dos Cancioneiros: *cus*, *nus* *Glos. A*, *todolus* CV 1007, *lus* *trobadores* CV 1007, *depus* CV 685, *de pus*, *en pus* CV 1083. Exemplos das *Cantigas*: *de pus* 69 87, *su* (a *naue*) 383 116, *nus* 380 13, *uus* 88 33 (*T. j. 1. e Tol. uos*).

² § 11. Exemplos CV 576, CV 914, CV 1068.

³ § 23 b. Exemplos: CD 2524, Guilh. 857, 988, CB 348 (= texto crit. CA 9716), Guilh. 456, 891, CV 822. Vejam-se *Glos. A*, *loar*, *oir*, Nobiling, Guilh., notas aos versos 36, 456, 995, e Lang, *Z. R. Ph.*, 41, p. 130.

⁴ Exemplos dos Cancioneiros CV e CB: *filha*, *senho*, *escarnho*; *comha*, *sabha*, *Pacha*, *segouha*, *camboho*, *sercho* = *comia*, *sabia*, *Pavia*, *Segouia*, *ambio*, *servio*. Veja-se NUNES, *Cantigas d'Amigo*, I, p. 367, n. 2.

reproduzido acima, que ressalta, em oposição às *Cantigas*, a evolução lingüística progressiva dos documentos.

Resumindo os resultados d'êste capítulo, podemos registar os seguintes factos:

Já no século XIII, *-áo-*, *-aot* aparecem quasi sempre como *-oo-* e, raramente, como *-o-*, ao passo que, nos XIV-XVI, *-oo-* e *-o-* se mostram com a mesma frequência; nas *Cantigas* só esporadicamente *-oo-*, na maioria dos casos *-ao-* — § 5 pp. 300, 310, 315, 318;

²ANU, nas *Cantigas* sempre *>do*, nos documentos do século XIII também *>oo*, ao lado de *-ão* (observamos dois exemplos de cada um dêstes derivados), nos do século XV sempre ²ANU *>oo* (assim também em Ayd.) — § 5 pp. 319, 321;

-aé- é quasi sempre conservado nas *Cantigas* (raramente *-ee-* e em poucos casos isolados contraído em *-e-*); pelo contrário, nos documentos do século XIII, *-aé-* não é mais frequente que *-ee-* e *-e-* (êste último só isoladamente aparece) e constitui, nos documentos dos séculos XIV-XVI, excepção em face de *-e-* e *-ee-* (o último é mais raro) — § 5 pp. 300, 311, 312;

nos documentos, os derivados de *-e(n)e-* e *-e(l)i-* (FELICE) aparecem em regra como *-éé-* (*-ie-*) e *-ii-* e mostram só em casos isolados a contracção em *-e(n)-* (nos séculos XIII e XV) e *-i-* (no século XIII); não divergem, pois, muito das *Cantigas*, que têm sempre *-êe-*, *-ee-*, *-ij-*, *-ii-* — §§ 5, 6 pp. 306, 313, 326, 330-1;

ao lado de *moyno* < MOLINU (*moynno* nas *Cantigas*) encontra-se, no século XIII, também *muynoz*, forma que corresponde ao galego moderno *muiño*¹ (nos sécs. XIV-XV só *-oyn-*) — § 5 pp. 299, 309-10;

exemplos de *-a(a)-* < *-ea-*, que oferecem os documentos, como *Vausco* (século XIII), *Vasco* (século XIV)² e como *Pa(a)yo*³, *Paez*, *Payz* (séculos XIII-XVI), faltam completamente nas *Cantigas* — § 5 p. 40.

É exclusivamente nos séculos XIV-XVI que se encontram as seguintes particularidades dos documentos que divergem das *Cantigas*:

(h)irmau(s) ao lado de *-aos* (no galego moderno *-au-*, *-ao*); nas *Cantigas* sempre *-do* — § 5 pp. 300, 310;

¹ Ao lado de *muiño*.

² Assim no galego moderno.

³ *Payo* no galego moderno.

alguns (galego moderno *-uns*, *-ús*); nas *Cantigas* sempre as formas bissilábicas *-ūs*, *-uuns* (*ūs*, *uuns*) — § 5 pp. 298, 309;

-i(l)e- no século XIV isoladamente *>-is*, mas *>-ij-*, como mostram as *Cantigas*, no século XV — § 5 pp. 304, 313;

os derivados de TENEBAM têm em regra *-i-*, raramente *-ii-*; no galego mod. *tiña*; nas *Cantigas* *-ii-*, bissilábico, e *-ii-*, *-i-*, monossilábicos, aparecem com a mesma frequência — § 5 pp. 306, 314;

(AD, RE) + CA(DERE) + -ESCERE mostra, ao lado de *-ae-* e *-ee-*, também *-e-* no século XIV; nas *Cantigas* *-ae-*, assim como nos documentos do século XIII — § 5 p. 318;

o exemplo isolado *treizon DG 1324* (*Cantigas: traizon*) — § 5 pp. 314, 318;

mo(o)steiro (*monsteiro*) (que corresponde ao galego moderno *mosteiro*) encontra-se, nos séculos XV-XVI, ao lado de *moesteiro* (*moesteiro*), ainda freqüente também na mesma época; este último derivado de MONISTERIU aparece sempre nas *Cantigas* e constitui a regra nos documentos do séc. XIII — § 5 pp. 315-6, 319;

o galego moderno *limpo DG 1474* em vez de *limpio*, como aparece nas *Cantigas* — § 5 pp. 320, 321;

LEGE nos séculos XIV-XV quasi sempre *>lej*, que corresponde ao *lei* moderno; nas *Cantigas*, pelo contrário, *lee* é mais freqüente (embora não muito) que *lei* — § 6 pp. 323, 329;

bens, que aparece esporadicamente nos séculos XIV-XV (cf. o galego moderno *bens*, *bés*), ao lado de *bees*, *bées*, *beës* que são a regra; nas *Cantigas* só *bëes*, *beens* — § 6 pp. 324, 329;

mesmo (como no galego moderno), encontra-se, no século XV, ao lado de *méesmo* (*miesmo*, etc.), que é mais freqüente; nas *Cantigas* *mee-*, *mëesmo* — § 6 pp. 325, 329-30;

a forma moderna *bon-*, *vontade* ao lado de *voon-*, *uoontade* no século XV; nos séculos precedentes e nas *Cantigas* sempre *-oo-* — § 6 pp. 332, 336;

os raros exemplos de *metade* (forma moderna) no século XV e de *medade* no século XIV, ao lado dos derivados *meadade* (assim também nas *Cantigas*), *mea-* e *meetade*, os quais formam a regra — § 6 pp. 333, 336-7;

perte(s)cer, *mantemento* nos séculos XIV-XV, ao lado das formas mais freqüentes com *-ée-*; nas *Cantigas* sempre *-ze-* — § 6 pp. 334, 337.

Embora os resultados do nosso trabalho, que acabamos de resumir, provem claramente que a linguagem dos documentos está

bastante mais próxima do galego moderno do que a das *Cantigas*, não se trata nêles de fenómenos típicos exclusivos da evolução lingüística galega, em oposição à portuguesa (veja-se § 2 p. 283). Há, contudo, nos documentos também alguns traços que caracterizam especialmente a direcção lingüística galega divergente da portuguesa, traços que faltam completamente ou mal se mostram nas *Cantigas*. São os seguintes no capítulo escolhido:

Ao lado de *-ai-*, que forma a regra, tanto nos documentos como nas *Cantigas*, os documentos dos séculos XIII e XIV mostram também, em alguns casos esporádicos, *-ei-* (*eiude*, *segr*, *reices*, *sejdo*), conforme ao galego moderno *-ei-* ao lado de *-ai-* — § 5 pp. 300, 310-1;

o derivado de *-INES* é, na maioria dos casos, *ii(n)s*, conforme a *-ijs*, *-ijns* nas *Cantigas*, mas já no século XIII aparece também isoladamente *-is-*, que no galego moderno se emprega ao lado de *-ins-* — § 5 pp. 304, 313¹;

ao passo que *FILIGREGIS* ou *FIL(IU) ECLESIAE* e os seus derivados mostram nas *Cantigas* *-ee-* (cf. *-e-<-ee-* no português moderno), os documentos dos séculos XIII-XVI têm as mais vezes *-ii-* e, com contracção, *-i-* (mais raramente *-ee-*, *-ei-*), derivados que deviam esperar-se na evolução normal e que correspondem ao galego moderno *f(i)grés* — § 5 pp. 315, 318-9;

a mudança freqüente de *-e(n)ê->-ie-*, ao lado da contracção em *-e(n)-*, que talvez tenhamos de considerar também como característica do galego, aparece já várias vezes nos documentos do século XIII, mais vezes ainda nos do século XIV; nas *Cantigas* só *-êe-* — § 6 pp. 326, 330-1.

Alguns fenómenos tipicamente galegos aparecem exclusivamente nos séculos XIV-XVI:

assim, como derivado de *-ONES*, ao lado de *-oes*, *-ões*, que formam a regra e se mostram sempre nos documentos do século XIII e nas *Cantigas*, encontramos também *-oos*, *-ōos*, *-oōs*, que representam provavelmente a fase anterior do moderno *-ós*, *-ons* (português moderno *-ões*) — § 5 pp. 299, 309;

o exemplo isolado *-a(a)s*, em vez do normal *-aes* (*-ais*) < *-ALES*, nos séculos XV-XVI que corresponde ao galego moderno *-as* (português *-ais*) — § 5 pp. 304, 313.

¹ No português moderno *-ins*.

A influência do castelhano, que caracteriza também a direcção galega da evolução lingüística, ressalta já nos documentos do século XIII bastante mais fortemente que nas *Cantigas*; aumenta ainda o número dos espanholismos nos séculos XIV-XVI. Veja-se p. ex. *di, dieron, diera*—§ 5 p. 313, § 6 p. 330, *mi(i)smo* § 6 p. 330, *mitat* § 6 p. 336-7.

2) O quadro, que o nosso capítulo sobre o hiato românico nos deu com respeito às relações lingüísticas entre as *Cantigas* e os documentos, completa-se pelos resultados das outras partes do nosso trabalho não publicadas aqui¹. É verdade que nestas partes não se encontram com tanta frequência, como no hiato românico, diferenças importantes entre as *Cantigas* e os documentos, mas há, apesar disso, algumas bastante características.

Os fenómenos seguintes, sem caracterizar particularmente a direcção galega da evolução lingüística, em opposição à portuguesa, manifestam uma fase lingüística mais avançada nos documentos do que nas *Cantigas*:

Ao lado de *dereito*, como mostram as *Cantigas*, aparecem nos documentos também os modernos *dreito*, *dreituras* (séculos XIII e XV) e *direito* (século XV)—§ 7²;

já no século XIII, ao lado de *esto*, *isto* é mais frequente nos documentos que nas *Cantigas*; hoje encontram-se ambas as formas—§ 5³;

ao contrário das *Cantigas*, que têm sempre *maior*, mostram os documentos dos séculos XIII-XIV várias vezes também *maor* e *mo(o)r*, formas que correspondem ao galego moderno *maor* e *mor*—§ 35⁴;

JUDICARE, nos documentos, aparece sempre sob a forma de *judgar*, derivado popular que é empregado exclusivamente no

¹ Não mencionaremos aqui senão os mais importantes.

² § 7. A par de *dereito*, que forma a regra, os docs. têm também *dreito* e, com desaparecimento de *e*, *i* devido ao carácter vocálico do *r* seguinte, *dreito*.

³ § 5. *isto* (*aquisto*) aparece sete vezes nas *Cantigas*, na maioria dos casos devido às rimas (*uisto*, *Cristo*); nos documentos do século XIII já encontramos pouco mais ou menos 12 exemplos, o que indica que na linguagem falada desta época estas formas com *i* eram já bastante empregadas.

⁴ § 35. Nos documentos, *maior* aparece não só sob a forma de *maior* (derivado: *mayordomo*), mas também como *maor* e *mo(o)r*; assim p. ex. nos documentos DG 1258-61 pp. 36, 41, 42, 1257 pp. 22-23, 1265 p. 51, 1283 p. 90.

galego moderno, ao passo que as *Cantigas* têm bastantes vezes também as formas *iui-*, *ioigar*—§ 9¹;

ao lado de *Jullão*, *Julláa*, nos séculos XIII-XIV aparecem bastantes vezes também *Gião*, *Giáa*, que correspondem ao galego moderno *Xian*, *Xiao*; nas *Cantigas* *Jujão*—§ 74²;

Dos fenómenos que aparecem exclusivamente nos séculos XIV-XVI citamos aqui:

O exemplo isolado *pra* no século XIV ao lado de *para* e *pera*, que formam a regra; nas *Cantigas* sempre *pera*, *pora*—§ 7³; *quorenta*, *quortelas*, *contia*, que se encontram esporadicamente no século XIV, mais freqüentemente nos séculos XV-XVI; nas *Cantigas* sempre *qua*—§ 26⁴;

o exemplo isolado *sajban* DG 1381 p. 122, ao lado de *sabia*, *sabea*, *sab(b)a*, que constituem a regra; nas *Cantigas* *sabia*, no galego moderno *saiba* ao lado de *sabia*, *sabea*—§ 73⁵.

Na morfologia os documentos não mostram tantas divergências das *Cantigas*, que se aproximam do idioma moderno, como na fonética:

O galego moderno *min* já aparece sempre, tanto no século XIII como nos XIV-XVI, ao passo que nas *Cantigas* a fase anterior *mi* forma a regra—§ 28 II⁶;

¹ Veja-se acima p. 316 n. 3.

² § 74. *-[y]->-y-* em *Jujão* < JULIANU; nos documentos encontram-se, ao lado de *Jullão*, *Julláa*, as formas reduzidas (provavelmente devido ao emprêgo freqüente dêste nome) *Gião*, *Giáa*: *san Gião* DG 1271 p. 59, *Sancta Giáa* 1283 pp. 89-90, 1282 p. 85, *Sangiao* 1297 p. 100, *Giao Martiz* 1300 Ferreiro, I, pp. 305-7, etc.

³ § 7. *a* desaparece às vezes em *para*, devido ao carácter vocálico do *r* vizinho: *pra* no documento 1346 Ferreiro, I, p. 328. Cf. no galego moderno *pra* = *para* (Diego, p. 152) e, no português moderno *pra* (LEITE DE VASCONCELLOS, *Esquisse*, p. 144).

⁴ § 26. Da mudança de *a* protónico em *o* sob a influência dum *[w]* precedente nos grupos *[kw]*, *[yw]* < *qu-* e *w-* germânico, não há nenhum exemplo nas *Cantigas* e nos Cancioneiros, mas os documentos oferecem exemplos esporádicos no século XIV, freqüentes nos séculos XV-XVI: *quorenta*, *contia* (< *quantia* < *quantia*), *quortelas*, *gornecer*, *goreceer*, *gornir*, *gorir* (< *guor-* < *guar-*).

⁵ Cr. Troy, também *sajban* (e *rriajua* < *rauiá*).

⁶ § 28 II. *mi* > *min* por nasalização progressiva.

nas *Cantigas sua*, na próclise diante dum substantivo, raras vezes se mantém, na maioria dos casos, porém, torna-se em *sa*; pelo contrário, nos documentos *sua* na próclise constitui a regra, conforme ao galego moderno, que emprega exclusivamente esta forma—§§ 105, 117;

ao lado de *de(n)*, *dedes* (DARE), encontram-se nos documentos dos séculos XIII–XV também as formas analógicas *dia*, *dea* (*diades*, *dian*) do galego moderno; nas *Cantigas* só as formas etimológicas—§ 129¹;

Dos fenómenos que caracterizam a evolução galega, em oposição à portuguesa, mencionamos aqui:

O derivado de $[u + i]$ é não só *-ui-*, como nas *Cantigas*, mas também *-oi-*, que, no século XIII, se encontra com a mesma frequência que *-ui-*, nos séculos XIV–XV exclusivamente; no galego moderno *-oi-* e *-ui-* § 15²; nos derivados de *MULTU*, *-oi-* e *-ui-* empregam-se também sempre ora um ora outro, tanto no século XIII como nos seguintes, conforme ao uso moderno, ao passo que as *Cantigas* têm sempre *muito*, abstraindo de uma única excepção onde lemos *moitas* (devido às rimas *coitas*, *doitas*)—§ 22 *b*;

na conjugação, a influência dum *i* tónico sobre as vogais temáticas *e*, *o* precedentes, fenómeno característico do galego moderno, aparece com mais frequência nos documentos do que nas *Cantigas*—§ 22 *a*³;

¹ § 129. *DEM*, *DES* etc. tornam-se nas *Cantigas* normalmente > 1.ª pes. sing. *de* 335⁹⁰, 2.ª pes. sing. *des* 235⁴⁸, 3.ª pes. sing. *de* 41³⁹, 1.ª pes. plur. *dem* 210²⁴, 3.ª pes. plur. *den* 15⁵⁰; nos documentos, ao lado da 3.ª pes. sing. *de* DG 1228 p. 17, 2.ª pes. plur. *dedes* 1291 p. 95, 3.ª pes. plur. *den* 1228 p. 16, *dem* ib. p. 18, também 3.ª pes. sing. *dia* DG 1284 p. 91, 1348 p. 113, *dea* 1474 p. 158, etc., formas derivadas do lat. vulgar **DEAM* em vez de *DEM* e que no galego moderno são só empregadas no singular (no plural sempre *dem*, *dedes*, *den*). — Diego, p. 138.

² § 15. $[u + i]$ (< $u +$ consoante vocalizada) > $[ui]$: *fruito*, *eiruito*, *luito*; os documentos mostram também muitas vezes $[o\bar{i}]$ ao lado de $[ui]$: *frojta*, *frojto* ao lado de *frujta*, *frujto*.

³ § 22 *a*. É muito frequente nas *Cantigas* o câmbio *e*, *o* > *i*, *u* sob a influência dum *i* tónico seguinte; oferecem os mais numerosos exemplos os verbos da conjugação em *-ir* (*pidimos*, *pidi*, *firidas*, *siruia*, *repintir*, *fugir*, *durmia*), ao passo que, na conjugação em *-er*, *i*, *u* em vez de *e*, *o* são raros (*quirian*, *suffria*); exemplos além da conjugação são *virilla*, *vigia*, *crerizia*, *erigia*. Nos documentos esta influência de *i* tónico ressalta ainda mais fortemente do que nas *Cantigas* e é parecida com a que observamos no galego moderno.

a contracção *a* (preposição ou artigo) + *outro*, *outra* > *autro*, *autra*, que se encontra ainda no galego moderno, é freqüente nos documentos do século XIII e aparece também nos do século XIV; não há exemplos nas *Cantigas*—§ 98¹;

o emprêgo alternado de *b-* e *v-* nos derivados dos *b-*, *v-* latinos, que é ainda raro no século XIV, mas mais freqüente nos séculos XV–XVI, indica já a coincidência destas duas consoantes como no galego moderno; nas *Cantigas* *b-* e *v-* são ainda nitidamente separadas, segundo a etimologia das palavras respectivas (*barua*, *baixas*, *besta*; *vinno*, *vida*, *valer*)—§ 31.

Na morfologia observamos:

a desinência -o da 3.^a pes. do pret. perf. simples dos verbos fortes, que, conforme ao galego moderno, constitui a regra, desde a época mais antiga, nos documentos, mas, nas *Cantigas*, é muito menos freqüente que as formas com -e ou sem vogal final (*disse*, *prougue*, *ouue*; *fez*, *quis*, *pos*)—§ 136;

o exemplo isolado *fui* 1.^a pes. sing. do pret. perf. simples DG 1273 p. 64, que corresponde ao galego moderno, ao lado de *fui*, *foi* que formam a regra e que sempre aparecem nas *Cantigas*—§ 138. 3.

Os espanholismos, que, como já indicámos várias vezes (veja-se pp. 343, 348), caracterizam a direcção galega da evolução lingüística, são, não só no hiato românico, mas também nas outras partes do nosso trabalho não publicadas aqui, bastante mais freqüentes nos documentos do que nas *Cantigas*. Mencionamos: *si* em vez de *se*; *-ie-*, *-ue-* em vez de [*é*, *ó*]; *-d*, *-t* em vez de *-de* (p. ex. *verdat*, *abat* em vez de *verdade*, *abade*); *e*, *o* em vez de *eí*, *ou*; *-n-*, *-l-* conservados; *le*, *li* em vez de *lle*, *lli*; *sepan*, *balga*, *es* em vez de *sabian*, *valla*, *é*, etc.

3) Considerando os resultados do nosso estudo comparativo no que respeita às relações lingüísticas entre as *Cantigas* e os documentos, não se compreende como Rennert, no seu *Macias o Namorado* p. 33, pudesse chegar à seguinte conclusão: «that there are no essential differences between the literary Galician and Portuguese

¹ § 98. Exemplos dos documentos são: *autra* (artigo + pron. indef.) DG 1257 p. 26, 1272 p. 63, 1289 pp. 92, 94, 1296 p. 98, 1303 p. 103; *autra* (preposição + pron. indef.) DG 1275 p. 70.

employed by Alfonso and the dialect of Lugo»¹. O nosso trabalho, em virtude de termos tomado em consideração um grande número de documentos, prova precisamente o contrário já em relação ao século XIII e mostra ao mesmo tempo que as diferenças entre as *Cantigas* e os documentos se tornam ainda mais importantes nos séculos XIV-XVI. Observamos também que, se, por um lado, as *Cantigas* já divergem dos Cancioneiros por certos traços característicos do galego, os documentos, por outro lado, manifestam ainda mais claramente do que as *Cantigas* a pura direcção galega da evolução lingüística.

Do exposto é lícito tirar duas conclusões:

a) Quanto à linguagem da poesia trovadoresca (*Cantigas* e Cancioneiros profanos), podemos afirmar com todo o direito, de acordo com Carolina Michaëlis, que ela representa, em certo sentido, uma norma poética que ficou atrasada em relação à linguagem falada daquela época. O nosso estudo comparativo entre as *Cantigas* e os documentos em antigo galego deu-nos a prova disso com respeito ao galego. É provável que um exame mais exacto das relações lingüísticas entre os Cancioneiros profanos e os documentos portugueses contemporâneos, exame que está ainda por fazer, dê resultados semelhantes com respeito ao português da mesma época.

b) Em relação aos documentos medievais em antigo galego, vimos que ressaltam já, desde a época mais antiga, certas particularidades típicas da evolução galega, particularidades que aproximam a linguagem dos documentos do galego moderno. Podemos, por conseguinte, admitir como verosímil que também nos documentos portugueses da mesma época ressaltam traços que caracterizam a evolução lingüística no sentido do português moderno. Daqui é lícito concluir que já no século XIII as diferenças que existiam entre as linguagens faladas da Galiza e de Portugal, indicam mais claramente a separação que depois se realiza entre estes dois idiomas, do que o deixam ver as diferenças que, dentro da linguagem da poesia trovadoresca, se encontram entre as *Cantigas* e os Cancioneiros profanos.

¹ Sobretudo não se compreende porque Rennert aproveitou em particular documentos do século XIV (embora só cinco) para a sua comparação.

Apêndice

Já estava pronto este estudo, quando tive conhecimento, por amável indicação do Sr. Dr. Rodrigues Lapa, do artigo de Nella Aita sobre o códice florentino das *Cantigas*¹. Nella Aita aproveita o estudo de Antonio G. Solalinde², que já dera uma descrição circunstanciada do manuscrito florentino, procurara esclarecer as relações que existem entre este e outros códices das *Cantigas* e registara as variantes de 30 cantigas do *CF* que se afastam do *Text.* ou de *Tol.*, reproduzindo ao mesmo tempo as cantigas *CF* 14 e 86 não contidas em nenhum dos outros códices. O trabalho de Solalinde, porém, apresenta ainda bastantes lacunas. Completá-lo é o objecto do artigo de Nella Aita. Nêle faz também a erudita professora italiana, em primeiro lugar, uma descrição pormenorizada do códice florentino, procura depois, pelas suas investigações aprofundadas, esclarecer a origem e a história do manuscrito, trata com minuciosidade das suas iluminuras e fala também da arte e da rítmica das *Cantigas* em geral. No que respeita às conclusões gerais sobre a origem e a história do manuscrito, Nella Aita não se afasta muito de Solalinde. Dá, em último lugar, as variantes completas das cantigas *CF* 1-53 que se afastam dos outros códices. Infelizmente também ela não terminou o seu trabalho, ficando assim por indicar ainda as variantes das cantigas *CF* 54-104.

Daremos aqui, como suplemento do nosso estudo, todas as variantes do *CF* que ainda não indicámos segundo o trabalho de Solalinde³.

¹ NELLA AITA, *O Códice Florentino de Cantigas de Affonso, o Sábio*, publicado na *Revista de língua portuguesa*, do Rio de Janeiro, ano III, n.º 13 (1921), pp. 187-200, 14 (1921), pp. 105-128, 15 (1922), pp. 169-176, 16 (1922), pp. 181-188, 18 (1922), pp. 153-160.

² Já citado na *Introdução*, pp. 285-6.

³ Em todos os casos em que *CF* apresenta variantes, indicamos, ao mesmo tempo, os exemplos respectivos do *Text.* e as páginas dêste trabalho, onde se encontram estes exemplos.

Variantes do CF, segundo o trabalho de NELLA AITA.

- Pág. 299, linhas 18-19 } *limpidõe* 312^s = CF 45^s *limpidũe*.
- Pág. 338, linhas 14-15 }
- Pág. 302, nota 6 } *nihũa* e
 nũa 312 estrib. = CF 45 estrib. *nehũa* (deve
 ler-se nesta nota: De 64 exs., encontram-
 -se 41 vezes *nĩ-*, 20 vezes *ne-*, 3 vezes
 var. *nĩ-* e *ne-*).
- Pág. 305, linha 13 *Rajũa* 373^s = 267^s e CF 53^s *Rejũa*.
- Pág. 306, linha 1 *seyan* 238³² = CF 49³² *sijan*.
- Pág. 306, linha 2 adicionar depois de: 293 tít. (em parêntese) —
 205 tít. = CF 5 tít. *siya*.
- Pág. 306, linhas 5-6 *seyan*, bissilábico, 257⁴³ = CF 44⁴³ *sijan*
 (deve ler-se pois na nota 1 da pág. 306:
 SEDERE de 13 exs.: derivados bissilábicos
 -ej- 2 vezes, *-ij-* e *-ij-* 7 vezes, var. *ej-*
 e *-ij-* uma vez, derivados monossilábicos
 -ij- 2 vezes, var. *-ej-* e *-ij-* uma vez).
- Pág. 323, linha 9 adicionar depois de: 235²³⁹ — *mercé* 253³⁶ =
 CF 31³⁶ *mercee*.

RUDOLF RÜBECAMP.

Índice das matérias do artigo precedente

Prefácio	273
§ 1. Resenha bibliográfica e abreviaturas	274
Introdução.	
§ 2. Observações gerais e objecto do estudo	276
§ 3. Fontes do estudo	283
Transcrição fonética empregada no estudo	292
Grafias mais importantes dos manuscritos	294
Hiato românico.	
§ 4. Observação geral	297
§ 5. Vogais diferentes em hiato	298
a) Uma vogal em hiato é tónica	298
1) Hiato de conservação antiga e de formação recente conservado	298
<i>u</i> + <i>vogal</i>	298
<i>ó tónico</i> + <i>a, e; o</i> + <i>á, é, i tónicos</i>	299
<i>â</i> + <i>u; a</i> + <i>ô, â, í, é tónicos</i>	300
<i>é tónico</i> + <i>a, o, u; e</i> + <i>á, ó, â tónicos</i>	300
<i>i</i> + <i>a, o, u</i>	303
2) Tendência para desfazer o hiato	303
<i>â tónico</i> + <i>e; i</i> + <i>e</i>	303
<i>é tónico</i> + <i>i</i>	305
<i>e</i> + <i>i tónico</i>	305
Cancioneiros	307
Documentos em antigo galego	308
b) Vogais protónicas em hiato	314
1) <i>a, i</i> + <i>vogal</i>	314
2) <i>e, o</i> + <i>vogal</i>	315
3) <i>u</i> + <i>vogal</i>	316
Cancioneiros	317
Documentos em antigo galego	318
c) Vogais postónicas em hiato	319
1) Hiato de formação recente	319
2) Hiato de formação antiga	320
Cancioneiros	320
Documentos em antigo galego	321

§ 6. Vogais iguais em hiato	321
a) Uma vogal em hiato é tónica	321
$a + a; o + o$	321
$i + i$	322
é tónico + e	
hiato de formação antiga	323
hiato de formação recente	324
$e + e$ tónico	
hiato de formação antiga	325
hiato de formação recente	326
Cancioneiros	326
Documentos em antigo galego	328
b) Vogais protónicas em hiato	331
$a + a$	331
$o + o$	332
$i + i$	332
$e + e$	
hiato de formação antiga	332
hiato de formação recente	334
Cancioneiros	334
Documentos em antigo galego	335
c) Vogais postónicas em hiato	338
Cancioneiros	340
Documentos em antigo galego	340

Resumo.

§ 7. Cantigas e Cancioneiros profanos	341
1) Resultados do capítulo sobre o hiato românico	341
2) Resultados mais importantes do trabalho completo além do hiato românico	342
§ 8. Cantigas e Documentos em antigo galego	344
1) Resultados do capítulo sobre o hiato românico	344
2) Resultados mais importantes do trabalho completo além do hiato românico	348
3) Conclusão geral sobre as relações linguísticas entre Cantigas e Documentos em antigo galego	351
Conclusões gerais tiradas do trabalho	352

Apêndice	353
--------------------	-----

Miscelânea

Alguns casos de semântica abecedária

A duplicação de um sinal gráfico pode ter valor aristocratizante. No seguinte passo de uma crónica do Sr. Bourbon e Meneses no *Diário de Notícias* está, porventura, um exemplo do facto — um *Gatto* com dois *tt*, menos decerto por o ótimo latino ser *cattus*, que para evitar confusão com o felino, cousa que a profissão de carnicheiro do portador do apelido particularmente exigia, a fim de que se não dissesse que era «gato por lebre» que êle vendia no talho:

«Em Benfica, descobri ha tempos um talho cujo proprietario tem o apelido Gato. Não se riam, que por enquanto não vejo que haja motivo para isso. Se ha Carneiros bipedes, porque não os hade haver Gatos?»

O que me sobressaltou foi que na tabuleta da loja houvessem reforçado o *Gato* com dois *tt*¹.

É também de registar que a indicação vicária de letras se presta às vezes para curiosos eufemismos do tipo de um que foi célebre na vida politica da República: *são socialistas com u*. Para bem pôr em relêvo a idea normal do vocábulo, obscurecida pela polarização do espírito na que o vicarismo literal cria — e por um processo que é afinal o da etimologia popular — usa-se indicar, antes do sinal gráfico substituidor, o próprio substituído. Um exemplo — que aliás é dolorosa verdade: *A gramática, qual se ensina ainda hoje em muitas escolas, é uma cabalistica com «b» e com «v»*.

A repetição anormal dos sinais gráficos num vocábulo pode ter igualmente valor semântico — superlativo ou depreciativo. Um exemplo está no seguinte passo da peça *Les corbeaux*, de Henry Becque, em que *grande* está pejorativamente escrito com três *erres*: «Maintenant je vais prier mademoiselle Judith la grrrande musicienne de la maison de me faire entendre quelque chose et puis je vous débar-rasserai de ma présence»².

¹ Número de 23 de Setembro de 1932.

² Paris 1925, p. 13.

Ainda certas cacografias voluntárias — a que corresponde modalidade especial de pronúncia — são empregues freqüentemente com intuitos cómicos. Um exemplo está na palavra *Orquestra*, outrora grafada *Orchestra*, e que aparece com a forma *Oræstra* na designação *Oræstra Pitagórica* da estudantaria de Coimbra.

A ela alude o seguinte passo de um reclamo, que recorto do *Diário de Lisboa*, e em que o cómico é ainda reforçado com a aliteração e cognatismo do nome do maestro: «Não faltarão variedades para desopilar. Recitativos patuscos, piadas, surpresas, larachas e por fim a audição da piramidal *Oræstra Pitagórica*, a mais hilariante criação da estudantada, sob a regencia, como eles dizem, do nervoso e sacudido maestro Figueirinhas, Figueiral, Figueiredo, Figueirôa, Figueiró, da Figueira da Foz!¹»

Também as cacografias involuntárias ou inocentes podem ter interêsse lingüístico.

Tal, por exemplo, o caso de *sachristão*, escrito errôneamente com *ch* por influência de *christão*, facilitada pela função religiosa que aquele desempenha. Trata-se de um tam raro quanto curioso caso de etimologia popular gráfica, pois *sacristão*, provindo de *sacristanus* nome derivado do baixo latim *secrista*, nada tem com *christão*, que aliás não é evolução do latim *christianus*, que deu *crischão* na língua arcaica, mas forma moderna tirada directamente de *Christo* por meio do sufixo *-ão*².

Ainda o simples facto de certas letras de emprêgo relativamente restrito aparecerem em número plural num nome próprio pode originar gracejos mais ou menos pesados. Vejo um dêsses gracejos num eco político do jornal espanhol *Ahora*, e subordinado ao título *Ubicuidad*:

«El distinguido coronel de ingenieros don Ubaldo Azpiazu — influencia zig-zagueante de la «z» — aparece escoltando todos los cambios de régimen con su asistencia»³.

Pode notar-se como comentário ao transcrito passo — e à maneira de parêntese — que, fazendo a própria onomatopeia binária e de gradação vocálica *zig-zag* acudir de algum modo ao espírito o quebrado desengonçamento do *z*, êsse pequeno eco político realiza, por assim dizer, a beleza da figura etimológica.

¹ Número de 14 de Maio de 1932.

² Leite de Vasconcelos, *Lições de filologia portuguesa*, Lisboa 1911, p. 297, nota 1.

³ Número de 3 de Julho de 1931.

Igualmente, o pôr em relêvo o número de vezes que determinado sinal gráfico —sobretudo a consoante iniciadora de sílaba— entra numa palavra, serve para superlativar esta. Dois exemplos: *é um masmarro com os dois émes; saiu um tratante com os três tês*.

Mas também a indicação de letra ou letras foneticamente mais características de uma palavra pode servir para a atenuar ou evocar de modo velado. Camilo Castelo Branco faz isso com certa interjeição tam enérgica quanto rascante, que outrora, no entanto, foi vocábulo inocente, com entrada larga em apelidos, tal-qualmente acontece ainda na vizinha Espanha, onde a palavra resistiu ao conspurco. Eis o passo:

«O abade, lidas as duas notícias vindas no mesmo correio, expectorou uma palavra obscena, muito repreensível, mas única em língua de homens adequada ao assunto. Depois repetiu o vocábulo desobstruente seis vezes, carregando muito nos *rr* e ficou mais aliviado.

Há exclamações que laxam a alma, que a descarregam das opilações tímpaníticas»¹.

Cabe ainda notar que certos vocábulos, na mesma função substantival comum, significam diversamente conforme é maiúscula ou minúscula a inicial. O caso, porventura, mais típico é o de abreviatura do título científico «doutor». É tradição —que supponho inda hoje pratica o *Diário de Coimbra*— designar com o *dr.* que abre por minúscula, o antigo bacharel e actual licenciado das nossas Universidades e reservar o *Dr.*, que abre por maiúscula, assim como a grafia por extenso do vocábulo, para os poucos que, neste país de doutores, o são afinal de facto.

JOÃO DA SILVA CORREIA.

Valor dos trocadilhos para o conhecimento da pronúncia antiga ou dialectal

Os trocados de palavras —no dizer do povo «um falar e dois entenderes»— têm manifesta importância para o conhecimento da pronúncia de outras eras, ou inclusivamente da pronúncia de hoje nesta ou naquela região.

Alguns exemplos elucidativos:

1) Os *ss* da língua geral distinguiam-se até ao século XVI do *ç*, como *s* sonoro se distinguia de *z*, — coisa aliás natural, porquanto

¹ *Sentimentalismo e História*, II, Porto 1903, pp. 18-19.

os *ss* têm origem nos dois *ss* e no *rs* latinos, como *s* sonoro representa *s* e *us*, e o *ç* e o *z* provêm, por sua vez, de *ce*, de *ci*, e de *ti*, seguido de vogal no idioma do Lácio.

Um passo de Gil Vicente, na *Romagem de agravados*, mostra bem esta diferença articulatória entre os dois *ss* e o *ç*. Aqueles soavam próximo a *x* ou *j*, como ainda hoje se verifica na população beiroa, que, por exemplo, na locução religiosa local *Graças ao altíssimo!* pronuncia a palavra *Graças* com o *ç* da língua normal, mas articula *Altíssimo* entre *Altixemo* e *Altjemo*. E daí o poder fazer-se jôgo vocabular com *ax* — nome do alfabeto proveniente das letras extremas da série abecedária — e o apelido *Assis*. Eis o passo:

— Dize A. X.

— Assis era um alfaiate
Que morava ali á Sé¹.

2) Em francês o *s* etimológico que precede consoante é mantido na grafia clássica, se bem que tenha ensurdecido nessa posição ainda em plena idade média. Um trocadilho que vem em *Le jeu de Robin et Marion*, escrito por Adam le Bossu no último quartel de século XIII, e em que a palavra *ane* — latim *anas*, português *âdem*, hoje só existente no composto *bédane*, de *bec-d'ane* — é entendida como *asne* — latim *asinus*, português *asno*, francês moderno *âne* — coisa só possível por o *s* desta segunda palavra, conservado na grafia até muito tarde, haver ensurdecido já. Eis o passo:

— Mais veis tu par ci devant,
Vers ceste riviere, nule ane?
— C'est une beste qui rechane?
J'en vi ier trois seur chemin,
Touz chargiez aler au molin².

Para o conhecimento da linguagem dialectal os trocadilhos servem igualmente. Dois exemplos colhidos em Espàriz-Táboa:

1) *Vamos a Santar que é boa terra* — é frase graciosa que ocorre quando uma pessoa convida outra a sentar-se. A expressão trocadilhada não seria, porém, possível se *sentar* não fôsse no falar local *assantar*.

¹ Hamburgo 1834, II, p. 102.

² Paris & Langlois, *Chrestomathie du moyen âge*, Paris 1914, pp. 337-338.

2) *Quantos mais «raios» matam, mais «raios» ficam* — é adivinha com que é freqüente explorar a perspicácia alheia. O trocado vocabular não seria, no entanto, possível se a forma do adjectivo *raro* não fôsse localmente a dissimilada *ralo*.

E assim como informam acérea da fonética vocabular os trocadilhos informam a respeito da fonética sintáctica.

O francês apresenta exemplos inúmeros. Um d'êste idioma, que Nyrop arquiva no *Manuel de Phonétique du français parlé*, é o enigma:

De quelle couleur est toujours un coffre fort quand on le vide?
e a que se responde com a frase: *Il est tout vert*, que se pronuncia do mesmo modo, por via da ligação dos elementos verbais, que *il est ouvert*¹.

JOÃO DA SILVA CORREIA.

Etimologia do vocábulo «garavotil»

Nas *Frases feitas* o ilustre filólogo brasileiro Dr. João Ribeiro tem o seguinte passo: «A palavra primitiva *garavin* (derivada do radical *carabus*, como caravela, *crable*, garabulho) designava bordados, toucados, cabelos entretecidos, lembrando o z da letra de mão. Daí, a frase *garavotil* que aparece na *Benteida*²». E o douto acadêmico cita desta obra de Alexandre Antônio de Lima o seguinte passo, em que *garavotil* surge, significando, como o contexto eloquentemente mostra, último ou últimos dos sinais abecedários:

Hum ninguém me agravou: esta rozinga
De tam pouco nasceu, que he de um magano
Que será a ter caracter que o destinga
Garavotil do abecedario humano³.

Cremos que êste vocábulo *garavotil* não tem no entanto a origem que o douto acadêmico fluminense lhe atribui: êle não passa de forma divergente de *gregotil*, primeiro *y grego til*, depois *gregotim*. A forma-base está no seguinte passo da comédia *Eufrozina*, de Jorge Ferreira de Vasconcelos: «E sabeí que ainda que queiram

¹ 4.^a ed., p. 143.

² II, Rio de Janeiro, 1909, p. 110.

³ Edição de Constantinopla, 1752, c. III, est. 16.

não passam do *y grego til*, e do seu pouco folego favorecem o bando da brevidade sem a entenderem, e nam chegam aver vista da copia»¹.

A forma sucedânea *gregotil* está no seguinte passo doutra comédia do mesmo autor—a *Ulisipo*:

REGIO:

Nunca essa morre ao desamparo: e seguro que sabe ella já o az.

ALCINO:

E o *gregotil* também².

Dêste *gregotil*, que de início significou os últimos sinais alfabéticos, e por fim quis dizer rabiscos ou garatujas, é que provém *garavotil*. Da primeira forma facilmente se chegava à segunda. Um dos caminhos possíveis é o seguinte: passagem de *gregotil*, primeiro a *guergotil*, e depois a *gargotil*—com permuta de posição entre a líquida e a vogal átona, e com evolução desta, junto do *r*, para *a*, como no populismo *farnético*, antes, com metátese, *fernético*, culto *frenético*, do greco-latino *phreneticu*; em seguida, transformação de *gargotil* em *garagotil*, por o grupo em que a líquida é primeiro elemento intercalar suarabàcticamente vogal igual à da sílaba inicial —note-se *caravão*, de *carvão*—, e finalmente em *garavotil*, por o *g* medial, mais fraco que o inicial, dissimilar para *r*, mutação justificada pela forma popular beiroa *Carrabosela*, do topónimo *Carragosela*, e até pelo seu contra-fenómeno —labial que se torna gutural— visível em casos como o de *gómito*, de *vómito*, ou *godalha*, de *bodalha*. Suponho que nem *garavotil*, nem as formas suas naturais predecessoras imediatas —e resta saber se tódas teriam tido existência oral— foram registadas pelos dicionaristas.

JOÃO DA SILVA CORREIA.

¹ Edição de Aubrey Bell, p. 168.

² Acto II, sc. 8.

livros e Revistas

Wilhelm Giese, *Como os mouros de Asfi grafavam o português*. In *Biblos*, 1931, pp. 482-511.

Em 1897 trabalhava eu em três obras destinadas a comemorar o quarto centenário da Índia: *Textos em aljamia portuguesa*, *Crónica dos reis de Hisnaga* e *História dos Portugueses no Malabar*. As duas primeiras saíram nesse ano e a terceira no ano seguinte. Estas duas últimas têm extensa introdução e uma e outra custaram muitas investigações; e a primeira, na falta de custosa introdução, tem abundância de documentos da Torre do Tombo a respeito do mouro Bentafufa que, em Marrocos, prestou grandes serviços a Portugal e conseguiu criar, em volta de Saïba, uma larga zona de mouros de pazes. Pode ver-se isso na *História de Portugal*, dirigida por Damião Peres, t. III, pp. 485-499.

A novidade d'este trabalho era a publicação de alguns textos em português escritos com caracteres árabes —ou seja em aljamia—, na sua maioria de Bentafufa. Estão na Torre do Tombo e foram pela primeira vez identificados por mim. Publiquei esses textos e dei a sua transcrição portuguesa. O meu ponto de vista era puramente histórico e por isso absteve-me não só de uma transcrição rigorosa ou transliteração, mas até de quaisquer observações filológicas. Confesso que tais textos mereciam ser tratados do ponto de vista filológico; e mais de uma vez, posteriormente, tive desejo de os tratar sob esse aspecto, sobretudo depois do excelente estudo de Menéndez Pidal no *Locum de Fuat*, em aljamia espanhola. Queria assim preencher essa lacuna do meu trabalho e principalmente emendar em muitos lugares a minha transcrição, umas vezes inexacta, outras descuidada. Logo após a publicação dêle uma carta em aljamia portuguesa de D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, acompanhada de uma lista de correcções a fazer, me deu essa sugestão. Recentemente, esses textos foram fotografados para serem insertos na grande colecção *Sources inédites de l'histoire du Maroc*, secção portuguesa, e eu insisti com o director dela, o Sr. P. de Cenival, para ser encarregado dessa parte da publicação franceza referida, para poder emendar-me a mim próprio.

Mais recentemente ainda, o Sr. Dr. W. Giese fez na *Biblos* o seu estudo filológico, antecipando-se assim à minha realização, mesmo apenas histórica, como será a das *Sources*. Esse estudo foi feito com rigor e aparato filológico necessário e só tenho que louvar nêle. É estudo minucioso e feito em comparação constante com a aljamia espanhola. Bibliografia abundante do assunto. Os exemplos dados ora em caracteres árabes —as mais das vezes—, ora em transliteração. O Sr. Dr. Giese, ao de leve e em nota, atesta que a minha transcrição «não é sempre correcta», com muita razão; afirma, porém, sem razão que o meu quadro da correspondência entre o alfabeto latino e o árabe é também inexacto.

A notícia histórica preliminar merece alguns ligeiros reparos. Não compreendo porque o autor, escrevendo em português e para Portugueses, adoptou a forma *Asfi*, querendo assim emendar a forma portuguesa *Saïba* e a franceza

Safi. Diz igualmente que D. Manuel encarregou o governador de Mazagão de se apoderar de Safim em 1508. Nesta data não havia ainda fortaleza em Mazagão e por isso governador. Quis referir-se ao governador do Castelo-Real (em Mogador), Diogo de Azambuja. O primeiro governador de Mazagão foi Martim Afonso de Melo e a fortaleza feita em 1514, depois da conquista de Azamor. Pode ver-se isso na *História de Portugal*, já citada, t. III, pp. 529 e seguintes.

Como se vê do título do estudo do Dr. Giese, estes textos são atribuídos a mouros de Safim. Na verdade 5 — sobre 8 — são de Bentafufa, que era, de facto, natural daquela cidade; mas 2 são de indivíduos de outras partes e o oitavo, muito curto, é o texto do juramento do Turco. Fui eu que o induzi em erro, porque afirmei que tinham sido escritos de Marrocos «por mouros ao nosso serviço». Pôde daqui depreender-se que foram escritos pelos autores das cartas. Creio hoje que não é verdade. Estes 8 documentos estão refnidos no mesmo caderno de papel, escritos a seguir uns aos outros — nessa ordem se publicaram —, e são todos do mesmo punho. Devem, segundo parece, ter sido transcritos em caracteres árabes por alguém da corte de Lisboa que sabia muito bem a língua árabe. Porque, na verdade, havia de escrever assim Bentafufa estas cartas e fez de outro modo em tantas outras da mesma data ou época? Isto, todavia, não diminui o seu valor filológico. Eu devia ter dado estas informações em 1897.

DAVID LOPES.

Walter Ebeling, *Die landwirtschaftlichen Geräte im Osten der Provinz Lugo. In Volkstum und Kultur der Romanen*, v (1932), pp. 50-151.

O Sr. Ebeling, discípulo do Prof. Krüger, de Hamburgo, visitou, nos dois verões de 1928 e 1929, a região oriental da província de Lugo, escolhendo sobretudo para teatro das suas investigações etnográficas e lingüísticas as zonas de Fonsagrada e Becerreá, respectivamente ao centro e ao sul do território.

Dá-nos conta amudada neste trabalho da sua exploração, que, ainda mais do que o trabalho similar de Messerschmidt para a Serra da Estrêla [Cf. *Volkstum*, IV (1931), pp. 72-163, 246-305], insiste no aspecto propriamente etnográfico, o que dá certa secura, pelo menos para o filólogo, à sua narrativa. Assim, por exemplo, sobre a roda do carro faz-nos uma longuíssima digressão (pp. 72-76) e leva a sua minúcia a ponto de nos dar as medidas da mangueira e do pirtigo nos diferentes lugares da região (pp. 138-139). É defeito do próprio sistema de trabalho, no qual andam intimamente ligadas as duas disciplinas. Compete ao estudioso amenizá-lo o mais possível pela disposição gráfica e pelo equilíbrio das proporções do material científico. O trabalho de Messerschmidt é, a esse respeito, modelar: pondo o objecto directamente sob os nossos olhos e não no fim, colocando as cousas miúdas em curandel, o que dá graça e pitoresco à página de composição, prodigalizando-nos, em excelentes fotogravuras, aspectos paisagísticos da região, e fazendo um minucioso estudo comparativo, o investigador hamburguês realizou um trabalho digno dos maiores elogios, ao qual só falta, para ser completo, um glossário final. Cf. *A Língua Portuguesa*, (1930-1931), pp. 364-369.

O estudo do Sr. Ebeling tem a virtude primacial da escola hamburguesa a minúcia da informação etnográfica e morfológica; falta-lhe contudo um elemento indispensável nesta espécie de trabalhos: o esclarecimento das modalidades fonéticas, que mereceu tanto cuidado a Messerschmidt. O autor se raras vezes nos informa do timbre das vogais tônicas, o que, se para um português é necessário, para um estrangeiro é indispensabilíssimo. Assim, ficam sem esclarecer, entre muitas outras, palavras como *chedas*, *selha*, *lombois*, *lornos*, *biertos*, *pés*, *melhor*, *relha*, *peras*, *loro*, *petu*, *oreca*, etc. Isto é tanto mais importante quanto nos não podemos gular pelos usos da fonética portuguesa, que desconhece, a não ser em variedades dialectais, as formas abertas lucenses nos substantivos *rodo* (p. 129), *rego* (p. 130), *repalho* e *toco* (p. 131, n. 4). Parece depreender-se, dum modo geral, que, sempre que se não indica expressamente o timbre da vogal tônica, deverá ela considerar-se fechada. Todavia há casos que um leitor, sobretudo se é português, tem o direito de estranhar, como *pêrtega*, *xesta*, *pedra* sem indicação de timbre, *penedos* com *e* aberto, etc. É pois necessário representar sempre a qualidade da vogal tônica.

A exploração de Ebeling limitou-se exclusivamente às alfaías agrícolas, aos instrumentos directos da lavoura. Daqui provém sem dúvida a aridez de certas explicações, que têm de resto inquestionável valor etnográfico. O estudo compreende a zorra (pp. 52-54), o carro de bois (pp. 54-94), o jugo (pp. 94-104), o arado (pp. 104-112), a grade (pp. 112-116), o ancinho (p. 117), a toice (pp. 117-122), a gadanha (pp. 122-127), a enxada (pp. 127-135), a forquilha (pp. 135-137), e o mangoal (pp. 137-140).

O montanhoso da região e o difícil intercâmbio contribuem para conservar o arcaísmo da cultura e da linguagem, que apresenta, por isso mesmo, curiosas variações de lugar para lugar. Nisso, a região galega explorada é muito mais abundante do que a nossa Serra da Estrêla, onde há uma relativa unidade lingüística, e onde a cultura apresenta um aspecto menos atrasado. De resto, em Lugo, como na SE, os usos tradicionais e o fundo lingüístico estão já ameaçados, aqui pela invasão do modernismo citadino e lá por essa mesma e por outra ainda pior: a do castelhanismo, detentor da administração pública. Nota Ebeling (p. 125, n. 1) que ao norte de Fonsagrada se sente uma tendência pronunciada para substituir os velhos utensílios e a velha linguagem pelos objectos modernos e pelos castelhanismos. Assim, ao passo que ainda em Castañeira se diz *cutele*, já em Pereira e Fonsagrada se diz a castelhana *cuchila* (p. 134, n. 7). Ao sul da estrada, que vai de Lugo a Fonsagrada, o antigo mangoal de duas peças é exclusivamente empregado; ao norte está por toda a parte substituído pela *máquina de malhar*, a tal ponto que a geração actual de Vilaframil, junto do Cantábrico, já não sabe manejar um mangoal (p. 137).

É claro que as poveações da fronteira propriamente espanhola estão naturalmente sujeitas a uma desnaturação lingüística, que, se não contaminou os velhos, é já muito sensível na gente nova (p. 79, n. 4). Surpreende ver formas como *clabo*, *clabixa*, *pareza*, *oreca*, fazendo concorrência às vernáculos *crabo*, *chabelha*, *parelha*, *forcada*.

Observa ainda Ebeling que o curso de Eo e do Neira formam mais ou menos uma fronteira lingüística: para o oriente o tipo *axola* < *asciata* e *axola* < *asciola*, para occidente os tipos ditongados *aizado*, *-a*, *eixado*, *-a*, e *aizola* (p. 128, n. 2).

A minúcia dos dados fornecidos por Ebeling obriga-nos a seguir a ordem por que dispôs o material. O leitor português e mais ainda o leitor galego, para quem também escrevemos, encontrarão neste noticiário alguma coisa que os interesse. Faremos, sempre que seja possível, um confronto com os elementos que nos proporciona Messerschmidt. Um facto importante deverá ser desde já pôsto em relêvo: um mesmo tipo de civilização e um mesmo fundo de linguagem produziram necessariamente formas de nomenclatura muito afins. A terminologia rural coincide portanto dum modo geral com a portuguesa. Há porém na região lucense uma maior riqueza e variedade de denominações. Assim, para a cabeça do eixo do carro de bois, há, além do nome *cabeça*, também usado na SE, (iv, 149), ainda os seguintes: *pibida do eixe*, *meixela* e *palagadoiro* (p. 71.) A rabiça do arado chama-se as mais das vezes *rabêla*, como em Trás-os-Montes e na SE, no lugar de Cortiço da Serra (iv, 129); mas há no território de Lugo outros vocábulos: *manibêla*, *agarradoiro*, *mao* e *pecho* (p. 109).

Para o destorroamento do chão com a grade, Ebeling dá-nos oito variedades de nomenclatura (p. 114), algumas das quais bem interessantes: *brunhir terra*, *esmagulhar*, *achaiar*, *gabear*. Para a bigorna de amolar, que na SE se chama *safra*, há, além de *zafra*, os termos: *xuaca*, *inera*, *inere*, *ingre*, *inle* e *erabunho* (pp. 125-126). Finalmente, o gancho da gadanha, que se prende ao cabo por meio duma argola de ferro, tem na SE duas designações apenas, *côço* ou *pé da gadanha*; pois em terras de Lugo tem catorze, a maior parte delas de origem metafórica; por aqui se vê a enorme riqueza do lexico galego: *calcanho*, *canêlo do mangar*, *rabo* (*rabote*), *pitorro*, *paletón*, *recatón*, *tacon*, *talón*, *couze*, *pescozo*, *codeira*, *orelha*, *gato*, *mosca* (p. 125).

1. A zorra é usada no transporte de pedregulhos e na destruição dos montes de toupeira (Constantín). Em Donís, junto à fronteira de Leão, concorre com a grade no destorroamento dos campos.

Terminologia: *rastro*, ao norte e no centro; *corza*¹, ao sul, como em Trás-os-Montes e Vilar Formoso (*corça*, *corço*).

2. É ainda usual no campo o carro chiador, cuja vantagem consiste, segundo crê o campónio, em animar os bois; tem além disso a utilidade de, em carreiros estreitos da serra, avisar à distância e evitar assim o incómodo e o perigo dos encontros. A descrição dos diferentes tipos de carros, muito pormenorizada, vem a pp. 57-62.

Terminologia: não foge da usual entre nós: para o leito do carro, *chedeiro*, *pertega*, *solho* (na SE *soulho*), *leito*. Para o varal a forma mais corrente é *cabeçalho*; na SE há mais variedades: *tiro*, *tirofio*, *toíço*.

Em nota (p. 64, n. 3), refere-se Ebeling a metáforas tiradas do mundo animal para designar objectos ou parte dos objectos que servem à lavoura: *loba*, *lobatón*, *burro*, *gabitan*, *aigon*, *raposa*, *perra*, *sapo*, *gato*. Parece-nos contudo que o nome de *corça*, aplicado à zorra, lhe não vem do feitio das pernas do animal, mas sim dos cornos do veado.

As travessas inferiores do carro que ligam as chedas têm uma designação mais variada do que na SE; mas um dos termos mais usuais é justamente, como na SE, o de *cadeas*; na Estrada emprega-se o castelhanismo *tesones*, correspon-

¹ O *z* empregado em palavras galegas representa a pronúncia da fricativa interdental, equivalente ao *z* castelhano.

dente aos *tesões* de Trancoso e Trás-os-Montes (iv, 151). Para as tábuas do leito do carro: *táboa*, *traba* e *tabla*, que Ebeling diz, sem fundamento sério, tratar-se duma forma puramente castelhana (p. 66); *tabla*, ocorrente na região especificamente arcaizante e não propriamente um vocábulo fronteiriço, pode muito bem ser um arcaísmo, que explicaria a outra forma *traba*: TABULA > (táboa), *tabla* > *tabra* > *traba*. Cf. PARABOLA.

A peça do meio da roda chama-se em uns pontos *molo* (na SE *miulo*, iv, 146), noutros *mión* (em Moimenta da Serra e Vila Cova à Coelheira *miun*), e num ou noutro lugar raramente *mil*, *muil*, *miles*. Os étimos propostos MEDIOLU, MEDIANU deverão servir para a história de *d* + *y* em galego-português. Note-se que na SE se dá também o nome de *meñ* < MEDIANA, *miñi*, *miñi* e até *milhã* à correia que prende o mango ao pirtigo do mangoal (iv, 156). Cf. *midiana*, em Vilar Formoso e *milhã* em Trancoso, para a correia que prende o varal ao meio do jugo (iv, 140; v, 103).

Para as abraçadeiras do meio das rodas, merece observação a pronúncia interdental *abrazadeiras*, em Vega de Logares, e uma outra, com *ss* português, em Vilachá de Ca. e S. Pedro de Cerv. (p. 79). Isto é importante para uma uniformização futura da pronúncia, em sentido português. É certo que *zinta* aparece por toda a parte com a pronúncia castelhana, mas também não é menos verdade que *celho* < CINGULT, pronunciado *selho*, parece dizer-nos que a pronúncia antiga e vernácula é a de alveolar fricativa. O caso merecia um estudo especial.

3. Sobre o jugo, é interessante a pronúncia de *xunzer* em todo o oriente de Lugo; existe também, afora *xunzir*, em Abreiras, a forma *xunquir*, a noroeste. Cf. na SE *junquir* e *junquer* (iv, 140-141). Ebeling deriva, como Meyer-Lübke, *ceibar* = «soltar os bois do jugo» (Messerschmidt infelizmente não nos deu o termo, sendo até a este respeito mais omissivo do que Ebeling) de EMANCIPARE (p. 103). Julgamos impossível o étimo por várias razões: a estranha aférese de *eman-*, a existência de ditongo *ei*, que não poderia, como Meyer-Lübke pretende, vir de MANCIPIUM. O étimo CAELIBE quadra muito melhor e já foi proposto. Cf. *Rev. Lusit.*, 1, 208, ix, 392, x, 333.

4. Ao sul da região ainda se encontra a forma primitiva do arado, a *cambela* (p. 105); mais para o norte é usual o *arado de pao*, que também se encontra na SE (iv, 127), onde serve para terrenos montanhosos, pedregosos, como em Lugo.

Terminologia: o varal do arado é o *timon*: na SE, *tamão* (iv, 129). A rabia chama-se a maior parte das vezes *rabêla*, como em Trás-os-Montes e em Cortiço da Serra. A correspondência demonstra-se ainda nas principais denominações: *dente*, *relha*, *teiroa*, que representa uma forma arcaica do português *teiró* (iv, 130).

5. O tipo primitivo da grade de caniços, o *canzêlo*, que ainda se encontra no território de Cervantes, já não existe na SE.

6. A nomenclatura do ancinho é também idêntica à nossa.

7. Para o espigão de ferro, que entra pelo cabo do foucinho, há vários nomes, entre os quais *anra*, *anga* (p. 119). Cf. *anca*, p. 120. Deverão ser descendentes de ANGULU. Cf. REW³, s. v.

8. A gadanha serve especialmente para cortar tojo e fetos. Não se emprega naturalmente em terrenos pedregosos (Castañeira e La Iglesia), que a estragariam. Messerschmidt não nos dá a gravura da gadanha utilizada na SE (iv, 160).

Terminologia: para a mão da gadanha são de notar as formas fonéticas *manigüela*, em Barcia, e *manizuela*, em Villafamil, perto de Ribadeo. A mão superior chama-se em Fachita, perto de Becerreá, *manguera*. Há, segundo parece, paralelismo entre *xunquir-xunzer* e *manigüela-manizuela*.

O rebordo superior da fôlha tem nomes conhecidos na SE (iv, 160): *cota* e *borde*; tem contudo outros, diferentes: *barilha*, *barril*, *arista*, *cordon*, *orelha* (p. 124).

9. A enxada larga equivalente à nossa, é chamada *rôdo*. Estes instrumentos, como a feice, a gadanha, a enxada, o ancinho, o engajo e a forquilha são muito sucintamente descritos por Messerschmidt, que os inclui a todos num capítulo final (iv, 159-168). Nota-se na região lucense a falta do nosso podão.

10. A forquilha de pau de 2 dentes chama-se *pao, forcada* (*forcado, forquita, forqueta*), *galho* (*galhadas, galhadin*), *colmeiro*. A forquilha de ferro, de mais de 2 dentes, tem dez designações diversas.

11. O nome geral para o mangoal é *malhe*. Em Pontevedra, *manle*. A mão do instrumento é a *môca*; em Pontevedra *manguera*, como na SE (iv, 155). A outra parte é na SE *pirtigo* e em Lugo *pértago* ou *pértigo* (p. 140). As coberturas de coiro da mão e do pirtigo têm terminologia vária; dois nomes, usados apenas em Mourisco e Puebla de Burón, *bestido*, *bistimentu*, têm correspondência no fato da SE, que se usa apenas para representar a cobertura do pirtigo.

O capítulo do mangoal é em Ebeling excepcionalmente menos desenvolvido do que o correspondente de Messerschmidt (iv, 153-157), salvo em todo o caso na denominação das coberturas de coiro, que é mais variada na região de Lugo.

Ao trabalho de Ebeling falta também um glossário final. Compreende-se facilmente a fadiga e a despesa que isso representa; mas para o estudioso que se dedique a comparações — e a comparação é a alma destes trabalhos — ôle é absolutamente necessário. Aos filólogos e etnógrafos de Portugal e da Galiza recomendamos vivamente o estudo do Sr. Ebeling.

RODRIGUES LAPA.

Otto Antscherl, *J. B. de Almeida Garrett und seine Beziehungen zur Romantik*. Heidelberg, 1927, 217 páginas.

Do livro do Sr. Antscherl foram feitas na devida altura várias críticas, em revistas nacionais e estrangeiras¹. Surpreende contudo verificar que nenhuma, pelo menos das substanciais e circunstanciadas, tem uma autoria portuguesa. Isto é grave, porque, neste andar, os estrangeiros não encontram estímulo para escreverem sobre cousas de Portugal. Por isso mesmo, embora um pouquinho tarde, damos a notícia crítica do livro do Sr. Antscherl, cujo preço excessivo (c. 130\$000), diga-se de caminho, o torna quasi proibitivo para algibeiras nacionais. A casa editora de Heidelberg de-certo contou com a sua fraca venda em Portugal; daí o absurdo do preço.

O trabalho de Antscherl é o primeiro ensaio metódico de literatura comparada, aplicada à obra dum escritor português. O seu principal mérito consiste sobretudo nisto: situar com precisão o génio de Garrett na sua época e determinar com suficiente minúcia a soma de influências estranhas que até certo

ponto nêle actuaram. O quadro dessas sugestões literárias não está evidentemente completo; o próprio autor confessa, a propósito do *Romanceiro*, que valeria a pena, em estudo especial, investigar a origem das opiniões sôbre medievalística e o rasto que nelas deixaram os estudos de Millot, Ginguené, e também Grimm, Schlegel, Sismondi, Raynouard, etc. (p. 183, n. 1); mas foi dado realmente um grande passo para uma melhor interpretação da obra de Garrett e para um definitivo estudo das suas fontes.

De resto, vai sendo tempo de actualizar os nossos métodos de história literária, fazendo passar pela craveira dos valores europeus as nossas grandes figuras. O livro de Antscherl diz-nos, em derradeira análise, que nada temos a perder com isso; porque, se Garrett pasceu algumas feições do seu espírito aqui e ali, soube guardar na totalidade da sua obra um carácter tam assinaladamente pessoal e terrantês, que fica, pela independência do seu temperamento de escritor, num lugar de inveja entre os românticos. Esta é a idea fundamental do presente livro. E vale a pena, já agora, e antes de passarmos à pormenorização do seu conteúdo, acentuar o facto.

Surpreende na parte madura da sua obra e já antes, nas primeiras tentativas (*Catão*, 1822), o inteligente afã de considerar o génio clássico e o romântico como perfeitamente compatíveis e até indispensáveis um ao outro. «Nenhum dos seus contemporâneos, diz com razão Antscherl, se elevou a esta largueza de vistas» (p. 133). Por isso, embora o crítico alemão a rejeite (p. 129), é perfeitamente plausível a opinião de Teófilo Braga de que Garrett seria levado, ainda mesmo sem o estímulo de Goethe, à combinação dos dois espíritos, «que devia produzir e fixar a poesia moderna» (*Garrett e os dramas românticos*, 31-32). Garrett logo compreendeu — e com que sóbrio primer no-lo diz — o forte simbolismo do intermédio de Helena no segundo Fausto, publicado em 1827. E a sua obra vai ser uma das melhores, senão a melhor exemplificação dêsse ideal artístico, proposto pelo patriarca de Weimar e hoje, após tanta berraria por e contra o romantismo, reconhecido definitivamente como bom. (Henri Gerard et Henri Moncel, *Pour et contre le romantisme*, Paris, 1927; Pierre Moreau, *Le classicisme des romantiques*, Paris, 1932).

Antscherl segue para a análise da obra de Garrett o método cronológico e divide o livro em 4 capítulos: os anos de aprendizado, os contactos com o romantismo, liberdade e negação do romantismo, a política. Nota o crítico, no primeiro capítulo, que as composições juvenis dos 16 anos já mostram a tendência para o isolamento, para aquele mal romântico, a que o jovem escritor chamava «delícias de suave tristeza melancólica», para aquele «fugir da vida às portas delas»; e observa a singular semelhança com os versos de Lamartine das *Primeiras Meditações* (p. 4). Esse paralelismo verifica-se ainda na educação espiritual dum e doutro e até mesmo — coincidência singular — na admiração por Filinto, que, segundo Reyssic, teria deixado influências em Lamartine (pp. 27-28).

¹ Ocorrem-nos as seguintes: de Karl Supprian, extremamente confusa, na *Biblos*, iv (1928), pp. 259-265; de Le Gentil, na *Revue de Littérature comparée*, ix (1929), pp. 201-206; e de R. Pitrou, no *Bulletin Hispanique*, xxxiii (1931), pp. 72-80.

Como sucedeu com o lírico francês, os primeiros entusiasmos de Garrett foram para a literatura política, de propaganda republicana; Voltaire, Rousseau, Alfieri, o espírito da Enciclopédia enfim determinam a feição democrática, anti-clericalista das suas primeiras produções (*Mélope, Retrato de Vénus, Catão*). Isto precisamente num momento em que a primeira geração romântica francesa fazia profissão da fé católica, repudiava os horrores da Revolução e exaltava os jesuítas portugueses, perseguidos pelo vintismo (pp. 22-23).

Claro está que a acção emoliente de Chateaubriand e a sugestão medievalística provocariam um retôrno inevitável ao catolicismo; e já em 1838 numa crise de desalento, em carta a Merculano, agradecendo-lhe a *Harpa do Crente*, aludia aos versos de *impiedade estúpida* e às *sonolentas alegorias da escola enciclopédica*, da primeira fase do romantismo português (*Cartas íntimas*, pp. 66-67).

Estaria Garrett curado do voltèrianismo dos vinte anos? Não estava; o que havia é que o seu génio superior, ajudado pela experiência da vida e dos homens, ia lentamente organizando aquela construção harmoniosa de fantasia romântica e de racionalismo temperado mas intransigente, que a raros só foi dado ter. Houve realmente quem pensasse que a nova atitude romântica nacionalista e ortodoxa, podia servir admiravelmente os interesses de certas clientelas e ser um puro instrumento de apologética. Garrett desiludiu essa gente com a publicação do *Arco de Sant'Ana*. Antscherl censura brandamente Teófilo Braga de prestar demasiada atenção à parte política do notável prefácio, sem reparar que Garrett se não encontrava apenas sob a influência da situação política (p. 170). Ora, a verdade é que Teófilo tem razão: o romance, que, como tal, pouco presta, vale sobretudo pela intenção política e o prefácio juntamente com a deliciosa carta do n.º 72 valem bem por toda a novela. Aí se confessa como a paixão do gótico e o horror do classicismo estavam a ser pedestal para «a mais perigosa e perniciosa de todas as oligarquias, a eclesiástica», que queria conduzir a nova revolução do gosto «onde ela não podia ir, torcer-lhe a direcção e grangeá-la em sórdido proveito de seus interesses» (I, 5-6). A evolução política dos românticos, nota com justeza Antscherl, foi idêntica: convencidos de que estavam a servir de degrau à reacção clerical, evoluçionaram para a República. Garrett conservou-se monárquico, mas o crítico alemão tem dúvidas sobre a sinceridade do seu legitimismo. Atribui, em todo o caso, o seu monarquismo à força da tradição nacional, toda poderosa em Garrett (pp. 193-194).

No capítulo 2.º estuda os poemas *Camões, D. Branca, e Adozinda*, que marcam propriamente o romantismo garretiano, todo cheio ainda de influências racionalísticas; e acentua a influência de Byron sobre o carácter elegiaco do primeiro destes poemas e sobre a fisionomia do herói (p. 46). Já no *Camões* se sente um fervido patriotismo, cousa quasi desconhecida do romantismo francês, predominantemente cosmopolita; esse culto da tradição nacional exacerba-se em *D. Branca*; por isso, já em nota apelida Voltaire, o idolo de outros tempos, de ímpio: o que prova que os progressos do seu nacionalismo, como em geral de todos os nacionalismos, traziam como consequência o regresso à ortodoxia. Na *Adozinda*, a paixão folclórica, a tradição medievalística, a embriaguez da natureza como estado de alma atingem o auge; razão tinha Garrett em o considerar o seu poema mais descabeladamente romântico; e é talvez por isso, pelo unilateral da sua inspiração e das suas tendências, que seja hoje o menos lido de todos.

O 3.º capítulo é naturalmente o mais importante, porque é nelle que se analisam as verdadeiras obras-primas de Garrett. Antscherl busca a génese do

romantismo garretiano em dois factores principais: as causas externas, isto é o ambiente romântico europeu, conhecido aqui e através sobretudo da emigração, e a razão mais forte ainda da existência duma tradição romântica na literatura portuguesa, que o próprio Garrett se comprazia, de resto, em relevar (p. 92). Esse temperamento romântico do nosso povo, que Antscherl filia em razões étnicas bem discutíveis, aparece já na nossa poesia trovadoresca, que o crítico alemão justamente declara mais emotiva do que a dos franceses: «não havia em toda a România nenhum povo, cujas disposições artísticas fôsem tam inclinadas ao subjectivismo como o português» (p. 95). A grande superioridade de Garrett está precisamente em que o seu talento de escritor se alimentou na fonte viva do génio tradicional do povo. Isto é, o romantismo tem entre nós um aspecto construtivo, que falta até certo ponto na França, não podendo portanto aplicar-se-lhe o figurino francês, nem as invectivas dum Lasserre, dum Seillière, dum Maurras ou dum Reynaud. O romantismo foi aqui mais *orgânico* do que em nenhuma outra parte; vemo-lo rompendo constantemente através da severa disciplina clássica.

Por isso, não admira que a Garrett profundamente repugnasse o teatro francês, em particular o teatro de Hugo, todo cheio de invenções e sem raízes nacionais. Procurou, depois da vinda de Bruxelas, realizar teatro nacional e começou por nos dar *Um auto de Gil Vicente*. Antscherl analisa longamente esse drama (pp. 103-115), porque vê no subjectivismo desesperadamente romântico dos principais personagens como que um símbolo do nosso idealismo insaciável: «A saudade portuguesa dum mundo melhor é um elemento trágico e lírico, é propriamente a raíz da alma destes homens. Todos eles, em meio das suas esperanças frustradas, dos seus sonhos desfeitos, do sentimento doloroso das realidades, forjam um outro mundo, que os consola das amarguras da terra» (p. 112).

Depois vem o *Alfageme de Santarem*, já impregnado de ideias políticas. Antscherl vê semelhanças entre o *Götz von Berlichingen* e a peça portuguesa (p. 129). Não nos parece. Admitindo mesmo que Garrett conhecesse o *Götz* as duas peças têm um espírito totalmente diferente e nem sequer estão ligadas, como pretende Antscherl, por uma comum antinomia entre a liberdade individual e a necessidade social. Götz, fidalgo, representa sobretudo com um rigor shakespeariano, a independência individual em luta contra a tirania dos senhores; Fernão Vaz, vilão, encarna a liberdade de todo um povo. Elisabeth, a mulher varonil de Götz, poderia fazer lembrar Alda, mas esta é muito mais delicada e humana. Nela e em Fernão Vaz dá-se a antítese entre a sua criação e a sua condição social, elemento que não vemos no drama alemão. O péssimo e quasi ridículo personagem de D. Nuno não tem correspondência na obra de Goethe; em compensação não há nada na peça portuguesa que faça lembrar Weislingen, a encantadora figura de Jorge, Francisco, Adelaide, Maria e Lerse. Em conclusão: duas obras diferentes, pela estrutura e pela finalidade.

Garrett atinge enfim no *Frei Luís de Sousa* o cúmulo do patético, pela dramatização simplíssima dum episódio da história nacional. Antscherl «não hesita em considerar a tragédia portuguesa como a obra mais brilhante do teatro romântico» (p. 147). Para o nosso crítico, o que distingue sobretudo o teatro clássico é o processo de concentração, pelo qual se analisam tipos ou símbolos, a que se subordinam todas as outras personagens; o teatro romântico (Shakespeare) procede por dispersão: todos os personagens vivem uma

vida própria e são colhidos em determinado momento da sua vida, surpreendidos no seu caso especial. É afinal sempre o mesmo princípio, a que recentemente Moreau preferiu reduzir os caracteres das duas escolas: «le génie classique, épris d'unité, est le génie tempéré, au sens où tempérer consiste à mêler des éléments divers, pour modérer leurs excès; et le génie romantique, échappant à l'unité, est le génie extrême, parce qu'il abonde jusqu'au bout dans son propre sens, ne se réfrène pas sur sa propre voie, tend avec un exclusivisme ardent à sa passion ou à son but. L'un, pour être universel, combine avec mesure les divers traits épars dans la nature; l'autre, étant particulier et sûr de sa propre excellence, se contente d'être lui-même jusqu'au paroxysme»¹.

A tragédia portuguesa não poderia, sem violência, ser reduzida a nenhum destes dois princípios; daí o seu lugar único na literatura do tempo e a sua superioridade como perfeita obra de arte, sem exclusivismos nem *cliquetis*. Nota Antscherl finamente sobre um fundo de realidade palpitante o carácter misterioso dos personagens, Telmo, Maria, oromeiro, a própria Madalena, o que dá à peça portuguesa um ar terrível e divino de tragédia antiga. Como fontes, crê na possibilidade da influência do *Coronel Chabert* de Balzac e vê na figura sensível de Maria certos traços dum personagem da novela de Tieck *Der Tod des Dichters* (p. 144).

Vem depois a análise das *Viagens na minha terra*, cujo pensamento fundamental, a opposição entre o idealismo e o materialismo dominante, se inspira, segundo Antscherl, na reacção do grupo artístico de Gautier, que ridicularizava as pieguices do romantismo, o *épiciér*, e arvorava como doutrina, donde saíria o realismo de Flaubert e o parnassianismo de Leconte de Lisle, o princípio da arte pela arte. Antscherl nota até coincidências textuais entre o livro de Gautier, *Les Jeunes-France* e o romance português (p. 155).

O conceito garretiano da natureza humana está corporificado em Carlos. Para o escritor português — que nisso se afasta de Rousseau — não é a sociedade que perverte o indivíduo, mas sim a inteligência desvairada pela sciência. Carlos «pertence à categoria daqueles indivíduos, que o excesso de paixão aniquila; dilacerado pelo amor humano e celeste, visando ao sublime e caindo sempre no lodaçal, é D. Quichote e Sancho Pança numa mesma pessoa» (p. 159).

Esse anelo do ideal, impossível de atingir, embebe-se de paixão dolorosa nas *Folhas Caídas*. Antscherl sente a sinceridade perturbadora dessa poesia do amor aviltante e desvirilizador: «Nem Musset nem Lamartine se poderiam gloriar duma tal intensidade de sentimento ou dizer que o seu lirismo era em tão alto grau um lirismo de confidências» (p. 167). O crítico alemão perdeu de vista certamente o humaníssimo lirismo das *Noites*, mas emfim viu bem que ao saudosismo próprio dos românticos, em geral, se juntava no nosso poeta o saudosismo da raça. E Antscherl define assim a poesia das *Folhas*, comparando os dois romantismos: «Nas poesias dos românticos franceses há uma certa nota de plenitude e de limitação; comunicam-nos o seu conteúdo, são em si mesmas um todo definido. Em Garrett não se tem esta impressão. Já é bem significativa a circunstância de que elas acabem tantas vezes com uma pergunta, de que se encontre nelas tantas vezes a frase «Não sei». As poesias de Garrett não têm terminação. A ânsia do infinito fica insatisfeita, quer o infi-

¹ P. Moreau, *Le classicisme des romantiques*, p. 16.

nito seja o amor, quer seja a arte. Os poetas franceses encontram consolação na sua própria poesia: daí o conclusivo e rematado dos seus pensamentos. Para Garrett a poesia é uma luta. A antítese idealismo-materialismo existiu também nos poetas franceses; ou melhor, êsses eram idealistas em oposição com o materialismo da época passada. Garrett viu as cousas dentro modo. O materialismo vivia dentro d'êle, não fora; estava subjugado por êle, conheceu realmente a dor encerrada neste vale de lágrimas e tudo o que nêle havia nobre e puro suspirava pela realização do seu ideal» (p. 167).

No capítulo final, traça o escritor alemão a curva da evolução política de Garrett, a quem falta — apesar do seu medievalismo e do culto da tradição — a fase inicial, que se encontra nos românticos franceses: o realismo conservador. Em compensação, conservou uma coerente fidelidade à dinastia, produto não dos favores reais, com que não foi muito minosoado, mas da sua ideologia romântica e da constante sugestão de Chateaubriand, que foi o seu grande mestre, como diz Antscherl, na política, na religião, na literatura e na exaltação de si mesmo (p. 200).

Antscherl preparou-se bem para um tratamento satisfatório do assunto que se propôs. Infelizmente os seus conhecimentos históricos não estão a par dos literários. Quando se refere, a propósito do *Alfageme*, ao Mestre de Aviz, informa erroneamente que era filho de Inês de Castro (p. 123, n. 1); e a afirmação de que as discórdias entre a nobreza e o povo cessaram com a batalha de Aljubarrota carece de fundamento. Para Antscherl, a idea fundamental do *Alfageme*, o levantamento da pequena burguesia e a decadência da nobreza, não era confirmada pelos factos, porque foi precisamente nessa altura que começou a época dos heróis e «que as lutas do futuro D. João I foram sustentadas pelos esforços conjugados da nobreza» (p. 207). Isto não é bem verdadeiro. Havia uma burguesia militar, a dos escudeiros, bêteiros, etc., que, a par da outra, a burguesia do comércio, da indústria e da agricultura, foi o braço direito do Mestre e a quem êle depois deu carta de nobreza. Garrett viu perfeitamente o caso e introduziu no acto final do drama a scena em que D. Nuno pretende armar cavaleiro a Fernão Vaz.

As transcrições do português, no geral cuidadasas, contêm por vezes castelhanismos desagradáveis: *mismos*, *Encubierto*, *vuelto*, *empezer*, *desteales*, etc.

RODRIGUES LAPA.

Vida do Centro

Necessidade da criação de um Conselho Lingüístico Nacional

Comunicação apresentada ao Congresso
Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências,
de 1932, em Lisboa.

O assunto desta comunicação já foi explorado por mim na *Revista Escolar*, porém só na parte que se pode denominar causalística. A expressão do voto da criação de um Conselho Lingüístico Nacional aparece pela primeira vez no trabalho que vou ler e pelas razões que nêle próprio se contêm.

Aqui cabe apenas declarar que tal voto é meu meramente. Quem o exprime admite com amplidão que, ao lado de pessoas que vêem no Conselho Lingüístico Nacional necessidade premente, haja espíritos que, por individualismo respeitável, ou respeitável conceito da liberdade alheia, o julguem impertinência.

É tempo de dar combate ao luso-bundo — a expressão é do sábio Prof. Ricardo Jorge, que há meses a esta parte toca a rebate nos jornais contra o mal feio e grave, estudando-lhe a etiologia e indicando-lhe a terapêutica — luso-bundo que a cada passo surge na loquela e nos escritos.

Eça de Queiroz no artigo «O Francesismo» julgando desrigorosa a sua definição — *Portugal é um país traduzido do francês em vernáculo*, substituiu-a por estoutra: *Portugal é um país traduzido do francês em calão*¹. Todavia, até depois de aperfeiçoada, a afirmação do grande artista, — que a muitos naturalmente parecerá arrojada e pedante — é dessevera e acanhada. Portugal não pode ser um *país traduzido do francês em calão*, porque o calão é português ainda, e o que por aí sai das penas e das bocas não o é já, ou antes, é o seu reverso. O calão será — se se quizer — *sub-português*; o mascavado lingüístico vogante, porém, é *desportuguês* ou *contraportuguês*.

¹ Últimas páginas, Porto 1917, p. 467.



Ora para combater com eficácia a avassaladora epidemia de anti-portuguesismo idiomático é preciso estancar as próprias fontes que a derramam. E elas são, digamo-lo sem rodeios:

1) a novela e a peça traduzidas mercantilmente sobre o joelho, às vezes até por individuos que quasi desconhecem os dois idiomas de que se servem — o que vertem e o que pervertem;

2) a noticia de jornal, feita apressadamente sobre o jornal estrangeiro, ou estrangeirada por presunção de sabença, ou mal-entendida elegância, e ainda escrita na grafia que a direcção politica do periódico se crê no direito de impôr aos seus redactores;

3) o livro escolar e o manual de divulgação feitos por pessoas sem sufficiente saber, que não têm outros intuitos além dos commerciaes, e que se livram dos apuros de redacção pelo recurso às obras estrangeiras, que vertem no geral com imperfeita intelligência e imperfeita linguagem;

4) a fita cinematográfica com disticos e resumos traduzidos sem peguilhas purísticas;

5) os anúncios de jornais, redigidos por semi-analfabetos, meio em francês de caixeiro, meio em português de marçano, escritos em grafia de primeiras letras — letras a mais e a menos e umas por outras — e que não têm outra mira que não seja a de lançar ao ar fogo de vistas que lhes atraia freguesia à loja;

6) a falta de contacto nas escolas com as obras dos autores melhores de todos os periodos da lingua e com as produções — antes, em muitos casos, reproduções — do vulgo iletrado, e que os mestres desprezam sem repararem que elas são, pela tradição de nacionalismo que contêm, e pelo português clássico em que estão vazadas, do mais alto valor educativo.

Como o filólogo e o critico não podem estancar tantas fontes de aviltamento ou bundização do idioma é necessário que as boas vontades do escol dirigente na politica, no pensamento e na técnica se conjuguem para, pelo costume, remediar doença que é também vergonha.

Mas importam, ao lado do exemplo, ou até, para que êle de facto surja, providências legislativas. Tem de haver um *Conselho linguístico nacional*, que defenda o idioma dos assaltos barbarescos dos escrevinhadores, e que a um tempo possua o encargo de dar a norma e de aplicar sanções aos que dela se afastem — salvas, evidentemente, as liberdades de legítima importação, adaptação e criação,

sem as quais não haveria jamais personalidade artística. O direito de publicar livros estraga-língua — e também estraga-ciência — tem de ser limitado: quem os escrever ou editar deve cair sob a alçada da lei, talqualmente acontece a quem redige ou lança uma obra pornográfica.

*

Portanto:

Sem querer evitar a natural evolução da Língua, mas reconhecendo igualmente nela uma das mais visíveis manifestações da Pátria, — permito-me exprimir neste Congresso para o Progresso das Ciências, que julgo, para o efeito, local mais apropriado — o voto de que, para norma e defesa da língua portuguesa, se crie o *Conselho Lingüístico Nacional*, de que serão naturalmente vogais aquelas individualidades que se tenham afirmado, no campo das letras como no das sciências, cultores esmerados ou acendrados defensores da pureza e estética do idioma. E complementarmente manifesto a opinião de que seja cometido a tal Conselho, cuja criação é inadiável, o encargo de estudar dois problemas — o da elaboração de instruções, e, a título normativo, de livros escolares e de divulgação scientifica — porém sem monopólio, nem tam pouco com lucros de venda, que constituiriam receita do Estado — e o da aplicação de sanções, materiais ou morais, aos autores ou editores de certo número de textos impressos e públicos, mórmente de carácter didáctico, que, arruinando o idioma, desfalquem o alto património artistico que êle indubitavelmente é, — ou então que, disseminando erros, desfalquem o tesouro scientifico que cada geração necessariamente possui.

JOÃO DA SILVA CORREIA.

Edições do Centro

M. Rodrigues Lapa:

- Livro de Falcoaria de Pero Mentno.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931, LXVII-91 páginas 12\$00
- Lições de Literatura Portuguesa. Época medieval.* Lisboa, Tip. da «Seara Nova», 1934, 345 páginas . . . 15\$00

F. Rebêlo Gonçalves:

- A fala do Velho do Restelo. Aspectos clássicos deste episódio camoniano.* Lisboa, Imprensa Nacional, 1933, 76 páginas 7\$50

NO PRELO

F. Rebêlo Gonçalves:

- De vocibus Graecis in sermone latino vulgari.*

Textos de Literatura Portuguesa

1. Afonso X, o Sábio, *Cantigas de Santa Maria* (Rodrigues Lapa). Lisboa, Imprensa Nacional, 1933. 12\$50
2. Gil Vicente, *Triunfo do Inverno* (Marques Braga). Lisboa, Imprensa Nacional, 1934 7\$50

NO PRELO

3. Lopo d'Almeida, *Cartas de Itália* (Rodrigues Lapa).
4. Gil Vicente, *Auto da Feira* (Marques Braga).